

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FÁBIO AFONSO FRIZZO DE MORAES LIMA

ESTADO, IMPÉRIO E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA NO EGITO
DO REINO NOVO

NITERÓI
2016

FÁBIO AFONSO FRIZZO DE MORAES LIMA

ESTADO, IMPÉRIO E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA NO EGITO
DO REINO NOVO

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Fluminense como
requisito para obtenção do Grau de Doutor. Área de
Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso / Prof. Dr. Mário Jorge da
Motta Bastos
Coorientadora: Profa. Dra. Andrea Paula Zingarelli

Niterói
2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

F921 Frizzo, Fábio.

Estado, império e exploração econômica no Egito do Reino Novo / Fábio Afonso Frizzo de Moraes Lima. – 2016.

401 f. : il.

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso.

Orientador: Mário Jorge da Mota Bastos.

Orientadora: Andrea Paula Zingarelli.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

Bibliografia: f. 330-354.

1. Egito antigo. 2. Estado. 3. Imperialismo. 4. Economia política. 5. História do Egito. I. Cardoso, Ciro Flamarion S., 1942-2013. II. Bastos, Mário Jorge da Motta, 1963-. III. Zingarelli, Andrea Paula. IV. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. V. Título.

FÁBIO AFONSO FRIZZO DE MORAES LIMA

ESTADO, IMPÉRIO E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA NO EGITO
DO REINO NOVO

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de doutor. Área de concentração: História social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Andrea Paula Zingarelli – Coorientadora
Universidad Nacional de La Plata

Prof. Dra. Maria Thereza David João
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Nely Feitoza Arrais.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Sônia Regina Rebel de Araújo
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Alexandre Santos de Moraes
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2016

*Àqueles que me trouxeram até aqui:
Tania Frizzo e Ciro Cardoso (in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

"A arte é fazer parte, não ser dono".
Emicida, **Mufete (2015)**

Se, como dizia Brecht em seu *Perguntas de um operário que lê*, não foram os reis que construíram a Tebas das Sete Portas ou que o jovem Alexandre não conquistou as Índias sem um cozinheiro, tampouco esta tese é um trabalho só meu. Pelo contrário, cada um dos agradecidos e agradecidas, além de muitos outros e outras que infelizmente não constam aqui por falta espaço ou memória, tem suas parcelas de trabalho solidificadas nestas páginas.

Antes de tudo, havia minha mãe. Ela, que nunca mediu sacrifícios para que eu tivesse a melhor educação escolar possível e para que eu me apaixonasse pelos livros, é a maior responsável por qualquer resultado que eu produzir com meus estudos. Esta dissertação é, mais do que qualquer coisa, o coroamento dos seus esforços na luta que é ser mulher e mãe neste mundo, contra jornadas de trabalho duplas e uma estrutura patriarcal que a colocou na posição solitária de abrir mão de qualquer coisa para sua prole. Você venceu essa luta me trazendo até aqui e, mais do que grato, sou orgulhoso do seu exemplo de força!

O segundo grande responsável por este trabalho foi Ciro Cardoso, mentor, modelo inatingível de intelectual e meu patrono na pesquisa historiográfica. Minha tese é mais uma entre as muitas conquistas do labor e da paixão do Ciro pelo magistério. Amigo até suas últimas horas, infelizmente, após mais de dez anos de trabalho conjunto, ele não pôde ler e criticar estas linhas, mas esteve presente em cada segundo da elaboração delas, materialmente ou em minhas memórias. Sou grato por cada conversa (mesmo aquelas que duravam horas ao telefone), porque todas eram aulas, independente dos assuntos; por cada indicação musical, literária e cinematográfica; por cada piada de seu humor que misturava um toque infantil com uma mordacidade aguçada; por cada bronca e cada incentivo; por cada brinde e cada prato. O maior objetivo que posso alcançar com meu trabalho é que ele seja reconhecido como parte de uma tradição "flamariônica" de pensar a história e o Egito Antigo.

Camila, que ainda não havia surgido e tanto demorou a chegar, mais do que coautora desta tese, é coautora de mim. Sou ela em cada uma de minhas palavras e

continuo querendo ser cada vez mais. Não há mais eu, há nós: ela, eu e o pequeno Menezes. Para isto, não existe gratidão suficiente.

Marcelo, Elaina, Caio e João me ensinaram o que é ter uma família no cotidiano. Foram, nos últimos dez anos, a rede de suporte com quem sempre pude contar, emocional e materialmente. Nos últimos anos, esta rede foi acrescida da presença de Renan Pinheiro e Aline Trentini, que sempre se mostraram interessados e preocupados em contribuir com este trabalho, em especial nos momentos necessários de folga ou nas duras horas de estudo em praias paradisíacas.

Mario Jorge foi, acima de tudo, o irmão mais velho que a universidade me deu. Ele transformou todo o processo de formação em uma experiência demasiadamente humana, ensinando, aprendendo, construindo em conjunto tijolo por tijolo. Foi ele que esteve lá em cada momento fácil ou difícil; que encarou herdar uma orientação sobre um assunto que lhe era quase totalmente estranho; que me empurrou em cada insegurança e me conteve em cada alucinação, sempre da maneira mais cuidadosa. É também um exemplo de professor e, em muitos sentidos, este trabalho também é fruto do seu sucesso nessa carreira que lhe é vida.

Andrea Zingarelli me abraçou quando estava perdido. Seu carinho, paciência e humildade são inspiradores. Obrigado por me acolher; por me receber na Argentina; por vir ao Brasil; por suportar minha desorganização; por acreditar no meu trabalho; por cada discussão e indicação; por me incentivar e por ser essa pessoa tão meiga e afetuosa. Eu não poderia ter tido uma melhor orientação na Egiptologia sem nenhuma dúvida!

Zé Knust e Paulo Pachá sofreram e cresceram com cada momento deste doutorado em conjunto comigo, desde a seleção até as defesas, passando por intermináveis e constantes debates, críticas, leituras e discussões. Eu sinceramente não saberia definir quais das ideias deste trabalho foram minhas e quais foram apropriações deles. Zé foi companheiro de viagem, de orçamento e de pirataria; pé no chão, muitas vezes era a voz da razão que se impunha nos debates acirrados e entrincheirados, ajudando a perceber quando eu já discordava até de mim mesmo. Paulo foi, provavelmente, o maior interlocutor desta tese. Em pelo menos um semestre de trabalho e convivência diária ele constantemente foi responsável por me fazer ver melhor o que eu somente vislumbrava. Sem ele, suas ideias, suas indicações e nossas discussões meu trabalho seria muito mais complicado. Se não fosse sua estranha mania de descobrir como as pessoas trabalham, eu não teria tido acesso a ferramentas fundamentais pra

construção desta tese. Difícil não me sentir oprimido pela capacidade intelectual dos dois, Zé e Paulo, ainda mais no ambiente tão competitivo e hostil da pós-graduação. Só com a amizade e o companheirismo desses muitos anos pra transformar esse quadro em uma realidade de construção verdadeiramente coletiva. Obrigado a vocês por isso, qualquer passo meu, é nosso!

Ao Mário, Zé e Paulo se juntam os demais companheiros e companheiras da macacada do NIEP-Marx-PréK, que foram imprescindíveis na minha formação acadêmica e na minha paixão pelo que estudo. Renato Silva, que longe se fez próximo, continua a ser meu favorito pra disputa de melhor pessoa do mundo e é aquele cuja sensibilidade sempre me serve como norte; Gabriel Melo, cuja paixão e o talento inspiradores acabaram o levando a deixar a vida para entrar na História e, em seguida, deixar a História para entrar na arte; Eduardo Daflon, com sua juventude e inquietação inquebrantáveis; Uiran, virou o amigo importado de Tucanistão e foi importante em cada debate, fosse sobre história, quadrinhos, cinema, política, além de ter encarado a correria do Natal em Oxford pra copiar um livro pra mim – São Didico o abençoe!; Thiago Magela e seu entusiasmo que só perdeu em presença pra sua ausência em viagens (obrigado pelas dicas com as milhas!); Daniel Tomazine, que nunca me deixou esquecer do papel da militância política; João Cerineu, que divide comigo a carreira no magistério empresarial e foi fundamental em seus esforços pioneiros nas discussões sobre Estado pré-capitalista numa perspectiva orientada pelas concepções gramscianas; Maria Thereza, que chegou pra não me deixar sozinho; Fabio Morales e sua crise com as muretas; além de todos e todas os novos integrantes, que espero que tragam vida para este grupo já meio cansado.

Dentro do universo da Egiptologia tive várias surpresas agradáveis com muita gente disposta a me ajudar e interessada pelo meu trabalho, que seria impossível sem várias dessas contribuições. Aqui no Brasil a área passa por um momento interessantíssimo, talvez o mais dinâmico de sua história, com vários jovens pesquisadores e pesquisadoras talentosos e discussões sérias. Sinto-me bem afortunado de conviver com alguns. A primeira a aparecer foi a Maria Thereza João, que se constituiu comigo e que teve a coragem de ouvir, acreditar, contribuir, construir coletivamente e defender várias das ideias aqui presentes em sua própria tese! Suas perguntas, suas respostas e as questões que apareceram em sua banca foram muito importantes para aprimorar minhas posições. No fim, tudo isto contribuiu para sua participação na banca avaliadora deste trabalho, onde ela foi capaz de sintetizar

questões fundamentais e exercer o olhar crítico que a fez presente na maioria da minha vida acadêmica. Rennan Lemos é, sem dúvidas, o grande nome dessa geração. Pesquisador sério, comprometido, trabalhador, dedicado e sempre aberto ao debate, Rennan é, como costume dizer, "*the chosen one to bring balance to the force*" na Egiptologia nacional. Agradeço a ele pelas leituras de partes do manuscrito e outros textos, pelas críticas e sugestões, pelos trabalhos disponibilizados, pela confiança no meu potencial e pelo entusiasmo contagiante. Fabio Vieira me ensinou muito com sua sensibilidade e seu conhecimento sobre África. Seu trabalho foi uma influência estrutural para esta tese e para minhas convicções acerca da importância de uma Egiptologia africanista, especialmente no Brasil. Agradeço também a ele pela disponibilidade nas leituras críticas de partes do original e pelas discussões, junto com o Rennan, a qualquer hora em mensagens pelo celular. O diálogo com a Gisela Chapot demorou anos para acontecer, mas veio em boa hora e fiquei muito feliz com sua leitura, críticas e sugestões à parte do manuscrito. Aos demais, André, Carolina, Vanessa e Patrícia, cujos trabalhos infelizmente ainda conheço pouco, agradeço pelo companheirismo, apoio e aprendizado cotidiano.

Fora do Brasil, fui extremamente bem recebido no NINO, da Universidade de Leiden, pelo Dr. Ben Harring, que manteve a porta do escritório aberta para quaisquer dúvidas e o tempo do café disponível para lidar com minhas inquietações num momento chave para a pesquisa. Nos EUA, a Dra. Kara Cooney se mostrou sempre muito gentil, prestativa e interessada pelo meu trabalho, assim como a Dr. Ellen Morris. O Dr. David Warburton gentilmente me enviou pelo correio seu livro, referência na área sobre o tema desta tese. Na Argentina, o Dr. Marcelo Campagno, além de me escrever uma carta de recomendação, esteve inúmeras vezes disponível para conversar sobre minhas perspectivas, sempre acompanhado da incomparável simpatia de um teórico que "*no és full time y cierra a las diez*". Em La Plata, agradeço à Leila Salem e os demais egiptólogos e egiptólogas do *Centro de Estudios de Sociedades Precapitalistas*, por todas as vezes que lá fui tão bem recebido. Na Espanha pude perceber que também há um incrível grupo de jovens egiptólogos e egiptólogas, que aumentaram minhas esperanças na área: Josué, Tatiana, Paula e, em especial, Roser Aguilera e Fernando Baños, os quais espero rever logo. Obrigado também à portuguesa Daniela Martins, por sua disponibilidade e simpatia.

É preciso agradecer a outros professores e professoras que, de diferentes maneiras, contribuíram para este trabalho. Carlos Astarita, Carlos MacGaw e Otávio

Colombo não só me receberam afetuosamente na Argentina, como estiveram em diferentes ocasiões aqui e lá discutindo minhas ideias. João Leonardo Medeiros leu e comentou um trabalho sobre o conceito de valor no Egito Antigo. Virgínia Fontes, que é uma das maiores incentivadores das pesquisas marxistas sobre pré-capitalismo! O amigo Marcelo Badaró esteve sempre presente e gentilmente me escreveu uma carta de apresentação, além de preencher vários dos meus domingos com jogos ensolarados de basquete, garrafas de gatorade e copos de cerveja. Aparecendo aos 40 minutos do segundo tempo, esteve Leonardo Marques, que contribuiu com discussões, cerveja, churrasco e alegria carnavalesca.

Minha formação acadêmica é inseparável da atividade política e nisto tive e tenho a sorte de compartilhar experiências com inúmeros amigos e amigas, que se constituem politicamente comigo há anos. Muitos dos quais compuseram os quadros do blog Capitalismo em Desencanto. Marco Pestana é o mais cotidiano dos amigos e a racionalidade mais presente, disposto a discutir a qualquer hora, sobre assuntos que vão do futebol à teoria social, da política ao afeto pessoal, ele é, sem dúvidas, um dos maiores responsáveis pela minha construção e autocrítica constantes; Juliana Lessa, sempre esteve preocupada em me dar abrigo e espaço na sua vida, mesmo nos momentos mais difíceis para nós dois; Flávio Amiero foi a voz da tranquilidade e segurança; Ivan Martins teve e tem a inesgotável paciência para debater sobre qualquer tema, com um interesse e uma capacidade inspiradores; Lucas Hippolito é exemplo de coragem política e comprometimento pessoal com ela; Pollyana Labre enfrentou de forma valente e humana parte do tempo do doutorado ao meu lado e com quem aprendi muito mais do que pude ensinar; Bárbara Araújo é, para mim, uma maré de sensibilidade que, felizmente, me puxou muitas vezes; Giovanna Antonacci e Mariana Bedran foram e são vozes da alegria e do frescor da vida; Wesley Carvalho, com toda sua calma, esteve sempre me inspirando; Artur Henriques esteve o tempo todo me informando sobre música e quadrinhos; Rael, que sempre se mostrou francamente aberto ao debate; agradeço ainda aos outros e outras que integraram ou contribuíram para esse coletivo.

As amigas e amigos, que me constroem há mais ou menos tempo, são sempre imprescindíveis. Desde o início da História, enfrentando junto cada uma das etapas, estiveram Ludmila Gama, que me ensinou sobre o prazer de amar um filho canino e nunca se furtou a me criticar sempre que necessário; Larissa Costard, dona da alegria de viver mais ranzinza; Eder Ribeiro, que se tornou companheiro nas salas de aula, crises

trabalhistas e festas juninas, mantendo, junto com a Úrsula, sempre a casa aberta; Guilherme Moerbeck, irmão que enfrentou comigo o luto do falecimento paterno; e Juceli, que não deixou de ser minha mãe após todos esses anos. Do passado pré-histórico, permaneceram Gabriel Doug, Karina, Francisco, Paola e Tatiana. No "tempo presente" apareceram Léo Aranha, com quem vivi as dores de uma despedida sofrida com seu tio; Luiza Fortes, que marcou bem mais que a minha pele nesses quatro anos; Luana Lourenço, que teve um papel importante por um tempo curto; Janaína Bezerra, que, muitas vezes, foi um apoio emocional fundamental; e, por fim, sem o suporte do trabalho de Vítor Gripp eu certamente não teria conseguido atravessar esses quatro anos.

Se a dedicação exclusiva à pesquisa foi uma realidade de pequenos períodos, por outro lado, a convivência no trabalho – em sala de aula ou fora – foi constituída por experiências extremamente enriquecedoras. Neste sentido, cabe agradecer a cada um dos meus estudantes e a cada uma das minhas estudantes, que construíram comigo boa parte da visão de História que está expressa nessa tese. Além disto, agradeço aos colegas que ajudaram diversas vezes das mais diferentes maneiras: Rafael Peçanha; Thiago Reis; Cláudia Farias; Bruno Uchoa; Maria Clara Arruda; Edilma Soares; Flávia Costa; Andrea Santanna; e, especialmente, Paulo Cotias, já que este trabalho realmente não seria possível sem seu apoio e esforço irrestrito.

Entre as várias bibliotecas nas quais este trabalho foi produzido, há a necessidade de agradecer, especialmente, aos funcionários da biblioteca do *Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten* (NINO) e aqueles da Biblioteca Parque Estadual, representados pela Amanda e pelos companheiros do café, Guido, Sr. Francisco e Alex. Cabe ainda um obrigado àqueles que facilitaram minha hospedagem em Leiden, como Mulugeta Tsegaye, Barbora, Oscar e Angoua Tano.

Agradeço aos demais membros da banca de avaliação pela disponibilidade em ler o trabalho e participar deste rito de passagem. Marcelo Rede, que sempre esteve disposto a acompanhar minha trajetória acadêmica, contribuindo não apenas com suas participações oficiais nas bancas, mas também me concedendo cartas de indicação e debatendo diferentes assuntos sempre com uma enorme boa vontade. Ao Marcelo agradeço publicamente também por ter auxiliado como intermediário no trabalho de doação da biblioteca de Ciro Cardoso ao MAE-USP. Independente dos contratempos que impediram sua presença na banca, sua participação no processo foi muito importante. Sônia Rebel também esteve por perto desde a graduação. Sua generosidade

e sua dedicação ao magistério, conjugadas a um posicionamento político combatente sempre foram inspiradores. Ao professor Antonio Brancaglione, embora impedido de participar, agradeço pela simpatia e pela acolhida calorosa nas Semanas de Egiptologia do Museu Nacional, evento de sucesso que se tornou o maior da área no Brasil. Um obrigado especial à professora Nely Arrais por ter se prontificado a assumir, de última hora, o trabalho de arguidora. Por último e não menos importante, agradeço a Alexandre Moraes, por aceitar participar desta banca e por se mostrar um camarada tanto nos momentos divertidos quanto nas fileiras da disputa política.

Gostaria de agradecer especialmente a todos e todas que contribuem para a liberdade de informação e conhecimento acadêmico no planeta. Felizmente, vivemos tempos de revolta contra o aprisionamento e a privatização do conhecimento. Neste contexto, atos de rebeldia foram fundamentais para este trabalho. Inúmeras vezes tive acesso a materiais por meio do esforço de desconhecidos. Sou muito grato pelo empenho daqueles que mantêm espaços como o *libgen*, o *sci-hub* e outros. Os muitos anônimos e anônimas que se dedicam a esse esforço ficam aqui representados por Alexandra Elbakyan e pela memória de Aron Swartz, que acabou perdendo a vida nesta batalha.

Obrigado à Fátima e à Margareth pelo esforço em manter as melhores condições para que eu pudesse me concentrar na feitura desta tese.

Agradeço ao PPGH-UFF e todos seus funcionários e funcionárias, em especial à Silvana, que, mesmo com seu jeito duro, sempre esteve disposta a resolver, com urgência, todos os problemas que apareceram.

Por fim, agradeço ao povo brasileiro e ao argentino por terem, de diferentes maneiras, financiado esta pesquisa por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Consejo Nacional 987 de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) e da Universidade Federal Fluminense.

O passado é um imenso pedregal que muitos gostariam de percorrer como se de uma auto-estrada se tratasse, enquanto outros, pacientemente, vão de pedra em pedra, e as levantam, porque precisam de saber o que há por baixo delas.

José Saramago, **A Viagem do Elefante (2008)**

Se eu não ligasse o meu trabalho à História não faria qualquer trabalho [...] o que eu quero escrever liga-se aos fatos e aos homens passados, mas não em termos de arqueologia. O que eu quero é desenterrar homens vivos. A História soterrou milhões de homens vivos.

José Saramago, **O Diário**, Lisboa, 29 de Setembro
(1985)

RESUMO

A hipótese central deste trabalho é de que o imperialismo egípcio desenvolveu uma formação econômica baseada na manutenção e subsunção das estruturas nativas das regiões dominadas na Núbia e no Levante. O arcabouço deste mecanismo imperial foi a forma de exploração utilizada internamente pelo Estado faraônico na extração do sobretabalho das comunidades aldeãs, subsumindo suas lógicas de organização tradicionais. Neste sentido, partiu-se da crítica à forma modernizante pela qual a Egiptologia trabalha o conceito de Estado, para elaborar uma análise da estrutura estatal faraônica – especialmente durante o Reino Novo – a partir de sua dinâmica de classe e apontando a relação dialética entre as esferas de um Estado material e um Estado político.

Palavras-chave: Egito Antigo; Reino Novo; Estado; Imperialismo; Economia Antiga; Economia Política; Levante; Núbia.

ABSTRACT

State, Empire and Economical Exploitation in New Kingdom Egypt

The main objective of the current thesis is to build a model of the Egyptian imperial domination. This model is based on the maintenance of local structures and it is built according to the experiences of the internal economy of Egypt. This economy is structured on the extraction of surplus self-sufficient villagers' communities. In this sense, the thesis tried to analyze the structure of the pharaonic state, especially during the New Kingdom, based on its class dynamics and decomposing it into two expressions: the material state and political state. From this perspective, the thesis addressed the imperial political economy to demonstrate that local structures have been maintained and subsumed by the Pharaonic imperialism.

Key-words: Ancient Egypt; New Kingdom; State; Imperialism; Ancient Economy; Political Economy; Levant; Nubia.

Índice

Introdução	1
PARTE I.....	18
A ESTRUTURA ESTATAL EGÍPCIA.....	18
Capítulo I – As visões tradicionais do Estado faraônico.....	19
1.1 As bases teóricas idealistas do Estado e a Egíptologia.....	31
1.1.1 A perspectiva harmônica da união dos sujeitos de um determinado território..	34
1.1.2. A existência de um conjunto de regras consensuais a serem respeitadas por toda sociedade, cujo zelo é responsabilidade do governante.	37
1.1.3 o monopólio da ação coercitiva (especialmente o uso da violência) pelo grupo governante.	42
1.1.4 a existência de um corpo de funcionários administrativos (burocracia) responsável pelas tarefas cotidianas de gerenciamento da coletividade;	45
1.1.5 a centralização do exercício do poder numa pequena parcela institucionalizada da população;.....	57
1.1.6 a base material de sustentação instituída na tributação de pelo menos a maioria da sociedade.....	64
Capítulo II – Uma proposta materialista para o Estado faraônico	69
2.1 As Frações de Classe no Egito do Reino Novo.....	89
2.2 Centralidade e Descentramento.....	95
2.3 Estado e Comunidades Aldeãs	101
2.4 Conclusão: o Imperialismo e o crescimento do Estado faraônico no Reino Novo	116
PARTE II	122
O IMPÉRIO E O IMPERIALISMO EGÍPCIOS.....	122
Introdução: Rápido histórico dos conceitos de Império e Imperialismo.....	123
A. Impérios, Imperialismo e Sistemas-mundo na Antiguidade	128
B. Os impérios e o imperialismo no Egito faraônico	134
Capítulo III. O Egito e a África: as relações meridionais do império faraônico ..	145
3.1 Os Povos Núbios, o Reino de Kush em Kerma e a Reconquista no Reino Novo..	154
3.2 A Estrutura de Ocupação da Núbia: Cidades e Templos.....	174
3.3 A Estrutura Administrativa e o Funcionalismo do Império Egípcio na Núbia	180
3.4 Egipcianização e Resistência.....	188
3.5 A Exploração Econômica da Núbia.....	219

3.5.1 O Papel do Ouro no Império.....	219
3.5.2 O Modelo Imperial de Exploração Econômica da Núbia.....	235
3.6 O Declínio do Império Egípcio na Núbia.....	247
Capítulo IV – O Império Setentrional: o Egito e o Levante	249
4.1 A Reconquista Egípcia e a Expansão até o Reinado de Thutmés III	254
4.1.1 O Problema das Destruições na Palestina na Transição da Era do Bronze Médio para a do Bronze Tardio	263
4.2 Thutmés III, a organização do império e a pax aegyptiaca.	266
4.3 O mistério de Akhenaton e o fortalecimento da presença egípcia a partir da XIX ^a Dinastia.	279
4.4 O Modelo de Exploração Imperial	293
4.4.1 Os chefes nativos e os laços de dependência pessoal.....	299
4.4.2 Os funcionários e as estruturas físicas egípcias.....	307
Conclusão	321
Bibliografia.....	330
Anexos Cronológicos e Cartográficos	355

Lista de Figuras

Figura 1 - Caco de cerâmica negra com a coroa vermelha em alto relevo. Cova 1610, Período Nagada I (aprox. 3600 a.C.). Coleção do Ashmolean Museum.....	20
Figura 2 - Estela de Sety I em Nauri.	21
Figura 3 - Esquema das representações sociais ligadas ao faraó.....	22
Figura 4 - Esquema das Características do Estado segundo a visão idealista/liberal.....	34
Figura 5 - Esquema das Funções do Vizir a partir d' <i>As Obrigações do Vizir</i>	48
Figura 6 - Esquema do Poder Faraônico Centralizado.	60
Figura 7 - Esquema do Poder Faraônico em Fragmentação.	62
Figura 8 - Esquema do Estado Materialista.	74
Figura 9 - Esquema de Cruz-Uribe para o Governo no Reinado de Amenhotep III.	92
Figura 10 - Esquema de Cruz-Uribe para o Governo na Reorganização de Tutankhamon.	93
Figura 11 - Esquema do Poder Faraônico Descentrado.	99
Figura 12 - Fragmento de Tumba BM 37982.....	103
Figura 13 - Esquema do Estado Faraônico.	113
Figura 14 - Fragmento do Livro dos Portais de Sety I mostrando os quatro povos constituintes do mundo.....	151
Figura 15 - Mapa mostrando as regiões ocupadas pelos povos registrados na tumba de Sety I	152
Figura 16 - Tabela de equivalência da periodização histórica da Núbia e do Egito Antigos até finais do II Milênio a.C.	157
Figura 17 - Planta da cidade de Kerma no período clássico elaborada por Bonnet.	159
Figura 18 - Programa de Construções de Amenhotep III.....	172
Figura 19 - A cidade templária de Sesebi.....	176
Figura 20 - Organograma da Administração Imperial da Núbia.	185
Figura 21 - Djehuty-hotep Pa-itsy, príncipe núbio de Teh-Khet, fiscaliza suas terras, representando-se como egípcio em suas iconografias funerárias localizadas em Debeira.	200
Figura 22 - Representação da entrega de tributos pelos príncipes núbios na tumba do vice-rei Amenhotep-Huy (TT 40).	202
Figura 23 - Hekhanefer representado como egípcio em sua tumba.	204

Figura 24 - Cena de banquete da tumba do príncipe núbio Djehuty-hotep mostrando ele e sua esposa, Tent-Nub, como egípcios.....	205
Figura 25 - Grafite do príncipe de Miam, Hekhanefer oferecendo louvores aos deuses da Núbia.	207
Figura 26 - Tabelas de análise étnico-sexual de sítios egípcios e núbios, destacando Tombos.	214
Figura 27 - Plano da Mesa de Lavagem usada nas Minas do Reino Novo.	221
Figura 28 - Mapa dos Sítios de Mineração de Ouro no Deserto Oriental durante o Reino Novo.	223
Figura 29 - Mapa dos Sítios de Mineração de Ouro na Núbia durante o Reino Novo.	224
Figura 30 - Cena da "Janela das Aparições" em que a família real recompensa Meryra com o colar	229
Figura 31 - Registro de entrega de tributos núbios na tumba do vizir Rekhmir.....	237
Figura 32 - Registro de entrega de tributos núbios na tumba do Arauto Real Imunedyeh.	238
Figura 33 - Registro de entrega de tributos núbios na tumba do Chanceler Real Amenmose.....	239
Figura 34 - Tabela da evolução da aculturação no cemitério de Fadrus.	246
Figura 35 - Entrega dos tributos asiáticos à Akhenaton retratada na tumba de Meryra II.	286
Figura 36 - Organograma dos elementos centrais da administração imperial no Levante.	297

Introdução

(...) essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de sentido duplo. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente. (...) Na verdade, conscientemente ou não, é sempre a nossas experiências cotidianas que, para nuança-las onde se deve, atribuímos matizes novos, em última análise os elementos que nos servem para reconstruir o passado: os próprios nomes que usamos a fim de caracterizar os estados de alma desaparecidos, as formas sociais evanescidas, que sentido teriam para nós se não houvésemos antes visto homens viverem? Vale mais [cem vezes] substituir essa impregnação instintiva por uma observação voluntária e controlada. (...) Mas o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez, como dizia Pirenne, o título de um útil antiquário.

Marc Bloc, **Apologia da História.** (1944)

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. (...) Em cada época é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. (Tese 6)

O historicista apresenta a imagem “eterna” do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz “era uma vez”. Ele fica senhor das suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o continuum da história. (Tese 16)

Walter Benjamin, **Teses sobre o Conceito de História.** (1940)

A dinâmica do trabalho com vestígios de sociedades pretéritas leva a História a ser interpretada falaciosamente como uma disciplina dedicada ao passado. Observadores conscientes, como foram Marc Bloch e Walter Benjamin, sabem bem que nada é mais enganoso do que a associação da História exclusivamente ao passado. O próprio Bloch a definiu como a ciência dos homens no tempo, de maneira a enfatizar que, diferentemente do antiquarista (ou historicista, nas palavras de Benjamin), os historiadores e historiadoras devem estar atentos ao contínuo temporal que costura indissociavelmente nosso presente ao passado e ao futuro na trama do espaço-tempo.

A fratura deste *continuum* temporal e a associação da História unicamente ao passado tem um caráter ideológico – consciente ou não – dos mais perigosos e é fruto de um contexto específico. O século XIX foi o momento do surgimento da Egiptologia e da afirmação da História como disciplina acadêmica. Também foi neste momento histórico que a burguesia europeia se afirmou como classe dominante frente à nobreza e

no qual eclodiram seus primeiros grandes conflitos com os trabalhadores e trabalhadoras da Europa.

No bojo deste contexto os historiadores tradicionais, inseridos no *establishment* acadêmico das principais nações europeias, dinamitaram o *continuum* temporal e o separaram nos três elementos que Josep Fontana nomeou como História, Economia Política e Projeto Social, identificáveis, respectivamente ao passado, ao presente e ao futuro. O autor catalão os define da seguinte maneira:

(...) uma história, suposta narração objetiva dos acontecimentos significativos do passado; uma economia política, suposta descrição “científica” e imparcial do funcionamento da sociedade; e uns projetos políticos destinados a resolver os problemas do presente, realizáveis no marco da economia política admitida¹.

Dentro deste quadro, o papel dos historiadores modernos seria estudar desapassionadamente o passado, livres de quaisquer preconceitos culturais ou políticos. Felizmente, ainda no século XIX, começou-se a executar a crítica dessa História “neutra”, entendendo-se que, embora deva ser buscada, a neutralidade é inatingível.

Moreno García faz uma genealogia dos estudos egiptológicos inserindo-os neste contexto do oitocentos, um período de crise da racionalidade e de mal-estar da modernidade após o ocorrido na Revolução Francesa e nas Guerras Napoleônicas. Segundo o autor, naquele momento a Antiguidade Clássica e sua valorização da “democracia” foram condenadas por seu envolvimento com a política, abrindo-se espaço para o interesse pelo Egito Antigo, que, evidentemente, estava correlacionado com a perspectiva orientalista adjacente ao neocolonialismo europeu na África.

O Egito faraônico foi valorizado como uma sociedade imutável e hierárquica, mas, ao mesmo tempo, como um paraíso de beleza e espiritualidade, que alimentava a nostalgia por um passado idealizado (que na Europa se dava por meio da criação de um espírito nacional baseado nos povos originários e em seu passado mítico).

Neste contexto, a Arqueologia acabou caindo na tentação de prover o palco para a encenação dos sonhos com este passado idealizado e paraíso perdido. Moreno García destacou, ainda, que a Mesopotâmia “não fez tanto sucesso” porque seus principais

¹ FONTANA, Josep, **História: análise do passado e projeto social**, Bauru: EDUSC, 1998, p. 10.

tesouros eram constituídos por tabletes judiciais e econômicos, com uma proporção menor de obras-primas artísticas do que o Egito, com suas peças de arte maravilhosas².

Outro dos motivos que alimenta essa lógica é a necessidade de patrocínio para as missões de pesquisa. O financiamento é atraído à custa da manutenção de uma perspectiva de mistério e aventura, impulsionada por figuras ficcionais como Indiana Jones, em conjunto com a possibilidade de encontrar tesouros que venham a ficar mundialmente famosos.

Neste contexto, prevalece a concepção chamada por Moreno García de “Egito eterno”, uma construção ideológica sobre a realidade faraônica produzida pelos intelectuais conservadores no contexto do declínio dos valores culturais da Europa do século XIX, e reforçada no contexto incerto da pós-modernidade³.

O “Egito eterno” era o local da graça, da beleza, da piedade religiosa, e de outros elementos que acabavam por negar qualquer conflito dentro daquela civilização em prol de uma perspectiva integradora e harmoniosa que tinha no faraó a figura paterna onipotente, porém sábia e preocupada com sua população.

Esta visão idealizada do passado afetou em especial dois períodos da história egípcia. O Egito pós-faraônico foi considerado um momento de retorno à barbárie, enquanto o período pré-dinástico foi descartado numa tentativa de afastar qualquer ligação possível de uma grande civilização com sua origem africana.

O Egito faraônico deveria, então, ser preservado como uma ilha de graça e beleza, regularmente entregando seus tesouros aos arqueólogos devotados que buscavam pelas obras primas que abasteciam o mito do Egito eterno. Sob essas premissas, tem-se afirmado corretamente que a ideia de avanço na disciplina centrou-se mais na descoberta de novos monumentos do que em novas interpretações⁴.

Em consequência deste quadro, houve uma concentração no estudo de monumentos prestigiosos e que aos olhos modernos tinham grande valor artístico, como tumbas, templos e palácios. Isto acabou levando ao abandono das iniciativas de explicação das realidades sociais do Antigo Egito em favor de uma perspectiva descritiva.

² MORENO GARCÍA, Juan Carlos, From Dracula to Rostvtzeff or: The Misadventures of Economic History in early Egyptology., *in*: FTIZENREITER, M. (Org.), **Das Ereignis Geschichtsschreibung zwischen Vorfall und Befund.**, London: Golden House Publications, 2009, p. 175–179.

³ MORENO GARCÍA, Juan Carlos, The cursed discipline? The peculiarities of Egyptology at the turn of the Twenty-First century, *in*: CARRUTHERS, William (Org.), **Histories of Egyptology: interdisciplinary measures**, New York: Routledge, 2015, p. 59.

⁴ MORENO GARCÍA, From Dracula to Rostvtzeff or: The Misadventures of Economic History in early Egyptology., p. 183.

Como resultado, a Egiptologia esteve mais próxima da tradição das *Belas Artes* e da Filologia do que da História ou mesmo da Arqueologia. Assim,

De forma não surpreendente, descrição e o conhecimento das fontes têm sido muito frequentemente confundidos com análises de verdade. (...) egiptólogos acham difícil integrar essa rica herança [as muitas fontes] com narrativas sociais e históricas sofisticadas, ainda mais para contribuir de qualquer maneira estimulante para as discussões em história antiga, arqueologia, antropologia e ciências sociais. O isolamento acadêmico, então, parece fortemente responsável pela suposição, comum entre os cientistas sociais, que o Egito antigo era dominado pela religião e por práticas sociais conservadoras, enquanto a economia, a política, o conflito social ou os assuntos geopolíticos parecem quase como inexistentes⁵.

Se a História Antiga, como destacou Finley, já é marcada pela excessiva crença no discurso das fontes, em razão da ligação da área com o estudo da língua e da literatura antigas, na Egiptologia esta tendência se avoluma porque ela não foi beneficiada, como os estudos da Antiguidade europeia, pela adoção de novos métodos a partir do diálogo interdisciplinar e do uso de modelos criados para outras realidades histórico-sociais.

Na verdade, muitos egiptólogos e egiptólogas hoje em dia estão se confrontando com uma avaliação crítica do desempenho de Egiptologia como disciplina acadêmica. O espanhol José M. Parra declara, neste sentido, que as pesquisas sobre a Antiguidade egípcia estão atrasadas metodologicamente em relação a outros campos de estudo do passado⁶, enquanto Moreno García é ainda mais enfático:

(...) filologia e pesquisas orientadas por objetivos, normalmente no quadro de perspectivas ultrapassadas, transformaram a Egiptologia numa disciplina cujas práticas, conceitos e preocupações intelectuais são simplesmente externos aos debates correntes na história antiga e na arqueologia.

Mesmo quando se aproximaram de outras ciências humanas em busca de novas metodologias, o que boa parte dos egiptólogos fez foi modernizar o passado faraônico a partir de interpretações que lhe impõem várias das concepções circunscritas à nossa realidade. Exatamente o oposto daquilo que Marc Bloch sugeriu com a defesa da substituição de uma “impregnação instintiva” por uma “observação voluntária e controlada”.

⁵ MORENO GARCÍA, The cursed discipline? The peculiarities of Egyptology at the turn of the Twenty-First century, p. 56–57.

⁶ PARRA, José Miguel, Prefácio, *in*: PARRA, José Miguel (Org.), **El Antiguo Egipto: Sociedad, Economía, Política.**, Madrid: Marcial Pons, 2009.

Isto se articula à afirmação de Ciro Cardoso de que a Egiptologia é, muitas vezes, infensa ao debate teórico⁷. A carência de conhecimentos teóricos mais aprofundados permite a aplicação anacrônica de modelos econômicos e sociais, além da ausência de discussões sobre o presente e sua articulação com o passado. Estes erros acabam sendo fatais para uma forma de conhecimento retrospectiva como a da História, conforme demonstram as epígrafes desta introdução.

A tentativa de superar a descrição e construir um quadro explicativo da sociedade faraônica demanda o entendimento crítico do presente, na busca por um modelo teórico que não projete uma realidade alheia àquele contexto histórico. Desta maneira, a teoria articula os vestígios empíricos do passado, mas, ao mesmo tempo, tem uma ação no presente (e no futuro) que está relacionada ao posicionamento político que defende, independentemente da consciência do profissional que a professa.

Exemplos que podem ser dados no que se refere aos temas abordados neste trabalho são as interpretações do Estado, da Economia e do Imperialismo faraônicos, para as quais se transpõem, respectivamente, modelos contratualistas, mercadológicos e neocolonialistas de sociedades que se estabeleceram cerca de três milênios depois.

No caso específico do Estado, a perspectiva jusnaturalista acaba por estabelecer o cenário de uma sociedade harmônica, na qual o conflito se restringe aos embates com elementos do exterior. Isto não só diminui o importante papel das disputas internas, como também exacerba uma lógica de enfrentamento em relação aos estrangeiros que dificulta a compreensão das reais relações imperialistas.

Minha perspectiva parte da visão justamente contrária, segundo a qual as sociedades desiguais são permeadas pelo conflito constante⁸. Logo, para entender tanto o Estado quanto o Império egípcios, é necessário analisar como as diferentes sociedades e grupos sociais que as compõem também estão envolvidos em disputas e conflitos internos.

A aplicação de modelos teóricos na Egiptologia rompe com a ideia do “Egito eterno”, desmitificando e humanizando aquela sociedade. As áreas periféricas do campo da Egiptologia têm tido um papel fundamental neste processo, como mencionou José M. Parra para o caso espanhol⁹. Assim como a Espanha, a América Latina (e, portanto o

⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion, A economia e as concepções econômicas no egito faraônico: síntese de alguns debates, **História Econômica & História de Empresas**, v. 6, n. 1, 2003, p. 152.

⁸ FONTES, Virgínia, História e Conflito, *in*: BADARÓ, Marcelo (Org.), **História. Pensar e Fazer.**, Niterói: LDH, 1998, p. 33–52.

⁹ PARRA, Prefácio.

Brasil) não tem tradição de Egiptologia acadêmica. Dentre as muitas dificuldades decorrentes disto, há pelo menos um benefício, a formação distinta que temos em relação aos grandes centros de pesquisa possibilita uma perspectiva renovada, livre das amarras do tradicionalismo relativo à constituição da área na Europa do século XIX. O centro desta distinção se manifesta no vigoroso diálogo interdisciplinar que possibilita novas abordagens teóricas e metodológicas.

A compreensão da importância do debate teórico se reflete numa posição epistemológica distinta da habitual no campo da Egiptologia, que trabalha tradicionalmente com uma análise indutiva, que parte do concreto das fontes para a criação de abstrações que visam descrever o funcionamento das estruturas sociais do Antigo Egito. Na via contrária, Marx afirma:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (...) as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento¹⁰.

Em outras palavras, embora o passado seja o ponto de partida efetivo, ele deve ser observado a partir de determinações abstratas para que possamos reconstruir este elemento concreto. Tais determinações abstratas nada mais são do que os modelos teóricos de sociedade que tomamos, consciente ou inconscientemente, como orientação para explicar o passado.

Na sua oficina, os historiadores e historiadoras promovem o que pode ser comparado ao processo de montagem de um quebra-cabeça um tanto peculiar. Primeiro, porque não contamos com todas as peças, uma vez que o passado nos lega apenas vestígios fragmentados e muitas vezes esparsos. Em segundo lugar, porque não temos uma imagem inicial para nos guiar na localização e encaixe das peças. Muito pelo contrário, a imagem final deve ser a construção do trabalho de pesquisa. Como devemos, então, proceder?

O uso das diferentes metodologias de trabalho com as fontes cria estratégias que facilitam o desenho da imagem construída sobre o passado, como na técnica de iniciar a montagem pelas pontas, conferindo quais fragmentos devem dar as linhas mestras da

¹⁰ MARX, Karl, **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 ; esboços da crítica da economia política**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 54.

interpretação. A falta da imagem inicial é suprida por um desenho geral abstrato, que só pode se provar correto a partir da tentativa de dar sentido aos conjuntos de peças durante a montagem. Este desenho geral utilizado como guia para dar sentido às peças são os modelos teóricos, lógicas gerais adaptadas à empiria nos diferentes casos.

Feita a partir do presente, a análise do passado não pode fugir das categorias de análise do nosso mundo. Marx metafORIZOU a premissa perfeitamente com a alegação de que a “anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco”¹¹. Somente a partir de nossos olhos é possível entender, explicar e dar significado ao passado no nosso presente. Só as formas mais complexas e bem acabadas é que podem auxiliar na compreensão das formações pretéritas. O método de análise das sociedades antigas deve, conseqüentemente, partir da crítica dos conceitos da nossa realidade.

Se os egípcios não contavam com palavras para expressar “Estado”, “Economia” e “Império”, isto não significa que nós não possamos, a partir das nossas realidades, identificar estruturas semelhantes no passado faraônico. É imperativo que tal procedimento não se dê de forma instintiva, mas, como afirmou Bloch, ocorra por meio de uma observação controlada. Este controle deve ser proveniente de um estudo crítico das categorias e da realidade na qual elas estão inseridas para que se possa, em seguida, proceder à sua aplicação, que necessita de um esforço muito mais ligado à constatação das diferenças em relação ao nosso mundo do que de igualdades anistóricas. Somente partindo da compreensão do que é o Estado hoje é que podemos, por contraste, compreender a estrutura estatal faraônica e explicá-la de maneira inteligível ao nosso presente.

Um passo neste caminho, dentro da Egiptologia, foi apontado por Carolyn Higginbotham para a análise do imperialismo do Reino Novo:

Nós precisamos continuar a redefinir nosso entendimento do sistema imperial egípcio e da vida nele. Nós apenas começamos a iluminar as complexidades das forças sociais, políticas e econômicas que trabalham neste império. Um elemento importante neste processo será o reconhecimento, crítica e modificação de nossas premissas sobre a natureza dos impérios em geral e este império em particular¹².

Pode se dizer que as discussões acerca das peculiaridades da Economia Antiga já estão consolidadas na Egiptologia, em virtude da influência que o debate entre

¹¹ *Ibid.*, p. 58.

¹² HIGGINBOTHAM, Carolyn, *Traveling the Ways of Horus.*, **Journal of Near East Archaeology**, v. 65, p. 30–34, 2002, p. 6.

Modernistas x Primitivistas teve na História Antiga desde o século XIX, e do diálogo com a Antropologia Econômica de autores como Karl Polanyi¹³. A realidade atual da análise do Estado faraônico, por outro lado, não avançou muito, como constatou recentemente Moreno García: “O pensamento histórico sobre este tópico tem sido surpreendentemente raro e o impacto de pesquisas comparadas sobre Estados Antigos na Egiptologia tem sido marginal”¹⁴.

O autor atribui este atraso a dois motivos principais: 1) a continuidade da ideia de que a monarquia faraônica seguia o modelo burocrático absolutista; 2) o isolamento da Egiptologia de outras ciências sociais. Na realidade, o próprio conceito de uma monarquia absolutista tem sido matizado, oferecendo interpretações mais complexas do que aquelas próximas da ideia de autocracia ou despotismo, buscando-se complexificar o quadro de integração das elites pela consideração da necessidade da negociação constante com a Coroa para a manutenção do regime.

Os próprios estudos sobre as formações estatais africanas apontam para diferenças sensíveis em relação aos Estados modernos europeus que, na maioria das vezes, servem como modelo, consciente ou não, para explicar a realidade egípcia. Trabalhos como o de Southall demonstraram como uma formação estatal africana – no caso específico, a dos allur – pode ter uma estrutura segmentária, distinta da centralização da modernidade europeia. Ademais, o autor indica como elementos constituintes do que entendemos como realidade “estatal” podem ser encontrados em outras instituições¹⁵.

Certa vez, Ciro Cardoso falou sobre sua intenção de estudar o Estado faraônico em busca da compreensão de seus mecanismos de funcionamento. Assim como Marx n’*O Capital*, Cardoso faleceu antes de concretizar suas análises da estrutura estatal em seus escritos finais sobre a Economia egípcia. Todavia, frente à minha curiosidade sobre o tema, comentou, com simplicidade, que seus planos incluíam a demonstração de que o

¹³ Sobre isto, ver especialmente CARDOSO, A economia e as concepções econômicas no Egipto faraônico; FRIZZO, Fábio, História, atualização do passado e estilhaços messiânicos de uma revolta popular no III Milênio a.C., **História e Luta de Classes**, n. 14, p. 11–17, 2012; KEMP, Barry J, **El antiguo Egipto: anatomía de una civilización**, Barcelona: Crítica, 1992; BLEIBERG, Edward, **The official gift in ancient Egypt**, Norman: University of Oklahoma Press, 1996; SMITH, Stuart, **Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt’s Nubian Empire**, London and New York: Routledge, 2003; JANSSEN, Jac. J., Prolegomena to the Study of Egypt’s Economic History during the New Kingdom, **Studien zur Altägyptischen Kultur**, v. 3, p. 127–185, 1975.

¹⁴ MORENO GARCÍA, Juan Carlos, Recent Developments in the Social and Economic History of Ancient Egypt, **Journal of Ancient Near Eastern History**, v. 1, n. 2, p. 231–261, 2014, p. 254.

¹⁵ SOUTHALL, Aidan, The Segmentary State in Africa and Asia, **Comparative Studies in Society and History**, v. 30, n. 1, p. 52–82, 1988.

Estado no Egito Antigo era um *locus* da exploração da classe dominante sobre os grupos subalternos. Com a ingenuidade de um jovem estudante pensei, na época, que esta afirmação parecia um tanto óbvia, ao que ele me respondeu, indignado, que, mesmo que fosse óbvia, nunca havia sido comprovada.

Os descaminhos da vida acadêmica acabaram por me trazer a esta tese, que tenta, a partir dos poucos estudos qualificados sobre o tema¹⁶, contribuir para a explicação das estruturas estatais e suas relações com as dinâmicas de dominação, exploração e resistência, tanto no âmbito interno quanto no cenário imperial do Reino Novo.

Para alcançar este objetivo, nossa principal hipótese de trabalho é a de que o Império egípcio desenvolveu uma formação econômica baseada na manutenção e subsunção das estruturas nativas das regiões dominadas, tendo como base o modelo de exploração do próprio Estado faraônico, estruturado sobre a forma de extração de excedentes das comunidades aldeãs e se aproveitando de suas lógicas de organização tradicionais.

A comprovação de uma hipótese geral como esta implica na construção tanto de um modelo de Estado quanto de imperialismo adequados à realidade do Egito do Reino Novo. Um objeto de estudo desta monta, apontando para a construção de modelos generalizantes, demanda a utilização de uma metodologia diferente da habitualmente empregada pela Egíptologia. Distante de um estudo exaustivo de um pequeno *corpus* documental, buscamos ampliar o escopo de análise na tentativa de demonstrar nossas suposições a partir de um conjunto o mais variado possível de fontes. Optou-se, portanto, por abrir mão da exaustividade em virtude da construção de um modelo, com a consciência da necessidade de fazer avançar as pesquisas com a ampliação do universo dos dados empíricos.

A estrutura da tese foi logicamente dividida em duas partes relativas aos principais conceitos abordados. A primeira dedica-se ao Estado e é composta pelos dois primeiros capítulos, enquanto a segunda inclui uma pequena introdução e mais dois capítulos sobre as diferentes realidades imperialistas do Reino Novo.

O capítulo 1 refere-se à discussão das diferentes abordagens da estrutura estatal egípcia, que foram enquadradas dentro do rótulo analítico de interpretações idealistas do

¹⁶ Penso aqui especificamente nos trabalhos de Marcelo Campagno, como, por exemplo: CAMPAGNO, Marcelo, **Estudios sobre parentesco y estado en el antiguo Egipto**, Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006.

Estado. Neste sentido, tentou-se demonstrar que as leituras tradicionais tiveram dificuldades para desenvolver o tema da estrutura estatal porque se concentraram excessivamente no papel da monarquia divina. Tal concentração fundamentou-se em três bases: 1) uma base documental, ligada ao caráter das fontes faraônicas, que refletem majoritariamente a perspectiva monárquica; 2) uma base historiográfico-egiptológica, que se reflete na tradição interpretativa orientalista das estruturas políticas do Egito faraônico como exemplo de um modelo simplório de despotismo oriental; 3) uma base teórica referente às dificuldades com conceitos como o de Estado, monarquia, governo, além da naturalização de modelos teóricos construídos em momentos específicos da história e que cumprem até hoje papéis políticos importantes na manutenção do *status quo*, como a perspectiva contratualista liberal.

No segundo capítulo da Parte 1 buscou-se avançar em uma proposta de modelo para o Estado egípcio a partir de uma interpretação materialista. Para isto, tratou-se de partir de uma perspectiva que entende as sociedades como conjuntos estruturados por conflitos e o Estado como forma de organização social que possibilita a manutenção da exploração na luta de classes. A discussão teórica avançou no sentido de uma definição de Estado dialética, composta pelo par conceitual Estado material-Estado político, sendo o primeiro uma forma de organização social e o segundo a sua “objetificação” em um aparelho estatal hegemônico pela classe dominante. Este modelo tenta resolver os problemas interpretativos mantidos pela Egíptologia por carência de discussão conceitual, como, por exemplo, as oposições entre Estado e templos ou Estado e elites provinciais.

A perspectiva do conflito excede o nível da luta de classes, manifestando-se no interior da classe dominante a partir da constatação de que suas diferentes frações disputam a hegemonia sobre o Estado político. A história do Egito faraônico passa, segundo esta interpretação, a ser compreendida como dividida entre momentos de centralização, em que uma fração de classe consegue submeter as outras à sua hegemonia, e aqueles períodos conhecidos como intermediários, que podem ser associados a momentos de crise de hegemonia nos quais nenhuma fração é forte o bastante para se impor sobre as outras e unificar o conjunto.

Isto leva à percepção da estrutura estatal egípcia como regida pela dinâmica identificada como uma centralização baseada no descentramento de poderes. Em outras palavras, numa monarquia que só consegue exercer seu domínio sobre um Estado territorial como o Egito (e, por consequência também sobre o império) porque é capaz

de descentrar o poder, subsumindo estruturas locais previamente existentes e transformando-as em correia de transmissão do controle monárquico.

Uma das maneiras de demonstrar este descentramento baseado na subsunção de estruturas locais é através da análise das comunidades aldeãs. Seguindo a orientação de Southall e Gramsci, buscou-se demonstrar que determinadas funções estatais são reproduzidas no interior das comunidades aldeãs por suas próprias instituições tradicionais, e sem o envolvimento de agentes do aparelho de Estado, como exemplificado pelos conselhos de aldeia.

Por fim, a primeira parte da tese é encerrada com uma breve conclusão acerca da expansão da estrutura estatal faraônica no período imperial do Reino Novo, tanto no que se refere ao âmbito interno quanto ao internacional.

A Parte II inicia-se com a discussão de conceitos como “império” e “imperialismo”, suas realidades na sociedade atual e suas possibilidades de aplicação para o mundo antigo e o Egito faraônico em especial, principalmente no contexto do período sobre o qual nos debruçamos.

O capítulo 3 da tese dedica-se às relações entre o Egito e seu império meridional. A questão é introduzida por um debate sobre a africanidade do Egito faraônico e seus contatos imperiais com outras sociedades daquele continente. Isto é feito à luz de uma perspectiva que tenta ser crítica em relação aos preconceitos estabelecidos pelas leituras tradicionais da relação entre o Egito e a Núbia.

Na tentativa de estabelecer um panorama crítico das discussões atuais sobre os contatos imperiais e pré-imperiais entre a “Terra Negra” e as diferentes populações daquilo que se convencionou designar, mais tarde, como Núbia, buscou-se demonstrar as peculiaridades das relações com Wawat e Kush. Neste sentido, discutiram-se as estratégias egípcias de domínio e a validade de conceitos como “egipcianização”.

A hipótese central deste capítulo é de que o domínio faraônico, de forma semelhante à lógica estatal interna, utilizou-se das estruturas locais de poder, subsumindo-as aos interesses imperialistas. Tendo em vista que na Baixa Núbia as relações sociais anteriores eram marcadas por uma organização com baixos níveis de hierarquização social, acabou sendo necessário estimular o surgimento de uma estrutura de classe para facilitar as tarefas de exploração, especialmente das pujantes reservas auríferas necessárias, de diferentes maneiras, à manutenção da elite imperial.

O projeto faraônico de controle instituído sobre as estruturas nativas possibilitou o desenvolvimento de uma classe dominante na Baixa Núbia, que acabou se

apropriando de símbolos culturais egípcios para fortalecer seu *status* perante as comunidades produtoras locais a partir da proximidade com o centro do império.

A relação com Kush (especialmente após a Terceira Catarata) deu-se de maneira um pouco distinta, já que a sociedade local havia passado pelo processo que foi chamado de “Revolução Urbana” e, conseqüentemente, já contava com uma organização social estatal. Ali, o império faraônico constituiu relações vantajosas de troca e, provavelmente, submeteu os chefes nativos a vínculos de dependência com o monarca da “Terra Negra”.

No capítulo 4 buscou-se analisar as relações do Egito com as regiões da Síria-Palestina que estavam sob a sua hegemonia imperial. Para isto, traçamos um rápido histórico dos contatos com diferentes localidades do Levante desde o Reino Antigo, desembocando na situação, atípica na história faraônica, da ocupação hicsa do Delta durante o II Período Intermediário.

Diferentemente da realidade dos laços com a Núbia, na Ásia Ocidental os egípcios tinham que lidar com uma multiplicidade de formações político-sociais diferentes, compostas pelo que se convencionou chamar de grandes reinos (Mitanni, Hatti, Babilônia entre outros) e pequenos reinos (cidades-Estado que orbitavam na esfera de influência das organizações maiores). As classes dominantes da região já exerciam um papel consolidado de exploração dos campesinatos nativos e se identificavam como uma elite militar conhecida como *maryannu*, especializada na utilização dos carros de guerra.

Parte da Egiptologia trata o II Período Intermediário como marcado por uma espécie de “Guerra Fria”, uma tensa convivência entre o poder do faraó tebano em oposição aos governantes kushita, no sul, na cidade de Kerma, e hicsa, no norte, na cidade de Avaris.

O Reino Novo nasce no contexto das guerras de reconquista e reunificação da “Terra Negra”, num movimento que foi por muito tempo interpretado como uma expansão com motivos xenófobos, levando os egípcios à expansão para a Síria-Palestina e a Núbia. Por outro lado, estabeleceu-se uma discussão sobre quais teriam sido as verdadeiras motivações deste expansionismo imperial, questionando-se seu caráter de estratégia de defesa ou de exploração econômica.

No que diz respeito ao império faraônico no Levante durante os primeiros monarcas da XVIIIª Dinastia, identificam-se posições maximalistas que apontam para a existência de uma estrutura imperial desde o início do Reino Novo, e outras,

minimalistas, que afirmam que, pelo menos até o reinado de Thutmés III, o Egito se ateve a pequenas expedições militares. Soma-se a isto uma questão referente à arqueologia da Síria-Palestina que mostra, em muitos sítios, sinais de destruição nos níveis estatigráficos referentes ao período, gerando uma dúvida sobre o papel das tropas egípcias neste processo.

De toda maneira, há um consenso de que Thutmés III teria promovido um salto qualitativo no que se refere à organização do império egípcio. Inserido em um contexto geopolítico de fortalecimento internacional do grande reino de Mitanni no cenário do Antigo Oriente Próximo, e de criação de alianças rebeldes entre pequenos governantes levantinos, Thutmés III mobilizou muitos soldados e comandou o exército na região a fim de assegurar o domínio faraônico.

Após suas vitórias em importantes batalhas, notadamente na cidade de Megiddo contra uma liga de vários príncipes locais apoiados por Mitanni, o faraó conquistador liderou os esforços para consolidar a hegemonia egípcia na região. Para tanto recorreu a uma ocupação mais efetiva e a um sistema administrativo permanente, especialmente nas regiões costeiras, visando não apenas manter o fluxo de bens de prestígio provenientes da confluência de rotas de comércio, mas também garantir o abastecimento de guarnições que poderiam agir na área.

A organização imperial de Thutmés III fez com que a ocupação egípcia na Síria-Palestina abandonasse paulatinamente o seu caráter principalmente militar em prol de uma dinâmica não militarizada, comumente identificada com uma administração “civil” baseada nos príncipes locais, fiscalizados por poucos funcionários enviados da “Terra Negra” e vigiados por guarnições móveis. O abastecimento desta estrutura dava-se majoritariamente por meio da tributação local tanto em gênero quanto em trabalho.

Apesar da consolidação de um sistema de gerenciamento imperialista, a Egiptologia debate as mudanças causadas nas relações internacionais do Egito com as modificações estruturais internas levadas à frente por Akhenaton durante o período que ficou conhecido como “Reforma de Amarna”. Em um contexto de aumento das sedições entre os pequenos reis da Síria-Palestina, e de fortalecimento do grande reino de Hatti no cenário geopolítico internacional, a leitura tradicional – que buscamos contestar – é de que o faraó reformador abandonou as regiões imperiais fora do Egito em virtude de uma maior concentração nos assuntos religiosos internos.

A documentação relativa às relações diplomáticas internacionais no período é riquíssima, graças ao *corpus* que se convencionou chamar de *Cartas de Amarna*. Esta

documentação mostra diversos apelos de chefes levantinos que estavam sob a hegemonia do faraó, em busca de auxílio militar para enfrentar as investidas de outros líderes locais, muitos dos quais influenciados pelos hititas. Diferentemente da interpretação tradicional, buscamos demonstrar que as ações faraônicas neste contexto não significaram um abandono das áreas externas do império, mas, pelo contrário, a manutenção de uma política que visava enfraquecer os governantes nativos através da incitação dos conflitos entre eles.

Outros indícios apontam para a manutenção da atividade imperialista organizada durante o reinado de Akhenaton, como uma campanha militar organizada no final de seu período, contra os hititas na cidade de Amqa, na qual provavelmente o futuro monarca Horemheb teve um papel importante. Outrossim, mantiveram-se as cenas de entregas de tributos trazidos por chefes estrangeiros à corte do faraó em ocasiões festivas, independentemente da modificação de vários aspectos do cânone artístico da elite egípcia.

A restauração posterior ao governo de Akhenaton e, especialmente, após a crise dinástica que se instaurou depois da morte prematura de seu sucessor, Tutankhamon, marcou o auge do fortalecimento da fração militar da classe dominante egípcia, levando ao trono o general Horemheb e dando início a uma nova dinastia na história da “Terra Negra”. Por outro lado, o contexto internacional de fortalecimento dos hititas levou a um aumento da presença egípcia na Síria-Palestina, notado principalmente a partir da arqueologia.

Diferentes interpretações são feitas acerca desta nova fase do imperialismo faraônico na periferia setentrional. Em geral, defende-se um modelo de governo direto no qual bases egípcias foram construídas e ocupadas tanto por funcionários administrativos quanto por artesãos e soldados. Neste caso, a presença de mais habitantes da “Terra Negra” na região explicaria o recrudescimento da cerâmica egípcia ou de estilo egípcio. Há, por outro lado, um modelo de emulação da elite, no qual se afirma que os objetos de estilo egípcio não estão diretamente relacionados à presença de funcionários do aparelho faraônico na região, mas sim à egipcianização das elites locais. Muito embora estas duas explicações apareçam, geralmente, como mutuamente excludentes, é possível conjugá-las como complementares, indicando a presença de egípcios na região e, ao mesmo tempo, um processo no qual pelo menos parte da população local passou a desenvolver gostos que mesclavam elementos de estilo egípcio com outros de características nativas.

A hipótese central do capítulo emula aquelas presentes nos dois anteriores, ou seja, a forma de exploração econômica se dava através da inserção de uma estrutura tributária e de controle que aproveitava ao máximo as hierarquias de poder locais, subsumindo seu funcionamento às necessidades da manutenção do império faraônico.

A importância de garantir os fluxos de bens de prestígio ligados às rotas comerciais que cruzavam a Síria-Palestina e seus portos, conectando a Ásia às sociedades mediterrânicas, fez com que o Egito desenvolvesse seus mecanismos imperiais. Tais mecanismos envolviam governantes nativos, inseridos por meio de laços de dependência pessoal, supervisionados por uma pequena estrutura administrativa flutuante composta fundamentalmente por poucos cargos.

Da mesma maneira que na Núbia, boa parte dos tributos era utilizada localmente, enquanto os elementos direcionados ao centro imperial eram basicamente bens de prestígio necessários à manutenção de uma crescente classe dominante imperial.

No Levante, o Egito utilizou-se ainda da ideologia tradicional na região, baseada no estabelecimento de laços de reciprocidade desigual que ligavam os pequenos reis aos monarcas dos grandes impérios territoriais, subvertendo-a para que funcionasse mais próxima da visão de mundo particularista do faraó como grande responsável por todo o universo. Neste sentido, a fidelidade dos chefes locais, que deveria, na perspectiva Próximo-Oriental, ser reciprocada com proteção, acabava por dar lugar a uma relação de dependência na qual o rei-deus do Egito concedia o “alento da vida” em troca do serviço dos seus súditos estrangeiros. Deve-se ressaltar, contudo, que, apesar de estarem enredadas em relações distintas daquelas a que estavam acostumadas, as classes dominantes da Síria-Palestina garantiam vantagens e a manutenção de seu *status quo* a partir dos contatos com o centro imperial.

Em síntese, pode se argumentar que uma visão complexa, que tenta demonstrar as diferentes sociedades envolvidas no imperialismo egípcio do Reino Novo como compostas por conflitos internos, ajuda a entender como a exploração econômica dava-se tanto no cenário interno quanto externo à “Terra Negra”. Mais do que buscar uma oposição entre sociedades centrais e periféricas no império, deve-se atentar para como os diferentes grupos, com interesses distintos, articulam-se em tramas de alianças nas quais o domínio se dá por meio da integração de elementos periféricos à estrutura imperial, garantindo e aprofundando a exploração sobre as classes subalternas tanto do Egito quanto da Núbia ou da Síria-Palestina.

Por fim, cabem alguns esclarecimentos acerca das escolhas realizadas na elaboração deste trabalho. Buscou-se reduzir as referências cronológicas a elementos políticos mais gerais, como reinados e dinastias, e à periodização tradicional pautada por momentos de hegemonia e centralidade faraônica (Reinos Antigo, Médio e Novo) e períodos de crise de hegemonia, fragmentação do poder e ocupações estrangeiras (Períodos Intermediários). Isto foi feito no sentido de evitar as discussões acerca das diferentes datações para a cronologia da história antiga do Egito.

Da mesma maneira, reduzimos as referências à periodização da Núbia e da Síria-Palestina às suas sincronias com os cálculos temporais faraônicos, mas também tentamos respeitar as classificações tradicionais da arqueologia, como os estágios da Era do Bronze ou as nomeações de culturas como os Grupos A, B e C da Núbia, que, embora tenham uma existência diacrônica (por vezes extensa) auxiliam na localização espaço-temporal.

Na tentativa de não deixar o leitor completamente às cegas em relação às datações cronológicas tradicionais inseridas na dinâmica de uma História Geral, optou-se por manter tais referências apenas em tabelas cronológicas anexas, que dizem respeito às formas mais habituais de datação do Egito e da Síria-Palestina. No caso específico da “Terra Negra”, utilizou-se a cronologia sintetizada em um volume dedicado ao tema na última década¹⁷, a partir de estudos de inúmeros especialistas. Tais estudos conjugaram: 1) alusões temporais baseadas no sincronismo com outras sociedades do Oriente Próximo, que estiveram em contato com os egípcios e mencionando os mesmos acontecimentos; 2) determinações astronômicas, que incluíram referências solares, outras ligadas aos alinhamentos estelares, ao calendário lunar e a fenômenos como eclipses; 3) processos de datação científico-laboratoriais, incluindo a análise de artefatos por meio do radiocarbono e da luminescência.

O segundo esclarecimento refere-se aos textos e traduções utilizadas. Buscou-se cotejar traduções dos textos para diferentes línguas modernas, privilegiando as mais recentes e, quando existentes e acessíveis, valorizando os poucos trabalhos de transposição direta para o português. Sempre que possível, tentou-se comparar as traduções com seus textos originais hieroglíficos ou, pelo menos, com suas transliterações, conforme citadas pelos autores e autoras. As escolhas finais constam nas notas de rodapé referentes às citações de fontes primárias, indicando qual a língua das

¹⁷ HORNUNG, Erik; KRAUSS, Rolf; WARBURTON, David A (Orgs.), **Ancient Egyptian chronology**, Leiden: Brill, 2006.

publicações utilizadas como referências principais para minha tradução para o português.

A última questão a ser esclarecida tem relação com a utilização de conceitos alheios à sociedade faraônica para tradução de termos originais egípcios. Visando proporcionar um melhor entendimento ao leitor, escolheu-se por seguir a tradição egiptológica do uso de termos adaptados de outras realidades, como “vizir”, “prefeito” ou “nomo”, em vez de manter as palavras na transliteração fonética hieroglífica. Tal opção deve-se não apenas à manutenção do vocabulário conceitual tradicional da área, mas também pela percepção de que a explicação das dinâmicas sociais do passado só pode partir de conceitos do presente. Não sendo egípcios antigos, cabe a nós historiadores e historiadoras a aplicação controlada do aparato conceitual a partir de uma análise crítica e cuidadosa das diferenças que nos separam do passado.

PARTE I

A ESTRUTURA ESTATAL EGÍPCIA

O pensamento histórico sobre este tópico [o Estado egípcio] tem sido surpreendentemente raro e o impacto na Egiptologia de pesquisas comparadas sobre Estados antigos tem sido marginal.

J. C. Moreno García, **Recent Developments in Social and Economic History of Ancient Egypt. (2009)**

...a história bíblica de José foi alegadamente considerada um retrato verdadeiro dos mecanismos do Estado egípcio, por meio de uma monarquia centralizada e toda poderosa, embora paternalista, que controlava todas as pessoas, atividades e recursos no Vale do Nilo graças à uma meticulosa burocracia.

J. C. Moreno García. **From Dracula to Rostvtzeff or: The Misadventures of Economic History in early Egiptology. (2014)**

Capítulo I – As visões tradicionais do Estado faraônico

“De fato, a própria existência desse tipo de contrato social entre o faraó e seus súditos faz a política simplesmente supérflua, colocando, portanto, o Egito separado de conflitos sociais comuns na história mundial”.

*J. C. Moreno García. **From Dracula to Rostvtzeff or: The Misadventures of Economic History in early Egiptology.** (2014)*

O Egito faraônico é reconhecido como o primeiro grande Estado territorial da história humana, com a emergência há cerca de cinco milênios de uma estrutura política que unificou um território consideravelmente extenso sob o poder de um monarca. Até então, as sociedades que haviam passado pelo processo identificado por Gordon Childe como “revolução urbana”¹⁸ e, portanto, já contavam com estruturas estatais, restringiam-se geograficamente a amplitudes muito mais circunscritas.

Muito embora tenha sido o primeiro exemplo histórico associado ao “Estado-nação”, os estudos acerca das estruturas estatais egípcias não se desenvolveram muito nos últimos séculos. Tal subdesenvolvimento é, até certo ponto, intrigante, uma vez que a enorme maioria das fontes legadas a nós pelos antigos egípcios é proveniente de uma base estatal, mais diretamente monárquica ou pelo menos religiosa – aspectos da vida social que estavam totalmente amalgamados na teocracia faraônica.

A Egiptologia cedeu ao problema da monarquia divina, sua definição e funcionamento, o posto de principal foco de discussões desde o início do século XX, com a publicação do *Du Caractère Religieux de la Royauté Pharaonique*, em 1902, por Alexandre Moret. Como esta monarquia se estabeleceu no IV Milênio a.C. concomitantemente ao aparelho estatal egípcio unificado, foi doravante encarada como instituição central do Estado¹⁹.

A concentração excessiva na monarquia divina me parece um dos elementos fundamentais para entender o subdesenvolvimento das discussões acerca da organização estatal no Egito faraônico. É necessário, todavia, apontar que tal concentração tem seus fundamentos em três bases estruturais: uma base documental, ligada ao caráter das

¹⁸ CHILDE, Vere Gordon, **A Evolução cultural do homem**, Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

¹⁹ BAINES, John, Kingship, Definition of Culture, and Legitimation., *in*: O’CONNOR, David B; SILVERMAN, David P (Orgs.), **Ancient Egyptian kingship**, Leiden; New York: E.J. Brill, 1995, p. 6.

fontes faraônicas; uma base historiográfico-egiptológica, advinda da tradição interpretativa das estruturas políticas orientais, no geral, e, mais especificamente, faraônicas; e uma base teórica, em razão da pouca clareza acerca do conceito de Estado e sua identificação à forma de governo ou a outras categorias.

No Egito, a monarquia é anterior à História. Uma das primeiras representações ligadas ao rei é a iconografia da coroa vermelha do Baixo Egito encontrada num fragmento de um vaso (Figura 1) do período pré-histórico conhecido como Nagada I, mesmo momento em que se notam os indícios iniciais de diferenciação social de riqueza por meio dos vestígios funerários. Desta maneira, a instituição monárquica e, conseqüentemente, a produção de fontes acerca desta é anterior ao Estado unificado, ainda que seja importante entender que tanto as instituições quanto o simbolismo da monarquia pré-dinástica são qualitativamente distintos daquele que aparece com a unificação, quando são formuladas claramente as ideias da união entre o rei e o cosmo presentes tanto na iconografia quanto na escrita hieroglífica²⁰.



Figura 1 - Caco de cerâmica negra com a coroa vermelha em alto relevo. Cova 1610, Período Nagada I (aprox. 3600 a.C.). Coleção do Ashmolean Museum.

²⁰ BAINES, John, *Origins of Egyptian Kingship.*, in: O'CONNOR, David B; SILVERMAN, David P (Orgs.), **Ancient Egyptian kingship**, Leiden; New York: E.J. Brill, 1995, p. 97-98.

A onipresença do monarca na vida cotidiana dos egípcios estava ligada ao estabelecimento de diversos feixes de representações. O eixo central relacionava a figura do rei como elemento chave para a conservação do cosmo organizado. O faraó era responsável, como portador da herança divina legada pelo demiurgo, pela vitória cotidiana da ordem sobre o caos, ou seja, pelo bom funcionamento da sociedade através da manutenção de *Maat*, deusa-conceito que incorporava as ideias de ordem, justiça, verdade, medida e equilíbrio.

Na estela de Sety I em Nauri (Figura 2), o faraó aparece oferecendo a deusa Maat, representada por sua pena, à tríade que representa as divindades mais importantes do Egito, da esquerda pra direita, Amon-Rá, Rá-Harakhty e Ptah, ligados retrospectivamente às cidades de Tebas, Heliópolis e Mênfis. Embora o decreto representado na estela seja destinado a uma doação ao culto de Osíris, o deus não aparece na figura, que está diretamente conectada à demonstração do papel do faraó na manutenção do cosmo organizado através da adoração das divindades e, dialeticamente, da manutenção de *maat*.

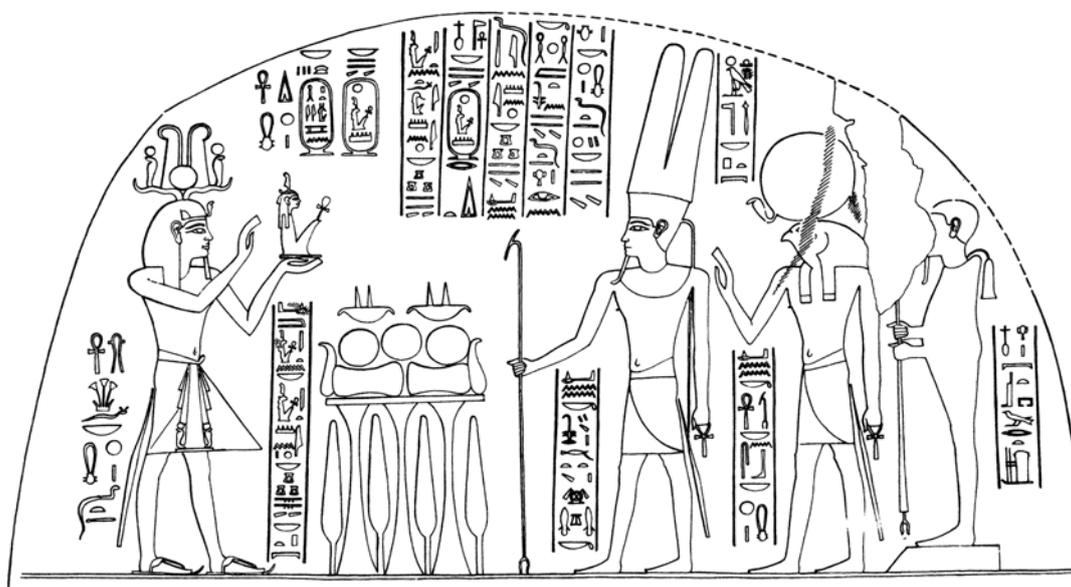


Figura 2 - Estela de Sety I em Nauri²¹.

O primeiro feixe de representações identificava o rei como único responsável por direito ao culto dos deuses e, portanto, dono do monopólio do contato com o

²¹ GRIFFITH, F. LI., The Abydos Decree of Seti I at Nauri, *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 13, n. 3/4, p. 193–208, 1927, p. 196.

sobrenatural. O segundo buscava representar o faraó como líder militar e chefe, massacrando os inimigos associados ao caos. O terceiro, claramente correlacionado aos primeiros, colocava o faraó como chefe de governo e encarregado da administração do país. Portanto, se, por um lado, são comuns as representações do monarca guerreiro, por outro, a própria palavra “faraó” deriva do termo *pr-ʿ3* (“Grande Residência” ou “Palácio”), referindo-se também ao local onde se encontravam os gabinetes administrativos aos quais se ligavam os agentes do poder central responsáveis pelas mais distintas funções administrativas de governo²².

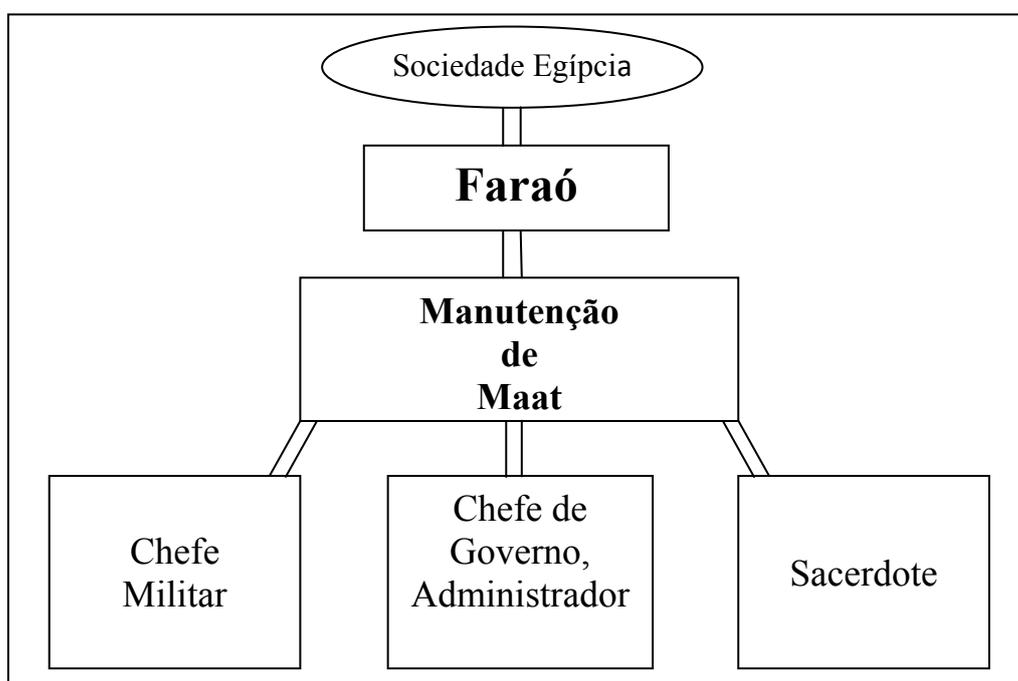


Figura 3 - Esquema das representações sociais ligadas ao faraó.²³

A imensa maioria das fontes sobre o Egito antigo acompanha a lógica da ideologia que coloca o monarca como centro gravitacional da sociedade. Monumentos arquitetônicos, composições iconográficas, textos administrativos ou literários, fossem de caráter governamental ou privado normalmente se referem ao rei, como é o caso das estelas funerárias particulares que repetiam a fórmula “oferenda que o rei dá”. Desta

²² O’CONNOR, David B; SILVERMAN, David P (Orgs.), **Ancient Egyptian kingship**, Leiden; New York: E.J. Brill, 1995, p. XIX–XX.

²³ O esquema das representações foi feito com base no trabalho de Ciro Cardoso acerca das representações sociais dos cultos templário e funerário no período raméssida. A sociedade egípcia aparece como grupo social de referência para os feixes de representações. CARDOSO, Ciro, **A Unidade Básica das Representações Sociais Relativas ao Culto Divino e ao Culto Funerário no Antigo Egito (Período Raméssida: 1307-1070 a.C. segundo a cronologia convencional, 1259-1069 segundo a cronologia curta)**., Niterói: Relatório de Pesquisa para o CNPq Inédito Cedido pelo Autor, 2003.

maneira, tanto as fontes quanto toda uma tradição egiptológica menos crítica acompanham uma distorção ideológica que tende a supervalorizar a monarquia.

O segundo motivo para a concentração na figura real é o fato de que a tradição interpretativa das estruturas político-sociais faraônicas foi, desde o início da Egiptologia, marcada por uma influência orientalista explícita que encontra seu âmago no conceito de despotismo oriental.

De forma mais geral, a ideia de despotismo está ligada ao exercício do poder por um governo sem os limites das leis, consuetudinárias ou escritas, e à aceitação subserviente por parte dos governados, incapazes de se governarem por si próprios. A primeira aparição literária do conceito deu-se na *Política* de Aristóteles. Nela, entre as formas de monarquia, o autor assinala o despotismo como aquela pertencente aos bárbaros asiáticos, acometidos de uma índole naturalmente servil, associando essa forma de dominação àquela de um patrão (em grego, *despótes*) sobre seu escravo. Os asiáticos, portanto, submeter-se-iam voluntariamente ao despotismo em razão da sua incapacidade natural para o autogoverno²⁴.

Os pensadores da política moderna deram continuidade ao trabalho de Aristóteles²⁵. Na *República*, Jean Bodin também associa o despotismo aos grandes impérios existentes na Ásia (mas não exclusivamente) e acrescenta a duração como um traço característico dessa formação política no Oriente, no qual indica especificamente a monarquia egípcia. A longa duração dava-se em virtude da plenitude e totalidade do poder, o que acabava por conferir aos súditos um caráter servil. Invertia-se a fórmula aristotélica, o caráter servil não aparecia como causa, mas como consequência de um governo.

A tradição política liberal foi a que orientou John Locke, em seu *Segundo Tratado sobre o Governo*, a buscar as relações entre a maneira de exercer o poder e a forma de propriedade, já que o exercício do poder dos indivíduos fluiria da livre disposição destes sobre suas propriedades privadas. No caso do poder despótico, os sujeitos não contariam com a possibilidade de ter propriedades, sendo o déspota o senhor de todas as terras. Isto ocasionaria um bloqueio ao desenvolvimento da sociedade civil.

²⁴ ARISTÓTELES, *Política*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, p. 113–114.

²⁵ BOBBIO, Norberto, Despotismo, *in*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.), *Dicionário de política*, Brasília: Universidade de Brasília: Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1.

Foi Montesquieu quem consagrou o conceito de despotismo oriental como tipo primário de governo, não como espécie de monarquia. No *Espírito das Leis*, ele afirma que o despotismo tem como natureza a submissão aos desejos e caprichos do soberano, que governa com base no medo, impondo aos súditos um estado de escravidão política e civil. Montesquieu é claro ao identificar os grandes impérios do Oriente como cenário deste tipo de regime, que mantinha tal região atrasada desde a Antiguidade. As razões do despotismo são ampliadas para além da índole servil dos povos, incorporando o elemento do clima, do meio ambiente e das instituições políticas conectadas à religião. Adam Smith, em sua *A Riqueza das Nações*, associou, para o caso chinês, as causas do despotismo oriental mais especificamente à necessidade de execução de obras públicas hidráulicas condicionada pelas características naturais do meio ambiente.

No século XIX, o tratamento dado por Hegel ao Oriente o levou a considerar que, naquelas sociedades, a política desenrolava-se apenas nos palácios, enquanto os camponeses jaziam imersos numa estrutura anistórica. A partir de seus estudos sobre a Índia pré-britânica, John Stuart Mill associou esse caráter imutável das comunidades aldeãs à união nestas da agricultura e do artesanato, afirmando que apesar do déspota ter a propriedade das terras em última instância, o usufruto pertencia aos camponeses mediante o pagamento de rendas.

Toda esta elaboração acerca do despotismo oriental, ligada à imutabilidade das formas de trabalho nas comunidades camponesas, à propriedade teórica das terras pelo monarca e ao exercício de poder conectado tanto à religião quanto à necessidade de obras hidráulicas orientou Marx e Engels ao desenvolvimento do seu conceito de Modo de Produção Asiático e sua posterior aplicação ao caso egípcio.

A Egptologia não se viu livre desta tradição orientalista marcada pela reafirmação acrítica de um pensamento que via os orientais como incapazes de autogoverno²⁶ e focou suas atenções na centralidade social da monarquia faraônica.

O último motivo, de caráter teórico, para a concentração da historiografia na figura real frente ao desenvolvimento das discussões sobre a organização estatal é uma confusão entre Estado, administração e formas de governo.

A bibliografia egiptológica sobre o poder estatal está focada primeiramente na forma de governo, i.e. monarquia teocrática faraônica²⁷, e, em segundo lugar, na

²⁶ SAID, Edward W., **Orientalismo**, Edição: de Bolso. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

²⁷ O'CONNOR; SILVERMAN (Orgs.), **Ancient Egyptian kingship**; SHAW, Ian, **Ancient Egypt a very short introduction**, Oxford; New York: Oxford University Press, 2004; CARDOSO, Ciro, **Antiguidade**

administração e na burocracia²⁸. Em geral, as obras que trabalham com a organização estatal concentram-se apenas em seu surgimento, no final do período pré-dinástico²⁹. Todavia, são raríssimas as discussões acerca do caráter geral do Estado, muito embora, em certos casos, este tema seja anunciado, mas executado numa das formas anteriormente descritas.

É fundamental, portanto, a diferenciação entre Estado (conceito que será discutido no decorrer deste trabalho); forma de governo³⁰, que no caso do Egito faraônico era a monarquia teocrática; administração, “conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal”³¹, e burocracia, que apesar de ser um termo polissêmico, poderia ser definido de forma mais simples como o conjunto das pessoas ocupando cargos ligados à administração estatal³².

A aliança entre burocracia ou administração e Estado pode ser decorrente de uma perspectiva empirista, que acredita na descrição das fontes como melhor caminho para encontrar o significado das estruturas históricas, sem a interferência de elementos modernos. Pierre Grandet se filia a tal corrente ao afirmar:

...nós permitiremos às próprias fontes egípcias e ao modelo intelectual que elas representam a falarem por si mesmas em vez de prover interpretações de fontes secundárias³³.

Oriental: Política e Religião, [s.l.]: Contexto, 1990; WILKINSON, Toby A. H; DODSON, Aidan (Orgs.), *The Monarchy*, in: **The Egyptian world**, London; New York: Routledge, 2007, p. 75–90.

²⁸ EXELL, Karen; NAUNTON, Christopher, *The Administration*, in: WILKINSON, Toby A. H (Org.), **The Egyptian world**, London; New York: Routledge, 2007, p. 91–104; GRANDET, Pierre, *The Ramessid State*, in: MORENO GARCIA, Juan Carlos (Org.), **Ancient Egyptian administration**, Leiden: Brill, 2013, p. 831–899.

²⁹ FLAMMINI, Roxana, *Configuraciones sociopolíticas en una coyuntura de descentralidad estatal: el Segundo Período Intermedio en el antiguo Egipto (c. 1800-1530 a. C.)*, in: DELL’ELICINE, Eleonora; FRANCISCO, Héctor; MICELI, Paola (Orgs.), **Pensar el Estado en las sociedades precapitalistas. Pertinencia, límites y condiciones del concepto de Estado**, Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2012, p. 19–50; JANSSEN, J. J., *The Egyptian Early State*, in: CLAESSEN, H. J. M; SKALNÍK, Peter (Orgs.), **The Early State**, The Hague: Mouton, 1978, p. 213–234; BAINES, *Origins of Egyptian Kingship.*; WARBURTON, David, **State and economy in ancient Egypt : fiscal vocabulary of the New Kingdom**, Fribourg Switzerland: University Press Fribourg ; etc; Göttingen, 1997.

³⁰ PASQUINO, Gianfranco, *Formas de Governo*, in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.), **Dicionário de política**, Brasília: Universidade de Brasília : Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 517–523.

³¹ PASTORI, Giorgio, *Administração Pública*, in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.), **Dicionário de política**, Brasília: Universidade de Brasília : Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 10.

³² GIRGLIOLI, Paolo, *Burocracia*, in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.), **Dicionário de política**, Brasília: Universidade de Brasília : Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 124–130.

³³ GRANDET, *The Ramessid State*, p. 832.

Cabe ao pesquisador, enfim, limitar-se à tradução e contextualização dos termos ligados ao Estado egípcio. Um dos principais elementos para alcançar tal objetivo são as titulaturas ligadas a cargos administrativos. Desta feita, fica a impressão de que um organograma de títulos e funções garante uma explicação do funcionamento das estruturas estatais. Por mais que estas sejam, efetivamente, fontes importantes para entender o Estado faraônico (em razão não apenas das funções, mas também das remunerações), cabe a ressalva expressa por Janssen:

...nós conhecemos uma grande quantidade de títulos, permitindo-nos, pela interpretação deles por meio do significado etimológico ou pelo que sabemos sobre eles a partir de períodos posteriores, sugerir alguns princípios básicos da estrutura de governo; o real funcionamento do Estado permanece absolutamente desconhecido, entretanto³⁴.

Se por um lado a Egíptologia peca ao igualar Estado, monarquia e administração/burocracia, por outro, existe uma dificuldade correlata no entendimento da estrutura estatal que é fruto de uma visão calcada em oposições binárias como “Estado x Templos” ou “Estado x Elites”.

Há uma leitura das estruturas de poder egípcias que mostra os templos como opositores ao poder estatal. Esta perspectiva dicotômica é tradicional na Egíptologia, em especial em virtude do fortalecimento do culto de Amon que ocorreu entre as XVIII^a e XX^a Dinastias. Ben Haring atribui tal dicotomia a dois pressupostos subjacentes a esta posição: 1) uma visão do Estado egípcio como uma organização estreita com interesse econômico único e bem definido, sob autoridade do faraó; 2) a percepção de que os templos tinham interesses incompatíveis com aqueles defendidos pelo Estado³⁵.

Um exemplo de um gigante da Egíptologia que compartilhou desta visão tradicional é o de Henry Breasted. Ao analisar o período de governo de Ramsés III, na XX^a Dinastia, a partir do Grande Papiro Harris, Breasted faz uma estimativa de todas as posses templárias no Egito, constatando o poder econômico do clero, em especial aquele ligado a Amon. A situação de enriquecimento e empoderamento dos sacerdotes teria se iniciado ainda na XVIII^a Dinastia, com a doação de dádivas pelos faraós aos templos no decorrer das conquistas imperiais. Gado, direitos de pesca, campos de linho, apiários, hortas, vinhas, minas, pedreiras, escravos e terras (na “Terra Negra” e no exterior)

³⁴ JANSSEN, The Egyptian Early State, p. 213.

³⁵ HARING, B. J. J., **Divine households : administrative and economic aspects of the New Kingdom royal memorial temples in western Thebes**, Leiden: Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, 1997, p. 17.

foram oferecidos às casas divinas. Em conjunto, o clero de Amon teria recebido, gradualmente, tanto isenções fiscais quanto a prerrogativa de supervisionar a administração estatal, levando a um processo que “*colocava em risco o equilíbrio econômico do Estado*”, identificado por Breasted como uma “*usurpação gradual do poder*”³⁶.

A interpretação de oposição entre Estado e templos foi corrente particularmente após os primeiros trabalhos com o Grande Papiro Harris, na virada do século XIX para o XX, uma vez que a maioria do texto refere-se às impressionantes doações feitas pelo faraó às casas divinas, que alcançam a marca dos 300 hectares. A dúvida sobre se os templos deveriam ou não pagar impostos colaborou para tal visão. Ao analisar diversos documentos, Klaus Baes afirma ser possível concluir que as terras templárias estavam obrigadas a pagar taxas, em geral seguindo a proporção de 1/10 da produção. Baes parte da análise de documentos como o Papiro de Taxação de Turim, por exemplo, que registra a coleta de 402 khar de grãos dos templos de Khnum e Nebu em Esna eventualmente entregues em Tebas³⁷.

Por fim, Breasted também viu nas reivindicações dos trabalhadores de Deir el-Medina acerca da fome e da irregularidade no pagamento de alimentos durante o governo de Ramsés III³⁸ a impossibilidade do faraó arcar com suas responsabilidades relativas à alimentação de seus trabalhadores, enquanto os templos estariam com seus silos cheios de grãos, fazendo com que o monarca apelasse aos sacerdotes para nutrir seus empregados.

Não deixa de ser curioso que o mesmo fato possa ser interpretado como uma prova de que os templos eram, pelo contrário, parte da mesma estrutura estatal, estando eles obrigados a responderem às ordens do faraó. Kemp chega a afirmar que se tem a impressão de que diversos silos de grãos de Tebas estavam sob o controle de uma unidade administrativa integrada com contabilidade centralizada e empregados da Coroa na folha de pagamento³⁹.

³⁶ BREASTED, James Henry, **A history of Egypt from the earliest times to the Persian conquest**, New York: C. Scribner's Sons, 1909, p. 492–496.

³⁷ BAER, Klaus, The Low Price Of Land In Ancient Egypt, **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 1, p. 25, 1962, p. 33.

³⁸ FRANDSEN, Paul, Editing Reality: The Turin Strike Papyrus, *in*: ISRAELIT-GROLL, Sarah (Org.), **Studies in Egyptology Presented to Miriam Lichtheim**, Jerusalem: Eisenbrauns, 1990.

³⁹ KEMP, Barry, Temple and Town in Ancient Egypt., *in*: UCKO, P. J.; TRINGHAM, Ruth; DIMBLEBY, Geoffrey (Orgs.), **Man, settlement and urbanism : proceedings of a meeting of the Research Seminar in Archaeology and Related Subjects held at the Institute of Archaeology, London University**, London: Duckworth, 1972, p. 659.

Janssen parece certo quando alega que o enfraquecimento do Estado em decorrência de um fortalecimento do culto de Amon perde o sentido se entendermos os templos como braço estatal. O autor cita o mesmo Papiro Harris para concluir que boa parte dos campos doados por Ramsés III destinou-se ao seu próprio templo funerário em Medinet Habu e que possivelmente uma grande parcela destas terras seria proveniente dos templos funerários de seus predecessores⁴⁰.

Forma ainda mais pitoresca de entender o papel desempenhado por fundações religiosas é aquela desenhada por Pierre Grandet. A partir do estudo aprofundado do próprio Papiro Harris, Grandet define uma fundação como consistindo numa riqueza de pessoas e recursos doada a um centro cultural (templo, estátua, tumba) com a autorização do faraó para transformar tais riquezas em herdades inalienáveis, estabelecendo uma autoridade perpétua de autogoverno sob a proteção do Estado⁴¹. Para o autor, havia uma “ficção legal” que permitia que o rei continuasse tendo um direito teórico sobre a terra da fundação, muito embora estas contassem com total autonomia. No sentido de explicar a fundo sua teoria, Grandet afirma que as doações para instituições eram “ficcionalis”, uma vez que eram patrimônios privados que doavam as benesses em busca da manutenção da integridade de suas propriedades contra a fragmentação que existiria no caso de passagem familiar hereditária. Desta maneira, as riquezas e o poder da elite permaneceriam dentro das famílias. O caráter monárquico das doações seria apenas uma forma ideológica com dois motivos principais: 1) manter a posição do rei como dono do universo; 2) garantir que o Estado teria o registro destas transferências patrimoniais. As dádivas desempenhavam ainda um caráter simbólico ou “modelo intelectual” no qual o faraó reencenava o momento da Criação, com uma doação similar àquela que ele teria recebido por herança do demiurgo⁴². De qualquer maneira, parece que o autor exagera em sua associação (não explícita!) entre as fundações templárias faraônicas e as homônimas medievais, retirando daí a perspectiva de que uma doação deveria ser importante para manter o patrimônio familiar, como ocorria nas entregas de terras aos patrimônios de mosteiros ou abadias do medievo cristão.

⁴⁰ JANSSEN, J. J., *The Role of the Temple in the Egyptian Economy of the New Kingdom*, in: LIPINSKI, Edward (Org.), **State and Temple Economy in the Ancient Near East II**, Leuven: [s.n.], 1979, p. 511.

⁴¹ GRANDET, *The Ramessid State*, p. 887.

⁴² *Ibid.*, p. 893–895.

Mais apropriado é afirmar que os templos não apenas pertenciam à estrutura estatal, como eram engrenagens fundamentais para seu funcionamento. Em artigo paradigmático, Kemp sumariza bem a questão da relação entre templos e Estado:

Por tempos os templos surgem claramente como apenas um braço da administração governamental. Tanto no início quanto no final do Reino Novo, encontramos o Vizir como a pessoa responsável em última instância pelo gerenciamento dos assuntos econômicos dos templos pelo menos no Alto Egito e que outros funcionários poderiam portar títulos que mostravam que suas carreiras englobavam ambas as esferas da administração⁴³.

A partir desta perspectiva, Janssen é categórico ao afirmar que, tendo em vista os templos como braços da administração, não é possível entender as doações monárquicas às fundações religiosas como um enfraquecimento do Estado frente ao culto⁴⁴. Neste sentido, as doações registradas no Grande Papiro Harris à fundação de Medinet Habu não poderiam ser vistas como aumento do poder do culto e Amon em relação ao Estado, contrariando a teoria da “usurpação gradual do poder” defendida por Breasted.

A outra oposição binária que dificulta o entendimento do funcionamento das estruturas estatais é aquela entre Estado e elites, fossem elas derivadas da burocracia central ou dos poderes locais.

O caso da dicotomia entre poder central e poderes locais é mais trabalhado na Egíptologia, em especial em relação ao Reino Antigo e na transição para o Primeiro Período Intermediário. Como desenvolveremos posteriormente, uma concepção estatal baseada no monopólio e na centralidade do poder é demasiadamente influenciada pelo conceito moderno de Estado de matriz liberal e romântica, refletindo a crítica à descentralização do período feudal. Neste sentido, elementos fragmentadores seriam uma ameaça à continuidade do Estado.

Miroslav Bárta, em sua análise do Reino Antigo, é categórico ao afirmar que

...o Estado do Reino Antigo somente esteve totalmente configurado no final da IVª Dinastia quando todas as instituições essenciais do Estado estavam formadas e totalmente operacionais. (...) Nós veremos que o declínio do Estado no final da VIª Dinastia resultou em tendências opostas: personalização, multiplicação e desintegração⁴⁵.

⁴³ KEMP, Temple and Town in Ancient Egypt., p. 659.

⁴⁴ JANSSEN, The Role of the Temple in the Egyptian Economy of the New Kingdom, p. 511.

⁴⁵ BÁRTA, Miroslav, Egyptian Kingship during the Old Kingdom, *in*: HILL, Jane A.; JONES, Philip; MORALES, Antonio J. (Orgs.), **Experiencing Power, Generating Authority: Cosmos, Politics, and the Ideology of Kingship in Ancient Egypt and Mesopotamia**, Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2013, p. 261.

Seguindo estas indicações, pode-se dizer que o processo de centralização do poder, iniciado ainda no período Pré-Dinástico, teria sido concluído apenas por volta da IVª Dinastia. A luta pela unificação de diversos poderes locais de origem pré-histórica sob o cetro do faraó seria, desta forma, a luta pela construção do Estado institucional relacionado diretamente à unificação territorial caracterizada pela coroa dupla do Alto e Baixo Egito.

Nas últimas décadas percebeu-se que este processo de unificação não é algo ocorrido apenas em fins do Período Pré-Dinástico, tendo o Estado emergido como consequência-cause da passagem da Pré-História para a História, apontando para a formação estatal como fruto de uma espécie de mágica quase instantânea. A adoção de princípios ligados a uma Antropologia evolucionista fez com que os egiptólogos passassem a compreender o processo da formação do Estado numa perspectiva de mais longa duração, atentando para a complexificação das estruturas de poder. Desta forma, os últimos séculos do período Pré-Dinástico seriam marcados por diferentes estratégias dos grupos locais do Egito para expandirem seus poderes frente às comunidades vizinhas, subjugando-as. Para além do uso da força – ideologicamente ressaltado nas iconografias e na cultura material do período – alianças sociais foram forjadas através de casamentos, de trocas diversas e de uma difusão cultural⁴⁶.

O processo de unificação teria se estendido pelo Reino Antigo, consolidando-se, como visto, em fins da IVª Dinastia, com a cooptação de todos os poderes locais para o mesmo projeto monárquico. Cerca de dois séculos depois, o Estado faraônico passou a ter que lidar com outro tipo de poderes fragmentados, encarnados agora por elites locais (pelo menos algumas das quais herdeiras daquelas anteriores) ligadas à burocracia, mas que exerciam uma força centrípeta frente ao centralismo, levando a uma crise da monarquia faraônica e ao conseqüente estabelecimento do Primeiro Período Intermediário, identificado pelas fontes e, acriticamente, pela Egiptologia como um momento de instabilidade, caos, desordem e até anarquia na história da “Terra Negra”.

A outra manifestação da dicotomia Estado x Elites é aquela na qual a segunda parte se expressa por grupos ligados ao que é entendido como burocracia estatal. O fortalecimento do papel do exército na sociedade egípcia, com as guerras imperialistas, levou a um empoderamento dos generais tanto no que se refere à disputa interna pelo controle pelas decisões políticas do Estado – como pode ser constatado claramente já na

⁴⁶ BARD, Kathryn, *The Emergence of Egyptian State (c. 3200-2686 BC)*, in: SHAW, Ian (Org.), **The Oxford History of Ancient Egypt**, Oxford; New York: Oxford University Press, 2004, p. 58–80.

coroação de Horemheb como faraó – quanto em relação às bases materiais desses poderes, com o pagamento/premiação por serviços militares através da doação de propriedades agrícolas privadas, escravos e até riquezas em bens de prestígio como ouro. Uma posição como esta pode ser encontrada na afirmativa de Kemp de que a partir de determinado momento da XVIIIª Dinastia os militares passaram a ter mais poder decisório do que a burocracia administrativa, o que teria levado à continuidade das guerras de expansão e saque⁴⁷.

Outra fração das elites que ameaçaria o Estado faraônico seriam os sacerdotes, numa posição adjacente àquela que opõe o poder estatal ao poder templário. O mesmo fortalecimento do culto de Amon, com as doações templárias executadas pelos faraós, teria empoderado e enriquecido os indivíduos responsáveis pelos templos. Como as funções eram, em geral, hereditárias, o poder teria se concentrado em determinadas famílias sacerdotais. Conjuntamente com as funções, da mesma maneira que os militares, pelo menos parte dos sacerdotes passou a acumular propriedades privadas, como afirma Janssen:

Dessa forma [a tendência à hereditariedade das terras de função], uma classe de funcionários economicamente independentes surgiu, oferecendo perigo para a centralização do Estado⁴⁸.

Duas oposições são o pano de fundo da dicotomia Estado x Elites, aquela entre Estado e sociedade e outra entre centralidade e fragmentação. Ambas só podem ser discutidas e entendidas para o caso da formação estatal faraônica à luz da dissecação de suas bases teóricas.

1.1 As bases teóricas idealistas do Estado e a Egiptologia

As concepções teóricas que buscam explicar as organizações estatais procedem, em geral, do mundo moderno. Com algumas exceções como as definições feitas por Aristóteles acerca da *pólis*, as explicações acerca do funcionamento do Estado são derivadas da tradição da ciência política moderna, portanto, voltadas para o entendimento de uma estrutura que, muito longe de ser universal e anistórica, é específica e surgida a partir do século XIII na Europa Ocidental. Isto pode ser visto

⁴⁷ KEMP, Barry, Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC), in: GARNSEY, Peter; WHITTAKER, C. R (Orgs.), **Imperialism in the ancient world: the Cambridge University research seminar in ancient history**, Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 7–57.

⁴⁸ JANSSEN, The Egyptian Early State.

como algo óbvio, uma vez que o Estado só pode ser definido a partir do momento em que ele assume esta forma histórica.

Como a História é uma ciência inexoravelmente retrospectiva e como nós só temos acesso mediado ao passado, cabe ao historiador buscar a construção de abstrações teóricas que deem conta de explicar as instituições sociais de poder pré-capitalistas a partir do uso crítico dos conceitos disponíveis em nossa contemporaneidade. Assim, aqui se deve ressaltar que os egípcios não contavam – porque não poderiam contar! – com uma palavra que significasse o que entendemos como Estado e é nossa responsabilidade definir o significado deste conceito e de que maneira sua aplicação pode ajudar a esclarecer os mecanismos de funcionamento daquela realidade. Ou seja, enquadramo-nos no que Dell’Elicine definiu como um paradigma “antiestatalista” dos estudos sobre as formações estatais, entendendo que a busca por um padrão moderno no passado se dá com a finalidade – consciente ou não – de naturalizá-lo e justificá-lo no mundo atual⁴⁹.

Infelizmente, em razão do seu caráter tradicionalmente conservador, a Egptologia é uma área reativa a grandes incursões nas discussões de teoria social, mesmo quando se tenta trabalhar com o que os próprios egiptólogos chamam, para distingui-los sua produção, de “história do Egito”, o que para alguns seria possível de se construir só após muitos anos de carreira. Donald Redford cita, de forma inclusive anedótica, sua revolta juvenil ao ser informado por um professor que ele só poderia pensar em escrever sobre a história do Egito Antigo aos 50 anos⁵⁰. Normalmente, a aproximação da Egptologia com a teoria social no que se refere ao Estado é feita por meio da Antropologia do surgimento das formações estatais⁵¹, adaptando modelos, mas nunca discutindo seus pressupostos teóricos.

A falta de aprofundamento teórico é o principal elemento para a confusão que é corrente na Egptologia entre categorias distintas, conforme visto com o exemplo de Estado, forma de governo e administração. Por outro lado, esse desinteresse pela teoria também nubla a visão dos egiptólogos no que se refere ao entendimento do caráter radicalmente distinto do Estado egípcio em relação ao seu homônimo moderno, levando

⁴⁹ DELL’ELICINE, ELEONORA; FRANCISCO, HÉCTOR; MICELI, PAOLA (Orgs.), **Pensar el Estado en las sociedades precapitalistas. Pertinencia, límites y condiciones del concepto de Estado.**, Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2012, p. 10.

⁵⁰ REDFORD, Donald B., The Historiography of Ancient Egypt, *in*: WEEKS, Kent R. (Org.), **Egyptology and Social Sciences**, Cairo: The University of Cairo Press, 1979, p. 4.

⁵¹ JANSSEN, The Egyptian Early State.

a uma modernização das estruturas políticas egípcias, similar e correlata àquela que ocorre com a economia – ambas de matriz liberal.

O arqueólogo peruano Henry Tantaleán fez, em seu estudo das formações estatais das sociedades da bacia norte do lago Titicaca, uma genealogia do conceito de Estado na Arqueologia dividindo as posições acerca do mesmo entre uma perspectiva idealista e outra materialista. Segundo o autor, uma concepção idealista

...desenvolveria sua explicação sobre uma base totalmente idealista (...) tais ‘essências do homem’ seriam os principais elementos motores para comprometer aos indivíduos em uma sociedade civil. (...) Estas posturas formariam parte de um humanismo que buscava o bem comum, na busca da concordância e tolerância universais⁵².

Isto que Tantaleán identifica como visão idealista está diretamente conectado à ciência política em sua construção sobre o Estado moderno, implicando conceitos como “estado de natureza”, “contrato social” e “justanaturalismo/direitos naturais”, que surgiram do trabalho de grandes nomes da filosofia e da política, como Spinoza, Hobbes, Locke, Rousseau, que trataram de se opor às concepções medievais de que o poder estava ligado apenas a um “direito divino”.

A visão de uma sociedade formada por indivíduos que entram em um acordo tácito sobre o exercício do poder para se manterem em sociedade implica inúmeras consequências que aparecem como pressupostos para existência do Estado, como: 1) a perspectiva harmônica de que os sujeitos de uma sociedade existente em dado território optam por estabelecer arranjos coletivos em busca de um bem comum, em muitos casos baseado na manutenção da propriedade privada e na defesa contra ameaças exógenas; 2) um conjunto de regras teoricamente consensuais a serem respeitadas por toda a sociedade e cujo zelo é responsabilidade primordial do grupo governante, personificado na figura do monarca; 3) o monopólio da ação coercitiva (especialmente o uso da violência) pelo mesmo grupo governante; 4) a existência de um corpo de funcionários administrativos (muitas vezes identificados a uma burocracia) responsável pelas tarefas cotidianas de gerenciamento da coletividade; 5) a centralização do exercício do poder numa pequena parcela institucionalizada da população; 6) a base material de sustentação destes serviços instituída na tributação de pelo menos a maioria da sociedade. As leituras do Estado faraônico trabalham majoritariamente com pelo menos alguns destes aspectos.

⁵² TANTALEÁN, Henry, **Arqueología de la formación del estado: el caso de la cuenca norte del Titicaca**, Lima, Perú: Fondo Editorial del Pedagógico San Marcos, 2008, p. 36.

No esquema gráfico proposto (Figura 4), território e população são os elementos que dão o corpo ao Estado, entendido, inicialmente, como uma comunidade geograficamente restrita. Cabe ressaltar aqui que a população é entendida como etnicamente homogênea, mas hierarquizada. Passemos à análise detalhada de cada uma das consequências da utilização de uma visão “idealista” de Estado para as análises egiptológica.

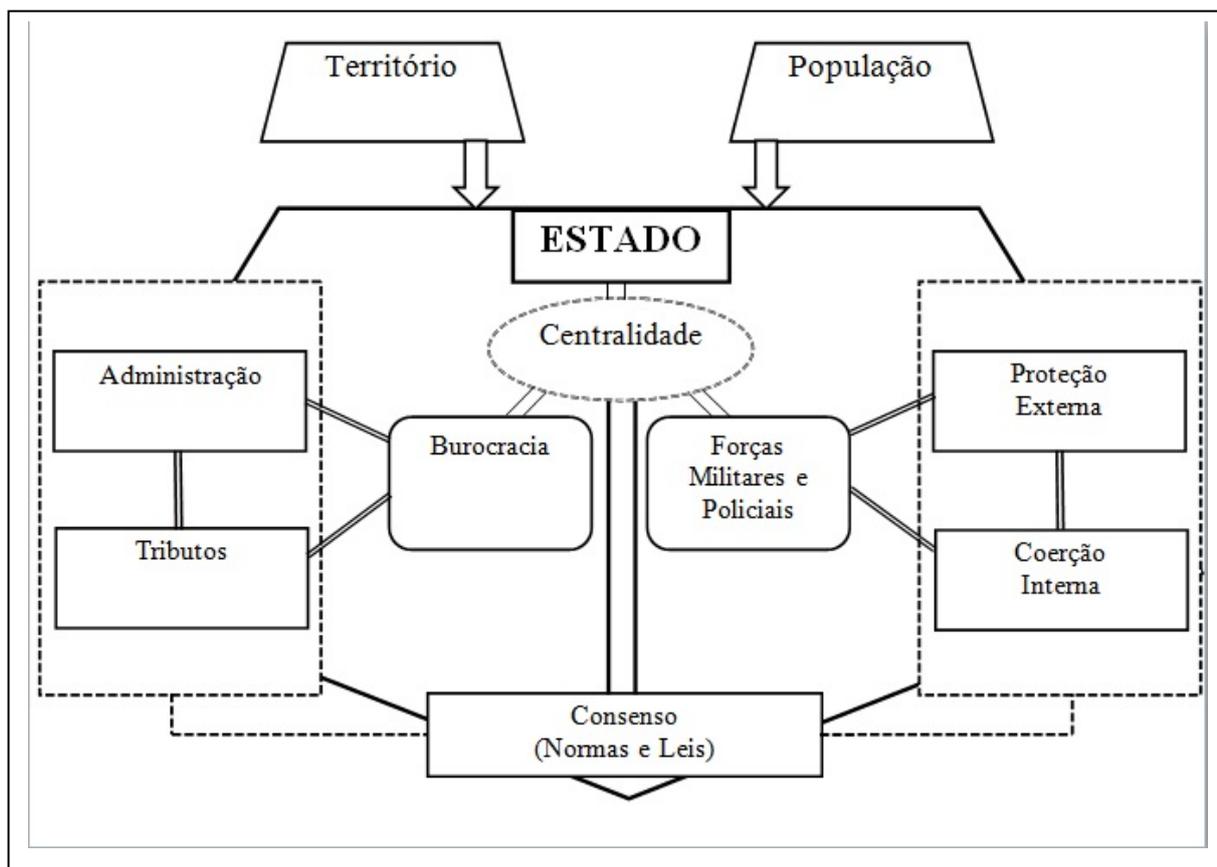


Figura 4 - Esquema das Características do Estado segundo a visão idealista/liberal.

1.1.1 A perspectiva harmônica da união dos sujeitos de um determinado território.

Em relação à existência de uma população harmônica que entra em consenso acerca da organização Estatal, Warburton é claro em seu posicionamento acerca dos motivos que levaram ao surgimento e, portanto, às funções do Estado egípcio:

Isso sugere a conclusão lógica de que a existência do Estado foi concebida pelo compromisso, a população dando soberania a um único indivíduo em

retorno de, por exemplo, segurança. Segurança pessoal e segurança de riqueza e propriedade são dois requisitos fundamentais que atrairiam o indivíduo a abandonar sua própria soberania⁵³.

Esta pequena citação traz consigo inúmeros elementos contestáveis, ligados à projeção de conceitos modernos para o Egito antigo. Primeiro, o ponto de partida no contratualismo, derivado diretamente de uma perspectiva liberal que pressupõe uma sociedade inicial na qual os conflitos internos entre sujeitos individuais são resolvidos a partir da escolha racional pela construção de um poder soberano, através do estabelecimento de um contrato social. Isto possibilitaria a harmonia interna e a transferência do conflito para o âmbito coletivo do combate à ameaça externa. Trata-se, assim, de uma visão harmoniosa de sociedade – e de Estado! – como um coletivo orgânico de indivíduos autônomos. Visão semelhante da dinâmica estatal foi oferecida por Max Weber – cujas discussões sobre a sociologia do poder nos parecem muito influentes na Egiptologia, mesmo que, muitas vezes, de forma pouco explicitada – em uma parte das suas reflexões sobre o Estado.

Para a interpretação compreensível das ações pela Sociologia, ao contrário, essas formações [Estados] nada mais são do que desenvolvimentos e concatenações e ações específicas de pessoas individuais, pois só estas são portadoras compreensíveis para nós de ações orientadas por um sentido⁵⁴.

Weber deriva sua teoria do Estado da matriz liberal da ciência política, bebendo em fontes distantes como Thomas Hobbes e John Locke. Em períodos diferentes, ambos foram filósofos contratualistas apoiados na tradição medieval do jusnaturalismo⁵⁵. Tal perspectiva entende a necessidade de um contrato social para lidar com aspectos naturais aos seres humanos. No caso de Hobbes, teórico do absolutismo no século XVII, o “estado de natureza” humano seria a violência, fazendo com que os indivíduos buscassem um acordo para abdicar de seus direitos individuais à violência em favor de um soberano que passaria a ter o monopólio da coerção. O princípio do contrato social dava origem, assim, a uma sociedade civil e a um Estado responsável por manter a ordem. John Locke, mais associado ao iluminismo, pensava a natureza humana a partir da chave dos “direitos naturais” à liberdade, à propriedade e à vida. Desta forma, para

⁵³ WARBURTON, *State and economy in ancient Egypt*, p. 62.

⁵⁴ WEBER, Max, *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, Brasília: UnB, 1999, p. 9.

⁵⁵ FASSÒ, Guido, Jusnaturalismo, *in*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.), *Dicionário de política*, Brasília: Universidade de Brasília: Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 655–660.

ele o contrato social buscava o estabelecimento de uma sociedade civil e um Estado encarregado de garantir a manutenção destes direitos. Percebe-se, imediatamente, que esta é a base de partida de Warburton para sua análise do quais seriam as funções do Estado em geral e, portanto, do Estado egípcio em seu surgimento.

Além de ter como ponto de partida o indivíduo, Warburton é ainda mais claro no que se refere à harmonia interna nessa sociedade ao criticar uma visão que valoriza o antagonismo social.

...Estados surgem num território geográfico com populações etnicamente homogêneas, e assume que o antagonismo social na sociedade supera a competição étnica entre duas sociedades vizinhas, um postulado que foi refutado pelo comportamento da classe trabalhadora na eclosão da Primeira Guerra Mundial e para o qual não há mais evidências para os tempos pré-históricos⁵⁶.

Afirmações como esta demonstram a falta de aprofundamento teórico da perspectiva de Warburton. Comparar o Egito Pré-Dinástico à Europa Ocidental da primeira metade do século XX é descartar completamente um abismo de diferenças. Assim, o autor projeta em seu modelo atemporal de Estado uma perspectiva de nação construída no bojo do romantismo do século XIX e que se exacerbou com nacionalismo no contexto da Primeira Guerra Mundial e com o fascismo na segunda grande guerra (usada como argumento!). Sabe-se que a identidade nacional foi forjada pelo romantismo, que buscou naturalizá-la projetando-a como um espírito ou natureza inata aos povos, estabelecendo que o principal conflito fosse entre nações distintas. Por outro lado, o recente domínio político da burguesia com as revoluções da primeira metade dos anos 1800 demandou a criação de um novo cimento social, diferente da identidade ligada ao monarca, a ser utilizado para manter a estabilidade dos regimes políticos. Desta forma, amalgamaram-se as ideias de Estado, nação e governo⁵⁷.

A territorialidade é outro aspecto ressaltado na perspectiva de Estado de Warburton. De diferentes formas, inúmeros autores apontam a questão geográfica como elemento fundamental para o entendimento do Estado egípcio. Desde a elaboração clássica da organização social movida pela necessidade de obras hidráulicas centralizadas pelo Estado, discutida por diferentes correntes de pensamento⁵⁸, até

⁵⁶ WARBURTON, *State and economy in ancient Egypt*, p. 47.

⁵⁷ FONTANA, *História*, p. 117–135.

⁵⁸ WITTFOGEL, Karl August, *Oriental despotism; a comparative study of total power.*, New Haven: Yale University Press, 1957; BUTZER, Karl W, *Early hydraulic civilization in Egypt: a study in*

questões mais gerais acerca da “reclusão geográfica”⁵⁹ ou “efeito de confinamento”⁶⁰ criado pelas proteções naturais da Terra Negra, como desertos e cataratas, e o controle da navegação no Nilo por exemplo.

1.1.2. A existência de um conjunto de regras consensuais a serem respeitadas por toda sociedade, cujo zelo é responsabilidade do governante.

O entendimento de que a existência do Estado está conectada à necessidade de manter um conjunto de regras estáveis e consensuais numa determinada sociedade liga-se a uma visão mais legislativa ou constitucional da função estatal, que anda paralelamente à questão da harmonia, como ressalta Assman:

A virada para o Estado é representada como um movimento de distanciamento da força em direção à lei, da competição em direção à cooperação⁶¹.

Maat era a deusa-conceito que encarnava as ideias de justiça, lei, medida, equilíbrio, moral, verdade e ordem, sendo necessária sua manutenção para a continuidade da existência do mundo. Assman associa o conceito de *maat* diretamente aos laços de coletividade, ou seja, aos mecanismos do organismo social que fundamenta o Estado, o que ele nomeia como “justiça conectiva”.

Maat, então, é o princípio que forma indivíduos em comunidades e que dá a suas ações significado e direção ao assegurar que o bem é recompensado e o mal punido. (...) Nesse universo conceitual, justiça é o que mantém o mundo unido e faz isso conectando atos a consequências. Isto é o que faz dela conectiva⁶².

Tal conectividade ligaria todos os seres numa lógica de ordenação que dava sentido tanto ao mundo natural quanto ao sobrenatural. Assim, homens, animais, mortos, deuses, todos estavam conectados harmonicamente pela necessidade de manter Maat. A anomia estava reservada ao oposto complementar de Maat, Isefet, que,

cultural ecology, Chicago: University of Chicago Press, 1976; CARDOSO, Ciro, **O Egito antigo**, São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁵⁹ JANSSEN, The Egyptian Early State, p. 214.

⁶⁰ MANN, Michael, **The sources of social power. Vol.1, Vol.1**, Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 110–114.

⁶¹ ASSMANN, Jan, **The Mind of Egypt: History and Meaning in the Time of the Pharaohs**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003, p. 36.

⁶² *Ibid.*, p. 128–132.

portanto, deveria estar para além das fronteiras da comunidade ou ser subjugado dentro dela.

O conjunto de regras a serem respeitadas para a manutenção do organismo social deveria ser reconhecido por todos. Em sua análise do Estado ramessida, Pierre Grandet fala em uma lei fundamental ou “constituição” que especificava os métodos de seleção do portador do poder legítimo e os corpos constituídos para auxiliar no governo e gerenciamento do país, implementando um “contrato social básico”. O egiptólogo francês identifica esta lei fundamental num texto encontrado em sua versão mais completa no Templo de Luxor sob a figura de Amenhotep III, mas que conheceu tanto versões do Reino Médio como se manteve durante a XIX^a Dinastia. Segundo Grandet,

Independente de sua brevidade, esse texto formula uma genuína “constituição” para o Egito do Reino Novo; isto é, um texto que deve ser tomado como ponto de partida para qualquer análise relacionada aos conceitos de monarquia e Estado para este período⁶³.

A tradução feita por Grandet explicita as duas partes que constituem o texto, deixando claro que a primeira (Seção A) contém versos sobre a função do faraó, enquanto a segunda (Seção B) trata da organização da sociedade. Segue a tradução:

A. Função do Rei

1. Rá colocou o rei Amenhotep Heqawaset na terra dos vivos,
2. até o final do tempo e do universo,
3. para que ele possa julgar os humanos e apaziguar os deuses,
4. trazendo o advento de *maat* e aniquilando *isefet*,
5. enquanto ele faz oferendas aos deuses
6. e oferendas funerárias aos falecidos.

B. A Posição do Rei na Hierarquia dos Seres e Sociedade

1. O nomeou do Rei Nebmaatre está no céu com Rá;
2. Ele vive da exaltação como Rá-Harakhty.
3. À sua vista os “notáveis” se erguem, exultando,
4. e “o povo” o aclama de joelhos,
5. em sua aparição como uma criança,
6. (como) quando Rá apareceu como Khepi (o sol da manhã)⁶⁴.

O texto, diferencia as ações dos “notáveis” (*p^ct*) e do “povo” (*r^ht.t*) frente ao faraó. Assman afirma que “*r^hy.t*” é um termo comumente entendido como “povo comum”, usado em oposição a “*p^c.t*” (“notáveis” ou “dignatários”) e a “*hⁿmm.t*”, termo

⁶³ GRANDET, The Ramessid State, p. 834–835.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 836–837.

enigmático traduzido como “povo solar”, estando ambos presentes em textos do Reino Antigo como os *Textos das Pirâmides*⁶⁵.

O argumento de Grandet para afirmar que este texto serve como uma espécie de “Constituição” para o período é o de que nele se encontram os deveres do faraó para com a continuidade do mundo, bem como a explicitação da organização da sociedade que diferencia os “notáveis” do “povo comum”, deixando bem clara a diferença social entre eles a partir de suas ações frente ao faraó. Desta forma, o texto conteria as bases sobre as quais o poder é exercido no Egito faraônico. Segundo o autor, as expressões formalísticas utilizadas no texto poderiam ter equivalentes modernos subjacentes à forma do discurso antigo. Permito-me outra citação literal para demonstrar exatamente as escolhas do autor em sua explicação do passado:

...expressões como “julgar humanos” e “apaziguar os deuses”, equivalentes, respectivamente, às ideias de “governar” (preservar a harmonia social pelo arbítrio de conflitos e redistribuição correta dos recursos) e “realizar a adoração” (dar conta, através dos ritos apropriados, do exercício do mandato divino)⁶⁶.

Ainda que Maat sirva como um princípio de conduta moral⁶⁷, parece-nos que associar este texto a uma constituição é uma aproximação forçada de um conceito moderno, somada às associações entre as fórmulas literárias antigas e ações administrativas cujo significado está recheado de concepções teóricas subjacentes acerca do funcionamento do Estado e do governo. Isto tudo vindo de um autor que, como vimos anteriormente, afirma deixar “as fontes falarem por si mesmas”.

Em virtude do caráter consuetudinário das leis, há poucas fontes escritas sobre as normas de conduta egípcias. Além dos textos, literários ou não, que são provenientes ou se referem a julgamentos executados seja pelo vizir seja pelos conselhos, uma das principais fontes para desvendar os atos condenados durante o Reino Novo vem dos encantamentos funerários. Os egiptólogos convencionaram chamar de *Livro dos Mortos* o conjunto de textos, presentes em papiros depositados nos sarcófagos, inscritos na mobília funerária ou em ilustrados em vinhetas nas tumbas, destinados a garantir o bem

⁶⁵ ASSMANN, Jan., **Death and salvation in ancient Egypt**, Ithaca: Cornell University Press, 2005, p. 334.

⁶⁶ GRANDET, The Ramessid State, p. 846.

⁶⁷ Baines nos lembra que a moralidade representa apenas um aspecto da ordem social e que, desta maneira, beneficia os interesses do grupo dominante ao associar a moralidade e a obediência social com a preservação da ordem cósmica. BAINES, John, Sociedade, Moralidade e Práticas Religiosas., in: SHAFER, Byron (Org.), **Religiões no Antigo Egito. Deuses, Mitos e Rituais Domésticos.**, São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 198–200.

estar dos mortos redivivos no paraíso de Osíris. Dentre os mais quase duzentos encantamentos descobertos até hoje, um dos mais importantes e conhecidos é o de número 125, encontrado em inúmeros papiros, dentre os quais o famoso Papiro de Ani (BM 10470)⁶⁸, hoje no British Museum.

O encantamento 125 é dedicado a auxiliar o morto redivivo a adentrar no “campo dos juncos” e ser absolvido no tribunal presidido por Osíris e composto por dezenas de deuses. Neste julgamento, o indivíduo é levado por Anúbis à frente da balança em que seu coração será pesado contra a pena de Maat. Como sede da memória, o coração teria registrados em si todos os acontecimentos da vida das pessoas e caso houvesse alguma infração a uma norma o peso do órgão seria maior do que o da pena da justiça. No caso de uma “condenação”, o coração seria devorado por um ser composto por elementos de três animais selvagens que representavam o caos, crocodilo, hipopótamo e leão, dando fim à existência do sujeito.

O propósito do encantamento era justamente burlar este julgamento através de artifícios mágicos. Desta maneira, o texto continha uma série de declarações que o morto deveria fazer no sentido de agir magicamente para ser “absolvido”. O conjunto de tais declarações é conhecido na Egiptologia como “confissões negativas”, contendo uma série de afirmações acerca de quais injúrias à Maat o morto não teria cometido em vida. No caso da compilação do *Livro dos Mortos* feita por Thomas Allen, a versão da confissão negativa é proveniente principalmente do Papiro Burton (BM 9900), um texto em hieróglifos da XVIIIª Dinastia derivado da tumba menfita de Nebseni.

Eu não pequei contra ninguém. Eu não destratei pessoas. Eu não fiz o mau contra os corretos. Eu não sei o que não é (próprio); Eu não fiz nada de ruim. Eu não estabeleci no início de cada dia tarefas maiores que eu havia estabelecido (antes). Meu nome não alcançou o Timoneiro da barca. Eu não injuriei o Deus. Eu não pus mãos violentas sobre um órfão. Eu não fiz o que o Deus abomina. Eu não caluniei um servo para seu superior. Eu não causei luto (a ninguém). Eu não fiz (ninguém) chorar. Eu não matei. Eu não levei (ninguém) a assassinar. Eu não causei sofrimento a ninguém. Eu não subtraí pães-oferenda dos deuses. Eu não tomei os pães dos abençoados. Eu não copulei (ilicitamente). Eu não fui impuro. Eu não aumentei ou diminuí as medidas. Eu não diminuí a palma. Eu não usurpei os campos. Eu não adicionei aos pesos de balança. Eu não interferei no prumo da balança. Eu não tirei leite de uma boca de criança. Eu não desviei gado de seu rebanho. Eu não capturei pássaros para o arpão dos deuses. Eu nunca pesquei peixe dos seus (lagos). Eu não parei (a enchente das) águas em suas temporadas. Eu não construí uma represa contra a água da enchente. Eu nunca apaguei um fogo em seu tempo. Eu não (falhei em observar) os dias para pennis de carne.

⁶⁸ Ver FAULKNER, R. O., *Egyptian Military Standards*, *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 27, p. 12–18, 1941.

Eu não retive o gado longe da propriedade do Deus. Eu não bloqueei o Deus em sua procissão⁶⁹.

As infrações relatadas nesta confissão negativa podem, grosso modo, ser divididas em seis grandes grupos que demonstram as maiores preocupações da sociedade egípcia: 1) negações de caráter geral, como não ter destrutado pessoas ou feito o mal; 2) questões relacionadas mais diretamente ao roubo ou uso de violência, como agredir órfãos, assassinar ou roubar pães; 3) práticas mais diretamente religiosas, como injuriar um deus ou ser impuro; 4) atentar contra as medidas, como interferir nos pesos de referência ou nos prumos das balanças; 5) questões relativas à criação, caça e pesca, como capturar passados dos deuses, pescar em lagos proibidos ou desviar gado dos rebanhos; 6) ações hidráulicas, como construir barreiras ou desviar as águas da enchente.

Por mais que tenhamos aqui exemplos claros e escritos das regras a serem seguidas pelos egípcios, ainda assim não se pode assumir que fosse algo similar a uma constituição ou mesmo um código de leis. A busca por uma constituição numa sociedade de direito era consuetudinário e, portanto, sem codificações legislativas escritas, é um esforço em direção à modernização das estruturas políticas egípcias, em busca de um Estado moderno numa sociedade pré-capitalista. Como temos ressaltado, isto está imediatamente determinado pelo uso de uma base teórica não explícita e, novamente, derivada do modelo contratualista. A formação de uma sociedade civil implicaria no estabelecimento por um lado de um conjunto de regras comuns a todos e, por outro, num governo capaz de formular e manter a lei. Ao comentar sobre o desenvolvimento da perspectiva contratualista, Sônia Mendonça afirma que:

...a lei, oriunda do governante, passaria a regular a todos do mesmo modo, supostamente imparcial e acima dos interesses individualistas que prevaleceram até a decisão do contrato social. De igual modo, fica claro que a identificação entre governante e Estado tornou-se uma constante, assumindo ele próprio a encarnação do Estado...⁷⁰.

No Egito, a identificação do governante com o Estado é bem clara nas fontes, muito em virtude de se tratar de uma teocracia. Assim, o dispensador da lei, conforme visto no texto encontrado em Karnak sob a figura de Amenhotep III, era o faraó, aquele

⁶⁹ ALLEN, Thomas George, **The book of the dead: or, Going forth by day: ideas of the ancient Egyptians concerning the hereafter as expressed in their own terms**, Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, 1974, p. 97.

⁷⁰ MENDONÇA, Sonia, Estado e Sociedade, in: BADARÓ, Marcelo (Org.), **História. Pensar e Fazer.**, Niterói: LDH, 1998, p. 16–17.

responsável por “*julgar os humanos e apaziguar os deuses, trazendo o advento de maat e aniquilando isefet*”. Neste trecho, uma possível tradução para *maat* seria “lei”, enquanto *isefet* poderia tranquilamente ser traduzida como “desordem”. Obviamente a escolha destes termos levaria a uma tradução empobrecedora, uma vez que significam muito mais do que “lei” e “desordem”, todavia, é possibilidade usada no sentido de associar o monarca e o Estado à manutenção da ordem na sociedade civil, garantindo o contrato social e repelindo a desordem do “estado de natureza”.

A obediência às leis garantidas pelo Estado e encarnadas no monarca, herdeiro divino, era o que garantia a legitimidade do governo. Segundo Warburton,

O elemento chave é, portanto, a legitimidade – e não o poder – daqueles em posição de fazer as leis e de obrigar aqueles que estavam sujeitos às suas vontades⁷¹.

O que faz com que Warburton entenda a legitimidade como fator fundamental, acima do poder, é sua visão baseada na perspectiva liberal do “contrato social”. Todavia, o autor reconhece a necessidade da utilização de mecanismos para garantir essa legitimidade e o principal deles seria, no caso egípcio, a religião. Neste sentido, os templos e o culto estão associados ao governo. O Estado só era o representante legítimo da autoridade pois tinha sua fonte inicial no direito divino, acatado como consenso entre as pessoas. Essa legitimidade religiosamente definida tinha como consequência a garantia da sucessão do trono, momento encarado como instável pelos próprios egípcios e que, portanto, deveria ser resolvido antes da expiração do prazo da pessoa que exercia o cargo, o que explica a corregência do faraó com seu sucessor, comum na XVIII^a Dinastia.

1.1.3 o monopólio da ação coercitiva (especialmente o uso da violência) pelo grupo governante.

Assman vai além da associação de Maat ao Estado e à política. A partir da definição grega de política como gerenciamento da *pólis*, o autor afirma que, paralelamente ao conceito de *zoon politikon* (homem como animal político), no Antigo Egito, as pessoas eram políticas no sentido em que poderiam viver em comunidade. Desta forma, Maat torna-se, também, política, algo dependente do Estado e da coerção:

⁷¹ WARBURTON, *State and economy in ancient Egypt*, p. 51.

Eles também atuavam em cima da suposição de que maat não poderia agir sobre a humanidade sem o Estado e seu poder coercitivo. O Estado estava lá para fazer cumprir maat na terra, para garantir os parâmetros com os quais maat poderia ser ensinada e lembrada em primeiro lugar. (...) um sistema que tinha que ser imposto de fora, ou melhor, de cima e que só poderia ser mantido pelo poder do Estado⁷².

Neste trecho, o egiptólogo alemão faz uma associação bastante recorrente nos cientistas sociais que trabalham com o conceito de Estado, aquela entre Estado e poder de coerção. Em nosso esquema da visão liberal de Estado, a coerção aparece representada pelos elementos ligados ao Exército e às forças policiais, responsáveis, respectivamente, pela segurança externa e interna da comunidade.

Mais direto que Assman é Edgerton ao afirmar que o direito de governar do monarca, teoricamente proveniente de seu caráter de herdeiro divino, provinha, na realidade, do controle sobre a máquina de governo, o Exército e a polícia. Desta forma, a divindade do faraó é que repousava sobre seu poder de governar, invertendo a explicação tradicional⁷³.

A principal força policial no Egito, os *medjayw*, guerreiros mercenários núbios de elite, era também a guarda real. Assim, estava sob o comando direto do faraó e, portanto, funcionando como elemento de coerção interna a serviço do Estado institucional. Em especial a partir da XVIIª Dinastia, o faraó era cada vez mais próximo do Exército e representado como seu comandante fosse em iconografias, fosse em textos. As virtudes guerreiras dos faraós eram ressaltadas, bem como seus feitos em batalha. Se o Estado era diretamente associado ao monarca e a coerção é uma das principais funções do Estado, logo, a coerção estava diretamente ligada à figura do faraó.

A estrutura teórica liberal, todavia, enfatiza, como visto, a perspectiva de uma harmonia interna à “sociedade civil”, que aceita a submissão ao governante em troca do domínio sobre o “estado de natureza” ou da manutenção dos “direitos naturais”. Desta maneira, a segurança interna resumir-se-ia ao controle das anomias voltado para manter o bem estar dos indivíduos e seus “direitos naturais” à vida e propriedade. Por outro lado, a principal ameaça a ser contida pelas forças coercitivas em uma realidade em que há um consenso sobre a comunidade acerca do governo seriam os elementos externos.

GRANDET, The Ramessid State, p. 846.

⁷² ASSMANN, **The Mind of Egypt**, p. 130.

⁷³ EDGERTON, William F., El Gobierno y los gobernadores en el Imperio Egipcio, **Revista de Administración Pública**, n. 45, p. 61–71, 1981, p. 64.

Como visto, Warburton joga para fora da sociedade egípcia o principal elemento de conflito. Além disto, ele deixa clara a importância do papel militar para o surgimento do Estado. Segundo o autor,

Como regra, a conquista militar precede a criação do Estado, então o surgimento do Estado é determinado pelo ambiente militar e não o inverso. Costume, como observado pelas populações locais anteriores à conquista, na lei, religião, tradição, hierarquia social e outras características comuns à vida humana decidem o nível social que prevalece antes da conquista militar⁷⁴.

Em geral, a perspectiva do uso da violência na formação do Estado territorial unificado no antigo Egito é consensual, ainda que diferentes autores deem distintos pesos para a guerra de conquista no processo⁷⁵. De qualquer forma, as representações iconográficas do período são muito claras ao demonstrar o ímpeto de conquista dos monarcas do período pré-dinástico e seu papel na unificação da monarquia, partindo do Alto Egito.

A associação entre Estado e monopólio da violência é tradicional na teoria política moderna, como visto, desde Hobbes, o “contrato social” é tido como uma seção do direito de violência característico do “estado de natureza” ao Estado encarnado no soberano. Tal monopólio da coerção é exercido pelos representantes da instituição estatal, a partir de um consenso estabelecido com base nas regras aceitas pela sociedade. Neste sentido, o Exército e a polícia seriam agentes estatais que usam a violência de forma legítima. Outros exemplos disto no antigo Egito seriam os indivíduos que acompanhavam os cobradores de impostos com vistas a agredir aqueles que não fossem capazes de pagar o exigido, como veremos mais tarde.

Ao contrário da ação para defesa de ameaças externas, Ciro Cardoso preferiu demonstrar a violência estatal no antigo Egito por meio de um documento da XX^a Dinastia hoje conservado no Museu Egípcio de Berlim⁷⁶. Neste documento, traduzido por Cardoso, o autor era Piankhy, filho e sucessor do Sumo-Sacerdote de Tebas, Herihor, ilustra um processo sumário seguido de execução secreta.

A respeito disso, ouvi todas as palavras sobre as quais me enviaste (uma comunicação): as palavras dos dois policiais núbios; o que eles disseram. Deves reunir-te com Nedjemet (e) com o escriba Tjery igualmente e fazer

⁷⁴ WARBURTON, *State and economy in ancient Egypt*, p. 39.

⁷⁵ Esta discussão, em linhas gerais, está presente em BARD, *The Emergence of Egyptian State* (c. 3200-2686 BC).

⁷⁶ CARDOSO, Ciro, *Violência e Política no Egito Antigo*.

com que os policiais venham à minha casa. Traz uma testemunha das palavras (ditas pelos núbios) na verdade, na verdade. Faze (então) com que matem os policiais e os joguem no rio durante a noite. Não deixes que algum homem do país o saiba⁷⁷.

Piankhy afirma ter ouvido as acusações sobre dois policiais núbios (*medjayw*), que teriam pronunciado dizeres considerados perigosos pelas autoridades. Logo, o autor, que além de Sumo-Sacerdote foi general, enviou o portador da carta junto com um escriba (Tjery) e a esposa de seu pai (Nedjemet) para conduzir os dois acusados à sua casa, onde seriam confrontados com testemunhas e, posteriormente, executados de forma secreta.

1.1.4 a existência de um corpo de funcionários administrativos (burocracia) responsável pelas tarefas cotidianas de gerenciamento da coletividade;

No capítulo de síntese da obra organizada por Claessen e Skalník a partir de um seminário acerca do *Early State* ainda na década de 1970, os autores fazem um esforço de abstração em cima de categorias em debate na Antropologia da época para guiar as reflexões pontuais dos diversos pesquisadores participantes nos debates. Neste sentido, Claessen e Skalník se interrogam sobre as várias formas de definição do Estado, bem como suas funções.

Em relação à administração, os autores afirmam que esta

...é o gerenciamento de assuntos estatais ou o aparato executivo de um governo de Estado, que gerencia estes assuntos. O último geralmente toma a forma de uma hierarquia de funcionários, os de mais altos postos concentrados na capital (ou centro de governo). Idealmente, o aparato serve aos objetivos dos tomadores de decisões⁷⁸.

A identificação do Estado ao aparelho administrativo acaba por postular que os agentes estatais são, logicamente, os administradores. Jan Assman, em sua exploração da mentalidade egípcia, corroborou com esta visão ao alegar que a consolidação da unificação avançou além do período Pré-Dinástico criando as três principais características do Reino Antigo: 1) a evolução de uma colonização interna; 2) o

⁷⁷ CAPART, Jean, **Je lis les hiéroglyphes.**, Bruxelles: Office de publicité, 1946, p. 88–90.

⁷⁸ CLAESSEN, H. J. M; SKALNÍK, Peter, *The Early State: Theories and Hypothesis.*, in: CLAESSEN, H. J. M; SKALNÍK, Peter (Orgs.), **The Early state**, The Hague: Mouton, 1978, p. 19.

crescimento e complexificação de uma burocracia administrativa; 3) a expansão de uma cultura de elite marcada pela escrita, que ele nomeou como “demotização cultural”⁷⁹.

A questão é, portanto, quem seriam esses administradores no Egito?

Edgerton afirma que o faraó, sendo a única real encarnação do poder, era obrigado para fins práticos a delegar trabalhos administrativos a um corpo de funcionários, que desempenhava também funções judiciais, já que, segundo o autor, os egípcios não conheciam a diferença entre a esfera administrativa e a jurídica⁸⁰.

Grandet afirma que a administração egípcia – em particular no período raméssida – era complexa e estruturada em dois níveis: um central e um local. Em relação ao postulado por Edgerton, Grandet reconhece que os mesmos funcionários e órgãos tinham funções administrativas e judiciais, embora enquadre ambas no que chama de “administração civil”. O trabalho do egiptólogo francês acerca do Estado raméssida é fortemente orientado pela “*Onomástica de Amenemope*”. A mais antiga dessas listas de categorias/títulos de funcionários do Estado é datada do período raméssida, todavia a mais completa delas e a única da qual temos registro do autor é a de Amenemope, que nos chegou em um número grande fontes, que datam entre o período raméssida e o Terceiro Período Intermediário. A principal delas é um papiro encontrado em Hiba, no Médio Egito, e nomeado, segundo o sujeito que adquiriu, como *Golenischeff Onomasticon*, que serviu para a edição moderna feita por Gardiner⁸¹.

Guiado pela onomástica de cargos e títulos, Grandet avança menos na explicação do Estado raméssida por meio do aparato administrativo do que na descrição de seus postos. Neste sentido, dedica uma boa parte de seu artigo a descrever os títulos e seus possíveis poderes e responsabilidades, quase que como para compor um organograma da administração egípcia. Logo abaixo do faraó estava o vizir, cujas funções são bem conhecidas através das *Instruções do Vizir* e das *Obrigações do Vizir*, encontrados na tumba de Rekhmire (TT 1000), vizir de Thutmés III⁸².

Na primeira década do século XX, Breasted, em sua grande compilação/tradução de documentos egípcios dividiu, a partir dos textos da tumba de Rekhmire, as atribuições do vizir em sete grupos: 1) judiciárias; 2) tesourarias; 3) militares (Exército

⁷⁹ ASSMANN, *The Mind of Egypt*, p. 46.

⁸⁰ EDGERTON, *El Gobierno y los gobernadores en el Imperio Egipcio*, p. 65.

⁸¹ GARDINER, Alan H, *Ancient Egyptian onomastica.*, [London: Oxford University Press, 1947.

⁸² Traduções e textos originais em BREASTED, James Henry, *Ancient Records of Egypt: The eighteenth dynasty*, [s.l.]: University of Illinois Press, 2001, p. 266–293; FAULKNER, R. O., *The Installation of the Vizier*, *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 41, p. 18–29, 1955; BOORN, G. P. F. van den, *The duties of the vizier: civil administration in the Early New Kingdom*, London: Kegan Paul, 1988.

e Marinha); 4) assuntos do interior; 5) relativas à agricultura; 6) executiva geral; 7) consultiva e não classificadas⁸³. Cerca de 80 anos depois, Boorn, por sua vez, afirmou que os três principais aspectos da escala de tarefas e deveres do vizirato eram: 1) gerência do *pr-nsw* (“Palácio Real”), garantindo as operações internas, a segurança, a ordem, a justiça, os assuntos relativos ao pessoal, as relações com o exterior do palácio e a organização do próprio complexo palacial; 2) coordenação da administração civil, incluindo a justiça, o controle sobre os distintos departamentos do governo e a nomeação de funcionários; 3) agência como encarregado do rei, divididas em duas categorias, os atos do vizir como assistente pessoal do rei e as tarefas que o vizir recebia poderes executivos do faraó para desempenhar⁸⁴.

Como incumbido de supervisionar e coordenar os diferentes departamentos de governo, o vizir era responsável por três braços governamentais: o gerenciamento de recursos, o gerenciamento do culto e o gerenciamento das relações exteriores. No controle dos recursos outros funcionários importantes estavam ligados diretamente ao vizir, como o “Diretor do Tesouro”, o “Diretor do Gado”, o “Diretor do Celeiro Duplo”, o “Senhor Chefe da Tributação”. Em relação ao culto, o responsável principal era o “Sacerdote Diretor do Alto e Baixo Egito”, cargo que no período raméssida (a julgar pelo exemplo do reinado de Ramsés III) parecia estar reservado para o “Primeiro Profeta de Amon” (o Sumo-Sacerdote do deus). No caso do controle de fronteiras, os funcionários relacionados na onomástica são o “Diretor do Fechamento do Mar” (que Grandet associa ao serviço de alfândega), o “Diretor das Bocas de Jusante” (responsável pela defesa do Delta do Nilo), os “Diretores dos Territórios Estrangeiros de Kharu e da Núbia” (governantes residentes nas posses egípcias em Canaã e na Núbia, sendo o último provavelmente o “Filho Real de Kush”, que tinha a seu serviço governantes-tenentes responsáveis por Wawat e Kush, além do “Chefe das Tropas de Kush”). Encerrando a lista de funcionários ligados ao vizirato estava a o “Chefe dos Escribas de Esteira do Alto Conselho”, responsável pelos afazeres do gabinete⁸⁵.

⁸³ BREASTED, *Ancient Records of Egypt: The eighteenth dynasty*, p. 272.

⁸⁴ BOORN, *The duties of the vizier*, p. 310.

⁸⁵ GRANDDET, *The Ramessid State*, p. 868–869.

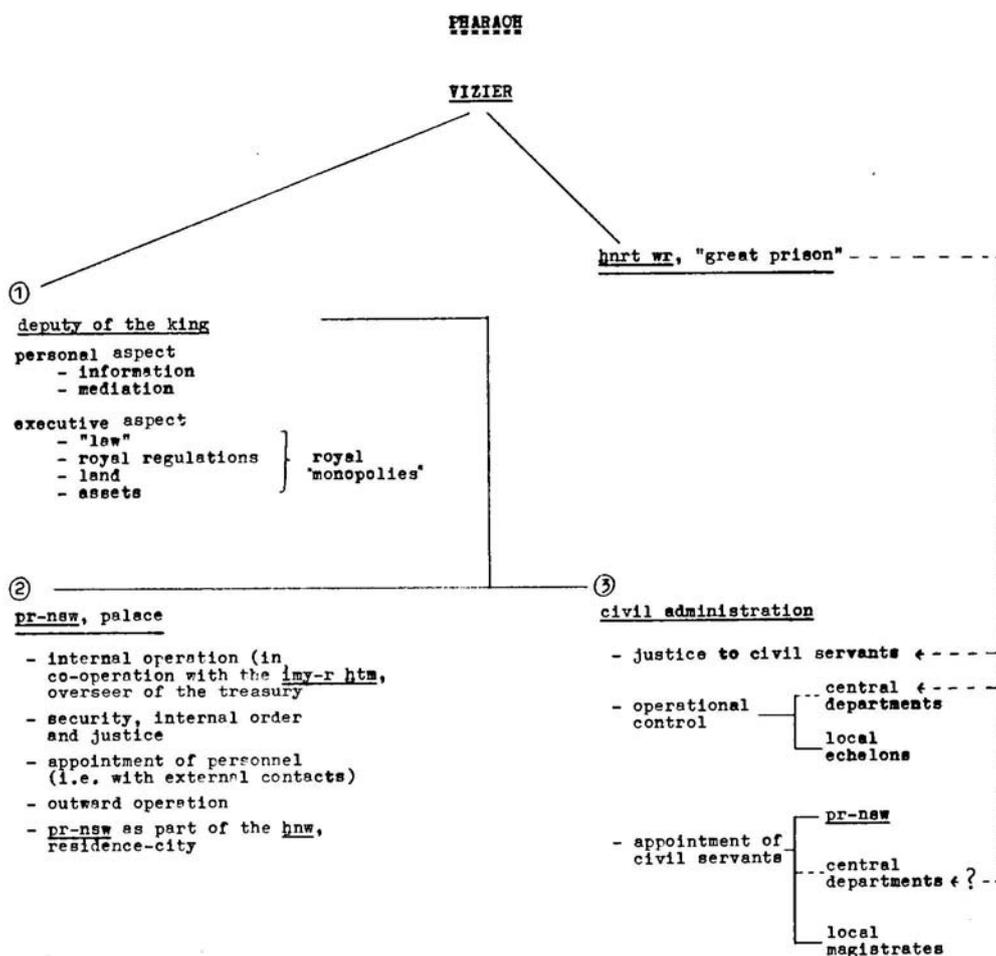


Figura 5 - Esquema das Funções do Vizir a partir d'*As Obrigações do Vizir*.⁸⁶

A organização administrativa do Estado egípcio é comumente apresentada como uma burocracia. Tal associação nos parece derivada da utilização de um modelo de Estado demasiadamente modernizado, uma vez que o conceito de burocracia surge ligado umbilicalmente às discussões políticas referentes ao Estado absolutista, no século XVIII para definir o funcionalismo administrativo dependente do soberano⁸⁷.

A visão tradicional do déspota oriental como próximo a um monarca absolutista levou, como discutido, à interpretação do Estado egípcio antigo a partir do modelo político do Estado como trabalho na política moderna liberal, inserindo-se as peculiaridades orientalistas. Desta forma, a análise feita pela Egptologia acerca da

⁸⁶ BOORN, *The duties of the vizier*, p. 323.

⁸⁷ GIRGLIOLI, *Burocracia*, p. 124.

administração faraônica é tributária – de forma mais ou menos consciente – dos nomes que desenvolveram a teoria moderna do Estado, entre eles, como já argumentado, principalmente Max Weber.

Como sociólogo de talento, Weber cunhou conceitos abstratos para dar conta de explicar as sociedades humanas e buscou encaixá-los nas mais distintas realidades históricas a partir dos principais trabalhos historiográficos de sua época. Neste sentido, em especial para o mundo antigo, publicou em 1909 um trabalho sobre a sociologia agrária das civilizações antigas, no qual tratou do Egito faraônico. Para o autor,

Dois sistemas institucionais eram básicos para a sociedade egípcia e atingiriam um estágio de desenvolvimento pleno nunca igualado posteriormente: 1) o sistema de serviços em trabalho (...) sob o qual a cada propriedade era designada uma obrigação pública, estando seu dono atado à função de desempenhar tal obrigação, e à propriedade mesma; 2) a administração burocrática. Ambos os sistemas difundiram-se para fora do Egito e, na Antiguidade Tardia, tornaram-se dominantes no mundo mediterrâneo: e, com eles, difundiu-se aquela aversão à política que era típica de povos submissos (...)⁸⁸.

O primeiro comentário a se fazer acerca da citação acima é seu profundo preconceito orientalista, calcado na tradição da classificação dos povos orientais como incapazes de autogoverno. Em seguida, percebe-se a identificação entre administração e burocracia e a ideia do pagamento desta burocracia por meio da distribuição de propriedades, que faz parte da diferenciação entre as burocracias antigas e a moderna segundo Weber.

A diferenciação entre o sistema burocrático moderno e os anteriores é, possivelmente, um dos aspectos por vezes ignorados da obra de Weber pelos autores que utilizam – mesmo que de forma indireta – esta tradição teórica. O sociólogo alemão era claro ao estabelecer pressupostos históricos, que não se notavam no Oriente, para o surgimento de um sistema de governo burocrático:

(a) uma esfera claramente definida de competência sujeita a regras impessoais. (b) uma ordenação racional das relações de superioridade e inferioridade. (c) um sistema regular de nomeação e promoção com base no livre contrato, (d) treinamento técnico como requisito regular, (e) salários fixos, no caso, pagos em dinheiro⁸⁹.

⁸⁸ WEBER, Max, **The agrarian sociology of ancient civilizations**, London; New York: Verso, 1998, p. 132.

⁸⁹ WEBER, Max, **The Theory of Social and Economic Organization**, New York: The Free Press, 1965, p. 343.

Tais condições levariam à separação entre um quadro administrativo e os meios administrativos. O quadro administrativo seria formado por funcionários técnicos e capacitados, garantindo uma administração impessoal da ordem pública.

Em sua análise do conceito de Estado na obra de Weber, Álvaro Bianchi trata de diferenciar as formações burocráticas pré-capitalistas, nas quais os meios administrativos materiais estavam nas mãos do próprio quadro administrativo com funcionários do Estado sendo, ao mesmo tempo, proprietários. No mundo moderno, por outro lado, haveria

Uma administração eficaz, baseada no estabelecimento e conservação e um eficiente aparelho burocrático, [que] teria exigido a apropriação por parte da administração estatal da coleta de impostos mediante a expropriação dos arrendatários e a separação da esfera privada do funcionário da atividade estatal⁹⁰.

A indiferenciação entre o sistema burocrático moderno e aqueles pré-capitalistas em alguns casos se expressa na Egiptologia através da crença no discurso da fonte. Observemos a afirmação de van den Boorn:

...“As Obrigações do Vizir” constituem um texto propagandístico do vizirato e da burocracia a ele subordinada. Seu duplo objetivo é descrever e propagandear o sistema viziral⁹¹.

O autor é literal na identificação do vizir como o chefe encarregado de coordenar a burocracia estatal. O texto d’As Obrigações do Vizir é claro ao atribuir toda as responsabilidades desse “primeiro ministro” faraônico e todos os cargos subordinados a ele. Ainda que van den Boorn afirme o caráter ideológico (“propagandístico”) do texto presente na tumba de um vizir, isto não o impede de declarar que “o vizir controla os departamentos de uma forma impessoal, principalmente por meio de documentação *escrita*”⁹², contrariando o postulado teórico weberiano de que a impessoalidade da burocracia não seria possível no mundo pré-capitalista. A impessoalidade deveria ser proveniente do acesso do vizir à extensa documentação escrita, como observado em outro texto da tumba de Rekhmire.

⁹⁰ BIANCHI, Álvaro, O Conceito de Estado em Max Weber, **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, v. 92, p. 79–104, 2014, p. 97.

⁹¹ BOORN, **The duties of the vizier**, p. 357.

⁹² *Ibid.*, p. 318.

Vê, os homens falam do chefe escriba do vizir, “Escriba da Justiça” é dito sobre ele. E quanto ao gabinete no qual tu julgas, há uma sala espaçosa cheia de [registros (?) de todos os] julgamentos [(passados)]⁹³.

A existência de um arquivo armazenando todos os registros para o uso do vizir é conhecida por outras fontes, como *As Obrigações do Vizir* ou a *Inscrição de Mose*. Nas seções seis e sete do texto d’*As Obrigações*, pode-se ler respectivamente:

Agora, para cada ato do vizir quando escuta (casos) em seu gabinete, em relação a qualquer um que [não] é eficiente em todos [deveres] a respeito dos quais ele (o vizir) o questiona, a saber, aquele que será incapaz de se justificar em uma audiência (lit. sua audiência) instituída sobre este assunto, (ele) será inscrito no registro criminal que está na “grande prisão”⁹⁴.
(...)

Para qualquer documento escrito que o vizir envie [relativo a] qualquer gabinete, a saber, aquele que não estiver protegido (i.e. “fechado”) (ainda), deverá ser levado a ele com os registros [pelos] funcionários envolvidos, estando sob a chancela dos investigadores (lit. “ouvintes”) e escribas responsáveis. Ele deverá abri-lo. Após ele o inspecionar, o documento será levado a seu devido lugar, selado com o selo do vizir. Todavia, se ele requisitar um documento protegido (i.e. “fechado), não é permitido que seja trazido pelos funcionários envolvidos⁹⁵.

Em sua tradução, van den Boorn escolhe a expressão “grande prisão” para o termo egípcio *hmrt wr* a partir das discussões de outros autores. Todavia, em sua explicação, atribui significado duplo e relacional à localidade nomeada por meio das referências presentes nas seções seis e sete d’*As Obrigações*. No primeiro trecho, *hmrt wr* parece representar um arquivo no qual estão guardados os registros criminais referentes à má conduta de funcionários estatais. Na seção sete, o significado maior dessa localidade emerge, relacionado aos registros dos departamentos e gabinetes sob a responsabilidade do vizir. Ou seja, a “grande prisão” seria, para van der Boorn, uma instituição administrativa central à disposição do vizir, contendo registros administrativos dos inúmeros braços estatais ligados a ele. Desta forma, o *hmrt wr* teria tanto um caráter civil-administrativo quanto arquivístico⁹⁶.

O funcionamento da “Grande Prisão” compõe o quadro do modelo criado por van der Boorn acerca das atribuições e poderes do vizirato. Segundo o autor, o *hmrt wr* parecia ser a instituição responsável pela supervisão geral dos vários departamentos do governo central, funcionando como extensão dos poderes administrativos do vizir. Este

⁹³ FAULKNER, *The Installation of the Vizier*, p. 22.

⁹⁴ BOORN, *The duties of the vizier*, p. 121.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 133.

⁹⁶ BOORN, *The duties of the vizier*.

exerceria apenas um “controle distante” sobre os diversos braços estatais, intermediado pela “Grande Prisão”, contrastando com seu poder direto exercido sobre os escalões locais do governo, com cujos funcionários o vizir tinha contato sem o auxílio de intermediários. Desta forma, o “primeiro ministro” do Egito não tocava o governo, apenas o controlava. Em outras palavras, para van der Boorn, o vizir não era a “cabeça” do sistema administrativo civil, já que os departamentos teriam considerável liberdade de ação⁹⁷.

Pierre Grandet corrobora com a visão sobre a extensão dos arquivos da burocracia faraônica. Segundo o autor, os arquivos do Vizir eram obrigados por lei a conter cópias de todos os julgamentos executados na “Terra Negra”, bem como os registros de todas as transmissões de propriedade aprovadas nos conselhos locais. Tal documentação seria a responsável por habilitar o vizir a desempenhar a sua função de corte de apelação de justiça, como se pode perceber a partir da *Inscrição de Mose*, por exemplo⁹⁸.

Ainda que não se refira diretamente à “Grande Prisão”, outra fonte que permite essa leitura acerca da complexidade arquivística da burocracia é a *Inscrição de Mose*, gravada em sua tumba da XIX^a Dinastia em Saqqara. O texto retrata um processo julgado pelo grande conselho (*ḫnbt ʿꜣt*) presidido pelo vizir, no qual Mose disputava uma terra recebida do rei por seu antepassado Neshi, um oficial da Marinha do faraó Ahmés, na XVIII^a Dinastia, que se mantivera indivisível como propriedade familiar, mas que já era motivo de querela desde o reinado de Akhenaton. A inscrição faz referência aos julgamentos anteriores, envolvendo Nubnofret, filha – provavelmente a mais velha – de Neshi e mãe de Mose, e o administrador Khay. Neste processo, o ganho da causa já havia sido dado a Khay com base nos documentos examinados pelo conselho. Num trecho gravado na parede norte do pátio da tumba, há uma declaração de Khay:

Eu informei o Vizir em Heliópolis. Ele me permitiu pleitear com Nubnofret frente ao vizir no grande conselho. Eu trouxe os meus [testemunhos]... em minhas mãos, remontando ao rei Ahmés; Nubnofret trouxe, da mesma maneira, seus testemunhos. Eles foram desenrolados frente ao Vizir no grande conselho. O vizir disse para..., “Quanto a estes escritos, (eles são) os escritos de (cada) um, ou seja, (das) duas partes”⁹⁹.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 318–319.

⁹⁸ GRANDET, The Ramessid State, p. 861.

⁹⁹ ALLAM, S., Some Remarks on the Trial of Mose, *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 75, p. 103–112, 1989, p. 107.

Neste primeiro trecho, aparece claramente a referência às cópias dos documentos que deveriam ficar nas mãos das partes interessadas para que fossem mantidas com elas em caso de uma querela posterior. Importante lembrar que antes de chegar ao grande conselho, tal processo já havia passado pelos conselhos locais, que emitiram pareceres e documentos. Em todo caso, o vizir observa que os testemunhos (que neste caso são documentos escritos em rolos de papiro) são insuficientes, por serem relativos às partes interessadas e que, desta maneira, não poderia executar o julgamento. Frente a esta declaração, segue uma afirmação de Nubnofret:

“Deixe (então) que seja trazido a mim o [registro]...” [o vizir] disse a ela, “O que disseste é muito bom”. (logo, Khay continua:) “Nós fomos levados corrente abaixo a Per-Ramsés. Entrou-se no Tesouro do Faraó, V.P.S., (e), da mesma maneira no Departamento do Celeiro do Faraó, V.P.S.. Trouxe-se os dois registros frente ao vizir no grande conselho¹⁰⁰.”

A apelação deveria ser às cópias estatais dos documentos, que estavam arquivadas nos complexos do Tesouro Real e do Celeiro Real. Logo, a decisão do vizir e do grande conselho só poderia ser tomada a partir da análise de tais registros. Na mesma parede sul, há também a transcrição de um documento datado do ano 58 (ou 59) do reinado de Horemheb, acerca de um escriba designado pelo grande conselho a investigar o caso nas instâncias locais em que ele ocorreu, que demonstra a produção de cópias dos registros.

Cópia (*mitt*) da investigação [feita pelo] sacerdote-wab da [esteira] Iny, que é um magistrado do conselho (sobre) a terra do supervisor dos navios Neshi. [que está na] vila (*wḥꜥt*) de Neshi¹⁰¹.

A extensão do poder de registro dos escribas da burocracia egípcia, bem como sua capacidade de arquivamento, é exacerbada por Grandet, segundo quem todas as agências administrativas espalhadas pelo Egito continuam um livro do dia (*jornal*), no qual eram descritas e quantificadas as atividades diárias, as leis e os atos administrativos. A complexidade da burocracia era tão grande que cópias desses documentos eram feitas para que uma fosse mantida pela instância administrativa local, outras ficassem com as partes interessadas no assunto relatado, sendo o documento original enviado ao arquivo central para ficar à disposição do vizir. Desta maneira, um

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 108.

¹⁰¹ EYRE, Christopher, **The Use of Documents in Pharaonic Egypt**, London; New York: OUP Oxford, 2013, p. 160.

documento simples para garantir a transferência de um bem teria no mínimo quatro cópias (arquivos locais e central e as duas partes envolvidas)¹⁰².

A existência de um *journal* utilizado como livro administrativo também é confirmada pela documentação de Deir el-Medina, na qual há todo um debate sobre a função das ostraca como rascunhos a serem passados a limpo nos livros do dia que serviriam para inspeção do vizir ou para utilização do conselho (*ḳnbt*) da vila.

O próprio Papiro Wilbour (a ser discutido adiante) é uma prova dos registros criados por uma administração escriba. Ainda que seja o maior papiro administrativo encontrado, parece que sua escrita destinava-se mais a um registro que determinasse os tributos atuais do que ao arquivamento para posterior consulta.

A questão do uso dos arquivos administrativos, bem como da metodologia de análise de tais fontes, na historiografia contemporânea sobre a Antiguidade é tratada por Moses Finley em sua análise dos arquivos palaciais micênicos escritos em Linear B. Finley afirma que a utilidade de tais documentos era temporária, não sendo estes feitos para serem guardados, uma vez que as tabuinhas de argila usadas para registros econômicos deveriam ser reutilizadas para registrar os dados referentes ao próximo ciclo produtivo¹⁰³. O mesmo processo era comum no antigo Egito, onde os documentos eram produzidos para dar vazão a uma utilidade direta, sendo usual a escrita nos versos dos papiros para outros fins ou mesmo a lavagem deles para reutilização.

Moreno Garcia defende a excepcionalidade do caso do processo referido na *Inscrição de Mose* no tocante à documentação produzida, em virtude do litígio ter se dado em torno de uma terra – provavelmente da Coroa – que fora doação real a um militar em recompensas aos seus serviços. Outrossim, não seria razoável imaginar que fosse comum preservar arquivos judiciais por séculos¹⁰⁴.

Por sua vez, Christopher Eyre analisa a questão da burocracia e da documentação administrativa no Egito faraônico através da chave do domínio do poder por um grupo letrado. Segundo ele, o registro do processo de Mose em sua tumba é uma prova de que os arquivos públicos eram pouco confiáveis, fortalecendo a lógica da necessidade privada de guardar documentos. Criticando uma leitura baseada na perspectiva de uma burocracia moderna, eficiente e impessoal, Eyre ressalta que os

¹⁰² GRANDET, The Ramessid State, p. 863.

¹⁰³ FINLEY, Moses I, Os arquivos do palácio micênico e a história econômica., in: **Economia e sociedade na greécia antiga**, São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 219–220.

¹⁰⁴ MORENO GARCIA, Juan Carlos, The Study of Ancient Egyptian Administration, in: MORENO GARCIA, Juan Carlos (Org.), **Ancient Egyptian administration**, Leiden: Brill, 2013, p. 10.

textos escritos egípcios eram símbolos de uma autoridade hierárquica. Neste caso, a conferência nos arquivos administrativos a que diversas fontes se referem não deveria ser tomada ao pé da letra, já que em caso de necessidade parece que se apelava mais para uma retórica de passado do que para uma conferência nos registros, portanto,

A avaliação da burocracia antiga precisa levar em conta essas diferenças práticas e culturais entre informação como algo que é essencialmente conhecido pelos especialistas e algo que deve ser essencialmente recuperado através de referências e arquivos¹⁰⁵.

A utilização de arquivos era obrigatoriamente limitada no antigo Egito por conta do baixo desenvolvimento das forças produtivas. O armazenamento de toda sorte de documentos administrativos e judiciais (já que esta diferenciação não existia na época) em grandes arquivos, de forma que permitisse a pronta consulta das autoridades, necessitaria de um desenvolvido sistema de catalogação e busca que parece complexo demais para as capacidades técnicas e tecnológicas limitadas do período.

Desta forma, ao contrário do que afirma van der Boorn, é difícil crer na existência de um sistema de documentação que garantisse a imparcialidade da burocracia faraônica (no exemplo da afirmação do autor, encarnada pelo vizir). Pelo contrário, Moreno Garcia, seguindo caminho semelhante ao de Christopher Eyre, defende justamente que o controle e armazenamento seletivos de informações eram adequados a uma administração na qual as habilidades e os contatos pessoais eram importantes, as informações não circulavam de forma fluida e as grandes distâncias impostas por um Estado territorial – e para nosso período um império! – tornavam a descentralização uma consequência inevitável¹⁰⁶.

A inexorabilidade da descentralização também foi registrada, de certa forma, por Weber em sua análise histórica da burocracia. Para o autor a inexistência das condições que possibilitaram o surgimento da burocracia moderna não impediria a existência de um aparelho burocrático. Todavia, a diferença entre os dois casos teria levado identificação de duas linhas históricas do desenvolvimento da burocracia.

Diferente do sistema moderno, casos como o Egito faraônico contariam sistemas burocráticos intrinsecamente instáveis. A ligação entre meios de administração e quadro administrativo materializar-se-ia no pagamento da burocracia em propriedades. Com o

¹⁰⁵ EYRE, Christopher, On the Inefficiency of Bureaucracy, *in*: PIACENTINI, Patrizia *et al* (Orgs.), **Egyptian archives: proceedings of the first session of the international congress Egyptian Archives/Egyptological Archives, Milano, September 9-10, 2008**, Milano: Cisalpino, 2009, p. 23.

¹⁰⁶ MORENO GARCIA, The Study of Ancient Egyptian Administration, p. 11.

tempo e a irregularidade da remuneração, haveria uma tendência à apropriação privada das fontes materiais de manutenção do sistema. Tal processo levaria a uma fragmentação da burocracia e o estabelecimento de uma estrutura identificada por Weber como patrimonial.

Em sistemas burocráticos patrimoniais, as funções administrativas seriam atribuídas em razão da tradição, do arbítrio do soberano e das ligações clientelísticas que envolviam os jogos de poder entre as elites. Não haveria, assim, distinção entre pessoa e cargo, já que os meios de administração eram considerados parte do patrimônio dos funcionários. A síntese deste processo seria a impossibilidade da burocracia atuar de forma impessoal, ao contrário do mundo moderno em que esta impessoalidade seria garantida pela remuneração em espécie relativa ao desenvolvimento de um trabalho técnico¹⁰⁷.

Há toda uma visão interpretativa das estruturas políticas faraônicas que trabalha nesta matriz sobre a qual Weber elaborou seus modelos. Já mencionamos acima as formas do conflito entre centralização e descentralização na Egiptologia, decorrentes de uma leitura modernizante do Estado, a saber, as oposições “Estado x Templos” e “Estado x Elites”. Em 1978, Janssen sintetizou este processo da seguinte maneira:

O quanto uma maior dependência do faraó em relação ao poder dos deuses significa a perda de sua posição central no Estado e deve ser conectado com a evolução da burocracia é algo incerto, embora plausível. Ao mesmo tempo, e provavelmente relacionado a isso, ocorreu um aumento gradual da independência dos funcionários, baseada em e refletindo o aumento da propriedade privada¹⁰⁸.

É importante ressaltar que há uma diferenciação sutil, mas significativa, em relação às oposições apresentadas e a exposição de Janssen. O egiptólogo holandês não afirma que o Estado se enfraquecia com o fortalecimento dos templos e da burocracia, mas sim o faraó. Numa perspectiva orientalista (ou tributária de uma leitura acrítica das fontes) Estado e faraó podem ser identificados, como visto. Todavia, a proposta de Janssen sobre o enfraquecimento do faraó não significa necessariamente a perda de poder estatal, como será discutido mais a frente ao elaborarmos nosso conceito de Estado. De qualquer forma, isto nos leva ao próximo ponto de nossa caracterização do Estado segundo uma visão liberal, a questão da centralização do poder.

¹⁰⁷ GIRGLIOLI, Burocracia, p. 125–126.

¹⁰⁸ JANSSEN, The Egyptian Early State, p. 227.

1.1.5 a centralização do exercício do poder numa pequena parcela institucionalizada da população;

O tema da centralização talvez seja o mais importante entre estes pressupostos relacionados ao Estado pela perspectiva idealista ou liberal de Estado e aquele que causa maiores problemas para o entendimento do real funcionamento da estrutura estatal faraônica.

A primeira questão ao encarar o tema da centralidade do poder no Estado egípcio é sua associação pessoal à figura do faraó. As bases de tal associação já foram postuladas no início deste capítulo, sendo elas ligadas seja a uma leitura acrítica das fontes, a um preconceito orientalista ou à pouca habilidade teórico-social dos pesquisadores.

A interpretação do regime político egípcio como uma monarquia absoluta é defendida por Pierre Grandet, que vê neste tipo de governo o único capaz de compelir seres humanos ao sacrifício exigido, por exemplo nas corveias¹⁰⁹.

Edgerton é taxativo ao afirmar o faraó como autoridade absoluta, tendo sua vontade executada como lei. O desdobramento disto em relação ao funcionamento do Estado é, para o autor, o seguinte:

Em suma, o governo do Império Egípcio era uma burocracia autocrática, altamente centralizada em princípio e, em grande medida, centralizada na prática. Certamente existiam conflitos de interesses entre os diferentes elementos da burocracia e há indícios de que os faraós utilizavam conscientemente estes conflitos para fortalecer qualquer dinastia que estivesse governando¹¹⁰.

Ainda que as fontes gravitem ao redor da ação faraônica, não é incomum encontrar indícios da atividade de outros focos de concentração de poder no antigo Egito. Por isto Edgerton trabalha com a existência de conflitos de interesses entre diferentes elementos da burocracia, o que, como visto no final da última seção, poderia levar, inclusive, à diminuição do poder do monarca.

A própria periodização da história faraônica é tributária desta perspectiva centralizadora. A divisão entre Reinos (traduzidos de forma mais fiel como “Impérios”) Antigo, Médio e Novo, separados pelos chamados “Períodos Intermediários” é fruto da nascente Egíptologia alemã do século XIX, período de supervalorização da centralidade

¹⁰⁹ GRANDET, The Ramessid State, p. 884.

¹¹⁰ EDGERTON, El Gobierno y los gobernadores en el Imperio Egipcio, p. 70.

em decorrência do processo tardio de unificação do Estado-nação alemão. Isto fez com que os momentos de centralização do poder fossem entendidos como épocas de normalidade e esplendor da cultura egípcia, enquanto os períodos de fragmentação estivessem sob os estigmas da crise, do caos, sendo, portanto, uma anormalidade a ser superada.

A supervalorização dos períodos de centralidade do poder está ligada à visão, expressa nas fontes, do Egito faraônico como esfera doméstica do rei. Em texto de 1993, Janssen chega a sugerir que, para evitar ambiguidades, em alguns contextos,

termos como *pr*- (lit. “Grande Casa”, mas que é comumente traduzido como “faraó”) e *nsw*    (“rei”) ou *nswt*, com o determinativo do papiro denotando abstração,       (“monarquia”) deveriam ser interpretados como “Estado”¹¹¹.

Ressaltando a inexistência do vocábulo “Estado” na língua egípcia, Römer diz que, por outro lado, abundam termos que fazem referência à domesticidade. O próprio termo *pr* (lit. “casa”) teria para os egípcios tanto o significado concreto do edifício, quanto o sentido mais abstrato ou “conceito jurídico” de *household*. Isto é o que faria com que os templos fossem chamados de “casa do deus”, por exemplo¹¹². Christopher Eyre, por outro lado, ressalta que a visão do Estado como unidade doméstica do faraó era muito mais uma ideologia do que a realidade político-econômica do Egito do período¹¹³.

Janssen, por sua vez, admite que o Estado egípcio, em seu momento de formação no Reino Antigo, teria evoluído de um *household* real, com uma organização administrativa criada sobre as bases da família do monarca, cujos parentes (mãe, irmãos, filhos, sobrinhos, primos) ocupavam altos cargos, como denotariam os cemitérios em volta da pirâmide e Quéops¹¹⁴.

A relação entre a lógica de parentesco e a lógica de Estado também foi objeto sobre o qual se debruçou Marcelo Campagno ao notar, em estudo do Reino Antigo, que

¹¹¹ JANSSEN, Jac. J., Bkw: From Work to Product, **Studien zur Altägyptischen Kultur**, v. 20, p. 81–94, 1993, p. 94. Nota 18.

¹¹² RÖMER, Malte, Hauswirtschaft - Häuserwirtschaft - Gesamtwirtschaft: “Ökonomie” im pharaonischen Ägypten, **Orientalia**, v. 78, n. 1, p. 1–43, 2009, p. 1–2.

¹¹³ EYRE, Christopher, The Village Economy in Pharaonic Egypt, in: BOWMAN, Alan K.; ROGAN, Eugene (Orgs.), **Agriculture in Egypt: from pharaonic to modern times**, Oxford etc: Oxford University Press, 1999, p. 46.

¹¹⁴ JANSSEN, The Egyptian Early State, p. 222.

títulos estatais amalgamavam-se de forma inseparável aos vocábulos referentes às relações familiares, como *hmt* (“esposa”), *mwt* (“mãe”), *s3* (“filho”), *s3t* (“filha”), *sn* (“irmão”) e *snt* (“irmã”) entre outros¹¹⁵. No Reino Novo, esta lógica permanece, como pode ser notado pelo título de *as nswt n kwS* (“Filho Real de Kush”).

Para Weber, um rei como o faraó exercia uma autoridade tradicional sobre seus súditos e arregimentava seu pessoal administrativo a partir de laços já existentes de lealdade pessoal, como os laços familiares ou clientelísticos, num processo chamado de “recrutamento patrimonial”. Segundo o sociólogo,

Nos casos de gerontocracia e patriarcalismo, até onde há ideias claras sobre o assunto, os meios de administração são geralmente apropriados pelo grupo corporativo como um todo ou pelo household do indivíduo que desempenha as funções de governo. (...) Apropriação pessoal pelo chefe é um fenômeno do patrimonialismo. Ele pode variar enormemente em grau até chegar aos casos extremos de uma reivindicação da propriedade total das terras. (...) A pessoa exercendo os poderes de governo tinha controle pessoal dos meios de administração, se não de todos, pelo menos dos mais importantes deles. (...) o faraó, que organizava exércitos de escravos ou colônias, colocava seus clientes no comando deles, os vestia, alimentava e equipava a partir de seus próprios depósitos, estava agindo como um chefe patrimonial com controle completo sobre os meios de administração¹¹⁶.

A classificação da estrutura estatal faraônica como patrimonial e, portanto, do Estado como *household* do monarca, não se deve apenas ao pouco conhecimento de Weber acerca da literatura egiptológica ou do baixo desenvolvimento do conhecimento nesta área no período em que o sociólogo escreveu seu texto. Tanto que décadas depois, um egiptólogo de ponta como Jac Janssen declarou:

Há muita coisa clara apontando para o fato de que o Estado no Período Arcaico constituía um exemplo simples do que Max Weber chamou de “patrimonialismo”, embora não tanto “patriarcalismo” já que servidores não reais também funcionavam como funcionários, embora a maioria, até onde sabemos, nos níveis mais baixos. Deste primeiro estágio desenvolveu-se uma burocracia permanente mandando em alguma extensão por seus próprios direitos (...) ¹¹⁷.

Na aparência causada pelo caráter centralizado da produção da maioria das fontes egípcias, em especial nos períodos de unificação monárquica e com mais força no Reino Antigo logo após o fim do Pré-Dinástico, a existência do poder centralizado não

¹¹⁵ CAMPAGNO, Marcelo, De los Modos de Organización Social en el Antiguo Egipto: lógica de parentesco, lógica de Estado., in: CAMPAGNO, Marcelo (Org.), **Estudios sobre parentesco y estado en el antiguo Egipto**, Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006, p. 19–21.

¹¹⁶ WEBER, **The Theory of Social and Economic Organization**, p. 342–350.

¹¹⁷ JANSSEN, *The Egyptian Early State*, p. 123.

era ameaçada pela presença da burocracia administrativa, já que esta deveria ser composta por indivíduos provenientes dos grupos mais próximos ao faraó, ligados fosse por laços de parentesco, fosse por clientela. Por outro lado, Warburton acredita que inicialmente a burocracia teria sido usada para restringir os poderes locais¹¹⁸. Desta maneira, as relações de poder poderiam ser expressas graficamente da seguinte forma:

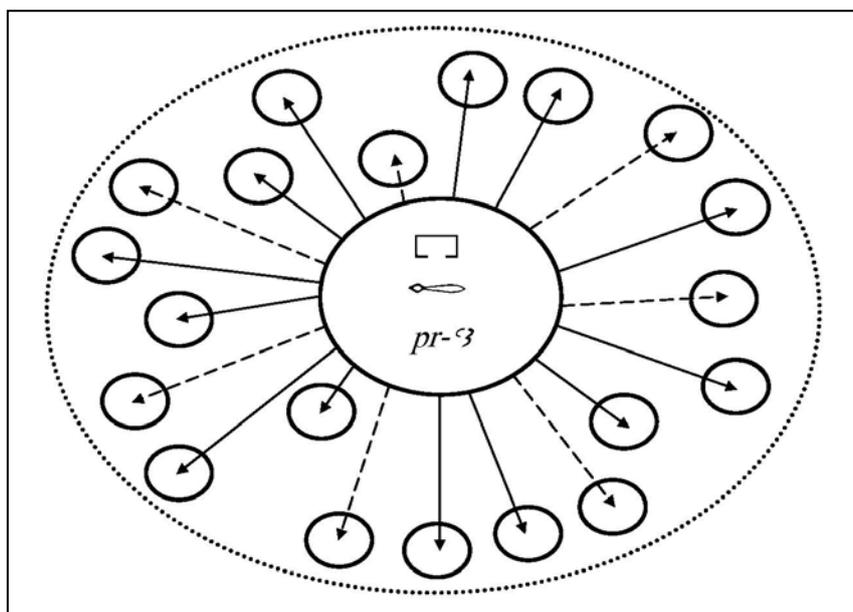


Figura 6 - Esquema do Poder Faraônico Centralizado.

No centro da imagem notamos o faraó, representado pelo termo que deu origem à esta nomenclatura: *pr-3*, como visto, literalmente “a grande casa”. É interessante notar que há um aspecto físico e material na escolha deste termo para representar socialmente o monarca. A palavra não conta com nenhum hieróglifo determinativo do monarca e tampouco com aquele referente às palavras abstratas (um papiro selado). Desta forma, temos um vocábulo que se refere também – e principalmente – ao palácio real em sua forma física. A residência do monarca (que, na realidade, tinha várias) é o foco de toda a estrutura de poder neste esquema. A circunferência externa (linha pontilhada) representa a esfera de poder centralizado do faraó, enquanto as circunferências menores tem o papel dos elementos da burocracia (agentes de Estado), que auxiliam na materialização do poder central nos mais distantes rincões da “Terra Negra” e nos diferentes departamentos administrativos. Note-se que todas as linhas que conectam a esfera faraônica àquelas da burocracia são vetores centrípetos, indicando que há uma

¹¹⁸ WARBURTON, *State and economy in ancient Egypt*, p. 37.

única fonte que irradia poder. A diferença entre os vetores contínuos e os tracejados foi pensada para refletir os dois laços distintos que ligam os agentes burocráticos ao poder central: parentesco e clientelismo. Já as distâncias desiguais em relação ao centro mostram graus maiores ou menores de força gravitacional exercida pelo polo faraônico, bem como um maior ou menor nível de poder doado a distintos agentes estatais.

Entretanto, Janssen ressalta uma maior complexidade no quadro dessas relações de poder entre o monarca e a burocracia ao afirmar que em alguma medida os agentes burocráticos tinham poderes derivados de seus próprios direitos.

Discutimos no início deste capítulo que dentre as principais visões acerca do Estado faraônico temos aquelas que se baseiam em oposições “Estado x Templos” e “Estado x Elites”. Tais oposições estariam ligadas à questão da centralidade contra a fragmentação do poder. Ou seja, Estado é uma organização política que centraliza o poder, fazendo com que qualquer tendência à fragmentação seja um ataque ao Estado. Desta maneira, o fortalecimento das elites locais ou dos templos de determinado culto, ainda que inicialmente através das transferências de poder faraônico, seria um atentado contra a manutenção do Estado.

No caso da história faraônica, a oposição “Estado x Elite” tem seu maior exemplo nos períodos intermediários, em especial na discussão egiptológica do Primeiro Período Intermediário, no qual nomarcas teriam se tornado poderes independentes, usurpando prerrogativas monárquicas e, desta maneira, agindo contra a unidade estatal alicerçada no monopólio do poder. O caso dos templos é mais ligado à discussão do Reino Novo, principalmente no período tardio, com o fortalecimento do culto de Amon levando a um processo semelhante.

Seguindo nosso esquema do poder faraônico centralizado, a ameaça à centralização do poder por parte do fortalecimento dos templos e elites locais (Figura 7) se daria com a saída das pequenas circunferências, que representam os agentes de Estado, da circunferência pontilhada do poder faraônico. Note-se que os vetores relativos às circunferências fora da esfera de poder do monarca desaparecem, uma vez que há uma apropriação “privada” do poder estatal, levando a uma fragmentação e correlato enfraquecimento do Estado, entendido como monopólio do poder. Neste sentido, os antigos agentes estatais passam agora a agirem como novos focos de poder.

No início do seu governo, Horemheb, um militar que não fazia parte da família real, mandou produzir e colocar em vários templos um documento conhecido como *Decreto de Horemheb*, no qual ele identificava as mazelas que ocorriam na “Terra

Negra” e afirmava suas ações para controlá-las, no sentido de centralizar o poder e afirmar sua autoridade como faraó. Segundo o *Decreto*, o Egito sofria com vários abusos de funcionários e militares, como atestado pelos dois trechos a seguir:

Agora, quanto a esta outra instância do mal que os [funcionários estavam acostumados a infringir, quando eles inspecionavam] na terra, daquilo que aconteceu [contra a lei], [o escriba da esteira da] rainha e o escriba de esteira do harém foram atrás dos funcionários punindo-os e investigando os assuntos daquele que navega rio acima e rio abaixo¹¹⁹.

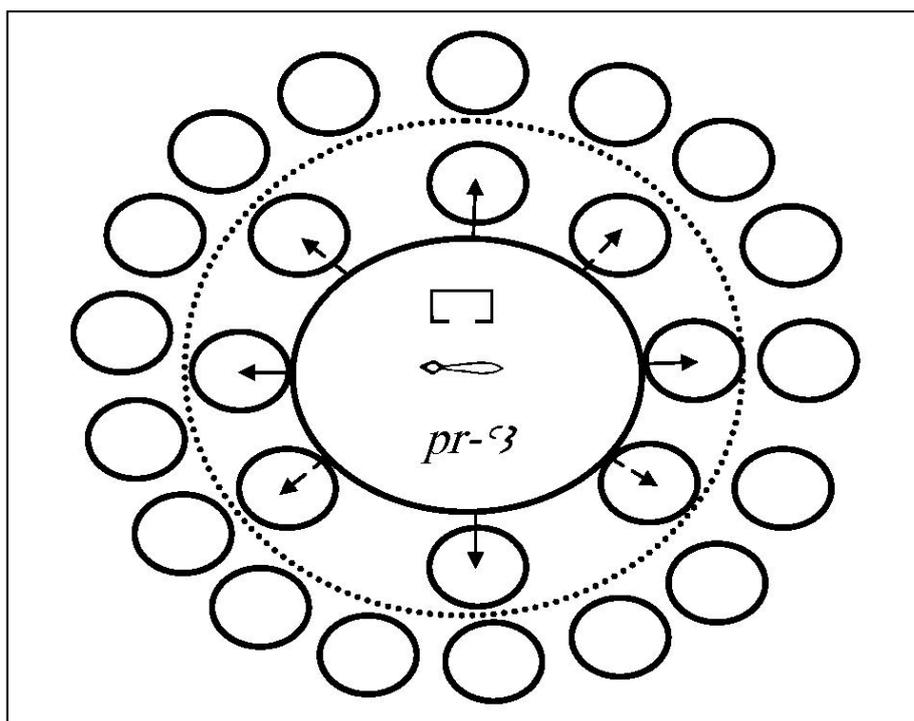


Figura 7 - Esquema do Poder Faraônico em Fragmentação.

No trecho, faz-se menção à investigação e punição de funcionários que inspecionavam a terra. Desta forma, fica clara a ação estatal na tentativa de impedir a descentralização do poder e a fuga de agentes do Estado da esfera de controle do faraó.

O primeiro motivo subjacente a oposições que colocam de um lado o Estado e de outro apropriadores do poder é a associação entre Estado e Coroa. Desta maneira, qualquer ameaça ao poder do governante seria uma ameaça ao Estado, algo teoricamente ligado a um conceito de Estado por demais baseado no monopólio do

¹¹⁹ BREASTED, James Henry, *Ancient records of Egypt: Historical documents from the earliest times to the Persian conquest. Vol. III, Vol. III*, New York: Russell & Russell, 1962, p. 27–28.

poder. Neste mesma linha, há outra oposição de matriz teórica que subjaz estas visões, aquela que coloca em campos diferentes e contrários o Estado e a sociedade.

A perspectiva contratualista associada ao jusnaturalismo afirma que o Estado surge de um “contrato social”, fundante de uma sociedade civil, ou seja, o coletivo dos indivíduos daquela comunidade, que atribui poderes a uma instituição ou à pessoa que a representa (Estado e monarca, respectivamente) para garantir a estabilidade da comunidade. Desta forma, o papel do Estado seria intervir nessa sociedade civil com os poderes atribuídos por ela mesma, evitando, assim, anomias sociais.

A teoria liberal, contudo, preocupa-se com o grau de intervenção deste Estado nos assuntos da sociedade civil, defendendo que este deve ser o mínimo necessário, seja para impedir a violência do estado de natureza, seja para garantir os direitos naturais à vida, liberdade e, especialmente, propriedade. Assim, principalmente em relação à economia, prega-se a autorregulação dos mercados e, num sentido geral, de toda a sociedade. O Estado, com monopólio do poder de coerção deve intervir apenas quando necessário, ou seja, nos ataques à vida, à liberdade e à propriedade. Uma perspectiva liberal como esta coloca em polos opostos o Estado e a sociedade civil, com o primeiro tentando manter o poder e a regulação e a segunda lutando pela diminuição da esfera de poder do Estado e o aumento dos poderes privados.

A aplicação – explícita ou não – desta base teórica liberal ao estudo do Egito Antigo faz com que boa parte das análises, como visto no início do capítulo, afirmem que o fortalecimento seja de elites locais ou cultos de determinada divindade equivaler-se-ia ao enfraquecimento do Estado. Da mesma maneira, os períodos da história egípcia conhecidos como “intermediários” seriam exemplos de um Estado desestruturado e enfraquecido, cuja impossibilidade de submeter poderes particulares seria uma mostra de sua fraqueza.

A proposta weberiana e suas aplicações egiptológicas seguem neste sentido, já que a apropriação dos meios da administração pela burocracia estaria ferindo a centralidade de um Estado patrimonial no qual o governante deveria ter tais meios, indicar os agentes estatais e mantê-los fieis através de laços de parentesco e clientelismo somados à concessão do usufruto dos meios materiais que garantem o poder administrativo.

O último resultado da aplicação desta visão liberal (ou idealista nos termos de Tantaleán) de Estado, que o separa e opõe à sociedade, é a visão da estrutura estatal como uma instituição com agência própria, representando uma suposta vontade coletiva,

mas que pode ir contra os interesses da própria sociedade. Esta visão institucional eleva o Estado à categoria de sujeito nas relações sociais. Warburton representa bem isto ao afirmar que o Estado, como um todo, tem o sentido de um “organismo vivo”¹²⁰.

Ver a estrutura estatal como organismo implica em três pontos: 1) a visão do Estado como um sujeito; 2) a ideia de que a existência do Estado se deve a um consenso na sociedade civil de que ele é necessário e benéfico, numa perspectiva que homogeneiza a sociedade diminuindo a importância dos conflitos internos; 3) a tendência a ver qualquer ação que coloque o Estado em risco como uma doença atingindo um “organismo vivo” que, desta maneira, deveria ser tratada e curada, fazendo com que o conflito seja visto como esporádico e tratável.

Aprofundaremos a crítica a esta matriz liberal subjetivadora do Estado ao tratarmos do modelo de Estado materialista.

1.1.6 a base material de sustentação instituída na tributação de pelo menos a maioria da sociedade.

A forma de manutenção de qualquer Estado é a tributação dos indivíduos que o compõem. Partilhando-se da visão liberal (idealista) ou jusnaturalista de um Estado fruto do pacto entre os indivíduos da sociedade civil, isto levaria a crer que todas as pessoas da comunidade deveriam pagar suas taxas, que teriam por fim o bem estar coletivo, lembrando que no caso do Egito faraônico tais taxas eram pagas em gênero e trabalho.

Os tributos coletados deveriam ser redistribuídos para o pagamento da burocracia e demais agentes do Estado, como os militares e policiais, responsáveis pela segurança externa e interna. Outro destino importante seria a função de aplacar as divindades através da manutenção de suas residências (templos) e seu culto. A redistribuição também serviria para sustentar as obras voltadas para o benefício da comunidade, como canais de irrigação, barragens, diques etc. Por fim, haveria a necessidade de manter uma reserva para períodos de carestia da produção por fatores naturais.

Um dos documentos mais importantes para o estudo do Reino Antigo, a *Pedra de Palermo*, mostra que desde seu início, o Estado egípcio se preocupava intensamente

¹²⁰ WARBURTON, *State and economy in ancient Egypt*, p. 45.

com a arrecadação de tributos. A fonte faz referência a censos bienais levados a frente pelas chamadas de *Procissões de Hórus*, uma viagem pelo Nilo que visava medir a riqueza produzida nas terras a partir do número de cabeças de gado, campos aráveis, metais preciosos e força de trabalho.

Da mesma maneira, há inúmeros registros de isenção do pagamento de taxas em trabalho e gênero, como são as cartas de isenção da corveia dadas pelo faraó ou os documentos que isentam determinada fundação religiosa do pagamento de taxas a determinados agentes estatais.

Quanto ao estado da documentação acerca da tributação, Sally Katary afirma que:

Sendo os documentos fiscais sobreviventes em sua maioria registros templários, á uma deficiência na documentação do sistema de tributação pela perspectiva do Estado. Nós não estamos aptos a verificar a existência de uma autoridade central de recolha de tributos independente da existência do *ʿ3 n št* (lit. “O Grande das Tributações”, i.e., “Senhor Chefe da Tributação”)¹²¹.

A autora deixa bem clara sua perspectiva de que os templos não eram parte do aparelho de Estado. Na realidade, em outros textos, afirma a existência de duas enormes burocracias paralelas, a governamental e a templária, com direções interligadas no domínio do país¹²². Isto nos leva novamente às discussões travadas inicialmente sobre a oposição entre Estado e templos.

Um dos argumentos utilizados por Ben Haring para sua crítica à definição de Barry Kemp dos templos como um braço da administração governamental é o de que há indícios de que os templos eram obrigados a pagarem tributos¹²³, como pode ser constatado no Papiro BM 101401, da XXª Dinastia:

Lista de objetos, (sendo) o que o Senhor Chefe da Taxação trouxe, que foi tomado dos templos.
A Casa de Khnum, Senhor de Elefantina, pelas mãos do profeta Atumhotep:
Ouro, 2 kite;
Tecido macio, 3 trajas-*ḏšw*, fazendo...;
Tecido macio, 1 lençol e 1 traje-*ḏšy*;
Frutas-Hqq, em oipe, 1000;
Folhas de Palmeira, 100 pacotes-*mrw*;

¹²¹ KATARY, Sally, Taxation, **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, v. 1, n. 1, 2011, p. 10.

¹²² KATARY, Sally, Distinguishing subclasses in New Kingdom society on evidence of the Wilbour Papyrus., in: MORENO GARCIA, Juan Carlos (Org.), **Élites et pouvoir en Égypte ancienne: Égypte, Soudan**, Villeneuve d’Ascq: Université Charles de Gaulle-Lille 3, 2009, p. 266.

¹²³ HARING, Ben, Ramesside Temples and the Economic Interests of the State: Crossroads of the Sacred and the Profane., **Das Heilige und die Ware. Zum Spannungsfeld von Religion und Ökonomie.**, v. VII, p. 165–170, 2007, p. 165.

Leques 20;
Farinha-tâmara, 20 cestas-*škr*;
Argamassa de pedra vermelha, 1;
Pedra e moinho com seu esmeril, 3;
(...)¹²⁴

Haring afirma que há uma possibilidade de interpretar tais exações como tributo pago ao governo, todavia, acerca disso, o próprio Janssen, que traduziu e publicou o Papiro BM 10401, prefere complexificar o quadro:

Em resumo, a lista de tributos retira dos templos e de indivíduos. O quanto eles deveriam ser chamados de “tributos” depende da extensão do termo. Se, como eu conjeturo, eles foram dos santuários do Alto Egito para o templo de Karnak, eles dificilmente poderiam ser designados por esse termo no seu sentido moderno. A palavra alemã “abgabe”, grosso modo equivalente a “entrega”, poderia ser uma indicação melhor. Em todo caso, o papiro nos mostra um aspecto do complicado estado das finanças públicas no final do Reino Novo, um assunto que ainda guarda muitos mistérios¹²⁵.

Enquanto Janssen prefere ser cauteloso em relação às entregas feitas pelos templos e indivíduos e, portanto, ao papel do Estado no mundo faraônico, Barry Kemp – que, como visto, defende a hipótese dos templos como braço da administração – afirma que os templos deveriam pagar uma taxa à Coroa (que ele associa à administração das terras da Coroa conhecidas como terras-*khato*), mas que recebiam rendas do monarca na forma de oferendas de toda sorte, incluindo materiais preciosos¹²⁶.

Ainda que um documento como o Papiro BM 10401 deixe dúvidas acerca do papel dos templos no Estado, diversos outros documentos de tributação são relativos à esfera templária, como disse Katary. Esta documentação será analisada mais a frente. Todavia, dentre os documentos não-templários temos indícios sobre a apropriação privada da tributação por agentes estatais.

Este é o caso do *Decreto de Horemheb* que, segundo Katary, é uma declaração de que o governo não poderiam mais suportar a captura ilegal de tributos por funcionários e soldados. O documento se refere em especial aos governos anteriores ao de Horemheb e, assim, condena o período amarinano como um momento de caos, que permitiu a ação inescrupulosa dos agentes do Estado em favor próprio. A principal intenção do texto distribuído pelo Egito é afirmar que o novo faraó iria proteger os

¹²⁴ JANSSEN, Jac. J., Requisitions from Upper Egyptian Temples (P. BM 10401), **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 77, p. 79–94, 1991, p. 81.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 93–94.

¹²⁶ KEMP, Temple and Town in Ancient Egypt., p. 660.

interesses do Estado e restabelecer um quadro institucional qualificado para coleta de tributos¹²⁷.

Entre outras ações, o *Decreto* mostra a atuação mais específica dos soldados que se apropriavam ilegalmente de peles, fazendo com que a arrecadação oficial do Estado fosse prejudicada em favor de benefícios particulares, ao que se seguia a sentença para aqueles que fossem pegos praticando tal crime: retomada do fruto do roubo e duros castigos físicos, conforme o trecho seguinte:

Os dois corpos do exército (têm o hábito), uma vez que se encontram no campo, um no distrito sul, outro no distrito norte, de se apropriar de peles em todos os lugares, sem parar um ano para que as pessoas possam descansar. Eles se apropriavam das peles sem fazer distinção, colocando uma marca de ferro sobre elas, e depois de terem ido de casa em casa, maltratando e atormentando, sem deixar peles a quem quer que seja.

O intendente das tropas do faraó (V.P.S.) vem (em seguida) para realizar a inspeção do gado no país inteiro, ele pede pele às pessoas, ainda que não se possa encontrá-las entre eles.

Estamos no direito, portanto, de julgá-las culpadas pela falta, mas eles se justificam reclamando “mas eles as levaram!”.

Quando o intendente das tropas do faraó V.P.S. for efetuar a inspeção do gado no país todo, será ele que pegará as peles do gado abatido que provém de graças à sua boa vontade.

Ainda, todo membro do exército que pegarmos, a partir de hoje, pegando peles, a lei lhes será aplicada da seguinte maneira: ele sofrerá 100 golpes de bastão, receberá cinco feridas abertas, e a pele apropriada no roubo lhe será confiscada¹²⁸.

Ainda que a interpretação, a partir do Decreto de Horemheb, acerca das tentativas de apropriação privada dos tributos esteja correta, Katary erra ao identificar, orientada por uma perspectiva idealista, tais apropriações com um enfraquecimento do Estado. Segundo a autora, a administração descentralizada dava autonomia crescente às elites locais, fossem elas templárias ou laicas. O resultado disto seria uma drenagem das riquezas do Estado dirigida à manutenção de poderes descentralizados como fundações templárias ou de patrimônios privados, levando o Estado a sentir o peso dos gastos excessivos, em especial no período imediatamente anterior ao Primeiro Período Intermediário¹²⁹.

Ora, nada mais fácil de associar à ideologia liberal do que a identificação de um Estado com gastos excessivos, apontando para o fato de que a melhor gestão estatal é

¹²⁷ KATARY, Sally, Land Tenure (to the End of the Ptolemaic Period), **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, v. 1, n. 1, 2012, p. 405.

¹²⁸ KRUCHTEN, Jean-Marie, **Le décret d’Horemheb: traduction, commentaire épigraphique, philologique et institutionnel**, Bruxelles: Éditions de l’Université de Bruxelles, 1981, p. 182–183.

¹²⁹ KATARY, Taxation, p. 9–10.

obrigatoriamente aquela na qual a máquina é mínima, bem como suas despesas, algo por demais comum aos receituários neoliberais em voga no mundo desde a década de 1970.

Nossa hipótese em relação ao funcionamento do Estado faraônico é frontalmente oposta. Em vez de perceber a fragmentação do poder como uma ameaça ao Estado, entendemo-la como elemento pelo qual este se faz presente. Ou seja, não havia meios de controlar um Estado territorial pré-capitalista como o Egito a não ser através do descentramento do poder, que ainda que enfraquecesse a Coroa, pelo contrário, fortalecia a estrutura estatal. Isto, todavia, depende de uma definição distinta de Estado.

Capítulo II – Uma proposta materialista para o Estado faraônico

A abstração do Estado como tal pertence somente aos tempos modernos porque a abstração da vida privada pertence somente aos tempos modernos. A abstração do Estado Político é um produto moderno.

Karl Marx, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843)

A partir do quadro elaborado por Henry Tantaleán em sua apreciação das teorias de Estado que influenciaram nas análises da Arqueologia, como vimos, pode-se dividir as correntes teóricas acerca das estruturas estatais em duas: idealista e materialista. Enquanto a primeira é chamada de idealista por trabalhar com um conceito de essência imanente de uma natureza humana, a corrente materialista

...parte de um substrato material da sociedade manifestado, principalmente, na economia (a produção dos agentes sociais para a satisfação de suas necessidades materiais), pelo qual o objeto de estudo neste caso é concreto, objetivo e, por consequência, seu processo de produção é reconstruível com o fim de (re)produzir um conhecimento da realidade, enquanto oposto à ideologia. Portanto, criticarão o “direito natural” e o “justanaturalismo”¹³⁰.

O princípio da crítica ao modelo de Estado baseado na ideia da existência de um “contrato social” se deu com Hegel. Agregou-se a isso a reavaliação da perspectiva individualista que permeava tal concepção, para se chegar a uma nova forma de ver o Estado.

Marx foi responsável por criticar a ideia de essência ou natureza humana que era subjacente às perspectivas liberais, para as quais o Estado era a culminação do pacto social que estabelecia a sociedade civil. O que Marx fez foi demonstrar que historicamente nunca houve um “estado de natureza” entre os humanos. Sônia Mendonça fez uma bela síntese deste processo:

Em primeiro lugar, sua ótica [de Marx] não parte dos indivíduos, nem sequer da sociedade enquanto somatório de individualidades. Se há natureza no homem, ela é social e, portanto, passível de transformação. Os homens têm uma sociabilidade própria que lhes é dada, em cada momento da história, pelo lugar que ocupam no processo de produção e de trabalho. Alguns, neste caso, são proprietários dos meios de produzir e fazer trabalhar, enquanto outros, não. Os não proprietários, por sua vez, exercem distintas funções no processo produtivo, podendo ser operários, lavradores, etc., etc. Em suma, o

¹³⁰ TANTALEÁN, *Arqueología de la formación del estado*, p. 37.

que a matriz marxiana apresenta é uma visão histórica e classista da sociedade e dos homens¹³¹.

Tanto a perspectiva contratualista-liberal quanto as visões críticas influenciaram, no século XX, os estudos antropológicos acerca do funcionamento das mais distintas estruturas estatais, levando autores como Claessen e Skalník – na introdução de um livro que publicou a síntese dos debates acerca do Estado primitivo (*Early State*) ocorridos sobre o tema – a dividirem as teorias sobre o Estado em dois grupos opostos: 1) as que veem o Estado baseado em alguma forma de “contrato social”; 2) aquelas que pensam o Estado baseado em algum tipo de desigualdade¹³².

A partir da citação de Sônia Mendonça, sabemos que a perspectiva marxiana é aquela na qual o Estado deriva de uma desigualdade de classe, referente à posição dos grupos sociais em relação ao processo de reprodução de suas necessidades materiais. Parece que Claessen e Skalník reafirmam esta condição como consenso entre os antropólogos que valorizam a posição da desigualdade no surgimento das estruturas estatais. Segundo os autores,

Levando em consideração o fato de que o Estado pode ser caracterizado rapidamente como a organização criada para regulação das relações sociais numa sociedade dividida em no mínimo dois grupos sociais principais, a discussão do fenômeno da estratificação social parece tomar lugar nessa conjuntura. (...) o verdadeiro fator estratificador aos olhos da maioria dos acadêmicos é o acesso desigual aos meios de produção em uma dada sociedade¹³³.

Maurice Godelier defende uma perspectiva semelhante em sua conceituação do Modo de Produção Asiático. A partir das notas de Marx sobre as “formações orientais”, Godelier tratou de defender a aplicação deste modelo para diferentes sociedades, não necessariamente localizadas na Ásia, levando à definição de um modo de produção tributário-aldeão. O antropólogo francês identificou como caráter principal das formações econômico-sociais associadas a tal modo de produção a estrutura comum que combinaria as realidades comunitárias e o embrião de classe, levando a uma situação de passagem entre uma sociedade comunal e outra de classes e ao conseqüente surgimento do Estado.

¹³¹ MENDONÇA, Estado e Sociedade, p. 18.

¹³² CLAESSEN; SKALNÍK, *The Early State: Theories and Hypothesis.*, p. 16.

¹³³ *Ibid.*, p. 19–20.

O importante seria, portanto, determinar a maneira pela qual uma minoria domina e explora as comunidades aldeãs sem interferir diretamente em suas condições de reprodução. Tal maneira poderia estar ligada, por exemplo, à necessidade de organizar obras hidráulicas ou ao controle do comércio intertribal e/ou inter-regional. Assim, o elemento comum ao Modo de Produção Asiático seria o

...aparecimento de uma aristocracia que dispõe de um poder de Estado e que assegura as bases de sua exploração de classe pela apropriação de uma parte do produto das comunidades (em trabalho ou em espécie)¹³⁴.

O poder do Estado e, portanto, da nobreza teria sua origem nas funções de interesse comum (religiosa, política e econômicas). Este poder de função acabaria se tornando também poder de exploração, quando o pagamento feito a uma minoria para a administração se tornasse obrigação. Seguindo o raciocínio marxiano, a unidade dessas comunidades se personificaria em uma entidade natural ou sobrenatural (rei ou deus), que passaria a ter a propriedade de todas as terras. Nas palavras do próprio Marx,

Uma parte do seu trabalho excedente [das comunidades camponesas] pertence à coletividade mais elevada que existe finalmente como pessoa; trabalho excedente este que se manifesta seja no tributo etc., seja no trabalho coletivo para a glorificação da unidade, em parte do déspota real, em parte do ente imaginário do clã, do deus¹³⁵.

Em sua análise do surgimento do Estado egípcio, Warburton critica as posições referentes a uma base teórica marxista. Como visto, o autor é adepto de posições integradoras, desvalorizando o conflito interno frente à homogeneidade étnica que se fazia presente em um contexto de embate com as sociedades vizinhas. Ele é especialmente reativo a análises que relacionam o conflito interno à posição dos diferentes grupos sociais no relativo ao acesso aos recursos básicos, desacreditando a perspectiva do surgimento do Estado como ferramenta para manter a hierarquia social estruturada sobre o domínio de uma classe sobre a outra, através, por exemplo, do uso da violência. Warburton afirma que a associação entre distribuição da riqueza, hierarquia e violência não é obrigatória, já que o uso de violência para garantir hierarquias sociais nem sempre está ligado à riqueza. Para comprovar seu argumento, o egiptólogo cita dois estudos sobre o comportamento dos primatas, nos quais é

¹³⁴ GODELIER, Maurice, *Natureza e Leis do Modo de Produção Asiático*, in: PINSKY, Jaime (Org.), **Modos de produção na antiguidade**, São Paulo (SP): Global Ed., 1982.

¹³⁵ MARX, **Grundrisse**, p. 630.

comprovado que entre as sociedades de babuínos a hierarquia social também é consolidada por meio do uso da violência e da capacidade de recrutar outros babuínos, sem nenhuma relação, entretanto, com a distribuição da riqueza, inexistente em sociedades do tipo¹³⁶. Em síntese,

É lógico que o surgimento da riqueza cominado com a presença da força e da habilidade de empregar a força para expressar superioridade pode resultar na aquisição de riqueza por meio da coerção, mas isso não indica que as desigualdades sociais são devidas à existência de uma distribuição desigual da riqueza ou que isso identifica o papel do Estado como um elemento da sociedade humana¹³⁷.

Ora, com este tipo de afirmativas, Warburton mostra toda sua reatividade às perspectivas materialistas. Afinal, perceber que em sociedades de primatas a existência de hierarquias baseadas na violência e não ligadas à distribuição da riqueza não significa que a violência não possa ser usada para manter as hierarquias econômicas, como ele mesmo reconhece. Ao contrário da famosa metáfora marxiana de que “a anatomia do homem é uma chave para desvendar a anatomia do macaco”, o egiptólogo tenta explicar o comportamento humano através dos comportamentos desenvolvidos nas sociedades símias. Ademais, mesmo internamente, sua análise pode ser considerado insuficiente. É o caso de se pensar o que seria a riqueza nas sociedades símias, quais seriam os elementos de prestígio ligados ao exercício da dominação. Neste caso, parece possível afirmar que o uso da violência entre os símios está ligado à conquista das melhores fêmeas, à primazia na escolha dos alimentos e às alianças e agrados de outros indivíduos daquela sociedade¹³⁸. É razoável imaginar uma luta de babuínos pela liderança do grupo, para conseguir uma fêmea. Estranho é pensar os mesmos símios – fora de uma ficção científica como *O Planeta dos Macacos* – brigando por ouro! Uma

¹³⁶ WARBURTON, *State and economy in ancient Egypt*, p. 54.

¹³⁷ *Ibid.*

¹³⁸ No caso específico dos babuínos, não parece haver disputa por fêmeas, o principal privilégio do macho dominante é a primazia na escolha quando o bando encontra alimento. Os gorilas, por outro lado, são extremamente agressivos. A violência entre os machos (tanto a endógena quanto a exógena) se dá na disputa pelas fêmeas, sendo 80% dos encontros entre machos adultos marcados por ameaças mútuas e 50% em combates potencialmente mortais. A brutalidade entre os gorilas explica porque a maioria dos grupos tem apenas um macho adulto. Os chipanzés, por sua vez, mantêm entre si relações sociais complexas, nas quais o macho dominante nem sempre é o mais preparado para exercer a força, mas, pelo contrário, o mais capaz de desenvolver alianças com outros machos. Isto faz com que ele tenha mais acesso às fêmeas, aos agrados dos outros machos (nos rituais de catação utilizados para aproximar os indivíduos, por exemplo), exerça liderança nas caçadas e tenha, também, a primazia na escolha do melhor pedaço de carne. VARELLA, Dráuzio, *Macacos*, São Paulo: Publifolha, 2000.

interpretação assim nada mais faz do que naturalizar as formas humanas de riqueza, generalizando-as, inclusive, para o resto dos seres vivos.

A partir de sua análise um tanto distorcida, Warburton desconecta totalmente a desigualdade social da desigualdade na distribuição social da riqueza e, por fim, exime o Estado deste processo, para, como visto anteriormente, o afirmar como produto da vontade coletiva dos indivíduos em busca de segurança pessoal e patrimonial, além de uma necessidade de criar uma estrutura para desenvolver economicamente a riqueza privada. Para Warburton,

A segurança derivava do governo legítimo e contribuía para o crescimento econômico e a legitimidade derivava do mando e do reconhecimento dos direitos sobre as propriedades individuais que também autorizava os governantes legítimos a “expropriar” bens e trabalho “compulsório”. (...) era a atividade estatal que gerava o crescimento da demanda e, conseqüentemente, da produção, da riqueza e da prosperidade¹³⁹.

O modelo materialista poderia, então, ser expresso graficamente da maneira presente na Figura 8. É importante esclarecer que tais esquemas gráficos (tanto o idealista quanto o materialista), mais gerais, foram pensados para refletir a realidade das sociedades pré-capitalistas, especificamente a partir do contato com as lógicas de um Estado recém-surgido, numa perspectiva semelhante àquela que, como visto, Maurice Godelier associa ao Modo de Produção Asiático. A análise de casos concretos e, portanto, contendo mais determinações, exige modelos com maior complexidade.

¹³⁹ WARBURTON, *State and economy in ancient Egypt*, p. 69.

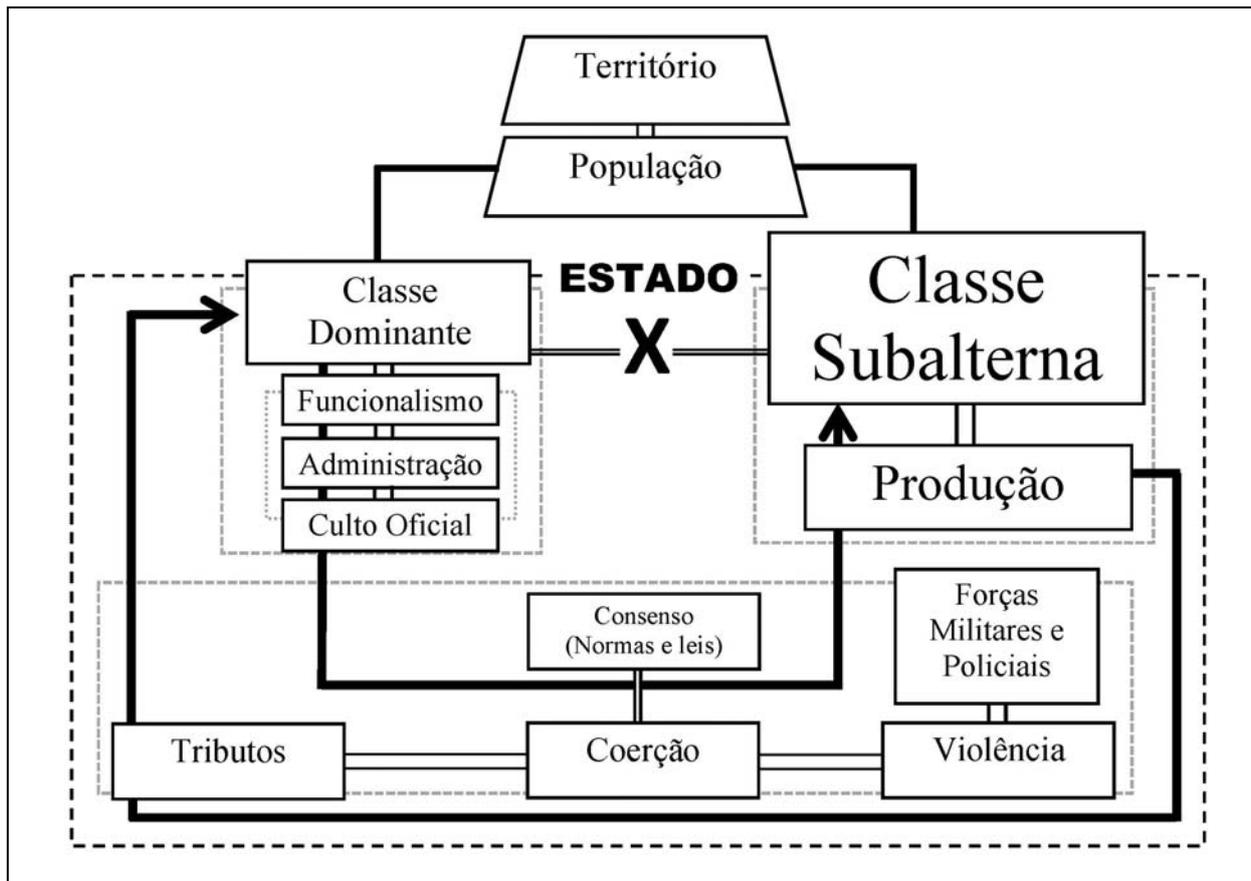


Figura 8 - Esquema do Estado Materialista.

A principal diferença em relação ao esquema montado para representar o Estado segundo a perspectiva idealista (Figura 4) é que uma visão materialista reparte a população, de acordo com uma especialização social do trabalho (algo, portanto, relativo à produção e os meios de executá-la), em dois grupos economicamente determinados e com interesses diametralmente opostos. O Estado surge com esta divisão. Isto não significa afirmar que não havia especialização do trabalho antes (como especialização etária e de gênero, por exemplo), mas sim que esta nova divisão se relaciona à apropriação de classe dos recursos fundamentais para sobrevivência de todo o coletivo. Portanto, o materialismo é uma base teórica que valoriza o conflito como elemento constante na sociedade, ao invés de classificá-lo como uma anomia social numa sociedade homogênea e bem integrada.

Começemos a análise do esquema pelos três grandes conjuntos agrupados por linhas tracejadas cinzas. Primeiro, temos o coletivo da classe dominante, que desempenha funções administrativas e relacionadas à mediação oficial com o sobrenatural. Este grupo está associado às tarefas de governo da coletividade, assumindo, assim, a liderança nas responsabilidades coletivas e, com isso, os papéis

legislativos, jurídicos, fiscais e coercitivos. Num Estado teocrático, o culto oficial às divindades é uma das mais importantes dessas responsabilidades, além, é claro, das obras coletivas, sejam aquelas de irrigação ou mesmo a ereção de edifícios templários ou palaciais.

O segundo conjunto agrupado pela linha tracejada cinza é aquele composto pela classe subalterna, ligada à produção. A representação graficamente maior desta classe simboliza sua ampla superioridade numérica em relação à classe dominante. Os subalternos ficam responsáveis por executar o trabalho produtivo necessário ao sustento material de toda a coletividade. Assim, levando em conta o pano de fundo de uma sociedade agrícola com baixo desenvolvimento das forças produtivas, a classe subalterna tem que ser, necessariamente, numericamente muito superior à classe dominante, já que é o excedente de trabalho do primeiro grupo que sustenta os indivíduos do segundo.

Neste momento, um parêntesis faz-se necessário. O enquadramento da população em apenas duas classes divididas de acordo com seu posicionamento na esfera material/produtiva e, portanto, no que se refere à divisão social do trabalho não deve servir para homogeneizar todos os comportamentos ou condições de vida dentro das classes. É fundamental enfatizar a existência de heterogeneidade interna seja entre o grupo dominante, seja no grupo subalterno, dando origem a frações de classe distintas. Isto se concretizava em interesses, funções, comportamentos e condições de vida diferentes e até mesmo conflitantes dentro de cada classe. Em todo caso, a heterogeneidade interna diluía-se frente ao conflito de interesses relativo ao antagonismo de classe.

O terceiro conjunto agrupado pela linha tracejada cinza é composto pelos meios através dos quais a classe dominante submete os subalternos. Numa perspectiva materialista, as normas e leis não são uma definição tomada por uma sociedade homogênea em direção ao bem coletivo, mas sim a institucionalização das formas de dominação de um grupo sobre o outro. A escolha do termo “consenso” simboliza o entendimento de que os próprios subalternos incorporam essas regras sociais como se fossem suas e se organizam também através delas. No caso do Estado recém-surgido, muitas dessas formas de organização subalternas, como veremos, são subsumidas ao funcionamento do Estado e, portanto, à exploração de classe. Em todo caso, anexas ao consenso estão as formas de coerção institucionalizadas nas normatizações sociais.

O uso da violência é executado por agentes cuja legitimidade é dada através das normas da classe dominante, muito embora tais agentes possam pertencer às classes subalternas. Isto acontece no exemplo das responsabilidades militares levadas a cargo por indivíduos dos grupos subalternos sob o comando (muitas vezes violento) da classe dominante. No caso do Egito, o recrutamento frequentemente se dava por meio do artifício da corveia real, ou seja, um tributo exigido em trabalho. Surge, então, o outro braço das formas de coerção, a coerção fiscal ou tributária. Esta é a base material de sustentação do Estado, mesmo para a perspectiva idealista. A diferença é que sob este ponto de vista os tributos são pagos pela população inteira para fins coletivos. Nesta lógica, aqueles que não pagam e, pelo contrário, recebem a redistribuição das taxas, fazem-no por desempenharem funções especializadas de administração, culto ou quaisquer outras. A perspectiva materialista, por outro lado, observa esses tributos como forma de manutenção dos privilégios da classe dominante frente à exploração do sobretabalho dos grupos subalternos.

Entende-se, agora, o papel fundamental dos dois vetores que atravessam o gráfico, representando as relações principais entre as duas classes e, portanto, componentes axiais articuladores da estrutura estatal. O primeiro, da esquerda para direita, parte da classe dominante, passando pelos meios de dominação, para terminar apontando para as classes subalternas, simbolizando o processo de submissão que é executado tanto através das formas de consenso quanto daquelas de coerção. O segundo vetor faz o trajeto contrário, partindo das classes subalternas, passando pelos tributos e alcançando as classes dominantes, simbolizando a exação do excedente produtivo, materializado tanto em parte do esforço produtivo (ou seja, trabalho) quanto em parte da própria produção. Cabe ressaltar que a cobrança não era feita simplesmente sobre o que restava ao não ser consumido pelos grupos subalternos, mas sim sobre o montante permitido pela correlação de forças entre as classes em um determinado momento histórico, podendo aumentar ou diminuir de acordo com a resistência dos subalternos e o poder de opressão dos dominantes. Na maioria das vezes, esta balança pesava mais para o lado da opressão, deixando os grupos subalternos sobrevivendo no nível exato da subsistência mínima, pressionados a produzirem mais para melhorar suas condições de vida ou mesmo apenas para dar conta das pesadas taxações. Nos termos de Marx, citado algumas páginas atrás, os tributos apareciam como tendo as funções de glorificar a unidade, em especial a sua encarnação corpórea – o monarca –, o imaginário do

parentesco único mítico do coletivo e as divindades às quais toda a população devia a dádiva de sua existência.

Engels resumiu a visão materialista da passagem de uma estrutura social baseada no parentesco para outra calcada no Estado, a partir do estudo da obra do antropólogo evolucionista estadunidense Lewis Morgan, com as seguintes palavras:

Contudo, no marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso a base dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais, que, no transcurso de gerações, procuram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade entre estas e aquela leva a uma revolução completa. A sociedade antiga, baseada nas uniões gentílicas, vai pelos ares, em consequência do choque das classes sociais recém-formadas; dá lugar a uma nova sociedade organizada em Estado¹⁴⁰.

Deve-se salientar que, apesar da nomenclatura “propriedade privada”, Engels se referia a uma apropriação privada por uma classe, mais do que à propriedade privada individual nos moldes liberais. O processo revolucionário por ele mencionado foi aquele chamado por Gordon Childe de “Revolução Urbana”, que teria as seguintes características:

A sociedade persuadiu ou obrigou os agricultores a produzir excedentes de alimentos, superiores às suas necessidades domésticas, e, concentrando esses excedentes, utilizou-os para manter uma nova população urbana de artesãos especializados, comerciantes, sacerdotes, funcionários¹⁴¹.

O que se pode perceber até agora é uma maior preocupação da corrente materialista com a função do Estado como elemento de opressão de classe do que com sua composição como instituição. A perspectiva institucionalista acerca do Estado deriva de sua definição a partir da Idade Moderna como um organismo, composto pela burocracia, que age socialmente em favor da coletividade. Posteriormente, no século XX, uma nova onda crítica ao materialismo surgiu com a corrente neo-institucionalista, valorizando justamente a ideia de que os materialistas, os marxistas em especial, não teriam uma teoria sobre o Estado, por um excessivo funcionalismo, enquanto a estrutura

¹⁴⁰ ENGELS, Friedrich, **A origem da família da propriedade privada e do estado**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 3.

¹⁴¹ CHILDE, V. Gordon, **O que aconteceu na história**, Rio de Janeiro: Zahar, 1960, p. 11.

Estatual deveria ser vista como uma instituição¹⁴². Todavia, cabe lembrar que mesmo Weber, um dos sociólogos cuja obra é fundamental para os institucionalistas pela importância que dá à burocracia, apresenta o Estado como “*uma forma social não individualizável, ou seja, não como um ente e sim como um feixe de ações protagonizadas por indivíduos*”¹⁴³. Quanto à formulação do Estado como organismo, Antonio Gramsci afirma:

Um organismo coletivo é constituído de indivíduos, os quais formam o organismo na medida em que se deram, e aceitam ativamente, uma hierarquia e uma direção determinada. Se cada um dos componentes pensa o organismo coletivo como uma entidade estranha a si mesmo, é evidente que este organismo não existe mais de fato, mas se transforma num fantasma do intelecto, num fetiche¹⁴⁴.

A citação de Gramsci parece indicar um caminho para entender o Estado tanto a partir de sua função e, portanto, como uma relação social entre classes – conforme a perspectiva materialista –, quanto como instituição (em outras palavras, para simplificar, um aparelho de Estado) da qual nem todos os indivíduos que participam da relação estatal são e/ou se reconhecem como componentes. Sobre esta capacidade de não se reconhecer no Estado, Marx afirmou:

Se Hegel tivesse partido dos sujeitos reais como a base do Estado, ele não precisaria deixar o Estado subjetivar-se de uma maneira mística. (...) A Substância mística se torna sujeito real e o sujeito real aparece como um outro, como um momento da Substância mística. (...) Como se o povo não fosse o Estado real. O Estado é um *abstractum*. Somente o povo é o *concretum*¹⁴⁵.

Após perceber sua função no domínio de classe, o primeiro passo fundamental dado por Marx no sentido do desvelamento das estruturas estatais foi o entendimento de que esta relação social poderia ser subjetivada, incorporando-se numa instituição com ação que parece própria. Neste sentido, o autor mostra, na lógica materialista, que o substrato real do Estado está na relação entre os homens concretos, ainda que, por meio de um processo identificado por ele a uma maneira mística, para reforçar a perspectiva de que a relação não aparenta como imanente aos próprios homens. Esta relação entre

¹⁴² BOBBIO, Norberto, Existe uma teoria marxista do Estado?, in: **O Marxismo e o estado**, [Rio de Janeiro]: Graal, 1979.

¹⁴³ BIANCHI, O Conceito de Estado em Max Weber, p. 86.

¹⁴⁴ GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 332.

¹⁴⁵ MARX, Karl, **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, São Paulo: Boitempo, 2005, p. 44–48.

homens concretos lhes aparece como externa ao tomar a forma institucional. Em outra obra, Marx aprofunda a reflexão sobre este processo de externalização e objetificação das relações sociais.

Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por (...) analogia, temos de nos deslocar à vida nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens¹⁴⁶.

O filósofo alemão, agora, lida com outro objeto, a mercadoria, que também passa por um processo semelhante àquele do Estado, a saber, uma relação social que toma a forma de uma coisa e aparece aos homens que a constituem como estranha a si. Neste trecho, o caráter místico é associado à fantasmagoria para ressaltar a aparência sobrenatural e todo o processo é semelhante àquele da religião, na qual os deuses, produtos do pensamento humano, aparecem aos próprios humanos como sujeitos externos, sobrenaturais, autônomos e dominantes. A este processo de objetificação/subjetificação das relações sociais, que passam a serem vistas como externas a seus verdadeiros agentes, Marx dá o nome de fetichismo. Logo, poderíamos falar em um fetichismo de Estado? Segundo o autor,

...as esferas particulares não tem consciência de que seu ser privado coincide com o ser transcendente da constituição ou do Estado político e de que a existência transcendente do Estado não é outra coisa senão a afirmação de sua própria alienação. A constituição política foi reduzida à esfera religiosa, à religião da vida do povo, o céu de sua universalidade em contraposição à existência terrena de sua realidade¹⁴⁷.

Aqui, Marx enfatiza o papel da alienação, ou seja, uma lógica social que impede que os sujeitos concretos se reconheçam no produto de suas relações sociais. Na teoria marxista, a alienação mais conhecida é aquela que se dá no capitalismo, no qual o trabalhador não identifica o próprio fruto do seu trabalho. Todavia, a o filósofo alemão chega a afirmar uma espécie de alienação religiosa, em especial no pré-capitalismo, em que, por exemplo, um sujeito acreditava que seu esforço produtivo era condicionado pela vontade divina. Desta maneira, a uma ação humana aparece ao sujeito como ação divina e, conseqüentemente, estava alienada dele. O mesmo poderia ser relacionado ao Estado, em especial ao que Marx chama de Estado político, conceito utilizado para se

¹⁴⁶ MARX, Karl, **O Capital. Crítica Da Economia Política**, São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 71.

¹⁴⁷ MARX, **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, p. 50.

referir mais apropriadamente à instituição estatal do que às relações sociais fundantes da estrutura estatal. Por constituir a base material do Estado, mas não se reconhecer em suas ações, um indivíduo das classes subalternas (que não tem um cargo na burocracia ou culto estatais) sofre com a alienação, um processo semelhante àquele da religião e, desta forma, identificado por Marx.

Até este momento, como isto se adapta ao caso do Egito faraônico? A perspectiva materialista aponta para uma definição inicial do Estado como a relação entre duas classes antagônicas, grosso modo, uma aristocracia e um campesinato, na qual a primeira extrai sobretrabalho do segundo. Deve-se ressaltar, é claro, que esta é uma simplificação correspondente a um nível maior de abstração, enquanto uma aproximação com a concretude gera mais determinações para o modelo, que teria que incluir a heterogeneidade interna das classes. Mas cada coisa a seu tempo.

Embora as duas classes pertençam ao Estado material (relação social), só a classe dominante controla o Estado político (instituição) e, portanto, os meios de dominação representados no gráfico, ou seja, a construção e reprodução do consenso e o exercício da coerção fiscal e da violência. A aristocracia desempenha os cargos estatais (burocracia-administração-culto oficial) e controla o excedente extraído do campesinato.

Nesta relação, o campesinato, apesar de ser fundamental para o funcionamento da relação estatal através do seu papel produtivo e do pagamento de tributos, não se reconhece como parte do Estado por não ocupar postos na instituição. Desta maneira, a relação estatal toma a forma de uma instituição cujas ações são controladas pela aristocracia que a compõe. Há uma objetificação da relação, que toma forma de instituição. Como esta instituição age socialmente, ela pode ser caracterizada como um sujeito, cujas ações defendem seu próprio interesse, que, ainda que seja o da classe dominante, aparece como sendo o interesse coletivo de toda a população. No caso faraônico esta subjetivação é ainda mais clara, pois tanto a comunidade quanto o Estado institucional são personificados na pessoa individual do faraó.

A objetificação na qual a relação social entre classes toma a forma de uma coisa (instituição) e/ou de uma pessoa (Estado como sujeito e, em última instância, o próprio faraó) parece-nos caracterizar o que chamamos de fetichismo de Estado. Neste quadro, o campesinato aparece como alienado da participação do Estado, embora este seja mantido pelo esforço do seu trabalho e seja fruto de relações nas quais esta classe não só está envolvida, como desempenha o papel basilar.

No caso faraônico, o fetichismo de Estado aprofunda-se ao se mesclar com o fetichismo religioso, já que o monarca é, também, um representante do mundo sobrenatural dos deuses. Estes deuses são responsáveis não apenas pela vida de todos os seres humanos, como também pelo funcionamento da natureza e, conseqüentemente, da produção. Isto faz com que, como visto, o fruto do esforço produtivo dos homens não lhes apareça como próprio, já que, por exemplo, a agricultura não depende unicamente do trabalho humano, mas, principalmente, da dádiva da providência divina. No fim, isto acaba por justificar o pagamento – que recai sobre o trabalho da parcela produtiva da comunidade – de tributos voltados, nas palavras de Marx acerca das “formações orientais”, em parte para o déspota real, em parte para o deus.

A existência de uma instituição Estatal, ou seja, uma objetificação das relações do Estado material, é representada pelo conceito de Estado político. Segundo Marx,

A propriedade, o contrato, o matrimônio, a sociedade civil aparecem, aqui (...) como modos de existência particulares ao lado do Estado político, como o conteúdo com o qual o Estado político se relaciona como forma organizadora, como entendimento que determina, limita, ora afirma, ora nega, sem ter em si nenhum conteúdo¹⁴⁸.

No trecho, o autor relaciona assuntos civis e jurídicos da sociedade civil ao Estado político. Marx está se referindo ao Estado moderno, todavia mesmo no pré-capitalismo podemos observar o aparelho estatal regulando a dinâmica social através da institucionalização das relações de propriedade, por exemplo. Lembremos que mesmo para os liberais, o Estado é responsável por manter a propriedade privada e regular os contratos, passagens hereditárias etc. Há toda uma documentação, no caso do Egito faraônico, que mostra como esses papéis eram atribuídos às funções dos conselhos, que tinham, como última instância, o vizir. Já demonstramos isto com o caso da contenda judicial de Mose acerca da terra de seu antepassado, Neshi. Outros exemplos podem ser encontrados nos registros de trocas e apelações referentes a elas na documentação de Deir el-Medina. Um desses casos é a disputa do trabalhador Menna para recuperar o pagamento devido a ele pela entrega de um pote de gordura vendido a crédito ao chefe de polícia Mentemose, expresso no Óstraco Chicago 12073:

Ano 17... sob Sua Majestade o Rei do Alto e Baixo Egito... Ramsés [III]. Neste dia o trabalhador Menna deu o pote de gordura fresca ao chefe de polícia Mentmose que disse: “Eu pagarei por isto em cevada... Que Rá o

¹⁴⁸ *Ibid.*

mantenha saudável”. Isto ele me disse. Eu informei sobre ele três vezes no conselho perante o escriba da tumba Amennakhte, mas ele não me deu nada até este dia. Veja, eu denunciei ele no ano 3, segundo mês do verão, dia 5 da Majestade, Rei do Alto e Baixo Egito... Ramsés [IV], isto é, 18 anos atrás. Ele fez um juramento pelo Senhor, dizendo: “Se eu não pagar a ele por seu pote após o ano 3, terceiro mês do verão, último dia, eu deverei receber uma centena de golpes de vara e devo ser passível de pagar o dobro...”¹⁴⁹.

O caráter organizador do aparelho Estatal, ressaltado por Marx, já havia sido visto aqui em uma citação dos antropólogos Claessen e Skalník, que afirmaram o próprio Estado como organização criada para regulação das relações sociais. Ao contrário de Warburton, também citado anteriormente, que acredita no Estado como organismo – visão organicista na qual o conflito seria uma anomalia social a ser curada –, parece-nos mais interessante encampar esta visão da estrutura estatal como organização. Segundo uma perspectiva materialista, organização seria

...uma associação humana dotada de estruturas diferenciadas e hierarquizadas, possuidora de recursos próprios com base nos quais seus agentes podem perseguir objetivos específicos, perceberemos que este termo - "organização" - é mais adequado (...) que o conceito de "instituição", que, normalmente, refere-se à existência de comportamentos recorrentes socialmente sancionados¹⁵⁰.

O vocábulo “organização” ainda dá mais ênfase à perspectiva de que o Estado é uma forma pela qual os grupos humanos se organizam, por mais que ele se torne um aparelho. De qualquer forma, este Estado tem que aparecer como sendo o responsável pelo interesse da coletividade, como declaram Marx e Engels:

...é precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar, tribal, tais como laços de sangue (...) ¹⁵¹.

Voltamos ao ponto no qual há um encontro entre uma perspectiva mais institucionalista de Estado e outra mais funcionalista, ou seja, o momento em que a relação social entre classes se manifesta fetichisticamente em uma organização ou aparelho, em outras palavras, uma “forma autônoma”, fundada sobre laços reais (Estado

¹⁴⁹ BIERBRIER, M. L, **The tomb-builders of the Pharaohs**, Cairo, Egypt: American University in Cairo Press, 1992, p. 103.

¹⁵⁰ CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato, O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx., **Crítica Marxista**, v. 13, n. Editora Revan, p. 9–28, 2001, p. 17. Nota 22.

¹⁵¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, **A Ideologia Alemã**, São Paulo: Boitempo, 2007, p. 37.

Material), mas que representa apenas interesses do grupo específico que a controla, a classe dominante, ainda que apareça como encarnação dos interesses coletivos. Nas palavras de Gramsci:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’ (...) o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico¹⁵².

Embora o comunista sardo tenha usado o termo “organismo”, sua percepção é diametralmente oposta àquela de Warburton, pois parte da lógica materialista da luta entre as classes sociais e identifica o controle do Estado pela classe dominante como um elemento fundamental neste processo, bem como a aparência de representação dos interesses gerais da população. A ideia de equilíbrios instáveis serve justamente para valorizar o conflito entre opressão e resistência, balança que depende das condições da luta de classes, e que se reflete nas leis e formas de consenso e coerção que garantem a ação estatal. Tal balança tem um ponto limite, que é o que Gramsci chama de “estreito interesse econômico”, ou seja, o interesse da classe dominante de se manter através da exploração da classe subalterna.

A oposição entre classes, no caso dos Estados teocráticos do Antigo Oriente Próximo, leva à criação de um hiato entre grupos da população, que, apesar de se perceberem como uma unidade, na realidade, estão separados antagonicamente. Este processo foi resumido por Ciro Cardoso da seguinte maneira:

Existe uma tensão, um hiato de interesses e mesmo de compreensão entre ambos os níveis, que a ideologia oficial tenta ocultar, difundindo a imagem de uma sociedade homogênea em que todos – do mais pobre camponês ao mais exaltado funcionário – são “servos” do monarca, que, por direito divino, é o senhor de suas vidas e o dispensador da abundância¹⁵³.

¹⁵² GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política*, p. 41–42.

¹⁵³ CARDOSO, Ciro, *Sociedades do antigo Oriente Próximo*, São Paulo: Ática, 1995.

O mesmo Ciro Cardoso tratou de sintetizar, a partir da obra dos pais fundadores do marxismo, as principais características do Modo de Produção Asiático¹⁵⁴. Embora alguns pontos sejam questionáveis em razão do desenvolvimento das pesquisas na área e a multiplicação de novos dados – Marx e Engels fizeram suas considerações a partir de relatos de viagem e relatórios parlamentares sobre Índia e China – há um elemento que gostaríamos de ressaltar por conta da especial permanência de sua validade. A primeira característica seria a ausência de propriedade privada da terra, que, em última instância, pertencia somente ao Estado. Já temos conhecimento do fato de que a lógica da propriedade era bem mais complexa, incluindo formas individuais e hereditárias, por exemplo. Contudo, pode-se afirmar que a lógica primordial da aquisição de terras era mediada pelo Estado, bem como este, encarnado no faraó, ideologicamente era proprietário.

A segunda característica seria a base social desse modo de produção encontrada nas aldeias camponesas autossuficientes, que mesclavam em seu interior a produção agrícola à artesanal. Esta questão tem diversas implicações. Inicialmente, ela foi constatada – não apenas por Marx, mas por outros europeus do mundo moderno – por meio da observação das comunidades camponesas do período do século XVIII e XIX, o que caracteriza uma visão orientalista fundada na perspectiva da falta de mudanças no oriente (associada, inclusive, a esta autossuficiência). A outra implicação é derivada desta primeira, a saber, a questão acerca das modificações nos mais de três milênios na forma de vida das comunidades aldeãs. De toda forma, é quase consensual a classificação da sociedade egípcia faraônica como sendo de base comunitária e camponesa. Discutiremos mais tarde as relações destas comunidades para com o Estado.

A terceira característica é o papel fundamental do governo centralizado na execução de obras necessárias em um contexto ecológico extremamente dependente do aproveitamento hidráulico da cheia dos grandes rios. Esta conclusão foi base da chamada “hipótese causal hidráulica”, que apontava a necessidade da organização de obras de irrigação como o principal elemento para o surgimento do Estado, bem como sua função primordial. O próprio Ciro Cardoso foi muito incisivo em descartar tal hipótese¹⁵⁵, sugerida a Marx por Engels. Christopher Eyre concorda com Cardoso e afirma que a documentação do Primeiro Período Intermediário é bastante clara em

¹⁵⁴ BOUZON, Emanuel; TUNES, Cássio; CARDOSO, Ciro, **Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito**, Rio de Janeiro: Campus, 1990.

¹⁵⁵ CARDOSO, **O Egito antigo**.

apontar para o controle hidráulico local, sob responsabilidade de um chefe, o que levava, muitas vezes, ao prejuízo de outras populações rio abaixo¹⁵⁶.

A característica do Modo de Produção Asiático que mais gostaríamos de ressaltar neste momento no sentido de contribuir para a construção de um modelo materialista da estrutura estatal é a identidade entre classe dominante e poder de Estado utilizado para explorar as comunidades aldeãs extraindo tributos em gênero e trabalho. Em seu “marxismo político”, Ellen Wood vai na mesma direção:

Parece razoável supor então que, não importa como esse ‘complexo de instituições’ tenha passado a existir, o Estado surgiu como um meio de apropriação do produto excedente (...) e, de uma forma ou de outra, como modo de redistribuição. (...) Mesmo que não haja um representante perfeito desse tipo social [“formação asiática”], (...) o Estado como apropriador principal e direto de mais-valia com certeza existiu; e há certa evidência de que esse modo de apropriação de excedentes tenha sido um padrão dominante, se não universal, do desenvolvimento social¹⁵⁷.

Entende-se, portanto, a unidade entre classe dominante e poder Estatal. Sendo uma sociedade pré-capitalista, a exação de sobretrabalho no Egito faraônico só poderia se dar por meio do que Marx definiu como formas “extra-econômicas”. Diferentemente do capitalismo, modo de produção no qual a exploração do trabalho se dá por meio de uma relação econômica, a mais valia, o poder político – em outras palavras, estatal – é fundamental para o exercício do domínio de classe no pré-capitalismo. Logo, o Estado deve ser visto como o principal meio de extração do sobretrabalho. No caso faraônico, segundo Andrea Zingarelli,

As terras eram concedidas pelo senhor das terras (a Coroa) a uma classe de senhores que é indistinguível do Estado ou suas instituições. Aqueles que possuem as terras são, ao mesmo tempo, funcionários do Estado ou dependem da religião estatal ou de instituições funerárias. (...) Durante o Reino Novo, os maiores templos (adjuntos estatais na visão de Kemp) desempenharam a mesma função dos senhores de terra supremos¹⁵⁸.

A lógica estatal do antagonismo de classes não leva apenas à expropriação do excedente de trabalho das comunidades camponesas, tanto em gênero quanto na corveia real. A classe subalterna é expropriada de uma série de elementos relacionados à sua reprodução, no sentido de mantê-la dependente da classe dominante e, portanto, inserida

¹⁵⁶ EYRE, The Village Economy in Pharaonic Egypt, p. 34.

¹⁵⁷ WOOD, Ellen Meiksins, **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**, São Paulo: Boitempo, 2003, p. 37.

¹⁵⁸ ZINGARELLI, Andrea, Asiatic Mode of Production: Considerations in Ancient Egypt., in: ZINGARELLI, Andrea; DA GRACA, Laura (Orgs.), **Studies on Precapitalist Modes of Production**, Leiden: Brill, 2015, p. 52.

na lógica de Estado. Ou seja, formas de sociabilidade características das classes subalternas deixam de servir apenas para sua manutenção autônoma e são subsumidas à lógica estatal, levando-as a atuar como elementos fortalecedores da dominação de classe. Todavia, é importante ressaltar que estas relações não se dão sem resistência por parte dos subalternos.

Em primeiro lugar, podemos destacar a subsunção de formas de solidariedade coletiva com a intervenção da corveia real. Pelo menos parte do tempo que era utilizado para o fortalecimento dos laços de solidariedade tanto comunitária quanto intercomunitária, por meio de trabalhos conjuntos, é expropriada a partir do momento em que se impõe o trabalho compulsório para interesses determinados pela organização estatal e, assim, pela classe dominante. Tais trabalhos servem para a manutenção das estruturas que garantem a exploração de classe, como palácios e templos (que servem também como monumentos da dominação), ou mesmo a corveia militar para garantir os interesses nacionais e internacionais da classe dominante.

Há também a expropriação da mediação com o sagrado, com a instalação do monopólio estatal – e faraônico – da adoração das divindades. O faraó é o único sacerdote por direito, apenas delegando a seus funcionários a sua representação nas atividades religiosas espalhadas pela “Terra Negra”, em função da impossibilidade de sua onipresença. A principal forma de adoração – responsável por agradar os deuses, manter Maat e a continuidade do universo – passa a ser o culto estatal feito nos templos. Desta maneira, a cobrança de tributos sobre os camponeses tem também um caráter ideológico sagrado, baseado nas relações de reciprocidade. Este papel da religião foi exposto da seguinte maneira por Maurice Godelier:

Esta essência divina de faraó nos confronta com dois fatos fundamentais. De um lado, compreende-se que aqueles que tudo devem a tal potência, sua própria existência e a de seus descendentes, submetem-se voluntariamente a sua autoridade e que seu consentimento pesa mais que a violência no exercício do poder. (...) E o segundo fato fundamental, que lança luz, aliás, sobre o primeiro, é que este consentimento era a expressão de uma dívida original dos humanos para com os deuses, especialmente aquele que vivia entre eles, o faraó, dívida que não poderia ser compensada (...) nem por todos os contradições que eles poderiam fazer de seu trabalho, de suas colheitas e mesmo de suas pessoas (...). (...) Foi preciso, portanto, que alguns exercessem o monopólio das condições imaginárias de reprodução da vida para que surgissem as castas, as classes e a instituição que permite governar sociedades assim divididas: o Estado em suas diversas formas. (...) A religião forneceu a ideia de relações hierárquicas, assimétricas, fonte ao

mesmo tempo de obrigações recíprocas e de relações de obediência situadas além e qualquer reciprocidade¹⁵⁹.

Embora a religião tenha um caráter alienante, conforme observado por Marx e discutido mais acima, a estruturação de uma lógica de Estado faz com que tal alienação passe a funcionar em favor da dominação de classe. Ou seja, as relações sociais religiosas são subsumidas à lógica de funcionamento estatal. Obviamente existem resistências no processo. Os grupos subalternos não perdem completamente suas maneiras de ligação com o sagrado e isso se expressa nas formas da religiosidade popular, voltadas para a ação contra as incertezas e ameaças do dia-a-dia¹⁶⁰.

A própria perspectiva de coletividade é subsumida às relações estatais. Com o estabelecimento da estrutura de classe, o grupo dominante passa a reclamar para si a representação do coletivo. É o Estado – e o faraó – que representa a coletividade frente aos deuses e aos estrangeiros, por exemplo. Desta maneira, a identidade coletiva passa a funcionar como engrenagem da dominação de classe.

O mais estudado dos aspectos comunitários subsumidos à lógica de funcionamento estatal são as relações de parentesco. A antropologia aponta o parentesco como forma de organização social anterior ao Estado, sendo, portanto, eixo de integração das sociedades pré-estatais, bem como sua lógica de expressão do poder. Em tais sociedades, o exercício do poder não está ligado a uma dominação econômica, à reivindicação de uma propriedade individual (ou de classe) sobre os meios de produção ou à capacidade de tributação. O poder se manifesta através do prestígio pessoal, ainda que na esfera econômica a produção permaneça, em termos gerais, coletiva. Tal prestígio se expressa nas relações de parentesco, com a preponderância dos elementos patriarcais e o culto dos antepassados.

No que tange a relação entre lógica de parentesco e lógica de Estado, a obra do egiptólogo argentino Marcelo Campagno é fundamental, em especial por se debruçar sobre o momento da constituição do Estado egípcio na passagem do Período Pré-Dinástico para o Reino Antigo. Segundo ele,

Com efeito, o parentesco e o Estado se apresentam na antiga sociedade egípcia, como em tantas outras sociedades estatais antigas, como os eixos de articulação social por excelência, como as práticas que constituem os

¹⁵⁹ GODELIER, Maurice, **O enigma do dom**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 289–290.

¹⁶⁰ STEVENS, Anna, Domestic Religious Practices, *in*: **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: UCLA, 2009.

códigos de organização da sociedade, como o “idioma” para a expressão das outras práticas que compõe a trama social¹⁶¹.

Campagno define cada uma das duas lógicas a partir de suas características políticas, econômicas e ideológicas. O parentesco seria marcado por uma liderança ligada a uma posição geracional, descendendo de um fundador unitário; economicamente predominaria a reciprocidade equilibrada; e os laços genéticos com antepassados comuns e, naquela concepção, com elementos divinos constituiriam a base ideológica. A lógica estatal, por sua vez, estaria calcada na imposição das decisões emanadas de um poder central que detinha o monopólio da coerção; a estrutura econômica gravitava em torno da tributação; e, ideologicamente, conectava a ordem cósmica à figura do monarca¹⁶².

A sobreposição da lógica estatal ao parentesco levou à subsunção das formas organizativas deste por aquela, ou seja, a dominação de classe coloca outras lógicas a seu favor, como afirma o próprio Campagno:

...a instalação da lógica associada à prática estatal não tende a substituir a lógica parental, mas a articular com esta última diversos modos de composição, nos quais a lógica estatal geralmente se reserva o papel dominante, mas o parentesco detém sua singular capacidade de articulação social¹⁶³.

O autor nos parece completamente correto ao afirmar o papel dominante da lógica de Estado sobre a de parentesco. A articulação social referente ao parentesco passa a ter papel fundamental na composição do Estado, articulando as elites locais ao poder central e estruturando a conexão entre o humano e o divino através do pertencimento do faraó à família do deus. A ligação familiar entre o monarca e as divindades era, segundo Lanny Bell, materializada na herança do *ka* real. O *ka* era um dos elementos constituintes do indivíduo egípcio – junto com o *ba*, o *ib* (coração), o *ren* (nome) e a *shw(y)t* (sombra) –, normalmente associado à capacidade de alimentação. Era o *ka*, por exemplo, que deveria habitar as múmias dos mortos ou estátuas dos deuses para que estes pudessem ser alimentados através das oferendas feitas em tumbas e templos. Bell afirma que o *ka* do monarca seria uma espécie de gene da família divina, um dos *kaw* do deus (divindades possuíam mais de um *ka*) dinástico, passado para seu filho. Segundo o autor,

¹⁶¹ CAMPAGNO, De los Modos de Organización Social en el Antiguo Egipto: lógica de parentesco, lógica de Estado., p. 17.

¹⁶² *Ibid.*, p. 17–18.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 24.

O *ka* real era o aspecto divino de um deus mortal, o princípio divino na humanidade. O governante poderia ser legitimamente adorado em seu próprio culto apenas como uma encarnação do *ka* real, como uma manifestação da monarquia divina. (...) Possuir o *ka* real e ser possuído por ele demonstrava uma origem divina do rei, provava a legitimidade de sua herança divina e estabelecia seu pertencimento no clã real fictício – a “família” compreendendo todos os ocupantes prévios do trono, independente da distância no tempo, independente da diferença de linhagem. O *ka* real residia num rei individual; mas quando este morria, ele continuava, sem fim ou limite, tomando um corpo novo no início de cada reinado¹⁶⁴.

2.1 As Frações de Classe no Egito do Reino Novo

Retornamos à unidade entre classe dominante e poder estatal para poder explicitar o modelo aqui proposto. O controle do Estado político (organização ou aparelho estatal) é elemento fundamental para a exploração da classe dominante sobre a classe subalterna no Estado material (relação social entre as classes). Todavia, como as classes não são completamente homogêneas, o controle sobre o Estado político se torna alvo da disputa entre diferentes frações da classe dominante, de forma unitária com luta pelo estabelecimento da hegemonia de uma fração da elite sobre as outras e, conseqüentemente, sobre a classe subalterna. Ademais, dito de outra maneira, diferentes frações da classe dominante disputam maiores ou menores partes da extração de sobretrabalho dos grupos subalternos. Em sua análise do conceito de Estado na obra de Marx, Codato e Perissinotto deixam claro que para o filósofo alemão,

...o "predomínio político" de uma dada (fração de) classe numa conjuntura histórica específica passa, em grande parte, pela sua capacidade de controlar ou influenciar o ramo do aparelho de Estado que concentra o poder real. (...) [Este aparelho de Estado é] o lugar imprescindível para o exercício da hegemonia de classe¹⁶⁵.

As frações da classe dominante egípcia podem ser percebidas por meio das fontes. Embora as titulaturas apontem para uma interconexão entre os grupos das elites, podendo o mesmo indivíduo ter atravessado mais de um desses grupos, aparentemente podemos definir as diferentes frações tanto a partir de sua posição na disputa pelo Estado político, quanto pela sua autoidentificação como grupo, que no caso egípcio passa pelo desempenho de funções específicas no Estado. Segundo Edgerton,

¹⁶⁴ BELL, Lanny, The New Kingdom “Divine” Temple: The Example of Luxor., *in*: SHAFER, Byron E (Org.), **Temples of ancient Egypt**, Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1997, p. 140.

¹⁶⁵ CODATO; PERISSINOTTO, O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx., p. 18–21.

...os servidores civis (os escribas e executivos nos gabinetes do governo, as vezes chamados de burocratas) depreciavam os militares e sacerdotes. Portanto, estes homens, ou alguns deles, estavam certamente conscientes de ter interesses de classe diferentes àqueles da milícia e do clero. (...) parece estranho, a priori, que não houvesse fricções entre os três grupos. Mas as evidências que temos sobre tais fricções é mínima e tão exagerada pela propaganda que facilmente podemos cometer grandes erros ao tratar de interpretá-la¹⁶⁶.

A principal fonte para falar da oposição entre estas frações da classe dominante indicadas por Edgerton são os textos “escolares”, ou seja, uma série de papiros utilizados na formação dos escribas, uma tradição que remonta ao Reino Médio. Nestes textos, temos várias versões do que foi chamado mais genericamente de “Sátira das Profissões”, composição na qual os escribas demonstram o quanto sua ocupação era melhor em comparação às outras.

O melhor exemplo para os fins de perceber a oposição entre escribas e militares, por exemplo, é aquele do Papiro Lansing, que teve seu fac-símile publicado pela primeira vez em 1923 por Sir Wallis Budge e foi traduzido e comentado por Aywalrd Blackman e Eric Peet na edição de 1925 do *Journal of Egyptian Archaeology*. Após criticar uma série de profissões, o escriba autor do texto afirma:

Ponha escrita em teu coração, para que possas proteger-te do trabalho duro de qualquer tipo e ser um magistrado. (...) Venha, deixe-me dizer-te das desgraças do soldado, de acordo como seus superiores são muitas (...). Suas marchas são no alto da montanha. Ele bebe água a cada três dias e é salobra como o gosto de sal. Seu corpo está quebrado (com) disenteria. O inimigo vem e engloba a ele com flechas e a vida está longe dele. Eles dizem: "Apressa-te soldado valente! Ganha para ti um bom nome!", embora ele seja pouco consciente, seu joelho é fraco e seu lhe causa dor. Quando a vitória vem, a sua majestade toma cativos para serem levados para o Egito. A mulher estrangeira desmaia na marchando; ela é colocada sobre o pescoço do soldado. Sua mochila é derrubada e outros a tomam, (enquanto) ele está carregado com a mulher síria. Sua esposa e filhos estão em sua aldeia, (mas) ele morre e não alcançá-lo. Se ele sobrevive, está fraco com a marcha (...). Seja um escriba, para que salves a (ti) de ser um soldado¹⁶⁷.

Embora os escribas – entendidos como funcionários administrativos – vissem a carreira militar com desprezo, há provas suficientes de que havia recompensas diversas para aqueles dispostos a se engajarem nas forças militares. Há mais de um caso conhecido de recompensas dadas a indivíduos que se mostraram valiosos nos campos de

¹⁶⁶ EDGERTON, El Gobierno y los gobernadores en el Imperio Egipcio, p. 62.

¹⁶⁷ BLACKMAN, Aylward M.; PEET, T. Eric, Papyrus Lansing: A Translation with Notes, **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 11, n. 3/4, p. 284–298, 1925, p. 101–103.

batalha. Sabemos da doação de terras e escravos pelo próprio faraó a militares, bem como do “ouro do valor”, espécie de comenda por bravura, conforme, por exemplo, o caso de Ahmés, filho de Ebana.

Por outro lado, o fortalecimento das atividades bélicas com a expansão imperialista a partir da XVIIª Dinastia levou a um empoderamento da fração militar da classe dominante faraônica de uma maneira que poucos podem negar a partir da análise das fontes. Ao comentar a motivação para o imperialismo egípcio do Reino Novo, Kemp chega a opor geograficamente os interesses da fração administrativa e da militar, afirmando que enquanto a agência sobre a Núbia seria uma “criação administrativa”, a Ásia ocidental seria uma região propícia para a valorização dos militares¹⁶⁸.

Além do envolvimento direto do faraó com atividades militares por toda a XVIIIª Dinastia, levando à identificação de monarcas conquistadores como Thutmés III, a valorização da fração militar da classe dominante fica muito clara a partir da análise da sucessão real no final dessa dinastia. Com a ascensão de Thutankhamon ao trono ainda em sua infância, a escolha de um regente beneficiou um reconhecido oficial militar, Horemheb, que não fazia parte da família real, mas era o comandante do exército. Sua indicação à regência significava que ele ganhava com isso o direito de sucessão ao trono.

A morte inesperada do jovem Tutankhamon em seu décimo ano de reinado ocorreu durante um período de forte confronto com os hititas na Síria-Palestina, que culminou com a derrota egípcia em Amqa, não muito longe de Kadesh. Supõe-se que neste momento Horemheb estava engajado no comando dos exércitos e, assim, Ay, o principal conselheiro de Thutankhamon, ocupou o trono, provavelmente como interino. Embora em idade avançada, Ay reinou por no mínimo três anos e tentou impedir Horemheb de exercer seu direito à Coroa através da nomeação de um novo chefe militar, Nakhtmin (possivelmente seu neto) – manobra que pode ser encarada como uma disputa entre as frações administrativa e militar da classe dominante. Horemheb, por fim, conseguiu assumir o trono após o falecimento de Ay, esforçando-se, logo em seguida, em destruir os monumentos referentes tanto a Ay quanto a Nakhtmin¹⁶⁹.

Se a XVIIIª Dinastia celebrou o fortalecimento da fração militar da classe dominante, fato também percebido por meio da identificação em geral dos príncipes ao

¹⁶⁸ KEMP, *Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC)*, p. 20.

¹⁶⁹ VAN DIJK, Jacobus, *The Amarna Period and Later New Kingdom.*, in: SHAW, Ian (Org.), **The Oxford History of Ancient Egypt**, Oxford; New York: Oxford University Press, 2004, p. 281–284.

comando do Exército, a partir de meados da XIX^a e na XX^a Dinastia conta-se com o conhecido processo de empoderamento do culto de Amon e, portanto, da fração sacerdotal da classe dominante.

A crescente identificação entre o faraó e o deus dinástico levou ao crescimento do poder do culto de Amon, amparado pelas inúmeras e gigantescas doações feitas pela Coroa ao serviço do deus dinástico. Logo, o próprio monarca se viu enfraquecido perante os ditames dos clérigos. Nas palavras de Jacobus van Dijk, “o rei não era mais um deus, mas o deus em si tornou-se rei”¹⁷⁰. Com Amon identificado diretamente à governança, o verdadeiro poder passou às mãos do seu clero, que passou a controlar o Estado político e exercer hegemonia sobre as outras frações da classe dominante e dirigir o domínio sobre a classe subalterna.

Cruz-Uribe montou um modelo de Estado que deu vazão ao conflito de interesses entre as frações da classe dominante. Embora tenha pensado as frações a partir de bases familiares para os períodos do Reino Antigo e Médio, no Reino Novo ele se referiu ao poder das diferentes instâncias de governo (exército, rei, vizir, territórios estrangeiros e templos) e para isso elaborou uma série de representação gráficas. A comparação entre os esquemas do reinado de Amenhotep III e aquele da reorganização após o governo de Tutankhamon nos mostra, de maneira bem interessante, o enfraquecimento da autoridade central do monarca em virtude do fortalecimento de outras frações da classe dominante¹⁷¹.

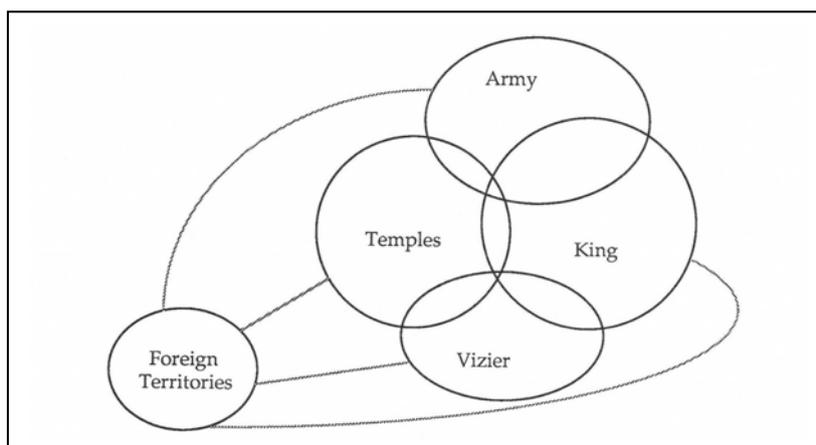


Figura 9 - Esquema de Cruz-Uribe para o Governo no Reinado de Amenhotep III¹⁷².

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 307.

¹⁷¹ CRUZ-URIBE, Eugene, A model for the political structure of Ancient Egypt, *in*: DAVID SILVERMAN (Org.), **For His Ka: Essays Offered in Memory of Klauss Baer.**, Chicago: The Oriental Institute. Chicago University Press, 1994, v. 55, p. 45–53 structure of ancient egypt.

¹⁷² *Ibid.*, p. 50.

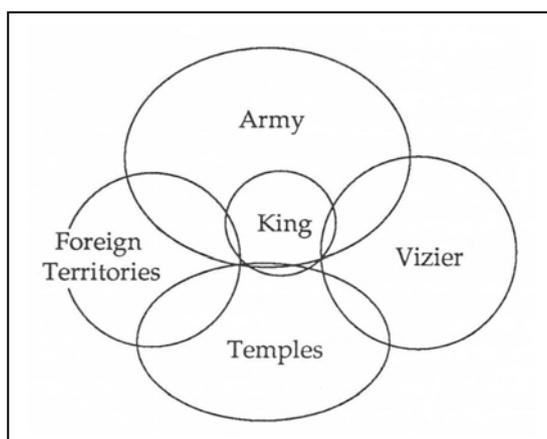


Figura 10 - Esquema de Cruz-Urbe para o Governo na Reorganização de Tutankhamon¹⁷³.

Como pode ser notado, Cruz-Urbe não trabalha diretamente com a referência a frações da classe dominante, já que inclui em seus esquemas o vizir, por exemplo. Como não trabalha sobre o conceito de Estado, mas sim de governo, o autor expressa o que poderia se encarar como diferentes “ministérios” do aparelho de Estado, somados ao poder executivo do faraó. Todavia, pode-se associar, em geral, o gabinete do vizir ao que seriam os interesses de uma fração escriba, em oposição aos templos e ao exército.

Outra forma de pensar a caracterização das frações da classe dominante no Egito faraônico seria por meio de uma identificação geográfica. Em especial para outros períodos que não o Reino Novo – marcadamente o Reino Antigo –, é possível pensar em diferentes frações locais da classe dominante em disputa pela hegemonia. Esta disputa poderia se acirrar de tal forma a que nenhuma fração conseguisse sobrepor-se às outras, levando a um período de crise de hegemonia. O conceito de crise de hegemonia poderia ser associado, por exemplo, aos Períodos Intermediários em que, a despeito de haver um monarca, chefes locais passariam a desempenhar funções reais em suas regiões¹⁷⁴.

Nossa proposta para um modelo de Estado faraônico assume, portanto, a necessidade de se trabalhar com uma perspectiva dialética de Estado, desdobrando-o em Estado material e Estado político, diferenciando ambos dos conceitos de monarquia ou de nobreza. Em nossa proposta, o Estado material representa a relação antagônica entre a classe dominante e a subalterna, através da qual aquela extrai sobretrabalho desta, incluindo, assim, toda a população. Sobre a base deste Estado material, ergue-se o Estado político, uma organização administrativa ocupada pela classe dominante e na

¹⁷³ *Ibid.*, p. 51.

¹⁷⁴ JOÃO, Maria Thereza, Reflexões sobre o Estado egípcio como práxis social, *in*: , Niterói: [s.n.], 2014.

qual as diferentes frações desta classe disputam a hegemonia sobre as outras e, conseqüentemente, a direção do domínio sobre a classe subalterna. Esta classe dominante com interesses múltiplos e, por vezes, conflitantes, pode ser associada ao conceito de elite ou nobreza. Por fim, dentro da nobreza, destaca-se a monarquia ou a corte real, a autoridade centralizante, ou seja, a fração da classe dominante que exerce hegemonia sobre os outros grupos da elite.

A existência de comunidades aldeãs compondo a classe subalterna e de frações distintas das elites competindo no mesmo Estado foi sintetizada, a partir de outro modelo de estrutura estatal, por Roxana Flammini:

...os Estados antigos continham forças de diferente ordem que interagiam de modo permanente, como o aparato administrativo central e as comunidades locais; (...) corporações sociais de elites que eram em parte independentes de outras partes da sociedade e costumavam competir pelo poder de acordo com as regras sociais aceitas¹⁷⁵.

Se o Estado material é a sociedade egípcia, o Estado político é algo para o qual os egípcios não tinham um termo definido, por associarem ideologicamente à figura do faraó ou à imagem do palácio real, a ponto de, como visto, Janssen ter proposto traduzir, em certos casos, *pr-ꜥ* (“faraó”) ou *nsw(y)t* (“monarquia”) como Estado. Tal proposta, no entanto, é fruto da falta de clareza acerca do modelo teórico do Estado faraônico. Em

nossa interpretação, tanto *pr-ꜥ*  quanto *nsw(y)t*  referem-se à autoridade central, a fração da classe dominante que exerce hegemonia sobre as demais. A nobreza como um todo poderia ser, como visto, associada aos termos egípcios *pat* (“notáveis”)  ou *Spssw* (“nobres”) .

A perspectiva de um Estado relacional ajuda a compreender o Egito porque, neste sentido, elementos que desempenham uma função estatal (de dominação de classe) não precisam fazer parte necessariamente da burocracia estatal. Por outro lado, auxilia na crítica a uma perspectiva extremamente centralizadora e permite construir um modelo no qual o aumento do poder dos templos e das elites locais é uma forma de fortalecimento do Estado, ainda que seja um enfraquecimento do poder monárquico. A ação de templos e elites na cobrança de tributos mostra sua posição dentro da relação Estatal.

¹⁷⁵ FLAMMINI, Configuraciones sociopolíticas en una coyuntura de descentralidad estatal: el Segundo Período Intermedio en el antiguo Egipto (c. 1800-1530 a. C.), p. 23.

2.2 Centralidade e Descentramento

Deve-se questionar o pressuposto da centralidade para o funcionamento da estrutura estatal, que elencamos quando abordamos as perspectivas idealistas de Estado. Ainda que esteja ligada ao Estado político, não podemos entender a fragmentação do poder – enfraquecimento da centralidade – como uma fragmentação do Estado. O modelo dialético Estado material-Estado político permite entender as formações estatais pré-capitalistas como funcionando a partir de um princípio de descentramento. A utilização do termo “descentramento” justifica-se no sentido do afastamento da dualidade “centralidade x fragmentação”, numa tentativa de constituir uma lógica de centralidade por meio do descentramento, na qual o poder central só se efetiva por meio de seus representantes locais que, por sua vez, exercem poder localmente na qualidade de representantes estatais.

Ainda que se possa pensar em elementos de poder distantes da monarquia, deve-se entendê-los como portadores de poder estatal. De qualquer forma, no Egito faraônico, por mais distante que o poder estivesse do faraó (na verdade, podendo estar, inclusive, em oposição a ele), tal poder deveria ser entendido como ligado a uma expressão do poder estatal encarnado pelo monarca e, neste sentido, referindo-se como submisso ao rei. Pode-se observar isso no Primeiro Período Intermediário, no caso dos poderes cada vez mais “independentes” da lógica centralizada, encarnados nos chefes nomarcas locais. Andrea Zingarelli afirma que ao contrário de desaparecer, o Estado nesse período se torna fragmentado, ressaltando que a relação entre a classe dominante e a subalterna permanece a mesma, com nomarcas exercendo funções régias¹⁷⁶. Temos registros deste processo através de autobiografias em tumbas, como aquela do nomarca Ankhtifi de Mo’alla:

O príncipe e o vizir, o tesoureiro do rei do Baixo Egito, o Amigo Único, o sacerdote-leitor, o chefe da armada, o chefe dos intérpretes, o chefe das regiões montanhosas, o grande chefe dos nomos de Edfu e de Hierakompolis, Ankhtifi, disse:

Hórus [o rei] me trouxe ao nomo de Edfu para seu maior bem, e visando restabelecer lá a ordem. Agi imediatamente (...). Encontrei o domínio de Khuou [Edfu] inundado como uma reserva de pesca, negligenciado por quem era encarregado dele e arruinado pelas ações do miserável. Fiz a reconciliação do homem com aquele que havia assassinado seu pai ou que

¹⁷⁶ ZINGARELLI, Asiatic Mode of Production: Considerations in Ancient Egypt., p. 46.

havia assassinado seu irmão para restabelecer a ordem no nomo de Edfu (...)¹⁷⁷.

Mesmo em um período de fragmentação do poder monárquico, no qual chefes locais passavam a desempenhar funções estatais nos seus domínios de forma cada vez mais independente do faraó, Ankhtifi empunha titulações que se referem ao poder de Estado, como vizir e chefe dos nomos. Por outro lado, mesmo que estivesse desempenhando seus poderes a despeito da fraca capacidade de centralização do faraó, o nomarca faz questão de ressaltar sua proximidade com o rei ao utilizar títulos como “príncipe”, “tesoureiro do rei” ou “amigo único”, além de afirmar que foi o próprio faraó, representado pelo deus Hórus, que o levou ao seu nomo, visando o restabelecimento da ordem.

Ainda que partindo de posições menos consistentes em relação à definição de Estado, inúmeros autores afirmam o caráter descentrado (na maioria das vezes utilizando os termos “descentralizado” ou “fragmentado” que tentamos evitar) do poder Estatal faraônico. Christopher Eyre enfatiza, por exemplo, que a estrutura de comando egípcia era formada por uma sobreposição de funcionários com base em unidades territoriais calcadas em complexos laicos ou religiosos¹⁷⁸. Pierre Grandet afirma que a centralidade se dava por meio de uma administração tentacular criada para monitorar e avaliar todos os aspectos das atividades na “Terra Negra”¹⁷⁹, enquanto Cruz-Uribe, por sua vez, declara que o governo descentralizado é a única forma de explicar a emergência do Egito¹⁸⁰.

Ainda que entendam o caráter descentrado do poder estatal no Egito Antigo, autores como, por exemplo, Christopher Eyre e Pierre Grandet o pensam como uma balança entre centralização e descentralização, na qual o fortalecimento de poderes locais leva a um enfraquecimento do Estado, numa perspectiva que já associamos à ideia weberiana de burocracia. Eyre chega a afirmar que o maior ou menor poder central dependia do equilíbrio com os poderes locais, já que governos distantes davam origem uma classe de administradores fundiários num estilo feudal, uma espécie de senhorio rural¹⁸¹, posição similar e concordante com a expressa por Grandet:

¹⁷⁷ GRIMAL, Nicolas, **História do Antigo Egito**, Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 151–152.

¹⁷⁸ EYRE, The Village Economy in Pharaonic Egypt, p. 39.

¹⁷⁹ GRANDET, The Ramessid State, p. 884.

¹⁸⁰ CRUZ-URIBE, A model for the political structure of Ancient Egypt, p. 50.

¹⁸¹ EYRE, The Village Economy in Pharaonic Egypt, p. 46.

...nós podemos, portanto, definir o Egito institucional como a coexistência dessas instituições autônomas e a porção do país diretamente gerenciada pela administração real, em uma estrutura que poderia de uma só vez e ao mesmo tempo ser classificada como “federal” (parceria de instituições com o mesmo nível de autonomia sob patrocínio do Estado central) e como “feudal” (parceria hierárquica de instituições com vários níveis de autonomia)¹⁸².

Os grupos de poder locais foram, desde o início, incorporados ao funcionamento do Estado, passando a servir como componentes locais do poder estatal. Famílias e líderes das elites locais eram incumbidos da administração de herdades templárias no sentido de passarem a fazer parte da lógica estatal, que, desta maneira, subsumia outras formas do exercício do poder em seu favor. Entre as maneiras de incorporação dos poderes locais, o faraó contava com a distribuição de terras de função e terras voltadas para a manutenção do culto funerário; a educação dos filhos das elites locais na corte faraônica; e o estabelecimento de laços de parentesco através de casamentos. Desta forma, segundo Campagno a lógica subsumida do parentesco continuava a articular a elite estatal:

...seus novos integrantes somente teriam podido incorpora-se na medida em que houvessem sido investidos como parentes dessa elite. E as alianças matrimoniais, enquanto critério parental, poderiam ter construído um mecanismo chave para ampliar e consolidar o grupo dominante¹⁸³.

Em outras palavras, a utilização de matrimônios e laços de parentesco pode ser vista não apenas forma de organização social subsumida à lógica de Estado, mas também como uma estratégia de criação e consolidação da hegemonia entre as frações da classe dominante.

Ainda que o funcionamento do Estado se desse por meio da incorporação das elites locais e da subsunção de outras formas de poder à lógica estatal, dificilmente as frações ligadas a uma aristocracia local disputavam a primazia sobre Estado central com efetivas chances¹⁸⁴.

A própria execução da lei, prerrogativa faraônica, era descentrada em diversas instituições, como conselhos locais, por exemplo. Além disto, o faraó dividia com

¹⁸² GRANDET, *The Ramessid State*, p. 899.

¹⁸³ CAMPAGNO, *De los Modos de Organización Social en el Antiguo Egipto: lógica de parentesco, lógica de Estado.*, p. 26.

¹⁸⁴ ZINGARELLI, *Asiatic Mode of Production: Considerations in Ancient Egypt.*, p. 55.

elementos da nobreza sua capacidade de execução da lei, conforme nos informa Kruchten¹⁸⁵.

A monarquia, contudo, buscava a manutenção de seu poder e, portanto, estabelecia ações que pudessem conter o fortalecimento excessivo dos poderes locais em contraposição à fração que exercia hegemonia. Desta maneira, as fontes apontam para a possibilidade de um funcionário perder a sua terra como forma de punição. A responsabilidade de executar tais ações recaía sobre o vizir, como se pode perceber n’*Os Deveres do Vizir*:

É ele que faz as doações de todo campo-*šd*. Quanto a qualquer peticionário que diga: “Nossas fronteiras foram movidas”, deve-se inspecionar isto (i.e. se) elas (as fronteiras) estão sob o selo dos funcionários. Neste caso, então ele irá tomar os campos-*šdw* do conselho particular que as moveu (as fronteiras)¹⁸⁶.

Em sua interpretação deste trecho, van den Boorn afirma que a terra doada aos funcionários deveria permanecer, pelo menos teoricamente, uma prerrogativa real. Logo, o vizir, como representante administrativo da fração hegemônica da classe dominante, poderia manejar ou mesmo retirar tais parcelas de terra¹⁸⁷.

Como visto, especialmente no Reino Novo é possível constatar uma expansão das herdades templárias por todo Egito, bem como um empoderamento dos templos no que se refere à estrutura de Estado. As doações reais faziam com que, segundo Cruz-Uribe, o monarca abrisse mão de prerrogativas régias em favor dos templos. A partir disto, o autor afirma que o rei tinha uma posição central na sociedade apenas de forma simbólica¹⁸⁸.

As doações monárquicas de terras e toda sorte de riquezas aos templos devem ser vistas como uma forma de expansão da estrutura estatal no Reino Novo, período de maior esplendor da cultura faraônica. Era através dos templos, centros de agricultura institucional e de poder local, que o Estado se fazia presente não apenas na “Terra Negra” como em territórios estrangeiros. A estrutura templária cresceu tanto no Reino Novo – e, juntamente com ela, a fração sacerdotal da classe dominante – porque as herdades templárias foram a principal forma de avanço do Estado sobre as comunidades camponesas, algo que se fazia claro seja na tributação, seja na concentração de terra sob

¹⁸⁵ KRUCHTEN, Jean-Marie, Law, *in*: REDFORD, Donald B (Org.), **The Oxford encyclopedia of ancient Egypt**, Oxford; New York: Oxford University Press, 2001, v. III, p. 277.

¹⁸⁶ BOORN, **The duties of the vizier**, p. 185.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 322.

¹⁸⁸ CRUZ-URIBE, A model for the political structure of Ancient Egypt, p. 47–48.

controle dos templos (cerca de 2/3 das terras egípcias a julgar pelo *Papiro Wilbour*). Portanto, podemos facilmente caracterizar – como nos avanços feitos pelos marxistas na definição do Modo de Produção Asiático – os templos como parte da estrutura estatal.

O modelo de estrutura estatal faraônica aqui proposto permite, portanto, superar as oposições “Estado x templos” e “Estado x elites locais” ao entender que o poder estatal pode se fortalecer por meio do descentramento. O que significa que podemos considerar a existência de momentos em que o poder Estatal é forte, embora a monarquia esteja enfraquecida como esteve nos períodos intermediários.

Pode-se expressar graficamente a proposta da centralidade por meio do descentramento da seguinte maneira:

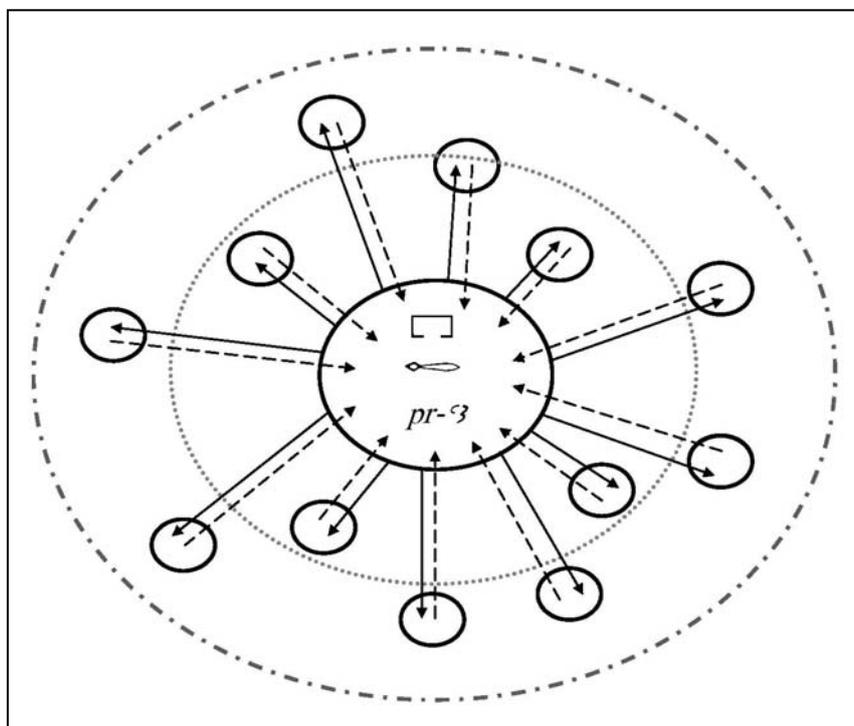


Figura 11 - Esquema do Poder Faraônico Descentrado.

Da mesma forma que nos outros esquemas de poder do Estado egípcio (Figuras 6 e 7), o *pr-3* aparece no círculo central, representando a monarquia ou corte real, ou seja, a fração de classe que exerce hegemonia e dirige as relações de dominação para com a classe subalterna. O círculo intermediário, composto por uma linha pontilhada cinza, refere-se à esfera gravitacional de poder exercido por esta monarquia. Os pequenos círculos dentro desta esfera representam poderes locais – laicos ou templários – que poderiam pertencer a qualquer fração da classe dominante, mas que estão sob a

hegemonia direta da corte real. Os círculos pequenos que estão além da linha pontilhada cinza representam elementos locais de poder que não se encontram sob a égide da hegemonia faraônica.

A primeira novidade neste esquema em relação àqueles representados nas Figuras 6 e 7 é a linha que alterna pontos e traços, compondo o círculo mais externo. Esta linha representa a esfera do poder estatal, que engloba todas as outras esferas, demonstrando que elites laicas ou templárias, sob a hegemonia faraônica ou não, compunham a estrutura estatal de poder, o que permite afirmar o fortalecimento do Estado independente do enfraquecimento da monarquia.

A segunda novidade no esquema é a substituição dos vetores unicamente centrípetos por uma dualidade composta pelo somatório destes com outros centrífugos e, portanto, em sentido contrário. Se nos esquemas das Figuras 6 e 7 vetores tracejados e vetores contínuos identificavam diferentes laços pelos quais o poder central mantinha o controle sobre os poderes locais, isto agora se modificou. Note-se que todos os vetores centrípetos são compostos por linhas contínuas, enquanto aqueles no sentido contrário são tracejados. Isto serve para representar as diferentes relações instituídas entre o poder central e os locais. Vetores centrípetos contínuos demonstram a legitimidade que o faraó concede aos poderes locais para que estes executem a dominação em suas áreas de influência. Desta forma, aparenta-se que todo o poder exercido é uma parcela do verdadeiro poder, aquele do faraó, herdeiro do demiurgo, responsável pela manutenção de Maat e, assim, pela continuidade na existência do universo como conhecido. As relações centrípetas também dão conta da redistribuição econômica que faz com que diversos elementos da classe dominante tenham acesso – em nome do seu serviço ao rei – aos bens de prestígio necessários à manutenção da sua posição de classe. Os vetores tracejados centrífugos constituem as forças que, dialeticamente, mantêm o poder faraônico, por eles alimentado, uma vez que o faraó se faz presente por meio das elites locais. Da mesma maneira, também incluiu um fluxo de bens materiais, captados por meio dos tributos sobre as classes subalternas, enviados para a manutenção da corte real.

Resumindo, a perspectiva do descentramento é aquela na qual o poder central só é exercido através de sua relação dialética com os poderes locais, enquanto o contrário também é verdadeiro, com os poderes locais sendo responsáveis pela materialização do poder central em todo território.

Apesar de não se debruçar diretamente sobre o estudo das formações estatais pré-capitalistas, Antonio Gramsci notou a condição peculiar da centralidade nesses Estados:

...no Estado antigo e no medieval, a centralização, seja político-territorial, seja social (de resto, uma é tão somente função da outra), era mínima. Num certo sentido, o Estado era um bloco mecânico de grupos sociais [diversos]: dentro do círculo da pressão político-militar, que se exercia em forma aguda só em certos momentos, os grupos subalternos tinham uma vida própria, à parte, instituições próprias, etc., e estas instituições, às vezes, tinham funções estatais, que faziam do Estado uma federação de grupos sociais com funções diversas e não subordinadas, (...) que nos períodos de crise dava evidência (...) ao fenômeno do “duplo governo”¹⁸⁹.

A citação do comunista sardo estimula a uma pergunta fundamental que até agora não foi explicitada no nosso modelo de Estado: qual seria o papel da classe subalterna no Estado? Sabemos que sob o ponto de vista do Estado material ela constitui a base material da produção, explorada através da taxaço. Mas para entender a ação dela no Estado como um todo, faz-se necessária a explicaço das formas pelas quais ela se relaciona com o Estado político. Neste sentido, é fundamental tratar da relaço entre o Estado e as comunidades aldeãs.

2.3 Estado e Comunidades Aldeãs

Ciro Cardoso define uma comunidade aldeã da seguinte maneira:

...grupo rural solidário, caracterizado por laços comunitários que reúnem seus membros ou famílias num conjunto que apresenta às pessoas de fora uma frente comum pelo menos segundo certos pontos de vista¹⁹⁰.

Deve-se ressaltar que há exemplos de comunidades urbanas, como comunidades de operários especializados, que seguem uma lógica de funcionamento semelhante e, desta maneira, ajudar-nos-ão a desvelar as estruturas das comunidades rurais, para as quais há uma carência de fontes em razão do desinteresse da Egiptologia no aprofundamento dos estudos sobre a vida dos camponeses comuns, visto que estes não produziam grandes tesouros a serem vendidos ou exibidos nas coleçoes de grandes museus.

¹⁸⁹ GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do Cárcere: O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália.**, Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p. 138–139.

¹⁹⁰ CARDOSO, Ciro, **Uma Interpretaço das Estruturas Econômicas do Egito Faraônico**, Tese de Professor Titular, UFRJ, Rio de Janeiro, 1987, p. 223.

Em todo caso, a posição marxiana sobre as comunidades aldeãs como base do Modo de Produção Asiático permanece válida. A existência de formas comunais pode ser notada em toda a história faraônica – e posterior – ainda que não devamos cair na tentação orientalista de afirmar sua imutabilidade, tentando sempre que possível ressaltar o caráter diacrônico de suas mudanças.

Economicamente, as comunidades aldeãs eram marcadas especialmente por sua produção de subsistência local. Marx já tinha feito esta constatação ao afirmar que

...propriedade tribal ou comunitária, gerada na maioria das vezes por meio de uma combinação de manufatura e agricultura no interior da pequena comunidade, que dessa forma se torna autossuficiente e contém em si mesma todas as condições da reprodução e maisprodução¹⁹¹.

Os camponeses egípcios não tinham acesso à produção especializada de artesanato a não ser através das distribuições pontuais durante a corveia real, tendo que fabricar todo o material necessário para a sua sobrevivência ou consegui-lo através de trocas recíprocas com a vizinhança¹⁹². Podem-se encontrar vestígios textuais desta dupla função dos camponeses, na agricultura e no artesanato, no Papiro Lansing:

Ele [o camponês] se prepara. Ele passa o dia cortando instrumentos para o cultivo de grãos; ele passa a corda noite trançando corda. Ele passa a hora do meio-dia fazendo o trabalho de um artesão, para que ele possa se equipar para ir aos campos (...) ¹⁹³.

Em seu estudo sobre a lógica social do parentesco, Marcelo Campagno aponta para o fato de que esta era a forma de integração interna das comunidades aldeãs. A própria palavra *wḥyt* poderia significar tanto “aldeia” (quando dotada do determinativo de cidade), quanto “família” ou “clã” (portando como determinativo os hieróglifos de homem e mulher sobre o de plural)¹⁹⁴. A identidade interna era construída sobre laços que ligavam os camponeses a antepassados comuns. Outra forma de fortalecer a integração comunitária eram os empréstimos de grãos baseados no princípio da reciprocidade, sem a cobrança de juros¹⁹⁵.

¹⁹¹ MARX, *Grundrisse*, p. 630.

¹⁹² CARDOSO, *Uma Interpretação das Estruturas Econômicas do Egito Faraônico*, p. 232.

¹⁹³ BLACKMAN; PEET, *Papyrus Lansing*, p. 289.

¹⁹⁴ CAMPAGNO, *De los Modos de Organización Social en el Antiguo Egipto: lógica de parentesco, lógica de Estado.*, p. 27.

¹⁹⁵ MENU, Bernadette, *Le prête en droit égyptien*, *Cahier de Recherches de l'Institut de Papyrologie et d'Égyptologie de Lille*, v. I, p. 59–141, 1973.

As lideranças locais emergiam por meio do prestígio conquistado dentro dessa lógica de parentesco. Pelo menos até o Reino Novo, os *ḥꜥꜣw*  (“chefes”) das comunidades aldeãs eram os representantes destas perante o Estado político. Sua presença é constatada nas cenas relativas aos registros de medição e tributação das terras, como as encontradas nas tumbas da XVIIIª Dinastia de Khaemhat (TT57), Menna (TT69), Zeserkarasonb (TT38) e Amenhotepsasi (TT75), além do fragmento BM 37982, estudadas por Suzane Berger na primeira metade do século XX¹⁹⁶.

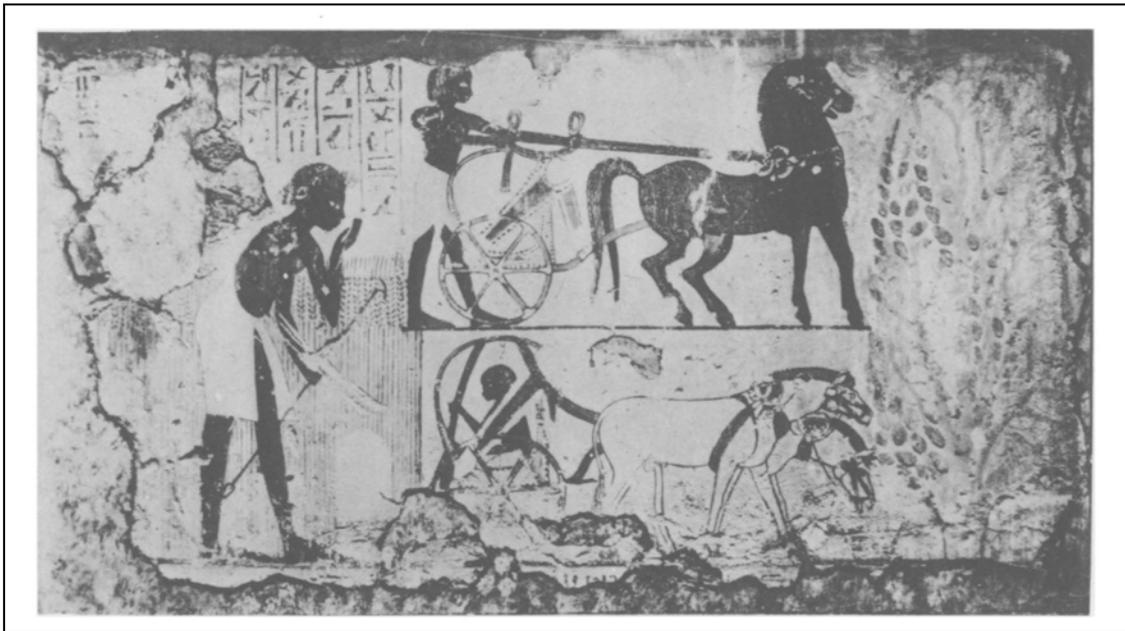


Figura 12 - Fragmento de Tumba BM 37982¹⁹⁷.

O indivíduo representado à esquerda, aparecendo a frente de um campo de grãos, com um cetro-*wꜣd* na mão e levando a outra à boca pode ser identificado como um chefe da aldeia. É importante notar que sua roupa ou aparência em nada difere das outras figuras representadas, o que parece indicar que ele não tem um *status* social superior, pelo menos no que pode ser constatado por suas vestimentas e adornos. Os hieróglifos acima dele demonstram que ele está executando um juramento, segundo a fórmula tradicional na XVIIIª Dinastia, acerca da colocação de uma estela de fronteira,

¹⁹⁶ BERGER, Suzanne, A Note on Some Scenes of Land-Measurement, *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 20, n. 1/2, p. 54–56, 1934.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. Plate X, 2.

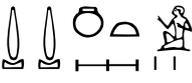
que está logo à sua frente. Tais estelas, como o nome indica, eram utilizadas para dividir os lotes de terra.

Berger define o indivíduo em questão como sendo um funcionário juramentado por um departamento governamental de inspeção, enviado para verificar o trabalho dos inspetores para que os tributos fossem entregues corretamente. Tal funcionário receberia o cetro-*w3d* como símbolo da sua missão, uma vez que este objeto estava ligado à qualidade da divindade¹⁹⁸.

Concordamos, entretanto, com a interpretação distinta de Ciro Cardoso, que defende que a figura representa um chefe camponês local chamado a fazer um juramento sobre os limites da terra e o pagamento de tributos e, por isso, portava do cetro-*w3d*¹⁹⁹.

A partir de sua posição como intermediário entre o Estado político e a comunidade camponesa, com o tempo, os *hk3w* passaram a uma posição de sub-elite, aproveitando-se do poder conferido pela sua atuação como mediador (papel que, por sua vez era conquistado em razão do prestígio na comunidade) e, de alguma maneira, representante do poder estatal frente às suas comunidades. Andrea Zingarelli chega a citar um texto no qual o faraó aconselha seu filho a cuidar dos chefes das aldeias e conquistar a sua lealdade, pois estes o protegeriam²⁰⁰. Portanto, o que acontecia é que, bem como na estrutura de parentesco, a lógica estatal subsumia a estrutura aldeã, colocando-a a seu favor, o que nas palavras de Gramsci era uma instituição própria da classe subalterna cumprindo “funções estatais”.

A mais emblemática instituição subalterna a desempenhar funções do Estado político – e ser subsumida à lógica estatal – eram os conselhos. Nos períodos iniciais da

história faraônica, o principal conselho era o *d3d3t* . Ciro Cardoso afirma que a determinação hieroglífica pelo símbolo horizontal com pequenos traços perpendiculares pode ser interpretada como um terreno com canais de irrigação, já que este conselho tinha um papel importante no gerenciamento hidráulico, que já vimos estar sob a jurisdição local²⁰¹. Já a partir do I Período Intermediário, outro conselho

aparece na documentação, o *knbt* . Kruchten afirma que numa

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 55–57.

¹⁹⁹ CARDOSO, Uma Interpretação das Estruturas Econômicas do Egito Faraônico, p. 229–231.

²⁰⁰ ZINGARELLI, Asiatic Mode of Production: Considerations in Ancient Egypt., p. 41.

²⁰¹ CARDOSO, Uma Interpretação das Estruturas Econômicas do Egito Faraônico, p. 226.

tradução literal *ḳnbt* poderia significar “canto”, o que fica claro pelo determinativo da palavra. Para o autor, isto simbolizaria uma referência ao fato de que os magistrados desse conselho sentavam em um canto de um prédio por falta de uma sala permanente²⁰².

Inicialmente os dois conselhos teriam existido em paralelo. Cardoso chega a afirmar uma possível divisão de funções a partir do final do Reino Médio, com o *ḏḏḏt* encarregado de assuntos judiciais, enquanto o *ḳnbt* estaria ligado a questões administrativas. Em todo caso, no Reino Novo, haveria um desaparecimento do *ḏḏḏt*, deixando apenas o *ḳnbt* como conselho²⁰³.

As principais fontes que nos dão acesso à composição, ao funcionamento e às funções do *ḳnbt* são os registros de Deir el-Medina, embora papiros provenientes de outros locais – como aqueles referentes aos saques de tumbas encontrados no tempo de Medinet Habu – também sejam importantes. Embora Deir el-Medina seja uma vila de operários especializados, pode-se generalizar a existência de conselhos para as comunidades da “Terra Negra”. O encantamento 19 do *Livro dos Mortos* menciona uma série de conselhos perante os quais o morto redivivo deveria ser vindicado contra seus inimigos²⁰⁴.

Como conselho comunitário, o *ḳnbt* tinha funções que hoje seriam entendidas como civis, ainda que estivesse ligado também a ações administrativas relativas à comunidade e à resolução de pequenas causas criminais que não envolvessem elementos externos à coletividade ou propriedades diretamente estatais (como as tumbas da família real, por exemplo). Boa parte das questões para as quais temos fontes refere-se a assuntos notariais, como a transferência de propriedades, e a cobrança de dívidas²⁰⁵.

A função administrativa ligada à irrigação pode ser atestada por meio das referências aos conselhos na literatura funerária. Como o *Livro dos Mortos* é uma composição herdeira de uma longa tradição de escritos mágicos anteriores, composta pelo *Livro das Pirâmides* e pelo *Livro dos Sarcófagos*, pode ser que a função de regulação hidráulica do *ḳnbt* fosse apenas uma memória de tempos anteriores. Ainda assim vale a citação, uma vez que ela ainda deveria fazer sentido para os indivíduos do

²⁰² KRUCHTEN, Law, p. 279.

²⁰³ CARDOSO, *Uma Interpretação das Estruturas Econômicas do Egito Faraônico*, p. 227.

²⁰⁴ ALLEN, *The book of the dead*, p. 34–35.

²⁰⁵ BIERBRIER, *The tomb-builders of the Pharaohs*, p. 103–104.

Reino Novo. Na versão do encantamento 149, destinado a conhecer as vilas²⁰⁶ de Osiris, encontrada em um papiro hierático da XXIª Dinastia (portanto, já após o Reino Novo!), observamos:

Ó aldeia de Kheraha, que guardas a inundaçãõ longe de Busiris, mas fazes que a inundaçãõ venha, (...) Esta serpente que pertence a ela (vem) a partir das nascentes gêmeas de Elefantina, na foz da inundaçãõ. Ele (vem) o com água e para no distrito de Kheraha (no) Conselho que está sobre as águas, (...). Deuses que estão no Kheraha, Conselho que está sobre as águas, abram para mim seus tanques, abram para mim seus lagos, que eu possa ter acesso à água, para que eu (possa estar) satisfeito com as águas²⁰⁷.

Embora a tradução mais corrente para *ḫnbt* seja “corte”, em referência à sua função jurídica, o fato de que esta instituição se dedica a outras funções, por outro lado, nos leva a concordar com a afirmação feita por Lourie:

Na verdade, o papel do *ḫnbt* não era de maneira alguma confinado a funções judiciais. Membros do *ḫnbt* (...) também supervisionavam a coleta de tributos e sua entrega aos locais próprios. Portanto, a função de um *ḫnbt* era bem mais ampla que a de uma corte legal. Neste sentido, a palavra não deve ser traduzida como “corte”; a tradução correta será “câmara” o “conselho”²⁰⁸.

O conselho parece ter sido uma forma comunitária de organização prévia ao Estado. Com o estabelecimento das relações estatais, os conselhos passaram a desempenhar funções de Estado e sua estrutura foi, inclusive, adotada pela organização do Estado político para servir como corte. Neste sentido é que se dá a existência dos altos conselhos das grandes cidades ou de outros instituídos, em templos por exemplo, para lidar com questões específicas. De toda forma, interessam-nos primordialmente os conselhos comunitários, que serviam como formas organizativas dos grupos da classe subalterna, embora desempenhassem, por vezes, funções estatais, como o trabalho na tributação, a manutenção da ordem e da justiça ou a confirmação dos direitos de posse.

A composição dos “conselheiros” indica o caráter comunitário. A maioria dos conselhos comunitários que conhecemos pelas fontes era constituída majoritariamente por indivíduos da classe subalterna, ainda que contassem com a presença de elementos externos. No caso dos registros de Deir el-Medina, os operários sempre formavam parte

²⁰⁶ Literalmente, a palavra encontrada no encantamento significa “colina”, Ciro Cardoso, todavia, alerta para o fato de que, no contexto, significariam “aldeias”. CARDOSO, **Uma Interpretação das Estruturas Econômicas do Egito Faraônico**, p. 225.

²⁰⁷ ALLEN, **The book of the dead**, p. 146.

²⁰⁸ LOURIE, I., A Note on Egyptian Law-Courts, **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 17, n. 1/2, p. 62–64, 1931, p. 65.

do corpo de conselheiros, mas com a presença de autoridades internas como o “capataz da tumba” e frequentemente externas, como o chefe de polícia ou um escriba do vizir. Há, todavia, um exemplo raro de um conselho composto apenas por trabalhadores e duas mulheres, sem a presença de nenhum representante do Estado político:

Ano 28, terceiro mês de inverno, dia 22. Conselho deste dia:
o trabalhador Nakhte-Min
o trabalhador [Pen-ta]-weret
o trabalhador Nefer-hotep
a senhora I[...]
a senhora Merut-Mut
O [trabalhador] homem Weser-hat disse, 'Enquanto Amon perdurar, enquanto o [governante] perdurar, [...]'²⁰⁹.

A composição do conselho variava completamente de um dia para o outro, o que indicava que a posição de conselheiro não era algo fixo. Mesmo variantes, todos os “conselheiros”, independente de suas ocupações diárias, eram chamados de *wrw*



, comumente traduzido como “magistrados”, “grandes” ou “magnatas”²¹⁰, ainda que o uso do determinativo do homem apoiado em um cajado nos permita usar também o termo “ancião”, entendendo que os conselheiros poderiam ser escolhidos entre aqueles com mais prestígio – em geral decorrente da idade – na aldeia.

Encontramos em um papiro em hierático da Tebas da XVIIIª Dinastia (BM 10477) o encantamento 57 do *Livro dos Mortos*, destinado a garantir que o morto redivivo contasse com ar e água no paraíso osiriano. Nele vemos a aparição do conselho que decide sobre a irrigação composto pelos “anciãos”:

Vê, escoltem a mim os anciãos presidindo sobre a reunião da enchente. Assim como eles escoltam o deus agosto deles, cujo nome eles não sabem, que eles me escoltem da mesma maneira²¹¹.

Por mais que o termo *wrw* não estivesse ligado a nenhum cargo no Estado político, com o tempo ele passou a designar uma categoria de funcionários da administração central. Esta transformação no significado do termo revela mais uma das faces do processo de subsunção de formas comunitárias ao funcionamento da lógica estatal.

²⁰⁹ MCDOWELL, A. G, **Village life in ancient Egypt: laundry lists and love songs**, New York: Oxford University Press, 1999, p. 295.

²¹⁰ FAULKNER, Raymond O., **A concise dictionary of Middle Egyptian**, Oxford: Printed for the Griffith Institute at the University Press by V. Ridler, 1962, p. 64.

²¹¹ ALLEN, **The book of the dead**, p. 54.

Não sabemos qual era o relacionamento entre os membros durante o conselho. Quando há questionamentos ao litigante, eles são feitos comumente pelo conselheiro do maior posto. Embora tenhamos registros de decisões unânimes, isto não quer dizer que o consenso fosse um componente necessário a qualquer veredito. De qualquer maneira, o *ḳnbt* deveria agir segundo os princípios de Maat, conforme podemos observar:

Ano 38, primeiro mês da inundação, dia 3, no reinado do rei das duas terras Weser-Ma'at- Rá Setep-en [Rá, filho de Rá] Ramsés Mery-Amon (Ramsés II), dada vida pra sempre e eternidade enquanto perdurar no céu.
Deixe a corte da Necrópole agir em conformidade com as leis de Maat![...]
o trabalhador chefe Ka-ha
o escriba Ra-mose
o escriba [...]
O dia do julgamento entre Hort, filho de Mer-waset e o portador [do cinzel]
[...]²¹².

Além da menção mais geral à Maat, havia a questão mais específica da *hp* , comumente traduzida como “lei”²¹³, podendo também receber o significado de “regra” ou “regulação”. Jean-Marie Kruchten propõe que o termo deva significar “qualquer tipo de regra, seja natural ou jurídica, geral ou específica, pública ou privada, escrita ou não escrita”²¹⁴. Por nossa vez, considerando o caráter consuetudinário da lei no Egito faraônico, concordamos com McDowell, que afirma que, na maioria das vezes, *hp* porta o significado de “costume”. Acentuar a perspectiva consuetudinária é, por um lado, nos afastar das perspectivas modernizantes do passado e, por outro, fortalecer a perspectiva de que o *ḳnbt* era uma instância de regulação comunitária. De qualquer forma, o *hp* só aparece uma vez textualmente nas fontes relativas ao conselho de Deir el-Medina, no caso em que o litigante Huy reclama direito sobre a totalidade das posses de sua mãe, Ta-gemyt, por ter sido o único responsável por seu funeral. Voltaremos a este caso em breve em outra circunstância.

Apesar de julgar também casos de violência pessoal, os registros referentes à atuação do *ḳnbt* são majoritariamente ligados a questões que envolvem bens e posses. Enquanto abundam referências de problemas com heranças, dívidas e apropriações indevidas, não há exemplos de agressões, assassinatos e estupros. McDowell liga esta parcialidade da documentação à necessidade de registro²¹⁵. O caráter pragmático dos

²¹² MCDOWELL, *Village life in ancient Egypt*, p. 289.

²¹³ FAULKNER, *A concise dictionary of Middle Egyptian*, p. 158.

²¹⁴ KRUCHTEN, *Law*, p. 278.

²¹⁵ MCDOWELL, *Village life in ancient Egypt*, p. 287–288.

egípcios e a impossibilidade – já abordada – de manter grandes arquivos funcionais fazia com que somente se registrassem os casos relativos transações econômicas, que poderiam ser contestadas posteriormente. Violência, por outro lado, não seria contestada posteriormente por herdeiros, por exemplo, que no caso das posses deveriam ter documentos para posteriores apelações – e já vimos exemplos, como o de Mose, nos quais a discussão durava décadas!

Por mais que a *Inscrição de Mose* demonstre que ele levou documentos escritos para comprovar sua posse sobre a terra que havia pertencido à sua mãe, não era de praxe o conselho exigir documentação escrita como evidência. O funcionamento se dava por meio de uma lógica oral, com interrogatório do litigante, do acusado e, quando necessário, de testemunhas.

A lógica oral não impedia, contudo, a apelação para a jurisprudência. Através do Óstraco Petrie 16, do início da XXª Dinastia, podemos notar o exemplo da referência tanto ao costume, quanto a decisões anteriores, como forma de influenciar o parecer dos conselheiros. Temos aqui o caso supracitado de tentativa de Huy de receber, sozinho, as posses de sua mãe.

Lista das coisas [...] que ele deu à Lady Ta-[gemlyt, sua mãe:
um local de enterro
após ele ter dado o caixão dela a P-[tjau-em]-di-Amon, fazendo 40 deben.
Novamente, o que ele deu a ela:
um caixão para seu enterro
Após ele ter fornecido um local de enterro para Huy-nefer, seu pai
Mas veja, os filhos da lady Ta-gemty contestam isso hoje pra reclamar sua propriedade, embora eles não tenham enterrado seu pai e embora seus filhos não a tenham enterrado. Isto que eles reclamam hoje é a propriedade dela, embora eles não tenham enterrado juntos com meu pai quando ele enterrou seu pai e mãe.
“Dê a propriedade aquele que enterra”, isto diz o *hp* do faraó. Meu bom senhor, V.P.S.! Veja, eu estou na presença do magistrado – que seja feita a coisa certa”.
Agora, veja, o local de Ta-nehesy foi dado a Sa-Wadjyt após (ele) a enterrar, e ele deu a ela seu caixão. Foi-lhe dada a sua parte na presença dos magistrados, pois foi o rei Amenhotep que lhe deu no conselho²¹⁶.

Huy apela inicialmente para o *hp* do faraó, declarando o costume de que o(s) responsável(eis) pelos custos funerários deveria(m) receber as posses do defunto. Não seguro com a citação do costume, Huy apela ainda para a jurisprudência, demonstrando conhecimento sobre um caso em que foi decidido que as posses de Ta-nehesy deveriam

²¹⁶ *Ibid.*, p. 291–292.

ficar com Sa-Wadyt, que lhe havia arcado com os custos funerários. O veredito deste caso foi dado pelo oráculo do rei Amenhotep na presença dos conselheiros.

O oráculo de Amenhotep, padroeiro da comunidade de Deir el-Medina, era uma das instâncias da justiça, junto com o *knbt*. Perguntas eram feitas à imagem divinizada do ex-monarca quando esta perambulava em sua barca carregada por sacerdotes. As questões eram elaboradas de forma que as respostas fossem afirmativas ou negativas. No caso do deus se manifestar a favor, a barca avançaria, caso contrário faria um movimento para trás.

Ao funcionamento oral do conselho, integrava-se a importância basilar dos juramentos perante os conselheiros. O juramento solene de uma testemunha reconhecidamente confiável poderia ser suficiente para determinar a resolução de uma querela. Eram comuns os juramentos de aceitação de preço nos casos notariais de passagem de propriedade, que isentaria o vendedor de quaisquer reclamações posteriores. Este é o caso do porteiro Kha-em-waset, que jura, com a fórmula solene, perante o vendedor, o operário Nefer-hotep, estar satisfeito com o preço cobrado por um boi:

Ano 25, terceiro mês da inundação, dia 13. Juramento do senhor, V.P.S., feito pelo porteiro Kha-em-waset: 'Enquanto Amon perdurar, enquanto o governante, V.P.S., perdurar, (o preço de) esse boi é 50 deben de cobre. Eu não o contestarei no futuro'.
Frente ao operário Nefer-hotep²¹⁷.

Às vezes um juramento do réu poderia ser suficiente para se livrar das acusações, até porque, segundo Bierbrier, o perjúrio era duramente punido (o autor cita 100 varadas!)²¹⁸. Há casos, todavia, em que nem a palavra de uma pessoa bastante respeitada na comunidade era suficiente para impedir a continuidade do processo e das investigações. No caso da acusação contra uma mulher chamada Herya, que teria roubado um cinzel de cobre do operário Neb-nefer, seu juramento não foi julgado como prova suficiente de inocência e os conselheiros determinaram que a ré fosse “examinada”, o que logo depois resultou na confissão de culpa e na recuperação da ferramenta roubada. Em sua análise do caso, McDowell interpreta o termo “examinar” como um eufemismo para tortura²¹⁹. O uso excessivo da força pode ser explicado

²¹⁷ *Ibid.*, p. 296.

²¹⁸ BIERBRIER, *The tomb-builders of the Pharaohs*, p. 107.

²¹⁹ MCDOWELL, *Village life in ancient Egypt*, p. 325.

também pelo fato de que o metal era extremamente valioso, mas especialmente porque as ferramentas dos operários eram propriedade do Estado político faraônico.

Christopher Eyre afirma que o envolvimento direto da autoridade estatal dava-se apenas quando os interesses do Estado eram infringidos ou se houvesse disputa entre membros de diferentes comunidades²²⁰. Em todos os outros casos, a resolução era responsabilidade da própria vila. Em casos como o da ferramenta roubada, as autoridades poderiam exigir investigações no local do crime em questão ou buscas nas residências dos acusados. O envolvimento de autoridades externas poderia, portanto, resultar no envio de agentes da lei – normalmente os porteiros da vila, no caso de Deir el-Medina – para retomar o fruto de um roubo ou de uma negociação que não tivesse sido concretizada da forma juramentada pelo conselho, como no testemunho do trecho seguinte de uma carta:

Os magistrados de Tebas enviaram dois mensageiros e eles tomaram o burro que você me deu. Mas eu era mais forte que eles; eu o tomei (de volta) e o estou enviando a ti por meio do escriba Ser-Amen²²¹.

O estrato acima é curioso porque, além de retratar o envio dos agentes da lei para retomar o burro, demonstra ainda que, quando possível, havia resistência aos tais agente.

Dado seu caráter aldeão, o *ḫnbt* poderia tomar decisões que valorizassem os laços comunitários, tendo o princípio da equidade como elemento fundamental no momento de dar as sentenças. Isto fica claro no caso da contenda entre o operário Wen-nefer e outro colega de profissão pela posse da cabana do pai do primeiro. Wen-nefer foi ao conselho exigir seus direitos de herança sobre a morada do pai que, por algum motivo, estava ocupada por outro operário. Agindo como magistrados, o capataz dos operários, Khonsu, e um encarregado decidiram que Wen-nefer tinha direito à cabana, mas que deveria ressarcir, segundo preço estabelecido no próprio conselho, o outro operário pelas melhoras que este havia feito na habitação. Arbítrios que se aproximassem do consenso fortaleciam os laços comunitários. Segue o registro da disputa, que, de forma incomum, foi gravado no óstraco em vez de escrito com tinta:

[Relato d]o operário Wen-nefer (e) do operário [... dizendo, Deixe(?)] que seja dado a mim a cabana (de) meu pai [...]J na presença de:
o capataz dos operários Khonsu

²²⁰ EYRE, *The Village Economy in Pharaonic Egypt*, p. 44.

²²¹ MCDOWELL, *Village life in ancient Egypt*, p. 299.

o encarregado [...]
[...] e eles me disseram "Dê a ele grão [...] pela construção] que ele fez nela!"
Lista do preço [dado a ele:...]
caixa: 2 deben, 3 opie deles pertencendo a mim
[...] de sua(?) madeira
e eu fiz para ele um cajado [de(?)] sua madeira
e eu fiz para ele um(a) [...] de(?) sua madeira
e uma caixa-*hn*, X deben [...]²²².

Talvez o processo mais famoso envolvendo a comunidade de Deir el-Medina seja aquele referente ao roubo de tumbas, registrado no Papiro Abbott (BM 10221) datado do reinado de Ramsés IX, na XXª Dinastia²²³. Por envolver propriedade estatal, o caso chegou a ser julgado pelo Grande Conselho de Tebas e terminou na cassação do cargo do prefeito da Tebas oriental. Casos graves envolvendo o Grande Conselho poderiam chegar ao faraó e terminarem em punições mais sérias, como amputações e execuções. No Papiro Judicial de Turim temos, por exemplo, casos de amputações de narizes e orelhas²²⁴. Note-se que embora chamado de “Grande Conselho” este não servia como instância apelativa, funcionando, na realidade, integrado aos *ḳnbtw* locais²²⁵.

Em conclusão sobre os conselhos (excetuando-se os Grandes Conselhos), acreditamos ser possível reafirmar sua condição de estrutura comunitária dos grupos subalternos que por vezes tinha funções estatais. Pode-se dizer que McDowell concorda, quando afirma sobre o *ḳnbt*, o oráculo e o gabinete do vizir:

Em última instância, todos os três representavam o Estado e eles naturalmente interagem um com o outro proximamente, com os escribas do gabinete do vizir sentando na corte e os funcionários locais executando as ordens do oráculo²²⁶.

A instância de árbitros comunitários decidia sobre as questões da aldeia com o julgamento dos próprios habitantes, baseados não em regras escritas, mas na tradição e no costume. Desta maneira, havia certa flexibilidade, fortalecida pela mudança diária no corpo de “magistrados”. Com a sobreposição da lógica estatal sobre a estrutura aldeã, os conselhos passaram a desempenhar algumas funções do Estado, como, por exemplo, o uso da força para a garantia da manutenção de propriedades individuais. A formação

²²² *Ibid.*, p. 313–314.

²²³ BREASTED, James Henry, **Ancient records of Egypt: Historical documents from the earliest times to the Persian conquest. Vol. IV, Vol. IV**, New York: Russell & Russell, 1962, p. 509–535.

²²⁴ BUCK, A. de, The Judicial Papyrus of Turin, **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 23, n. 2, p. 152–164, 1937, p. 156.

²²⁵ KRUCHTEN, Law, p. 281.

²²⁶ MCDOWELL, **Village life in ancient Egypt**, p. 293.

estatal, assim, subsome uma estrutura local, organizada na base do parentesco e do patronato. De qualquer maneira, tais evidências corroboram a afirmativa de Andrea Zingarelli de que as relações entre as instituições estatais e as vilas não eram imutáveis, harmoniosas ou que o Estado gozava de uma centralização eficiente e monolítica²²⁷.

Em síntese, para efeito de contraste com os modelos já expostos (Figuras 4 e 8), nossa proposta gráfica do modelo de Estado faraônico é a seguinte:

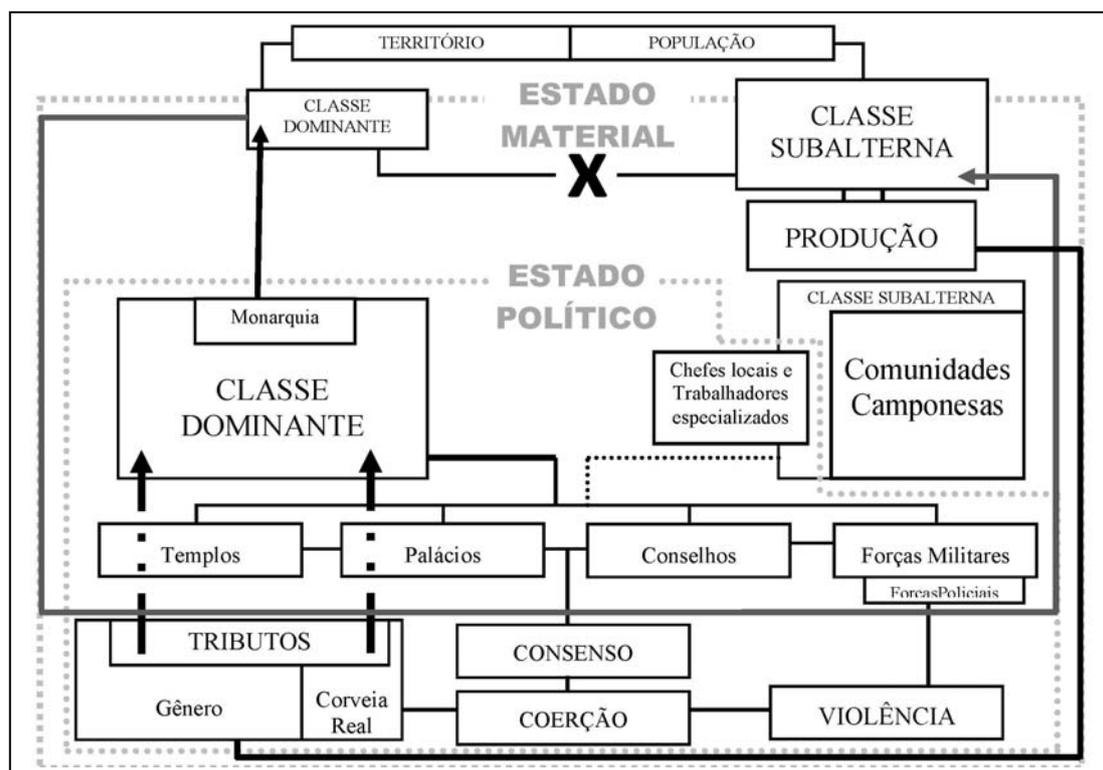


Figura 13 - Esquema do Estado Faraônico.

Grosso modo, a principal novidade do esquema ora proposto em relação àquele da perspectiva materialista tradicional (Figura 8), do qual é derivado, é a incorporação de uma lógica dialética entre o Estado material e o Estado político na qual este é a objetificação do daquele.

Da mesma maneira que no esquema do Estado materialista, aqui a população não é vista como um coletivo homogêneo no qual os conflitos são minimizados. Desta vez, todavia, resolvemos acomodar território e população em um único segmento

MCDOWELL, *Village life in ancient Egypt*, p. 293.

²²⁷ ZINGARELLI, *Asiatic Mode of Production: Considerations in Ancient Egypt.*, p. 42.

dividido para ressaltar (graficamente) o fato de que o território é partilhado por uma população dividida em classes.

O primeiro quadrado (cinza pontilhado) derivado do território/população é aquele do Estado material, ou seja, da relação antagônica entre a classe dominante e a classe subalterna, marcada pela exploração do sobretrabalho, simbolizada pelos dois vetores (um cinza e um preto) que margeiam o quadro, mas que agora aparecem de forma mais complexa para dar conta do entendimento do Estado político.

O Estado material é, portanto, a arena da luta de classes. Se a exploração se dá por meio do estabelecimento de um consenso e de uma coerção violenta e fiscal, há espaço também para a resistência dos grupos subalternos. Infelizmente, por conta das especificidades dos registros que o passado nos legou, existem poucas fontes para as ações subalternas nos embates com a classe dominante. Temos, entretanto, pelo menos um caso de sublevação interna dos subalternos no Primeiro Período Intermediário, conhecido pelo texto chamado *Admoestações de Ipw-wr*²²⁸ ou *Admoestações de um Sábio Egípcio*²²⁹, presente no *recto* do Papiro Leiden 344 e que já abordamos em outra ocasião²³⁰. No período raméssida há também o exemplo dos primeiros registros históricos de uma greve, entre os operários de Deir el-Medina, por conta no atraso do pagamento de suas rações²³¹. O caráter fragmentário e desagregado das ações dos inúmeros grupos da classe subalterna, todavia, impedia o surgimento de um plano organizado de tomada do Estado político e/ou subversão das relações estabelecidas na estrutura do Estado material. A classe dominante, pelo contrário, criou – inclusive através dos laços de parentesco – uma organicidade que a permitia manter o controle sobre a organização estatal.

Sobre as relações do Estado material se ergue a instituição do Estado político (graficamente delimitado por outra linha pontilhada cinza), controlado pela classe dominante e usado como forma de manutenção de sua posição de classe. Neste campo, a presença da classe dominante é ostensiva, ocupando os cargos administrativos, religiosos e militares. É importante ressaltar a heterogenia deste grupo, em geral

²²⁸ ARAÚJO, Emanuel (Org.), **Escritos para a Eternidade: a Literatura no Egito Faraônico.**, Brasília: Editora UNB, 2000.

²²⁹ GARDINER, Alan H, **The admonitions of an Egyptian sage from a hieratic papyrus in Leiden, Pap. Leiden 344 recto**, Hildesheim: G. Olms Verlag, 1969.

²³⁰ FRIZZO, História, atualização do passado e estilhaços messiânicos de uma revolta popular no III Milênio a.C.

²³¹ EDGERTON, William F., The Strikes in Ramses III's Twenty-Ninth Year, **Journal of Near Eastern Studies**, v. 10, n. 3, p. 137–145, 1951.

hegemonizado pela fração central (monarquia ou corte régia) personalizada pela figura do faraó.

Em suas pesquisas sobre o Modo de Produção Asiático, Ciro Cardoso afirmou acertadamente que templos e palácios eram engrenagens componentes do Estado²³² (político). Todo o aparato administrativo era formado por escribas e sacerdotes, que se uniam aos oficiais militares. Ocupavam ainda os conselhos (como visto, participavam dos conselhos comunitários quando necessário), especialmente os Grandes *ḫnbtw*, das principais cidades, sobre os quais estava o vizir e outras autoridades de primeiro escalão, como o Sumo-Sacerdote de Amon.

Através do controle descentrado sobre as engrenagens do Estado político é que a classe dominante executava a construção do consenso e as formas de coerção necessárias à sua manutenção e isto está representado pela linha contínua que liga a “classe dominante” ao eixo de dominação “templos, palácios, conselhos, forças militares”, que por sua vez está ligado por outra linha contínua ao centro do eixo “consenso-coerção”. Nas formas de coerção temos especialmente a coerção fiscal, cobrada em gênero, nas taxas de colheita, e em trabalho, na corveia real. A violência fica a cargo das forças militares (especialmente a violência imperialista frente às comunidades exteriores e contra as revoltas separatistas) às quais estão ligadas as forças policiais (compostas especialmente pelos *medjayw*, mas também, ocasionalmente, por outros funcionários que ficassem encarregados do exercício da truculência, como os porteiros da comunidade de Deir el-Medina, por exemplo).

O interessante deste modelo é que ele permite demonstrar alguma participação da classe subalterna no Estado político, fato representado tanto com a passagem da linha pontilhada cinza cortando o quadrado dos subalternos, quanto pela linha pontilhada que liga este quadrado ao eixo das engrenagens estatais. Afinal, há trabalhadores que não faziam parte da classe dominante sob a jurisdição de templos, palácios ou compoendo a grande maioria dos elementos das forças militares. O caso dos conselhos, por exemplo, foi mais debatido aqui, tendo o *ḫnbt* – uma estrutura da própria classe subalterna – servido como elemento do Estado político e das necessidades da classe dominante.

Há espaço neste modelo, inclusive, para que elementos da classe subalterna acumulem poder por conta de seus laços mais próximos com a classe dominante, como no caso dos chefes de aldeias que serviam como intermediários, dos camponeses

²³² CARDOSO, *Sociedades do antigo Oriente Próximo*.

enriquecidos (que poderiam ser classificados como camadas médias ou sub-elites²³³) ou mesmo dos artesãos especializados que conseguiram construir e adquirir bens funerários de prestígio, como tumbas e decoração funerária.

Por fim, o vetor da exploração da classe dominante sobre a subalterna continua ligando os dois polos, tendo como intermediárias as engrenagens do Estado político e suas formas de dominação. No sentido contrário, o vetor do pagamento de tributos deixa a produção da classe subalterna, passando pela representação da coerção fiscal através dos tributos e chegando aos templos e palácios (considerados qualquer complexo administrativo, como o próprio Celeiro Real), as organizações do Estado responsáveis pela recolha da taxa que sustenta o sistema redistributivo controlado pela classe dominante.

2.4 Conclusão: o Imperialismo e o crescimento do Estado faraônico no Reino Novo

É importante ver o Reino Novo de uma forma mais complexa do que um período de expansão imperial do Egito faraônico sobre as terras e populações vizinhas. O apogeu da sociedade egípcia foi proporcionado tanto pelo imperialismo externo quanto por um processo interno de expansão da estrutura e da lógica estatal.

O desenvolvimento das forças produtivas não se deu apenas com as importações de cativos ou a introdução de novos elementos em decorrência do recrudescimento do contato com outros povos. A expansão demográfica e geográfico-produtiva dentro dos limites costumeiros da “Terra Negra” há séculos foi um catalizador (dialeticamente produtor e produto) dos grandes feitos de um período áureo da história faraônica.

Em conjunto com este processo de expansão geográfica das forças produtivas, houve também uma expansão de determinadas relações de produção relativas à lógica de classe e, portanto, uma expansão do Estado material, que foi correlata de um crescimento do Estado político.

Segundo Christopher Eyre, parece ter havido uma tendência geral ao crescimento no Egito, pois desde o Reino Antigo nota-se uma preocupação do Estado

²³³ ZINGARELLI, Asiatic Mode of Production: Considerations in Ancient Egypt., p. 48; KATARY, Distinguishing subclasses in New Kingdom society on evidence of the Wilbour Papyrus.; LEMOS, RENNAN, Rennan, **Os Costumes Funerários da Não-Elite no Egito e Núbia durante o Reino Novo. Os cemitérios de Fadrus, Tell el-Amarna e Medinet el-Ghurab (XVIII-XIX Dinastias)**, Dissertação de Mestrado, Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

(aqui entendido tanto como classe dominante quanto como sua organização política institucionalizada) com a colonização e o desenvolvimento de áreas não produtivas ou subaproveitadas²³⁴. O autor lamenta que a Egíptologia não tenha avançado tanto no campo dos *surveys*²³⁵, enfatizando que por isto o estudo do campo egípcio ainda tenha que se basear demasiadamente no método comparativo com o período muçulmano, moderno ou mesmo com outras civilizações ribeirinhas.

De qualquer maneira, havia uma preocupação governamental com a ocupação e o trabalho da terra que, segundo Eyre, inclusive restringia a mobilidade da população rural²³⁶. No Reino Novo, esta preocupação se operacionalizou em várias frentes.

No que se refere às comunidades aldeãs camponesas, Ciro Cardoso nos lembra que:

Estas aldeias estavam inseridas em grandes domínios reais, dos templos ou de grandes funcionários, alguns fundados recentemente, administrados com frequência por personagens com ressonante titulação (...)²³⁷.

A partir desta citação, podemos discutir as formas de operacionalização da preocupação estatal na colonização interna do Egito. Em primeiro lugar, destacamos as doações faraônicas aos militares bem sucedidos, conforme demonstram tanto os exemplos da XVIIIª Dinastia, nos quais a terra pode, inclusive, ser doada com trabalhadores cativos. Ressalte-se, também, que há inúmeras aparições de cargos militares como responsáveis por terras no Papiro Wilbour.

Andrea Zingarelli recorda que há várias uma *wḥyt* (vila camponesa) registradas no Papiro Wilbour associadas a nomes próprios, algumas em terras templárias outras em terras da Coroa sob administração dos templos. Seguindo Eyre, a autora levanta a hipótese de que tais *wḥyt* estivessem ligadas a um esforço de colonização, já que sua associação a nomes próprios poderia significar a doação de vilas a funcionários²³⁸. Este seria, possivelmente, o caso da vila de Neshi (disputada posteriormente por seus descendentes) numa ação de colonização interna da região do Faiyum.

²³⁴ EYRE, *The Village Economy in Pharaonic Egypt*, p. 35.

²³⁵ Exames de arqueologia de superfície. A arqueologia tradicional se volta para estruturas de maior porte, levando a uma desproporção que pesa para o lado das estruturas urbanas e quase sempre de uma cultura material ligada à elite. O estudo do campo necessita de uma abordagem que permita a análise de regiões mais vastas do que aquelas em que se é possível executar uma escavação, possibilitando a construção de um quadro geral do conjunto das diferentes estruturas e sua interrelação.

²³⁶ EYRE, *The Village Economy in Pharaonic Egypt*, p. 53.

²³⁷ CARDOSO, *Uma Interpretação das Estruturas Econômicas do Egito Faraônico*, p. 225.

²³⁸ ZINGARELLI, *Asiatic Mode of Production: Considerations in Ancient Egypt.*, p. 44.

Por fim, as concessões régias aos templos talvez tenham sido, como visto, uma das principais marcas do Reino Novo. Tais terras não teriam qualquer serventia caso não houvesse disponibilidade de força de trabalho para elas. Logo, notam-se aqui duas formas de operacionalizar a preocupação estatal em ocupar a terra: primeiro com a concessões de herdades aos cultos divinos em conjunto com as doação de milhares de cativos de guerra deportados de seus territórios; segundo com a doação de terras já cultivadas pelas comunidades aldeãs, demonstrando um avanço da estrutura estatal sobre a lógica comunitária.

Nesta conjuntura político-econômica, o descentramento foi uma estratégia fundamental. A expansão do Estado material – e das relações de produção baseadas na tributação da classe dominante sobre a subalterna – se deu por meio do crescimento da estrutura templária e de sua importância administrativa (logo, um crescimento do Estado político).

Eyre nos parece preciso em sua afirmação de que, enquanto no Reino Antigo o controle das grandes propriedades parecia estar sob as mãos de uma elite, no Reino Novo a administração rural estava nas mãos dos templos, canalizando a produção agrícola para o Tesouro Real (ou seja, para o Estado político e, assim, para a classe dominante) e garantindo que a terra fosse produtiva. Este sistema administrativo no qual os templos tem papel central é o que Eyre chama – por falta de clareza teórica acerca do funcionamento do Estado – de sobreposição em vez de subordinação dos complexos templários à monarquia²³⁹.

Uma confusão teórica similar orienta a seguinte afirmação de Sally Katary:

Sendo os documentos fiscais sobreviventes em sua maioria registros templários, há uma deficiência na documentação do sistema de tributação pela perspectiva do Estado. Nós não estamos aptos a verificar a existência de uma autoridade central de recolha de tributos além da existência do *ʿ3 n št* (lit. “O Grande das Tributações”, isto é, “Senhor Chefe das Tributações”)²⁴⁰.

A autora esbarra na posição de antagonismo entre Estado e templos. Por mais que reconheça a ligação indissolúvel entre os dois polos, pensa numa estrutura na qual os templos não fazem parte do Estado, que, em seu raciocínio, aparece como sinônimo de Coroa. É necessário entender os documentos fiscais dos templos a partir de uma perspectiva de Estado que parta da oposição de classes no Estado material e, através da

²³⁹ EYRE, *The Village Economy in Pharaonic Egypt*, p. 47.

²⁴⁰ KATARY, *Taxation*, p. 10.

identificação entre classe dominante e organização estatal, entenda os complexos templários e suas propriedades como parte da estrutura do Estado político.

No Reino Novo os templos foram a principal ferramenta de expansão da lógica estatal não apenas dentro do território da “Terra Negra” como também na construção de sua estrutura imperial. Barry Kemp nos parece correto ao afirmar que, em certo sentido, os deuses recebiam status de nobreza fundiária²⁴¹, o que, por sua vez, levou ao fortalecimento da fração clerical da classe dominante.

Kemp estudou os sítios egípcios do Reino Novo na Núbia e constatou que o modelo de exploração local era baseado no que chamou de “cidade templária”. Tal modelo incluía dominação e incorporação das populações locais e, segundo o autor, implicava na modificação da lógica de reprodução das comunidades, com uma tentativa de introduzir uma agricultura mais sistemática baseada numa estrutura de irrigação mais sofisticada. De qualquer forma, o arqueólogo britânico é enfático em sua afirmação de que tais templos eram manifestações do poder real²⁴². Pode-se somar a isto a reflexão de Ellen Morris sobre o papel dos templos e das doações de presentes e terras às instituições templárias na dinâmica de exploração imperial da Síria-Palestina²⁴³.

O fato de que as fontes relativas à tributação período que nos concerne são majoritariamente templárias só demonstra a complexidade da organização estatal descentrada faraônica. Se documentos relativos à taxação das colheitas, como os Papiros Amiens e Baldwin²⁴⁴, apontam para a entrega dos tributos ao Celeiro de Amon, concordamos com Kemp em sua afirmação de que os vários silos de Tebas pertenciam a uma unidade administrativa integrada, independente de a quais instituições os armazéns pertencessem²⁴⁵.

Andrea Zingarelli demonstra que a lógica estatal avançava sobre as comunidades aldeãs e, conseqüentemente, sobre a organização do espaço agrícola. Segundo a egiptóloga argentina,

²⁴¹ KEMP, Temple and Town in Ancient Egypt., p. 659.

²⁴² KEMP, Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC), p. 21–31.

²⁴³ MORRIS, Ellen, Exchange, extraction, and the politics of ideological money laundering in Egypt's New Kingdom Empire, *in*: EDER, B.; PRUZSINSZKY, R (Orgs.), **Policies of Exchange: Political Systems and Modes of Interaction in the Aegean and the Near East in the 2nd Millennium B.C.E., Proceedings of the International Symposium at the University of Freiburg Institute for Archaeological Studies, 30th May-2nd June 2012**, Viena: Austrian Academy of Science Press, 2015, p. 167–190.

²⁴⁴ JANSSEN, Jac J., **Grain transport in the Ramesside period : papyrus Baldwin (BM EA 10061) and papyrus Amiens**, London: The British Museum Press, 2004.

²⁴⁵ KEMP, Temple and Town in Ancient Egypt., p. 660.

Em grande medida, a produção agrícola no Egito originava-se da organização camponesa e/ou da vila que, por sua vez, tinha suas próprias condições para reprodução que eram crescentemente usurpadas pelo Estado com o tempo. A percepção dessa usurpação é matizada pela natureza irregular e errática das intervenções e pelo fato de que as vilas agrícolas eram relativamente isoladas no interior durante parte do ano, o que permitia a existência de uma identidade local forte e uma economia autossuficiente²⁴⁶.

No Reino Novo, houve um embate entre a expansão da lógica estatal e as estruturas de manutenção da coletividade das comunidades aldeãs. O relacionamento entre Estado e aldeias se modificou. Ciro Cardoso apontou uma modificação, por exemplo, na forma de tributação. O caráter solidário das vilas perante o Estado foi atacado por meio de um mecanismo de taxação baseado na lógica familiar, no lugar da antiga forma de cobrança das aldeias por meio de seu representante. A representação dos camponeses feita pelos textos escolares nas versões dos papiros Anastasi, Lansing e Sallier mostram o suplício da família camponesa frente ao fisco. Segue um trecho da versão do Papiro Anastasi V:

(Agora) um escriba ancorou na margem e está prestes a registrar a taxa da colheita; os agentes da justiça carregam bastões e os *Neḥsyu* cabos de palmas. Eles (dizem): “Entregue os grãos!”, embora não haja nenhum. Eles (o) batem furiosamente. Ele é amarrado e jogado em um poço; ele está encharcado por um mergulho de cabeça. Sua esposa é trazida à sua presença, seus filhos estão em grilhões. Seus vizinhos o abandonam em fuga²⁴⁷.

Por outro lado, o aumento da política arrendamento de lotes de terra (de templos e palácios) e outras decorrências das modificações econômicas advindas do imperialismo e do desenvolvimento das forças produtivas levaram a uma maior complexidade sócio-econômica entre os camponeses, com o recrudescimento das camadas médias e sub-elites.

O empréstimo de grãos baseado em uma reciprocidade igualitária, que era uma importante forma de integração aldeã, também passou por modificações no Reino Novo em decorrência da mudança geral da sociedade. A presença maior das trocas e o surgimento de comerciantes independentes parecem existir socialmente interconectados ao surgimento do empréstimo de grãos a juros²⁴⁸.

O que marca o Estado no Reino Novo é, portanto, sua ampliação baseada num mecanismo de descentramento de poderes e de subsunção de formas sociais não

²⁴⁶ ZINGARELLI, Asiatic Mode of Production: Considerations in Ancient Egypt., p. 39.

²⁴⁷ CAMINOS, Ricardo A., **Late-Egyptian miscellanies**, London: Geoffrey Cumberledge, Oxford University Press, 1954, p. 247.

²⁴⁸ MENU, Le prête en droit égyptien.

estatais, levadas a reproduzir as relações relativas à exploração de classe. Há, desta maneira, uma expansão tanto do Estado material quanto do Estado político, ao ponto de que nos pareça extremamente pertinente a afirmação acertada de Andrea Zingarelli de que era “*difícil achar espaços nos quais não se encontra a marca do Estado*”²⁴⁹.

²⁴⁹ ZINGARELLI, Asiatic Mode of Production: Considerations in Ancient Egypt., p. 36.

PARTE II
O IMPÉRIO E O IMPERIALISMO EGÍPCIOS

Introdução: Rápido histórico dos conceitos de Império e Imperialismo

Como representações sociais que são, as palavras e seus significados se mostram arredios a traduções. Partindo de constituições históricas distintas, muitas vezes há dificuldades em adaptar os significados de determinados conceitos para que se tornem compreensíveis em contextos diferentes. Esta é uma das bases dos problemas de etnólogos(as), linguistas, filólogos(as) e historiadores(as).

Estamos, contudo, fadados ao trabalho de discorrer sobre a nossa compreensão do passado recorrendo a palavras do nosso presente. Logo, é totalmente aceitável que falemos em um império ou um imperialismo egípcios, ainda que os(as) próprios(as) agentes sociais do período faraônico não tivessem qualquer conceito parecido em sua língua.

A Egiptologia, constituída no século XIX em conjunto com outras disciplinas acadêmicas das chamadas “ciências humanas ou sociais”, nunca se furtou à utilização de termos como “império”. Muito pelo contrário, no contexto da fundação do império alemão por Bismarck ou da expansão imperial francesa, o termo “império” (*reich* ou *empire*) foi adotado como nomenclatura para os períodos de maior centralização política, cristalizando o termo na tradição de estudos da cronologia faraônica.

Adaptado à realidade do Egito faraônico a partir da interpretação construída em uma época de conformação de impérios e de relações imperialistas, o conceito de “império” tem, todavia, uma longa história, sendo herdeiro etimológico do “*imperium*” latino.

O *imperium* era o poder político consagrado ao rei de Roma e, posteriormente, a quaisquer governantes latinos habilitados ao comando militar através de uma votação específica da *comitia curiata*. Durante o período da República, um general investido do *imperium* assumia o título de *imperator*. Mais tarde, no Principado, Otaviano adotou o título *Imperator Caesar Augustus*, o que ajudou a historiografia a nomear este novo período da história latina por “Império Romano”. Simultaneamente, o vocábulo “*imperium*” passou por um processo de ampliação semântica, adquirindo também o significado de território dominado por Roma.

O Império Romano acabou se tornando modelo histórico perseguido por uma tradição política ocidental, incluindo entre suas principais características a concentração

progressiva de poder na figura do *imperator*, a tendência expansionista na política externa e uma concepção de perpetuidade do Império²⁵⁰. Segundo Colliva, todavia,

O Império foi uma instituição que conseguiu se manter somente em épocas com determinadas condições culturais e sociais; de fato, ao ultrapassar os limites do tempo que lhe foram próprios, perdeu sua essência e finalidade. Ficou apenas como puro "imperialismo" de poder, bem enraizado em nosso tempo, apesar de não existir mais sua matriz formal²⁵¹.

A modificação histórica do significado do “império” que o levou a se distanciar da sua significação original está relacionada justamente ao século que viu surgir a Egiptologia, ela própria um subproduto do que foi chamado, nos oitocentos, de “imperialismo”.

O conceito de “imperialismo” foi definido nos primeiros anos do século XIX por J. A. Hobson, em seu *Imperialism. A Study*, em que analisava o fenômeno da expansão do poder britânico pelo globo. Ele foi também o primeiro a estabelecer a diferença entre os impérios antigos, que compunham uma federação de Estados submetidos à hegemonia de um deles, e o imperialismo moderno, política internacionalista adotada por algumas nações europeias.

Já a partir do século XIX, o fenômeno do “imperialismo” se tornou objeto de análise de distintas correntes intelectuais no bojo das disputas entre projetos de sociedade e de economia mais ou menos conservadores, mais ou menos liberais ou mais ou menos críticos do liberalismo. Pelo viés da análise econômica, o imperialismo foi defendido por liberais como o Joseph Schumpeter.

Na tentativa de analisar o imperialismo, o economista austríaco traçou um panorama histórico das experiências imperiais, *modos operandi* comum a economistas e defensores do *status quo* vigente, que buscam traçar um vetor histórico que faça o “passado” desembocar retamente no presente, justificando-o. A conclusão de Schumpeter foi de que o imperialismo não é um produto do modo de produção capitalista, como afirmavam outros de seus estudiosos, mas, pelo contrário, um resultado das realidades histórico-sociais pré-capitalistas que resistiam ao avanço do capital. A racionalidade capitalista levaria à construção de um reino pacífico autorregulado pelo livre mercado, que tenderia a combater a violência irracional da

²⁵⁰ COLLIVA, Paolo, Império, in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.), **Dicionário de política**, Brasília: Universidade de Brasília: Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 622.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 623.

expansão imperialista. Desta maneira, o imperialismo não seria mais do que uma herança das formas pré-capitalistas de condução da economia política²⁵².

Embora criação de Hobson, um liberal, o conceito de imperialismo despertou muito mais a atenção dos críticos do liberalismo, sendo trabalhado extensivamente pela tradição marxista. Partindo do princípio materialista histórico de que as rivalidades territoriais entre os Estados nacionais estavam relacionadas ao avanço do capital, as diferentes interpretações marxistas do imperialismo tinham em comum a hipótese de que o imperialismo era expressão da maturidade do capitalismo.

Giovanni Arrighi²⁵³ divide as interpretações marxistas do imperialismo em dois grandes grupos, um orientado pelos trabalhos de Rudolf Hilferding e, posteriormente, de Lenin e de Kautsky, e o outro marcado pela obra de Rosa Luxemburgo. A diferença mais marcante entre as contribuições de Hilferding e de Rosa Luxemburgo é que o primeiro pensou o imperialismo essencialmente como um movimento de modificação na forma de acumulação, marcado pela crescente concentração de capital, pela lógica monopolista e pelo domínio do capital financeiro sobre o industrial. Rosa Luxemburgo, por outro lado, percebeu a incorporação violenta de povos e territórios como a resposta dos processos de acumulação de capital às crises de superprodução e subconsumo.

Os principais debates marxistas acabaram derivando das considerações de Hilferding, dividindo-se nas posições diferentes de Lenin e Kautsky, que dão pesos distintos às divisões políticas, como demonstra John Weeks²⁵⁴. No trabalho de Lenin, a expansão internacional do capital se dá no contexto de um mundo dividido por classes dominantes, que têm seu poder representado nos Estados. Kautsky, em outro sentido, escolheu ressaltar a relação entre países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos, argumentando que o conflito entre as classes dominantes tendia a desaparecer nas nações desenvolvidas na fase imperialista. Outra diferença clara entre os dois autores é que Lenin ressaltou, após Marx, que a monopolização vinha acompanhada de um fortalecimento da concorrência, enquanto Kautsky os entendeu como elementos opostos e por isto apontou o monopólio como elemento determinante para o fim da rivalidade na classe dominante.

²⁵² PISTONE, Sergio, Imperialismo, *in*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.), **Dicionário de política**, Brasília: Universidade de Brasília: Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 616.

²⁵³ ARRIGHI, Giovanni, Imperialismo, *in*: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Orgs.), **Dicionário do pensamento social do século XX**, Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 377–380.

²⁵⁴ WEEKS, John, Imperialismo e Mercado Mundial, *in*: BOTTOMORE, Tom (Org.), **Dicionário do pensamento marxista**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 187–190.

A divisão estabelecida por Kautsky entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (como aquela estabelecida anteriormente por Marx na relação entre capital e formações pré-capitalistas) ajudou a construir a chamada Teoria da Dependência e, posteriormente, a Teoria do Sistema-Mundo. Tratam-se, ambas, de perspectivas fundamentais para a lógica interpretativa das realidades imperiais da Antiguidade, por trabalharem com uma divisão espacial estabelecida entre países centrais e periféricos.

Outro elemento intensamente debatido nas leituras marxistas do imperialismo – e fundamental na composição deste estudo – é o papel das classes dominantes locais, que podem ser vistas tanto como importantes aliados dos países imperialistas, como forças anti-imperialistas, dependendo das especificidades históricas de tempo e lugar.

Arrighi afirma que uma das falhas da corrente marxista de análise do imperialismo é sua incapacidade de ver o capitalismo sobreviver ao imperialismo²⁵⁵, o que, para ele, entraria em conflito com a estrutura político-econômica emergida após a Segunda Guerra Mundial. Esta nova estrutura era muito distinta do ultra-imperialismo altamente centralizado que Kautsky previra, sendo, pelo contrário, marcada por uma economia mundial competitiva. Os marxistas, então, teriam revisto suas posições sobre o imperialismo, passando a compreendê-lo a partir da dinâmica entre condições de desenvolvimento ou subdesenvolvimento

A posição de Arrighi, entretanto, nos parece excessivamente concentrada na tradição interpretativa de Kautsky, que, como visto, difere daquela proposta por Lenin. Desta forma, pode se entender que uma importante tradição marxista não vinculava diretamente o imperialismo à hegemonia mundial de uma nação, tratando de abordar o tema de um ponto de vista mais voltado para os ciclos de expansão do capital no plano global.

Para um número considerável de autores marxistas, o capitalismo não foi capaz de sobreviver ao imperialismo porque este não teria acabado. Em livro publicado originalmente no início deste milênio, Ellen Wood faz uma análise do imperialismo contemporâneo. No prefácio à edição brasileira, assinado em junho de 2013, a autora menciona as ações do império do capital no Brasil que promovem a submissão crescente da vida aos imperativos do mercado, contando com condições impostas por organizações ligadas ao capital internacional²⁵⁶.

²⁵⁵ ARRIGHI, *Imperialismo*, p. 379.

²⁵⁶ WOOD, Ellen, *O Império do Capital*, São Paulo: Boitempo, 2014, p. 9–13.

Outra autora que revitaliza o conceito de imperialismo a partir da análise mais sólida da realidade brasileira dos últimos 50 anos é Virgínia Fontes, que parte da proposição de que, após a Segunda Guerra Mundial, o processo de imperialismo se modifica e dá origem ao que designou por capital-imperialismo. Segundo Fontes, no capital-imperialismo a dominação interna do capital se complementa com sua expansão externa, expropriando populações inteiras de seus meios de produção, de seus direitos e até mesmo de suas condições de existência ambiental. Neste sentido, o espaço de movimentação do capital se expande para a totalidade do globo terrestre e das relações humanas, enquanto, no sentido contrário, os trabalhadores e trabalhadoras são contidos pela fragmentação dos espaços nacionais. Em suma, ao contrário de uma sobrevivência do capitalismo em face do fim do imperialismo no pós-Guerra, o que se observou foi uma gigantesca expansão do imperialismo, mesmo que com formas um pouco distintas daquelas apontadas por Lenin²⁵⁷.

O imperialismo não foi visto apenas pelo prisma da economia. Alguns teóricos o pensaram a partir da razão de Estado, com base na ideia da soberania estatal frente a uma anarquia internacional. Criara, assim, um cenário de submissões de um Estado por outro através da força, independente de quais fossem seus modelos econômicos.²⁵⁸

A afirmação da supremacia internacional estadunidense nas décadas de 1950 e 1960, teria levado à composição de uma visão crítica das relações internacionais que permanece até os dias atuais como o quadro mais influente na análise dos processos imperialistas. Autores como Andre Gunder Frank e Immanuel Wallerstein estabeleceram a gênese das potências contemporâneas a partir da divisão internacional do trabalho, no quadro de um planeta conectado pela expansão do capitalismo iniciada no século XVI. Esta chave de leitura das relações internacionais de exploração, ligada à expansão do capital, tem no seu cerne o conceito de sistema-mundo, que foi reconhecidamente inspirado na *économie-monde* de Fernand Braudel²⁵⁹.

Wallerstein e Gunder Frank passaram a se dedicar à análise do surgimento deste sistema-mundo, constituído pela hierarquização espacial decorrente da divisão do trabalho produtivo, do desenvolvimento tecnológico e dos fluxos de diferentes mercadorias. Este processo teria levado a uma polarização do planeta entre áreas

²⁵⁷ FONTES, Virginia Maria, **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio : Editora UFRJ, 2010, p. 147–155.

²⁵⁸ PISTONE, Imperialismo, p. 617.

²⁵⁹ WALLERSTEIN, Immanuel Maurice, Sistema-mundo, in: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Orgs.), **Dicionário do pensamento social do século XX**, Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 690–692.

centrais e periféricas da economia mundial, relativas a níveis renda, qualidade de vida e, especialmente, à acumulação de capital²⁶⁰. A influência deste modelo foi tão grande que Thomas Hall chegou a afirmar que, mais do que uma teoria, o sistema-mundo deveria ser tomado como um paradigma no sentido de Thomas Khun, comportando nele diversas teorias distintas²⁶¹.

A. Impérios, Imperialismo e Sistemas-mundo na Antiguidade.

O imperialismo das nações europeias, iniciado no século XIX, perdurou acompanhado, inclusive, por reproduções desta política por outros países, como o Japão. Após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se o processo de descolonização das áreas que haviam sido submetidas pelas nações imperialistas e, a partir de então, o conceito de imperialismo passou a ser utilizado de forma mais geral para pensar outras formas de expansão. Deu, então, origem a teorias mais gerais voltadas à explicação de fenômenos imperialistas em diversas realidades sociais. Este foi, como visto, o contexto histórico do surgimento da teoria do sistema-mundo.

Em seu verbete na Enciclopédia *Einaudi*, Michael Cartier se aproxima de uma definição generalista de império, concebendo-o como uma organização hegemônica que transcende quadros étnicos, políticos ou naturais, tendendo a certo tipo de integração que aponta para uma dominação universal²⁶². Basicamente no mesmo sentido vai a elaboração de Carla Sinopoli, de que os impérios são organizados em meio à diversidade e precisam construir mecanismos para administrá-la²⁶³.

Partindo do conceito ainda mais abstrato de sistema-mundo, Chris Chase-Dunn afirmou que um de seus principais méritos é o de trabalhar com visões integradoras que

²⁶⁰ WALLERSTEIN, Immanuel Maurice, **Capitalismo histórico e civilização capitalista**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 28.

²⁶¹ HALL, Thomas, *World-Systems and Evolution: An Appraisal.*, in: KARDULIAS, P. Nick (Org.), **World-systems theory in practice: leadership, production, and exchange**, Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, 1999, p. 2.

²⁶² CARTIER, Michael, Império, in: **Enciclopedia Einaudi.**, Porto: Imprensa Nacional, 1989, v. 14 Guerra-Estado, p. 318.

²⁶³ SINOPOLI, Carla, Imperial Integration and Imperial Subjects, in: ALCOCK, Susan E (Org.), **Empires: perspectives from archaeology and history**, Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2001, p. 196.

mostram como as sociedades são fortemente pressionadas e afetadas por suas interações, formando sistemas hierarquizados em centros e periferias²⁶⁴.

A lapidação de características concretas nos conceitos relativos às diferentes realidades sócio-históricas da dominação imperial levou à possibilidade de aplicação de modelos mais abstratos – como o sistema-mundo – ao conjunto da história humana desde a Era do Bronze. Isto foi importante para valorizar visões holísticas que usam lentes mais amplas para focar as relações de integração entre diferentes sociedades em momentos históricos distintos. Segundo Hall, relações inter-regionais sempre desempenharam papel fundamental na evolução social e, de uma forma ou de outra, quaisquer relações interregionais constituiriam um sistema-mundo ou sistema centro/periferia²⁶⁵.

Moses Finley tratou de delimitar um conceito de imperialismo adequado à Antiguidade, afirmando que um historiador pode chamar corretamente um Estado de “imperialista” se ele exerceu autoridade, em qualquer período, sobre outros Estados (ou comunidades, ou povos) visando obter vantagens, fossem elas quais fossem²⁶⁶.

Numa perspectiva mais voltada para a economia, Thomas Hall afirma que, nas análises da Antiguidade, deve se manter dois conceitos básicos da teoria do sistema-mundo: o sistema é a unidade fundamental de análise, sendo todas as partes compreensíveis apenas a partir da sua relação com o todo; a divisão do trabalho. Segundo o mesmo autor, é possível identificar três ou mesmo quatro formas de sistema-mundial: 1) sistemas-mundo baseados no parentesco; 2) sistemas-mundo fundados em Estados tributários politicamente coercitivos; 3) sistemas-mundo calcados em Estados capitalistas economicamente coercitivos; e 4) sistemas-mundo baseados no socialismo, em que os recursos são coletivizados de forma democrática (diferentemente do que ocorreu no chamado socialismo real)²⁶⁷.

De maneira um pouco distinta, Andre Gunder Frank desenvolve uma análise histórica baseada nos movimentos cíclicos do sistema-mundo desde a Era do Bronze, caracterizado por cinco pontos:

²⁶⁴ CHASE-DUNN, Chris, Forewords, *in*: KARDULIAS, P. Nick (Org.), **World-systems theory in practice: leadership, production, and exchange**, Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, 1999, p. xi–xii.

²⁶⁵ HALL, World-Systems and Evolution: An Appraisal., p. 4.

²⁶⁶ FINLEY, M. I., Empire in the Greco-Roman World, **Greece & Rome**, v. 25, n. 1, p. 1–15, 1978, p. 1. Em concordância com tal definição está GUARINELLO, Norberto, **Imperialismo Greco-Romano**, São Paulo: Ática, 1987.

²⁶⁷ HALL, World-Systems and Evolution: An Appraisal., p. 8.

1. (...) nosso sistema-mundial único tem continuidade histórica de pelo menos 5000 anos, surgindo com seu centro na Ásia Ocidental e Egito e, então, espalhando-se para abranger boa parte da Afro-Eurásia (...); 2. A acumulação de capital era a força motriz da história do sistema-mundial (...); 3. A estrutura centro-periferia familiar à análise da dependência (...) e ao “sistema-mundo moderno” é também aplicável ao sistema-mundo antes disto; 4. A hegemonia temporária e regional ou, talvez, em todo sistema-mundo, alterna em longos períodos de rivalidade pela hegemonia (...); 5. Ciclos econômicos de fases alternadas de ascensão e declínio (...) associados à acumulação de capital, mudam na posição centro-periférica e a alternância entre hegemonia e rivalidade estende-se para o passado muitos séculos antes de 1492 (...) ²⁶⁸.

Destaca-se, na visão de Gunder Frank, a definição da acumulação de capital como a “força motriz da história” humana pelo menos ao longo dos últimos 5000 anos, ou seja, basicamente desde a chamada revolução urbana. Assim, desde que se estabeleceu a estratificação social, as sociedades humanas se organizam em torno da luta pelo acúmulo de capital.

Apesar de anistórica e “naturalizadora”, a posição de Gunder Frank é bastante influente nos estudos sobre os sistemas-mundo. Partindo de seu trabalho, Ekholm e Friedman declaram que as “economias mundiais” eram formas do capitalismo no Mundo Antigo, o que faria com que muitas das dinâmicas dos sistemas da Antiguidade fossem comuns às da nossa economia. Segundo os autores:

A acumulação de capital como forma de riqueza abstrata, todavia, é um fenômeno verdadeiramente antigo. Dizer que este antigo “capital” desempenhava um papel econômico fundamental não é dizer que ele funcionava diretamente no processo de produção, mas que sua acumulação e controle eram características dominantes dessas economias. O sistema ao qual nós nos referimos é caracterizado não apenas por uma acumulação de capital, mas pela emergência de um padrão imperialista: estruturas centro/periféricas são instáveis no decorrer do tempo; centros se expandem, contraem e colapsam como uma manifestação regular da mudança de pontos de acumulação ²⁶⁹.

A ideia de capital como forma abstrata de riqueza é problemática porque, ou se refere à relação social capitalista ou a uma abstração tão genérica que pode incluir qualquer coisa nesta categoria. Os autores ressaltam que o conceito de imperialismo derivado diretamente das necessidades de expansão do capital é estranho à economia antiga, na qual predominava a luta por prestígio e poder político, sendo o lucro um

²⁶⁸ FRANK, Andre Gunder *et al*, Bronze Age World System Cycles [and Comments and Reply], **Current Anthropology**, v. 34, n. 4, p. 383–429, 1993, p. 388.

²⁶⁹ EKHOLM, Kajsa; FRIEDMAN, Jonathan, “Capital” Imperialism and Exploitation in Ancient World Systems, *in*: FRANK, Andre Gunder; GILLS, Barry K (Orgs.), **The World system: five hundred years or five thousand?**, London; New York: Routledge, 1993, p. 60.

fenômeno marginal. Nesta perspectiva, a peculiaridade do capitalismo residiria na ligação do capital a um processo de reprodução e acúmulo, diferindo do capital do mundo antigo, em que outras formas de riqueza eram acumuláveis especialmente por meio de tributos, butins e comércio²⁷⁰.

Ainda que não tão intensamente quanto Gunder Frank, Ekholm e Friedman parecem também um pouco perdidos quanto às diferenças entre as economias pré-capitalistas e a capitalista. Apesar de suas ressalvas, reincidentem em afirmações modernizadoras da economia antiga, como ao conceberem a expansão mercantil imperialista – e o crescimento da indústria e da agricultura comercial dela decorrente – como fenômeno comum aos mundos antigo e moderno²⁷¹.

Foi o próprio criador do conceito de sistema-mundo, Immanuel Wallerstein, que atentou para as diferenças marcantes entre as economias modernas e as pré-capitalistas. Segundo o autor, muito embora divisões hierárquicas do espaço tenham existido em outros períodos históricos, o movimento expansivo da economia que teria criado o sistema-mundo moderno – marcado pelo acúmulo de capital, crescimento da agricultura comercial e da indústria – seria uma especificidade histórica do capitalismo. Para marcar estas diferenças, Wallerstein afirmou que, dentro do sistema-mundo, poderia haver variedades como o império-mundo, diferente da economia-mundo, em especial pela forma extra-econômica de dominação exercida entre as unidades sociais²⁷². Segundo o autor,

Impérios foram uma constante na cena mundial por 5000 anos. Houve continuamente muitos impérios em várias partes do mundo em qualquer ponto dado do tempo. A centralização política de um império era única e, ao mesmo tempo, sua força e fraqueza. (...) Impérios políticos são meios primitivos de dominação econômica²⁷³.

À exceção da perspectiva evolucionista que classifica os meios políticos de coerção como primitivos (o que daria um verniz de desenvolvimento à coerção econômica, possibilitando uma interpretação positiva da mesma), Wallerstein me parece correto em sua afirmação. Impérios (os sistemas-mundo) pré-capitalistas dominavam e exploravam através de mecanismos de tributação, que, apesar de serem também

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 62.

²⁷¹ *Ibid.*

²⁷² WALLERSTEIN, Sistema-mundo, p. 691.

²⁷³ WALLERSTEIN, Immanuel, **The Modern World-System I Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century.**, Los Angeles: University of California Press, 2011, p. 15–16.

econômicos, eram garantidos por um poder coercitivo político-militar exercido pelo centro sobre as áreas periféricas.

Phillip Kohl chegou a afirmar que Wallerstein seria, por sua insistência nas características únicas do sistema-mundo capitalista, filiado à corrente substantivista ou primitivista, sob o ponto de vista da Antropologia e da História²⁷⁴.

Ainda que não esteja completamente errado em sua análise sobre Wallerstein, Kohl faz uma leitura tecnicista da obra do autor. Isto é comprovado pela ênfase na perspectiva de que uma economia-mundo não unificada (ou seja, sem estar sob o domínio de uma entidade política única) inexistiria nos tempos antigos em razão da falta da tecnologia necessária para aumentar o fluxo de excedentes a ponto garantir a manutenção do sistema econômico.²⁷⁵

Como nas discussões sobre a necessidade de marcar as diferenças qualitativas entre as economias pré-capitalistas e a capitalista, Ellen Wood aponta um caminho mais interessante do que o tecnológico para diferenciar os impérios antigos dos modernos. Segundo a autora:

O capitalismo se distingue de todas as outras formas sociais precisamente por sua capacidade de estender seu domínio por meios puramente econômicos. De fato, o impulso do capital na busca incansável de auto-expansão depende dessa capacidade única, que se aplica não somente às relações de classe entre capital e trabalho, mas também às relações entre Estados imperiais e subordinados²⁷⁶.

Da mesma maneira que as relações de exploração de classe, o domínio imperial no pré-capitalismo se exercia unicamente através dos mecanismos extra-econômicos de coerção, ainda que estes não tenham sido abandonados pelos impérios no capitalismo. Assim, mesmo que a história da opressão colonial do século XIX incluía muito sangue, foi apenas com o capitalismo que se desenvolveram imperativos econômicos suficientemente fortes para substituir as formas diretas de submissão. Tal processo só teria se concretizado no século XX²⁷⁷.

O tratamento que Ellen Wood dá à lógica imperial deriva diretamente de sua perspectiva relativa à vigência, no capitalismo, de um descolamento entre as esferas da

²⁷⁴ KOHL, Philip L., *The Ancient Economy, transferable technologies and the Bronze Age world-system: a view from the northeastern frontier of the Ancient Near East*, in: ROWLANDS, Michael; LARSEN, Mogens; KRISTIANSEN, Kristian (Orgs.), **Centre and periphery in the ancient world**, Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 14.

²⁷⁵ EKHOLM; FRIEDMAN, "Capital" Imperialism and Exploitation in Ancient World Systems, p. 14.

²⁷⁶ WOOD, **O Império do Capital**, p. 23.

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 17.

política e da economia, com a transferência de muitas funções sociais de regulação do campo do Estado ou da comunidade para o do mercado. Isto afeta diretamente as relações de submissão num império, possibilitando a dominação imperialista através da manipulação das forças de mercado, como, por exemplo, o uso das dívidas.

De qualquer maneira, a autora deixa claro que, ao contrário do que muitos analistas do mundo atual expressam, o imperialismo capitalista é dependente da ação Estatal, submetendo as questões políticas aos imperativos do poder econômico e tornando o Estado uma ferramenta de expansão das “leis de mercado”.

Em seu esforço de compreensão do capitalismo, Ellen Wood efetivou, como poucos, um trajeto de pesquisa que promoveu o seu estudo comparativo com diferentes contextos pré-capitalistas. No que se refere especificamente ao imperialismo, suas bases de comparação foram os impérios romano e chinês, que lhe pareciam diferir entre si.

Enquanto o império chinês seria formado por um Estado imperial gigantesco, preocupado em impedir a formação de aristocracias agrárias poderosas que pudessem enfraquecê-lo, o império romano seria marcado pela mobilização e criação de aristocracias agrárias poderosas que funcionavam como instrumento imperial, com um Estado central relativamente pequeno. O alicerce dessas diferenças estaria na constituição da cidade-Estado, que faria com que, em Roma, a terra e não um cargo estatal fosse a principal fonte de renda, ao passo que na realidade chinesa ocorreria o reverso. A lógica latina do enriquecimento por meio do acesso ao Estado dar-se-ia apenas na medida em que a estrutura estatal era o *locus* privilegiado para a conquista de novas terras.

Logo, se o império chinês teria buscado impedir o surgimento da propriedade privada, os romanos tê-la-iam consolidado. Pois, no primeiro exemplo, o imperialismo se dava através da expansão dos tributos estatais, enquanto no segundo a dinâmica central de exploração dar-se-ia pela exploração direta da propriedade privada²⁷⁸.

Qualquer tentativa de homogeneizar toda a diversidade da experiência humana de centenas de sociedades, cuja sua existência materializou-se em cerca de cinco milênios, na busca pelo acúmulo de capital, conforme fazem Gunder Frank, Ekholm, Friedman e muitos outros, redundaria na projeção do presente sobre o passado. Em sua crítica ao texto de Gunder Frank na *Current Anthropology*, o arqueólogo Chris Gosden sintetiza:

²⁷⁸ A discussão sobre os impérios da China e da Roma antigas está basicamente em *Ibid.*, p. 33–39.

Em resumo, sinto que a teoria aplicada e o método de que ela necessita são baseados por demais no presente, no qual a natureza do processo econômico e suas mudanças quantitativas são comparavelmente bem conhecidas e algumas das ligações entre as mudanças qualitativas e quantitativas podem ser especificadas (...). O uso da teoria dos sistemas-mundiais pode levar-nos a um caminho errado, produzindo argumentos sobre como as sociedades da Era do Bronze eram similares à do presente e nos tentando a usar metodologias que funcionam bem para as últimas centenas de anos, mas não funcionam para o período de cinco milênios atrás, com suas miríades de dados e análises quantitativas incertas²⁷⁹.

B. Os impérios e o imperialismo no Egito faraônico

Conforme visto na primeira seção deste capítulo, não havia qualquer palavra egípcia com o significado de “império” ou “imperialismo”. Estas são abstrações construídas a partir da percepção de sistemas que incluem grupos políticos distintos exercendo posições de força uns frente aos outros. A inexistência destas palavras não significa que os habitantes do Nilo antigo não tivessem qualquer percepção acerca de suas relações com outros povos ou das dinâmicas de força entre eles e os demais.

Em todo caso, o contexto da consolidação da Egíptologia e a ojeriza das ciências que buscavam estudar o passado das discussões teóricas levaram à aplicação descuidada do conceito de “império” à formação política faraônica. A escolha do termo francês *empire* ou do alemão *reich* para nomear os diferentes períodos de unificação política da história egípcia antiga permite que se pense que o Egito exerceu uma política imperialista desde sua unificação, ocorrida no final do período pré-dinástico.

Já na década de 1950, John Wilson, em seu famoso manual de história do Egito Antigo, demonstrou que o império (entendido como associado diretamente à prática imperialista) não era uma realidade contínua na história da “Terra Negra”. É verdade que o termo adotado para definir a cronologia faraônica na língua inglesa, “*kingdom*”, já era distinto. Mas Wilson definiu o início do Reino Novo (ou Novo Império) como o momento de uma mudança na perspectiva egípcia acerca de suas relações com outros povos. Se até então havia uma perspectiva isolacionista e pacífica, o quadro mudara com as invasões dos hicsos no Delta durante o II Período Intermediário. Tal fator teria causado um abalo inédito na ideia egípcia de segurança, criada por conta da realidade geográfica do Vale do Nilo – “cercado por fronteiras naturais” – e que, para o autor,

²⁷⁹ GOSDEN in FRANK *et al*, Bronze Age World System Cycles [and Comments and Reply], p. 410.

nunca havia sido confrontada diretamente. Desta maneira, a resposta egípcia para a insegurança decorrente da invasão seria uma expansão política sem precedentes²⁸⁰.

No passado, já aponte a ligação da tese de Wilson com o contexto de sua produção. O autor, no EUA pós-guerra, parece influenciado em demasia pelas discussões internas sobre a política internacional estadunidense, que opunham um momento isolacionista, voltado para o desenvolvimento interno, à outro de interferência do país em outras nações dentro do cenário da Guerra Fria²⁸¹.

No final da década de 1980, o português António Tavares trabalhou com uma perspectiva semelhante em uma crítica que partia justamente do uso comum da palavra “império” (também adotada na Egíptologia portuguesa) para se referir a períodos não imperiais:

...digamos que só no Império Novo, o Egito foi verdadeiramente um “império”. Nos períodos anteriores, esteve mais voltado para si mesmo do que para o exterior. (...) Mais do que imperialismo, expansão e conquista, fala-se nessas épocas de isolamento do Egito. (...) Durante o Império Médio, a situação não se alterou muito. O Egito tinha problemas internos e preocupou-se sobretudo com a paz dentro de seu território²⁸².

Um dos problemas de tomar como parâmetro os Estados-nacionais é que esta iniciativa, no caso das atividades imperiais do Egito, pode gerar distorções interpretativas. Tanto Wilson quanto Tavares tendem a considerar que o Egito estava voltado para si mesmo até princípios do Reino Novo porque pensam apenas em sua expansão para fora do Vale do Nilo, especialmente contra outros Estados (grandes ou pequenos) da Síria-Palestina. Este ponto de vista é gerado por uma perspectiva estadocêntrica e racista, e contribui para a sua reprodução.

Em primeiro lugar, uma perspectiva estadocêntrica é prejudicial para o entendimento das próprias relações internas à “Terra Negra”, uma vez que a expansão da relação social estatal é um processo histórico de longa duração e de extrema complexidade no território do Egito, como deverá ser possível perceber pelos outros capítulos desta tese.

²⁸⁰ WILSON, John A, **The burden of Egypt: an interpretation of ancient Egyptian culture**, Chicago: The University of Chicago Press, 1951, p. 167–174.

²⁸¹ FRIZZO, Fábio, **Baixa Núbia como Infra-Estrutura para a Construção da Potência Hegemônica Egípcia na XVIIIa Dinastia (1550-1323 a.C.)**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 51–52.

²⁸² TAVARES, António Augusto, **Impérios e propaganda na antiguidade**, Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 45.

Em segundo lugar, tomar o Estado como parâmetro faz com que as relações externas – e, portanto, o imperialismo – pareçam se dar somente com outros povos que já desenvolveram tanto um Estado material quanto um Estado político, ou seja, relações sociais estatais e um aparelho de governo institucionalizado.

No caso do Egito Antigo, a visão estadocêntrica das relações com outras sociedades se torna racista. Ao afirmar que até o Reino Novo o povo egípcio estava voltado para si mesmo, ignora-se o longo histórico de contatos – nem sempre pacíficos e horizontais – com as sociedades da Núbia. A associação dessas sociedades ao estereótipo de uma inferioridade negra torna esta interpretação claramente racista.

Stuart Smith afirma que a ideia de Wilson, de uma política pacifista no Reino Médio, não é condizente com a política, a ideologia e a prática egípcia em relação à Núbia na XII^a Dinastia²⁸³. William Adams prefere recuar ainda mais no tempo e afirma que as expedições de Harkhuf, nomarca que viveu em Assuã no Reino Antigo, às terras do sul seriam uma marcada expansão colonial egípcia²⁸⁴. Este nobre egípcio teria feito, segundo sua tumba, quatro expedições de troca e exploração a mando do faraó Merenrá I, da VI^a Dinastia²⁸⁵.

Sobre o objetivo das expedições de Harkhuf, não há consenso acerca da localidade e Iam. Sabe-se que está localizado ao sul do Egito, talvez no Deserto Oriental ou além da própria Núbia. A discussão permanece sem um ponto final na Egiptologia. Em 1958, Dixon chegou à conclusão de que o local provavelmente não estava ao sul do paralelo 22 Norte. O autor, todavia, declarava ser impossível chegar a uma conclusão mais precisa na época²⁸⁶.

David O'Connor, quase trinta anos depois, defendeu a hipótese de que Iam localizava-se acima da Alta Núbia, no sentido da corrente do Nilo, e que teria sido posteriormente dominado pelos poderes de Shaat e Kush²⁸⁷. Logo, haveria possibilidade de ser a localidade que mais tarde foi chamada pelos egípcios de Irem²⁸⁸.

²⁸³ SMITH, Stuart, **Askut in Nubia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millennium B.C.**, London: Kegan Paul Intl, 1995, p. 4.

²⁸⁴ ADAMS, William Y., The First Colonial Empire: Egypt in Nubia, 3200-1200 B.C., **Comparative Studies in Society and History**, v. 26, n. 1, p. 36–71, 1984, p. 43–44.

²⁸⁵ Sobre a biografia de Harkhuf e suas ligações com a constituição das relações estatais ver JOÃO, Maria Thereza, **Estado e elites locais no final do III milênio a.C.**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 163–169.

²⁸⁶ DIXON, D. M., The Land of Yam, **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 44, p. 40–55, 1958.

²⁸⁷ O'CONNOR, David, The Locations of Yam and Kush and Their Historical Implications, **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 23, p. 27–50, 1986.

²⁸⁸ O'CONNOR, David, The Location of Irem, **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 73, p. 99–136, 1987.

Julien Cooper afirma que o topônimo pode mesmo ter tomado o nome de Irem, ou desaparecido da documentação por falta de relevância posterior para os egípcios. Todavia, baseando-se no material arqueológico e nos estudos paleoclimáticos, a autora afirma que é mais provável que Iam estivesse localizada no Deserto Ocidental, próximo a Gebel Uweinat ou Ennedi, desacreditando o seu posicionamento no Nilo núbio²⁸⁹.

Independentemente das suas conexões durante o Reino Antigo, é praticamente consensual entre os estudiosos da relação egípcio-núbia o grande esforço faraônico de dominação da região ao sul da Primeira Catarata no Reino Médio. Mais de 10 fortalezas foram construídas em intervalos de aproximadamente 60 km, com o objetivo de controlar o acesso de núbios ao Egito, explorar recursos naturais e supervisionar o comércio com Kerma²⁹⁰.

O racismo das análises que atribuem ao Reino Novo o início da política imperialista faraônica não para na questão do estadocentrismo se levarmos em consideração que a sociedade de Kerma, durante o Reino Médio, já havia desenvolvido um Estado político. Kerma chegou ao seu auge no II Período Intermediário (ou Kerma Clássico), momento em que tomou territórios egípcios na Núbia²⁹¹.

Há, em todo caso, diferenças de complexidade entre o imperialismo exercido na Núbia durante o Reino Médio, e a expansão imperial do Reino Novo, que se constituiu em conjunto com um exército profissional e aprimorou os mecanismos de dominação a partir da experiência de contato contemporâneo com sociedades múltiplas e diversas.

O tradicionalismo de Egiptologia e sua dificuldade com elaborações mais teóricas fez com que muitas obras partissem de uma definição de imperialismo ou império adotada pelo senso comum. A despeito do excelente trabalho com as fontes e de uma vasta discussão bibliográfica sobre o imperialismo egípcio, José Galán dedica apenas os dois primeiros parágrafos de seu livro de quase 200 páginas à discussão conceitual, que se resume a definições do dicionário Webster²⁹².

Há, todavia, tentativas mais elaboradas de construção de modelos do imperialismo egípcio do Reino Novo. Ainda assim, ciente das inconsistências teóricas relativas ao assunto, Stuart Smith declarava, em 1995: “Embora muitas observações

²⁸⁹ COOPER, Julien, Reconsidering the Location of Yam, **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 48, p. 1–22, 2012.

²⁹⁰ FLAMMINI, Roxana, Ancient Core-Periphery Interactions: Lower Nubia During Middle Kingdom Egypt (CA. 2050-1640 B.C.), **Journal of World-Systems Research**, v. XIV, n. 1, p. 50–74, 2008, p. 54.

²⁹¹ BONNET, Charles, Kerma, *in*: REDFORD, Donald B (Org.), **The Oxford encyclopedia of ancient Egypt**, Oxford; New York: Oxford University Press, 2001, v. II.

²⁹² GALÁN, José M, **Victory and border: terminology related to Egyptian imperialism in the XVIIIth dynasty**, Hildesheim: Gerstenberg, 1995, p. 1.

importantes e úteis tenham sido feitas por egiptólogos, nenhum sistema fornece uma explicação adequada para as mudanças no imperialismo egípcio. Nós devemos procurar fora da Egiptologia por um modelo para o imperialismo egípcio”²⁹³.

Muita discussão teórica foi incorporada nas análises do imperialismo egípcio a partir da década de 1970, através dos contatos da Egiptologia com outras ciências – como a Antropologia e a Arqueologia – mais influenciadas pelas perspectivas, por exemplo, da teoria do sistema-mundo. Tais contatos interdisciplinares e com pesquisadores de outras sociedades (contemporâneas ou que apresentam traços similares) foram fundamentais para a construção de uma visão mais holística do processo de dominação imperial faraônico.

Thomas Scheider discute a necessidade de uma visão mais holística do Egito a partir da construção do conceito de “Egito estrangeiro”. Partindo da categoria de “apropriação cultural”, o autor afirma a necessidade de combater as leituras tradicionais que defendem o isolamento egípcio, caracterizando-o por uma espécie de cultura homogênea, para elaborar o quadro de uma civilização que promovia o contato cultural como um estímulo ao seu próprio desenvolvimento, a partir da permeabilidade frente à influência externa. Somente uma visão de conjunto sobre o sistema – como, aliás, apontam os teóricos do sistema-mundo – permite a compreensão da realidade egípcia, mostrando o quanto o Egito – e seu processo imperial – mudou no tempo por meio de uma reconfiguração contínua causada pela inovação que, em nível considerável, é proveniente do contato com o exterior²⁹⁴.

Em 2002, Carolyn Higginbotham publicou um artigo em homenagem a William Albright, ressaltando-o como modelo de pesquisador justamente em razão de seus interesses diversos de pesquisa e de sua capacidade de construir um quadro mais complexo da realidade histórica a partir da análise das interconexões entre diferentes sociedades do Antigo Oriente Próximo. Neste mesmo texto, Higginbotham afirma que o imperialismo egípcio seria um tema quente na pesquisa histórica atual, mas que por muitos anos teria operado com um modelo de imperialismo muito vago e monolítico, criando um cenário homogêneo baseado nas experiências da Roma Antiga e da Grã-Bretanha oitocentista. Desta maneira, a autora conclui que um elemento importante no

²⁹³ SMITH, Askut in *Nubia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millennium B.C.*, p. 7.

²⁹⁴ SCHNEIDER, Thomas, *Foreign Egypt: Egyptology and the Concept of Cultural Appropriation, Ägypten und Levante / Egypt and the Levant*, v. 13, p. 155–161, 2003.

estudo da experiência imperial faraônica seria a crítica de nossas premissas sobre a natureza dos impérios em geral e do egípcio, em particular²⁹⁵.

Este direcionamento é fundamental e deve ser visto como complementar a importantes análises arqueológicas e textuais do Egito do Reino Novo. Para além do atento trabalho filológico que fez Galán ao definir as expressões usadas pelos egípcios para lidar com o processo de expansão imperial²⁹⁶, a discussão dos modelos utilizados para interpretar e interligar os diferentes dados na construção de uma representação histórica deve ser feita a partir da crítica das premissas do presente acerca das experiências imperiais na história. Em outras palavras, para além de entender as formas egípcias de se referir ao imperialismo, deve-se também ter uma reflexão crítica sobre o que entendemos hoje por “imperialismo”.

A partir das diferenças apontadas na seção anterior entre a expansão imperial capitalista e pré-capitalista, Ellen Wood estudou os modelos de imperialismo antigo. Tomando como base as experiências romana e chinesa, identificou o Egito do Reino Novo com o modelo chinês de um império burocrático com um Estado enorme e um controle centralizado da coerção extra-econômica, exercida através, basicamente, da tributação imposta pelo aparelho estatal sobre os produtores diretos²⁹⁷.

Wood pecou por falta de conhecimentos mais aprofundados acerca dos processos imperialistas ocorridos no que a Europa convencionou chamar de “oriente” e associou ao “despotismo oriental”. Ou seja, apesar de correta em seu argumento sobre a especificidade do Império Romano e o uso da propriedade privada como estratégia imperial, há mais similaridades entre o imperialismo egípcio do Reino Novo e o latino do que a autora admite.

A própria constituição interna do Estado político egípcio teve por base a incorporação de elites locais, o que torna a relação entre o cargo de funcionário do aparelho de Estado e o *status* de possuidor de terras mais dialética do que aparenta inicialmente. A própria Ellen Wood afirmou, como visto, que os romanos buscavam cargos públicos visando à obtenção de terras. Da mesma maneira, as elites egípcias e estrangeiras perseguiram os “favores” faraônicos ligados à administração de terras templárias ou funerárias, por exemplo.

²⁹⁵ HIGGINBOTHAM, *Traveling the Ways of Horus*.

²⁹⁶ GALÁN, **Victory and border**.

²⁹⁷ A identificação com o Egito do Reino Novo está localizada especificamente em WOOD, **O Império do Capital**, p. 34.

Sobre a forma de administração dos territórios submetidos, Wood lembra que Roma sobrepunha sua estrutura às estruturas locais bem desenvolvidas e que, no Norte da África, isso significava que os camponeses continuavam trabalhando para seus senhores e para o Estado. Segundo a autora,

de modo geral, antes do imperialismo europeu, a ampliação do alcance da dominação imperial significou, acima de tudo, a extensão das apropriações diretas pelo Estado. Assim, como Estados e classes dominantes obtinham grandes riquezas dos impostos, também a dominação imperial estendeu esse modelo de apropriação por meio da tributação²⁹⁸.

Ora, veremos que a estratégia egípcia de governo de diversos territórios submetidos implicava, sempre que possível, em sobrepor-se às estruturas locais bem desenvolvidas com o intuito de promover a apropriação por meio da tributação. Se em Roma isto gerava a necessidade de um exército forte e centralizado para manter a hegemonia sobre os aristocratas locais, a experiência faraônica do Reino Novo é marcada exatamente pelo surgimento de um exército profissional e por seu fortalecimento no interior da sociedade, para não falar da alocação de guarnições em diferentes regiões periféricas submetidas.

Por fim, a fragmentação do território imperial, constituído sobre as estruturas locais, fez com que tanto Roma quanto o Egito valorizassem ideologias universalistas. No caso do Oriente Próximo da Era do Bronze, o tema foi muito bem abordado por Mario Liverani. Segundo o autor, o isolamento resultante das condições geográficas no Vale do Nilo e as experiências históricas egípcias teriam mantido viva uma percepção “nuclear” ou “centralista” das relações territoriais, que só se modificaria com a intensificação dos contatos com o mundo exterior, no II Período Intermediário²⁹⁹. Liverani afirma que:

Numa visão de mundo baseada na diferenciação qualitativa e em um desequilíbrio de nível entre o centro e a periferia, a única solução política “correta” é o império universal, um império universal que, implicitamente, existe desde os inícios: o país central mantém uma relação privilegiada com o deus ou os deuses criadores e organizadores e é a sede do único rei que serve de vínculo entre os deuses e os homens (...). Todo o mundo deve se submeter à autoridade política do soberano central, não há espaço para poderes rivais nem para um poder compartilhado³⁰⁰.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 37.

²⁹⁹ LIVERANI, Mario, **Relaciones internacionales en el Próximo Oriente Antiguo, 1600-1100 A.C.**, [Barcelona]: Edicions Bellaterra, 2003, p. 43–79.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 54.

No período do Reino Novo, está claro que a elite egípcia se via como centro de um império, reconhecendo o caráter faraônico de herdeiro do deus demiurgo. O maior contato com povos estrangeiros levou à incorporação destes como súditos dos deuses egípcios, responsáveis por suas existências.

Os discursos que buscaram construir a figura de Aton como deus universal durante a Reforma de Amarna mostram claramente que havia a preocupação em posicionar a divindade não só como criadora do universo, mas também como organizadora de um sistema que colocava cada sujeito em seu devido lugar. No *Grande Hino a Aton* figura a seguinte declaração:

Criaste a terra segundo teu desejo quando estavas só:
todos os homens, rebanhos e manadas,
tudo o que no solo caminha,
tudo o que no céu voa,
as terras da Síria e da Núbia, bem como o Egito.
Puseste cada homem no seu lugar
E lhes deste o seu sustento.
Cada um tem seu alimento
e contados os seus dias.
Suas línguas falam diversamente,
Como é diversa sua aparência.
Sua pele é diferente,
pois diferenciaste os estrangeiros³⁰¹.

Esta representação do que Liverani chamou de ideologia centralista estava direcionada à população egípcia, voltada para seu controle pelo rei que encarnava a classe dominante e o Estado político. Sob tal perspectiva, a expansão imperialista seria uma obrigação faraônica. Por isto que Galán, em seu estudo, associa o imperialismo à expressão egípcia *swsh tš*, “*estender fronteiras*”, que era utilizada nos relatos das campanhas militares no exterior. Assim, a definição de fronteira (*tš*) dos egípcios incluiria a “Terra Negra” propriamente (*kmt*), as terras estrangeiras que os faraós alcançassem nas expedições e aquelas sob o domínio de chefes que estabeleciam relações com o Egito – lembrando que essas relações implicavam em submissão econômica marcada pela transferência de bens³⁰².

Desta maneira, boa parte das fontes para o estudo das relações imperialistas no Egito Antigo é constituída pelo que Liverani chama de “instrumentos de propaganda”, destinados a materializar o êxito faraônico sobre as populações estrangeiras³⁰³,

³⁰¹ ARAÚJO (Org.), *Escritos para a Eternidade: a Literatura no Egito Faraônico.*, p. 335.

³⁰² GALÁN, *Victory and border*, p. 9.

³⁰³ LIVERANI, *Relaciones internacionales en el Próximo Oriente Antiguo, 1600-1100 A.C.*, p. 54.

incluindo textos e imagens que representam descrições de batalhas vencidas pelos exércitos egípcios, recepção de tributos, listas de topônimos submetidos, entre outros.

Pelo menos no âmbito interno à “Terra Negra”, muitas das fontes têm caráter monumental e sagrado, o que faz com que Kemp afirme ser errado caracterizá-las como propagandas³⁰⁴. Os faraós ordenavam que os relatos de suas vitórias, dos butins capturados e dos tributos recolhidos fossem gravados nos templos e nas tumbas.

A principal forma de um egípcio(a) ordinário(a) conhecer o estrangeiro era através das grandes representações do faraó submetendo seus inimigos, gravadas nas paredes externas dos pilonos de grandes templos. Muito além de simples relatos históricos, as cenas de massacre de estrangeiros eram fórmulas mágicas de proteção contra o caos e de manutenção do mundo organizado. Representar a submissão era agir em seu favor, o que fica claro se observarmos o fato de que as imagens passavam pelo ritual de abertura da boca, destinado a animar ou dar vida a elementos inanimados. A escolha das paredes externas dos pilonos servia tanto à propaganda quanto à lógica sagrada de que um templo era uma representação do cosmo organizado e, portanto, separado do caos por suas muralhas.

Este caráter, que parece dual em nossa atual perspectiva, incorporando um relato histórico e uma ação mágico-religiosa, faz com que muitas das fontes sobre o imperialismo possam ser enquadradas, por nossos olhos contemporâneos, como históricas ou teológicas.

Em seu trabalho sobre os textos militares do Reino Novo, Anthony Spalinger delineou suas estruturas literárias e formuláicas, mostrando justamente que havia outros fatores e intenções nas representações bélicas. Em outras palavras, a natureza de tais escritos não era a objetividade histórica. Todavia, o autor é enfático em afirmar que tanto o aspecto religioso quanto o uso de fórmulas não invalida certa veracidade dos relatos³⁰⁵.

As composições militares refletiam, como não poderia deixar de ser, a visão de mundo egípcia, mostrando uma sequência de quebra e retorno à ordem por meio da ação guerreira. Spalinger, entretanto, ressalta que, após o estabelecimento do império, tal visão de mundo não foi capaz de se manter em face dos contatos com o mundo

³⁰⁴ KEMP, *Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC)*, p. 8.

³⁰⁵ SPALINGER, Anthony John, *Aspects of the military documents of the ancient Egyptians*, New Haven: Yale University Press, 1982, p. 237–241.

estrangeiro e sua incorporação efetiva ao império faraônico³⁰⁶. Liverani concorda com esta posição, apontando o período entre Kamés e Ramsés II como momento de resistência da ideologia centralista à instalação de uma perspectiva pluralista segundo a qual o Egito seria apenas uma entre as diferentes sociedades no universo³⁰⁷.

Há também uma série de fontes classificadas como “privadas” por estarem em tumbas de funcionários da burocracia imperial ou militares das forças faraônicas. Esta documentação também guarda suas peculiaridades, uma vez que, muitas vezes, compõem uma espécie de *cursus honorum* do indivíduo, que busca, em suas representações funerárias, mostrar-se como alguém valoroso em sua “autobiografia”³⁰⁸.

Completam as fontes egípcias sobre as relações imperiais e as ligações com o exterior um grupo de elaborações ficcionais que Emanuel Araújo classificou como “Literatura Aventuresca”³⁰⁹. Segundo o autor, esta forma literária caracterizar-se-ia pela narrativa das ações de um personagem em terras estrangeiras, superando dificuldades. Entre tais textos, há o relato da tomada da cidade de Jaffa (ou Joppa) na Síria-Palestina por tropas faraônicas durante o reinado de Thutmés III³¹⁰.

O *corpus* documental voltado às relações imperiais é complementado por fontes externas, nas quais as relações apresentadas são guiadas muito mais pelo pragmatismo do que pela ideologia. A correspondência diplomática e os tratados entre os governantes do Antigo Oriente Próximo mostram uma perspectiva muito mais complexa do que a ideologia centralista adotada frente à população da “Terra Negra”, deixando entrever as dinâmicas horizontais e verticais estabelecidas entre os poderes atuantes naquele cenário.

As informações sobre o imperialismo egípcio retiradas de documentos textuais são complementadas pelos dados fundamentais levantados pela Arqueologia. Em razão das características das fontes escritas, muitas vezes os principais vestígios para a compreensão das políticas imperiais faraônicas decorrem da cultura material. De cidades inteiras construídas no exterior até pequenos pedaços de cerâmica, os

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 240.

³⁰⁷ LIVERANI, **Relaciones internacionales en el Próximo Oriente Antiguo, 1600-1100 A.C.**, p. 72.

³⁰⁸ Arrais defende que a característica central das biografias egípcias era o entendimento de que a lógica da vida não se centrava nos indivíduos, mas tinha como referencial central o Estado. ARRAIS, Nely, **Os Feitos Militares nas Biografias do Reino Novo: Ideologia Militarista e Identidade Social sob a XVIIIa Dinastia do Egito Antigo (1550-1295 a.C.)**, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 81.

³⁰⁹ ARAÚJO (Org.), **Escritos para a Eternidade: a Literatura no Egito Faraônico.**, p. 53–54.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 120–124.

levantamentos arqueológicos figuram na ponta de lança das discussões sobre a presença egípcia e suas formas de ação no exterior.

Por fim, há o consenso na Egptologia de que as ações imperialistas do Egito diferiam dependendo do seu alvo. Logo, as formas de dominação e extração usadas para a Síria-Palestina não eram as mesmas que as aplicadas em Kush, assim como ambas diferiam das estratégias adotadas para com os povos líbios.

Desde o início de sua expansão imperialista, o Egito teve que lidar com dois *fronts* de batalha, um no sul e outro no norte. Após cerca de quatro séculos desenvolvendo mecanismos para controlar e explorar o Levante e a Núbia, os egípcios tiveram que lidar com novos atores no cenário imperial num terceiro *front* a partir dos conflitos com os Líbios e os Povos do Mar. Embora tenha resistido melhor do que outros grandes reinos do Antigo Oriente Próximo, a “Terra Negra” sofreu o impacto do colapso dos sistemas da Era do Bronze, que prenunciou a derrocada de seu império.

Capítulo III. O Egito e a África: as relações meridionais do império faraônico

*Essa lembrança de mar e morte
nos dói no enredo das correntes,
faz da África um nó na gente
que diz fundo para ser contado.
Ninguém prende a memória,
ninguém engana o tempo.
Futuro se faz com a história
e História com o povo dentro.*

Éle Semog, “O Aprendiz de Griot” em **Tudo que está solto. (2010)**

Embora pareça uma constatação óbvia decorrente de uma simples observação cartográfica, o fato de que a civilização egípcia é africana não é, muitas vezes, levado em consideração. Esta distorção tem suas raízes acadêmicas no mesmo cenário neocolonial europeu criador de outras generalizações racistas, que entrecruzavam a linha imperialista de conquista civilizacional. Se este contexto afetou as interpretações políticas da sociedade faraônica ao lhe atribuir a ideia extemporânea de império, seu efeito nas perspectivas da africanidade³¹¹ egípcia foi devastador.

A própria inserção, ainda hegemônica, do Egito faraônico dentre as civilizações do Antigo Oriente Próximo tem um significado racista implícito. David O'Connor e Andrew Reid, em capítulo introdutório de um importante livro recente dedicado à valorização da africanidade egípcia, afirmaram que os europeus definiram o Egito como parte da Ásia para afastá-lo da África³¹². Tal posição é fácil de compreender se considerarmos a grandiosidade das obras e demais legados da civilização egípcia, de forma que ela é normalmente colocada como uma das bases da civilização atual – muito em virtude de ser um dos primeiros locais de aparecimento da escrita – em conjunto com a Mesopotâmia, a Grécia e a Roma antigas. Numa perspectiva racista, não se pode associar esta contribuição à humanidade como uma herança africana.

³¹¹ O próprio conceito de “africanidade” é algo que deve ser trabalhado com cautela para que não se caia em um essencialismo homogeneizador das múltiplas e distintas experiências humanas levadas a cargo naquele continente. Cabe ressaltar que o uso de uma categoria como esta é uma importante ferramenta atual para tentar superar a dissociação historicamente construída entre o Antigo Egito e outras culturas africanas. Somente após o estudo aprofundado das “comunalidades” entre as mais distintas sociedades daquele continente é que será possível pensar cientificamente em uma matriz única africana, se ela realmente existir.

³¹² O'CONNOR, David; REID, Andrew, Introduction. Locating Ancient Egypt in Africa: Modern Theories, Past Realities, in: O'CONNOR, David B; REID, Andrew (Orgs.), **Ancient Egypt in Africa**, Walnut Creek: Left Coast Press, 2007, p. 19.

Outro elemento que contribuiu para a associação do Egito faraônico à Ásia foi a presença de relatos sobre esta civilização na *Bíblia*. Com isto, a “Terra Negra” constituiria parte da tradição ocidental judaico-cristã. Os pregadores cristãos também contribuíram para o afastamento do Egito em relação à África, numa espécie de construção ideológica que já havia auxiliado na manutenção da escravidão.

Mesmo grandes críticos da sociedade do século XIX, como Karl Marx, contribuíram para esta visão eurocêntrica, que coloca o Egito e sua história gravitando numa órbita de contribuições à civilização ocidental, conforme as catalogações orientalistas dos acadêmicos dos oitocentos. Desta maneira, a partir das fontes de que dispunha, Marx e outros foram taxativos ao associar o modelo do despotismo oriental, construído a partir das experiências otomana, chinesa ou mesmo indiana ao passado faraônico (que, no jargão conceitual marxiano, faz parte do Modo de Produção Asiático ou das “formas asiáticas”).

A localização do Egito no espectro das sociedades “orientais” é favorecido pelo fato de que fosse, no século XIX, um país majoritariamente muçulmano. Edward Said demonstra que a perspectiva de classificação acadêmica orientalista toma forma em associação ao islamismo, em especial a partir da construção do Canal de Suez pela companhia de Ferdinand de Lesseps, basicamente na década de 1860. O Egito, portanto, sempre figurou como um elemento importante para a construção desse imaginário orientalista, que tem sua configuração moderna representada pelo marco da *Description de l'Égypte*, publicada nos primeiros trinta anos dos oitocentos a partir do trabalho de um coletivo de especialistas europeus comissionados por Napoleão³¹³.

Parte da Egiptologia já estava atenta aos preconceitos decorrentes desta dissociação egípcio-africana desde meados do século XX, após passar o período anterior hegemonizada pela perspectiva de um Egito simplesmente oriental. Em 1958, num periódico patrocinado pelo governo sudanês e dedicado ao estudo de sua história, Ernest Zyhlarz reconheceu o preconceito da Arqueologia egípcia em relação ao Sudão, sempre retratado com menor importância³¹⁴. Mais de trinta anos depois, Robert Morkot

³¹³ SAID, **Orientalismo**.

³¹⁴ ZYHLARZ, Ernest, The Countries of the Ethiopian Empire of Kash (Kush) and Egyptian Old Ethiopia in the New Kingdom, **Kush**, v. VI, p. 7–38, 1958.

continuava a perceber que a análise das relações egípcio-núbias permanecia reproduzindo os mesmos juízos preconceituosos do século XIX³¹⁵.

A tradição egípcocêntrica, como a intitula Van Pelt³¹⁶, dos estudos das civilizações antigas do Nordeste da África, fez com que mesmo os especialistas nas sociedades kushitas, segundo Morkot, tenham se concentrado excessivamente nos estudos das fases indígenas, legando aos egiptólogos a análise das relações de dominação imperialista do Reino Novo³¹⁷.

O movimento de lutas pela independência, no bojo da descolonização da África e da Ásia após a Segunda Guerra Mundial, trouxe novos ares aos estudos das sociedades africanas, com contribuições valiosas de acadêmicos africanos. A lógica política do pan-africanismo contribuiu para a construção, a partir da década de 1960, de uma perspectiva acadêmica afrocêntrica, que é assim definida por O'Connor e Reid: “Afrocentrismo é uma abordagem que se posiciona explicitamente para reparar as imagens negativas que foram frequentemente desenvolvidas sobre os africanos, e para promover construções positivas sobre a herança africana³¹⁸.”

Um dos mais conhecidos representantes desta perspectiva foi o senegalês Cheikh Anta Diop. Sua principal contribuição no campo da Egiptologia se deu nos debates sobre a composição étnico-cultural dos antigos egípcios, localizando-os não apenas como africanos, mas como etnicamente negros.

Em contribuição aos estudos de história e cultura africanas, a UNESCO se engajou no processo de produção e publicação da monumental *História Geral da África*³¹⁹, que contou com a organização de simpósios temáticos, como o ocorrido em 1974, no Cairo, sob o título de *O povoamento do Egito Antigo e a Decifração da Escrita Meroíta*, publicado quatro anos depois³²⁰. Participaram do evento inúmeros acadêmicos africanos, além dos principais responsáveis internacionais pelas escavações

³¹⁵ MORKOT, Robert, Nubia in New Kingdom: The Limits of Egyptian Control., in: DAVIES, W. V (Org.), **Egypt and Africa: Nubia from prehistory to Islam**, London: British Museum Press in association with the Egypt Exploration Society, 1991, p. 294.

³¹⁶ VAN PELT, W. Paul, Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia: From Egyptianization to Cultural Entanglement, **Cambridge Archaeological Journal**, v. 23, n. 03, p. 523–550, 2013.

³¹⁷ MORKOT, Robert, Egypt and Nubia, in: ALCOCK, Susan E. et al (Orgs.), **Empires: Perspectives from Archaeology and History**, Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 228.

³¹⁸ O'CONNOR; REID, Introduction. Locating Ancient Egypt in Africa: Modern Theories, Past Realities, p. 22.

³¹⁹ KI-ZERBO, J; MOKHTAR, G; NIANE, D. T (Orgs.), **História Geral da África**, Brasília: Unesco, 2010.

³²⁰ UNESCO (Org.), **The peopling of ancient Egypt and the deciphering of Meroitic script: proceedings of the symposium held in Cairo from 28 January to 3 February 1974.**, Paris: Unesco, 1978.

na Núbia promovidas pela própria UNESCO, como Labib Habachi, Jean Vercoutter e Torgny Säve-Soderbergh.

Um dos consensos entre os participantes do simpósio foi a afirmação da africanidade da civilização egípcia, que teria se constituído a partir da miscigenação de distintos povos. Entre os defensores de posições mais radicais estava o então Ministro das Relações Exteriores do Congo, Prof. Théophile Obenga, que buscou comprovar a ligação da língua egípcia antiga com os idiomas africanos modernos. Embora não tenha realizado uma apresentação formal, Diop participou ativamente do evento e dos debates, assumindo posição próxima à de Obenga. Segundo os relatores, Diop sustentou a comprovação antropológica de que a população do Egito era negra desde o período pré-dinástico, contrariando as teorias que defendiam uma migração posterior de povos negros para o Vale do Nilo³²¹.

Posteriormente, em seu texto para o volume da *História Geral da África*, Diop voltou a afirmar sua posição:

O fundamental em todas essas conclusões é que, a despeito das discrepâncias que apresentam, o seu grau de convergência prova que a base da população egípcia no período pré-dinástico era negra. Assim, todas elas são incompatíveis com a teoria de que o elemento negro se infiltrou no Egito em período tardio. Pelo contrario, os fatos provam que o elemento negro era preponderante do principio ao fim da historia egípcia, particularmente se observarmos, uma vez mais, que “mediterrânico” não é sinônimo de “branco”; estaria mais próximo da “raça morena ou mediterrânica” de Elliot-Smith. “Elliot-Smith classifica esses proto-egípcios como um ramo do que ele chama raça morena, que corresponde a ‘raça mediterrânica ou euro-africana’ de Sergi” (p. 418). O termo “moreno” neste contexto refere-se a cor da pele e é simplesmente um eufemismo de negro³²².

O posicionamento de Diop é diametralmente oposto e confronta as muitas décadas de estudos que buscaram dissociar o Antigo Egito da África e embranquecer sua população a partir de interpretações racistas. Embora fosse justificável politicamente na época, é necessário hoje ter mais calma em relação a declarações taxativas como as do autor senegalês. Ciro Cardoso fez, na década de 1990, uma boa síntese:

Ambas as posições polares [egípcios brancos ou egípcios negros] são inaceitáveis, antes de tudo por se apegarem à noção inútil e perniciosa de raça (mesmo quando a chamem por outros nomes às vezes). (...) Em suma,

³²¹ *Ibid.*, p. 76.

³²² DIOP, Cheikh, Origem dos Antigos Egípcios, in: MOKHTAR, G (Org.), **História Geral da África.**, Brasília: Unesco, 2010, v. II África Antiga, p. 4.

os egípcios antigos resultariam de uma mescla de pessoas de pele escura que desceram o vale do Nilo com outras de pele mais clara que vieram do Saara, da Ásia Ocidental e talvez de restos de populações pré-históricas da bacia do Mediterrâneo³²³.

Cardoso afirmou corretamente que uma noção “biologizante” de raça é perniciosa. Todavia, há estudos interessantes na área da interseccionalidade (ou consubstancialidade) raça-gênero-classe que apontam para um conceito sócio-histórico de raça. Em seu estudo sobre as empregadas domésticas francesas no contexto neoliberal, Jules Falquet defende a importância do conceito de raça com um caráter “eminente social, artificial e compósito, (...) [reagrupando] as relações de poder relacionadas à ‘cor’ e à etnicidade, mas também à nacionalidade e ao status legal”³²⁴. Desta maneira, a racialização das relações sociais serve como uma importante ferramenta de análise para as sociedades que trabalham com desequilíbrios de poder relacionados à etnicidade e ao fenótipo.

No Brasil, Fábio Vieira desenvolve uma linha de pensamento crítico sobre as relações entre a Egiptologia e a questão racial, apontando um caminho muito interessante para os estudos egiptológicos no contexto de um país com um passado recente de escravização de africanos e uma herança viva de racismo. Segundo Vieira, nos debates raciais sobre o Egito Antigo:

Se para um lado havia um Egito embranquecido e inclinado a desligar-se do continente africano, para outro a civilização faraônica não somente pertencia à África como também à raça que a homogeneizava junto às outras sociedades africanas. Nesse sentido, as interações e relações sociais dos egípcios antigos juntos a outros povos com quem dividiam o continente africano ora se invisibilizam, ora veem-se por meio da uniformidade racial, desconsiderando as experiências contrastantes vividas entre o Egito e seus vizinhos, também africanos³²⁵.

A resposta do autor a esta dicotomia é a expressão de uma “voz dissonante”, um caminho que incorpore os avanços das duas posições sob a base de uma interpretação calcada na atualidade da questão racial e na valorização das experiências subalternas.

A discussão acerca da etnicidade e do fenótipo adequa-se ao objeto da composição sócio-étnico-histórica do povo egípcio em contato com outros povos

³²³ CARDOSO, Ciro Flamarion, **Sete olhares sobre a antiguidade**, Brasília: Editora UnB, 1994, p. 30–31.

³²⁴ FALQUET, Jules, Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal, **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1/2, p. 121–142, 2008, p. 123, nota 4.

³²⁵ VIEIRA, Fábio; MALATOVA, Cláudia, Racialização e Vozes Dissonantes na Historiografia sobre Egito Antigo, **Revista Mundo Antigo**, v. 2, n. 4, p. 139–166, 2013, p. 160.

africanos. Mesmo que a definição dos egípcios como negros seja complexa e dotada de inúmeros aspectos sócio-políticos referentes às sociedades que a utilizam, tanto a autopercepção da civilização faraônica quanto sua percepção em relação aos seus vizinhos são elementos fundamentais.

Donald Redford afirma que o preconceito com outros povos – que ele chama de “xenofobia espontânea” – era uma característica marcante dos egípcios antigos, em virtude de sua classificação dos estrangeiros, no imaginário cosmogônico propagado pela elite, como elementos do caos³²⁶. Isto, segundo o autor, se expressava frente à percepção da diferença fenotípica. Mesmo que não haja indícios – fora da ideologia oficial – para crer que houvesse preconceito social contra aqueles de pele mais escura³²⁷, sabe-se perfeitamente, por meio das representações iconográficas, que os egípcios usavam a pigmentação da pele apenas como uma entre diversas outras características que diferenciavam os povos vizinhos.

A cena mais tradicional para retratar as representações egípcias dos povos, que os egiptólogos descuidadamente costumam chamar de “raças”, constituintes do seu universo é uma iconografia do *Livro dos Portais* de Sety I, presente na Câmara F de sua tumba no Vale dos Reis (KV 17) (FIGURA 14).

No registro inferior da figura aparece o deus Hórus seguido dos quatro povos que compunham a humanidade. Da direita para a esquerda, primeiro aparecem quatro egípcios, coloridos com um marrom mais avermelhado. Em seguida, aparecendo nos dois registros, quatro asiáticos, com uma pigmentação marrom mais amarelada. No centro do registro superior, quatro núbios de cor negra e, por fim, à direita, quatro líbios com um tom de pele mais amarelado. Além das cores, há outras características que identificam cada uma das etnias, como os estilos de cabelo, vestimentas e adornos. Desta forma, a atribuição da diferenciação com base apenas no pigmento epidérmico é mais uma transposição de uma realidade extemporânea, construída a partir dos séculos de experiências racistas que moldaram nossa realidade atual, do que algo que fosse fundamental na lógica dos antigos egípcios. Um indício claro disto é que a coloração usada para representar o próprio povo do Egito é variante, assumindo, muitas vezes, tons mais escuros que o tradicional marrom avermelhado.

³²⁶ REDFORD, Donald B, **From slave to pharaoh: the black experience of ancient Egypt**, Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 2004, p. 175.

³²⁷ SMITH, **Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire**, p. 22.

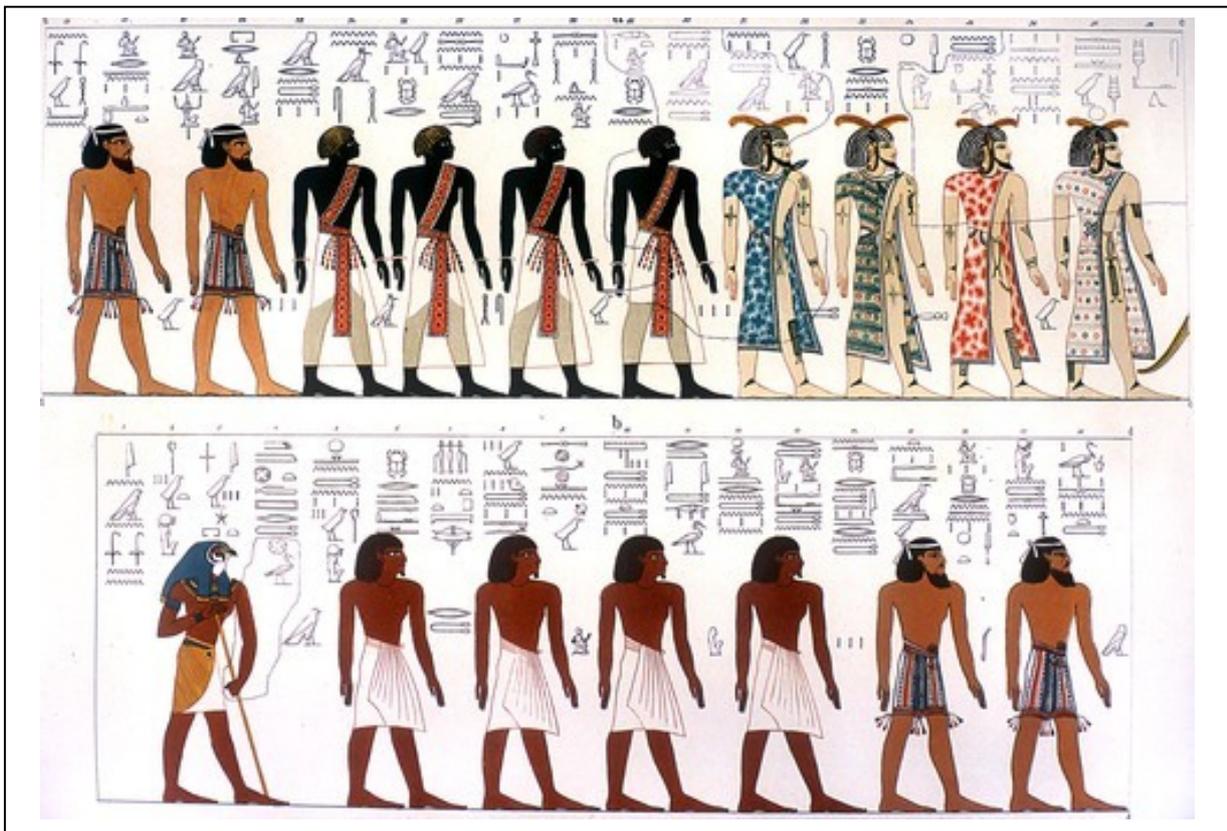


Figura 14 - Fragmento do Livro dos Portais de Sety I mostrando os quatro povos constituíntes do mundo. Disponível em: [Http://www.thebanmappingproject.com/sites/browse_kvimages_365_20.html](http://www.thebanmappingproject.com/sites/browse_kvimages_365_20.html)

A partir destas iconografias tradicionais da tumba de Sety I, Stuart Smith elaborou um mapa posicionando cada uma das etnias nas regiões em que habitavam.

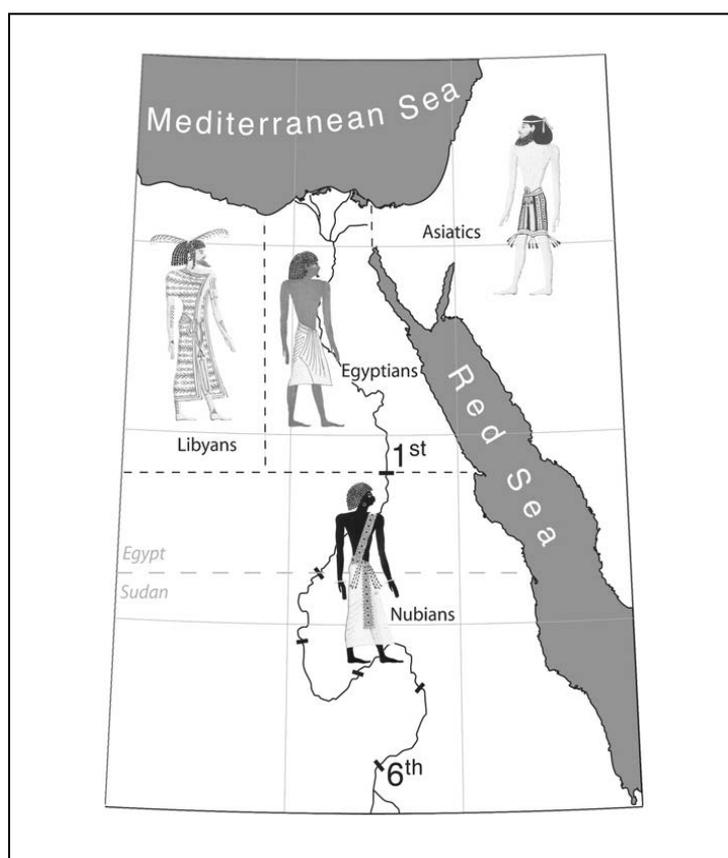


Figura 15 - Mapa mostrando as regiões ocupadas pelos povos registrados na tumba de Sety I ³²⁸.

O'Connor e Reid apontam que a ocupação do Baixo Nilo (Egito e Baixa Núbia) e do sudoeste do Sudão se deu por volta do V Milênio a.C., quando as culturas neolíticas pastoris Badarian, do Médio Egito, e Khartoum neolítica, do Sudão central, eram muito similares. Seria, portanto, possível prever que estas comunidades se estenderiam por todo o Vale do Nilo na região, tornando-a espaço potencial para o desenvolvimento das relações sociais estatais – o que acabou ocorrendo com o Egito no período pré-dinástico. Segundo os autores, esse “modelo africano de evolução social” se encaixa melhor nos testemunhos egípcios do que as abstrações construídas a partir das experiências sociais percebidas com os registros arqueológicos do sudoeste da Ásia ³²⁹.

Seguindo a lógica de um modelo comum de desenvolvimento social, O'Connor e Reid destacam as “comunalidades” entre o Egito e outras culturas africanas, sugerindo uma origem africana para importantes aspectos da civilização faraônica, como a ligação do rei com a terra habitada e uma concepção cosmogônica de ordem. Isto ajuda a

³²⁸ *Ibid.*, p. 23.

³²⁹ O'CONNOR; REID, Introduction. Locating Ancient Egypt in Africa: Modern Theories, Past Realities, p. 33.

entender a ideia egípcia de monarquia como parte de um substrato africano, distinto em vários pontos do modelo do Antigo Oriente Próximo. Em suma, os autores afirmam: “Talvez o fato de as comunalidades existirem sugira que, por causa do grande espaço de tempo e de diferença de organização, essas comunalidades devam resultar de processos inerentemente africanos³³⁰.”

A constatação dessas “comunalidades” torna ainda mais importante o estudo das relações da civilização egípcia com outras sociedades africanas. Durante o período imperial, o Egito estabeleceu importantes relações diretas com a Núbia, Punt e a Líbia, enquanto os contatos com as demais partes do continente foram dificultados por barreiras climáticas como a aridez do Saara.

O mais importante no estudo dessas relações entre o Egito e o restante da África é abandonar a perspectiva egípcia que se constituiu a partir da dissociação entre os egípcios e o restante dos africanos. Desta forma, é fundamental abandonar a perspectiva dos contatos entre Egito e Núbia, durante o Reino Novo, como uma exploração unilateral e cada vez mais tentar percebê-los como relações dinâmicas e bilaterais sem, todavia, perder de vista o desequilíbrio criado pelo processo violento de dominação.

Robert Morkot destacou que a complexidade das relações com o Egito fez com que a Núbia também tivesse benefícios, que culminaram na formação de um forte Estado kushita no fim do período imperial³³¹. Descartando-se qualquer possível interpretação que ligue o desenvolvimento social aos benefícios conquistados durante uma relação exploração, a afirmação de Morkot é essencial para compreensão das relações imperiais do Reino Novo.

Há aspectos metodológicos importantes que devem ser levados em consideração na análise das relações imperiais com a Núbia, especialmente em relação à Baixa Núbia, cujo contato com o Egito foi mais intenso. As escavações desta região foram realizadas até 1965, com concentração a partir da década de 1950, quando Egito e Sudão requisitaram, independentemente, o auxílio da UNESCO para a salvação do patrimônio histórico localizado na área que viria a ser inundada com a construção da represa de Assuã.

O esforço internacional para a salvação dos monumentos levou à transposição de vários templos inteiros para localidades mais altas ou até mesmo para outros países, se

³³⁰ *Ibid.*, p. 36.

³³¹ MORKOT, Egypt and Africa, p. 300.

levarmos em consideração as doações egípcias para EUA, Itália, Espanha e Holanda, em agradecimento pelos trabalhos em conjunto com a UNESCO. A influência disto para os estudos da realidade arqueológica da Baixa Núbia é que as escavações foram apressadas e se concentraram na busca dos vestígios da cultura material mais valorizados pela Arqueologia tradicional do período.

Como o estudo dos grupos subalternos não era, na época, uma preocupação típica da Arqueologia, o salvamento foi focado nos vestígios da elite, especialmente a egípcia. Por outro lado, novas técnicas e metodologias mais voltadas para a realidade dos grupos subalternos não podem mais ser realizadas na região em virtude de seu alagamento. Assim, o conhecimento da enorme maioria da sociedade e do impacto dos contatos com o Egito sobre esses grupos ficou extremamente restrito.

3.1 Os Povos Núbios, o Reino de Kush em Kerma e a Reconquista no Reino Novo

Conforme apontado anteriormente, a ocupação das regiões do Vale do Nilo egípcio, da Baixa Núbia e do Sudão ocorreu no mesmo período, durante o V Milênio a.C. Apesar de as regiões do Médio Nilo e do Nilo Central manterem muitas similaridades geográficas, a faixa de terras cultiváveis ao sul da Primeira Catarata é mais estreita, com inundação mais irregular e, conseqüentemente, é menos produtiva.

Entre o IV e o II milênios a.C. surgiram as primeiras evidências de cultivo na história da África subsaariana, levando ao florescimento da sociedade arqueologicamente conhecida como Grupo A, na Baixa Núbia. Há sinais de contatos entre os núbios do Grupo A e os egípcios durante o período pré-dinástico, fortalecendo-se os primeiros em razão da crescente demanda egípcia por bens de luxo, acompanhando o aumento da hierarquização social no Vale do Nilo e o surgimento do Estado material, com uma sociedade de classes.

A conclusão do processo de formação do Estado político egípcio, na transição do período Pré-Dinástico para o Reino Antigo, afetou drasticamente a cultura Grupo-A. Bruce Trigger sugere que a centralização política no Egito levou ao avanço do Estado faraônico sobre o comércio de bens de prestígio com as regiões mais imediatamente meridionais do continente africano, buscando eliminar o papel da Baixa Núbia (e do

Grupo A) como intermediária³³². Isto ocasionou o desaparecimento do Grupo-A, provavelmente forçado a adotar uma organização nômade.

Os remanescentes do Grupo-A provavelmente se uniram aos novos imigrantes que chegaram do sul para ocupar a Baixa Núbia na segunda metade do III milênio a.C., conhecidos como Grupo-C. Embora tenha, possivelmente, incorporado elementos do Grupo-A, o Grupo-C tem uma cultura material bastante distinta, conhecida basicamente pelos enterramentos localizados em assentamentos permanentes como Amada, Aniba, Areika e Debeira.

O relato do nomarca do Reino Antigo Harkhuf, mencionado anteriormente, sugere que o Grupo-C se tornou um poder na Baixa Núbia, com o qual os egípcios tinham que negociar com o oferecimento de presentes em troca da salvaguarda necessária às expedições direcionadas ao Iam, na Alta Núbia. Aparentemente, a partir da VIª Dinastia, as relações entre egípcios e Grupo-C pioraram, a julgar pela existência de expedições punitivas levadas a cargo pelo Estado faraônico contra a Baixa Núbia.

A região da Alta Núbia foi ocupada pelo reino de Iam/Irem, cuja provável herdeira foi a cultura Kerma, surgida em meados do III Milênio a.C., com seu centro na Bacia de Kerma, região do braço de Dongola, na margem ocidental do Nilo, não muito ao sul da Terceira Catarata. A geografia desta localidade permitia a existência de uma área cultivável um pouco maior do que nas outras regiões acima da Primeira Catarata, o que garantiu a possibilidade de uma produção agrícola suficiente para sustentar uma sociedade sedentária que, na estimativa de Stuart Smith, poderia chegar a 200 mil pessoas em seu auge³³³.

Desde o Reino Antigo, a elite egípcia mostrou interesse pelos bens de prestígio provenientes das regiões mais meridionais da África, em especial marfim, ébano, incenso, azeites, peles de animais, penas e ovos de avestruz, além do gado que, embora não fosse exatamente um bem de prestígio, não era acessível a todos os grupos da população faraônica. A troca destes bens era feita pelos povos da Alta Núbia e, no início do Reino Médio, o governo egípcio se dedicou ao restabelecimento das ligações comerciais na região de Dongola, que haviam sido prejudicadas pelo enfraquecimento da centralização estatal durante o Primeiro Período Intermediário.

³³² TRIGGER, Bruce G., Kerma: The Rise of an African Civilization, *The International Journal of African Historical Studies*, v. 9, n. 1, p. 1–21, 1976, p. 6.

³³³ SMITH, *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*, p. 75.

Na tentativa de eliminar a mediação do Grupo-C entre o Egito e a sociedade de Kerma, os governantes do Reino Médio promoveram uma expansão com campanhas militares direcionadas à Baixa Núbia. Nagm-el-Din M. Sherif³³⁴ e Bruce Trigger³³⁵ afirmam que a primeira menção egípcia ao “Reino de Kush” dataria do reinado de Senusret I, encontrada numa estela de vitória do faraó depositada por seu funcionário Mentuhotep na região de Buhen. O Reino de Kush seria referente ao território da Alta Núbia, onde a estrutura política dominante no período era a sociedade de Kerma.

Senusret III solidificou o poder faraônico sobre a Baixa Núbia a partir da construção de um canal na Primeira Catarata, que permitiu a navegação na região e auxiliou em seu projeto de conquista, materializado com o estabelecimento da já mencionada rede de fortificações do Reino Médio. O limite dessa rede foi estabelecido com o forte de Semna, um pouco ao sul da Segunda Catarata.

A partir da sua rede de fortificações, Senusret III inverteu a estratégia de trocas do Reino Antigo, que contava com expedições à Alta Núbia, passando a privilegiar os representantes kushitas que traziam os produtos até a fronteira egípcia na região da Segunda Catarata. Além de seu papel no comércio, os fortes garantiam a segurança das transações, em especial contra as ameaças de povos seminômades, como os *medjayw*, e dos saqueadores dos oásis.

Baseando-se na teoria do sistema-mundo, Roxana Flammini definiu a Baixa Núbia como região intermediária, área de ligação sob domínio do Estado faraônico, que controlava a troca de bens de luxo com Kerma. A autora afirma que a percepção desta localidade como parte do Egito poderia ser comprovada pelos enterramentos egípcios no local, representativos do desaparecimento da necessidade de retornar aos antigos limites da “Terra Negra” para ser sepultado³³⁶.

William Adams vai além das afirmações de Flammini em sua argumentação, ao afirmar que o quartel general dessa área de transferência – a fortaleza de Buhen – era o centro de controle do primeiro monopólio comercial da história, resultado da ascendência estatal no comércio entre Egito e Kush³³⁷.

Tal perspectiva poderia ser apoiada pela afirmação de Richard Lobban de que havia uma comunidade de comerciantes egípcios residentes em Kerma, que permitia a

³³⁴ SHERIF, Nagm-el-Din, A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã), in: MOKHTAR, G (Org.), **História Geral da África.**, Brasília: Unesco, 2010, v. II África Antiga, p. 242.

³³⁵ TRIGGER, Kerma, p. 12.

³³⁶ FLAMMINI, Ancient Core-Periphery Interactions: Lower Nubia During Middle Kingdom Egypt (CA. 2050-1640 B.C.), p. 59.

³³⁷ ADAMS, The First Colonial Empire, p. 52.

permanência de um governo autônomo naquela sociedade³³⁸. Novamente, as ideias de Adams são mais radicais, vendo esses egípcios residentes como representantes da influência do faraó sobre os governantes nativos, o que seria a comprovação de que naquele período o Egito exercia uma exploração com o controle indireto da Alta Núbia³³⁹. Em todo caso, a perspectiva de Adams acerca do controle egípcio sobre Kerma parece um tanto exagerada e pintada com matizes racistas, que se expressam também em sua interpretação da diferença de complexidade política entre o Estado faraônico e a chefatura kushita.

As trocas administradas de forma centralizada pelo Egito teriam resultado num aprofundamento da hierarquização na sociedade de Kerma, com o aumento do prestígio dos chefes locais, responsáveis por coordenar a extração de matérias-primas e supervisionar sua entrega aos egípcios³⁴⁰. A modificação social foi um passo adiante na constituição do Estado material da cultura Kerma.

Há opiniões contraditórias entre os especialistas acerca da organização sócio-política daquilo que os egípcios chamavam então de Reino de Kush, cujo núcleo encontrava-se cerca de 200 km ao sul da fronteira egípcia em Semna, pouco acima da Terceira Catarata. Em todo caso, há consenso acerca de que o apogeu da cultura Kerma se deu com o enfraquecimento da centralização do poder faraônico no II Período Intermediário, período conhecido pelos arqueólogos da Núbia como Kerma Clássico.

Alta Núbia	Baixa Núbia	Egito
	Grupo-A	Pré-Dinástico
Pré-Kerma	<i>Medjayw</i>	Reino Antigo
Kerma	Grupo C Pan-Grave/ <i>Medjayw</i>	Primeiro Período Intermediário
----- Kerma Clássico		Reino Médio
		Segundo Período Intermediário
Província de Kush Principados Independentes	Província de Wawat	Reino Novo

Figura 16 - Tabela de equivalência da periodização histórica da Núbia e do Egito Antigos até finais do II Milênio a.C..

³³⁸ LOBBAN, Richard Andrew, Kerma, *in: Historical dictionary of ancient and medieval Nubia*, Lanham, Md.: Scarecrow Press, 2004, p. 219–227.

³³⁹ ADAMS, The First Colonial Empire, p. 52.

³⁴⁰ TRIGGER, Kerma, p. 17.

Independentemente do momento em que se consolidaram as hierarquias sociais, autores como Adams afirmam que Kerma nunca chegou a desenvolver uma forma de organização social estatal, permanecendo como uma chefatura³⁴¹. Flammini destaca que era uma sociedade estratificada com diferenciação de ocupação e gradações de poder e renda³⁴², enquanto Redford é taxativo ao declarar que, pelo menos durante seu apogeu, Kerma evoluiu além de uma chefatura soberana, ainda que seja “desconhecido e talvez irrelevante” saber se aquela sociedade se chamava de Estado ou se poderia ser qualificada como estatal a partir da nossa nomenclatura. Todavia, o autor defende a hipótese de que os contemporâneos classificavam Kush/Kerma como um Estado monárquico e não uma chefatura³⁴³.

A falta de documentos escritos faz com que a resolução para o empasse seja possível apenas a partir da Arqueologia. Um primeiro elemento da cultura material a ser analisado é o assentamento principal que, no período clássico, contava com cerca de 20 hectares, aos quais se somavam alguns assentamentos satélites e, possivelmente, uma área de porto.

³⁴¹ ADAMS, *The First Colonial Empire*, p. 50.

³⁴² FLAMMINI, *Ancient Core-Periphery Interactions: Lower Nubia During Middle Kingdom Egypt (CA. 2050-1640 B.C.)*, p. 53.

³⁴³ REDFORD, *From slave to pharaoh*, p. 651.

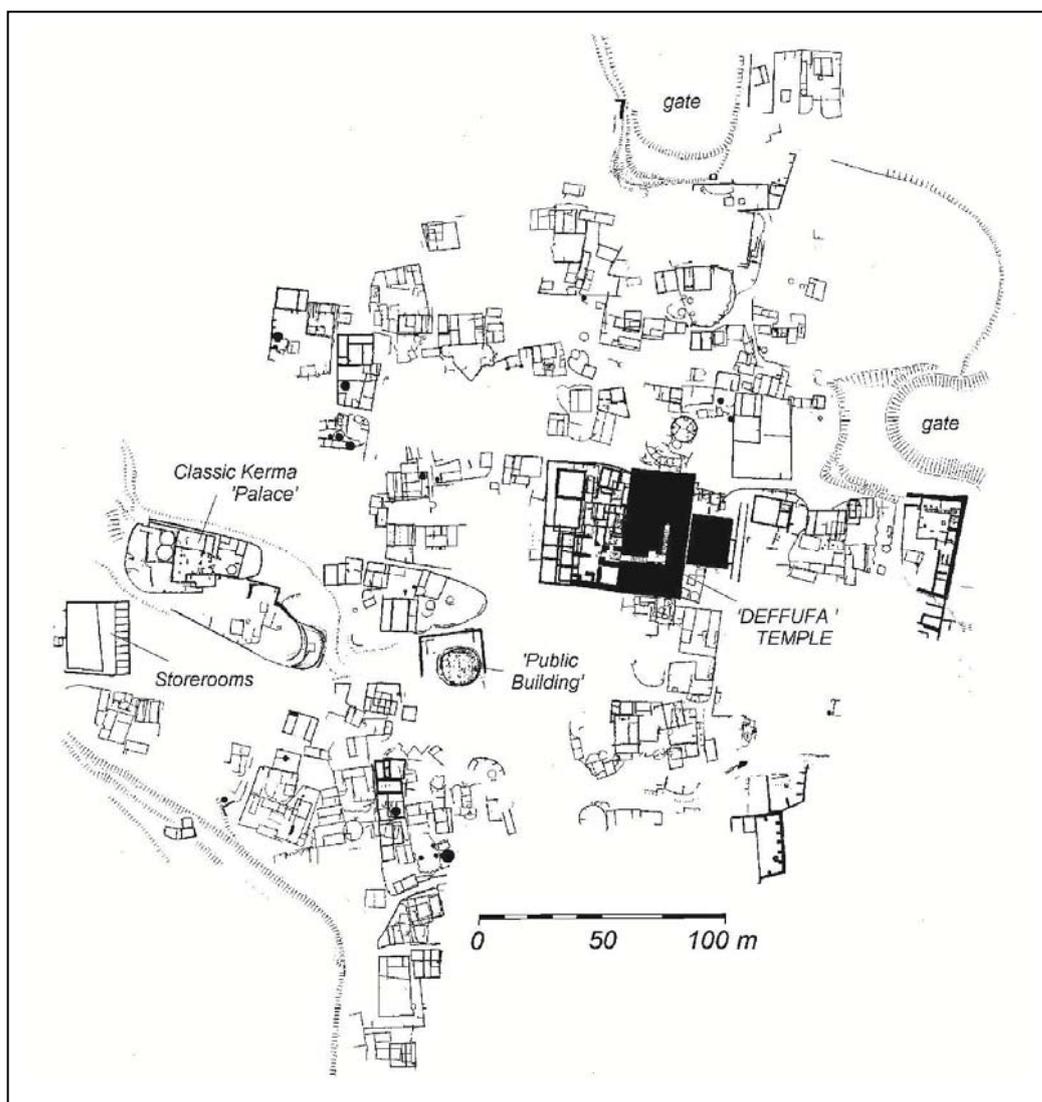


Figura 17 - Planta da cidade de Kerma no período clássico elaborada por Bonnet³⁴⁴.

Como se pode observar, o assentamento contava com um palácio e um grande templo, conhecido como *deffufa*³⁴⁵ baixa ou ocidental, que mede cerca de 50x25m e preserva uma altura de quase 20 metros, estando cercado por oficinas e armazéns. Desta maneira, a presença de edifícios de caráter “coletivo”, como o templo, o palácio, os armazéns e as oficinas apontam para uma estrutura urbana complexa. Conseqüentemente, a estrutura urbana pode ser um argumento para se defender a existência de uma organização estatal, especialmente se seguirmos as clássicas indicações de Gordon Childe, por exemplo³⁴⁶.

³⁴⁴ EDWARDS, David N, **The Nubian past: an archaeology of the Sudan**, London; New York: Routledge, 2004, p. 83.

³⁴⁵ *Deffufa* é o nome genérico que os habitantes locais dão às ruínas proeminentes de tijolos.

³⁴⁶ CHILDE, Vere Gordon, The Urban Revolution, **The Town Planning Review**, v. 21, n. 1, p. 3–17, 1950.

Lobban refere-se claramente à especialização social do trabalho como elemento para definir a existência de um Estado em Kush, incluindo indivíduos dedicados integralmente ao âmbito da intervenção religiosa³⁴⁷, além dos artesãos especializados empregados nas áreas adjacentes³⁴⁸.

Aproximadamente a 3 km ao norte do centro da cidade, na fronteira do deserto, encontra-se um dos assentamentos adjacentes de Kerma, a sua necrópole. Com mais de 1 km de extensão e contendo uma estimativa de 30 mil enterramentos separados, o cemitério inclui enormes túmulos, que chegam a 70 m de diâmetro. Alguns dos jazigos contavam com grandes capelas/templos funerários feitos de tijolos, numa arquitetura elaborada decorada com pinturas nas paredes.

Nos enterramentos reais, as câmaras funerárias eram maiores que as de qualquer pirâmide egípcia e contavam com resquícios de mortos de acompanhamento, possivelmente sacrificados, que deveriam chegar a 400 corpos, ainda que só 322 tenham sido encontrados (a estimativa sobe em razão dos saques posteriores e demais intrusões no contexto arqueológico). Segundo Adams, este é o maior número de sacrifícios humanos depositados simultaneamente no mundo³⁴⁹.

Trigger afirma que os grandes túmulos desta necrópole kushita sugerem uma monarquia centralizada e, portanto, uma organização social estatal³⁵⁰. Kerma teria sido o primeiro Estado africano após o Egito e teria dado lugar à primeira cidade sudanesa da história.

Lobban afirma que Kerma é um exemplo importante porque sua organização estatal foi construída sobre suas próprias tradições, diferentes daquelas do Egito, como mostra a organização das ruas da capital, por exemplo, que seguem o padrão das cidades sudanesas tradicionais³⁵¹.

No II Período Intermediário egípcio, o comércio direto com os kushitas cessou em razão do enfraquecimento da centralização do Estado. Os bens de prestígio vindos da Alta Núbia deixam de ser encontrados no Baixo Egito, mas os produtos egípcios continuam aparecendo constantemente nos contextos da Baixa Núbia, mesmo após Kerma ter submetido as fortalezas egípcias à sua esfera de hegemonia, em conjunto com os núbios do Grupo-C.

³⁴⁷ LOBBAN, Kerma.

³⁴⁸ *Ibid.*

³⁴⁹ ADAMS, *The First Colonial Empire*, p. 49.

³⁵⁰ TRIGGER, Kerma, p. 17.

³⁵¹ LOBBAN, Kerma.

A permanência dos produtos egípcios na região entre a Primeira e a Terceira Cataratas é comumente explicada por seu uso como meio de pagamento para os soldados *medjayw*, normalmente associados à cultura Pan-Grave (presente na Baixa Núbia e nos desertos adjacentes).

Deve-se pressupor, na Baixa Núbia, um cenário de hegemonia de Kerma, coordenando uma aliança com os poderes políticos do Grupo-C e utilizando os egípcios que permaneceram expatriados na região para manter seu poder.

O chamado Reino de Kush se fortaleceu ainda mais com o estabelecimento de contatos diretos com os hicsos, que haviam ocupado o Delta do Nilo e conformado sua própria dinastia de faraós de origem asiática. Isto acabou por piorar crescentemente a situação do rei egípcio que governava a partir de Tebas.

As trocas entre Kerma e Egito, entre o Reino Médio e o Novo, foram estudadas por Janine Bourriau a partir das cerâmicas encontradas em Ballas, Mênfis, Saqqara, Kerma, Sai, Buhen e Mirgissa, mostrando o extenso contato comercial e suas consequências. A arqueóloga de Cambridge afirma haver uma presença de elementos de Kerma no Egito, comprovada pela existência de enterramentos como o de uma mulher no Alto Egito que tinha em seu enxoval funerário cinco provetas de Kerma. O caráter de elite desse funeral é constatado pelo fato de que a morta foi enterrada com um colar *shebyu* (bem de alto valor dado pelo faraó à elite). Este objeto seria a demonstração, por outro lado, de que sua dona não constituiria parte de uma delegação kushita temporária, sendo uma mulher já estabelecida na sociedade egípcia que, na melhor hipótese, deveria ser parte da família de um comandante militar núbio do exército egípcio. Já em Tebas, a presença kushita seria atestada pela existência de cerâmica usada para cozinhar e servir, que pode ter vindo com os núbios ou ter sido produzida *in situ* por imigrantes³⁵².

A autora, no sentido contrário, defende que os vestígios funerários não comprovam a presença de habitantes da “Terra Negra” em Kerma, já que os objetos egípcios encontrados na cidade consistiriam exclusivamente de grandes vasos de armazenamento e transporte³⁵³.

Bourriau parece correta em sua afirmação sobre as cerâmicas encontradas na cidade de Kerma, já que outros elementos também sugerem a presença e influência de egípcios no local. Por outro lado, é difícil crer que um enterramento com cinco provetas

³⁵² BOURRIAU, Janine, Relations Between Egypt and Kerma During the Middle and New Kingdoms, *in*: DAVIES, W. V (Org.), **Egypt and Africa: Nubia from prehistory to Islam**, London: British Museum Press in association with the Egypt Exploration Society, 1991, p. 131–135.

³⁵³ *Ibid.*, p. 136.

de Kerma no Egito possa ser classificado facilmente como de um indivíduo kushita, em especial quando cerâmicas estrangeiras são utilizadas em enterramentos com tanta constância como bens de prestígio (algo que faz ainda mais sentido se considerarmos a presença de um colar egípcio que era claramente sinal de distinção social do defunto). Sève-Soderberg, inclusive, afirma, a partir do cemitério de Fadrus, que as provetas eram objetos de luxo na Núbia³⁵⁴. As cerâmicas domésticas, por outro lado, parecem comprovar a presença de elementos kushitas no Egito, o que a literatura apoia, considerando-se a importância dos soldados núbios para as forças faraônicas.

Em relação à influência egípcia em Kerma, Adams afirma que as *deffufas* possivelmente contaram com arquitetos importados do Egito³⁵⁵. Esta afirmação pode ser derivada do fato de que muita cerâmica egípcia foi encontrada, por exemplo, na baixa *deffufa* (que chegou a ser classificada como um local de troca com o povo da “Terra Negra”). Trigger, por outro lado, ressalta que, além dos vasos egípcios, há muitos bens manufaturados de Kerma que pertencem a uma tradição cultural indígena³⁵⁶.

Os debates sobre a cultura autóctone em contraposição às influências egípcias são intensos e marcados pelo egiptocentrismo tradicional da egiptologia. Smith, por exemplo, afirma, a partir dos selos egípcios encontrados, que o surgimento de Kerma também esteve ligado à importação de práticas e bens da “Terra Negra”, em especial os templos de tijolos e a promoção de um culto solar³⁵⁷. Bard contribui ao afirmar que o palácio da cidade de Kerma contém características arquitetônicas egípcias e nativas³⁵⁸.

Redford, por outro lado, declara que as construções de tijolos na capital do Reino de Kush sugerem uma tradição nativa pura³⁵⁹, enquanto Lobban defende que, tanto em termos de estilos funerários e cerâmicos, quanto de arquiteturas doméstica, política e religiosa, Kerma tem um caráter claramente não-egípcio. Apesar do radicalismo que beira a intransigência – por negar qualquer influência da “Terra Negra” – Lobban afirma que algumas características culturais kushitas, como a monarquia

³⁵⁴ SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny, Teh-Khet. The Cultural and Sociopolitical Structure of a Nubian Princedom in Tuthmoside Times, *in*: DAVIES, W. V (Org.), **Egypt and Africa: Nubia from prehistory to Islam**, London: British Museum Press in association with the Egypt Exploration Society, 1991, p. 189.

³⁵⁵ ADAMS, The First Colonial Empire, p. 50–51.

³⁵⁶ TRIGGER, Kerma, p. 14.

³⁵⁷ SMITH, Stuart Tyson, Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium BC., *in*: CUSICK, James G. (Org.), **Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, & Archaeology**, Carbondale: Southern Illinois Univ, 1998, p. 226.

³⁵⁸ BARD, Kathryn A (Org.), **Encyclopedia of the archaeology of ancient Egypt**, London; New York: Routledge, 1999, p. 486.

³⁵⁹ REDFORD, **From slave to pharaoh**, p. 651.

divina, fazem parte de um padrão comum dos jovens Estados africanos descritos em etnografias³⁶⁰.

Neste sentido, cabe ressaltar novamente a importância de classificar tais características comuns como as “comunalidades” descritas por Redford e Reid, apontando para o enquadramento do Egito – e suas influências em Kerma – como parte de uma lógica africana que, se não relativa a todo continente de forma homogênea, aparentemente, ao menos, era compartilhada em sua região nordeste.

O apogeu da cultura Kerma, em seu período clássico, foi facilitado pela crise na centralização do Egito no II Período Intermediário. A situação do faraó em Tebas, como visto, era problemática, pois no mesmo território que havia estado sob o controle de seus ancestrais do Reino Médio agora havia um governante hicsu e outro kushita dividindo o poder com ele. Kamés, o último monarca da XVII Dinastia, descreveu essa situação:

Sua Majestade falou em seu palácio ao Conselho dos notáveis de seu séquito:

– Que eu compreenda isto: Para que serve meu poder? Há um chefe em Hutuairet³⁶¹, um outro em Kush. Eu permaneço associado a um asiático e a um núbio, cada homem possuindo a sua fatia do Egito, partilhando comigo o país. A lealdade do Egito não vai além dele (= não ultrapassa os domínios do rei hicsu Apophis) até Mênfis [que seja], já que ele está de posse de Khememu³⁶².

De Tebas, isolado por poderes estrangeiros no norte e no sul da “Terra Negra”, Kamés decidiu lançar expedições militares para reunificar o Egito sob sua coroa dupla. Barry Kemp parece correto em afirmar que a Núbia figura como parte do Egito no texto da estela³⁶³, considerando que a presença do Grupo-C não parece ter avançado acima da Primeira Catarata.

A Estela de Kamés busca pintar um claro clima de insegurança para os egípcios em razão dos estrangeiros. Este texto, entre outros, levou egiptólogos como Redford a concluírem que a necessidade de segurança é a grande motivação que explica a expansão imperial³⁶⁴. Newby concorda com a insegurança como catalisadora da guerra

³⁶⁰ LOBBAN, Kerma.

³⁶¹ Topônimo egípcio mais conhecido pelo nome greco-romano de Avaris, atualmente localizada em Tell el-Daba.

³⁶² CARDOSO, Ciro, **Narrativa, Sentido, História.**, Campinas: Papyrus, 1997, p. 48–50.

³⁶³ KEMP, *Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC)*, p. 21–22.

³⁶⁴ REDFORD, **From slave to pharaoh**, p. 953.

e ainda acrescenta que o conflito deve ter sido visto como uma “guerra patriótica”³⁶⁵ – o que parece uma posição exagerada se considerarmos que não há indícios de que os egípcios que permaneceram nas áreas sob poderio estrangeiro estivessem em condições de vida piores. Neste sentido, uma posição semelhante e mais moderada é a de Spalinger, que aponta a existência de um “fervor nacionalista” em particular entre a elite tebana³⁶⁶.

Segundo o relato de Kamés, o rei, desobedecendo aos avisos de seus conselheiros para manter a paz, navegou com suas tropas em direção ao norte, dominado pelos hicsos. Todavia, Trigger sugere a partir de um grafite em Arminna Leste, que o faraó já devia ter tomado posse da Núbia antes do ataque aos asiáticos³⁶⁷. A versão da Estela de Kamés é corroborada pelo texto encontrado em El-Kab, na tumba de um de seus almirantes, Ahmés, filho de Ebana, que relata seu sucesso pessoal na campanha de anos contra os hicsos antes de viajar rio acima para lidar com os kushitas. “Após massacrar os asiáticos, Sua Majestade subiu o rio em direção à Khent-em-nefer³⁶⁸ para destruir os núbios³⁶⁹. Foi um grande massacre. Eu trouxe de lá o meu butim: dois homens vivos e três mãos³⁷⁰.”

Khent-em-nefer ou Khenthennefer (*hnt-hn-nfr*) é um topônimo pouco preciso, empregado geralmente para se referir à fronteira sul do território faraônico. Goedicke sugeriu que o termo remetia à área além da última fortificação egípcia³⁷¹. Considerando a localização das fortalezas do Reino Médio existentes no período, Ellen Morris afirma que a batalha deve ter se dado nas proximidades da ilha de Sai, o maior centro da cultura Kerma ao norte de sua capital³⁷². Outros autores, como Galán, defendem que a

³⁶⁵ NEWBY, P. H, **Warrior pharaohs: the rise and fall of the Egyptian empire**, London; Boston: Faber and Faber, 1980, p. 20.

³⁶⁶ SPALINGER, Anthony, **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**, Oxford: Wiley-Blackwell, 2005, p. 47.

³⁶⁷ TRIGGER, Kerma, p. 20.

³⁶⁸ Topônimo ambíguo relacionado à fronteira sul do território egípcio, neste momento devia se referir à região da Terceira Catarata.

³⁶⁹ O termo original é *iwntyw*, normalmente usado para se referir às tribos núbias, reconhecidas pelo uso do arco, cujo hieróglifo serve como determinante da palavra.

³⁷⁰ A tradução da autobiografia de Ahmés foi feita por ARRAIS, **Os Feitos Militares nas Biografias do Reino Novo: Ideologia Militarista e Identidade Social sob a XVIIIa Dinastia do Egito Antigo (1550-1295 a.C.)**, p. 97.

³⁷¹ GOEDICKE, Hans, The location of xnt-Hn-nfr, **Kush**, v. 13, p. 102–111, 1965.

³⁷² MORRIS, Ellen Fowles, **The architecture of imperialism: military bases and the evolution of foreign policy in Egypt's New Kingdom**, Leiden; Boston: Brill, 2005, p. 70.

luta pode ter se encaixado na dinâmica egípcia de oposição as tribos seminômades na região da Terceira Catarata³⁷³.

A batalha contra Kerma faz sentido dentro da lógica do próprio faraó Kamés, que buscava enfraquecer os hicsos e os kushitas em conjunto, para não permitir que o apoio de um salvasse o outro. A estela do faraó deixa claro o contato entre os dois povos para fins estratégicos e a sua reação:

Ele (Apophis) viu a [minha] chama e escreveu a Kush, buscando a sua proteção. Mas eu capturei [a mensagem] a caminho e não deixei que chegasse. Então eu fiz com que lhe fosse devolvida (...). (...) Eu naveguei rio acima, meu coração estando forte e alegre, combatendo os rebeldes que estivessem ao longo do caminho³⁷⁴.

Kamés foi sucedido por seu irmão Ahmés, que acabou se tornando o primeiro faraó da XVIIIª Dinastia. Os feitos militares deste monarca são conhecidos através das biografias compostas para as tumbas de dois dos oficiais que serviram em seu reinado, o supracitado Ahmés, filho de Ebana, e seu homônimo Ahmés Pennekhebet, ambos membros da família nomarca de El-Kab.

Ahmés, filho de Ebana, relata entre seus feitos a participação em duas ações para sufocar os revoltosos na Núbia ou sul do Egito, já que os egípcios viam a região entre a Primeira e a Segunda Catarata como parte de seu território. Na primeira operação, um chefe chamado Aata foi combatido e derrotado:

Então Aata dirigiu-se para o sul (do Egito); e seu destino desde então estava perto do seu fim. Os deuses do Alto Egito o bateram. Sua Majestade o encontrou em Tent-taa-um³⁷⁵ e o trouxe prisioneiro e todo seu povo foi tomado de butim. Eu trouxe dois soldados, prisioneiros, oriundos do barco de Aata³⁷⁶.

Em seguida, as forças faraônicas tiveram que lidar com outro chefe núbio, visto como revoltoso pelas fontes egípcias, Tetian. Ahmés, filho de Ebana, também participou desta operação: “Veio, então, um inimigo vil de nome Teti-na. Ele reuniu consigo homens maus de coração. Sua Majestade o matou e suas tropas ficaram como se nunca houvessem existido³⁷⁷.”

³⁷³ GALÁN, José M, **El Imperio egipcio: inscripciones, ca. 1550-1300 a. C.**, Madrid; Barcelona: Trotta; Edicions de la Universitat de Barcelona, 2002, p. 37–38.

³⁷⁴ CARDOSO, **Narrativa, Sentido, História.**, p. 50.

³⁷⁵ Topônimo que se repete em um canal na Núbia.

³⁷⁶ ARRAIS, **Os Feitos Militares nas Biografias do Reino Novo: Ideologia Militarista e Identidade Social sob a XVIIIª Dinastia do Egito Antigo (1550-1295 a.C.)**, p. 116.

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 117.

Essas ações militares contra “revoltosos” mostram o esforço egípcio na retomada das terras da Núbia. Dificilmente se pode crer na afirmação de Trigger de que não houve forte oposição na Baixa Núbia, por haver poucas tropas kushitas estacionadas na região³⁷⁸. A extrema facilidade encontrada nas fontes – em especial em comparação com o *front* norte – deve ser vista sob o ponto de vista da lógica das autobiografias, que tratavam de contar os feitos extraordinários dos oficiais e do faraó.

Na reconquista do sul, a marinha foi de especial importância – algo que parece claro pelos louros da vitória concedidos ao marinheiro Ahmés, filho de Ebana –, pois no Vale do Nilo não havia grandes espaços abertos para o emprego do carro de guerra, recém-incorporados através do contato com os asiáticos. Por outro lado, como ressalta Spalinger, Kush não parece ter contado com uma marinha de guerra, o que facilitava as vitórias egípcias³⁷⁹. A reconquista das fortalezas do Reino Médio (que nunca chegaram a ser ocupadas por tropas do Reino de Kerma) era, portanto, um objetivo estratégico em razão do controle da navegação, especialmente em Buhen, na Segunda Catarata.

Embora a documentação busque pintar um cenário de insegurança no Egito, e de revoltas contra a ordem e o poder divino do faraó, deve se criticar estes discursos. Na Estela de Kamés, a despeito da indignação do monarca, seu conselho afirma que estavam “tranquilos em sua parte do Egito”, cultivando as melhores terras. Compreender o peso ideológico do discurso nos leva a questionar autores que percebem na segurança o principal objetivo das ações imperiais egípcias, como Sève-Soderbergh, que desloca os ganhos materiais para segundo plano³⁸⁰. No mesmo sentido, Redford não consegue perceber que a documentação não toca diretamente nas motivações econômicas da conquista por conta de suas peculiaridades, tratando-se de fontes ligadas aos feitos militares do faraó e seus oficiais.

Um quadro mais razoável é desenhado por Adams, que afirma que a conquista de Ahmés na Núbia tinha como objetivo a retomada da hegemonia sobre o comércio de bens de prestígio com o sul³⁸¹, que jazia nas mãos do Grupo-C sob a influência de Kerma, além do controle sobre as rotas das minas de ouro núbias. Estes bens de prestígio eram crescentemente fundamentais no início da XVIIIª Dinastia para manter a coesão da classe dominante, em especial das forças militares, cujos oficiais eram

³⁷⁸ TRIGGER, Kerma, p. 20.

³⁷⁹ SPALINGER, *War in Ancient Egypt: The New Kingdom*, p. 61.

³⁸⁰ SÈVE-SÖDERBERGH, Torgny; TROY, Lana, *New Kingdom pharaonic sites: the finds and the sites*, Partille: Distributed by Paul Åström Editions, 1991, p. 11.

³⁸¹ ADAMS, *The First Colonial Empire*, p. 61.

recompensados com terras, servidores e ouro, conforme deixam claros os textos biográficos de El-Kab.

O herdeiro do faraó Ahmés foi seu filho Amenhotep I, que manteve a lógica expansionista dirigida pelo pai, voltando-se especialmente para a Núbia, para onde direcionou uma expedição em seu oitavo ano de governo, como registrado na biografia de Ahmés Pennekhebet: “Sendo eu marinheiro do rei do Egito Djoserkara (Amenhotep I) – V.P.S. –, ele navegou rio acima até Kush para estender as fronteiras do Egito. Sua Majestade golpeou aquele *iuntiu*³⁸² em meio à sua tropa (...)”³⁸³.

O faraó seguiu a estratégia de usar as antigas fortalezas do Reino Médio como base para a conquista da Núbia, o que deve ter sido facilitado pela população egípcia expatriada que permaneceu naquelas localidades. Amenhotep I expandiu a rede de fortes além da Segunda Catarata com uma construção em Uronarti, e iniciou um processo de modificação que veio a se tornar, mais tarde, tendência geral, com o estabelecimento de um prefeito (*h3ty-9*) em Buhen, o que apontava para uma substituição de uma administração militar por outra civil em Wawat. Ellen Morris sugere que as remodelações nas estruturas do Reino Médio, sem a fortificação das mesmas, seria outro indício desta modificação da lógica administrativa da região³⁸⁴.

As fortalezas tinham um papel importante no controle do comércio e no abrigo de guarnições destinadas a manter a segurança local contra tribos revoltosas. Além disto, eram pontos de abastecimento para o movimento de expansão imperialista, como sugerem os grandes silos de grãos entre suas muralhas. Os recursos para prover estes celeiros deveriam ser provenientes da tributação da população local, comprovada pela estela de Harmini, que foi magistrado chefe em Nekhen (Hieracômpolis) e, posteriormente, responsável por toda a Baixa Núbia: “Eu passei muitos anos como prefeito de Nekhen. Eu trouxe seus tributos para o Senhor das Duas terras. Eu fui elogiado e nada foi encontrado contra mim. Eu fui ao norte com seus tributos par ao rei, a cada ano”³⁸⁵.

Segundo Török, a cultura material demonstra que Amenhotep I chegou a investir contra a cidade de Kerma. Embora tenha sobrevivido ao ataque, a cidade sofreu perdas,

³⁸² “Arqueiro”, normalmente usado como etnônimo para tribos núbias.

³⁸³ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 41.

³⁸⁴ Ellen Morris afirma que os pesquisadores normalmente tomam, a partir dos textos, Tombo e Kurgus como locais de fortalezas egípcias. Todavia a falta de escavações nesses sítios não torna essa afirmação uma certeza definitiva, embora a autora afirme que há fortes indícios para acreditar nesta hipótese. MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 73.

³⁸⁵ BREASTED, *Ancient Records of Egypt: The eighteenth dynasty*, p. 21.

como indicado pela simplificação das tumbas reais posteriores e os danos sofridos nos cemitérios e arredores, apontando para a brutalidade da ação egípcia³⁸⁶.

Amenhotep I escolheu Thutmés I, seu cunhado e general, para lhe suceder. Embora tenha tido um governo curto, visto que assumiu o trono com 40 anos, seus oito anos de reinado foram um importante marco de inflexão nas relações com a Núbia por conta da destruição da cidade de Kerma.

No segundo ano de seu reinado, o novo faraó se dirigiu ao sul em sua primeira campanha, como relata a Estela de Tombos, esculpida na rocha de granito da cidade acima da Terceira Catarata, que foi reformada e usada como base³⁸⁷ para a tomada de Kerma.

O Hórus, senhor das Duas Terras, é vitorioso. (...) Ele derrotou o chefe dos arqueiros; o núbio está despojado e preso em sua palma. Ele juntou os dois extremos de seus lados, sem que restasse nenhum dos rebeldes que vieram para auxiliá-lo, nem sequer um deles. Os *iuntiu* núbios foram derrotados com [sua] matança, estendidos por suas terras, suas vísceras inundando seus vales, seu sangue como uma chuva torrencial. Os restos [despedaçados] são muito numerosos para as aves (...) ³⁸⁸.

O texto aponta o caráter sanguinário da tomada da capital do Reino de Kush. Os vestígios arqueológicos da *deffufa* oeste na cidade mostram indícios dos incêndios³⁸⁹, que apontam para o fato de que a cidade, em vez de ser ocupada, foi completamente devastada. Ahmés, filho de Ebana, nomeado almirante nesta campanha, relata o incêndio com a metáfora das labaredas do ureaus do faraó³⁹⁰.

A ação em Kerma certamente foi planejada para ter um caráter exemplar, esmagando o reino que era visto pelos egípcios como uma ameaça ao seu domínio sobre o sul. Além dos inúmeros massacrados, várias pessoas foram escravizadas e levadas ao Egito, como aponta a biografia de Ahmés Pennekhebet:

Eu segui rei do Alto e Baixo Egito Aa-Kheper-Ka-Rá (Thutmés I), justo de voz. Eu capturei para ele no país de Kush dois prisioneiros vivos, além dos prisioneiros sem conta que eu trouxe de Kush³⁹¹.

³⁸⁶ TÖRÖK, László, **Between two worlds: the frontier region between ancient Nubia and Egypt 3700 BC-AD 500**, Leiden; Boston, Mass.: Brill, 2009, p. 182.

³⁸⁷ MORRIS, **The architecture of imperialism**, p. 73.

³⁸⁸ GALÁN, **El Imperio egipcio**, p. 49–50.

³⁸⁹ TÖRÖK, **Between two worlds**, p. 183.

³⁹⁰ GALÁN, **El Imperio egipcio**, p. 42.

³⁹¹ ARRAIS, **Os Feitos Militares nas Biografias do Reino Novo: Ideologia Militarista e Identidade Social sob a XVIIIa Dinastia do Egito Antigo (1550-1295 a.C.)**, p. 134.

Thutmés I dirigiu-se mais ao sul, estabelecendo uma estela de fronteira em Kurgus, além da Quarta Catarata. Após suas campanhas meridionais, ele retornou a Tebas exibindo orgulhosamente o fruto de suas ações, como descreve o texto de Ahmés, filho de Ebana: “Sua Majestade desceu então em direção ao Norte tendo o controle sobre todos os países estrangeiros enquanto que um núbio vil³⁹² estava pendurado de ponta cabeça na proa do navio real. Desembarcamos em Karnak³⁹³.”

O mesmo monarca ainda foi responsável pela organização administrativa da Núbia, fortalecendo o papel do vice-rei e criando subdivisões administrativas além da Primeira Catarata. Além disto, investiu em construções e reformas para facilitar o transporte e a comunicação pelo Nilo, integrando os territórios conquistados, conforme nos mostram os grafites comemorativos deixados em Assuã e Sehel (região da Primeira Catarata) a mando do vice-rei Turi: “*Sua Majestade ordena a escavação deste canal, depois que ele o encontrou [obstruído] por pedras, sem [que nenhum barco] pudesse passar [por ele]*³⁹⁴.”

Se as suposições feitas a partir dos textos estão corretas, embora tenha abandonado Kerma destruída, Thutmés I teria estabelecido guarnições em Sai, Tombos e, provavelmente, em outros locais da Alta Núbia para garantir o controle das trocas subsaarianas. Por outro lado, levantamentos arqueológicos ainda incipientes apontam para o deslocamento do foco do assentamento da sociedade de Kerma mais para o sudoeste, para a área do porto³⁹⁵.

O filho e sucessor de Thutmés I adotou seu nome, bem como seu ímpeto pelas ações nos teatros de operações do sul. A principal delas foi registrada numa estela gravada na rocha no caminho entre Assuã e Philae. O documento se refere a uma sublevação de núbios chefiados por três príncipes que haviam escapado da destruição de Kerma, em conjunto com um egípcio e outros dois *iuntiu*. Teriam passado a comandar as ações de banditismo de elementos insatisfeitos com o domínio egípcio na Núbia, executando roubo de gado das fortalezas faraônicas. Quanto à reação de Thutmés II segue:

Então, Sua Majestade despachou uma numerosa tropa até a Núbia em sua primeira ocasião de vitória (...). A tropa de Sua Majestade derrotou os

³⁹² Provavelmente o rei de Kush, da cidade de Kerma.

³⁹³ ARRAIS, *Os Feitos Militares nas Biografias do Reino Novo: Ideologia Militarista e Identidade Social sob a XVIIIa Dinastia do Egito Antigo (1550-1295 a.C.)*, p. 12.

³⁹⁴ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 53.

³⁹⁵ EDWARDS, *The Nubian past*, p. 102.

estrangeiros. Não deixaram nenhum de seus homens vivos, conforme as ordens de Sua Majestade, a exceção de um dos filhos do chefe do maldito Kush, que foi levado como cativo, junto com seus dependentes, até o lugar onde estava Sua Majestade e foi posto sob os pés do bom deus³⁹⁶.

O faraó esmagou os últimos vestígios de resistência à hegemonia egípcia na Núbia e pôs em prática a estratégia de sequestrar príncipes locais para serem educados na corte tebana em conjunto com os filhos da nobreza.

As ações de Hatshepsut, tia-madrasta e sucessora de Thutmés II, ao sul do Egito, são mais conhecidas por suas trocas com o país de Punt do que pelas campanhas militares na Núbia, embora alguns autores defendam que pelo menos quatro delas tenham ocorrido (pelo menos uma liderada militarmente por Thutmés III durante sua corregência)³⁹⁷.

O mais conquistador dos faraós da XVIIIª Dinastia, Thutmés III, executou poucas atividades militares na Núbia. Em seu reinado, os territórios ao sul, sob a hegemonia dos egípcios, já estavam dominados e organizados administrativamente, de modo que os principais registros de atividades do monarca na Núbia são referentes à entrega de tributos, como registrado em seus Anais do templo de Karnak.

Para Morkot, entre os reinados de Thutmés III e de Horemheb a situação na Núbia foi de relativa tranquilidade, com relações diplomáticas dominando a política externa e os bens de luxo sendo o carro chefe das trocas interacionais de dons³⁹⁸, ainda que, segundo Kemp, tal política pacífica não fosse o plano de Kamés e de seus primeiros sucessores³⁹⁹. Se houve campanhas militares no sul, elas provavelmente foram apenas razias em busca de butins ou cativos.

As cidades templárias e as fortalezas foram as bases do domínio egípcio sobre a Núbia, e se estendiam até a Quarta Catarata. A presença egípcia entre a Quarta e a Quinta Cataratas é notada, mas apenas em conflitos contra os nativos, não havendo comprovação de que Thutmés III tenha enviado seus exércitos de Napata, onde ordenou a construção de uma fortaleza chamada “Massacre dos Moradores do Deserto” (*smꜣ ḥꜣswt*).

³⁹⁶ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 58.

³⁹⁷ SPALINGER, ANTHONY, Anthony, *Covetous Eyes South: The Background to Egypt's Domination of Nubia by the Reign of Thutmose III*, in: CLINE, Eric H; O'CONNOR, David B (Orgs.), **Thutmose III: a new biography**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006, p. 354; SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, **New Kingdom pharaonic sites**, p. 3.

³⁹⁸ MORKOT, *Egypt and Nubia*, p. 234.

³⁹⁹ KEMP, *Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC)*, p. 22–23.

A Estela de Barkal é um dos documentos mais conhecidos do período thutméssida, e foi erigida no templo de Amon, contando os sucessos militares de Thutmés III e os tributos levados por chefes núbios e asiáticos para o faraó. Török defende que o texto da estela era lido e comentado pelos sacerdotes de Amon para a população, pois o texto e a iconografia continuaram a ser importantes até o período meroíta⁴⁰⁰.

Os ataques dos povos seminômades do deserto Núbio continuaram a ocorrer, mesmo durante o período de relativa tranquilidade e administração egípcia assentada, em especial no Deserto Oriental, o que afetava a produção aurífera local. É o que conta a Estela de Konosso, do reinado de Thutmés IV:

Ano 8... quando o rei estava em Tebas... oferecendo a seu pai, Amon... alguém veio e disse a Sua Majestade: “Um núbio desceu (do deserto) no território de Wawat. Ele planejou uma rebelião contra o Egito e reuniu todos os nômades e rebeldes estrangeiros de outro país. (...) Ele (o rei) correu através do deserto oriental... procurando por pistas(?) do seu agressor. Ele achou todos esses inimigos núbios em um wadi secreto, desconhecido por que era escondido do povo, entre as montanhas. Ele removeu o acampamento (?) e seus habitantes, seu gado e todos seus pertences com ele...”⁴⁰¹.

Amenhotep III também executou algumas campanhas na Núbia, reconhecidas por estelas em Konosso, no caminho entre Assuã e Philae e em Semna. Uma dessas atividades, registrada nas duas primeiras estelas, se refere ao quinto ano de reinado do faraó, que conta – exageradamente – ter aprisionado dezenas de milhares de homens⁴⁰².

A estela de Semna relata uma ação do exército sob o comando do vice-rei Merimose, reunido entre a população das próprias fortalezas na Núbia, para dar conta de uma revolta no território de Ibhet, possivelmente no Deserto Oriental não muito distante da Segunda Catarata. O relato traz uma lista de prisioneiros menos fantasiosa do que a mencionada na estela entre Assuã e Philae. Seguem os números da Estela de Semna: “Relação das capturas que Sua Majestade trouxe da maldita terra de Ibhet: 150 núbios vivos, 110 moços, 250 núbias, 55 serventes dos núbios e 75 de seus filhos; no total 740 vivos. Mãos deles 312, que unidas aos indivíduos vivos fazem 1052⁴⁰³.”

⁴⁰⁰ TÖRÖK, *Between two worlds*, p. 188.

⁴⁰¹ SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, *New Kingdom pharaonic sites*, p. 3–4.

⁴⁰² GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 184–87.

⁴⁰³ *Ibid.*, p. 189.

Amenhotep III também ficou conhecido por seu programa de construções⁴⁰⁴, que incorporava Wawat e Kush à “Terra Negra”, constituindo o que David O’Connor acredita ser um único projeto monumental que representaria a cosmogonia egípcia. Tebas e o templo de Amon, em Karnak, estariam no centro de um plano que se estendia do Delta (representante do solstício de verão) a Soleb (o solstício de inverno), marcando um calendário de festivais religiosos⁴⁰⁵.

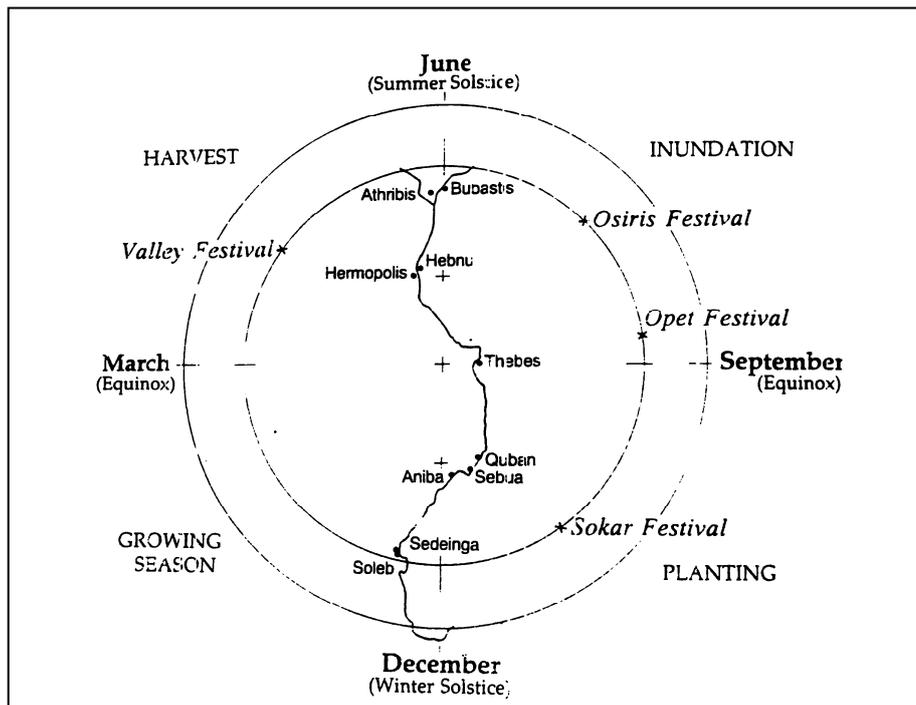


Figura 18 - Programa de Construções de Amenhotep III⁴⁰⁶.

As ações militares esporádicas para proteção das minas de ouro seguiram no reinado de Amenhotep IV/Akhenaton, que teve que lidar com problemas nas minas em Akita, a leste de Kuban. A campanha foi liderada pelo vice-rei Thutmés e está registrada em uma estela fragmentada de Buhen, datada entre os anos 10 e 12 daquele reinado, quando os inimigos pareciam estar capturando rações provavelmente destinadas aos

⁴⁰⁴ Na Núbia, Amenhotep III construiu em Quban, Wadi es-Sebua, Sedeinga, Soleb e na Ilha de Tabo, havendo elementos e estelas em seu nome em Amada, Aniba, Buhen, Mirgissa e Gebel Barkal, sem contar estátuas suas em inúmeros outros sítios, como afirma BRYAN, Betsy, *The 18th Dynasty before Amarna Period*, in: SHAW, Ian (Org.), **The Oxford History of Ancient Egypt**, Oxford; New York: Oxford University Press, 2000, p. 256.

⁴⁰⁵ O’CONNOR, David, *The City and the World: Worldview and Built Forms in the Reign of Amenhotep III*, in: O’CONNOR, David B; CLINE, Eric H (Orgs.), **Amenhotep III: perspectives on his reign**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998, p. 125–172.

⁴⁰⁶ O’CONNOR, David B; CLINE, Eric H (Orgs.), **Amenhotep III: perspectives on his reign**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998, p. Fig. 5.1.

trabalhadores das minas. A expedição acabou com a tradicional lista de butim, incluindo cativos e gado⁴⁰⁷.

Campanhas militares com intuítos similares na Núbia foram levadas a cabo por Tutankhamon, Horemheb, Sety I e Ramsés II, sempre destinadas a sufocar grupos insurretos, geralmente ligados às atividades no deserto. Merneptah também se dedicou a estas atividades; o último registro de uma rebelião data do quinto ano do seu reinado:

O leão selvagem [faraó] enviou a quente explosão de sua boca contra a terra de Wawat. Eles foram destruídos de uma só vez. Não há herdeiro para sua terra, todos foram trazidos para o Egito juntos. Seus chefes foram incendiados na presença de seus apoiadores [parentes?]. Quanto ao resto, as terras de alguns foram tomadas por causa de seus crimes; outros, suas orelhas e olhos foram removidos, levados de volta à Kush e empilhados em seus assentamentos. Nunca mais Kush irá repetir uma rebelião⁴⁰⁸.

Por fim, Török ressalta que o sucesso egípcio na conquista da Baixa Núbia foi facilitado por inúmeros fatores, como o número insuficiente de guarnições de Kerma na região; a falta de uma administração mais centralizada pelo Reino de Kush, já que no sistema utilizado os egípcios expatriados deveriam desempenhar papéis importantes em Wawat; e a falta de instituições religiosas de Kerma que pudessem promover uma unificação cultural e a consequente lealdade do Grupo-C e dos Pan-Grave. Um último fator de fundamental importância foi a manutenção das políticas nativas após a conquista e a cooptação das elites locais pelos egípcios, partindo da infraestrutura construída pelos expatriados durante o II Período Intermediário⁴⁰⁹.

Trigger afirma que, embora Kerma estivesse apta a desafiar um Egito politicamente dividido como o do II Período Intermediário, sua base ecológica não era suficiente para gerar uma estrutura de classe claramente definida que possibilitasse o confronto, por tanto tempo, com um poderoso e organizado exército como o do início da XVIIIª Dinastia⁴¹⁰.

⁴⁰⁷ SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, **New Kingdom pharaonic sites**, p. 4.

⁴⁰⁸ SMITH, Stuart Tyson, Revenge of the Kushites: Assimilation and resistance in Egypt's New Kingdom empire and Nubian ascendancy over Egypt, *in*: AREŠYAN, Gregory E (Org.), **Empires and diversity on the crossroads of archaeology, anthropology, and history**, Los Angeles: Cotsen Inst. of Archaeology Press, 2013, p. 87.

⁴⁰⁹ TÖRÖK, **Between two worlds**, p. 168.

⁴¹⁰ TRIGGER, Kerma, p. 22.

Todavia, caso concordemos com Hoffmeier em que a Núbia foi o principal foco de atividades militares egípcias na segunda metade do II Milênio a.C.⁴¹¹, isto faz com que fique claro o imenso esforço egípcio na conquista do território entre a Primeira e a Quarta Cataratas, que por muito tempo foi subestimado pela historiografia.

A obstinação de Kerma se manteve por aproximadamente 50 anos frente às investidas meridionais da sociedade crescentemente militarizada do Reino Novo. Mesmo após o massacre na principal cidade do Reino de Kush, a resistência núbia permaneceu sob a liderança de príncipes kushitas, que buscaram estabelecer regiões independentes em Wawat.

O processo de conquista da Núbia durou um século de conflitos intensos e desiguais entre, por um lado, um Estado imperialista em expansão e, por outro, um Estado de base agrícola imensamente menor em conjunto com grupos seminômades que, somados, deviam girar em torno de 10% da população da “Terra Negra”. Guardando-se as devidas proporções, foram poucas as populações que resistiram por tanto tempo a um avanço imperial tão desproporcional, o que demonstra a obstinação dos grupos núbios.

3.2 A Estrutura de Ocupação da Núbia: Cidades e Templos

Como visto, a reconquista das fortalezas do Reino Médio foi prioridade no início da XVIIIª Dinastia, para que a rede fosse usada como base para a conquista da Núbia. No Reino Novo, contudo, essas fortalezas acabaram perdendo sua função original. Se Semna permaneceu abrigando uma guarnição, outras tiveram seu caráter modificado, como Uornarti e Kumma, que se tornaram comunidades sacerdotais, enquanto Buhen e Aniba viram o crescimento de novas cidades ao seu redor⁴¹².

A ocupação da fronteira sul foi marcada pela construção de cidades templárias chamadas *mnnw*. Segundo Ellen Morris:

A característica unificadora de quase todas as fortalezas *mnnw* do Reino Novo, todavia, é que elas serviram como centros populacionais de alguma magnitude. (...) Além disto, a característica mais comum das *mnnw*

⁴¹¹ HOFFMEIER, James, Aspects of Egyptian Foreign Policy in the 18th Dynasty in Western Asia and Nubia, in: KNOPPERS, Gary N; HIRSCH, Antoine (Orgs.), **Egypt, Israel, and the ancient Mediterranean world: studies in honor of Donald B. Redford**, Leiden; Boston: Brill, 2004, p. 132.

⁴¹² TÖRÖK, **Between two worlds**, p. 185.

estabelecidas no Reino Novo – com exceção das muralhas ao redor – era o grande recinto templário que formava o centro desses assentamentos⁴¹³.

A já mencionada modificação de uma ocupação de caráter militar para outra apoiada num funcionalismo “civil” está ligada ao estabelecimento dessas cidades templárias, que contavam com o governo de altos funcionários, como os prefeitos (*ḥꜣty-ꜥ*), e eram responsáveis por manter a fidelidade de uma grande população assentada ao governo egípcio, protegendo a área de forças hostis. A opção por grandes assentamentos viria da percepção de que grandes áreas despovoadas são mais vulneráveis à penetração externa.

Kemp acredita que a instalação de *mnnw* seria uma tentativa dos egípcios de transformar a Núbia, uma terra que lhes devia parecer quase insuportável, numa extensão efetiva do seu país. A diferença seria a fortificação das urbes por conta do perigo – real ou imaginário – de ataques⁴¹⁴. De qualquer maneira, é possível perceber que a estrutura da cidade templária era um modelo uniforme aplicado durante toda a XVIIIª Dinastia na tentativa de dominar o território núbio, em especial até a Terceira Catarata.

No território entre a Terceira e a Quarta Cataratas a situação era um pouco diferente. Ali os assentamentos egípcios ocupavam uns poucos pontos estratégicos, em especial Napata, centro religioso que abrigou um templo de Amon e chegou a ser área de culto a Aton no período amarniano. Smith afirma que a estratégia usada para a ocupação desta região se devia às dificuldades ligadas à viagem até lá⁴¹⁵. Morkot, por outro lado, prefere enfatizar que o poder e a autonomia dos povos locais (herdeiros de Kerma) teriam levado os egípcios a estabelecerem ali relações diplomáticas e trocas de presentes⁴¹⁶. Morris vê a ausência de *mnnw* em Kawa e Napata como um indício importante da validade dos argumentos de Morkot⁴¹⁷. Logo, esta localidade de Kush deve ser tratada de forma distinta na dinâmica de explicação das relações entre o Egito e a Núbia.

De volta às cidades templárias, tais estruturas eram retangulares, cercadas por muros de tijolos com torres intervaladas e portais de pedra na muralha exterior. O

⁴¹³ MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 829.

⁴¹⁴ KEMP, Barry, *Fortified Towns in Nubia*, in: UCKO, P. J.; TRINGHAM, Ruth; DIMBLEBY, Geoffrey (Orgs.), *Man, settlement and urbanism : proceedings of a meeting of the Research Seminar in Archaeology and Related Subjects held at the Institute of Archaeology, London University*, London: Duckworth, 1972, p. 660–661.

⁴¹⁵ SMITH, *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*, p. 96.

⁴¹⁶ MORKOT, *Egypt and Africa*.

⁴¹⁷ MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 812.

interior da urbe era cortado por ruas estreitas e contava com três categorias de edificações. As construções mais proeminentes eram os templos de pedra (pontilhados na figura), aos quais estavam associados armazéns (hachurado na figura) de grãos e outras matérias-primas, que poderiam ser usadas/obtidas nas trocas com populações seminômades. O restante da área era ocupado por edifícios domésticos e administrativos, construídos de tijolos (preto na figura).

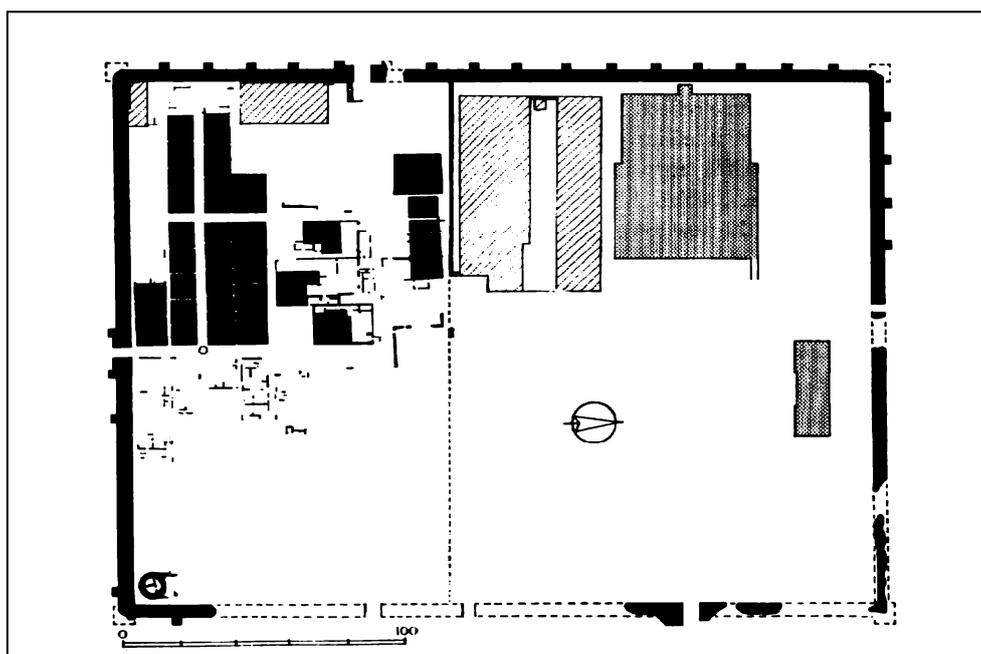


Figura 19 - A cidade templária de Sesebi⁴¹⁸.

Kemp nota que a única diferença entre o modelo das cidades templárias e a estrutura dos templos egípcios é que, na Núbia, as muralhas incluem grandes áreas residenciais, enquanto os muros templários no Egito delimitavam um espaço ocupado apenas pelo templo e seus armazéns⁴¹⁹.

Várias dessas cidades templárias foram construídas na Núbia, centradas em templos e com uma estrutura econômica relativamente grande, planejada para volumosos grupos de trabalhadores e trabalhadoras. Paralelamente, fortalezas do Reino Médio foram ampliadas para serem adaptadas a este modelo. Redford acentua que o uso do termo egípcio *sp3t*⁴²⁰ na documentação mostraria que o modelo de centro urbano com sua gleba adjacente estaria presente ao sul do Egito⁴²¹.

⁴¹⁸ KEMP, *Fortified Towns in Nubia*, p. 652.

⁴¹⁹ *Ibid.*, p. 661.

⁴²⁰ Normalmente traduzida pela palavra de origem grega “*nomos*” ou pela “*província*” de raiz latina, referindo-se a uma instância territorial reconhecida pelo governo e sob a administração do funcionalismo

Junto com a fundação física da hegemonia egípcia, havia uma vasta rede de escribas, sacerdotes e militares ligados aos templos, sedes administrativas e, eventualmente, guarnições estacionadas para lidar com as ameaças à ordem estabelecida pelo poder imperial. O conjunto das estruturas egípcias era responsável por reproduzir a lógica econômica executada na “Terra Negra”, onde esses assentamentos urbanos eram os centros locais de produção especializada, administração e redistribuição.

É possível imaginar que poucos egípcios fossem deslocados para essas cidades templárias, sendo, em sua grande maioria, funcionários e membros do Estado material, portanto, dos diferentes grupos da classe dominante faraônica. A força de trabalho utilizada na Núbia era certamente local, com nativos espalhados por assentamentos rurais ligados às *mnw*. Adams chega a afirmar que trabalhadores escravizados foram utilizados na construção dos templos que serviam de centros gravitacionais para a ocupação de Wawat⁴²². O relato biográfico do vice-rei Setau, do período de Ramsés II, numa estela de Wadi es-Sebua, comprova a utilização de mão de obra cativa nas construções do santuário:

Eu era o comandante do exército, liderando a frente de suas tropas, como nenhum [vice-rei de] Kush tinha pisado (anteriormente) neste caminho (?). Eu saí (com) todos aqueles que foram capturados por meio da minha ação e os trouxe juntos a um só lugar. (...) Então eu construí o templo “Ramsés-Meryamum-no-Domínio-de-Amon” talhado na montanha [ocidental] como uma construção para eternidade, preenchida com numerosas pessoas do saque de Sua Majestade⁴²³.

Ainda que existam outros registros de deportações (de palestinos e líbios) para as cidades templárias da Núbia, ainda na XVIIIª Dinastia, a prática geral deveria ser mesmo a utilização da força de trabalho local. Além de trabalhadores e trabalhadoras, as divindades que habitavam essas fundações religiosas eram dotadas de propriedades, cuja administração e produção jazia sob responsabilidade dos templos. Segund Kemp,

As vantagens de fazer da economia templária a unidade básica de administração e exploração da Núbia parecem ter sido consideráveis, já que ele provia uma unidade autossuficiente já pronta integrada à fábrica do

do Estado político. Redford atribui o significado de uma espécie de pequena cidade rodeada de sua zona cultivável.

⁴²¹ REDFORD, *From slave to pharaoh*, p. 893.

⁴²² ADAMS, *The First Colonial Empire*, p. 58.

⁴²³ FROOD, Elizabeth, *Biographical texts from Ramessid Egypt*, Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007, p. 209.

Estado egípcio e capaz, por meio da instituição da terra-*khato*⁴²⁴, de administrar terras reais também⁴²⁵.

As doações de terras, trabalhadores e matérias-primas em geral aos templos era um mecanismo estatal de controle da riqueza e uma forma de expansão do Estado egípcio, tanto na “Terra Negra”, quanto no exterior. O próprio modelo de cidade templária se encaixa com o templo funerário de Ramsés III, em Medinet Habu, que recebeu incontáveis benefícios do Egito e do exterior⁴²⁶. Esta expansão imperialista do modelo faraônico de controle da produção é vista por Kemp como a criação de “colônias”. Segundo o autor, isto não envolvia anexação territorial, mas uma forma de exploração intensiva do potencial agrícola por meio da introdução de responsabilidades baseadas na atribuição de lotes de terra⁴²⁷.

Morris concorda que a construção das cidades templárias mostra o esforço de criação de um foco econômico e espiritual para os assentamentos acima da Primeira Catarata, numa forma de exploração semelhante à do Egito⁴²⁸. Isto ajuda a explicar as doações de terras na Núbia a cultos e templos egípcios, como o cenotáfio de Osíris em Abidos, que recebeu de Sety I toda uma estrutura imensa na Núbia, atestada pelo *Decreto de Naury*⁴²⁹.

A doação de terras para estátuas de culto também foi uma prática utilizada na lógica do imperialismo faraônico. Török aponta que imagens de Ramsés II e Ramsés IV foram dotadas com herdades núbias, algumas delas presenteadas por um nobre egípcio, Delegado de Wawat⁴³⁰. Ellen Morris demonstrou, no caso de templos de culto a estátuas divinas e reais egípcias no Levante, de que maneira tais doações eram utilizadas como engrenagem de exploração imperial, desvelando um padrão adaptado em todo território dominado pelo império do Reino Novo⁴³¹.

⁴²⁴ As terras-*khato*, segundo Stuchevsky, eram terras estatais confiadas por razões administrativas a templos e instituições estatais, sendo cultivada de acordo com dois sistemas: grandes domínios lavrados por trabalhadores estatais ou pequenas unidades trabalhadas por possuidores privados ou sob sua responsabilidade, sendo que em muitos casos os lotes passavam de uma categoria para outra. JANSSEN, J. J., *Agrarian Administration in Egypt the Twentieth Dynasty*, v. 43, n. 3/4, p. 351–366, 1986, p. 359.

⁴²⁵ KEMP, *Fortified Towns in Nubia*, p. 668.

⁴²⁶ Uma das traduções e estudos mais atualizados encontra-se em GRANDDET, Pierre, **Le Papyrus Harris I (BM 9999)**, Le Caire: Institut Français d'Archéologie Orientale du Caire, 1993.

⁴²⁷ KEMP, *Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC)*, p. 34.

⁴²⁸ MORRIS, **The architecture of imperialism**, p. 812.

⁴²⁹ GRIFFITH, F. Ll., The Abydos Decree of Seti I at Nauri, **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 13, n. 3/4, p. 193–208, 1927.

⁴³⁰ TÖRÖK, **Between two worlds**, p. 216.

⁴³¹ MORRIS, Exchange, extraction, and the politics of ideological money laundering in Egypt's New Kingdom Empire.

É possível imaginar que, no cotidiano, a imagem magnânima das cidades templárias egípcias na paisagem Núbia causasse sentimentos variados na população local. Para os trabalhadores e trabalhadoras explorados, aquelas estruturas deveriam significar o sacrifício de seu esforço de sobrevivência e pagamento das tributações, o que ainda envolvia a dominação de um povo estrangeiro.

As *mnnw* poderiam ser encaradas como sedes administrativas e grandes proprietárias de terra, mas também como elementos de redistribuição que favoreciam especialmente as elites nativas cooptadas pelo sistema econômico imperial. Por outro lado, havia ainda um caráter religioso, expresso não apenas nos festivais do calendário sagrado, mas, também, cotidianamente, nas partes acessíveis do templo, nas estátuas e imagens externas, que deveriam servir de local de culto da religiosidade popular. Desta forma, ao mesmo tempo em que provavelmente eram usados pela população em sua devoção pessoal, os templos também comunicavam a autoridade do faraó sobre a região. Segundo Adas, era o templo e não a fortaleza que simbolizava o poder egípcio na Núbia do Reino Novo⁴³².

Thutmés III e Thutmés IV construíram templos em Kurte, Kuban, Aniba, Wilesiya, Qasr Ibrim, Farás, Buhen, Urinarti e Semna, além de estabelecerem santuários na Alta Núbia, em Sai e Napata. O projeto de construções de Amenhotep III incluiu um templo para si mesmo – deificado em vida – em Soleb, dotado de propriedades, além de diversas outras estruturas entre a Primeira e a Terceira Cataratas.

Ramsés II ampliou inúmeros templos na Núbia, como aquele dedicado a Amon em Gebel Barkal, mas sua ação entre a Primeira e a Quarta Cataratas é mais bem representada por seus oito templos monumentais, em Beti el-Walli, G erf Hussein, Wadi es-Sebua, Derr, Aksha, Amara e dois em Abu Simbel.

Mais tarde, Ramsés III escolheu os sítios para suas construções templárias na Núbia com base em diversos critérios observados por Török: a manutenção dos centros tradicionais; a situação das terras férteis; e a distância coberta por navio/dia corrente acima (25-30 km) e abaixo (60-80 km)⁴³³. Desta maneira, seus santuários se encaixavam no itinerário de viagem pelo Nilo, facilitando a integração dos territórios imperiais e o abastecimento de vários destes templos que nem sempre eram dotados de terras próximas que os abastecessem.

⁴³² ADAMS, *The First Colonial Empire*, p. 57.

⁴³³ TÖRÖK, *Between two worlds*, p. 245.

A disposição das estruturas templárias egípcias na Núbia também foi alvo de análise de Barry Kemp, que propõe três conclusões: a) a presença de templos em áreas isoladas como Gebel Barkal demonstra a estabilidade da presença egípcia até a Quarta Catarata; b) a distribuição das cidades templárias parece seguir o modelo de poder político existente antes da conquista; c) a continuidade, mesmo após o Reino Novo, de importantes centros de culto a Amon no território núbio mostra que as áreas ocupadas foram aquelas referentes aos mais importantes reinos locais ou regiões em que os egípcios derrotaram e capturaram inimigos, marcando os mais importantes locais com monumentos à conquista faraônica. Em síntese, o autor afirma que os templos foram “*o mais duradouro sinal da nova direção política (diplomática) egípcia*”⁴³⁴, considerando que no Reino Novo ocorreu a transição da antiga lógica de ocupação militar de pontos estratégicos para a do comércio de bens de prestígio, para uma hegemonia calcada principalmente na administração “civil-religiosa”, voltada para a expansão de um modelo de ocupação que valorizou a exploração de assentamentos agrícolas ligados a estruturas templárias.

3.3 A Estrutura Administrativa e o Funcionalismo do Império Egípcio na Núbia

Os planos do último faraó da XVIIª Dinastia, Kamés, e do primeiro da XVIIIª, Ahmés, eram de restabelecer os territórios da “Terra Negra” em suas dimensões no Reino Médio, expulsando os poderes paralelos e restabelecendo a centralidade do Estado faraônico em Tebas. Neste sentido, seguiram a risca os antigos parâmetros da ocupação da Núbia, utilizando a rede de fortalezas e dando continuidade ao costume de instalar nelas comandantes (*tsw*) militares.

Até o reinado de Thutmés III, a administração egípcia em Wawat foi focada basicamente num governo expedicionário, sem uma nova estrutura, utilizando-se dos assentamentos do Reino Médio (Kuban, Buhen, Mirgissa, Askut e Semna) e outros relativos ao Grupo-C (Aniba). A partir de então, passou-se a pensar na transformação do modelo de gerenciamento, com a reorganização do território de toda a Núbia e o desenvolvimento de um funcionalismo aglutinado em centros administrativos e econômicos.

⁴³⁴ KEMP, Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC), p. 23–29.

A modificação da lógica de ocupação dos territórios núbios levou cerca de um século e meio para se concretizar. Neste período, os egípcios decidiram por uma dominação marcada pela transferência de um controle militar para uma administração baseada em um funcionalismo estatal não militarizado (ou “civil”). Este processo só se completou entre os governos de Amenhotep II e Thutmés IV, após a derrota de Kerma e a pacificação da área entre a Primeira e a Quarta Cataratas. Foi neste momento que se processou a reforma que consolidou o modelo das cidades templárias, com uma organização administrativa baseada em um organograma de cargos religiosos e gerenciais, envolvendo a elite egípcia e grupos da classe dominantes núbia.

Segundo Redford, o modelo administrativo escolhido para a Núbia emulava o utilizado no próprio Egito, mantendo a dualidade territorial que se expressava na divisão entre Wawat (com seu centro em Aniba/Miam e, durante Tuthankamon, em Farás) e Kush (com seu centro em Soleb), com a fronteira na Segunda Catarata⁴³⁵. O limite das construções egípcias estava em Napata, a mais de 1600 km da fronteira do II Período Intermediário, na Primeira Catarata. Os egiptólogos discordam acerca do papel de Napata no controle da Núbia. Adams vê na região o que seria o maior e mais importante centro político ao sul da “Terra Negra”, em virtude, especialmente, do sucesso que o culto de Amon alcançou na área⁴³⁶. Morkot, em sentido contrário, afirma ser muito improvável que o maior centro administrativo egípcio se localizasse na fronteira do extremo meridional do império⁴³⁷.

A hipótese de Morkot está relacionada à sua reinterpretação do domínio egípcio sobre a Núbia. O autor argumenta convincentemente que, ao contrário da divisão administrativa tradicionalmente pensada, Kush se refere ao território entre a Segunda e a Terceira Cataratas, não se estendendo até a Quarta. O território entre a Terceira e a Quarta Cataratas (também chamado pelos egípcios de Kush) seria controlado pela elite núbia nativa, enquanto os interesses faraônicos seriam supervisionados ali pelo “Supervisor das Terras Estrangeiras do Sul”⁴³⁸. Como visto, Morris vê a ausência de *mnw* na região como uma evidência da validade dos argumentos de Morkot. Török vai neste mesmo sentido quando afirma que Napata e Kurgus (entre a Quarta e Quinta

⁴³⁵ REDFORD, *From slave to pharaoh*, p. 857.

⁴³⁶ ADAMS, *The First Colonial Empire*, p. 57.

⁴³⁷ MORKOT, *Egypt and Nubia*, p. 237.

⁴³⁸ *Ibid.*, p. 234–235.

Cataratas) eram o “limite vago” da autoridade egípcia⁴³⁹ e, portanto, deveriam servir economicamente mais como entrepostos de troca com as populações locais.

Wawat, por outro lado, era constantemente vista como parte do Egito. Primeiro, considerando que já havia sido uma região cuja soberania faraônica já havia sido reivindicada desde o Reino Médio. Em segundo lugar, porque foi onde o Egito investiu em um intenso processo de aculturação. A documentação administrativa também aponta Wawat como parte do Egito, mostrando como o mesmo funcionário era responsável por uma área no Alto Egito e na Núbia. O texto da tumba do vice-rei de Kush no reinado de Tutankhamon, Huy, afirma:

(...) tendo sido designado na presença do Deus Perfeito para ser Filho Real, Supervisor das Terras do Sul; Khentennefer e Alto Egito sendo confiados a ele e combinados sob sua supervisão, para administrá-los para o Senhor das Duas Terras (...) ⁴⁴⁰.

Outra inscrição, relativa a um vice-rei do reinado de Thutmés III, Nehi, inclui especificamente nomos do Alto Egito sob a tutela do administrador:

Sendo louvado por] este [rei] perfeito dos deuses, que dá a confiança do seu coração [ao Filho Real, Supervisor das] Terras do Sul, [aos sulistas] de sua terra, começando de Nekhen (...) ⁴⁴¹.

A julgar pelo texto da Tumba de Huy, a autoridade do vice-rei e supervisor das terras do sul se estendia do nomo de Nekhen a Karoy (Kurgus), provavelmente para unificar a fiscalização da produção aurífera⁴⁴². Desde o início da XVIII Dinastia, a região reconquistada abaixo da Primeira Catarata estava sob a responsabilidade do “filho real” (*sꜣ nswt*) ou vice-rei designado pelo faraó especialmente para desempenhar tal função. Os vice-reis eram escolhidos entre os quadros militares do jovem Império Egípcio até o reinado de Amenhotep I, a partir de quando passaram a provir da fração “civil” da administração escriba (embora pudessem desempenhar funções militares também). Sob o governo de Thutmés IV, o vice-rei passou a ser chamado de “filho real de Kush” (*sꜣ nsw(t) n ks*)⁴⁴³.

⁴³⁹ TÖRÖK, **Between two worlds**, p. 166.

⁴⁴⁰ SMITH, **Askut in Nubia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millennium B.C.**, p. 181.

⁴⁴¹ *Ibid.*

⁴⁴² No reinado de Amenhotep III, especificamente, surge para o vice-rei o título de “Supervisor dos Desertos Dourados de Amon”, referindo-se claramente ao seu papel na fiscalização da produção aurífera.

⁴⁴³ Uma lista dos vice-reis e alguns de seus títulos encontra-se em REISNER, George A., **The Viceroys of Ethiopia**, *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 6, n. 1, p. 28–55, 1920.

Redford afirma que o título de “Filho Real”, no II Período Intermediário, era comumente usado para designar um plenipotenciário da nobreza, sem sangue real, que recebia, frequentemente, funções militares. Por cinco séculos, o vice-rei era indicado pessoalmente pelo faraó dentre a nobreza, promovendo uma ligação pessoal de dependência entre os dois⁴⁴⁴. O cargo tinha uma duração média de 10 a 20 anos e, normalmente, era o topo da carreira do funcionário, havendo casos de hereditariedade a partir da XIX^a Dinastia.

Ainda que Redford localize em Aniba a sede administrativa do trabalho do vice-rei (pelo menos no reinado de Amenhotep III)⁴⁴⁵, egiptólogos e egiptólogas concordam em afirmar que ele vivia em Tebas e ia até a Núbia num sistema expedicionário⁴⁴⁶. Em grande medida esta posição é apoiada pela presença das tumbas dos vice-reis na necrópole tebana. A presença destas tumbas na Núbia a partir da XIX^a Dinastia é um indício da transição e do fortalecimento do poderio local dos funcionários mais importantes. Por outro lado, é perfeitamente aceitável crer que as diversas cidades templárias e templos egípcios na Núbia servissem como estrutura administrativa para os trabalhos encabeçados pelo “Filho Real”.

Indubitavelmente, a maior responsabilidade do vice-rei era para com a coleta dos tributos e outros produtos (que os egípcios também poderiam chamar ideologicamente de tributos) vindos da Núbia. Como é possível perceber pelo título de “Supervisor dos Desertos Dourados” e pela jurisdição administrativa do cargo, a mineração, processamento e envio do ouro eram a principal preocupação do Egito em relação à região acima da Primeira Catarata. O “Filho Real” tinha também atribuições relacionadas à construção de monumentos, a assuntos militares, judiciais e, possivelmente, religiosos.

A recepção dos tributos imperiais do norte e do sul está registrada em diferentes tipos de fontes, como inscrições reais, listas de taxaço nos templos, estelas, estatuetas e inscrições feitas a mando dos próprios vice-reis, além de outros documentos. Um exemplo é o da tumba do vice-rei Huy. No que se refere ao seu trabalho, relacionado às entregas da Núbia, lê-se o seguinte:

Os produtos são apresentados ao Senhor das Duas Terras (...); o vice-rei de Kush e supervisor das terras estrangeiras do sul, Huy – (santo) inocente.

⁴⁴⁴ REDFORD, *From slave to pharaoh*, p. 875.

⁴⁴⁵ *Ibid.*, p. 831.

⁴⁴⁶ Um exemplo é SMITH, *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*, p. 84.

Vasilhas com todo o mais seieto de suas terras: prata, ouro, lápis-lazuli, turquesas e toda classe de pedras preciosas⁴⁴⁷. (...) Vindo de Kush, trazendo estes magníficos produtos, o mais seieto das terras estrangeiras do sul. Atracando na cidade do sul (Tebas) pelo vice-rei de Kush, Huy. Os chefes de Kush dizem: “Saudações a ti, ó rei do Egito, Sol dos Nove Arcos. Conceda-nos o alento que tu outorgas, pois ninguém vive sem tua vontade”. Os chefes de Kush dizem: “Quão grandes são teus poderes, ó bom deus. Quão [grande] é tua força. Outorga-nos o alento que tu concedes e nós [propagaremos] tua legitimidade”⁴⁴⁸.

Embora o texto (acompanhado de imagens) represente uma cerimônia de oferta de tributos em Tebas, com a presença de príncipes das regiões submetidas ao Egito, ou que compunham parte da esfera de trocas imperiais, os vice-reis também deveriam viajar à Núbia para supervisionar a recolha das taxas. Isto fica explícito numa estela dedicada ao vice-rei Usersatet em Amara.

Eu mantive os muitos monumentos do senhor, este bom deus. Ele deu seu favor àquele amado, seu favorito entre os cortesãos. Eu agi de maneira correta para com o Senhor das Duas Terras, minha popularidade estando nos corações de todos os homens. Eu fiz jornadas a mando do rei. Ele me colocou à frente dos cortesãos e me fez maior que (outros) nobres no palácio. Ele me deu influência, o arauto real, que seu senhor ama, o filho real e protegido real, Usersatet, que é grande em servidão ao Senhor das Duas Terras⁴⁴⁹.

Abaixo do vice-rei no organograma da administração egípcia da Núbia estava o “Supervisor das Terras Estrangeiras do Sul” (*imy-r ḥswt rswt*). Este cargo tinha um paralelo no Levante, o “Supervisor das Terras Estrangeiras do Norte”. No caso de Kush, muitas vezes o título era portado pelo próprio vice-rei.

Os “Supervisores das Terras Estrangeiras” gerenciavam o império como funcionários responsáveis pelas regiões de fronteira nas áreas em que o Egito exercia influência, mas não controle direto. Organizações político-sociais cujas estruturas eram mantidas e subsumidas aos interesses tributários do império eram fiscalizadas por estes administradores, que funcionavam como ponte de contato entre o Estado político faraônico e as classes dominantes de regiões entre a Terceira e Quarta Cataratas, e no Levante. Segundo Smith, no caso de Kush, estes Supervisores deveriam ser nobres locais criados e educados na corte tebana em conjunto com a elite egípcia e

⁴⁴⁷ Alguns desses produtos são referentes a entregas das áreas submetidas no Levante.

⁴⁴⁸ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 212–213.

⁴⁴⁹ CUMMING, Barbara, *Egyptian historical records of the later eighteenth dynasty*, Warminster, England: Aris & Phillips, 1982, p. 172–173.

responsáveis por regularem a circulação de produtos⁴⁵⁰, o que nem sempre parece ser possível confirmar, já que o título aparece na titulação dos vice-reis que eram de origem Tebana.

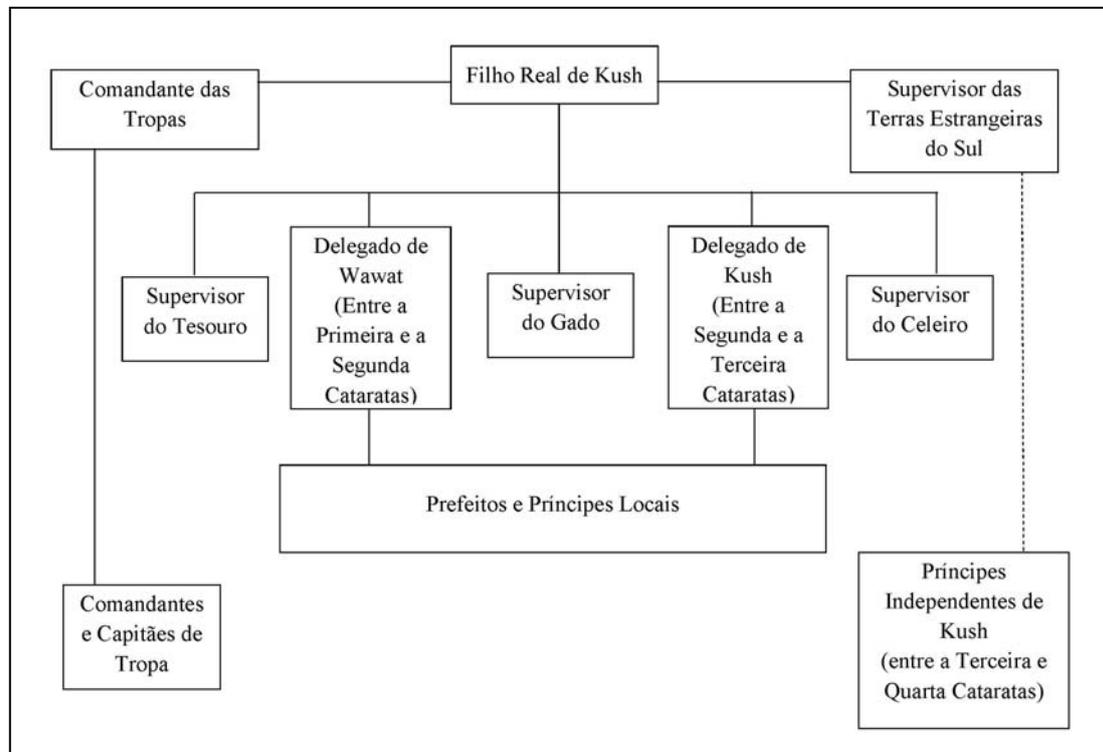


Figura 20 - Organograma da Administração Imperial da Núbia.

Outro cargo, que na hierarquia situava-se logo abaixo ao do vice-rei, era o de “Comandante das Tropas de Kush” (*hry-pdt*), que, assim como o “Filho Real de Kush”, era nomeado diretamente pelo faraó e também parecia estar sediado em Tebas⁴⁵¹. Este oficial frequentemente também portava o título de “Supervisor das Terras Estrangeiras do Sul”, o que parece indicar que suas funções não eram meramente militares, atuando também na inspeção dos tributos anuais, na fiscalização dos recrutamentos de força de trabalho e nas requisições de gado e outros produtos.

Com a passagem para uma administração cada vez menos militarizada, as funções bélicas do “Comandante de Tropas” deveriam estar reduzidas a pequenas ações de contenção das sedições locais, embora frequentemente na documentação o próprio

⁴⁵⁰ SMITH, *Revenge of the Kushites: Assimilation and resistance in Egypt's New Kingdom empire and Nubian ascendancy over Egypt*, p. 93.

⁴⁵¹ Uma coletânea de fontes referentes aos Comandantes das Tropas, incluindo basicamente textos funerários que para nossos fins somente mencionam de interessante as titulações (mostrando como frequentemente eles também detinham o cargo de Supervisor das Terras Estrangeiras do Sul) encontra-se em KITCHEN, K. A, *Ramesside inscriptions.*, Oxford, UK; Cambridge, Mass.: Blackwell, 1993, p. 78–80.

vice-rei apareça reivindicando a liderança militar de campanhas destinadas a este fim. De qualquer maneira, pode se supor que uma das funções do “Comandante das Tropas” era coordenar os oficiais de patente mais baixa e organizar as guarnições posicionadas ao Sul da Primeira Catarata, lembrando que este trabalho deveria ter uma importância fundamental no contexto da proteção da produção aurífera contra os ataques de povos seminômades. Segundo Redford, essas guarnições tornaram-se cada vez mais independentes a partir da XIX^a Dinastia, até se tornarem uma força “imprevisível e sem lei”, culminando nos saques a Tebas durante a XX^a Dinastia⁴⁵².

Num segundo nível do escalão administrativo da Núbia, indicados diretamente pelos vice-reis, estavam os seus dois auxiliares, os “Delegados do Filho Real” (*idnw n s3-nsu*) para Wawat e para Kush. Estes funcionários estavam instalados na Núbia e eram os mais altos na administração local, uma vez que o vice-rei e o “Comandante das Tropas” viviam em Tebas. Os Delegados eram escolhidos entre as famílias das classes dominantes locais para intermediar a relação com as populações núbias, e suas tumbas se encontram em Aniba (Miam) e Soleb. Um registro cortado na pedra em Abu Simbel mostra que o Delegado de Wawat no reinado de Ramsés II era também prefeito de Miam por hereditariedade e, portanto, de descendência nativa: “Feito pelo Escriba dos Comandos do Exército, o Tesoureiro-Escriba que contabiliza o ouro para o Senhor das Duas Terras na Núbia, Prefeito de Miam, Delegado de Wawat, Harnakht, justificado, filho do Prefeito [de] Miam, Penniut⁴⁵³.”

Para auxiliar os altos cargos, que ainda contavam com o “Supervisor da Casa do Tesouro” e um “Supervisor do Gado”, havia uma miríade de funcionários administrativos instalados nas localidades, incluindo servos do vice-rei, escribas variados (do Tesouro, do Ouro, do Comando do Exército etc.), chefes dos celeiros e outros⁴⁵⁴. Somavam-se a estes administradores os sacerdotes dos templos construídos na Núbia.

É perceptível, no exemplo citado acima do Delegado de Wawat, Harnakht, que as cidades templárias eram gerenciadas por Prefeitos (*h3ty-9*) que faziam parte de uma descendência nativa. A participação das classes dominantes locais cooptadas pela lógica imperialista é fundamental para compreender um modelo de exploração que busca se manter com a menor intervenção possível, impondo-se como uma superestrutura sobre

⁴⁵² REDFORD, *From slave to pharaoh*, p. 875.

⁴⁵³ KITCHEN, *Ramesside inscriptions.*, p. 81.

⁴⁵⁴ Para inscrições funerárias que mencionam esses títulos durante o reinado de Ramsés II, ver *Ibid.*, p. 80–85.

as estruturas economicossociais nativas. Esta lógica já fora observada pela Egiptologia nas cidades-Estado submetidas na Síria-Palestina, mas pouco reconhecida para a Núbia, provavelmente por dois motivos principais: 1) uma perspectiva racista e estadocêntrica que via na inexistência de organismos estatais um facilitador para que se impusesse uma administração de egípcios, descartando as hierarquias dos diferentes grupos locais; 2) o fato de que parte dos chefes nativos (de Wawat especialmente) se esforçou em adotar seletivamente elementos da cultura da “Terra Negra”, dificultando a diferenciação entre administradores egípcios e núbios a partir da cultura material funerária (o que se soma às representações das cenas de tributos nas tumbas tebanas de funcionários como os vice-reis). Esta posição aparece, por exemplo:

Como pudemos ver nos gráficos de regressão confeccionados por fase de ocupação (...) ocorre um declínio da riqueza imobilizada nas tumbas. Isto é um reflexo direto da política egípcia, que durante a segunda metade da 18ª Dinastia substituiu a antiga classe dirigente local, por burocratas egípcios. Este ato resulta na fragmentação e na redução significativa da classe dirigente local⁴⁵⁵.

Todavia, é preciso concordar com Török que:

O contraste [da Núbia] com o Levante, onde os governantes locais – se leais – tinham permissão para governar suas terras, cujos deuses eram incluídos no panteão egípcio e cuja linguagem (o acadiano) era usada no contato diplomático era menos radical que normalmente é postulado⁴⁵⁶.

Além da divisão dual entre Wawat e Kush, havia subdivisões administrativas na Núbia. Sève-Söderbergh se refere a possíveis cinco jurisdições acima da Primeira Catarata, ainda que demonstre dificuldades em localizá-las, inclusive em virtude da incerteza sobre o enquadramento do termo “Kush”⁴⁵⁷. De qualquer maneira, sabemos que havia principados núbios chefiados por *wrw* nativos, como Teh-Khet e Miam, por exemplo. A tradução habitual para *wrw*, inclusive na lógica dos líderes de aldeias egípcias, é “chefe” (ou “ancião”), mas para a Núbia a Egiptologia convencionou atribuir o significado de “príncipes” locais. Segundo Van Pelt,

O governante indígena de cada um desses [principados] simultaneamente funcionava como um líder de seu povo e um funcionário da administração

⁴⁵⁵ PELLINI, José Roberto, **Arqueologia Espacial e as Esferas de Troca: Um Estudo do Sistema Econômico Egípcio durante o Império Novo.**, Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 193.

⁴⁵⁶ TÖRÖK, **Between two worlds**, p. 184.

⁴⁵⁷ SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, **New Kingdom pharaonic sites**, p. 210.

egípcia, e era responsável por manter a ordem, coletar e entregar a renda e também possibilitar a manutenção dos cultos de deuses núbios⁴⁵⁸.

Seguindo a lógica deste modelo administrativo, Morkot defende que há boas razões para supor que o funcionalismo do vice-reinado fosse largamente controlado por famílias núbias, fossem elas indígenas ou mistas. Neste quadro, apenas os cargos mais altos eram reservados aos egípcios⁴⁵⁹. No caso específico da região entre a Terceira e a Quarta Cataratas, o controle direto estava nas mãos da elite nativa, que recebia apoio militar em troca de bens de luxo vindos do Sudão Central, não havendo, portanto, uma ligação direta com a administração imperial.

Smith segue o caminho de Morkot, afirmando que tanto na porção mais meridional de Kush quanto na Síria-Palestina, o modelo imperial era de encorajamento da autonomia local, o que estaria comprovado arqueologicamente pelo fato de haver poucos sítios núbios egipcianizados na Alta Núbia (apenas Tombos, Kawa e Gebel Barkal)⁴⁶⁰.

Em Wawat, por outro lado, adotou-se deliberadamente uma política de aculturação da população local, subsumindo as hierarquias nativas e cooptando os governantes do Grupo-C. Tal política teria levado à egipcianização da grande maioria do povo núbio na região, a julgar pela cultura material. Todavia, este processo deve ser matizado e problematizado.

3.4 Egipcianização e Resistência

As escavações na Baixa Núbia, no contexto do projeto de salvação arqueológica organizado pela UNESCO, envolveram equipes múltiplas e internacionais. Uma parte importante dos sítios foi deixada a cargo da *Scandinavian Joint Expedition*, composta por membros da Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia. As escavações duraram quatro seções (1961-1964) e se limitaram à região da margem oriental do Nilo, entre Farás e Gamai. Os trabalhos de análise do material duraram cerca de 30 anos, sendo publicados sob a supervisão do Dr. Torgny Säve-Söderbergh, da Universidade de Uppsala.

⁴⁵⁸ VAN PELT, *Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia*, p. 524.

⁴⁵⁹ MORKOT, *Egypt and Africa*, p. 299.

⁴⁶⁰ SMITH, **Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire**, p. 94.

O que já havia sido notado por prospecções anteriores é que, a partir do Reino Novo, há uma modificação súbita na cultura material da região, que deixa de ser dominada pelos costumes do Grupo-C, dos Pan-Grave e de Kerma e passa a apresentar características próprias da cultura egípcia em praticamente todos os sítios. A primeira interpretação deste contexto foi a de uma instalação em massa de imigrantes da “Terra Negra”, relacionada a um êxodo da maioria da população nativa conforme, por exemplo, Firth:

Que a migração racial foi verificada com êxito é algo corroborado pelo declínio da cultura núbica que sobrevêm. (...) Os sobreviventes núbios, dos quais, talvez, um grande número era de mulheres, teriam se misturado por matrimônio com os colonos egípcios e rapidamente adotado os costumes de seus conquistadores⁴⁶¹.

Portanto, Firth relaciona a migração iniciada após as campanhas de Ahmés na Núbia com a aculturação dos elementos restantes da população local, constituída majoritariamente por mulheres. Neste sentido, a questão de gênero teria um importante papel neste processo de sobreposição cultural nos grupos nativos, por meio da submissão destes à cultura egípcia através do casamento com colonos da “Terra Negra”. Há aí um pressuposto de que o gênero feminino é culturalmente passivo em situação de matrimônio, submetendo-se aos costumes tradicionais de seus cônjuges. Não há, entretanto, qualquer evidência desta passividade feminina frente à cultura egípcia. Veremos que as mulheres, pelo contrário, desempenharam um importante papel de resistência a esta imposição cultural.

Os trabalhos da *Scandinavian Joint Expedition* e de outras missões responsáveis por regiões mais ao sul contribuíram para o melhor entendimento deste contexto histórico, apontando a improbabilidade de um êxodo e da substituição da população local pelo assentamento de colonos egípcios.

O desaparecimento quase total da cerâmica e das formas de enterramento indígenas durante a primeira metade da XVIII^a Dinastia passou a ser visto como um sinal, não mais da expulsão e migração da população nativa, mas da aculturação do Grupo-C e dos Pan-Grave, segundo os costumes da “Terra Negra”. Em síntese:

Uma vez que os sítios da Média Núbia na Baixa Núbia que datam do Reino Novo são muito poucos e muito pequenos para representar a média de uma população indígena, nós temos que presumir seja um êxodo dos núbios

⁴⁶¹ FIRTH, Cecil Mallaby, **The archaeological survey of Nubia: report for 1908-1909**, Cairo: National Printing Department, 1912, p. 27.

nativos envolvendo migração em massa ou uma aculturação de uma população inalterada. Como um êxodo é, por muitas razões, altamente implausível, uma aculturação da população núbica é uma exploração melhor, especialmente nos distritos que não estavam na vizinhança intermediária de um centro administrativo egípcio, como Aniba e Buhen⁴⁶².

Este processo de aculturação deu origem ao termo “egipcianização”, criado por George Reisner, na primeira década do século XX, a partir dos enterramentos encontrados no levantamento arqueológico da Núbia. Segundo o autor:

Em outras palavras, no período hicsu, a Núbia repentinamente se tornou egipcianizada. Os túmulos são absolutamente indistinguíveis daqueles do mesmo período encontrados no Egito. Os esqueletos encontrados nesses túmulos, entretanto, não são os mesmos que no Egito. (...) Dificilmente pode-se duvidar que a egipcianização da Núbia no Reino Novo foi resultado de uma migração de egípcios pressionados pelo governo hicsu⁴⁶³.

A perspectiva de Reisner é típica de sua época e extremamente preconceituosa, como a de Firth (também responsável pelos levantamentos arqueológicos da Núbia em fins da década de 1910). O primeiro erro está na datação deste processo de egipcianização. Já vimos que o espaço da Baixa Núbia, no II Período Intermediário, estava sob o domínio do Grupo-C, sob influência dos kushitas de Kerma. Ademais, sabe-se que não houve pressão do governo hicsu no Delta para que egípcios migrassem para a Núbia, encontrando-se ali apenas os expatriados que permaneceram assentados no período.

O maior problema da concepção de Reisner é, todavia, a lógica que orienta sua ideia de egipcianização, estruturada numa série de preconceitos eugenistas academicamente em voga na transição do século XIX para o XX. Este foi justamente o contexto que buscou separar o Egito da África, no bojo do neocolonialismo europeu. Van Pelt é perfeito em sua assunção de que “(...) para Brugsch, Reisner e Emery, a egipcianização dos núbios “rudes de cor escura” pelos egípcios “brancos” era inevitável porque era nada menos que o triunfo da sua própria visão de mundo colonial⁴⁶⁴.”

Independente de suas claras raízes racistas, o conceito de egipcianização foi preservado pela Egíptologia, mas deixou de ter seu significado ligado à superioridade étnica egípcia sobre os núbios para adotar o sentido de um esforço deliberado de aculturação das elites submetidas, principalmente na região de Wawat. Em outras

⁴⁶² SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, *New Kingdom pharaonic sites*, p. 8.

⁴⁶³ REISNER, George Andrew, *The archaeological survey of Nubia report for 1907-1908*, Cairo: National Printing Department, 1910, p. 340–342.

⁴⁶⁴ VAN PELT, *Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia*, p. 527.

palavras, egípcianização passou a representar o processo de substituição de uma estratégia militar de conquista por um esforço que usou a ideologia como principal ferramenta de submissão⁴⁶⁵. Morkot enquadra esta nova forma de dominação como uma modificação clara da política do Reino Médio para a região, que envolvia ignorar ou remover a população, para outra que buscava integrar as elites por meio da administração e da cultura⁴⁶⁶. Morris acrescenta que este processo de transposição de um modelo administrativo e cultural deve ter sido facilitado pelo fato de que os povos da Baixa Núbia eram parte de uma sociedade nilótica frouxamente integrada⁴⁶⁷.

Neste contexto, a religião teve um papel fundamental, tanto em seu aspecto templário quanto funerário. Conforme já foi observado, os assentamentos egípcios na Núbia eram dominados por estruturas templárias e, portanto, reproduziam a religião da “Terra Negra”. Ainda no Reino Médio, houve a associação de cultos locais à introdução do deus Hórus, com a adoção do nome “Hórus, deus de *ḥ-sty* (Núbia)”, que teria permanecido durante o II Período Intermediário. O próprio culto à Senusret III, conquistador da Núbia, poderia ser visto no Reino Novo como uma retomada do ofício a uma divindade local.

Os locais de contato com o sagrado eram cavernas usadas pelos núbios, que acabaram sendo apropriadas para a construção de templos egípcios cavados nas rochas, como Abu Simbel e Gebel Barkal, num processo claro de subsunção de elementos do sagrado local à religião imperialista.

Török afirma que o uso de deuses tradicionalmente associados à Baixa Núbia foi comum nos templos construídos entre Thutmés II e Thutmés III, enquanto a introdução de “novas” divindades egípcias esteve inicialmente subordinada ou mesclada a outros cultos nativos, como o de Dedwen e Khnun⁴⁶⁸, como foi o caso de Amon – introduzido já por Ahmés – em sua forma de carneiro (animal cujo simbolismo religioso era difundido em Kush).

O culto das divindades propriamente egípcias se fortaleceu a partir do reinado de Thutmés III, e foi mais radical em centros tradicionais como Amada. Os deuses tiveram um papel importante na solidificação do império egípcio com a renovação dos cultos a

⁴⁶⁵ A posição de uma política deliberada de aculturação das elites núbias é defendida por diferentes autores como ADAMS, *The First Colonial Empire*, p. 60; SMITH, *Revenge of the Kushites: Assimilation and resistance in Egypt’s New Kingdom empire and Nubian ascendancy over Egypt*, p. 89; VAN PELT, *Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia*, p. 531.

⁴⁶⁶ MORKOT, *Egypt and Nubia*, p. 232.

⁴⁶⁷ MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 32.

⁴⁶⁸ TÖRÖK, *Between two worlds*, p. 217–220.

divindades da “Terra Negra” instaladas há tempos na Núbia, ou com a egípcianização de deuses nativos, cuja forma já havia se perdido.

O programa sagrado de construções de Amenhotep III que, conforme visto, unificava a Núbia e o Egito num único plano de representação cósmica, incluiu a edificação de uma “Mansão de Milhões de Anos” em Soleb, dedicada ao seu próprio culto em vida. Ali imagem do monarca tinha o aspecto de “Amenhotep Senhor da Núbia” (*Nb-M3^ct-r^c nb 3-sty*),⁴⁶⁹ que acabou superando o *status* de divindade local para se tornar patrono de toda a Núbia. O faraó se empenhou em sua associação ao culto solar, dedicando-se à aproximação entre a sua figura e as divindades ligada ao Sol. Conseqüentemente, associou-se aos Hórus da Núbia, como constatou Betsy Bryan⁴⁷⁰.

Török afirma que o projeto de Ramsés II, de ocupação do Nilo núbio com templos, era uma prova clara do contraste em relação à ocupação do Reino Médio. Enquanto os fortes enfatizavam o poder do conquistador em seu destaque na paisagem, as estruturas templárias estavam integradas ao cenário local, representando a integração dos núbios no Reino Novo⁴⁷¹.

É importante ressaltar, em síntese, que a despeito da introdução de santuários dedicados a divindades tradicionais egípcias, em diversos templos os deuses da Baixa Núbia (os Hórus de Kuban, Aniba, Abu Simbel e Buhen; Khnun, Satat e Anuket) ocupam lugares tão importantes quanto os seres sagrados da “Terra Negra”. A diferença é que as divindades núbias serviam ao papel de legitimação da integração entre Wawat e Egito. Alguns deuses locais continuaram a ser cultuados até o reinado de Ramsés XI⁴⁷².

Logo, deve-se rejeitar uma posição unidirecional como a de Kemp, que divide os deuses egípcios na Núbia em três grupos (divindades tradicionais egípcias que aparecem inalteradas ou com epítetos núbios; os Hórus da Núbia; reis egípcios divinizados) para depois afirmar que:

Outra área na qual se pode observar a extensão da penetração egípcia na sociedade núbia é a religião. Nos templos construídos por egípcios na Núbia, os deuses representados nas estátuas e que recebiam oferendas eram produtos *inteiramente* da teologia egípcia. Isso sugere que, em contraste com a reação egípcia na Palestina, teólogos egípcios foram inábeis em identificar

⁴⁶⁹ GOEDICKE, Hans, **Problems concerning Amenophis III.**, Baltimore, Md.: Halgo, 1992, p. 18.

⁴⁷⁰ BRYAN, The 18th Dinasty before Amarna Period, p. 264.

⁴⁷¹ TÖRÖK, **Between two worlds**, p. 245.

⁴⁷² *Ibid.*, p. 257–262.

quaisquer deuses locais bem definidos que pudessem ser reconhecidos como membros marginais (laterais, menores) do panteão egípcio⁴⁷³.

A posição de autores como Török e Van Pelt é bem mais dialética do que a de Kemp, buscando perceber que as divindades não eram *inteiramente* produtos da teologia egípcia, envolvendo subsunções de elementos relativos ao sagrado núbio como forma de fortalecer a dominação ideológica sobre a região. Desta maneira, a oposição entre Núbia e Síria-Palestina é, mais uma vez, reduzida, ao contrário do abismo identificado por uma Egptologia mais tradicional.

Em Kush a relação foi distinta. Em vez da incorporação de divindades tradicionalmente núbias aos cultos templários de origem egípcia, como ocorreu em Wawat até o período raméssida, na Alta Núbia os cultos locais foram fundidos com o serviço destinado a Amon de Tebas em centros como Napata, Kerma e Kawa.

Trabalhos arqueológicos recentes apontados por Smith⁴⁷⁴ sugerem que a proposição de Morkot sobre a independência da região entre a Terceira e a Quarta Cataratas é correta e, portanto, não haveria ali uma cultura egípcianizada. Embora as escavações promovidas pela *Sudan Archeological Research Society* tenham avançado o conhecimento da região do braço nilótico de Dongola, os indícios compilados ainda são fragmentários e não totalmente conclusivos. De qualquer maneira, os testemunhos parecem demonstrar que esta localidade deve ter permanecido sob o controle dos chefes nativos descendentes de Kerma, que estenderiam sua influência até além da Quarta Catarata. Nesta área, a menor produtividade da terra nas margens do Nilo parece apontar para o fato de que o sustento material da sociedade deveria provir das ilhas cultiváveis do rio⁴⁷⁵.

A hipótese de que o centro do assentamento do reino de Kush deve ter se deslocado para a zona portuária pode ajudar a compreender as cenas de troca como as da tumba tebana de Khaemhat (TT 47)⁴⁷⁶. A independência desta região em relação ao domínio faraônico não impediu que alguns itens esporádicos fossem constatados nos enterramentos da elite indígena. Smith concorda em que o grau de autonomia dos chefes kushitas de Dongola deveria ser similar àquele concedido às cidades-Estado da Síria-

⁴⁷³ KEMP, *Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC)*, p. 37–38. A ênfase é minha.

⁴⁷⁴ SMITH, *Revenge of the Kushites: Assimilation and resistance in Egypt's New Kingdom empire and Nubian ascendancy over Egypt*, p. 91.

⁴⁷⁵ EDWARDS, *The Nubian past*, p. 105.

⁴⁷⁶ PINO, Cristina, *The Market Scene in the Tomb of Khaemhat (TT 57)*, *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 91, p. 95–105, 2005.

Palestina, e vê a adoção desses itens da cultura material egípcia como um processo de transculturação, diferente da aculturação executada em Wawat, associando-o com o modelo de “emulação de elite” desenvolvido por Carolyn Higginbotham para a Síria-Palestina. Ou seja, o uso de objetos egípcios deveria funcionar como um elemento de prestígio na sociedade da Alta Núbia, entre a Terceira e a Quarta Cataratas⁴⁷⁷. Segundo Morkot, a classe dominante nativa obtinha os itens egípcios através da troca de dons, conforme ocorria no Levante⁴⁷⁸. Esta relação de reciprocidade muitas vezes poderia ser uma das formas de trocas comerciais ideologicamente retratadas como dádivas pelos egípcios.

Tanto na Baixa Núbia, onde escolheu o esforço de aculturação, quando em Kush, a relação dos agentes imperiais faraônicos se estabelecia majoritariamente com as elites indígenas. Foi isso que Säve-Söderbergh constatou a partir da análise dos cemitérios da região de Debeira, na margem ocidental do Nilo, entre a Primeira e a Segunda Cataratas. Segundo o autor, a concentração de enterramentos egípcianizados na necrópole da elite em Teh-Khet, em comparação aos cemitérios próximos, seria um indício de que o processo de egípcianização foi executado verticalmente, a partir das classes dominantes⁴⁷⁹.

Stuart Smith concorda com a posição de Säve-Söderbergh acerca do papel central das elites nativas no processo de aculturação, declarando que:

Após a reconquista da Núbia no Reino Novo, as evidências funerárias e textuais mostram que a população do Grupo-C foi aculturada rapidamente às normas egípcias. Elites eram as primeiras afetadas, mas evidências de aculturação posterior aparecem na população em geral. (...) Não há dúvidas de que a nova administração colonial cooptou efetivamente os chefes e elites do Grupo-C. Como resultado da política de aculturação, as elites núbias prosperaram à custa da maioria da população⁴⁸⁰.

A proposição de Smith coaduna-se com sua análise sobre a disposição geográfica dos assentamentos na Baixa Núbia. Segundo ele, entre Amenhotep III e Horemheb, a grande maioria das tumbas pobres em cemitérios núbios demonstraria que a elite passou a se mover para os centros egípcios tradicionais, indicando um “estágio

⁴⁷⁷ SMITH, **Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire**, p. 95.

⁴⁷⁸ MORKOT, *Egypt and Nubia*, p. 239.

⁴⁷⁹ SÄVE-SÖDERBERGH, Teh-Khet. The Cultural and Sociopolitical Structure of a Nubian Principedom in Tuthmoside Times, p. 189.

⁴⁸⁰ SMITH, *Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium BC.*, p. 277.

final” no processo de aculturação, com o aumento da estratificação social no Grupo-C e o abandono dos cemitérios rurais tradicionais pela classe dominante⁴⁸¹.

Ainda que existam debates na Egíptologia acerca do conceito de egípcianização, há um consenso claro sobre o fato de que a adoção de um estilo egípcio pela elite local significaria um aumento de *status* frente às suas comunidades em razão da proximidade cultural com o centro imperial⁴⁸². Esta posição faz com que Kemp afirme que as famílias nobres da Núbia escolhiam a cultura egípcia⁴⁸³.

A afirmação de uma escolha da tradição cultural adotada deve ser problematizada. Em primeiro lugar, porque é difícil considerar que um indivíduo, ou mesmo um grupo dado em uma sociedade, possa “escolher” toda a sua forma de se relacionar com o mundo, o que redundaria numa simplificação excessiva do conceito de cultura. Por outro lado, seria reducionista analisar todo um repertório cultural de um determinado grupo social apenas pelos vestígios legados propositalmente em suas representações e enxovais funerários (principal fonte para abordar a elite da Baixa Núbia e seu processo de aculturação). De qualquer maneira, nada disto inviabiliza a constatação de que um indivíduo ou coletivo poderia escolher se representar e se munir de objetos funerários emulando elementos de padrões culturais à sua escolha, numa busca consciente por incrementar o seu *status* perante os demais integrantes de sua sociedade.

Se a lógica de Kemp da escolha de uma cultura é problemática, ainda pior é a afirmação de Redford, de que “a coisa a se fazer” para os chefes nativos era imitar as formas egípcias e se tornar um cavalheiro à moda da corte faraônica, pois “nunca se deve subestimar a atração esmagadora e irresistível da forma de vida de uma cultura imperial triunfante...”⁴⁸⁴. Embora seja importante valorizar o agenciamento das elites da Baixa Núbia em face do processo deliberado de aculturação ao qual eram submetidas pelo imperialismo egípcio, parece duvidoso considerar os costumes do centro imperial

⁴⁸¹ SMITH, Askut in Nubia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millennium B.C., p. 154.

⁴⁸² Existem posições que não se restringem a este fato ou que não observam a adoção dos costumes egípcios como uma estratégia da elite local, mas não há negação acerca do fato de que alguma diferença de *status* deveria ser relativa à aproximação cultural com os costumes da classe dominante do centro imperial. Este reconhecimento é dado, entre outros autores/obras, por: MORKOT, Egypt and Africa; SMITH, Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium BC.; TÖRÖK, **Between two worlds**; VAN PELT, Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia; REDFORD, **From slave to pharaoh**; PELLINI, **Arqueologia Espacial e as Esferas de Troca: Um Estudo do Sistema Econômico Egípcio durante o Império Novo.**; KEMP, Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC).

⁴⁸³ KEMP, Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC), p. 35–36.

⁴⁸⁴ REDFORD, **From slave to pharaoh**, p. 271.

como irresistíveis, justamente por apagar o caráter de apropriação destes símbolos culturais com um fim particular aos interesses dos grupos nativos.

Perspectiva que envolve maior complexidade, e não apenas a premissa do desejo de adquirir determinados códigos culturais em busca de *status* é defendida por Smith:

A troca com o Egito em bens suntuosos e de alto valor garantiu uma fonte de *wealth finance* para reforçar a autoridade das elites núbias e criar relações de patronato entre um governante central e as elites locais. (...) As elites núbias usaram seus contatos, simbolismo e ideologia egípcias para aumentar seu prestígio e autoridade em casa⁴⁸⁵.

Esta lógica articula uma visão econômica, que visa conciliar as trocas imperiais e um modelo redistributivo com seus significados culturais⁴⁸⁶, dando mais profundidade à análise da dinâmica social imperialista na Núbia. O controle local da riqueza e da ideologia pelas classes dominantes da Núbia servia como marcador de *status* e moeda de troca política na tarefa de assegurar a lealdade da elite nativa e compensar sua participação na extração de tributos, que eram usados localmente na manutenção da estrutura do império. Em outras palavras, como afirma Pellini, a liberdade relativa dos governantes indígenas fazia com que aqueles diretamente ligadas ao aparelho imperial usufruíssem de certas “regalias”, como, por exemplo, produtos importados do Egito⁴⁸⁷.

Kemp parte de uma associação com categorias do presente para construir a sua abordagem – um pouco mais voltada para a esfera política – das vantagens das classes dominantes da Baixa Núbia no processo de egípcianização. Segundo o autor, embora não haja evidências de uma ideia de cidadania legal no Egito, poder-se-ia considerar que a adoção da cultura egípcia e a ocupação de um cargo na estrutura do Estado político imperial como critérios para um núbio ter um *status* similar ao de uma cidadania faraônica. Neste sentido, elementos indígenas deveriam estar ansiosos para mostrar pertencimento ao poder dominante. Em suas palavras, “o resultado da política egípcia na Núbia era aumentar, talvez consideravelmente, o número de pessoas que, por cultura

⁴⁸⁵ SMITH, Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium BC., p. 254.

⁴⁸⁶ As categorias de *wealth finance* (finança de riqueza) e *staple finance* (finança básica) foram desenvolvidas para o Império Inca por Terence D’Altroy e Timothy Early para auxiliar na compreensão da organização da economia política imperial. Numa rápida definição para este contexto, a finança de riqueza pode ser considerada como bens de prestígio D’ALTROY, Terence N.; EARLE, Timothy K., Staple Finance, Wealth Finance, and Storage in the Inka Political Economy [and Comments and Reply], **Current Anthropology**, v. 26, n. 2, p. 187–206, 1985.

⁴⁸⁷ PELLINI, **Arqueologia Espacial e as Esferas de Troca: Um Estudo do Sistema Econômico Egípcio durante o Império Novo.**, p. 193.

ou oportunidade, eram, de fato e neste sentido o que importava mais na época, egípcios⁴⁸⁸.

Da maneira similar à sua análise sobre a adoção consciente de uma cultura, Kemp aqui também parece extremamente influenciado por uma leitura demasiadamente focada em determinados aspectos da cultura ligados a seus vestígios materiais. O mais grave é que, além de entender a adoção de determinados objetos e símbolos (em geral em contexto funerário) como representativa da escolha de uma cultura, o egiptólogo afirma que isto significaria também um pertencimento a uma esfera social e política similar ao que compreendemos como cidadania. Sua conclusão era de que se um indivíduo se mostrasse, por seus indícios materiais funerários, egípcio, ele seria de fato egípcio para o que “importava mais na época”.

Van Pelt concorda que parece razoável que as elites núbias buscassem, com a adoção de uma forma egípcia em seus monumentos e objetos funerários, transmitir às suas tumbas (e, portanto, às suas imagens pessoais imortalizadas nelas) um aspecto cosmopolita e grandioso que fosse compatível com seus *status* na sociedade local⁴⁸⁹.

Uma visão mais interessante é a de Török que, além de ressaltar a importância do contato com os egípcios para a elite Núbia, afirma também que a adoção de traços da cultura egípcia garantia, em contrapartida, a possibilidade de resguardar alguns elementos nativos:

Evidentemente, se eles buscavam preservar seus *status*, os altos escalões da elite exploraram as chaves apresentadas pela política do Egito na Núbia e se toraram apressadamente assimilados à elite egípcia em educação, religião e comportamento. (...) O outro lado desse processo cultural de dupla face foi que a posição de mediação dos príncipes nativos entre o governo egípcio e as comunidades locais, assegurando a possibilidade para as últimas de preservar muito de suas estruturas e tradições internas⁴⁹⁰.

Esta perspectiva possibilita observar no comportamento das elites uma iniciativa que está além do interesse estrito em manter sua posição como classe dominante frente aos grupos subalternos indígenas, indicando que a função de mediação dos príncipes nativos é representativa, dialeticamente, da adoção de elementos da cultura egípcia e da resistência à imposição desta cultura, com a manutenção de estruturas locais. Logo, há um cenário mais complexo do que a total submissão de Wawat com o auxílio das classes dominantes, mostrando a existência de negociações, hibridismos ou

⁴⁸⁸ KEMP, *Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC)*, p. 34.

⁴⁸⁹ VAN PELT, *Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia*, p. 538.

⁴⁹⁰ TÖRÖK, *Between two worlds*, p. 274.

emaranhamentos⁴⁹¹ na montagem de um quadro no qual a pressão egípcia encontrava elementos de resistência local.

Os príncipes (*wrw*) eram responsáveis, do reinado de Thutmés I até o fim do Reino Novo, pela administração do território de Wawat, dividido em chefias das quais Miam e Teh-Khet são as mais bem documentadas. Após a conquista da Baixa Núbia, estes chefes locais eram mantidos em seus postos caso se mostrassem dispostos a cooperar e se provassem capazes de executar as tarefas que lhes eram atribuídas. Desta maneira, estes príncipes eram tidos basicamente como vassallos do faraó, embora não tivessem contato direto e contínuo com ele, já que estavam subordinados ao vice-rei.

O processo de egípcianização e incorporação dos príncipes locais à estrutura imperialista faraônica tinha suas fundações na educação dos herdeiros núbios desde crianças na corte tebana, junto com os filhos da elite central do império no chamado *k3p*⁴⁹². O sequestro de membros das classes dominantes estrangeiras era uma estratégia imperial corrente no Reino Novo. O relato, por exemplo, da expedição de Thutmés II à Núbia, gravado entre Assuã e Philae, mostra isto:

A tropa de Sua Majestade derrotou os estrangeiros. Não deixaram nenhum de seus homens vivo, segundo o que havia ordenado Sua Majestade, a exceção de um dos filhos do chefe do maldito Kush, que foi trazido como cativo, junto com os dependentes deles, até o lugar onde estava Sua Majestade e foi posto sob os pés do bom deus⁴⁹³.

Na XIX^a Dinastia, Setau, o vice-rei de Ramsés II, declara ter sido trazido e educado no *k3p*. Os textos de duas estelas, uma de Wadi es-Sebua e a outra a Estela Cairo J. 41395, mostram trechos da biografia do “Filho Real”:

(...) [um servo] trazido por Sua Majestade para a Corte e aquele que cresceu na Casa Real⁴⁹⁴. (...) [Eu fui] um [servo] que Sua Majestade [mesma] instruiu no Salão das Duas Verdades, (como), sob a tutela do Palácio. Eu cresci na Casa Real, enquanto eu era novo. [Quando o] mensageiro estava sem palavras; (então) eu interpretei a ordem, fui provido com boas rações como escriba de todos cornudos (gado), [sem] negligenciar os livros na escola⁴⁹⁵.

⁴⁹¹ STOCKHAMMER, Ohillip, From Hybridity to Entanglement, From Essentialism to Practice., **Archaeological Review from Cambridge**, v. 28, n. 1, p. 11–28, 2013.

⁴⁹² A tradução corrente, dada no dicionário de Faulkner é de “berçário real”, embora pareça indicar uma instituição relacionada à educação da nobreza. FAULKNER, **A concise dictionary of Middle Egyptian**, p. 284.

⁴⁹³ GALÁN, **El Imperio egipcio**, p. 56.

⁴⁹⁴ TÖRÖK, **Between two worlds**, p. 179.

⁴⁹⁵ KITCHEN, **Ramesside inscriptions.**, p. 64.

A educação conforme os costumes da elite tebana e seu pertencimento ao mesmo círculo do faraó fez com que Seteu desempenhasse uma série de cargos no funcionalismo do Estado político faraônico. Seu *cursus honorum* incluiu importantes postos no Egito, como “Escriba Chefe do Vizir”, “Alto Mordomo de Amon-Rá”, “Superintendente do Tesouro”, sendo coroado com o posto de “Filho Real de Kush”.

A indicação de um membro da elite local para desempenhar uma função administrativa era um assunto delicado de responsabilidade do vice-rei, mas para o qual o faraó estava bastante atento, a julgar pela carta enviada por Amenhotep II ao seu “Filho Real de Kush”, Usersatet, registrada numa estela encontrada em Semna. No documento, o monarca mostra-se preocupado com a escolha dos chefes locais e suas artimanhas.

Outro assunto para o vice-rei. Não confie nos núbios até o fim. Deve-se tomar cuidado com sua gente e com seus truques. Observa o trabalho dos homens (humildes) que tu escolheste para serem chefes. E quando ele não seja um chefe que te pertença, deve-se informar a Sua Majestade ou fazer um interrogatório. (...) Não dê ouvidos a suas palavras, não dê atenção a suas mensagen(s)⁴⁹⁶.

Como se pode perceber, o faraó não aconselha a indicação de homens humildes para a administração local. O texto indica a importância de que os intermediários do povo nativo fossem, preferencialmente, já reconhecidos por sua autoridade nas estruturas sociais indígenas. Sève-Söderbergh notou que até se poderia enviar indivíduos não ligados às famílias mandantes do local para a educação no *k3p* de Tebas, mas ressaltam que a aceitação e a legitimidade dos líderes nativos dependia de sua posição principesca hereditária⁴⁹⁷.

Na própria Núbia, os príncipes tinham papel central na vida cívica das cidades templárias, por exemplo, fazendo oferendas nos templos egípcios ou recrutando força de trabalho para os empreendimentos faraônicos. Smith chega a afirmar – de maneira semelhante à declaração de Kemp, de que os *wrw* de Wawat eram, para o que importava, egípcios – que apenas alguns de seus títulos e suas genealogias comprovam que eram núbios. Sem isto, os egiptólogos poderiam assumir que eram funcionários egípcios enviados para executar o gerenciamento local⁴⁹⁸.

⁴⁹⁶ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 165.

⁴⁹⁷ SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, *New Kingdom pharaonic sites*, p. 210.

⁴⁹⁸ SMITH, *Revenge of the Kushites: Assimilation and resistance in Egypt's New Kingdom empire and Nubian ascendancy over Egypt*, p. 89.

Török acentua que a integração não se dava apenas por meio dos costumes e do desempenho do serviço administrativo, mas também com a doação concomitante de herdades de tipo egípcio. Desta maneira, a inclusão das elites nativas dava-se por meio do tipo de recompensas oferecidas aos funcionários na própria “Terra Negra” e, ao mesmo tempo, funcionava como parte do projeto de exploração agrícola impulsionado pelo estabelecimento de propriedades ligadas aos templos⁴⁹⁹. Nas iconografias do príncipe núbio de Teh-Khet (Figura 21) pode se observar o nobre indígena representado como um egípcio que fiscaliza suas terras.

Neste contexto, as principais funções dos príncipes núbios eram a coleta e entrega do tributo ao Egito. Em conjunto com a supervisão tributária, os chefes nativos deveriam também representar sua chefatura perante o governo egípcio, o que implicava em conhecer as leis e executar localmente a justiça. Tais responsabilidades eram semelhantes àquelas desempenhadas por seus homônimos (*wrtw*) nas comunidades aldeãs da “Terra Negra”, num período de expansão das relações estatais sobre as lógicas comunitárias.

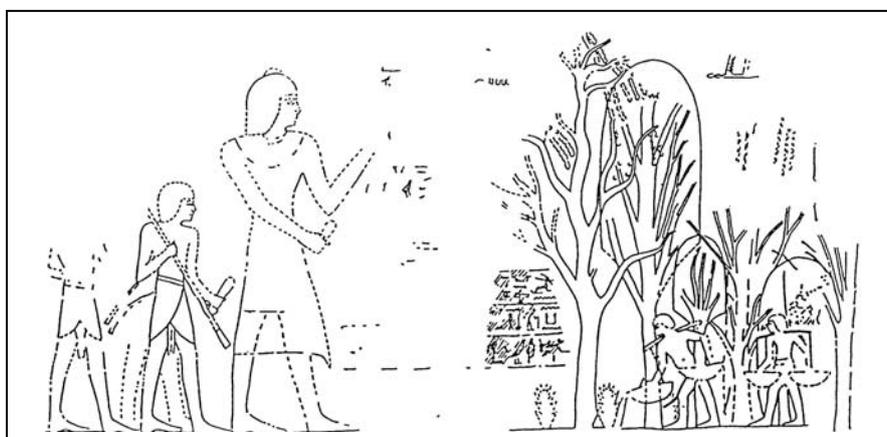


Figura 21 - Djehuty-hotep Pa-itsy, príncipe núbio de Teh-Khet, fiscaliza suas terras, representando-se como egípcio em suas iconografias funerárias localizadas em Debeira⁵⁰⁰.

O dever da cobrança de tributos está registrado em uma carta modelo contida no Papiro Koller e endereçada ao

(...) porta-estandarte à direita do rei, capitão das tropas e intendente das terras estrangeiras de Kush Psiur fala a ele que protege seu povo. Essa carta

⁴⁹⁹ TÖRÖK, *Between two worlds*, p. 188.

⁵⁰⁰ SÄVE-SÖDERBERGH, Teh-Khet. The Cultural and Sociopolitical Structure of a Nubian Princedom in Tuthmoside Times, p. 192.

é trazida a você para o efeito seguinte: Quando minha carta chegar a ti, deves fazer com que o tributo seja preparado em todos os detalhes, nomeadamente bois, gado de cornos longos e curtos, gazelas, órixes, íbexes e avestruzes (...) [descrição de muitas outras matérias-primas] (...). Aumente sua contribuição a cada ano. Tenha cuidado por sua cabeça, checando a si mesmo em sua frouxidão. Você está velho. Olhe para si cuidadosamente e acautela-te. Lembra-te do dia de trazer os tributos, quando você passar na Presença sobre a janela, os nobres em duas filas na presença de Sua Majestade (V.P.S.), os chefes e enviados de cada terra estrangeira estando perplexos ao ver o tributo⁵⁰¹.

O chefe indígena de Wawat aparece no texto como o “que protege seu povo”, sendo responsável por estimular a tributação crescente, sua organização e apresentação ao faraó. O desfile cerimonial com os tributos anuais no palácio é uma cena simbólica, sendo difícil crer que todas as taxas deveriam ser vistórias pelo próprio faraó. É importante lembrar que as iconografias e textos egípcios tinham também um caráter mágico, para além do pragmatismo administrativo ou informativo. De qualquer maneira, a carta modelo acima mostra perfeitamente que a relação do centro imperial com seus subordinados nativos era marcada pela ameaça de intervenção com direito ao uso da coerção violenta.

As iconografias funerárias dos altos funcionários da corte imperial em Tebas são repletas de cenas destes desfiles cerimoniais dos tributos anuais, conforme nos mostram, por exemplo, as tumbas do chanceler do rei, Amenmose, do vizir Rekhmira e do vice-rei Huy. Esta última é muito importante por conter imagens de príncipes de Wawat de regiões que também foram escavadas e que contam com suas tumbas.

Amenhotep, chamado Huy, foi “Filho Real de Kush” durante o reinado de Tutankhamon, e sua tumba (TT 40) foi encontrada na necrópole tebana de Qurnet Murai. As cenas de apresentação de tributos mostram várias delegações, compostas por chefes estrangeiros, trazendo seus produtos típicos e cativos escravizados. O registro superior (FIGURA X) é dedicado aos núbios, com diferentes tons de pele. Nele são representados chefes de Wawat e Kush, que aparecem com *status* idênticos a julgar pelos marcadores tradicionais (como tamanho, vestimentas, adornos etc.). Isto fez com que Török sugerisse esta documentação como outro exemplo de que havia poucas diferenças entre as políticas da Baixa e da Alta Núbia (aqui, possivelmente, significando a região entre a Terceira Catarata). Segundo o autor, em ambas as localidades a hegemonia faraônica era apoiada e comunicada pelos templos, sendo as distinções

⁵⁰¹ CAMINOS, *Late-Egyptian miscellanies*, p. 437–439.

apenas relativas a tradições diferentes, que eram percebidas e exploradas pelos egípcios⁵⁰².

Um dos chefes de Wawat representados é identificado como Hekhanefer⁵⁰³, Príncipe de Miam, prostrado à direita no registro superior. Ele enverga vestes de linho branco decoradas com peles de animais e porta duas penas de avestruz na cabeça. Estes ornamentos de origem animal eram elementos simbólicos representativos das etnias núbias (com a pena, provavelmente, denotando *status* na sociedade nativa).

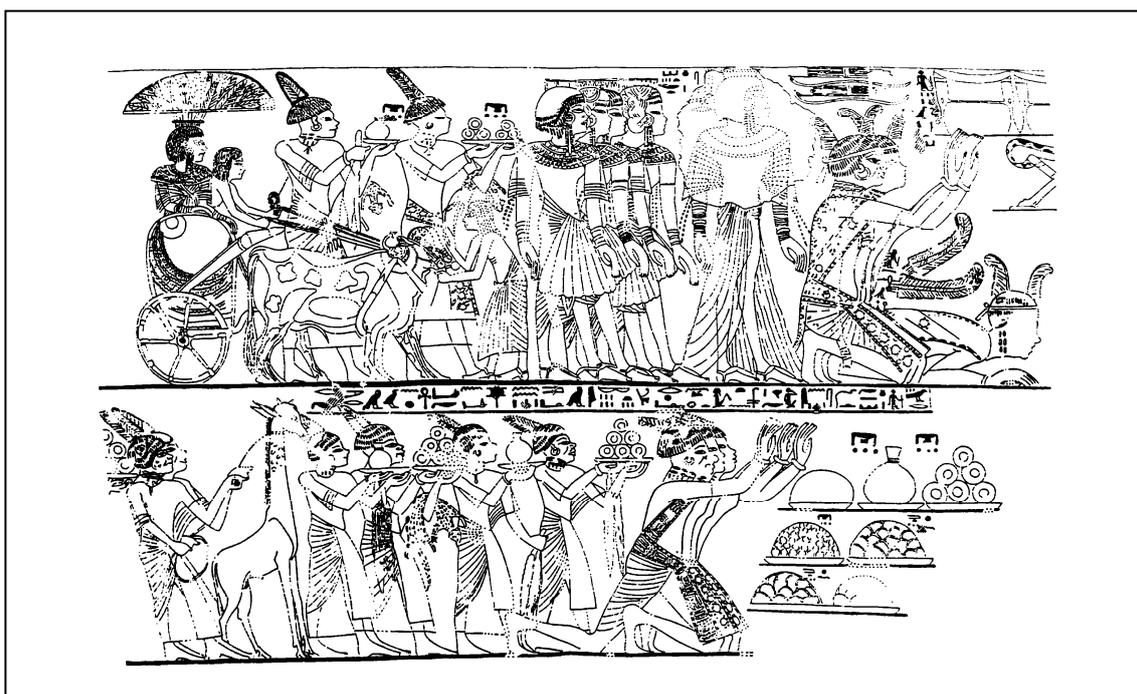


Figura 22 - Representação da entrega de tributos pelos príncipes núbios na tumba do vice-rei Amenhotep-Huy (TT 40)⁵⁰⁴.

Os príncipes núbios prostrados são seguidos por seus filhos, que vestem perucas e roupas de estilo egípcio, somadas a adornos icônicos da Núbia, como as caudas de animais presas sobre os cotovelos. As filhas da elite indígena estão ornadas com ainda mais elementos característicos de sua terra, como as abundantes pulseiras e o guarda-sol de penas de avestruz sobre na cabeça, no caso daquela que vem no carro de bois. Van Pelt ressalta, de maneira perspicaz, que o uso do veículo puxado por bovinos é outro dos símbolos de *status* característicos das sociedades núbias, uma vez que não há

⁵⁰² TÖRÖK, *Between two worlds*, p. 283.

⁵⁰³ O nome egípcio que significa literalmente “bom governante”.

⁵⁰⁴ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 209.

representações da classe dominante egípcia usando este meio de locomoção⁵⁰⁵. Os bois eram animais com elementos sagrados para o Grupo-C e os Pan-Graves, enquanto carros puxados por cavalos são mais comuns entre os egípcios, em especial nas representações militares.

Os tributos apresentados nesta cena consistem basicamente em ouro, que é retratado em suas diferentes formas: fundido em anéis, ao natural, em pepitas ou em pó, dentro de sacos (muitas vezes feitos de peles animais). Além disto, no registro inferior, há uma girafa, importante bem de prestígio característico da África ao sul do Egito.

Além das iconografias funerárias presentes nas tumbas tebanas de funcionários egípcios, as funções dos príncipes de Wawat aparecem representadas em seus próprios monumentos mortuários, como em Debeira, na necrópole de Teh-Khet, ou em Toshka, no principado de Miam. Desta maneira, também há em suas tumbas cenas simbólicas de apresentação dos tributos.

O enxoval funerário de Hekhanefer, encontrado em Toshka, contém dois *shabtis* e um escaravelho ritualístico destinados, conforme o costume religioso egípcio, a auxiliar o morto na pós-vida do paraíso osiriano⁵⁰⁶. A própria arquitetura da tumba parece seguir os planos utilizados pela elite central do império faraônico⁵⁰⁷. De maneira ainda mais emblemática, embora apareça claramente representado como núbio na tumba de Huy, Hekhanefer prefere se mostrar como egípcio no seu próprio complexo mortuário, abandonando as vestimentas e adornos indígenas característicos, vestido totalmente como um nobre da “Terra Negra” e envergando os títulos que recebeu no funcionalismo faraônico, como “sandalheiro real”, “servo do rei” e, mais importante para nossos objetivos, “criança do *k3p*”, mostrando que foi educado na corte tebana.

Os irmãos príncipes de Teh-Khet, Djehuty-hotep Pa-itsy e Amenemhet, também têm suas representações funerárias conhecidas. Escavações na região de Debeira, na Baixa Núbia, encontraram a tumba do primeiro, cortada na rocha junto com outras, saqueadas e destruídas. Estes dois indivíduos são de uma família conhecida por monumentos fora de Teh-Khet. Seu avô, Teti, é mencionado em duas estelas de Assuã, e seu tio, Senmose, retratou os dois em sua tumba na mesma região. O próprio Djehuty-

⁵⁰⁵ VAN PELT, Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia, p. 535–536.

⁵⁰⁶ SIMPSON, Kelly, Nubia, **Expedition Magazine**, v. 4, n. 4, p. 36–46, 1962.

⁵⁰⁷ VAN PELT, Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia, p. 536.

hotep figura em textos de Assuã e Serra, enquanto seu irmão, Amenemhet, é conhecido por vários monumentos em Buhen, e teve uma estátua sua encontrada em Qasr Ibrim⁵⁰⁸.



Figura 23 - Hekhanefer representado como egípcio em sua tumba⁵⁰⁹.

No lado do rio oposto ao da tumba de Djehuty-hotep Pa-Itsy foi encontrada, cortada na rocha, a estrutura funerária inacabada mas também saqueada de seu irmão e sucessor, Amenemhet. Os itens mortuários das capelas dos dois irmãos mencionam o restante da família: seu pai, Rwiw, também príncipe de Teh-Khet; sua mãe, Rwnꜥ; seu tio, Senmose, e seu avô Teti, chamado *ḏꜥi-wi*. A linhagem parece demonstrar que família já era responsável pelo governo da região há anos, apontando para uma hereditariedade do poder local. Embora não se conheça a titulação de Teti (que é mencionado com príncipe na tumba de seu filho, identificado como “príncipe, filho de um príncipe”⁵¹⁰), tanto Djehuty-hotep quanto Amenemhet portam os títulos de *wrw* de Teh-Khet e escribas. Segundo Säve-Söderbergh,

Como regra, as representações dos membros da família não nos dão nenhum argumento decisivo [sobre sua origem núbia], uma vez que os núbios mais

⁵⁰⁸ SÄVE-SÖDERBERGH, Teh-Khet. The Cultural and Sociopolitical Structure of a Nubian Principedom in Tuthmoside Times, p. 187. Vários desses monumentos estão descritos em SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, *New Kingdom pharaonic sites*, p. 190–205.

⁵⁰⁹ VAN DE MIEROOP, Marc, *A history of ancient Egypt*, Chichester, West Sussex; Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2011, p. 578.

⁵¹⁰ SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, *New Kingdom pharaonic sites*, p. 197.

ou menos regularmente parecem se retratarem como egípcios, enquanto os egípcios em suas representações dos núbios os dão aparências mais exóticas com compleição escura, cabelos enrolados, lábios espessos etc⁵¹¹.

Desta forma, não apenas a cultura material funerária (estelas, iconografias, máscaras de múmias, encantamentos e textos) obedece aos cânones egípcios, como a própria família da classe dominante núbia escolhe ser retratada conforme os costumes da “Terra Negra”, como se pode observar na cena de banquete da tumba Djehuty-hotep, em que ele e sua esposa Tent-nub são entretidos por dançarinas.

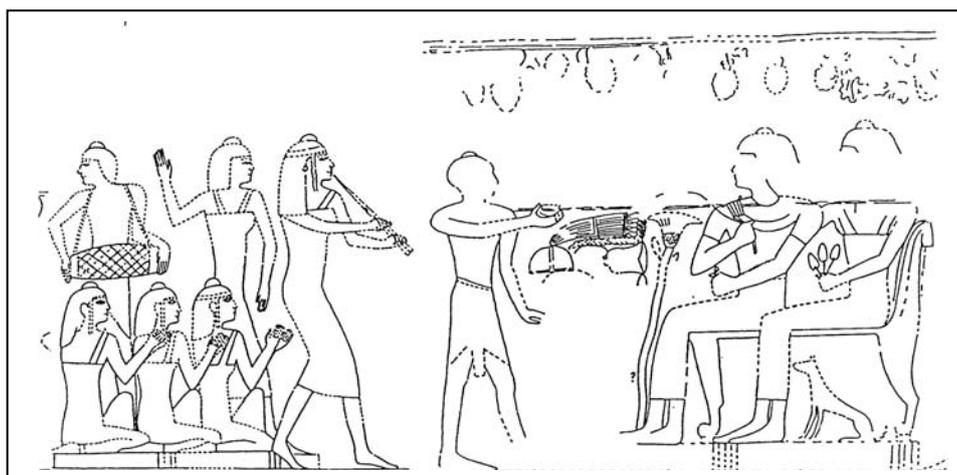


Figura 24 - Cena de banquete da tumba do príncipe núbio Djehuty-hotep mostrando ele e sua esposa, Tent-Nub, como egípcios⁵¹².

Säve-Söderbergh destaca que as cores nas iconografias da tumba dos príncipes de Teh-Khet é um tópico interessante, já que os chefes foram pintados com o tradicional marrom avermelhado usado para representar os egípcios, mas há outras figuras representadas com marrom puro (o servidor que traz alimentos à frente do casal), enquanto em outra imagem de supervisão das terras agrícolas há um homem escalando uma palmeira, pintado de preto (cor tradicionalmente usada para representar os núbios e que colore a figura do príncipe Hekhanefer e outros na tumba de Huy). As diferentes cores sugerem uma mistura de grupos étnicos submetidos à responsabilidade da elite local⁵¹³. Por outro lado, novamente, parece haver uma demonstração de que a elite local buscava se representar como egípcia. O casamento, inclusive, poderia ser uma forma de integração com a classe dominante do centro imperial. A esposa do príncipe Amenemhat chamava-se Hatshepsut. Considerando a educação no *kꜣp* e o desempenho

⁵¹¹ *Ibid.*, p. 205.

⁵¹² *Ibid.*, p. 200.

⁵¹³ *Ibid.*, p. 206.

de outros cargos no funcionalismo egípcio por estes chefes indígenas, pode se supor que eles acabassem por contrair matrimônio com elementos de grupos da nobreza tebana.

Num contexto em que os elementos da cultura material funerária indicam de forma hegemônica indivíduos egípcios, o que indica a origem núbia destes príncipes? Uma primeira evidência é o uso de nomes duplos. Enquanto o primeiro era claramente egípcio, como Djehut-hotep, o segundo, Pa-itsy, era um sinal de seu pertencimento à sociedade indígena. O mesmo ocorre com seu avô, Teti, chamado *ḏḏi-wi*. Segundo Säve-Söderbergh, isto seria uma indicação de que a família não era proveniente da “Terra Negra”. Isto fez com que Morkot afirmasse que a partir dos reinados de Hatshepsut/Thutmés III, membros da elite núbia tenham passado a adotar nomes egípcios⁵¹⁴. Outro elemento diferenciador é que os egípcios não usavam o título de *wrw*, acrescido do nome da terra ou povo estrangeiro. O uso deste tipo de titulação mostra, segundo os mesmos autores, que eram núbios egipcianizados⁵¹⁵.

Outro elemento interessante a se ressaltar é que esses chefes locais tinham obrigações religiosas não apenas com o culto de divindades da “Terra Negra”, mas também aparecem – em representações que seguem o cânone egípcio – adorando deuses núbios. Este é o caso do grafite de Hekhanefer, príncipe de Miam, encontrado em Toshka (Figura 25), assim como sua tumba. Na inscrição, o *wrw* aparece na tradicional posição de adoração, acompanhado da legenda “*louvando todos os deuses da Núbia (ḏḏ-sty)*”.

A ligação administrativa do Egito com as elites dos principais grupos da Baixa Núbia não se restringe ao Grupo-C, tocando também a relação com os *medjayw*, normalmente associados à cultura material Pan-Grave, havendo o título de “Príncipe dos Medjayw” (*wrw n mdḏywj*). Não se pode definir com precisão se o termo “*medjayw*”, na titulação, se refere a todo um povo ou apenas às forças policiais do Estado faraônico, conhecidas pelo mesmo nome. Todavia, Säve-Söderbergh mostra que certo Neferkhat, “Príncipe dos *Medjayw*” no reinado de Thutmés III, também se representava como egípcio, ainda que sua conexão com o deserto (onde habitavam as sociedades Pan-Grave) se mostra pelas cenas de oferendas de animais selvagens a Amon. Outro indício de que a palavra significava o grupo étnico e não a tropa de elite é o fato de que mais

⁵¹⁴ MORKOT, Egypt and Nubia, p. 239.

⁵¹⁵ SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, *New Kingdom pharaonic sites*, p. 205–206.

um de seus príncipes, Neby, que também foi prefeito de Tjaru sob Thutmés IV, tinha o título de “Criança do *k3p*” e uma mãe que parece ter sido núbia⁵¹⁶.

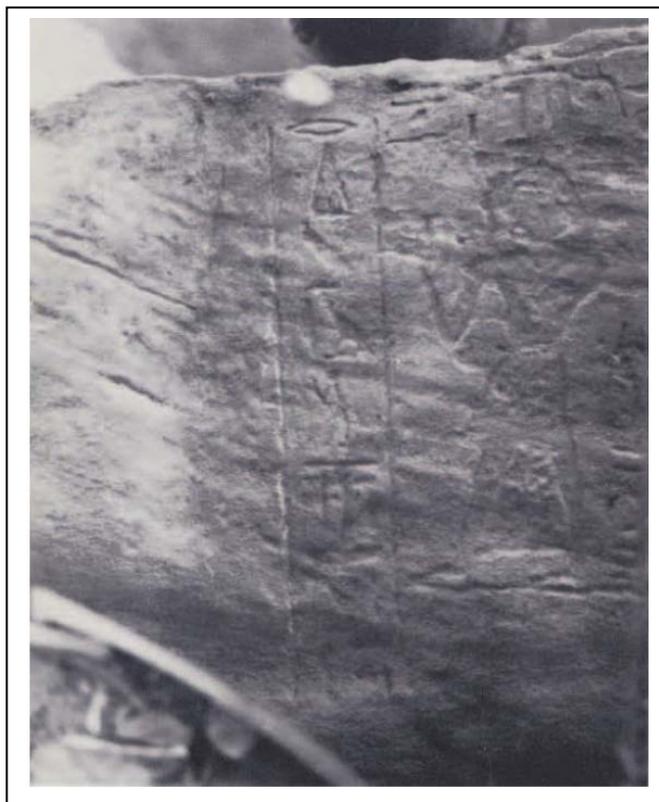


Figura 25 - Grafite do príncipe de Miam, Hekhanefer oferecendo louvores aos deuses da Núbia⁵¹⁷.

A partir da análise da cultura material funerária encontrada na Baixa Núbia, em especial aquela ligada à elite local, a historiografia considera tradicionalmente a política de egipcianização deliberada de Wawat muito bem sucedida, como nos mostra a posição de Mokhtar:

Toda a Núbia foi reorganizada segundo padrões puramente egípcios e montou-se um sistema administrativo totalmente egípcio, que requeria a presença de um número considerável de escribas, sacerdotes, soldados e artesãos. Tal processo acabou resultando na completa egipcianização do país. Os nativos adotaram a religião egípcia e passaram a adorar divindades egípcias. Os velhos costumes funerários foram substituídos por rituais egípcios⁵¹⁸.

Esta declaração é parte de um manual sobre história da África. Todavia, obedece à lógica egiptocêntrica de subdimensionar a ação histórica dos povos núbios frente à

⁵¹⁶ *Ibid.*, p. 207–209.

⁵¹⁷ SIMPSON, Kelly, Nubia, **Expedition Magazine**, v. 4, n. 4, p. 36–46, 1962, p. 38.

⁵¹⁸ SHERIF, A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã), p. 269.

expansão e a cultura da “Terra Negra”. Felizmente, tal posição tem sido revista com matizes diversos. Um deles, já apresentado, é a perspectiva de que a elite da Baixa Núbia se representava como egípcia numa tentativa de manter sua posição de poder frente à população local, utilizando símbolos de *status* ligados ao centro imperial. De qualquer maneira, para que um processo de aculturação pudesse ser considerado completo, isto teria que afetar toda a população indígena, independentemente de classe social. Isto põe em relevo o papel das classes subalternas.

Lemos e Vieira notam bem que, considerando-se que a Arqueologia Pós-Processual já se voltou há anos para as classes subalternas, a Egíptologia é uma disciplina um tanto alheia a este interesse, o que faz com que os cemitérios relativos a estes grupos tenham sido pouco explorados⁵¹⁹.

Um dos principais críticos à eficácia da egípcianização – entre outros motivos, por acreditar que esta é uma perspectiva excessivamente concentrada nos registros da elite – é W. Paul van Pelt, que nega as afirmações de Trigger e Adams de que a propagação de cultos estatais egípcios na Núbia foi importante para a adoção da cultura faraônica em Wawat, porque isto não teria ocorrido nas partes mais baixas da sociedade. Segundo o autor, a religião egípcia teve pouco ou nenhum apelo imediato para as classes subalternas, pois lhe faltava uma doutrina da salvação que tivesse apelo às massas⁵²⁰. Ainda que esta lógica de supervalorização de uma doutrina da salvação e sua ligação direta aos grupos subalternos seja problemática (e excessivamente ligada a experiências monoteístas), van Pelt parece correto.

A análise da religião cotidiana das classes populares é um assunto difícil de ser tratado mesmo para a “Terra Negra”, por alguns motivos. Em primeiro lugar, os vestígios das religiosidades populares são mais raros, por conta da diferença nos materiais utilizados e da falta de construções monumentais. Por outro lado, há também uma negligência histórica da Arqueologia egíptológica para com tais vestígios, que podem ter sido descartados em detrimento de itens mais bem elaborados e de maior interesse de museus e missões arqueológicas. Desta maneira, os principais testemunhos dos costumes religiosos dos subalternos acabam sendo referentes ao aspecto funerário.

Em importante estudo sobre os costumes funerários da “não-elite” durante o Reino Novo, Rennan Lemos analisa a cultura material de duas necrópoles egípcias e

⁵¹⁹ LEMOS, Rennan; VIEIRA, Fábio, Práticas mortuárias no Egito e na Núbia sob o reino Novo Egípcio: avaliando o emaranhamento cultural na África antiga, **Revista de Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 302–325, 2014, p. 309.

⁵²⁰ VAN PELT, Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia, p. 530.

uma núbia a partir da concepção de perfis sociológicos distintos de “elite”, “subelite” e “não-elite”. Partindo deste modelo teórico, Lemos classifica o cemitério de Fadrus, em Debeira, na Baixa Núbia, datado do reinado de Amenhotep III, como uma necrópole de “não-elite”, na qual as interações sociais se mostram mais limitadas para a maioria dos indivíduos. Embora contendo alguns enterramentos de uma “sub-elite” que deveria interagir com os príncipes de Teh-Khet, sepultados nas proximidades, a maioria dos túmulos apresenta características simples de uma “não-elite”⁵²¹.

A leitura tradicional dos registros provenientes do cemitério de Fadrus é a de que a egípcianização atingiu, gradualmente, todas as camadas da sociedade núbia, iniciando-se pelos grupos mais abastados. Em geral, os enxovais funerários encontrados acompanham a tradição egípcia do Reino Novo. SÄVE-SÖDERBERGH chegou a constatar que apenas 1% de toda a cerâmica encontrada na necrópole era de origem indígena⁵²². Outro importante marcador cultural utilizado para pensar a egípcianização – em especial nos grupos menos abastados – é o posicionamento do corpo em relação a dois aspectos principais. A posição estendida e/ou a cabeça direcionada para o Oeste seriam costumes egípcios, enquanto a posição fletida e/ou a cabeça voltada para o leste obedeceriam às tradições locais núbias.

A análise feita por Lana Troy demonstra que a grande maioria dos 680 corpos estava em posição estendida, seguindo a lógica faraônica, enquanto as poucas exceções de corpos fletidos ou semi-fletidos (46) foram relativas a enterramentos infantis ou secundários. Em relação à orientação, mais de 92% dos corpos foram depositados segundo o costume egípcio⁵²³.

Em sua análise de Fadrus, Lemos critica a interpretação de Lana Troy, afirmando que a orientação processualista de seus estudos nega a ação dos indivíduos e acaba impedindo a autora de dar a atenção devida aos desvios representativos de alternativas à lógica da egípcianização. Ademais, além da análise tradicional dos corpos e objetos, Lemos demonstra a necessidade de observar a relação material dos restos humanos com estes objetos, indicando uma forma mais intrincada de compreensão do

⁵²¹ LEMOS, RENNAN, *Os Costumes Funerários da Não-Elite no Egito e Núbia durante o Reino Novo. Os cemitérios de Fadrus, Tell el-Amarna e Medinet el-Ghurab (XVIII-XIX Dinastias)*, p. 183.

⁵²² SÄVE-SÖDERBERGH, Teh-Khet. *The Cultural and Sociopolitical Structure of a Nubian Principedom in Tuthmoside Times*, p. 188.

⁵²³ SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, *New Kingdom pharaonic sites*, p. 212–213.

contexto funerário que pode apontar para a montagem de modelos mais complexos de relacionamento da população local com a cultura egípcia⁵²⁴.

Dando maior atenção aos casos desviantes nos enterramentos de Fadrus, Lemos propôs que determinados exemplos de flexão incompleta poderiam ser interpretados como emaranhamentos representativos de conexões inovadoras entre as culturas egípcia e núbia no contexto funerário. Segundo o autor:

Não se trata de admitir uma egipcianização avassaladora agindo sobre as pessoas na hora da morte, como se tivessem se tornado “egípcias” em vida, ou ainda dizer que essas pessoas escolheram se egipcianizar para ter mais poder frente a seus contemporâneos. Pelo contrário, significa admitir uma mudança social trazida pela presença egípcia, e assimilações e reapropriações de práticas em contexto local, num processo de mudanças na comunidade e no cotidiano das pessoas, que interpretando o novo de acordo com a bagagem cultural, com seus *habitus* cotidianos – algo que não podemos apreender pela falta de dados⁵²⁵.

Embora diminua excessivamente o papel das estratégias das classes dominantes locais em adotar traços da cultura faraônica para manter seu *status* frente aos outros grupos indígenas, Lemos parece correto ao afirmar que a vivência cotidiana dava lugar a novas interpretações e reapropriações dos costumes egípcios, que criavam elementos inovadores de mesclagem cultural a partir de uma incorporação seletiva. Isto demonstra uma resistência frente ao processo deliberado de aculturação pelo qual passou a Baixa Núbia.

Em outro trabalho, Lemos e Vieira ressaltam o caráter popular destas reinterpretações e reapropriações, buscando valorizar a agência das classes subalternas. Os autores, todavia, negam a perspectiva de que haveria um menor grau de egipcianização entre os grupos subalternos por não concordarem com o próprio conceito de egipcianização, preferindo a perspectiva de “interpretações duplamente diferentes do que vem de fora”⁵²⁶. Desta forma, ressaltam a resistência popular à política de imposição cultural, ainda que prefiram privilegiar uma abordagem teórica que interpreta os dados a partir de um modelo mais integrador do que conflituoso, diminuindo, conseqüentemente, o papel opressivo no embate entre o poder imperial e as populações locais, bem como entre estas e as classes indígenas dominantes.

⁵²⁴ LEMOS, RENNAN, *Os Costumes Funerários da Não-Elite no Egito e Núbia durante o Reino Novo. Os cemitérios de Fadrus, Tell el-Amarna e Medinet el-Ghurab (XVIII-XIX Dinastias)*, p. 84–97.

⁵²⁵ *Ibid.*, p. 185–186.

⁵²⁶ LEMOS; VIEIRA, *Práticas mortuárias no Egito e na Núbia sob o reino Novo Egípcio: avaliando o emaranhamento cultural na África antiga*.

Vestígios da cultura material provenientes do sítio de Askut, na região da Segunda Catarata, aparecem como fundamentais para a compreensão do papel executado por diferentes grupos sociais núbios na resistência à política imperial de aculturação.

Askut foi uma fortaleza fundada durante o Reino Médio, que permaneceu com egípcios expatriados e elementos do Grupo-C durante o II Período Intermediário, embora sob a hegemonia de Kerma. Após a retomada da região pelas tropas faraônicas no Reino Novo, sugere-se que a longa convivência com os grupos expatriados tenha facilitado o esforço de egípcianização na área, executado em conjunto com os líderes indígenas cooptados. Embora sua importância militar tenha diminuído após a mudança para uma estratégia de ocupação e administração não-militar da Núbia, no Reino Novo, Askut continuou a ser um local estratégico para o imperialismo faraônico. Isto permitiu a prosperidade da região e garantiu à Arqueologia um sítio repleto de elementos de sua vida cotidiana⁵²⁷.

Para demonstrar o papel dos grupos subalternos na resistência à política de aculturação na vida cotidiana do assentamento, devemos nos concentrar nas cerâmicas, especialmente aquelas usadas para a armazenagem, preparo e consumo de alimentos. Por mais que a cerâmica de estilo egípcio seja amplamente hegemônica no sítio durante o Reino Novo, os cerca de 10% de itens em estilo núbio são extremamente representativos em relação a outros contextos, especialmente no que se refere aos conjuntos domésticos, de maneira que Smith afirma que:

Askut aparentemente segue a cultura transplantada mais do que qualquer desses enclaves [egípcios no Delta hisco], uma vez que os estilos egípcios e formas dominam, no geral, os conjuntos materiais. Ainda assim, eventualmente quase todos os utensílios de cozinha (*cookpots*) em Askut eram em estilo núbio. Em vez de assumir alguma forma de homogeneidade cultural, um ponto de partida melhor foca nos agentes do contato⁵²⁸.

Considerando que os trabalhos domésticos, tanto na sociedade egípcia quanto na Núbia, são geralmente atribuídos ao gênero feminino, o assunto da resistência cultural à egípcianização acaba sendo um ponto interessante de análise da interseccionalidade ou consubstancialidade das relações sociais na Antiguidade africana. As teorias da

⁵²⁷Para uma avaliação completa do sítio em seus diferentes períodos de ocupação, ver SMITH, **Askut in Nubia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millennium B.C.**

⁵²⁸ SMITH, **Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire**, p. 189.

interseccionalidade⁵²⁹ e da consubstancialidade⁵³⁰ foram desenvolvidas por especialistas na questão de gênero a partir de finais da década de 1970 para compreender a interrelação entre diferentes tipos de opressões sociais, como as de gênero, raça e classe. Considerando a crítica ao conceito de interseccionalidade feita por Hirata, que mostra que este não parte das relações sociais fundamentais em toda sua complexidade e dinâmica⁵³¹, concentrar-nos-emos na ideia de consubstancialidade.

A minha tese, no entanto, é: as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coerxtensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente⁵³².

Ainda que tenha sido desenvolvida para a análise de relações sociais no mundo contemporâneo, a perspectiva da consubstancialidade aponta um caminho interessante para o estudo do papel das mulheres núbias na resistência à egípcianização, por conjugar esses três eixos de análise: a “raça”⁵³³, que se enquadra bem no contexto dos contatos de fronteira étnica entre núbios e egípcios; o gênero, demonstrando as diferenças, pelas distintas relações sociais de sexo, na resistência à aculturação; e classe, considerando a opressão dos dominantes sobre os dominados, tanto na perspectiva imperialista quanto na relação entre elites e grupos subalternos da Baixa Núbia. Mas, como esta consubstancialidade se expressa nas evidências de Askut?

A egípcianização observada na cultura material no sítio de Aksut difere de acordo com os grupos sociais aos quais os objetos estão relacionados. Por um lado, sabe-se não apenas por esta região, que as classes dominantes indígenas se apropriam ativamente de determinados aspectos da cultura egípcia para utilizá-los como marcadores de *status* perante as classes subalternas. No local em questão, há uma mudança nos objetos de cerâmica fina que aponta neste sentido. Concomitantemente, os itens ligados ao gênero masculino também se adaptam ao padrão da “Terra Negra”, enquanto os utensílios de cozinha, majoritariamente associados ao feminino, resistem à modificação. Smith ressalta que as dinâmicas ligadas à alimentação são um marcador

⁵²⁹ CRENSHAW, Kimberly, Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color., in: FINEMAN, Martha; MYKITIUK, Roxanne (Orgs.), **the Public Nature of Private Violence**, New York: Routledge, 1994, p. 93–118.

⁵³⁰ KERGOAT, Danièle, Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais, **Novos Estudos**, n. 86, p. 93–103, 2010.

⁵³¹ HIRATA, Helena, Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais, **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014, p. 65.

⁵³² KERGOAT, Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais, p. 94.

⁵³³ Entendida aqui como não como um elemento biológico, mas como uma relação social historicamente construída, conforme já tratado aqui.

cultural forte e mais conservador, em grande medida por estarem mais ligados às classes populares. O autor afirma que, “uma vez que as formas culinárias são menos suscetíveis a pressões externas, elas devem fornecer às mulheres de Askut meios de manter elementos-chave dos modos de vida dentro da domesticidade⁵³⁴.”

Tanto neste contexto doméstico quanto no funerário, autores como Smith, Lemos e Vieira mostram que a identidade núbia resistia por meio do *habitus* da sociedade indígena, criando formas híbridas. Em outras palavras:

Neste caso, formas culinárias, embora enraizadas no *habitus*, não obstante, desempenham um papel importante em estabelecer, negociar e perpetuar a identidade social. Num contexto de domínio colonial, expressões de modos de vida “tradicionais” podem representar uma forma de resistência à hegemonia imperial e cultural. (...) A manutenção de formas culinárias núbias e o uso de joias, vestimentas e outros objetos domésticos núbios pode representar uma estratégia sutil de resistência e, em última instância, um processo de transculturação que resultou na adoção de formas culinária e religiosas núbias numa sociedade colonial supostamente egípcia⁵³⁵.

Outro sítio importante para perceber estas relações de resistência ao projeto de aculturação egípcio é Tombos, o assentamento faraônico de fronteira, a cerca de 10 km da cidade de Kerma. Sendo uma região distante, nas proximidades da Terceira Catarata, a grandiosidade do sítio de Tombos fez com que alguns egiptólogos – como visto – considerassem que estava ali o principal centro administrativo ao sul da “Terra Negra”. Smith, por outro lado, entende os monumentos como expressão da necessidade de ostentar o domínio imperial nesta zona fronteira⁵³⁶. Por outro lado, o convívio intenso com a sociedade kushita independente, entre a Terceira e a Quarta Cataratas, faz desta região um laboratório interessante para a compreensão do hibridismo cultural resultante dos processos de aculturação e resistência.

Durante o Reino Novo, a necrópole de Tombos é marcada por diversos traços da cultura faraônica: uma arquitetura funerária que incluía pirâmides para a elite local, caixões, mumificação, amuletos, *shabtis*, e o posicionamento estendido da maioria dos corpos. Desta forma, a cultura material sugere, grosso modo, uma população etnicamente egípcia. A Bioarqueologia tem mostrado, todavia, um quadro distinto.

Através da medição craniológica, Michele Buzon foi capaz de estabelecer um quadro demográfico de Tombos e outros sítios funerários egípcios e núbios considerando as diferenças étnicas e sexuais.

⁵³⁴ SMITH, *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*, p. 192.

⁵³⁵ *Ibid.*, p. 204.

⁵³⁶ *Ibid.*, p. 195.

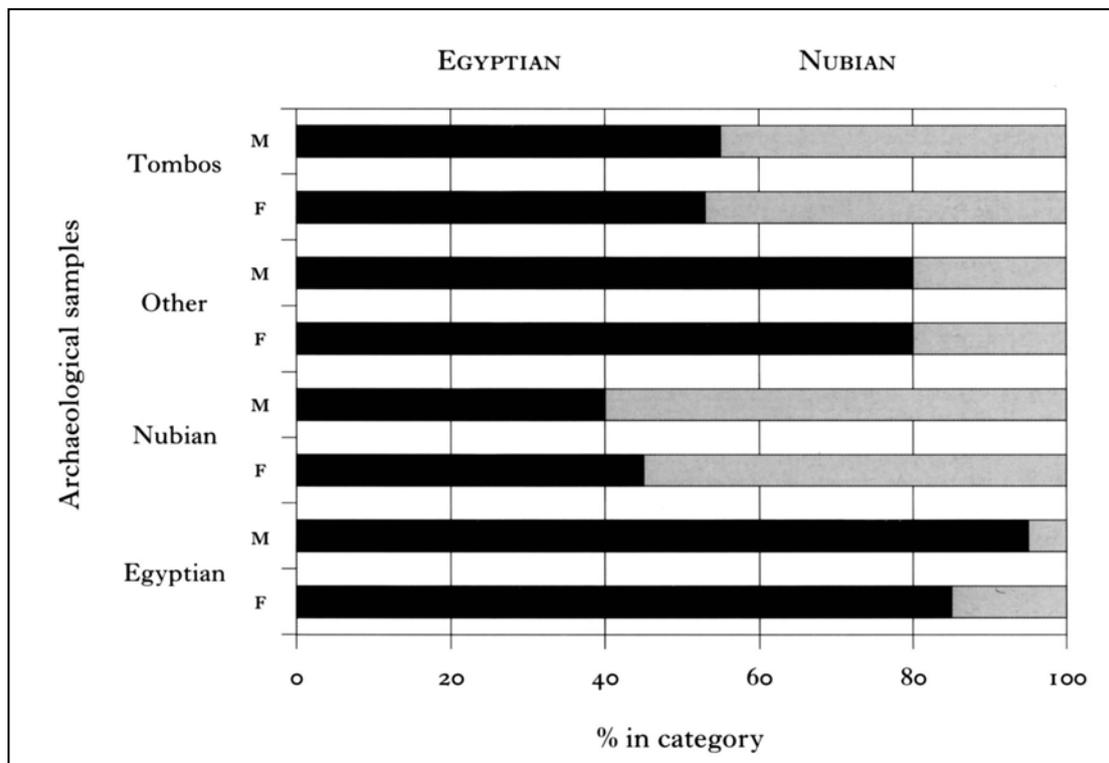


Figura 26 - Tabelas de análise étnico-sexual de sítios egípcios e núbios, destacando Tombois⁵³⁷.

A autora analisou enterramentos classificados em quatro categorias que aparecem no eixo vertical: 1) egípcios (enterramentos claramente com estilo egípcio em Abidos, Sheikh Ali, Qurna e Mênfis); 2) núbios (enterramentos claramente núbios entre a Primeira e a Quarta Cataratas, relativos ao Grupo-C e Kerma); 3) outros (enterramentos de estilo egípcio na Núbia); 4) Tombois. Além da porcentagem total de núbios e egípcios, o eixo horizontal mostra também as quantidades de corpos masculinos e femininos.

O que a Bioarqueologia indica, portanto, é que independentemente da cultura material de estilo egípcio, há um equilíbrio entre egípcios e núbios entre os indivíduos enterrados em Tombois, o que sugere o emprego de um grande número de nativos como funcionários locais. Outro dado interessante levantado por Buzon é a baixa recorrência de traumas e ferimentos (1,4%) no local, indicando um nível pequeno de violência

⁵³⁷ BUZON, Michele R., A Bioarchaeological Perspective on Egyptian Colonialism in Nubia during the New Kingdom, *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 94, p. 165–181, 2008, p. 176.

interpessoal e, conseqüentemente, uma convivência pacífica marcada por uma interação com benefícios mútuos para as populações egípcia e núbia⁵³⁸.

A análise mais cuidadosa da cultura material da necrópole de Tombos mostra padrões intrincados de hibridismo. Smith e Buzon utilizam o conceito de emaranhamento cultural para demonstrar que a egípcianização é menos completa do que aparenta. Há, por exemplo, a manutenção de estilos núbios de fabricação e decoração de cerâmica mesmo após a introdução, pelos egípcios, do torno de oleiro⁵³⁹.

Na região entre a Terceira e a Quarta Cataratas repete-se o fenômeno observado em Askut quanto às diferenças de gênero na manutenção da cultura indígena. Mesmo no cemitério hegemonicamente egípcio de Tombos, os corpos femininos núbios mantinham o posicionamento flexionado tradicional das tradições indígenas. Há casos, inclusive, de tumbas que combinam corpos masculinos estendidos, à moda egípcia, com outros femininos flexionados. Este cenário permanece nos enterramentos do período Napata. Segundo Smith:

(...) a aderência das mulheres às práticas núbias deve transmitir sua resistência às mudanças dramáticas na sociedade kushita, em contraste com a transformação instrumental pela elite kushita masculina a uma identidade étnica egípcianizada para legitimar sua conquista sobre o Egito e a posterior centralização em casa por meio de uma adaptação de elementos tomados da ideologia faraônica⁵⁴⁰.

Um aspecto bastante interessante que contribui para a perspectiva da adoção consciente de elementos culturais egípcios pelos nativos núbios é o fato de que, após o fim do Reino Novo, há uma retomada veloz do estilo núbio de túmulo na região de Dongola. Por outro lado, a manutenção de características egípcianizantes, no início do período Napata, mostra que os emaranhamentos de longo termo ocorridos em Tombos e comunidades indígenas vizinhas foram responsáveis pela conformação de uma identidade miscigenada, que silenciou, adaptou ou rejeitou elementos egípcios num complexo processo de trocas e resistência à aculturação imperial⁵⁴¹.

A seletividade das incorporações da cultura egípcia pelos núbios mostra a agência dos elementos étnicos da periferia do império faraônico frente à política

⁵³⁸ *Ibid.*, p. 181.

⁵³⁹ SMITH, Stuart Tyson; BUZON, Michele R., Colonial Entanglements: “Egyptianization” in Egypt’s Nubian Empire and the Nubian Dynasty, in: WELSBY, Derek; ANDERSON, Julie (Orgs.), **Proceedings of the 12th International Conference for Nubian Studies 01-06 August 2010.**, London: British Museum Press, 2014, p. 10.

⁵⁴⁰ SMITH, **Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt’s Nubian Empire**, p. 199.

⁵⁴¹ SMITH; BUZON, Colonial Entanglements: “Egyptianization” in Egypt’s Nubian Empire and the Nubian Dynasty, p. 10.

deliberada de aculturação na Baixa Núbia, usada como estratégia de controle, administração e exploração da região. Van Pelt e outros autores criticam o uso do conceito de egipcianização em sua forma tradicional, por acreditarem ser um modelo de mudança cultural “*simplista e não convincente, que encobre a diversidade cultural*”⁵⁴². Os críticos ressaltam que o uso do conceito pressupõe tanto a cultura egípcia quanto a núbia como dois conjuntos sólidos e homogêneos, cuja desigualdade era explicada com base em conceitos herdados de uma perspectiva eugenista.

Como é possível perceber pelos cemitérios e demais vestígios históricos, embora tenha havido um esforço de egipcianização, ele nunca foi direcionado a todos os grupos sociais núbios e tampouco foi recebido por eles da mesma forma. O império faraônico não foi ativo na aculturação das classes subalternas, investindo nos estratos sociais superiores. A explicação para isto é que a dominação interna era tarefa efetivada pelas classes dominantes indígenas, que adotaram seletivamente determinados aspectos da cultura faraônica para manter seu *status* e domínio local. Neste contexto, os grupos indígenas subalternos acabaram exercendo um papel mais ativo de resistência e manutenção dos costumes núbios.

Segundo Rennan Lemos e Fábio Vieira,

(...) não se deve falar em egipcianização, mas de negociações de identidades étnicas, de criatividade na apropriação e reinterpretação de objetos, gerando emaranhamentos que representam novas práticas sociais e incorporações de novos elementos às estruturas via *habitus*, variando igualmente no seio da própria sociedade, de acordo com a distinção de classe⁵⁴³.

O hibridismo ou mesclagem cultural característico das influências mútuas e desiguais entre Egito e Núbia traça um quadro complexo e conflituoso de opressão, adoção, resistência e reapropriação de características entre os distintos grupos envolvidos, dando origem a novas configurações culturais.

Desta maneira, ainda que em proporções desiguais, as culturas núbias também influenciaram o Egito. Representações que mesclam diferentes tradições culturais também são encontradas em tumbas de egípcios em Tebas, como é o caso das estátuas de Amenhotep II na TT 93, que mostram o rei envergando vestimentas núbias com os característicos adornos de caudas e animais presos acima do cotovelo⁵⁴⁴. O gosto pela

⁵⁴² VAN PELT, Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia, p. 524.

⁵⁴³ LEMOS; VIEIRA, Práticas mortuárias no Egito e na Núbia sob o reino Novo Egípcio: avaliando o emaranhamento cultural na África antiga, p. 315.

⁵⁴⁴ TÖRÖK, **Between two worlds**, p. 273.

aparência pessoal também foi fortemente influenciado no Reino Novo pelas modas núbias, como o uso de penteados, saias de couro e brincos nas orelhas⁵⁴⁵.

O uso estratégico de determinadas características culturais também é evidente nas diferentes representações dos príncipes núbios, na tumba egípcia de Huy e em suas próprias capelas funerárias. Segundo Vieira,

...a ação desses sujeitos diante da imposição do deslocamento e da disjuntura da atmosfera imperialista, a negociarem entre posições dominantes e subalternas os elementos culturais que lhes couberam. Assim, sob transcodificações de significados culturais, estes príncipes, sujeitos aos projetos coloniais faraônicos e imersos em tradições núbias, expõem nos relances imagéticos ou nominais de seus fragmentos de existência um intrincado e complexo emaranhamento cultural⁵⁴⁶.

O conceito de emaranhamento cultural tem sido bastante utilizado para explicar essas relações entre Egito e Núbia, numa tentativa de deixar de lado a categoria de egipcianização, em especial por ser fruto de uma construção historiográfica preconceituosa e pouco dinâmica⁵⁴⁷. O próprio Van Pelt afirma com todas as letras que, uma vez que se tem crescentemente comprovado que a assimilação cultural da Baixa Núbia no Reino Novo é um mito, “uma ênfase nos processos de emaranhamento cultural fornece um quadro interpretativo culturalmente neutro, sem viés”⁵⁴⁸.

Não se pode concordar com uma perspectiva que reivindique a neutralidade em ciências humanas de maneira tão inocente. Em outra ocasião, já expressei minha insatisfação com o conceito de emaranhamento por entender que ele reduz excessivamente o papel do conflito, em virtude de uma posição de integração que imiscui o peso desigual entre o domínio exercido e suas distintas formas de resistência⁵⁴⁹.

⁵⁴⁵ VAN PELT, Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia, p. 532–534.

⁵⁴⁶ VIEIRA, Fábio, Os Filhos da Núbia. Etnicidade e Deslocamentos Culturais na África Antiga sob a XVIII Dinastia Egípcia., in: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis: ANPUH, 2015, p. 9. Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439099852_ARQUIVO_OsfilhosdaNubia4.pdf

⁵⁴⁷ Entre os principais defensores do uso do conceito de emaranhamento estão VAN PELT, Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia; SMITH; BUZON, Colonial Entanglements: “Egyptianization” in Egypt’s Nubian Empire and the Nubian Dynasty; LEMOS; VIEIRA, Práticas mortuárias no Egito e na Núbia sob o reino Novo Egípcio: avaliando o emaranhamento cultural na África antiga.

⁵⁴⁸ VAN PELT, Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia, p. 542.

⁵⁴⁹ FRIZZO, Fábio, Egipcianização e Resistência na Núbia da XVIII Dinastia, in: BRANCAGLION, Antonio; LEMOS, Rennan; DOS SANTOS, Raizza (Orgs.), **Semna - Estudos Egiptológicos II**, Rio de Janeiro: Seshat/Editora Klíne, 2015, p. 80–87.

É necessário olhar para as trocas culturais, e para as reapropriações e inovações delas decorrentes, como atos em um cenário conflituoso⁵⁵⁰ marcado pela luta de classes interna – que é expressa nas diferentes posições de classe e gênero frente à aculturação – e pela resistência contra o imperialismo – neste caso, marcada por diferentes perspectivas étnicas que podem ser enquadradas em um conceito sócio-histórico de “raça”.

Só um modelo que compreenda o papel dos diferentes conflitos internos e externos pode montar uma interpretação correta tanto das diferentes estratégias utilizadas pelo sistema imperial faraônico, quanto das distintas formas de resistência aos mesmos. Se Van Pelt acerta ao criticar o modelo de Stuart Smith por este não demonstrar que os níveis mais baixos da sociedade núbia não se beneficiam dos empreendimentos egípcios – posição a qual, inclusive, o próprio Smith já reviu –, erra, por outro lado, em não perceber que a exploração imperial não estava interessada em modificar os padrões dos grupos subalternos porque tais grupos já eram submetidos localmente.

Desta maneira, a egípcianização afeta principalmente a elite núbia, justamente porque tal elite utiliza os símbolos culturais como elementos de prestígio, negando a disponibilidade da maioria deles às classes populares. Afinal, do contrário, estes símbolos não serviriam aos seus propósitos no interior da sociedade núbia. Isto fica perfeitamente claro em representações como as iconografias da tumba de Djehuty-hotep em Teh-Khet, onde o príncipe é representado inclusive na pigmentação usada para os egípcios, enquanto os seus servidores núbios portam tons de pele mais escuros, que eram utilizados na “Terra Negra” para representar a própria elite indígena, conforme visto na tumba de Huy.

A criação de uma identidade miscigenada a partir das diferentes reapropriações núbias da cultura egípcias teve um papel importante no cenário que substituiu o imperialismo faraônico após o Reino Novo. A participação majoritária de núbios como funcionários do Estado político imperial na Núbia facilitou a separação em relação ao centro faraônico e a construção de um novo Estado imperialista em Napata, que avançou sobre o Egito, estabelecendo a primeira dinastia de faraós núbios da história do Vale do Nilo. Da mesma maneira, Adams ressalta que o fortalecimento das elites

⁵⁵⁰ Fábio Vieira lembra muito bem que o aparato conceitual desenvolvido por Edward Thompson pode ser uma excelente saída para compreender os conflitos e apropriações na arena da cultura, abrindo um caminho inédito de interpretação dentro da Egíptologia e da História da Núbia Africana. VIEIRA, FÁBIO, *Um Nobre Egípcio entre Dois Mundos*, p. 12.

indígenas foi fundamental para a consolidação deste novo aparelho estatal e nisto o Egito também cumpriu seu papel⁵⁵¹.

3.5 A Exploração Econômica da Núbia

3.5.1 O Papel do Ouro no Império

O principal papel econômico da região acima da Primeira Catarata estava, sem dúvida, relacionado ao fluxo de bens de prestígio. Toda estrutura imperial administrativa no Reino Novo era voltada à manutenção e ampliação do fluxo de produtos que são extremamente comuns nas cenas de tributos núbios, como peles de animais, penas de avestruz, marfim e, principalmente, ouro.

A exaustão da indústria mineira de cobre no fim do Reino Médio acabou fazendo com que os egípcios desenvolvessem novos métodos de prospecção e extração de minério e, conseqüentemente, encontrassem novas reservas auríferas.

Com o início do Reino Novo, o Egito iniciou um momento de forte desenvolvimento das forças produtivas, ligado diretamente à sua atividade imperialista⁵⁵². No bojo deste processo, Klemm e Klemm chegam a falar em uma “revolução tecnológica” na indústria da mineração de ouro⁵⁵³.

As inovações técnicas concentraram-se no uso de pilares e colunas nas minas, feitas a partir do próprio corpo do minério, o que gerava maior segurança dentro dos túneis. Somou-se a isto a adição de cinzéis de bronze às antigas ferramentas de pedra. Todavia, o avanço mais significativo foi o surgimento de uma nova forma de prospecção, organizada nas regiões externas, com o processamento de quartzos auríferos que deslizavam para as regiões de uádi através das erosões. Este novo método foi nomeado como *wadiworking* – espécie de mineração de aluvião – e permitiu a incorporação de trabalhadores não-especializados nos esforços de mineração, organizados em grandes grupos equipados apenas com enxadas e cestos⁵⁵⁴.

⁵⁵¹ ADAMS, The First Colonial Empire, p. 63.

⁵⁵² FRIZZO, **Baixa Núbia como Infra-Estrutura para a Construção da Potência Hegemônica Egípcia na XVIIIa Dinastia (1550-1323 a.C.)**, p. 63–70.

⁵⁵³ KLEMM, Rosemarie; KLEMM, Dietrich D, **Gold and gold mining in ancient Egypt and Nubia ge archaeology of the ancient gold mining sites in the Egyptian and Sudanese eastern deserts**, Berlin; New York: Springer, 2013, p. 623.

⁵⁵⁴ *Ibid.*, p. 626.

O mecanismo tradicional de mineração dava-se em minas profundas, nas quais o quartzo era extraído com o uso de cinzéis, como apontam as marcas de ferramentas encontradas. O minério era retirado das galerias em cestos e levado à superfície, onde era martelado contra pedras lisas, que serviam como bigornas, até alcançarem o tamanho aproximado de ervilhas. O cascalho era, então, moído em moinhos de pedra (similares aos utilizados desde o período Pré-Dinástico para moenda de grãos e produção de alimentos) até o tamanho necessário para que soltasse o ouro⁵⁵⁵. Embora antigo conhecido do povo da “Terra Negra”, este tipo de moinho só passou a ser utilizado na mineração no Reino Novo, compondo o quadro maior de desenvolvimento das forças produtivas.

Com novas tecnologias e técnicas de exploração, foi possível não apenas a abertura de novas minas, mas a reativação e ampliação de diversas jazidas auríferas, tanto na escavação interna quanto no processo de *wadiworking*. Este funcionava a partir do cascalho que rolava como resultado da erosão natural, possibilitando a aplicação de virtualmente qualquer quantidade de força de trabalho que estivesse disponível, diferentemente do trabalho interno nas minas, que exigia prospecção, transporte, quebra e moenda, muitas dessas tarefas executadas por trabalhadores especializados.

Ao longo dos uádis passou-se a estabelecer assentamentos extensivos com capacidade para centenas de trabalhadores direcionados ao processamento dos quartzos auríferos encontrados na superfície⁵⁵⁶. Nas minas, por outro lado, o número simultâneo de operários era restrito a grupos de dois a cinco indivíduos por conta dos eixos estreitos dos túneis. Um forte indício arqueológico das áreas de *wadiworking* são as pilhas de descarte de quartzos brancos estéreis, que podem ser encontradas ainda hoje a olho nu, conforme refletem o sol baixo nos uádis.

O foco no *wadiworking* auxiliou a expansão da mineração no Reino Novo, em especial na Baixa Núbia, em direção ao Wadi Allaqi e seus vales tributários, marcados por altos níveis de erosão, que legavam grandes depósitos de quartzos auríferos e pó de ouro no aluvião. O trabalho na superfície era também um indicador da presença de jazidas subterrâneas e, desta maneira, a produção poderia se estender para a prospecção nos depósitos primários. Segundo Klemm e Klemm: “Com a assimilação definitiva da

⁵⁵⁵ Embora o trabalho arqueológico seja o elemento fundamental para compreender as técnicas e tecnologias de mineração, a observação etnográfica cumpre um papel muito importante. Em especial porque o mesmo método de moenda de minério é utilizado ainda hoje na Tanzânia.

⁵⁵⁶ Estes assentamentos extensivos são comprovados arqueologicamente pela existência de vestígios de abrigos e casas, divididos em vários cômodos, frequentemente alinhados às bordas dos uádis, refletindo uma organização de grandes contingentes de trabalhadores.

Núbia no Reino Novo, este tipo de mineração de ouro levou a um aumento maciço do ouro disponível, uma situação destacada pelas quantias declaradas nas listas de tributos nos templos egípcios⁵⁵⁷.”

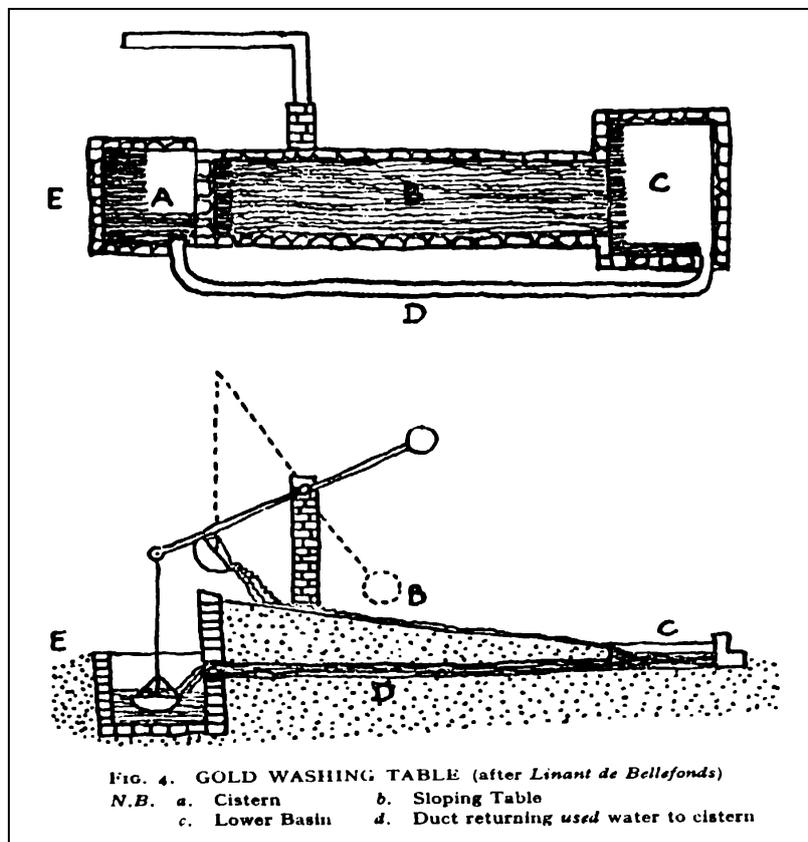


Figura 27 - Plano da Mesa de Lavagem usada nas Minas do Reino Novo⁵⁵⁸.

Outra grande evolução técnica no processamento do minério foi a introdução da chamada “mesa de lavagem”, que consistia numa estrutura de pedra de alvenaria seca com uma superfície plana inclinada, na qual o final se abria em uma pequena bacia mais profunda em uma das pontas. Este mecanismo de lavagem usado para separar o ouro do quartzo foi estabelecido durante o Reino Novo, e ainda podia ser encontrado em uso na Alemanha do final do período medieval. Os vestígios de duas dessas estruturas foram encontrados por Jean Vercoutter e Sayed Hassan em Farás, na temporada de escavações entre 1955 e 1956⁵⁵⁹.

⁵⁵⁷ KLEMM; KLEMM, *Gold and gold mining in ancient Egypt and Nubia geoarchaeology of the ancient gold mining sites in the Egyptian and Sudanese eastern deserts*, p. 31.

⁵⁵⁸ VERCOUTTER, Jean, *The Gold of Kush. Two Gold Wash Stations at Faras East*, *Kush*, v. VII, p. 120–153, 1959, p. 124.

⁵⁵⁹ VERCOUTTER, *The Gold of Kush. Two Gold Wash Stations at Faras East*.

A mesa de lavagem permitia a utilização de um método mais efetivo de separação do ouro, que implicava possivelmente o uso de peles de ovelha nas superfícies inclinadas. A pele retinha o ouro nos pelos, enquanto os minerais mais pesados desciam para a bacia. No final do processo, a pele era queimada para recuperar todos os mínimos resquícios do metal dourado que restavam entre as cinzas.

Em conjunto com o movimento imperialista, o desenvolvimento das forças produtivas na área da mineração possibilitou uma expansão considerável das áreas de extração de ouro, não apenas para as zonas mais orientais de subsolo pré-cambriano, mas também para regiões próximas ao Vale do Nilo. Em especial após a derrota de Kerma, o império egípcio teve acesso a numerosos distritos auríferos entre o Nilo e as colinas do Mar Vermelho. A expansão avançou tanto sobre novas minas quanto naquelas já conhecidas, resultando em um grande número de regiões de mineração altamente produtivas sob o controle do império faraônico, como mostram os mapas. Segundo Klemm e Klemm, a produtividade chegava a uma média de 5g/dia por trabalhador, com temporadas anuais de três a quatro meses⁵⁶⁰.

A conquista da Núbia sob os primeiros faraós thutméssidas foi fundamental para o estabelecimento de uma estrutura adequada à exploração aurífera. Vestígios cerâmicos comprovam a existência de sítios especializados tanto em *wadiworking* quanto em mineração profunda no Deserto Oriental núbio desde pelo menos o reinado de Thutmés III. Tais operações em locais bastantes avançados no interior do deserto só poderiam ser executadas com a pacificação da região e a submissão das populações locais assentadas e seminômades, que acabaram sendo utilizadas como força de trabalho majoritária nos sítios de mineração, usando técnicas introduzidas pelos egípcios.

⁵⁶⁰ KLEMM; KLEMM, **Gold and gold mining in ancient Egypt and Nubia geoarchaeology of the ancient gold mining sites in the Egyptian and Sudanese eastern deserts**, p. 47.

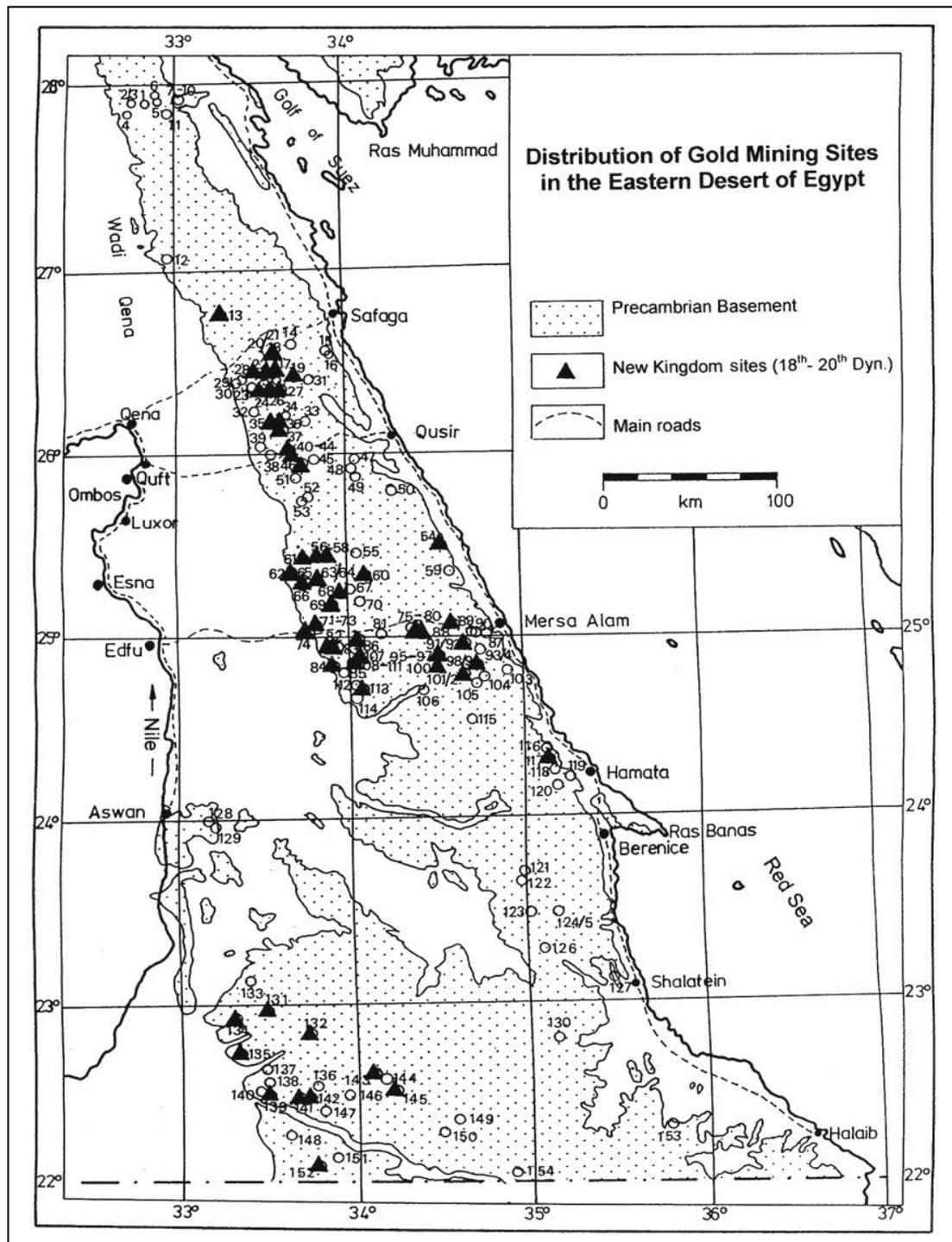


Figura 28 - Mapa dos Sítios de Mineração de Ouro no Deserto Oriental durante o Reino Novo⁵⁶¹.

⁵⁶¹ *Ibid.*, p. 624.

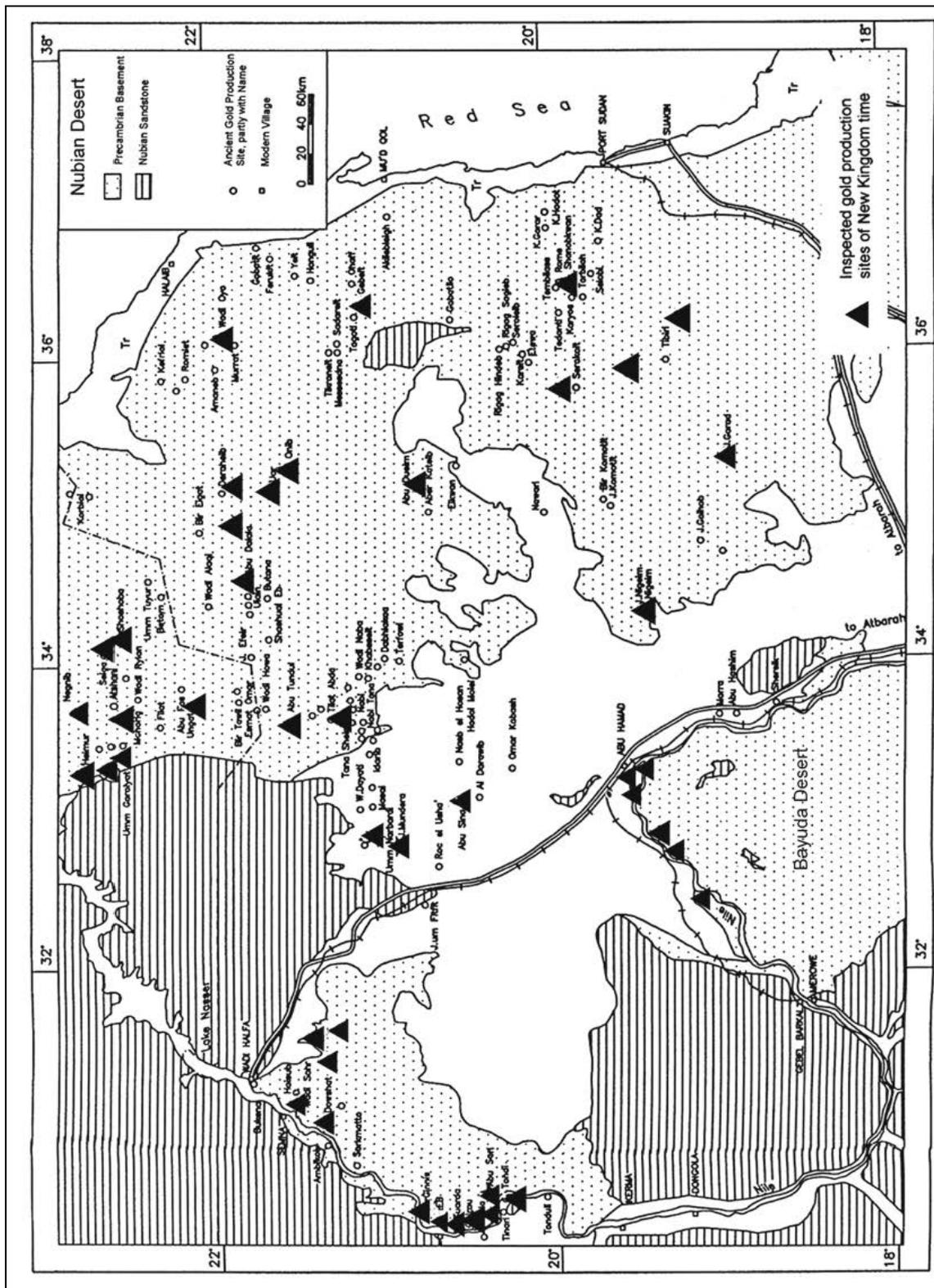


Figura 29 - Mapa dos Sítios de Mineração de Ouro na Núbia durante o Reino Novo⁵⁶².

A exploração de uma região tão extensa necessitou de uma administração extremamente organizada, que deve ter se instalado na Núbia por volta de finais do

⁵⁶² *Ibid.*, p. 625.

século XIV a.C., e parece só ter começado a declinar cerca de um século depois em meados da XIXª Dinastia, ruindo apenas na dinastia posterior, primeiro na Núbia e depois no Deserto Oriental.

A administração imperial contava com uma série de funcionários conhecidos através de seus títulos, elencados por Vercoutter⁵⁶³. Entre os administradores escribas encontravam-se o “Supervisor dos Mineiros” (*imy-r ikyw*) e o “Capitão dos Mineiros” (*hry ikyw*), gerenciando assentamentos de “Trabalhadores do Ouro” (*nby*), que executavam o trabalho completo de prospecção e tratamento do minério. Segundo o autor, provavelmente não deveria haver distinção de especialização do trabalho nas tarefas relativas ao processo, existindo apenas cargos de supervisão como “Supervisor dos Trabalhadores do Ouro” (*imy-r nbyw*), “Capitão dos Trabalhadores do Ouro” (*hry nbyw*), “Supervisor da Seção dos Trabalhadores do Ouro” (*imy-r w^crt n nbyw*) e “Sacerdote dos Trabalhadores do Ouro” (*w^cb nbyw*). Havia, ainda, os “Artífices do Ouro” (*hry nbw*), alocados tanto em oficinas templárias quanto deslocados em missões direcionadas às minas.

O funcionário mais registrado nas rotas do deserto era o escriba responsável por calcular e registrar o ouro produzido. Vários destes funcionários estavam instalados em Aniba/Miam, em conjunto com outros responsáveis pela mineração (como indicam os enterramentos de alguns deles na região). Como visto, Aniba era um importante centro administrativo egípcio na Núbia, e tinha um papel destacado no controle da produção aurífera por encontrar-se nas proximidades do Wadi Allaqi e no entroncamento de várias rotas destinadas às zonas mineradoras.

Encabeçando toda a estrutura administrativa, que certamente contava com funcionários núbios, estava o já mencionado “Supervisor dos Desertos Dourados de Amon”, cargo normalmente desempenhado pelo próprio vice-rei e “Supervisor das Terras Estrangeiras do Sul”. Este era auxiliado por um “Supervisor do Tesouro” mencionado em Aniba que, segundo Vercoutter:

É provável que (...) tivesse que preparar o tributo anual para enviar ao Egito de Kush, entre o qual o ouro desempenhava um papel importante, tanto na forma de barras ou pó, quanto forjado em objetos. Claro que o ouro não era a única exportação e que o Supervisor tinha que lidar com tudo produzido em Kush de gado a animais selvagens, junto como pedras semipreciosas, penas de avestruz, ébano, escravos etc; mas devido ao fato de que Miam era ao mesmo tempo a base do Delegado de Wawat e próxima às minas de ouro dos

⁵⁶³ VERCOUTTER, The Gold of Kush. Two Gold Wash Stations at Faras East, p. 141–151.

Wadis Allaqi e Cabgaba, é certo que o Supervisor do tesouro tinha sob sua responsabilidade a maioria da produção de ouro.

Com toda a evolução das forças produtivas e a elaboração de estrutura administrativa complexa para regular a mineração e o tratamento do minério, cabe identificar quais eram os destinos do ouro na sociedade imperial do Reino Novo. Klemm e Klemm afirmam que o principal uso do metal no Egito era religioso.

O ouro disponível era usado essencialmente para a manufatura de ornamentos e joias de todos os tipos, objetos de culto, amuletos e figuras de divindades (...). Na arquitetura, o ouro era geralmente usado para acessórios do equipamento templário, como portas, colunas e pilares, pisos e paredes. Nos contextos funerários, folhas de ouro predominavam em caixões de madeira, máscaras folheadas a ouro e bens dourados ou folheados enterrados, como joias, acessórios e recipientes⁵⁶⁴.

Desta maneira, uma enorme fração da produção aurífera era doada aos templos, em especial ao culto de Amon. Um bem de prestígio de tal importância tinha não apenas sua produção, mas também sua distribuição reguladas pelo Estado político em benefício da classe dominante. O ouro era, basicamente, um privilégio dos tesouros estatais, tanto palaciais quanto templários, ainda mais levando em consideração que as principais oficinas artesanais a trabalharem com o metal eram certamente ligadas a tais instituições. A circulação metálica nas trocas internas era, se existente, insignificante até finais do Reino Novo, quando quantidades maiores entraram no circuito comercial por meio dos saques de tumbas.

A função fundamental do ouro era a manutenção da centralidade do poder, tanto no âmbito estatal quanto imperial. Isto se processava na garantia da coesão da classe dominante egípcia e de suas alianças com outras elites das potências do Oriente Próximo, como Hatti, Babilônia, Mittani e Alašiya.

As principais fontes escritas do período que nos informam sobre o uso do ouro como instrumento de coesão da classe dominante egípcia no contexto imperial são as autobiografias dos dois militares de El-Kab, Ahmés, filho de Ebana, e Ahmés Pennekhebet. O primeiro declara ter recebido objetos feitos do metal como butim após batalhas em Avaris, Sharuhen, Khentennefer e Kush⁵⁶⁵; enquanto Ahmés Pennekhebet detalha os objetos, referindo-se aos presentes dados pelo faraó, que compunham um

⁵⁶⁴ KLEMM; KLEMM, *Gold and gold mining in ancient Egypt and Nubia geoarchaeology of the ancient gold mining sites in the Egyptian and Sudanese eastern deserts*, p. 25.

⁵⁶⁵ ARRAIS, *Os Feitos Militares nas Biografias do Reino Novo: Ideologia Militarista e Identidade Social sob a XVIIIa Dinastia do Egito Antigo (1550-1295 a.C.)*, p. 106–108.

total de quatro braceletes, oito enfeites, seis moscas⁵⁶⁶, seis leões⁵⁶⁷ e duas machadinhas, além de 12 colares⁵⁶⁸.

Os colares a que Ahmés se refere são conhecidos como “ouro do valor”, e levam o nome de colares *shebyw* (*šbyw*), sendo bastante conhecidos no Reino Novo, especialmente a partir das representações iconográficas do período dos reinados de Amenhotep III e, principalmente, Akhenaton, quando aparecem nas cenas das chamadas “Janelas da Aparição”. A cerimônia de agradecimento de um funcionário com o “ouro do valor” foi descrita no texto da tumba de Ahmés, filho de Ebana:

O chefe (superior) dos marinheiros, Ahmés, filho de Ebana, justo de voz, diz: “Eu falo a vós, a todos os homens. Descreverei as honras que recebi; eu que fui recompensado sete vezes com o ouro diante do país inteiro (...)”⁵⁶⁹.

De início, o “ouro do valor” é referido apenas em recompensa a feitos militares como os dos soldados enterrados em El-Kab. Posteriormente, com certeza a partir do reinado de Akhenaton, tais benesses foram estendidas a funcionários não-militares. Esta transição se encaixa no quadro da passagem gradual de uma ênfase bélica para uma administração “civil” do império, que fez com que diferentes frações da classe dominante se ampliassem e fosse necessário manter as conexões de todas elas com o foco central de poder encarnado pela monarquia. O contexto da Reforma de Amarna é ainda mais sintomático desta necessidade de afirmação da centralidade monárquica, uma vez que as mudanças devem ter necessitado do apoio de parte significativa da classe dominante, em especial daquela diretamente relacionada à corte tebana.

Redford acentua que a riqueza proveniente da produção aurífera era basicamente mantida em reservas do faraó e dos templos (portanto, estatais)⁵⁷⁰, usadas principalmente para manter um sistema de lealdade e recompensa que operava tanto no Egito quanto no estrangeiro⁵⁷¹. Cabe acrescentar que este sistema era basilar para o

⁵⁶⁶ As moscas de ouro (provavelmente um tipo de broche) eram dadas aos militares como premiação por sua valentia, porque o inseto era um símbolo da persistência. MORKOT, Robert, **Historical dictionary of ancient Egyptian warfare**, Lanham, Md.: Scarecrow Press, 2003, p. 86.

⁵⁶⁷ Muito provavelmente outro tipo de joia ou adorno.

⁵⁶⁸ ARRAIS, **Os Feitos Militares nas Biografias do Reino Novo: Ideologia Militarista e Identidade Social sob a XVIIIa Dinastia do Egito Antigo (1550-1295 a.C.)**, p. 133–135.

⁵⁶⁹ *Ibid.*, p. 106.

⁵⁷⁰ Violeta Pereyra defende, inclusive, que a palácio começa a aparecer nas cenas de recompensa como origem dos dons outorgados, já que as iconografias seriam também representações da capacidade palacial de acumulação de riqueza e potencial de redistribuição. PEREYRA, Violeta, *La Secularización del Poder y Recompensa Real*, in: *I Encontro de Historia Antiga e Medieval e I Colóquio de Estudos Orientais*, Campos - RJ: [s.n.], 2014.

⁵⁷¹ REDFORD, **From slave to pharaoh**, p. 1055.

emaranhado de relações que compunha tanto o Estado político quanto o império egípcio através do fortalecimento da coesão das classes dominantes da “Terra Negra” em conjunto com aquelas de outros reinos da África e do Antigo Oriente Próximo.

As cenas da concessão dos colares *shebyw* a integrantes da elite egípcia se tornaram registros comumente utilizados para decorar as tumbas dos agraciados com tal honraria. Segundo Spence, a popularidade da cena tinha várias razões. Primeiro, porque formalizava e cristalizava a relação entre o cortesão e o rei e, depois, porque a cerimônia e a recompensa tinham o valor semântico de representar o alto *status* do indivíduo que recebia o favor real, expresso não apenas no ouro mas em outros bens de prestígio. Desta maneira, uma representação apenas combinava o acesso do sujeito ao palácio, a interação com o rei e seu enriquecimento material⁵⁷². Neste sentido, Gisela Chapot é precisa ao afirmar, a partir da análise de cenas da “Janela das Aparições”, que o foco das imagens está na interação da família real com os cortesãos agraciados⁵⁷³.

⁵⁷² SPENCE, Kate, Court and Palace in Ancient Egypt, *in*: SPAWFORTH, Antony (Org.), **The court and court society in ancient monarchies**, Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 317.

⁵⁷³ CHAPOT, Gisela, **A Família Real Amarniana e a Construção de uma Nova Visão de Mundo durante o Reinado de Akhenaton (1535-1335 a.C.)**, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 335.

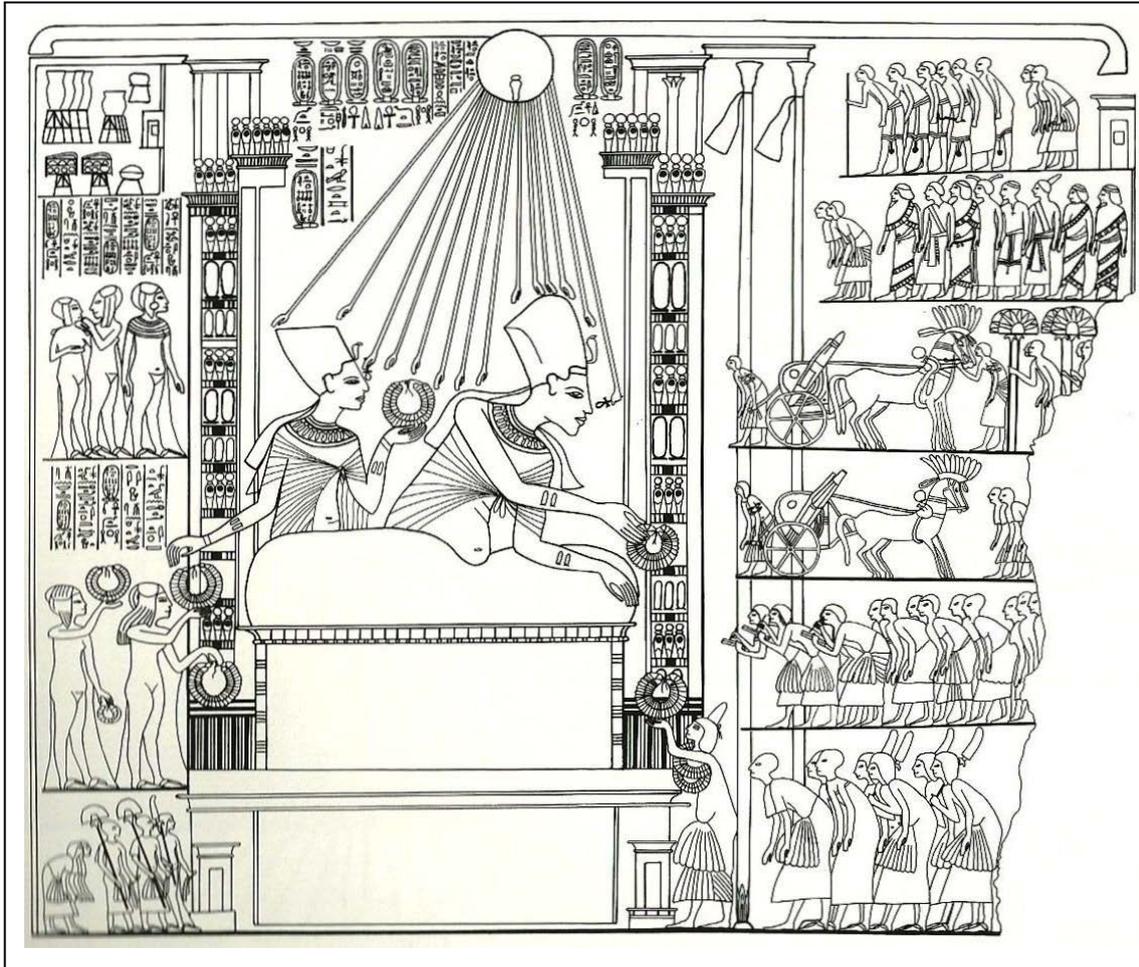


Figura 30 - Cena da "Janela das Aparições" em que a família real recompensa Meryra com o colar *shebyw*⁵⁷⁴.

No centro da imagem estão presentes Nefertiti e Akhenaton sob os raios solares de Aton, que lhes estende a vida com suas mãos. À sua esquerda, representando estar atrás de seus pais, estão cinco das seis filhas do casal, duas das quais lhes alcançam os colares *shebyw* a serem dados e que Akhenaton estende a seu funcionário, Meryra, localizado à direita, representando estar em frente do faraó. Esta é uma cena especialmente interessante por mostrar não apenas a faixa da “Janela das Aparições”, mas também outras partes do palácio real (reforçando a presença desta instituição), como é possível ver no canto esquerdo superior, onde há a representação de um pátio com oferendas. Símbolos imperiais importantes também compõem o quadro, à direita. No segundo registro de cima para baixo, encontram-se os chefes estrangeiros ou seus representantes, que tomam parte da cerimônia de premiação dos funcionários,

⁵⁷⁴ A imagem é procedente da tumba de Meryra II em Amarna e foi analisada por Chapot em *Ibid.*, p. 541.

representando a hegemonia ou influência internacional egípcia. Logo abaixo, há dois registros com carros de guerra, que simbolizam o poder militar do faraó sobre seu império. Desta maneira, esta iconografia representa, ao mesmo tempo, os laços consensuais que garantiam a centralidade monárquica e imperial através da doação de bens de prestígio e, por outro lado, a possibilidade de uma intervenção coercitiva, que em outras cenas da “Janela das Aparições” pode ser complementada com a presença de cativos estrangeiros submetidos, como ocorre na tumba amarniana de Parennefer⁵⁷⁵.

O simbolismo religioso também está presente nas imagens de concessão do “ouro do valor”, que incluem o rei em seu trono, representando o sol e a ordem cósmica, distribuindo os colares que simbolizavam a imortalidade concedida ao nobre. O sentido econômico também era enfatizar a capacidade faraônica de distribuir benefícios como bens de luxo. Violeta Pereyra ressalta a importância destas representações para a manutenção do poder monárquico, num contexto em que diversas famílias da nobreza egípcia estavam enriquecendo em virtude da expansão imperial. Segundo a autora, este enriquecimento fazia do rei, na prática, um *primus inter pares*, com o poder – pelo menos após o reinado de Thutmés IV – sustentado por sua capacidade de articular alianças:

A busca de uma reformulação autocrática da realeza requereu, assim, em primeiro lugar uma diferenciação do monarca em relação à elite que o sustentava no poder. Isto fez necessário o desenvolvimento de formas simbólicas que foram expressões do poder divino do rei, que sob Amenhotep III, adquiriu uma nova formalização que seus sucessores, por sua vez, continuaram e aperfeiçoaram. (...) A introdução da janela do palácio na cena de recompensa nobiliárquica teria sido um dos elementos exigidos pelo tempo histórico⁵⁷⁶.

A perspectiva de Pereyra sobre o fortalecimento da elite egípcia e a necessidade da monarquia de reformular suas estratégias para manter a centralização do poder corrobora o modelo de relações estatais dinâmicas calcadas sobre alianças marcadas, por sua vez, pelos benefícios doados pela realeza para manter a coesão e a posição social da classe dominante. Neste contexto, os bens de prestígio – e o ouro, em especial – tinham função central.

A manutenção interna da centralidade do poder nas mãos da monarquia dependia também da sua relação com outras classes dominantes no âmbito imperial e, conseqüentemente, a produção aurífera foi fundamental. Aqui, a historiografia sobre o

⁵⁷⁵ *Ibid.*, p. 549–550.

⁵⁷⁶ PEREYRA, La Secularización del Poder y Recompensa Real.

império egípcio apresenta posições dicotômicas. Há, por um lado, Redford, que afirma que “ainda está para ser demonstrada” a sustentação do aumento da influência e das atividades internacionais egípcias com base no ouro núbio. Segundo o autor: “O ouro núbio parece ter sido uma nova “cenoura” para ser balançada na frente dos narizes dos potentados estrangeiros: ele dificilmente constituía uma atividade egípcia *sine qua non* no mundo e, na realidade, significava uma pequena parte dos recursos disponíveis⁵⁷⁷.”

A interpretação de Redford parece subestimar o papel desempenhado pelos bens de prestígio na manutenção das relações internacionais do império egípcio. Isto pode ter sido causado por uma leitura que enfatiza excessivamente documentos diplomáticos nos quais os chefes estrangeiros pedem, reiteradamente, ouro ao faraó, algumas vezes reclamando das quantidades e até demonstrando que não necessitam do metal dourado, numa tentativa de pressionar o monarca egípcio.

A correspondência do rei da Babilônia com o faraó é um exemplo destas relações. Inseridas num contexto em que outras formas de integração da classe dominante, como matrimônios, estão presentes, as missivas babilônicas para o faraó insistem no envio de ouro. Nove das doze cartas enviadas da Babilônia para o Egito e encontradas no arquivo de Amarna mencionam o metal, como se pode notar por este trecho.

(36-40) E sobre o ouro acerca do qual te escrevi, [se]u melhor ouro, bastante, antes de teu enviado [vir a mim], agora rapidamente durante a estação da colheita envie a mim, seja no mês de Tammuz ou no mês de Ab! Para que eu possa terminar o trabalho que iniciei! (41-46) Se, durante a colheita, no mês de Tammuz ou no mês de Ab, tu tiveres me enviado o ouro pelo qual te escrevi, eu lhe darei minha filha. Então tu, como um favor, envie-me [o melhor] ouro! Mas se no mês de Tammuz ou no mês de Ab tu não me enviares o ouro, então eu não terminarei o trabalho que iniciei, logo por que tu deverias enviá-lo a mim como um favor? (47-50) Após eu ter terminado o trabalho que iniciei, para que eu precisaria de ouro? Portanto, mesmo que me envies 3000 talentos de ouro, eu não aceitaria! Eu enviaria de volta a ti e eu não daria minha filha em casamento⁵⁷⁸!

Uma leitura superficial dessas cartas talvez apoie uma interpretação como a de Redford, que pode depender da perspectiva de que os reis estrangeiros tinham uma postura submissa e até humilhante perante o faraó em busca de parte de sua produção aurífera. Um estudo mais cuidadoso da forma do discurso contido nas missivas indica,

⁵⁷⁷ REDFORD, *From slave to pharaoh*, p. 1055.

⁵⁷⁸ EA 4, em RAINEY, Anson F; SCHNIEDEWIND, William M, *The El-Amarna correspondence: a new edition of the cuneiform letters from the site of El-Amarna based on collations of all extant tablets*, Leiden-Boston: Brill, 2015, p. 75.

por outro lado, que tal submissão era uma estratégia para conquistar um patamar moral superior frente ao interlocutor⁵⁷⁹.

Säve-Söderbergh é outro que subestima o papel do ouro no império egípcio, quando afirma que “a importância do ouro deve ter sido geralmente superenfaticada pelos historiadores e as quantidades entregues dificilmente eram grandes o suficiente para serem de importância fundamental para as finanças estatais egípcias⁵⁸⁰.”

A análise das “finanças” gerenciadas pelo Estado político faraônico é um tema que envolve um olhar mais complexo, já que o ouro era basicamente um bem de prestígio, não circulando, portanto, em todas as esferas da economia. Sobre as quantidades do metal produzidas e entregues ao centro imperial, todavia, podemos ter alguma ideia através das listas de tributos recebidos e doações a templos.

Um levantamento bastante parcial foi feito, a partir de algumas fontes, por Klemm e Klemm. Para os reinados de Hatshepsut, Thutmés III, Amenhotep III e Ramsés III, tomando a maior medida de peso possível como padrão, chegou-se a um total de quase nove toneladas de ouro. Todavia, o autor e a autora alertam que se deve considerar este número como muito reduzido perante o total, uma vez que nossas fontes acerca das entregas e doações são muito fragmentadas. Outros indícios seriam, por exemplo, o fato de que, durante o 46º ano do reinado de Thutmés III, foram doadas ao templo de Karnak aproximadamente sete toneladas de ouro (duas, se tomarmos a medida de peso menor), enquanto o enxoval funerário de Tutankhamon contava com cerca de 110 kg do metal⁵⁸¹.

Cabe agora perguntar-se o qual montante seria grande o suficiente para ter importância fundamental para o Estado político faraônico. Sabemos do uso do ouro em decoração de templos, equipamentos funerários, adornos, mobílias e nas transações internacionais (nas quais o metal acabava tendo, provavelmente, os mesmos fins). Considerando estes usos, majoritariamente conectados a uma dinâmica de bens de luxo e prestígio, a quantidade necessária ao organismo estatal egípcio seria relativa ao tamanho e riqueza da sua própria classe dominante e daquelas a ele ligadas por laços de coesão.

⁵⁷⁹ WESTBROOK, Raymond; AMARNA, Babylonian Diplomacy in the Amarna Letters, **Journal of the American Oriental Society**, v. 120, n. 3, p. 377–382, 2000.

⁵⁸⁰ SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, **New Kingdom pharaonic sites**, p. 11.

⁵⁸¹ KLEMM; KLEMM, **Gold and gold mining in ancient Egypt and Nubia geoarchaeology of the ancient gold mining sites in the Egyptian and Sudanese eastern deserts**, p. 25.

Por mais que – a julgar pela correspondência – o montante aurífero enviado do Egito para a Babilônia fosse aparentemente reduzido, Smith afirma que sua exportação para o reino mesopotâmico, que o utilizava em seus projetos arquitetônicos, teria atingido tais proporções que chegou a modificar o padrão geral das trocas entre prata e ouro⁵⁸². Isto indica a posição contrária à de Redford no debate sobre a importância da produção do metal para o império egípcio.

Smith defende que:

O ouro em particular era importante não apenas para reforçar a posição do rei em mostrar riqueza e como recompensa para burocratas-chave, mas também desempenhava um grande papel na política externa no Oriente Próximo, cimentando o relacionamento egípcio com seus vassalos no Levante e com os grandes poderes contemporâneos na Anatólia e Mesopotâmia. Essas qualidades deram ao ouro um valor que transcendia seu valor em *deben* de cobre⁵⁸³.

A perspectiva acima parece correta ao afirmar que o valor do ouro transcendia seu peso, medido em *deben* de cobre. Em outras palavras, isto ressalta a ideia de que o metal dourado não era um produto como qualquer outro, atuando em especial como um bem de prestígio. Portanto, ainda que sua circulação fosse restrita aos círculos das classes dominantes, a produção aurífera foi fundamental para a manutenção do poder centralizado no Egito e seu império.

A transcendência da sua conversibilidade em *deben* de cobre não significava que o ouro era usado de outras maneiras para sustentar o império, como indicam alguns autores. O próprio Smith, numa tentativa de enfatizar a importância do metal, argumenta que a quantidade de ouro dedicada ao templo de Amon em Tebas, em um ano, poderia manter de 9 a 17 mil trabalhadores não-qualificados, ou de 1600 a 3100 artesãos especialistas, no mesmo período, se convertido em trabalho por meio de salários-padrão⁵⁸⁴. Por mais que este exercício imaginativo seja possível em virtude de nosso conhecimento dos padrões de conversão de valores metálicos, ele é pouco útil na comprovação da importância da produção aurífera, já que o ouro extraído da Núbia e entregue ao templo não seria trocado por grãos ou outros bens primários dedicados ao pagamento de rações para os trabalhadores.

⁵⁸² SMITH, Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium BC., p. 262.

⁵⁸³ SMITH, *Askut in Nubia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millennium B.C.*, p. 173–174.

⁵⁸⁴ SMITH, *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*, p. 72.

Da mesma maneira, Adams afirma que, enquanto o ouro era usado na “Terra Negra” apenas como bem de luxo, a produção doméstica era suficiente. Todavia, a partir do momento em que houve a necessidade de financiar operações militares na Ásia, o Egito teve que buscar novas fontes estatais entre a Segunda e a Terceira Cataratas⁵⁸⁵.

Esbarramos novamente no problema das finanças estatais. Uma perspectiva como esta, de que o Estado político egípcio necessitava do ouro para manter seu equilíbrio financeiro em face do esforço militar constante derivado da expansão e manutenção imperial consiste numa transposição da racionalidade econômica atual para uma realidade completamente distinta. A necessidade de ouro para o financiamento de tropas e empreitadas bélicas faria sentido se o metal fosse convertido nos alimentos e matérias-primas utilizados nas empreitadas imperiais. Ainda que nem todos os militares fossem trabalhadores compulsórios, a forma egípcia de pagamento de trabalho era através de rações compostas apenas de matérias-primas, não havendo evidências da circulação de metais nestes setores, exceto nas condecorações do “ouro do valor”. Por fim, o sustento das tropas era, em grande medida, retirado das regiões por onde elas passavam, assim como as premiações eram realizadas com os butins, conforme indicado nas autobiografias de El-Kab.

Os materiais necessários às ações bélicas também eram produzidos e gerenciados pelo Estado político faraônico, como o caso da produção do bronze usado nos armamentos, que também se expandiu no início do Reino Novo. Por outro lado, a madeira de qualidade para uso naval vinha das trocas com pequenos reinos do Levante⁵⁸⁶, que, uma vez sob a hegemonia imperial egípcia, passaram a ser responsáveis pela sua entrega em forma de tributos.

As finanças egípcias, conseqüentemente, não eram dependentes diretas da produção aurífera, que foi utilizada nas trocas internacionais, mas sempre com o objetivo principal de se manter como bem de prestígio, articulando as classes dominantes interna e externamente. A economia faraônica e os dispêndios relativos ao funcionamento do sistema redistributivo tinham sua base na produção de gêneros agrícolas. Inclusive por isto o modelo de cidade-templária foi instalado na Núbia,

⁵⁸⁵ ADAMS, *The First Colonial Empire*, p. 61.

⁵⁸⁶ Spalinger defende que o ouro egípcio era usado para comprar a madeira e outros itens necessários no exterior. Embora isto deva ter ocorrido, é razoável argumentar que o Estado político egípcio buscou, sempre que possível, extrair os produtos necessários na forma de tributos. SPALINGER, **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**, p. 48.

estabelecendo uma nova lógica de exploração agrícola da região. O que nos leva, por fim, ao modelo imperial de dominação usado entre a Primeira e a Terceira Cataratas.

3.5.2 O Modelo Imperial de Exploração Econômica da Núbia

Espero ter sido possível constatar até este ponto que o Egito investiu no desenvolvimento de um modelo de exploração da Núbia que visava o fluxo de bens de prestígio necessário à manutenção das classes dominantes e da centralidade do poder no âmbito interno e externo. Para isto, foi necessário rever e modificar a experiência de dominação exercida no Reino Médio, estruturada pela ocupação militar de fortalezas de fronteira que também serviam como entrepostos de troca para a obtenção de produtos de regiões africanas mais meridionais.

No Reino Novo, o modelo passou a integrar politicamente e investir na aculturação das elites locais, que usaram a proximidade com o centro imperial como forma de aumentar seu *status* perante os grupos indígenas subalternos. A aplicação desta estratégia de dominação levou a um aumento da desigualdade social entre os grupos nativos, conforme demonstrado pelos cemitérios do Grupo-C. Segundo Smith:

Por meio de uma política de aculturação, os egípcios criaram uma infraestrutura autossuficiente fundada na finança básica que garantiu o custo da extração de riquezas nos recursos naturais e na troca de bens de luxo do Sudão central. Elites núbias ganharam prestígio e riqueza na sociedade altamente estratificada que substituiu a organização social mais igualitária do Reino Médio⁵⁸⁷.

A análise de Smith é orientada pelo modelo antropológico criado por D'Altroy e Earle com base na experiência do império inca, em que parte da produção básica (gêneros agrícolas principalmente) das áreas periféricas era destinada ao consumo local, enquanto os bens de luxo seguiam o fluxo centrípeto para a capital do império⁵⁸⁸. No caso da Núbia, as cenas tebanas de entrega de tributos, presentes em capelas funerárias de altos funcionários e um tema iconográfico constante até o reinado de Ramsés XI, mostram uma maior proporção de produtos de luxo. Na iconografia da tumba de Amenhotep-Huy (Figura 22) podemos observar que os príncipes núbios trazem basicamente ouro em seus diferentes formatos, além de uma girafa.

⁵⁸⁷ SMITH, Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium BC., p. 278.

⁵⁸⁸ D'ALTROY; EARLE, Staple Finance, Wealth Finance, and Storage in the Inka Political Economy [and Comments and Reply].

A cena de entrega de tributos da capela funerária do vizir de Thutmés III, Rekhmira, mostra entregas semelhantes. A grande imagem contém a representação de vários povos. Os núbios, especificamente, estão retratados no terceiro registro de cima para baixo, aqui dividido em três partes contínuas para fins de reprodução neste espaço (Figura 31). No extremo esquerdo vemos uma pilha com os tributos em frente a um escriba que toma nota deles. Em todo o restante aparecem núbios portando as entregas, que incluem gado, cachorros de caça, uma girafa, duas espécies de macacos, um leopardo, peles de animais, penas e ovos de avestruz, presas de marfim e, é claro, ouro (em pó, pepitas ou fundido no formato de argolas).

Os mesmos produtos se repetem nas iconografias das tumbas do arauto de Thutmés III, Imunedyeh, e de seu chanceler Amenmose. No primeiro caso (Figura 32), voltam a aparecer uma girafa, três espécies de macacos, um leopardo, peles de animais, presas de marfim, uma banquetta e ouro. No caso de Amenmose (Figura 33), é possível observar cães de caça, pequenos macacos, penas, peles de animais, presas de marfim e ouro em grandes quantidades.



Figura 31 - Registro de entrega de tributos núbios na tumba do vizir Rekhmir⁵⁸⁹.

O controle e redistribuição dos produtos que eram consumidos em âmbito local na própria Núbia era responsabilidade do funcionalismo local, composto em grande medida por nativos, incluindo os cargos mais altos, assumidos pelos príncipes indígenas. Desta maneira, pode se concordar com Sävè-Södebergh de que a ação de controle direto estava nas mãos dos príncipes, enquanto os egípcios exerciam apenas um controle indireto. O autor exemplifica com a chefatura de Teh-Khet:

(...) o governo de Rwiw teria sido uma instância de colonização de benefício mútuo e sem superexploração, sem causar problemas para os governantes

⁵⁸⁹ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 141.

faraônicos e dando bem-estar e liberdade cultural para a população núbica escolher uma importação de bens de luxo egípcios, mas também permitindo um retorno cultural a tradições núbias em certos grupos⁵⁹⁰.

Ainda que o autor não explicita, a liberdade para escolher a importação de bens de luxo egípcio era, obviamente, apenas para as classes dominantes indígenas, que os usavam como signos de distinção social, usufruindo do patronato imperial e, possivelmente, se beneficiando dos silos estatais em casos de escassez. Um quadro bem distinto do que pensa Redford: “A vida do império significou a imposição de uma administração de fora na qual os núbios não tinham lugar especial e a autonomia local era exceção mais do que regra⁵⁹¹.”

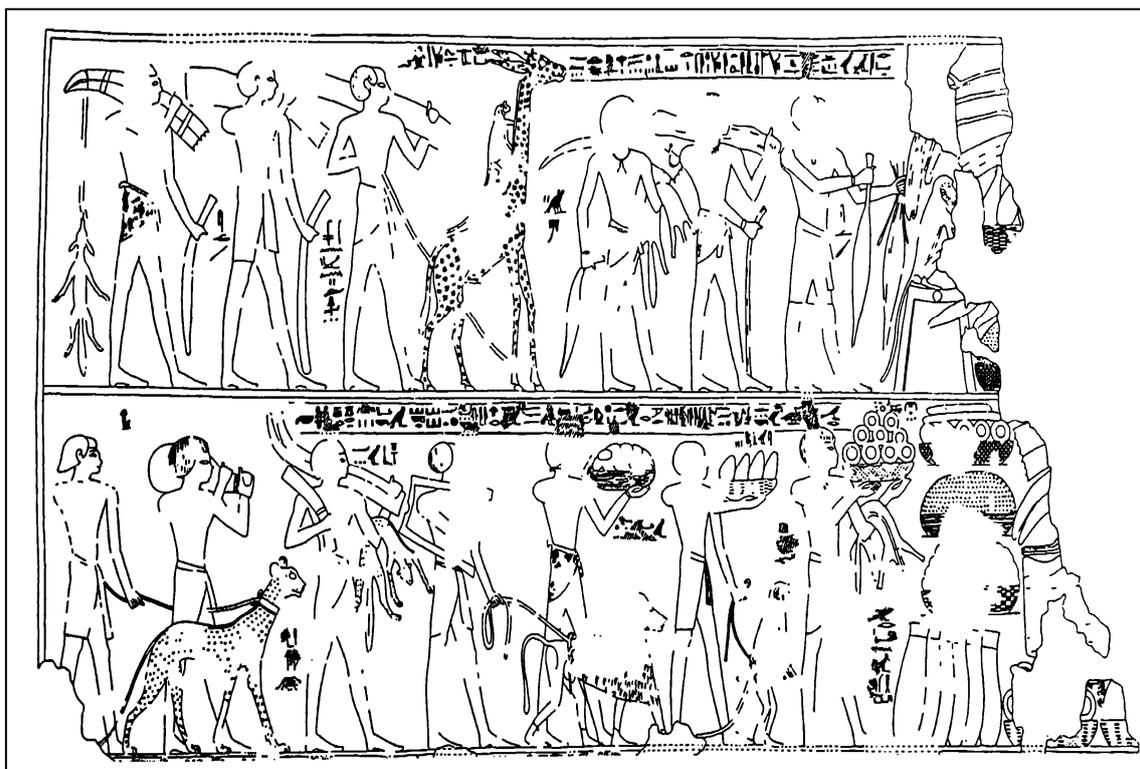


Figura 32 - Registro de entrega de tributos núbios na tumba do Arauto Real Imunedyeh⁵⁹².

⁵⁹⁰ SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, *New Kingdom pharaonic sites*, p. 13.

⁵⁹¹ REDFORD, *From slave to pharaoh*, p. 893.

⁵⁹² GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 139.



Figura 33 - Registro de entrega de tributos núbios na tumba do Chanceler Real Amenmose⁵⁹³.

⁵⁹³ DAVIES, Nina M.; DAVIES, N. de G., The Tomb of Amenmosē (No. 89) at Thebes, **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 26, p. 131–136, 1941, p. 8–10.

A autonomia local, pelo contrário, parece ter sido mais difundida do que uma visão tradicional costuma apontar. O modelo de Kemp do controle da Núbia também enfatiza o consumo de grande parte da produção num âmbito local. Segundo o autor, provavelmente, os tributos não eram pagos diretamente ao Egito, a não ser no caso das minas e produtos de luxo. O mais provável seria que o sistema de cidades templárias enviasse ao vice-rei apenas a quantia que no Egito as comunidades produtoras pagavam e que ficava, em última instância, aos cuidados dos vizires. A economia redistributiva focava, portanto, nas estruturas locais⁵⁹⁴, que já demonstramos estar nas mãos de elites indígenas. Pode se apontar, assim, para um quadro mais complexo do que uma exploração imperial dicotômica dividindo o centro opressor egípcio e os oprimidos núbios. Sem deixar de envolver a exploração, o cenário possibilitava benefícios para egípcios e núbios, dependendo dos grupos sociais aos quais pertencessem.

Os egípcios investiram também na modificação das formas tradicionais de propriedade da Núbia e na substituição do padrão de exploração agrícola, mas sem alcançar a fantasiosa visão de Redford de que ali foram instaladas *plantations* com o confisco de terras para a Coroa, para os templos e para os funcionários de altos postos, com a introdução de colonos egípcios e o uso de força de trabalho compulsória de prisioneiros de guerra deportados para a Núbia ou de nativos reduzidos à servidão⁵⁹⁵.

A agricultura núbia foi de fato reorganizada, mas para assumir moldes egípcios baseados na doação de terras para que templos exercessem seu controle tributário, gerando uma produção agrícola mais sistemática. A realidade é que o império faraônico precisava desenvolver seu modelo de exploração baseado na redistribuição da produção agrícola local para garantir sua ocupação, manter seu controle sobre a região e, por conseguinte, o fluxo de bens de luxo. Para isto, exportou o padrão utilizado na “Terra Negra” para submeter a produção das comunidades aldeãs, usando os templos e os palácios para exercerem o papel central como extensões do poder estatal.

A modificação no padrão de exploração resultou e, dialeticamente, foi o motor de modificações no padrão de propriedade, que refletem uma mudança na estrutura da sociedade núbia. As chefaturas locais abandonaram uma forma de posse comunitária e familiar para dar lugar ao estabelecimento de uma superestrutura baseada na propriedade templária⁵⁹⁶ e, conseqüentemente, a uma maior hierarquização social e

⁵⁹⁴ KEMP, *Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt* (c. 1575-1087 BC), p. 31.

⁵⁹⁵ REDFORD, *From slave to pharaoh*, p. 893-912.

⁵⁹⁶ TÖRÖK, *Between two worlds*, p. 188.

extração de sobretabalho, incorporando os chefes locais. Nas palavras de Adams, a Núbia passou de uma estratificação étnica à condição de uma sociedade de classes⁵⁹⁷.

A utilização do mesmo padrão egípcio na administração da Núbia foi caracterizada desta maneira por Säve-Söderbergh:

(...) é plausível que a província núbica não fosse excessivamente explorada, talvez não muito mais do que outras regiões do próprio Egito. (...) A Núbia era administrada com o mesmo tipo de organização que o próprio Egito e pelo menos a Baixa Núbia era totalmente integrada no sistema político e econômico faraônico⁵⁹⁸.

Cabe ressaltar que, ao contrário de uma leitura mais tradicional, esta integração não se constituiu com a instalação de imigrantes egípcios, ou mesmo com o envio de um grande número de funcionários da “Terra Negra”, mas a partir da cooptação e incorporação das elites locais.

Em relação à substituição do padrão agrícola, Kemp ainda ressalta a distribuição de terras para o culto de estátuas divinas, que possibilitava a administração de lotes por particulares, como no caso de recompensas a soldados (incluindo estrangeiros assentados)⁵⁹⁹. Já foi comentado que Ellen Morris identificou o estabelecimento de cultos a estátuas divinas como uma engrenagem de exploração usada em todo território imperial, do Levante à Núbia⁶⁰⁰.

As relações estabelecidas com a região kushita, entre a Terceira e a Quarta Cataratas, eram diferentes. A interferência egípcia ali foi bastante menor, não havendo modificação das estruturas locais, embora a região estivesse no campo gravitacional da hegemonia exercida pelo centro imperial.

Acima da Terceira Catarata, o Egito passou a lidar com uma sociedade que já era bastante hierarquizada e que já havia desenvolvido suas maneiras próprias de extração de excedentes, por contar com um Estado material desenvolvido e herdeiro de Kerma. Desta maneira, a lógica imperial foi a de estabelecer uma forma de aproveitar as estruturas locais para conseguir os produtos de luxo nos quais estava interessada, e isto pode ser feito a partir de um modelo diplomático que valorizava a troca de presentes com a classe dominante local – que muitas vezes aparecem como simples transações

⁵⁹⁷ ADAMS, *The First Colonial Empire*, p. 59.

⁵⁹⁸ SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, *New Kingdom pharaonic sites*, p. 12.

⁵⁹⁹ KEMP, *Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC)*, p. 32.

⁶⁰⁰ MORRIS, *Exchange, extraction, and the politics of ideological money laundering in Egypt's New Kingdom Empire*.

comerciais. Um exemplo localiza-se na cena registrada na tumba do “Supervisor dos Celeiros” de Amenhotep III, Khaemhat (TT 57).

Cristina Pino identifica as cenas da capela funerária de Khaemhat como comerciais, incluindo o comércio privado (que não era muito comum no período em questão), embora a autora mesmo afirme que os navios eram claramente da monarquia em virtude do seu tamanho e formato. As mais de vinte embarcações egípcias aparecem atracadas em um porto, com marinheiros desembarcando bens em suas cabeças. O povo local tem traços negroides típicos de uma região mais meridional da África, como a pele negra, lábios proeminentes e mandíbula íngreme, e os indivíduos são chamados de núbios. Um fato interessante e incomum descrito por Pino é que os núbios em questão são representados maiores que os egípcios, expressando uma diferença de *status*⁶⁰¹.

Os bens ofertados pelos nativos são de difícil identificação, mas uma sugestão pode ser inferida a partir de textos e as imagens de outra tumba com cenas de trocas (TT A4). Nela se lê que expedições levavam figos de sicômoro de Kush para Tebas, além de outros produtos locais como ervas típicas, unguento de óleo de moringa e de mirra. Segundo Pino, os produtos representados na TT 57 eram as tâmaras, mel e vinhos produzidos na Núbia. Estas matérias-primas de luxo serviriam para abastecer a corte e satisfazer os hábitos rebuscados da classe dominante imperial.

A interpretação que Pino dá à cena é a de uma frota real egípcia despachada para uma colônia na Alta Núbia para trocar grãos por mercadorias de luxo, ou para utilizar estes grãos para pagar funcionários que trabalhavam em Kush, embora identifique na iconografia também trocas privadas⁶⁰².

Como visto, havia representantes e até estruturas egípcias na região kushita independente entre a Terceira e a Quarta Cataratas, onde os chefes locais controlavam as trocas de bens de luxo com o Sudão central e tinham até suas forças militares próprias⁶⁰³. Tais estruturas serviam como entrepostos voltados para as trocas, nas quais os egípcios buscavam bens de prestígio, enviados sob a supervisão dos chefes locais. Em troca eles recebiam compensações, que incluíam elementos egípcios usados como signos de distinção social na realidade local, conforme demonstram os itens da “Terra Negra” encontrados em tumbas da sociedade Kerma.

⁶⁰¹ PINO, The Market Scene in the Tomb of Khaemhat (TT 57).

⁶⁰² *Ibid.*, p. 103.

⁶⁰³ MORKOT, Egypt and Nubia, p. 243.

Se considerarmos que a agricultura no Egito era muito mais produtiva do que na Núbia, podemos pensar que os chefes kushitas pudessem utilizar entregas de produtos alimentícios egípcios para manter seu Estado político através de relações de poder internas.

Independente do relacionamento com os kushitas da região entre a Terceira e a Quarta Cataratas, em relação ao território rio abaixo, resta um intenso debate sobre as intensões e benefícios do imperialismo egípcio na Núbia. O texto paradigmático de Barry Kemp, publicado em finais da década de 1970, consolidou uma das posições neste debate. Segundo este autor, a produção local das cidades templárias egípcias era consumida localmente, desta maneira não havia um ganho econômico claro na instalação desta estrutura. Desta forma, “o benefício dos egípcios deve provir de um caráter bem mais intangível, a saber, a extensão da área do Estado, ainda que seja difícil saber se a religiosidade pode ser separada do poder como motivo⁶⁰⁴.”

Esta leitura fez com que Kemp identificasse a natureza da atividade egípcia no estrangeiro muito mais como um produto de uma “mentalidade escriba”, que assumia a lógica de que o faraó era o proprietário de todas as terras do universo, do que de um avanço propriamente militar.

Uma posição similar, ainda que um pouco mais próxima das alternativas ao pensamento de Kemp, foi expressa por Adams, que afirmou que a motivação inicial da expansão de fato não teria sido a exploração econômica, ainda que este quadro tenha se invertido e, no final, os ganhos econômicos tenham se tornado o elemento central da atividade egípcia na Núbia em especial⁶⁰⁵.

Ambas as posições devem ser criticadas a partir da perspectiva da indissociabilidade entre esferas da vida social no pré-capitalismo. Tentar encontrar uma motivação puramente econômica, seja no início ou no final da ação imperial egípcia, é inútil, considerando-se que não havia nada puramente econômico ou mesmo primariamente econômico. Nossos olhos atuais, todavia, são capazes de classificar um ou outro elemento como pertencente ao que nós hoje entendemos como economia, ou seja, ligados à esfera da produção e distribuição dos esforços humanos.

Uma posição mais interessante neste debate é assumida, por exemplo, por Török, que aponta uma razão *material* para a expansão da fronteira egípcia até o máximo possível, identificando esta razão como a aquisição de produtos especiais

⁶⁰⁴ KEMP, *Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC)*, p. 33.

⁶⁰⁵ ADAMS, *The First Colonial Empire*, p. 65.

essenciais à manutenção da estrutura econômica egípcia como um todo, o que é consideravelmente diferente da busca pela obtenção de lucro⁶⁰⁶. Desta maneira, diferentemente de associar uma motivação econômica, a partir da realidade capitalista, com a obtenção de lucro, o autor ressalta que a intenção era assegurar um fluxo contínuo de bens de prestígio, necessários à continuidade e coesão da classe dominante imperial e, portanto, da exploração da classe subalterna. Conseqüentemente, a expansão e a aquisição de bens de prestígio eram, neste sentido, elementos fundamentais para a manutenção da estruturação da produção, calcada na exploração do trabalho, e da circulação desigual de seus frutos. Säve-Söderbergh também ressaltou a necessidade de controlar o acesso a bens valiosos “indispensáveis” como motivação da expansão da “Terra Negra”.

Ao contrário de leituras que identificam, no esforço egípcio de instalação de toda a estrutura na Núbia, como um desperdício de recursos, Török compartilha com Stuart Smith a posição de que a dinâmica imperial certamente dava retorno econômico real para o Estado político egípcio.

O sistema de colonialismo de aculturação estava muito longe de ser um dreno na administração central egípcia. A reorganização da cultura nativa em uma sociedade estratificada conformes as linhas providas pelo Egito forneceu uma base agrícola (*staple finance*) para apoiar as fortalezas, entrepostos, guarnições e pessoal necessários para facilitar a exploração de recursos minerais, especialmente ouro, e vigiar e regular o fluxo das trocas de bens produtos exóticos do sul (*wealth finance*)⁶⁰⁷.

Chegamos ao último ponto fundamental para a compreensão da ação imperial na Núbia: a reorganização das sociedades de chefaturas locais em sociedades estratificadas conforme as linhas egípcias. A melhor síntese neste sentido foi feita por Ellen Morris:

A sociedade relativamente igualitária da Baixa Núbia, todavia, não tinha um sistema [de exploração] já feito em curso. Além disto, governantes do início da XVIIIª Dinastia já tinham erradicado o poderoso reino de Kush na Alta Núbia, a única entidade política cuja infraestrutura poderia, talvez, ter sido cooptada. Portanto, sem a sobrevivência de qualquer hierarquia complexa local intacta, os objetivos de longo prazo do governo imperial eram mais bem servidos com o investimento em uma completa reorganização da economia e da estrutura governamental da Núbia em linhas egípcias⁶⁰⁸.

⁶⁰⁶ TÖRÖK, *Between two worlds*, p. 182.

⁶⁰⁷ SMITH, *Askut in Nubia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millennium B.C.*, p. 173.

⁶⁰⁸ MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 32.

Em outras palavras, era imperativo disseminar pela Baixa Núbia o processo de expansão do Estado material faraônico, algo que já ocorria em âmbito interno e que acabou levando à utilização do mesmo modelo, baseado na doação de terras e no papel administrativo de instituições estatais como palácios e templos, coligados com a incorporação-cooptação de elites e a subsunção de dinâmicas sociais locais. A necessidade de usufruir do fluxo de bens de prestígio garantido pelas minas auríferas e rotas comerciais precisava de uma estrutura de exploração de classe que não estava madura na sociedade relativamente igualitária das chefaturas núbias, que ainda contavam com formas de propriedade comunais e uma baixa hierarquização social. A solução encontrada foi expandir o modelo da cidade templária, suas formas de propriedade e exploração do trabalho. Nas palavras de Smith: “Com a ajuda da infraestrutura expatriada ainda existente, líderes nativos foram cooptados e a sociedade foi moldada numa imagem da egípcia, com uma elite rica governando sobre um campesinato empobrecido⁶⁰⁹.”

O aumento da exploração e o processo dialético de crescimento da hierarquização social pode ser notado a partir da cultura material encontrada no cemitério de Fadrus, já caracterizado aqui como uma necrópole da “não-elite”. Se observarmos a tabela de evolução da aculturação neste sítio (Figura 21), podemos constatar que no primeiro período, entre o início do Reino Novo e o final do reinado de Thutmés II, há um relativo equilíbrio entre os enterramentos classificados como de baixo, médio e alto *status*. No período imediatamente posterior, entre os reinados de Hatshepsut/Thutmés III e o início do governo de Amenhotep III, já há um enorme crescimento dos enterramentos de baixo *status*, seguido de um aumento menor nos de médio *status* e uma redução daqueles de alto *status*. Por fim, no último período, entre Amenhotep III e Horemheb, há o completo desaparecimento dos enterramentos de alto *status* (que, como visto anteriormente, se mudam para outra necrópole próxima), uma diminuição considerável nos enterramentos de baixo *status* e uma ainda maior naqueles referentes ao *status* médio. Considerando-se: 1) a mudança dos enterramentos da elite local para tumbas cavadas na rocha em estilo egípcio e, portanto, muito mais dispendiosas; 2) a diminuição dos enterramentos de médio *status*, tendendo ao seu desaparecimento; 3) o salto dos enterramentos de baixo *status*, que, mesmo após a diminuição do segundo para o terceiro período, ainda permaneceu com o dobro do

⁶⁰⁹ SMITH, Askut in Nubia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millennium B.C., p. 173.

número inicial, pode se perceber um avanço da desigualdade social, com o crescimento dos grupos subalternos da população, a diminuição das camadas médias e a redução e enriquecimento das classes dominantes.

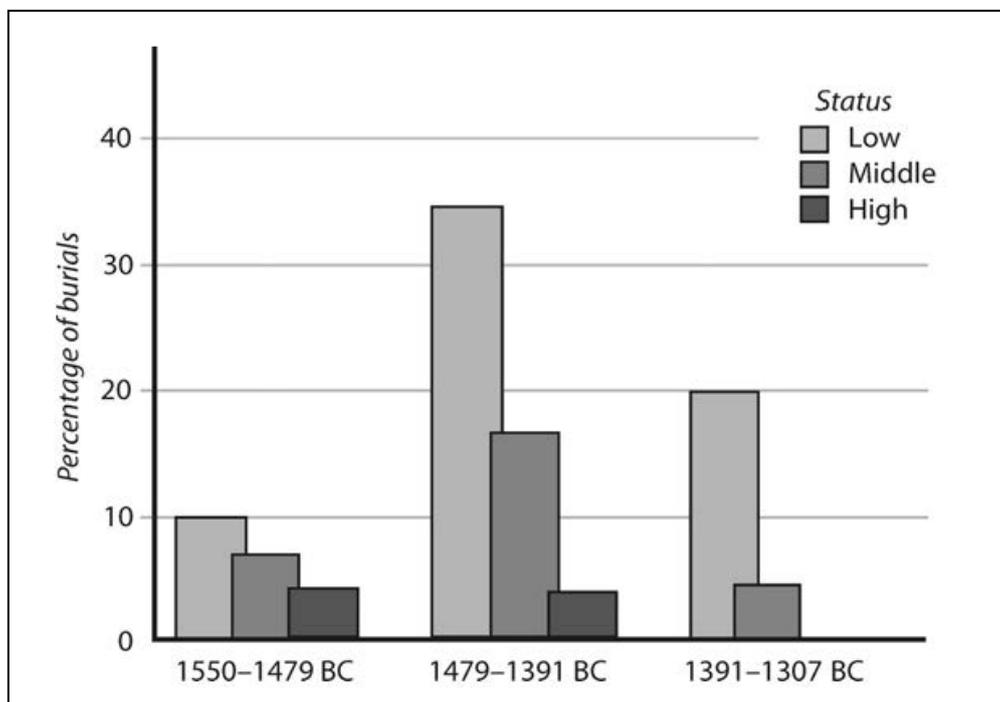


Figura 34 - Tabela da evolução da aculturação no cemitério de Fadrus⁶¹⁰.

Em suma, o imperialismo egípcio voltou-se para a Núbia em busca da garantia de um fluxo constante e crescente de bens de prestígio destinados à manutenção da centralidade interna e das relações internacionais no império. A diferença entre Wawat e Kush parece residir no fato de que a primeira não contava com uma estrutura complexa de hierarquia social e exploração do trabalho, mantendo-se como uma sociedade relativamente igualitária. Desta maneira, foi necessária a instalação de uma administração egípcia e o avanço do processo de hierarquização, além do estabelecimento de um Estado material entre os núbios do Grupo-C através da egípcianização e emprego da elite local na estrutura do Estado político faraônico. Entre a Terceira e Quarta Cataratas, em Kush (assim como no Levante), a relação estatal já estava bem estabelecida, sendo, portanto, mais vantajoso para a classe dominante central do império manter a estrutura local com sua autonomia e conseguir os bens de prestígio necessários por meio das trocas. Isto não significa que a elite kushita, assim

⁶¹⁰ SMITH, *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*, p. 86. Construída a partir de SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, *New Kingdom pharaonic sites*.

como a de Wawat, não se aproveitasse do contato com o centro do império para aumentar seu prestígio local, como fica comprovado pelos objetos egípcios encontrados em Dongola.

3.6 O Declínio do Império Egípcio na Núbia

O império egípcio ruiu em um processo que durou várias décadas da XX^a Dinastia, culminando no reinado de Ramsés XI. As razões, ligadas às consequências do colapso da Era do Bronze, formaram um emaranhado de motivos que envolvia mudanças climáticas, invasões externas dos Povos do Mar, instalação gradual dos líbios (com momentos de violência), desintegração do sistema internacional e fortalecimento de elites periféricas. Tudo isto levou ao fracasso da classe dominante central do império em manter a centralidade do poder.

No caso da Núbia, há uma leitura tradicional que aponta um suposto declínio demográfico na região da Baixa Núbia após o governo de Ramsés II⁶¹¹, que teria sido efeito do recrutamento forçado de soldados para suas guerras, em conjunto com o baixo nível das cheias e as consequentes fomes. Segundo Török, esta hipótese já se comprovou falsa, e o que pareceu, a partir dos enterramentos, uma queda demográfica, deve ter sido efeito de uma mudança nos costumes funerários, com a substituição de tumbas individuais por familiares, e da mobília funerária por amuletos. Além disto, o autor ressalta o fato de que muitos sítios do período posterior ao Reino Novo nunca foram escavados⁶¹².

Os registros de construções em Wawat são escassos a partir da XX^a Dinastia, e isto pode ser interpretado como um esgotamento econômico do modelo das cidades templárias, com uma consequente redução do fluxo de bens de prestígio. Somava-se a isto um contexto complicado para o império faraônico como uma totalidade, tendo que enfrentar problemas nos outros dois *fronts*, com líbios e Povos do Mar assediando o Delta e o Levante.

Neste período, a Baixa Núbia já contava com um sistema estatal desenvolvido⁶¹³, em grande parte devido aos esforços imperiais de fortalecimento da hierarquização social com vistas à exploração local. O Estado material já estava

⁶¹¹ ADAMS, *The First Colonial Empire*, p. 63.

⁶¹² TÖRÖK, *Between two worlds*, p. 200.

⁶¹³ MORKOT, *Egypt and Nubia*, p. 243.

consolidado e a região contava com um Estado político que controlava recursos materiais e forças militares. Encabeçando o funcionalismo deste Estado político estavam os herdeiros das elites locais que haviam sido incorporadas pelo império egípcio.

A classe dominante local fortalecida e influente no centro imperial aproveitou-se das intempéries e suas consequências para iniciar um processo de agressão, que teve um paralelo na Síria-Palestina e culminou no recuo da fronteira egípcia para a área da Segunda Catarata. Na última década do reinado de Ramsés XI, esta elite local influente, encabeçada pelo vice-rei Panehesy, iniciou uma guerra civil que teve por foco a cidade de Aniba, principal centro administrativo do império na Núbia.

A guerra civil ocorreu em um contexto de revolta social e banditismo em Tebas, como apontam os documentos sobre os saques de tumbas⁶¹⁴. A crise acabou resultando na fragmentação do poder no Egito, com a ascensão de uma dinastia de origem líbia no norte e, posteriormente, a ascensão da primeira dinastia de faraós negros, de Napata, no sul.

A ascensão de Napata mostra que a cultura núbica sobreviveu a quase 500 anos de dominação e esforço de aculturação dos egípcios. O resultado foi o fortalecimento das elites locais, que preservaram sua cultura com um processo de incorporação seletiva de elementos da cultura egípcia, e que acabaram sendo utilizados para facilitar a dominação dos faraós núbios sobre a população do sul do Egito.

⁶¹⁴ PEET, T. Eric, The Great Tomb Robberies of the Ramesside Age. Papyri Mayer A and B. I. Papyrus Mayer A, *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 2, n. 3, p. 173–177, 1915.

Capítulo IV – O Império Setentrional: o Egito e o Levante

Se o Egito é bem demarcado por sua configuração longitudinal paralela ao Nilo e por suas fronteiras naturais, tendo ao Norte o Mar Mediterrâneo e os desertos à leste e à oeste, isto nunca o impediu de manter contatos com outras sociedades. Ainda no período Pré-Dinástico, vestígios das cerâmicas classificadas como Nagada II e III foram encontrados na Síria-Palestina, da mesma maneira que o inverso também se verifica, com a presença de elementos sírio-palestinos no território da “Terra Negra”⁶¹⁵.

Mesmo sendo uma constante na trajetória das sociedades do Egito e de Canaã, os contatos eram inicialmente esporádicos e objetivavam especialmente a aquisição de bens de prestígio e a exploração do cobre de Uádi Feinan, na atual Jordânia. A intensidade das trocas já é perceptível claramente desde a Iª Dinastia faraônica, com a abundância de utensílios egípcios e cópias de cerâmica da “Terra Negra” descobertos na Síria-Palestina. Segundo Hoffmeier, a política do Reino Antigo para o Levante tinha uma base econômica apoiada na coerção militar sempre que os seus interesses eram, de alguma maneira, ameaçados⁶¹⁶. A tentativa de assegurar os fluxos regulares de matérias-primas levou os egípcios ao estabelecimento de uma espécie de feitoria na região costeira, gerando a mais antiga fortificação faraônica na Palestina, Tell es-Sakan, nos arredores de Gaza⁶¹⁷.

As interconexões iam além da região de fronteira, em Gaza e na Canaã Meridional, estendendo-se até o atual Líbano, no porto de Biblos, cidade com a qual o Egito manteve relações próximas desde o Reino Antigo. Biblos era um centro axial de concentração de produtos que vinham de outros locais da Ásia, como a Síria, a Mesopotâmia e o Afeganistão. Os egípcios estavam interessados não apenas nos bens de prestígio que fluíam pelo porto daquela cidade, mas também necessitavam dos cedros locais para o fornecimento de madeira de qualidade, usada tanto nos projetos monumentais quanto na indústria naval. Neste sentido, a presença de cedro nas pirâmides pode ser vista como uma comprovação das relações entre a “Terra Negra” e a costa libanesa.

⁶¹⁵ MUMFORD, Gregory, Egypt and Levant, *in*: STEINER, M. L.; KILLEBREW, Ann E (Orgs.), **The Oxford handbook of the archaeology of the Levant: c. 8000-332 BCE**, Oxford; New York: The Oxford University Press, 2014, p. 71.

⁶¹⁶ HOFFMEIER, Aspects of Egyptian Foreign Policy in the 18th Dynasty in Western Asia and Nubia, p. 140.

⁶¹⁷ MIROSCHEJJI, P. De *et al*, Les fouilles de Tell es-Sakan (Gaza) : nouvelles données sur les contacts égypto-cananéens aux IVe-IIIe millénaires, **Paléorient**, v. 27, n. 2, p. 75–104, .

Outra vantagem das ligações próximas com Biblos era que a localidade poderia ser alcançada facilmente por mar a partir do Delta do Nilo, reduzindo os riscos e custos materiais da utilização das rotas terrestres, assediadas por saqueadores. A intensidade dos contatos com a região levou autores como Mumford a sugerirem a existência de algum tipo de controle administrativo ou aliança egípcia para garantir o fluxo de produtos para o Vale do Nilo. Tal hipótese é corroborada, no período posterior do Reino Médio, pela presença de tumbas e templos em Biblos com arquitetura e decoração marcadas pela influência egípcia, além da existência de textos hieroglíficos e titulaturas originais da “Terra Negra”. Por fim, há indícios de deuses faraônicos e canaanitas adorados na região⁶¹⁸.

A amplitude e constância da relação entre Egito e Biblos são únicas em relação aos contatos com as demais localidades do Levante. Isto fez com que algumas interpretações – excessivamente calcadas numa arqueologia tradicional e orientadas pela ideologia oficial faraônica – chegassem ao limite de ver um domínio faraônico sobre parte da Síria já no início do II Milênio a.C.⁶¹⁹. Ward, todavia, alerta contra este tipo de leitura dos testemunhos, destacando que a cultura material de tipo egípcio encontrada em Biblos não suporta a perspectiva de dominação, sendo mais razoável acreditar que os itens eram usados nas atividades religiosas dos egípcios que se encontravam na região para fins de troca⁶²⁰.

Giveon extrapola a interpretação do domínio egípcio da Síria-Palestina no Reino Médio, partindo da mesma arqueologia tradicional, que identifica a presença de selos faraônicos e estátuas reais e de funcionários como significativa do mando sobre a região⁶²¹. A existência de encarregados do Estado político faraônico não denota diretamente um domínio local, mas sim a presença de representantes destinados a manter o fluxo de trocas. Tais funcionários deviam ser despachados pelo monarca em busca de determinados produtos, como comprovam inscrições do período, a exemplo daquela de um funcionário chamado Amenemhet, no Sinai:

⁶¹⁸ MUMFORD, Egypt and Levant, p. 72.

⁶¹⁹ ALBRIGHT, William Foxwell, **The archaeology of Palestine**, Gloucester, Mass.: Peter Smith, 1971, p. 85.

⁶²⁰ WARD, William A., Egypt and the East Mediterranean from Predynastic Times to the End of the Old Kingdom, **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 6, n. 1, p. 1–57, 1963, p. 24.

⁶²¹ GIVEON, Raphael, **The impact of Egypt on Canaan: iconographical and related studies**, Freiburg/Schweiz; Göttingen: Universitätsverlag ; Vandenhoeck & Ruprecht, 1978, p. 6.

Esse deus despachou o tesoureiro do deus, o senhor do duplo gabinete, líder dos recrutas, companheiro do palácio, Amenemhet para trazer pedras esplêndidas e suntuosas para Sua Majestade⁶²².

A necessidade de assegurar o intercâmbio nem sempre era uma tarefa pacífica, como mostra a estela de um tal Nessumontu, datada do ano 24 do faraó Amenemhet I, na qual o funcionário relata suas vitórias contra os “habitantes da areia”, tribos beduínas da Síria-Palestina:

Eu derrotei os trogloditas asiáticos, os habitantes da areia. Eu derrubei as proteções dos nômades como se elas nunca tivessem existido. Eu percorri pelo campo e fui adiante antes daqueles que estavam atrás de suas defesas (...) pelo comando de Montu (...) ⁶²³.

Os *Ensinamentos para o rei Merikara*, texto datado do Reino Médio, pintam um cenário no qual os asiáticos são elementos vis e caóticos, que devem ser repelidos, mostrando que, além das trocas, os egípcios tinham grande preocupação em manter suas fronteiras.

Agora (ouve) o que se diz sobre os arqueiros: vê o miserável asiático, desditoso é o lugar onde mora, mal provido de água, destituído de árvores, os caminhos são muitos e penosos por causa das montanhas. Ele não mora em apenas um lugar, (pois) a (busca de) alimento impele suas pernas. Ele vem combatendo desde o tempo de Hórus sem ser conquistado, e nunca anuncia o dia da batalha, como um ladrão que se recusa a viver em sociedade. (...) Não te preocupes com ele [o asiático] (...). Suas muralhas [as da fronteira egípcia] foram feitas para a guerra, seus soldados são em grande número, seus servos sabem manejar armas, afora os homens livres dentro (dela) ⁶²⁴.

Percebe-se que a vigilância em relação aos asiáticos não dependia da existência de uma estrutura política unificada na região. Pelo contrário, os povos locais são retratados como nômades e a maior preocupação egípcia era, sem dúvida, relacionada à manutenção do fluxo de produtos pelo corredor Sírio-Palestino. O motivo era a extrema riqueza da região, relativa à confluência de rotas de comércio que voltavam para ali as atenções dos grandes impérios instalados em volta do Levante em diferentes períodos, como o próprio Egito, além de Mitanni, Hatti, Creta, Chipre e Mesopotâmia, que disputavam a influência sobre o Levante, em especial sobre a Síria, elo entre o Egeu, a Anatólia e a Mesopotâmia.

⁶²² BREASTED, James Henry, **Ancient Records of Egypt: The First to the Seventeenth Dynasties.**, Chicago: University of Illinois Press, 2001, p. 320.

⁶²³ *Ibid.*, p. 227–228.

⁶²⁴ ARAÚJO (Org.), **Escritos para a Eternidade: a Literatura no Egito Faraônico.**, p. 288–289.

A influência mútua entre egípcios e asiáticos, construída por uma relação milenar de trocas, levou a um dos momentos de maior presença da cultura asiática na “Terra Negra”, com a instalação do governo hicsos no Delta durante o II Período Intermediário.

O termo “hicsos” provém da leitura grega e foi estabelecido a partir da expressão egípcia *ḥkꜣw-ḥꜣswt*, traduzida normalmente por “príncipes estrangeiros”. Segundo Sève-Söderbergh, tal expressão era utilizada no início da XIIª Dinastia para se referir aos chefes da Síria e Palestina, ainda que não haja nenhuma evidência de que ligue os hicsos do II Período Intermediário aos líderes Sírio-Palestinos de dois séculos antes⁶²⁵. *ḥkꜣw-ḥꜣswt*, todavia, foi um dos títulos reais usados pela dinastia hicsa no Egito e, assim, acabou se tornando o termo usado pela historiografia, desde Maneton, para se referir aos governantes asiáticos do Delta. Consequentemente, é necessário concordar com Bietak em que a palavra “hicsos” deve ser usada para os reis apenas e não como um etnônimo⁶²⁶. De outra maneira, Moreno García defende

Não cabe, portanto, considerar a estes povoadores asiáticos como uma população homogênea: sua procedência diversa, sua instalação em Avaris/Tell el-Daba em épocas diferentes durante o Reino Médio e sua coexistência com egípcios terminaram por produzir uma população que não era nem propriamente egípcia nem tampouco canaanita⁶²⁷.

A instalação dos hicsos no Delta é objeto de uma querela historiográfica. A visão tradicional pinta um quadro de invasões militares impulsionadas pela superioridade da tecnologia bélica, em especial por conta da utilização dos carros de guerra. Por outro lado, uma perspectiva mais dialética aponta para a ocorrência secular de trocas, migrações pacíficas e integração, que acabaram culminando na ascensão de famílias de origem asiática que, aproveitando-se de um momento de fraca centralização tebana do poder, reivindicaram o trono local, chegando a se representar como faraós.

Donald Redford participa da corrente defensora da hipótese da invasão e, com base na própria expressão “Príncipes Estrangeiros” e de sua utilização no período de

⁶²⁵ SÈVE-SÖDERBERGH, T., The Hyksos Rule in Egypt, *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 37, p. 53–71, 1951, p. 56.

⁶²⁶ BIETAK, Manfred, Hyksos, *in*: REDFORD, Donald B (Org.), *The Oxford encyclopedia of ancient Egypt*, Oxford; New York: Oxford University Press, 2001, v. III, p. 136.

⁶²⁷ MORENO GARCÍA, Juan Carlos, El Segundo Periodo Intermedio, *in*: PARRA, José Miguel (Org.), *El Antiguo Egipto: Sociedad, Economía, Política.*, Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 284.

domínio persa no Egito, afirma que um processo de ascensão ao poder após instalações pacíficas é inconcebível⁶²⁸. Na vertente contrária, Säve-Söderbergh argumenta que

...o governo hicsa era apenas uma mudança de líderes políticos e não uma invasão por um elemento étnico numericamente importante com uma técnica de guerra superior e uma civilização especial. Por outro lado, os hicsos tinham conexões próximas com a Ásia e parecem ter facilitado a introdução de inovações desta área mais do que seus predecessores egípcios⁶²⁹.

Esta via argumentativa é importante porque conjuga a ideia de uma migração com o desenvolvimento das forças produtivas, tecnologias e técnicas militares, sem envolver a superioridade bélica como elemento definitivo para explicar o poder hicsa. Desta maneira, conjuga-se com uma vertente mais econômica de análise da ascensão hicsa no Delta, defendida por Bietak, que a liga a um influxo maior do Levante em direção tanto à economia templária egípcia, quanto às domesticidades real e privada da XII^a e XIII^a Dinastias⁶³⁰.

Uma perspectiva que unifica as duas correntes foi apresentada por Kemp, para quem

(...) talvez o período dos hicsos tenha começado no norte do Egito com a imigração no Delta oriental de vários grupos procedentes do sul da Palestina. Estes haviam tentado se estabelecer, enquanto outros grupos guerreiros de maior mobilidade e que formariam parte de um exército principal (...) se dirigiram a Mênfis estendendo-se e se apoderando de várias cidades do Delta⁶³¹.

Ainda que pareça uma solução de consenso, não há indícios de que esta seja a posição correta sobre o assunto. As informações fornecidas pelo cemitério de Tell el-Daba/Avaris, capital do governo hicsa, mostra o abandono de alguns traços culturais egípcios e o surgimento de novas marcas de *status* ligadas especialmente à atividade militar, como, por exemplo, a presença de armas. Os grupos da elite faraônica que se mantiveram no Delta se adaptaram, desenvolveram uma nova cultura em conjunto com grupos migrantes a partir de processos de emaranhamentos. Por fim, Moreno García conclui, a partir principalmente dos vestígios funerários, que:

⁶²⁸ REDFORD, Donald, The Hyksos Invasion in History and Tradition, **Orientalia**, v. 39, n. 1, p. 1–51, 1970, p. 14.

⁶²⁹ SÄVE-SÖDERBERGH, The Hyksos Rule in Egypt, p. 60–61.

⁶³⁰ BIETAK, Hyksos, p. 138.

⁶³¹ KEMP, Barry, El Imperio Antiguo, el Imperio Medio y el Segundo Período Intermedio., in: **Historia del Egipto Antiguo**, Barcelona: Grijalbo, 1985, p. 202.

(...) a composição étnica particular de Avaris/Tell el-Daba terminou por produzir uma população com uma cultura original e que, igual a outros atores locais do Egito em finais do Reino Médio, terminou também por participar na vida política do país mediante a criação de uma entidade política própria⁶³².

Embora não esteja absolutamente comprovado, parece muito provável que o domínio hicso se estendia do Delta egípcio até o sul da Palestina. Um indício disto seria o aumento da presença da cerâmica de tipo canaanita no nordeste do Egito, que, conforme afirmação de Mumford, dobrou no II Período Intermediário, somando-se à influência asiática no trabalho de cobre, nos armamentos adotados, na arquitetura templária e militar⁶³³.

4.1 A Reconquista Egípcia e a Expansão até o Reinado de Thutmés III

O início da Era do Bronze Tardio (EBT) na Síria-Palestina foi marcado por um retrocesso na quantidade de assentamentos e pela transição de algumas comunidades assentadas para entidades nômade-pastoris, o que acabou ocasionando uma queda populacional. Este decréscimo demográfico foi agravado pelas atividades bélicas internas ou travadas contra elementos externos (egípcios principalmente), bem como pela incidência de fatores socioeconômicos⁶³⁴, que gerou um aumento do trabalho e dos tributos, endividamento e, conseqüentemente, fugas e abandonos de aldeias.

A situação demográfica geral foi exposta desta maneira por Liverani: “No conjunto das áreas sírio-palestina, tendo em conta as situações desequilibradas em um sentido ou outro, e só em linhas gerais, podemos dizer que havia uns 400 mil camponeses, 80 mil pastores e 120 mil dependentes palatinos⁶³⁵.”

Em virtude de sua base agropastoril bastante frágil, a economia das cidades sírio-palestinas, especialmente aquelas localizadas na região costeira, concentrava-se na atividade manufatureira. Através dos inúmeros registros de tributos pagos tanto aos hititas quanto aos egípcios e das evidências de relações internacionais de troca de presentes, podemos montar um quadro que aponta, como produtos principais: tecidos de

⁶³² MORENO GARCÍA, *El Segundo Periodo Intermedio*, p. 285.

⁶³³ MUMFORD, *Egypt and Levant*, p. 74.

⁶³⁴ A produtividade caiu para proporções muito baixas, estimadas entre 3:1 ou, no máximo, 5:1 na relação semente plantada e colhida.

⁶³⁵ LIVERANI, Mario, *El Antiguo Oriente: historia, sociedad y economía*, Barcelona: Crítica, 1995, p. 429.

lã, objetos e armas de bronze, vidro, joias, taças de metais preciosos, roupas e luxuosos carros de guerra. Somava-se a tais atividades o comércio, com papel certamente destacado, considerando-se a posição privilegiada da região, localizada em entroncamentos de rotas de trocas terrestres e marítimas⁶³⁶.

O sistema político típico do Oriente Próximo de meados do II Milênio a.C. estava dividido em duas entidades. A região da Síria-Palestina estava organizada em pequenos reinos, numa realidade política fragmentada, que a tornava alvo para a conquista dos grandes poderes vizinhos, como o Egito, Mitanni ou Hatti. A classe dominante local era encabeçada por uma aristocracia militar composta por elementos conhecidos como *maryannu*. Por fim, na base desta superestrutura política estavam os camponeses, no nível das comunidades locais que compartilhavam estruturas de produção comunitárias e sustentavam a classe palatina com seus tributos.

Embora a realidade da Síria-Palestina incluísse a conformação de relações de vassalagem entre os pequenos e os grandes reis, não há evidências sólidas de vínculos deste tipo envolvendo o rei hicso. De qualquer maneira, a documentação é clara ao demonstrar a insatisfação dos faraós tebanos com a presença de outro poder governando o Delta, como demonstra a Estela de Kamés – já citada no capítulo anterior –, na qual o monarca reclama de dividir seu poder com um chefe em Avaris e outro em Kush. O clima de tensão entre os três governantes chegou a fazer com que Spalinger classificasse este momento como uma espécie de “Guerra Fria”⁶³⁷.

A sobrevivência apenas de referências tebanas ao conflito com os hicsos fez com que surgisse uma distorção interpretativa deste contexto, na passagem para o Reino Novo. Neste sentido, a partir principalmente da Estela de Kamés, criou-se uma interpretação – um tanto anacrônica – que defende a existência de um fervor nacionalista ou patriótico como motivação para a deflagração do conflito dos tebanos contra hicsos e kushitas, respectivamente⁶³⁸. Daniela Martins parece correta ao afirmar que a motivação tebana não foi, em nenhum momento, fruto de uma postura “nacionalista” ou de um ímpeto independentista, mas sim uma reação política ao rei de

⁶³⁶ *Ibid.*, p. 432.

⁶³⁷ SPALINGER, **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**, p. 1.

⁶³⁸ *Ibid.*, p. 2; NEWBY, **Warrior pharaohs**, p. 30.

Avaris e ao pagamento de tributos, bem como uma insatisfação relativa à interrupção do acesso às rotas de intercâmbio com a Síria-Palestina⁶³⁹.

Com a reconquista do Baixo Egito, investiu-se na construção de um grande centro de treinamento militar e no estabelecimento do principal porto utilizado nas expedições destinadas ao norte, chamado de Peru-Nefer (lit. “boa viagem”)⁶⁴⁰. Segundo Martins, as motivações principais para a ação faraônica na Síria-Palestina, até o reinado de Hatshepsut, foram: 1) o reforço do prestígio do Egito no cenário internacional através da intimidação; 2) a incapacidade de dominar efetivamente o terreno internacional no Levante, em virtude do foco inicial na retomada dos territórios da Núbia e da derrota dos kushitas de Kerma; 3) a tentativa de reaver o acesso às rotas comerciais da Ásia Ocidental⁶⁴¹.

Ellen Morris, por outro lado, ressalta como objetivos básicos na fronteira norte: 1) a expulsão completa de hicsos e seus simpatizantes; 2) a manutenção das vitórias por meio da construção de fortalezas e entrepostos, voltados para abrigar guarnições militares nas regiões despovoadas pela expulsão dos estrangeiros⁶⁴². Redford concorda, argumentando que o avanço em direção à Ásia partia de uma nova percepção egípcia sobre a segurança da “Terra Negra”, que identificava a necessidade de cortar o suporte palestino destinado aos hicsos⁶⁴³. Em outras palavras, buscou-se estabelecer o que Müller chamou de um “*cordon sanitaire*” na Síria-Palestina para proteção contra incursões.

Incomodado com a situação política que vivia, Kamés marchou com suas tropas e tomou a cidade de Nefrusi, no Médio Egito. A facilidade descrita no documento oficial – a Estela de Kamés – foi interpretada por Newby como se referindo não a uma perspectiva ideológica de afirmação da potência real⁶⁴⁴, mas como uma evidência do

⁶³⁹ MARTINS, Daniela, “Até os Pilares do Céu”. *Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III.*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013, p. 43.

⁶⁴⁰ Enquanto Martins localiza Peru-Nefer em Mênfis, outros autores, como Bietak, apontam para a cidade de Avaris. Recentemente, Irene Forstner-Müller demonstrou que a região portuária da cidade deixou de ser utilizada na XVª Dinastia e sua utilização só foi retomada no momento em que a localidade se tornou o sul da capital raméssida, na XIXª Dinastia. BIETAK, Manfred, Perunefer: the principal New Kingdom naval base., *Egyptian Archaeology*, v. 34, p. 15–17, 2009; FORSTNER-MÜLLER, Irene, Avaris, its harbours and the Perunefer problem., *Egyptian Archaeology*, v. 45, p. 32–35, 2014.

⁶⁴¹ MARTINS, “Até os Pilares do Céu”. *Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III.*, p. 48.

⁶⁴² MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 57.

⁶⁴³ REDFORD, Donald, *Egypt, Canaan, and Israel in Ancient Times*, Princeton: Princeton University Press, 1993, p. 128–129.

⁶⁴⁴ O caráter ideológico e discursivo do texto é demonstrado pelo trabalho de Spalinger com a estrutura das narrativas militares da XVIIIª Dinastia, no qual o autor mostra que a Estela de Kamés faz parte de

apoio de grandes proprietários egípcios do Delta, que não toleravam mais o regime “tirânico e explorador” dos hicsos⁶⁴⁵. Todavia, não há nenhum sinal de insatisfação dos elementos da classe dominante local em relação ao governo de Avaris.

O último faraó da XVIIIª Dinastia seguiu, após a conquista de Nefrusi, em direção à capital dos hicsos, iniciando o cerco. Durante o processo, interceptou a mensagem de Apophis para o rei kushita, incitando-o a tomar Tebas enquanto Kamés estava preocupado com Avaris. Mesmo após interromper o artil dos inimigos, o monarca egípcio não conseguiu tomar a cidade e retornou a Tebas. Foi seu irmão e sucessor, Ahmés, que completou o trabalho que ele iniciou.

Não há relatos oficiais das atividades militares de Ahmés. Suas ações são conhecidas a partir especialmente das duas biografias dos oficiais homônimos de el-Kab, mas Weinstein elenca outras fontes das atividades do faraó na Ásia: uma inscrição num fragmento de jarro que menciona uma caçada numa região localizada no sul da Síria, e uma estela em Masara, referindo-se ao gado das terras de Canaã⁶⁴⁶.

A narrativa presente na tumba de Ahmés, filho de Ebana, mostra que as tropas egípcias sitiaram Avaris por duas vezes. A interrupção no cerco deve ter sido resultado de uma ação para sufocar uma rebelião no Alto Egito. A tomada da capital hicsa só teria sido possível pelo avanço do exército em direção ao nordeste com o objetivo de cortar as rotas de suporte dos hicsos. Neste sentido, a tomada da cidade de Tjaru (atualmente identificada no sítio de Tell Heboua I) foi fundamental, por esta se localizar na entrada do Sinai, principal caminho de acesso às cidades de Canaã Meridional que provavelmente estavam sob o controle hicsa. O avanço egípcio para Tjaru aparece relatado no cólofon do Papiro Matemático de Rhind: “Ano 11, segundo mês de Shemu – entrou-se em Heliópolis. Primeiro mês de Akhet, dia 23 – esse governante do sul avançou para Tjaru. Dia 2[5] – ouviu-se “Entrou-se em Tjaru”⁶⁴⁷”.

Ao saque de Avaris seguiu-se o cerco à cidade de Sharuhen, primeiramente identificada a Tell el-Far’ah sul⁶⁴⁸, mas que hoje é localizada em Tell el-Ajjul, elo entre o Egito e a *Via Maris*, rota que conectava as cidades da costa Sírio-Palestina. Com base no número de escaravelhos reais hicsos encontrados no sítio de Tell el-Ajjul, Weinstein

uma renovação narrativa, marcada pela fórmula *iw.tw* (“alguém veio informar à Sua Majestade”). SPALINGER, **Aspects of the military documents of the ancient Egyptians**.

⁶⁴⁵ NEWBY, **Warrior pharaohs**, p. 20.

⁶⁴⁶ WEINSTEIN, James, The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment, **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, v. 224, p. 1–28, 1981, p. 7.

⁶⁴⁷ Transcrição fonética do texto original em MORRIS, **The architecture of imperialism**, p. 41.

⁶⁴⁸ Tell el-Far’ah norte tem pouca importância para a história do Reino Novo, de sorte que daqui em diante mencionaremos Tell el-Far’ah sul apenas como Tell el-Far’ah.

defende que este era o principal centro de poder dos “Príncipes Estrangeiros” na Palestina, o que explicaria a atenção dada à cidade no texto funerário de Ahmés, filho de Ebana⁶⁴⁹. Hoffmeier é um tanto crítico à proposição de Weinstein, argumentando que os escaravelhos são uma fonte questionável para indicar um foco de poder ou mesmo uma ocupação egípcia, pois poderiam ser usados como joias e constarem em contextos funerários na qualidade de bens de prestígio importados. No caso dos escaravelhos reais, a dubiedade da documentação se expressa no fato de que a quantidade deste tipo de artefato encontrada em Tell el-Daba, a capital dos hicsos no Delta, é menor do que aquela proveniente do sítio de Sharuhen, o que demonstraria que este não é um indício confiável para alegar um maior ou menor poder dos “Príncipes Estrangeiros” num determinado local⁶⁵⁰. De qualquer forma, o relato do oficial de el-Kab menciona um cerco de três anos a Sharuhen, o que mostra uma incrível capacidade de mobilização e abastecimento dos egípcios.

Durante o período do cerco a Sharuhen, as tropas egípcias devem ter executado campanhas subsidiárias no território asiático⁶⁵¹. Segundo Ellen Morris, esta seria a explicação para a destruição de várias cidades na Canaã Meridional durante o início do Bronze Tardio⁶⁵², mas as opiniões sobre a responsabilidade egípcia nesta destruição são um assunto complicado que será abordado posteriormente. Redford afirma que Ahmés conduziu operações militares no continente até Biblos⁶⁵³, enquanto o relato da tumba de Ahmés Penekhebet menciona a captura de prisioneiros em Djahy, um topônimo que provavelmente se refere à costa da Palestina.

A vitória sobre Sharuhen dependeu da ação faraônica em outras cidades da Síria-Palestina e da construção/reocupação de fortalezas, como aquelas localizadas em Tell Heboua e Gaza, para onde foi direcionada uma guarnição. Este passo garantiu a proteção necessária à derrota dos hicsos. Com a tomada de Sharuhen, o resultado final das campanhas do primeiro monarca da XVIIIª Dinastia foi a afirmação do controle

⁶⁴⁹ WEINSTEIN, *The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment*, p. 9.

⁶⁵⁰ HOFFMEIER, James, James Weinstein’s “Egypt and the Middle Bronze IIC/Late Bronze IA Transition”: A Rejoinder, *Levant*, v. XXIII, p. 117–124, 1991, p. 117–118.

⁶⁵¹ Aaron Burke afirma que comunidades interiores ligadas a Sharuhen, como os sítios de Jemmeh Haror, Sera‘ e Tell el Far‘ah Sul somente não mostram indícios de destruição nas camadas correspondentes a este período porque devem ter capitulado frente ao exército faraônico, tendo suas populações fugido para o norte. BURKE, Aaron, *Canaan under Siege. The History and Archaeology of Egypt’s War in Canaan during the Early Eighteenth Dynasty.*, in: VIDAL, Jordi (Org.), **Studies on War in the Ancient Near East**, Münster: Ugarit-Verlag, 2010, p. 50–51.

⁶⁵² MORRIS, **The architecture of imperialism**, p. 48.

⁶⁵³ REDFORD, **Egypt, Canaan, and Israel in Ancient Times**, p. 149.

estratégico do Egito sobre as rotas de acesso à “Terra Negra”, havendo consenso de que, neste momento, ainda não havia uma política de aquisição territorial extensiva.

O sucessor de Ahmés, Amenhotep I, é mais conhecido por sua reorganização interna e seu foco na retomada da Núbia. Todavia, uma inscrição em um portal de Karnak dá indícios das atividades asiáticas no seu reinado, que teriam sido as primeiras das forças egípcias além da sua tradicional esfera de influência, penetrando mais no território Sírio-Palestino. A partir desta fonte, Redford sugere que uma linha de marcha foi iniciada provavelmente em Biblos e se estendeu ao Vale do Orontes, cruzando o Líbano⁶⁵⁴.

As maiores vitórias de Thutmés I ocorreram, sem dúvida, na Núbia, sobre o reino de Kush. Contudo, tanto as biografias dos oficiais de el-Kab quanto inscrições tardias do templo de Hatshepsut demonstram as ações do faraó na Ásia, que aparentemente se estenderam até a fronteira com o reino de Mitanni, nas proximidades do Rio Eufrates. O faraó concentrou suas atividades mais na Síria do que na Palestina, possivelmente tomando o exemplo de seu antecessor e partindo do porto de Biblos, seguindo pelo Vale do Orontes até alcançar Mitanni (ou Naharina). Segundo o relato do texto funerário de Ahmés, filho de Ebana:

Após estes acontecimentos partimos para alegrar o seu coração [de Sua Majestade] em terras estrangeiras.⁶⁵⁵ Sua Majestade atingiu Naharina e encontrou o inimigo recrutando tropas. Ele fez um grande massacre no meio deles e não pudemos contar o número de prisioneiros que ele trouxe de suas vitórias. Eu estava à frente do exército e Sua Majestade pode constatar minha bravura. Eu trouxe um carro de guerra com seus cavalos e prisioneiros e os ofereci ao rei. Novamente fui recompensado com ouro⁶⁵⁶.

Na mesma campanha, seu homônimo, Ahmés Penekhebet diz ter capturado “vinte e uma mãos, um cavalo e um carro”⁶⁵⁷. Depois da batalha em Naharina, o faraó deve ter mantido a perspectiva expedicionária e se aprofundado no território de Mitanni, chegando à caçada de elefantes em Niy, descrita no texto do templo de Hatshepsut em Deir el-Bahri: “Sua Majestade, indo a cavalo, depois de derrotar o Alto Retenu em sua

⁶⁵⁴ REDFORD, Donald B., A Gate Inscription from Karnak and Egyptian Involvement in Western Asia during the Early 18th Dynasty, *Journal of the American Oriental Society*, v. 99, n. 2, p. 270–287, 1979, p. 275.

⁶⁵⁵ GALÁN, José M, *El Imperio egipcio: inscripciones, ca. 1550-1300 a. C.*, Madrid; Barcelona: Trotta; Edicions de la Universitat de Barcelona, 2002, p. 42.

⁶⁵⁶ ARRAIS, *Os Feitos Militares nas Biografias do Reino Novo: Ideologia Militarista e Identidade Social sob a XVIIIa Dinastia do Egito Antigo (1550-1295 a.C.)*, p. 108.

⁶⁵⁷ *Ibid.*, p. 134.

[primeira?] campanha de vitória. Sua Majestade chegou à Niy e encontrou ali estes elefantes. Não havia ocorrido nada igual a [nenhum] rei anterior⁶⁵⁸.”

Spalinger assume que em sua caçada, Thutmés I acabou se deparando acidentalmente com o rei de Mitanni, já que sua intenção não teria sido agir contra tal monarca que, seguindo os relatos de Ahmés, filho de Ebana, estaria reunindo suas tropas possivelmente para outro fim. De qualquer maneira, o mais importante é a afirmação de que essas campanhas não visavam um controle permanente da Síria⁶⁵⁹.

Autores como Daniela Martins e Donald Redford indicam que Thutmés I teria sido o primeiro faraó a mudar a visão egípcia frente à Ásia, adotando uma perspectiva que passava a se voltar para estruturas mais permanentes em oposição às razias⁶⁶⁰. O indiscutível, entretanto, é que o monarca consolidou a nova prática de evitar longas marchas do exército pela Palestina, transportando as tropas de barco até Biblos – a 12 ou 13 dias de navegação do Delta – e tratando de pensar maneiras de abastecê-las durante as campanhas.

A tumba de Ahmés Penekhebet traz informações sobre as poucas atividades na Ásia durante o curto reinado de Thutmés II, voltadas para a repressão dos shasu, povos seminômades que durante todo o Reino Novo ameaçaram caravanas e viajantes nas rotas do Levante.

Embora haja evidências para desacreditar a tese de que o reinado de Hatshepsut foi pacífico, não há indícios suficientes para traçar um histórico das ações egípcias na Síria-Palestina durante seu governo. Contudo, Redford sugere que a rainha-faraó tenha realizado ao menos duas campanhas na Ásia⁶⁶¹.

Felix Höflmayer divide as análises da atividade egípcia na Ásia anteriores ao reinado de Thutmés III em duas grandes correntes. De um lado, estariam os maximalistas, que defendem a existência de um império egípcio desde o início da XVIII^a Dinastia; do outro, os minimalistas, que argumentam que as ações egípcias naquele período não passaram de pequenas expedições militares.

Entre os maximalistas, destaca-se Ellen Morris que, em síntese, afirma que no período entre Ahmés e Hatshepsut o Egito estabeleceu, tanto na Núbia quanto na Síria-

⁶⁵⁸ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 54.

⁶⁵⁹ SPALINGER, *War in Ancient Egypt: The New Kingdom*, p. 51.

⁶⁶⁰ MARTINS, “Até os Pilares do Céu”. *Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III.*, p. 71; REDFORD, *Egypt, Canaan, and Israel in Ancient Times*, p. 149.

⁶⁶¹ REDFORD, Donald B, *History and chronology of the eighteenth dynasty of Egypt; seven studies*, Toronto: University of Toronto Press, 1967, p. 60–64.

Palestina, um império por meio de expedições militares extensas. Para apoiar tais expedições, foram ocupadas e reformadas fortalezas inimigas, além da construção de outras. Neste sentido, os depósitos e celeiros encontrados em Tell Heboua I apontam para o papel de Tjaru no auxílio a campanhas regulares⁶⁶².

No mesmo grupo de Morris encontra-se o trabalho de Aaron Burke. O autor acredita que defender a ideia de que já no reinado de Ahmés havia um projeto imperial seria uma projeção de realidades posteriores, mas que já a partir deste faraó, o Egito passou a elaborar uma abordagem baseada em incursões da zona costeira em direção ao interior (nem sempre com a liderança física do monarca), que acabaram resultando na conquista de uma série de centros urbanos da Síria-Palestina. Mesmo com a carência de fontes para afirmações como estas, Burke argumenta que o mais provável é que a região do antigo reino de Ashkelon, no período do Bronze Médio, teria sido pacificado no Reino Novo, antes da ascensão de Thutmés III ao trono (o que teria gerado os níveis de destruição na estratigrafia do período em diversos assentamentos)⁶⁶³.

A análise arqueológica feita por Mumford identificou que os artefatos egípcios, ou de estilo egípcio, em cidades levantinas compõem 22% do total dos contextos funerários, 10% nas habitações e 7% nos contextos de culto. Soma-se a isto o fato de que os nomes de todos os governantes egípcios da XVIIIª Dinastia aparecem em itens na Palestina. Para o autor, portanto, “(...) em adição ao comércio, o Egito agora começa a extorquir o tributo anual e recobrar diretamente materiais, produtos, rebanhos e cativos via intimidação e razias crescentes⁶⁶⁴”.

O próprio Höflmayer se enquadra na perspectiva minimalista ao defender que o quadro imperial só é válido para o período pós-Thutmés III. Em aberta oposição a Mumford, Höflmayer declara que

...como as evidências arqueológicas indicam, não há razão para assumir qualquer controle militar, comercial ou político egípcio difundido nessa região, deixando de fora qualquer tipo de hegemonia e especialmente não durante o início da XVIIIª Dinastia. Durante este tempo, não temos absolutamente nenhuma evidência escrita ou arqueológica de qualquer presença egípcia (fora Sharuhem) no Levante Meridional⁶⁶⁵.

⁶⁶² MORRIS, **The architecture of imperialism**, p. 57.

⁶⁶³ BURKE, Canaan under Siege. The History and Archaeology of Egypt's War in Canaan during the Early Eighteenth Dynasty., p. 51–53.

⁶⁶⁴ MUMFORD, Egypt and Levant, p. 75.

⁶⁶⁵ HÖFLMAYER, Felix, Egypt's Empire in the Southern Levant during the Early 18th Dynasty., in: EDER, Birgitta; PRUZSINSZKY, Regine (Orgs.), **Policies of Exchange. Political Systems and Modes of Interaction in the Aegean and the Near East in the 20 Millennium BCE**, Viena: Austrian Academy of Science Press, 2014, p. 201.

O autor nega mesmo que houvesse grandes campanhas militares, afirmando que o foco dos esforços egípcios no período era a Núbia e que as ações na Ásia não passaram de razias sem maiores pretensões. No mesmo sentido avança o trabalho de Hoffmeier, que assume que a política do início da XVIII^a Dinastia, tanto para Canaã quanto para a Núbia, apenas seguia o modelo tradicionalmente utilizado no Reino Médio.

Embora defenda uma interpretação minimalista das ações egípcias na Ásia até Thutmés III, Donald Redford mostra que, além de razias em busca de butim, houve a tentativa de submeter chefes locais à soberania egípcia por juramento. Não seria correto referir-se, contudo, a uma ocupação permanente ou mesmo à sofisticação dos tratados elaborados entre os organismos estatais asiáticos⁶⁶⁶.

A modificação na lógica egípcia é fruto do período thutméssida, ainda que a evolução com Thutmés III tenha sido extraordinária. Ainda assim, frente ao fortalecimento do poder de Kadesh na Síria-Palestina, Thutmés I já começou a processar mudanças na estratégia egípcia, criando as bases para o avanço sobre o Levante com três ações destacadas por Martins: 1) construção de um grande aquartelamento em uma cidade estratégica para as mobilizações direcionadas à Síria-Palestina; 2) nomeação de um comissário responsável pelos “Caminhos de Hórus”, parte fundamental da estrutura defensiva entre o Egito e a Canaã Meridional; 3) lançou as primeiras campanhas que tinham como objetivos efeitos permanentes⁶⁶⁷.

A consolidação dos objetivos mais duráveis necessitou da adaptação da forma de domínio já utilizada pelo Estado político faraônico em suas comunidades aldeãs e recentemente transportada para a Núbia, a saber, a manutenção, sobreposição e subsunção das estruturas locais de poder, de modo que Giveon chega a afirmar que o que os egípcios tiveram que fazer foi manter a administração que havia anteriormente⁶⁶⁸. Desta maneira, é necessário discordar de argumentos evolucionistas, como os apresentados por Redford, quando este afirma que a dominação egípcia sobre a Ásia diferiu daquela utilizada na Núbia porque, no primeiro caso, havia instituições políticas nativas com grau de sofisticação e urbanismo comparados àqueles do próprio

⁶⁶⁶ REDFORD, A Gate Inscription from Karnak and Egyptian Involvement in Western Asia during the Early 18th Dynasty, p. 274.

⁶⁶⁷ MARTINS, “Até os Pilares do Céu”. *Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III.*, p. 72.

⁶⁶⁸ GIVEON, *The impact of Egypt on Canaan*, p. 11.

Egito⁶⁶⁹. Mesmo que se perceba uma diferença em relação às formas da organização social na Síria-Palestina e na Baixa Núbia, a estratégia egípcia sempre apontou para a subsunção das estruturas locais de poder, independentemente de quais fossem.

No caso do Levante, as lógicas de organização do poder incluíam laços políticos de dependência pessoal entre os chefes das diferentes formações sociais, de uma maneira que foi associada aos vínculos de vassalagem europeus. A análise de Hoffmeier dos *Anais* de Thutmés III mostra que antes da batalha de Megiddo já havia alguma presença militar egípcia na região (que os minimalistas identificam com a guarnição localizada em Sharuhen), e que o faraó teria nomeado príncipes para as cidades da região. O uso do termo *m-mꜣt* (“novamente”) indicaria que este sistema de vassalagem já era utilizado como parte da estratégia de domínio imperial antes de Thutmés III, que, posteriormente, acabou normatizando esta forma de dominação, exigindo juramentos de fidelidade mais elaborados (*sdf-tryt*) e educando príncipes locais no *kꜣp* tebano.

4.1.1 O Problema das Destruições na Palestina na Transição da Era do Bronze Médio para a do Bronze Tardio

A crise do início da Era do Bronze Tardio na Síria-Palestina também gerou registros arqueológicos de grandes destruições em várias aglomerações urbanas do período do Bronze Médio. Muitas cidades tiveram que passar por reconstruções posteriores, e normalmente as destruições são atribuídas ao período entre os reinados egípcios de Ahmés e Thutmés III, levantando um questionamento sobre a responsabilidade das tropas faraônicas neste processo.

A interpretação tradicional, que, como visto, é derivada de uma leitura “tebanocêntrica” da realidade do início do Reino Novo, aponta para uma guerra nacionalista e xenofóbica contra os hicsos, como resultado do trauma de o Egito, pela primeira vez na sua história dinástica, ter parte de seu território invadido e ocupado por estrangeiros. Esta motivação “patriótica” e o medo de ter novamente seu reino dividido teriam levado os egípcios a perseguir os hicsos numa espécie de expansão para fins defensivos pela Síria-Palestina que, em última instância, acabaria desembocando na dominação imperial.

⁶⁶⁹ REDFORD, Donald, **Egypt and Canaan in the New Kingdom**, Beer-Sheva: Ben-Gurion University of the Negev Press, 1990, p. 3.

Orbitando este quadro interpretativo, Weinstein atribui as destruições das cidades palestinas à tentativa de eliminação dos principais centros de poder hicsos⁶⁷⁰. Como visto, o autor identifica a presença hicsa na Síria-Palestina por meio, principalmente, dos escaravinhos encontrados, em especial em Sharuhen (cidade que deveria ter, seguindo os padrões de assentamento locais do Bronze Médio, algumas aglomerações urbanas secundárias à sua volta).

No levantamento feito por Weinstein a partir do material cerâmico e estatigráfico de inúmeros sítios palestinos, cerca de 20 cidades teriam sofrido obliterações no período da transição do Bronze Médio para o Bronze Tardio, como, por exemplo: Tell el-Ajjul, Tell el-Far'ah (Norte e Sul), Tell el-Hesi, Lachish, Tell Beit Mirsim, Jericó, Betel, Shechem, Beth-Shean, Hazor, Dan, Tell en-Nagila, Malhata, Ashkelon, Beth-zur, Beth-shemesh, Gibeon, Shiloh e Taanach⁶⁷¹. O autor, todavia, ressalta que este deve ter sido um fenômeno regional, que cobriu apenas a região montanhosa e o sul da Palestina, sendo que várias cidades na *Via Maris* e áreas do norte foram ocupadas e mantinham contatos diplomáticos, militares e comerciais que as integravam ao império egípcio de forma direta ou indireta. A destruição teria sido aplicada apenas em assentamentos hicsos, enquanto os demais teriam sido submetidos à esfera de influência do imperialismo precoce do Reino Novo.

Aqueles que discordam da responsabilidade egípcia nas destruições apontam como principal argumento a carência de fontes textuais que comprovem tamanho grau de violência, quando os registros que existem são apenas: 1) o cerco e a tomada de Sharuhen, descrito por Ahmés, filho de Ebana; 2) os relatos de campanhas no Norte do Levante, como a de Thutmés I, que findou na caçada de elefantes na fronteira do império de Mitanni. Ao analisar o vocabulário da documentação escrita, Hoffmeier demonstrou que o único termo egípcio empregado para a Palestina no período é *ḥsk* (“saquear”), diferente dos vocábulos usados para destruições mais violentas, como *skī/sksk* (“destruir”) e *ḥbš* (“devastar”)⁶⁷².

Mesmo defendendo uma posição diametralmente oposta em relação ao protagonismo egípcio nas destruições ocorridas na Palestina, Ellen Morris concorda com a problemática levantada acerca das fontes. Para a autora, os registros são

⁶⁷⁰ WEINSTEIN, The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment, p. 9. Cabe ressaltar que o próprio autor afirma que as evidências para Tell el-Far'ah, Beth-Shean e Gibeon são inconclusas.

⁶⁷¹ *Ibid.*, p. 3.

⁶⁷² HOFFMEIER, James, Reconsidering Egypt's Part in the Termination of the Middle Bronze Age in Palestine., *Levant*, v. XXI, p. 181–193, 1989, p. 183.

duvidosos por conta de seus contextos de produção. Em geral, os templos que transmitiam as vitórias faraônicas eram reconstruídos por monarcas posteriores, restando apenas os poucos relatos privados. Ademais, raramente eram comemoradas vitórias que não tivessem contado diretamente com a presença do faraó no cenário principal do conflito, já que as inscrições tinham o objetivo de glorificar a figura do rei-deus e seu papel de mantenedor da ordem contra o caos. Por fim, a escassez de registros escritos teria ainda outro motivo: os egípcios evitaram a região da Palestina em suas campanhas setentrionais no início da XVIIIª Dinastia por conta da insegurança de uma área marcada por conflitos internos, e acabaram apostando no uso da rota marítima que desviava de Canaã direto para o norte, onde batalhas significativas foram travadas (com a presença do faraó) contra o reino de Mitanni. Logo, se houve campanhas em Canaã, elas teriam sido deixadas a cargo de outros militares⁶⁷³.

Redford é outro que aponta a existência de provas de poucas campanhas na Síria-Palestina, e que este número restrito não teria tido poder suficiente para causar tal nível de destruição⁶⁷⁴. Desta maneira, a falta de evidências não pode fazer com que se atribua *a priori* a responsabilidade das destruições às forças egípcias⁶⁷⁵. Se a ausência de testemunho não pode ser equiparada ao testemunho da ausência de um fenômeno, tampouco podemos afirmar com certeza a existência de uma estratégia egípcia deliberada para a destruição dos sítios na Palestina, ainda mais considerando que a motivação seria a anacrônica intenção xenófoba e patriótica contra territórios que supostamente seriam domínios hicsos⁶⁷⁶. É, portanto, mais razoável concordar com Hoffmeier em que, embora algumas destruições possam estar ligadas à atividade egípcia, esta não pode ser culpada por todas as obliterações que levaram Canaã ao fim da Idade do Bronze Médio⁶⁷⁷.

Mesmo reconhecendo a ação egípcia como culpada por várias destruições, o próprio Weinstein assume que este nível de violência arruinava a possibilidade de

⁶⁷³ MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 55–56.

⁶⁷⁴ REDFORD, A Gate Inscription from Karnak and Egyptian Involvement in Western Asia during the Early 18th Dynasty, p. 273.

⁶⁷⁵ REDFORD, Donald B, *The wars in Syria and Palestine of Thutmose III*, Leiden; Boston: Brill, 2003, p. 50.

⁶⁷⁶ Alejandro Botta demonstra corretamente que uma análise como está é tributária do erro em atribuir ao termo “hicsos” um caráter étnico ou mesmo político, não havendo qualquer evidência sólida de que mesmo Sharuhem fosse o centro de um “império” hicsos, o que não implica obrigatoriamente em descartar influências e alianças entre os “Príncipes Estrangeiros” e outros chefes asiáticos. BOTTA, Alejandro, *Cultura Material, Evolución Demográfica y Cambio Político en Palestina durante la Dominación Egípcia*, Buenos Aires: Programa de Estudios de Egiptología - CONICET, 1995, p. 29.

⁶⁷⁷ HOFFMEIER, James Weinstein’s “Egypt and the Middle Bronze IIC/Late Bronze IA Transition”: A Rejoinder, p. 117.

tributação e, portanto, não parece congruente com uma política de construção de um império faraônico no Levante⁶⁷⁸. Neste ponto – talvez o único – Hoffmeier vai no mesmo sentido de Weinstein, ainda que para defender um resultado final um pouco distinto: “Parece que o Egito estava apto a flexionar seus músculos e demonstrar às cidades-Estado levantinas que o faraó novamente era seu senhor sem ter que conquistar toda a terra⁶⁷⁹.”

O cenário mais factível é mesmo aquele no qual a região da Síria-Palestina passava por uma crise, descartando-se, portanto, qualquer interpretação monocausal do fenômeno, como aquela que atribui às campanhas egípcias o fim das estruturas da Era do Bronze Médio. As destruições foram resultado de uma crise com causas múltiplas, que envolveram desastres naturais, sobrecarga do equilíbrio entre produção e consumo e, conseqüentemente, uma queda demográfica, o aumento da tributação e piora na qualidade de vida dos produtores⁶⁸⁰. Este contexto tornou a região uma presa fácil para invasões egípcias e asiáticas.

Hoffmeier identifica os níveis de destruição da passagem da Era do Bronze Médio para a do Bronze Tardio a ação de pragas, terremotos, incêndios e lutas intestinas causadas pelas pressões populacionais relativas aos influxos de egípcios e, principalmente, asiáticos, que teriam inflamado as rivalidades tribais locais⁶⁸¹. Assim, a Síria-Palestina se tornou suscetível à expansão imperialista de Mitanni e do Egito, em especial a partir de seu período thutmésida. Neste contexto, a ação de Thutmés III foi fundamental para estabelecer firmemente as bases do império faraônico na região.

4.2 Thutmés III, a organização do império e a *pax aegyptiaca*.

A modificação do posicionamento egípcio em relação à Síria-Palestina não foi repentino, advindo da vontade, do gênio militar ou da disposição imperialista de Thutmés III. Embora alguns autores vejam apenas a incidência de fatores endógenos, como a necessidade – impulsionada pelos militares em busca de recompensas – de um

⁶⁷⁸ WEINSTEIN, The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment, p. 8.

⁶⁷⁹ HOFFMEIER, Aspects of Egyptian Foreign Policy in the 18th Dynasty in Western Asia and Nubia, p. 144.

⁶⁸⁰ BOTTA, **Cultura Material, Evolución Demográfica y Cambio Político en Palestina durante la Dominación Egípcia**, p. 30–31.

⁶⁸¹ HOFFMEIER, Reconsidering Egypt's Part in the Termination of the Middle Bronze Age in Palestine., p. 190.

novo *front* após a conquista da Núbia⁶⁸², é necessário localizar a mudança na atitude como fruto também de uma nova organização na geopolítica do Antigo Oriente Próximo.

O cenário de crise na Síria-Palestina deu origem a uma aliança entre as cidades de Kadesh e Megiddo, gerando uma confederação frouxa de reinos liderados por guerreiros *maryannu*, sob o comando de Duruša, rei de Kadesh⁶⁸³. Posteriormente, o fortalecimento do império de Mitanni levou-o a estender sua influência sobre esta liga, que devia contar com mais de 30 governantes locais.

Mitanni se formou a partir da unificação dos reinos hurritas da Alta Mesopotâmia, que teve como fator central a introdução, via influência indo-iraniana, do carro de guerra puxado por cavalos, dando origem a uma aristocracia guerreira. O centro do território mitannio encontrava-se na capital, Washshukkanni, ainda não identificada, mas provavelmente tratando-se de Tell Fekheriye, próxima ao rio Khabur, no norte da Síria⁶⁸⁴.

A análise dos *Anais* de Thutmés III demonstra o clima de insegurança criado na Síria-Palestina, que certamente soava como uma ameaça aos egípcios, tanto em virtude da recente ocupação hicsa, quanto em relação à necessidade de manter os interesses ligados ao acesso às rotas de troca que se concentravam na região. *Anais* é o nome dado às inscrições nas paredes de duas salas contíguas do templo de Karnak, que devem ter sido copiadas de resumos escritos por escribas do exército em pergaminhos de couro, e cuja utilidade está registrada no próprio documento: “(...) no templo que Sua Majestade reconstruiu [para o seu pai Amon... segundo a ordem deste mesmo deus: que registrará] cada uma das campanhas, junto com o butim que Sua Majestade trouxe com ela⁶⁸⁵.”

Segundo o texto dos *Anais*, uma guarnição egípcia posicionada, provavelmente, na cidade de Yursa teria sido impelida a recuar para Sharuhen, que permanecia sob a hegemonia egípcia, por conta de uma rebelião. Ao tomar conhecimento do ocorrido, Thutmés III navegou com suas tropas, sufocou a sedição e convocou um conselho militar para discutir a situação de oposição à aliança de chefes locais que, apoiada por Mitanni, estava estimulando o separatismo das cidades aliadas à “Terra Negra”.

⁶⁸² SPALINGER, *War in Ancient Egypt: The New Kingdom*, p. 73.

⁶⁸³ EPSTEIN, Claire, That Wretched Enemy of Kadesh, *Journal of Near Eastern Studies*, v. 22, n. 4, p. 242–246, 1963, p. 246.

⁶⁸⁴ LIVERANI, *El Antiguo Oriente*, p. 381–382.

⁶⁸⁵ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 87.

Conforme a lógica discursiva da *köningsnovelle*⁶⁸⁶, o faraó contrariou a opinião de seus conselheiros e escolheu a estratégia mais arriscada para atacar Megiddo. Thutmés III guiou seus exércitos e obteve uma vitória fora da cidade, descrita da seguinte maneira pelos *Anais*:

Eles (o exército inimigo) viram Sua Majestade na liderança e fugiram atropeladamente até Megiddo com rostos de medo. Abandonaram seus cavalos e seus carros de ouro e prata. Foram alçados por meio de pedaços de pano até a cidade. Na verdade, as pessoas haviam fechado a cidade e [penduravam] tecidos para alçá-los até o alto da cidade⁶⁸⁷.

A documentação ressalta a importância da escolha estratégica do faraó por tomar o caminho mais arriscado, proporcionando um elemento surpresa que impediu a chegada de reforços de outras cidades da coalizão a tempo de defender Megiddo. Com superioridade numérica, as forças faraônicas conseguiram tomar a cidade após um cerco que não consta nos *Anais* (provavelmente por uma questão de espaço nas paredes do templo), mas que é descrito na *Estela de Gebel Barkal*:

Minha Majestade os atacou e eles fugiram no mesmo instante, caindo e se arrastando até entrar em Megiddo. Minha Majestade os sitiou durante sete meses, até que eles se juntaram (para) implorar a Minha Majestade, dizendo: “Concede-nos teu alento, ó nosso senhor. Os habitantes das terras de Retenu não te desobedecerão outra vez”⁶⁸⁸.

As campanhas que determinaram a conquista de Megiddo e a dura derrota imposta à coalizão influenciada por Mitanni podem ser encaradas como um momento de virada na política imperial faraônica e na reestruturação das relações de poder na Síria-Palestina. Thutmés III olhou para aquela região da Ásia a partir de uma dupla perspectiva: 1) abandonando as sortidas militares esporádicas levadas à frente por seus antecessores e adotando uma lógica de empreendimentos militares sistemáticos⁶⁸⁹; 2) elaborando complexos mecanismos de controle para assegurar o domínio sobre as áreas conquistadas⁶⁹⁰. Entretanto, isto só foi possível porque os reinados precedentes do Reino Novo viram emergir pré-condições como a constituição de forças militares

⁶⁸⁶ *Topos* literário do Reino Novo, discutido em SPALINGER, *Aspects of the military documents of the ancient Egyptians*, p. 101–114.

⁶⁸⁷ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 82–83.

⁶⁸⁸ *Ibid.*, p. 121.

⁶⁸⁹ O próprio formato escolhido para relatar as campanhas militares – os *Anais* – mostra o caráter mais constante destes empreendimentos, bem como a nova política imperial calcada não apenas na conquista, mas na administração e tributação dos territórios estrangeiros.

⁶⁹⁰ MARTINS, “Até os Pilares do Céu”. *Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III.*, p. 107.

permanentes (incluindo uma Marinha de guerra cada vez mais relevante) e o desenvolvimento de um sistema administrativo cada vez mais complexo, que teve como resultado o aumento de bases operacionais na região.

A nova política imperial foi marcada por uma relação de ocupação e administração permanente dos territórios conquistados na Síria-Palestina, gerando uma periferia hegemônica pelo Egito que se estendeu em especial pela franja costeira do Sinai até a região entre Biblos e Kadesh. O Egito voltou-se não apenas para a construção de um campo de poder na fronteira com o grande império de Mitanni, mas também para a garantia dos interesses econômicos da classe dominante da “Terra Negra”, em especial no que se refere ao acesso às rotas de bens de prestígio.

Da mesma maneira como ocorrido na Núbia – com ênfase a partir de Thutmés I – a relação do Egito com o Levante foi gradualmente passando de uma ocupação militar para uma administração não-militar ou “civil”, caracterizada pela instalação não só de guarnições militares, mas de centros administrativos localizados estrategicamente, incluindo depósitos portuários, palácios de campanha, armazéns de oferendas e templos identificados a divindades egípcias⁶⁹¹.

Ao defender a promoção de uma política de destruição das cidades da Síria-Palestina entre o governo de Ahmés e de Thutmés III, Weinstein acaba concordando com a perspectiva de que o império egípcio só começou com a mudança de uma lógica voltada para a obliteração dos inimigos e obtenção de butins, para outra centrada no controle administrativo. O ponto de virada seria a vitória em Megiddo⁶⁹². Este raciocínio está correto, embora não se deva descartar alguma pretensão anterior de ocupação, entendendo-se, portanto, que a virada com Thutmés III é uma questão de ênfase sobre algo que anteriormente era lateral.

Os pilares da nova política imperial de Thutmés III foram sintetizados por Gabriela Gestoso Singer da seguinte maneira: 1) designação de funcionários reais para postos administrativos; 2) instalação de guarnições militares; 3) manutenção da frota e do exército; 4) prestação de juramentos de fidelidade; 5) política de educação de príncipes estrangeiros no *kꜣp* do faraó; e 6) pagamento obrigatório de tributo em gênero e trabalho⁶⁹³.

⁶⁹¹ MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 140.

⁶⁹² WEINSTEIN, *The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment*, p. 8.

⁶⁹³ SINGER, Graciela Gestoso, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton*, Buenos Aires: Society of Biblical Literature-Universidad Católica Argentina, 2008, p. 20.

Daniela Martins delimita duas posições na egiptologia acerca da administração faraônica no Levante⁶⁹⁴. De um lado, estariam aqueles, representados por Gestoso Singer, que acreditam que o complexo administrativo foi desenhado no governo de Thutmés III; do outro, a posição de que o sistema, neste momento, era ainda rudimentar é defendida, entre outros, por Redford, que argumenta que seu completo desenvolvimento se deu apenas na XIX^a Dinastia. A divisão imperial do território da Síria-Palestina, o estabelecimento de centros administrativos egípcios na região e a utilização das elites locais neste processo são elementos claramente confirmados pelas *Cartas de Amarna*, da XVIII^a Dinastia.

O centro da discussão sobre o momento de afirmação da estrutura imperial egípcia depende, como bem notou Martins, da análise (e da extrapolação temporal) destas fontes. Se Gestoso Singer, por um lado, tende a ver no período de Thutmés III o estabelecimento da lógica presente na documentação um pouco posterior⁶⁹⁵, Redford ignora completamente este *corpus* ao afirmar que as circunscrições egípcias de Amurru (com centro em Sumur), Upe (com centro em Kumidi) e Canaã (com centro em Gaza) só existiram a partir da XIX^a Dinastia⁶⁹⁶, embora elas sejam citadas em diversas missivas, como, por exemplo, respectivamente, as EA 68⁶⁹⁷, EA 53⁶⁹⁸ e EA 287⁶⁹⁹.

A estrutura administrativa egípcia não era majoritariamente formada por habitantes da “Terra Negra” enviados e fixados no exterior. Pelo contrário, o Egito utilizou-se das estruturas de poder locais, o que permitiu o controle da Palestina por meio de um número limitado de centros administrativos e guarnições, cenário que só foi parcialmente modificado na XIX^a Dinastia. De modo que se pode pensar num cenário com um número reduzido de funcionários egípcios assentados no Levante.

Algumas cartas do arquivo de Amarna (por exemplo: EA 285; EA 186; EA 288)⁷⁰⁰ mencionam comissários egípcios em constante diálogo com os chefes locais. O termo acadiano utilizado para esses funcionários egípcios (*rabišu* ou *rabu*) era também

⁶⁹⁴ MARTINS, “Até os Pilares do Céu”. *Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III*, p. 105.

⁶⁹⁵ SINGER, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton*, p. 46–47.

⁶⁹⁶ REDFORD, *The wars in Syria and Palestine of Thutmose III*, p. 256.

⁶⁹⁷ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 437.

⁶⁹⁸ *Ibid.*, p. 391.

⁶⁹⁹ *Ibid.*, p. 1111.

⁷⁰⁰ *Ibid.*, p. 1105; 1107; 1117–1119.

usado, segundo Bryan, para importantes chefes locais, como Rib-Hadda, rei de Biblos⁷⁰¹.

Ao analisar os nomes egípcios que aparecem na correspondência diplomática, Redford constata que a maioria dos mencionados pertence a cargos militares, com predominância das patentes mais baixas⁷⁰². Isto significa que o movimento de passagem de uma ocupação militar para uma administração imperial majoritariamente não-militar contou com a participação essencial dos chefes locais, submetidos ao faraó por vínculos de dependência pessoal.

Gestoso Singer faz uma divisão entre os dois tipos principais de forças bélicas faraônicas atuantes na Síria-Palestina, segundo as menções nas *Cartas de Amarna*. Por um lado, havia o exército de campanha (no acadiano *šābē bitati*) e a guarnição (*šābē mašarti*). O primeiro estava instalado na fronteira do Egito e se destinava em especial às campanhas lideradas pelo monarca. Já as guarnições se faziam presentes em diferentes locais da Síria-Palestina e poderiam, por vezes, estar sob a direção dos chefes locais⁷⁰³.

As guarnições militares egípcias desempenharam papel fundamental na manutenção dos impérios. Nem sempre fixas, as tropas eram direcionadas a diferentes locais dependendo da avaliação política do governo faraônico. Suas principais funções eram vigiar os príncipes locais e conter as disputas entre eles, sufocar sedições, proteger territórios e rotas sob a hegemonia egípcia de povos nômades violentos, como os apiru, e garantir o pagamento de tributos.

Entre as muitas *Cartas de Amarna* que mencionam guarnições egípcias, diversas são requisições para que o faraó enviasse tropas aos chefes locais que estavam sob sua hegemonia. Entre eles, destacam-se os reiterados pedidos de Rib-Hadda. Um deles nos dá a ideia do tamanho de uma guarnição:

Agora, ele [Abdi-Aširta, rei de Amurru] reuniu todos os homens apiru contra a cidade de Shigata [e] a cidade de Ampí. Se ele tomar essas duas cidades, então [ele será for]te. Não há nenhum lugar em que eu possa entrar. [A cidade de Irqa]tu pertence a ele. Ele cercou [...]. Então, envie-me uma guarnição de 400 homens [e 30 pares] de cavalos [depressa]⁷⁰⁴.

⁷⁰¹ BRYAN, Betsy, Art, Empire, and the Late Bronze Age, in: COOPER, Jerrold S; SCHWARTZ, Glenn M (Orgs.), **The study of the ancient Near East in the twenty-first century: the William Foxwell Albright Centennial Conference**, Winona Lake, Ind.: Eisenbrauns, 1996, p. 39–40.

⁷⁰² REDFORD, **Egypt and Canaan in the New Kingdom**, p. 19.

⁷⁰³ SINGER, **El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton**, p. 68.

⁷⁰⁴ RAINEY; SCHNIEDEWIND, **The El-Amarna correspondence**, p. 463.

Há ainda diversas referências às guarnições militares em outras fontes, como nos próprios *Anais* ou na *Estela de Gebel Barkal*, na qual o texto demonstra que as tropas também desempenhavam funções contíguas às bélicas: “São meus soldados os que cortam os troncos na colina de madeira de pinho para os monumentos de meus antecessores, todos os deuses do Alto e Baixo Egito⁷⁰⁵.”

A presença militar perene, ainda que não fixa, demandava um fluxo constante de recursos para suprir as guarnições, em especial grandes quantidades de grãos. Segundo Heagren, existem três maneiras de se suprir um exército: 1) obter o necessário no caminho para a batalha; 2) carregar mantimentos e equipamentos; 3) transportar recursos em navios e distribuir para as tropas no campo de batalha. A manutenção das tropas na Ásia dependia de uma mescla dessas três formas⁷⁰⁶.

No início da XVIIIª Dinastia, o que Heagren chamou de “rede logística” do Egito era pequena, constituindo-se, com certeza, apenas das bases operacionais de Sharuhem e Gaza, além do porto de Biblos. Ainda que com pouco apoio logístico fixo, Thutmés I alcançou o Eufrates, aproveitando o contexto de crise política e luta fratricida na Síria-Palestina, garantindo o suprimento das suas tropas com conquistas durante as marchas⁷⁰⁷. A partir de Thutmés III o cenário se tornou mais complexo.

Somente nos *Anais* há mais de uma referência à tomada das colheitas e da produção dos pomares quando dos ataques das tropas faraônicas, como nos exemplos iniciais de Kadesh, Simira, Arvad⁷⁰⁸.

Todavia, além do butim de guerra, a partir de Thutmés III os faraós passaram a atribuir aos chefes locais da Síria-Palestina que estivessem sob sua hegemonia a responsabilidade pelo aprovisionamento das guarnições, sob supervisão egípcia. Os campos eram designados e os camponeses recrutados em corveia para cultivá-los a fim de suprir as forças egípcias. Na EA 365, Biridiya, chefe de Megiddo, afirma ao faraó Akhenaton que está cumprindo corretamente sua tarefa:

Agora, sou eu que cultivo na cidade de Shunem e sou eu que trago homens na corveia. Veja, os chefes das cidades que estão comigo não estão fazendo o que eu estou; eles não estão cultivando na cidade de Shunem e não estão

⁷⁰⁵ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 124.

⁷⁰⁶ HEAGREN, Brett, Logistics of the Egyptian Army in Asia, *in*: KOUSOULIS, P.; MAGLIVERAS, Konstantinos; FOREIGN RELATIONS AND DIPLOMACY IN THE ANCIENT WORLD: EGYPT, Greece (Orgs.), **Moving across borders : foreign relations, religion and cultural interactions in the Ancient Mediterranean**, Leuven etc: Peeters en Departement Oosterse Studies, 2007, p. 140–145.

⁷⁰⁷ *Ibid.*, p. 155.

⁷⁰⁸ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 88.

trazendo trabalhadores de corveia. Mas eu, sozinho, estou trazendo trabalhadores de corveia⁷⁰⁹.

Mais informativa sobre a obrigação dos chefes locais em garantir o abastecimento das tropas é a carta enviada por um funcionário egípcio, chamado Amenhotep, a Rewaša, príncipe de Taanach, nas proximidades de Megiddo. Na missiva, o chefe local é repreendido por não ter se apresentado ao funcionário na guarnição de Megiddo e tampouco ter enviado tributos. Por fim, Rewaša é avisado de que o Egito está prestes a iniciar uma campanha militar e que requisita determinados produtos⁷¹⁰.

Além das bases fixas e das obrigações dos chefes locais, a estratégia logística de Thutmés III foi marcada também pela ênfase na centralidade das cidades portuárias, tanto para o transporte de tropas quanto de recursos para sua manutenção. Martins está correta ao afirmar que o domínio da franja costeira foi fundamental para o controle do Levante, em dois níveis: 1) com a criação de pontos de apoio para viagens em maior escala; 2) para o controle das trocas marítimas e do trânsito de produtos e pessoas⁷¹¹. Isto foi determinante para a organização geopolítica do império faraônico na Síria-Palestina, como uma espécie de rede que tinha seus pontos de entrada e escoamento nos portos.

O ponto de partida egípcio para esta rede era, pelo menos até o reinado de Thutmés III, o porto de Peru-Nefer. Ao localizar este centro militar na cidade de Avaris (Tell el-Daba), Bietak identificou ali a base de operações usada desde Ahmés para alcançar a Palestina e a Síria por mar⁷¹². Hoffmeier aponta, entretanto, que a análise da cerâmica data o período de Thutmés III como o momento de abandono desta fortaleza, e argumenta que, a partir de então, a cidade de Tjaru ganhou o *status* de centro operativo para as atividades egípcias na Ásia⁷¹³.

Martins vê o governo de Thutmés III como o momento da grande virada no peso da marinha na estrutura bélica faraônica, já que o monarca teria apostado tanto no uso

⁷⁰⁹ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 1243.

⁷¹⁰ ALBRIGHT, W. F., A Prince of Taanach in the Fifteenth Century B. C., *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, n. 94, p. 12–27, 1944, p. 24–25.

⁷¹¹ MARTINS, “Até os Pilares do Céu”. *Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III.*, p. 154.

⁷¹² BIETAK, Perunefer: the principal New Kingdom naval base.

⁷¹³ HOFFMEIER, Aspects of Egyptian Foreign Policy in the 18th Dynasty in Western Asia and Nubia, p. 143.

tanto da base de Peru-Nefer como centro de treinamento, quanto na experiência, na matéria-prima e na força de trabalho levantinas⁷¹⁴.

A documentação deste período do Reino Novo é repleta de referências aos contextos navais. Já observamos que a *Estela de Gebel Barkal* comprova a ação dos soldados egípcios na coleta de madeira de qualidade nas áreas sob a hegemonia faraônica no Levante. O mesmo documento menciona, em seguida, a produção naval:

Um barco de remos de madeira de pinho foi talhado para Minha Majestade [...] na costa do Líbano, a fortaleza [...] todos os chefes do Líbano construíram barcos reais para navegar ao sul deles e trazer consigo todas as maravilhas do campo até o faraó – V.P.S. –. Os chefes de [...]. Os chefes de Retenu transportaram troncos sobre bois até a costa, pois são eles que vêm com suas contribuições até onde está Minha Majestade (...)⁷¹⁵.

Cabia, ainda, aos líderes locais contribuírem não apenas com a matéria-prima, mas com o produto final, como mostra a carta de Abi-Milku, príncipe de Tyre (EA 153):

Todas as terras temem as tropas do rei, meu senhor. Eu tripulei meus navios em vista da (vinda) das tropas do rei, meu senhor. E aquele que desobedeceu não tem abrigo nem nada vivo. Veja, eu estou guardando a cidade do rei, [meu] senhor, e meu bem estar é a responsabilidade do rei. Que [o rei] seja informado de que seu servo está com ele⁷¹⁶.

Somente no norte da Síria o Egito tinha bases de suprimento das tropas nas cidades costeiras de Biblos, Sumur e Arvad⁷¹⁷. Deve-se, portanto, concordar com Martins quando afirma que:

A estratégia de Thutmés III, de uma forma geral, foi subjugar não só cidades que pudessem ter um papel importante no conluir de redes comerciais, de vias estratégicas para a movimentação de tropas, mas sobretudo dominar os pontos costeiros, não só pela riqueza que lhes estava associada como também por serem elementos-chave no desenho das suas operações militares, na canalização de recursos para o seu exército e para envio de bens para as Duas Terras⁷¹⁸.

A submissão dos príncipes locais e sua obrigação em ceder albergagem para tropas, matérias-primas, força de trabalho e até mesmo guerreiros foi o ponto

⁷¹⁴ MARTINS, “Até os Pilares do Céu”. *Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III.*, p. 153.

⁷¹⁵ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 124.

⁷¹⁶ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 773.

⁷¹⁷ SPALINGER, *War in Ancient Egypt: The New Kingdom*, p. 114.

⁷¹⁸ MARTINS, “Até os Pilares do Céu”. *Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III.*, p. 134.

fundamental para a conformação da estrutura que garantiu as vitórias egípcias no Levante e o controle daquele território. O estabelecimento de vínculos pessoais com as classes dominantes das cidades-Estado da Síria-Palestina permitiu ao faraó desarticular a capacidade de resistência proporcionada pela associação entre as elites locais e assegurar a hegemonia sobre a região.

Cabe ressaltar que esta não era uma realidade exclusiva da relação entre os egípcios e os reinos subordinados do Levante. Na'aman mostra que este padrão era reproduzido também na relação de outros impérios com a região, como no caso dos tributos pagos aos hititas por Ugarit ou Amurru, descrito em tratados políticos do período⁷¹⁹.

Pode-se perceber, desta maneira, que Thutmés III consolidou uma forma de dominação que subordinava todo tipo de estruturas físicas e sociais nativas. Esta perspectiva é o que, segundo Ellen Morris, explica a falta de grandes vestígios arquitetônicos de estilo egípcio na Síria-Palestina do período. Os edifícios locais devem ter sido utilizados pelos enviados do Egito ao estrangeiro ou até mesmo pode ser que os chefes locais fossem coagidos a construir prédios que abrigassem os egípcios, seus suprimentos e equipamentos. Segundo a autora, quanto ao registro arqueológico: “Se os egípcios ocuparam construções canaanitas e se a tributação dos vassallos garantiu sua alimentação e suprimentos – como as reformas de Thutmés III parecem ter pretendido – é fácil ver como as guarnições egípcias permaneceram essencialmente invisíveis⁷²⁰.”

Além do uso das estruturas físicas, as a dinâmica imperial egípcia incluía a subsunção das hierarquias político-sociais características das sociedades nativas. No caso da Síria-Palestina, a organização social já implicava vínculos de dependência pessoal entre os diversos chefes, e entre eles e grandes monarcas dos impérios do Antigo Oriente Próximo⁷²¹. Desta maneira, o Egito escolheu subsumir esta estruturação e desenvolver com as classes dominantes locais laços que os tornavam dependentes. Tais laços eram consolidados em juramentos de fidelidade, nos quais os chefes nativos afirmavam sua submissão ao faraó.

⁷¹⁹ NA'AMAN, Nadav, Economic Aspects of the Egyptian Occupation of Canaan, **Israel Exploration Journal**, v. 31, n. 3/4, p. 172–185, 1981, p. 182.

⁷²⁰ MORRIS, **The architecture of imperialism**.

⁷²¹ Para a discussão destes vínculos de dependência pessoal e a utilização dos conceitos de “feudalidade” e “vassalagem” para a Síria-Palestina do Bronze Tardio, ver PEREYRA, Violeta, Los Maryannu: su inserción socio-política en los estados de Siria y Palestina durante el Período del Bronce Reciente. II., **Revista de Estudios de Egiptología**, v. 4, p. 33–65, 1993.

A carta (EA 51), em que Adad-Nirari I, rei da Assíria, avisa ao monarca da “Terra Negra” que recebeu e negou oferta de aliança de Hatti em honra do trato firmado por seus antepassados com o Egito, demonstra, inclusive, um ritual para a concretização do vínculo:

[Ve]ja, quando Manahpiya [Thutmés III] , rei da terra do Egito, o pai do seu pai, escolheu [T]a[k]u, o pai [do] meu pai para reinar na terra de Nugasse, então ele untou sua cabeça com óleo e, assim, disse, “Aquele que o rei do E[gito] es[colheu] para reinar [e] untou [a cabeça com óleo], [que] ninguém [.....]”⁷²².

Da mesma maneira que ocorria na relação com a Núbia, os príncipes locais eram levados ao *k3p* do faraó. Somente nos *Anais* há registros de mais de 90 filhos, filhas, irmãos e irmãs de chefes da Síria-Palestina (e da Núbia) sequestrados em butins ou entregues como tributo. No caso das filhas, provavelmente para o estabelecimento de matrimônios com membros da classe dominante central do império. Já os herdeiros masculinos, depois de educados na corte faraônica junto com a nobreza egípcia, tinham um destino que os próprios *Anais* anunciam: “E quanto a todos aqueles que morreram dentre estes chefes [da Síria-Palestina], Sua Majestade faria, então, com que seu filho ocupasse seu trono”⁷²³.

Os *Anais* se referem também à captura de *maryannu*, elementos da aristocracia local especializados na arte de combater com carros de guerra, mas que, em alguns casos, desempenhavam cargos político-administrativos e recebiam benefícios econômicos da monarquia em pagamento. Seu destino após a captura pelas tropas faraônicas não é documentado. Pereyra deduz que eles deveriam ser incorporados aos domínios do aparelho estatal (templários ou palaciais) de forma conjunta com outros elementos sociais oriundos da Ásia⁷²⁴.

Tendo em vista seu caráter especializado, somado ao fato de que, a partir da tomada de Sharuhem os egípcios passaram a contar com numerosas divisões de carros de guerra, Spalinger supõe que os *maryannu* não eram trazidos como reféns, mas sim para servir ao exército faraônico, embora não como mercenários⁷²⁵. Se tomarmos o exemplo dos sherden, piratas do Mediterrâneo oriental integrados às forças militares egípcias da XIX^a e XX^a Dinastias, podemos ter uma ideia da maneira pela qual guerreiros sírio-

⁷²² RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 385.

⁷²³ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 88.

⁷²⁴ PEREYRA, Violeta, Los Maryannu: su inserción socio-política en los estados de Siria y Palestina durante el Período del Bronce Reciente., *Revista de Estudios de Egiptología*, v. 3, p. 45–62, 1992, p. 53.

⁷²⁵ SPALINGER, *War in Ancient Egypt: The New Kingdom*, p. 7.

palestinos foram integrados. Há indícios de assentamento dos sherden no Vale do Nilo (como, provavelmente, ocorreu também com os líbios) e eles devem ter possuído lotes de terra e se incorporado na sociedade da “Terra Negra”.

Outro paralelo que ilumina a questão dos *maryannu* no Egito é o estudo feito por Ellen Morris acerca do destino dos prisioneiros de Mitanni trazidos ou recebidos como tributo/presente durante a XVIIIª Dinastia. A autora demonstra a provável integração destes indivíduos e sua adequação às estruturas sociais faraônicas⁷²⁶. Da mesma maneira que os *medjayw* e outros núbios, devemos lembrar que a visão egípcia dos estrangeiros assentados é de que eles poderiam se mesclar aos padrões culturais da “Terra Negra”, tornando-se, para muitos efeitos que provavelmente incluíam a tributação e a participação no exército, “cidadãos” egípcios. Galán afirma que:

Sob o reinado de Thutmés III e de seu sucessor, Tebas recebeu uma grande quantidade de população estrangeira proveniente da Síria-Palestina que pouco a pouco foi se integrando na sociedade egípcia, até chegar a não se poder distinguir sua procedência na documentação. Alguns deles chegaram a ocupar postos de relevância na administração (...)⁷²⁷.

A estabilização das relações internacionais no Antigo Oriente Próximo, a partir das inúmeras campanhas de Thutmés III e da organização efetiva da estrutura imperialista faraônica, levou a um período que, segundo Mumford, observou o aumento de artefatos de estilo egípcio para 40% nos cemitérios levantinos, 13% nos contextos templários e, por outro lado, uma queda de 9% nos conjuntos de ocupação⁷²⁸. Houve também um crescimento da presença de nomes faraônicos em objetos (em geral, escaravelhos)⁷²⁹.

Os bens importados do Egito e as cópias locais, em sua maioria, são itens de luxo e prestígio, como demonstrado pelo aumento nos contextos religiosos, funerário e templário. Por outro lado, a baixa presença nos conjuntos de ocupação mostra que a vida cotidiana foi pouco afetada pela hegemonia da “Terra Negra” sobre a região. Este cenário sugere um conjunto de relações entre as classes dominantes locais e a elite imperial faraônica em que os nativos demonstravam prestígio e fortaleciam suas posições na hierarquia local através da proximidade com os egípcios e do acesso

⁷²⁶ MORRIS, Ellen, Mitanni Enslaved. Prisoers of War, Pride, and Produvtivity in a New Imperial Regime, in: GALÁN, Juan M.; BRYAN, Betsy; DORMAN, Peter (Orgs.), **Creativity and Inovation in the reign of Hatshepsut**, Chicago: The Chicago Universty Press, 2014, p. 361–379.

⁷²⁷ GALÁN, José M, El Reino Nuevo: La construcción del imperio., in: PARRA, José Miguel (Org.), **El Antiguo Egipto: Sociedad, Economía, Política.**, Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 340.

⁷²⁸ Relacionado a itens de uso cotidiano.

⁷²⁹ MUMFORD, Egypt and Levant, p. 75.

facilitado aos produtos com seus marcadores culturais. Por outro lado, a estratégia imperialista subsumia as estruturas sociais de exploração já existentes naquela região para alcançar seus objetivos tributários, tanto no que se refere ao envio de bens de prestígio à “Terra Negra”, quanto à manutenção das guarnições e demais elementos locais ou em egípcios na Síria-Palestina.

Durante o reinado de Thutmés III, as lógicas utilizadas nas relações com a Síria-Palestina e Mitanni foram coercitivas e bélicas, correspondendo a uma política de dominação imperialista e disputa de zonas de hegemonia. No mesmo período, os contatos com Chipre, Babilônia e Hatti foram mais pacíficos e diplomáticos, por serem regiões nas quais o faraó não buscou estender seus domínios⁷³⁰. Em seguida, o cenário se modifica um pouco nas relações entre Mitanni e a “Terra Negra”.

Se o fortalecimento de Mitanni foi um dos elementos fundamentais para a mudança de postura do Egito em relação ao domínio imperial da Síria-Palestina, os enfrentamentos não duraram muito além do reinado de Thutmés III. Após a consolidação da fronteira das áreas de influência de egípcios e mitânios na Síria-Palestina, na zona de Kadesh, e com o fortalecimento dos hititas ao norte ameaçando diretamente Mitanni, buscou-se um tratado de paz entre o Egito e aquele território que conheciam como Naharina.

Em uma carta enviada pelo rei de Mitanni, Tušurata, a Amenhotep IV/Akhenaton (EA 29), o monarca, que se intitula sogro do faraó, menciona os inúmeros esforços de Amenhotep III para consolidar a paz entre os dois impérios, seguidos de várias cartas enviadas aos antepassados do líder mitânio e a ele próprio pedindo uma princesa para estabelecer um vínculo matrimonial de aliança. No momento do envio da missiva, a paz já havia sido restaurada, e Tušurata pede a Amenhotep IV que pergunte à sua mãe, Tiye, sobre as boas relações entre ele e seu pai:

[Desde o início do meu re]inado, enquanto Nimmureya, seu pai, continuamente escrevia a mim, [ele continuamente escrevia] sobre paz. Não havia outro assunto sobre o qual ele costumava escrever. Independente de quais fossem todas as palavras [de Nimmurey]a, seu pai, ele continuamente escrevia [para] mim. Tiye, a esposa principal de Nimmureya, sua [amada] mãe, sabe de tudo isso. É para Tiye, sua mãe, que você deve perguntar a respeito de tudo isso, [as coisas sobre as quais] seu pai [costumava escrever continuamente]. As palavras que ele estava continuamente falando para mim⁷³¹.

⁷³⁰ SINGER, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton*, p. 48.

⁷³¹ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 301.

O estabelecimento da fronteira entre as áreas de hegemonia do Egito e de Mitanni, e o acordo de paz entre os dois impérios levaram ao contexto que Weinstein chamou de *Pax Aegyptiaca*, período que, segundo o autor, foi especialmente próspero para a Palestina, com a intensificação das trocas entre a “Terra Negra” e o Chipre, que intermediava as conexões com os micênicos do Mar Egeu. Logo, embora sob a dominação faraônica, a economia do Levante floresceu e se tornou relativamente estável pela primeira vez na Idade do Bronze⁷³².

Para Martins, os conflitos entre Egito e Mitanni foram responsáveis por mudanças importantes no cenário internacional do Antigo Oriente Próximo, que podem ser resumidas assim: 1) surgimento dos *maryannu* no cenário internacional; 2) difusão do carro de guerra como uma das mais relevantes tecnologias militares; 3) difusão de elementos culturais hurritas na Síria e na Anatólia por meio da influência mitânica; 4) confirmação de um sistema de relações internacionais no Bronze Tardio⁷³³.

4.3 O mistério de Akhenaton e o fortalecimento da presença egípcia a partir da XIX^a Dinastia.

O contexto internacional de fortalecimento de Mitanni, que havia levado o Egito à organização imperial com Thutmés III, começou a se modificar logo em seguida com o fortalecimento de Hatti no cenário geopolítico do Antigo Oriente Próximo. Ao ascender ao trono hitita, Šuppiluliuma direcionou suas atenções para o sul, em direção a Mitanni e à Síria, identificadas como área central para a política regional. Para isto, o monarca tratou, inicialmente, de estabelecer contatos com o Egito e a Babilônia, os outros grandes poderes do período.

Após uma derrota inicial para Tušurata, Šuppiluliuma resolveu contatar alguns líderes sírios sob a hegemonia do faraó, oferecendo-lhes uma nova aliança para compor a área de influência hitita e estimulando a rebelião contra o poder faraônico. Este foi o caso, por exemplo, de Amurru, Ugarit e Kadesh. Buscava, com isto, além de aumentar a presença de Hatti no centro do cenário geopolítico, enfraquecer também o poder de

⁷³² WEINSTEIN, The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment, p. 16.

⁷³³ MARTINS, “Até os Pilares do Céu”. *Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III.*, p. 54–55.

Mitanni na região. Logo em seguida, o monarca hitita marchou definitivamente sobre os territórios mitânicos e alcançou a Síria e o Eufrates.

Segundo Liverani, Šuppiluliuma passou seis anos na Síria para consolidar seu império, lidando com três problemas principais: 1) fazer que os antigos vassalos egípcios na Síria, que haviam se rebelado, entendessem que não havia espaço para posições autônomas frente aos grandes impérios; 2) conquistar as últimas cidades e rechaçar os contra-ataques de Mitanni até a tomada do último foco de resistência, em Karkemish; 3) lidar com a insatisfação e a reação egípcia à perda de parte da sua área de influência⁷³⁴.

Este é o pano de fundo para o que eu chamei de “mistério de Akhenaton”, referindo-me ao debate egiptológico sobre as suas ações na política internacional e, conseqüentemente, sobre a manutenção do império egípcio.

No que se refere às relações internacionais, o fundamental do que sabemos do período nos é fornecido basicamente pelas *Cartas de Amarna*, arquivo diplomático palacial encontrado na capital fundada a mando de Akhenaton. Tal arquivo foi nomeado por Petrie como “Lugar das Cartas do Faraó”, mas temos consciência de que, além de um depósito, era também um espaço de treinamento de escribas.

É provável que na mudança para Akhetaton, os funcionários especializados no arquivo de relações diplomáticas tenham levado consigo um conjunto representativo da correspondência do reinado de Amenhotep III, cujos assuntos ainda estavam em curso. Mais tarde, quando a cidade foi abandonada, foram descartadas as missivas referentes a casos concluídos. Elas foram encontradas em um poço de descarte que provavelmente não se localizava no “Lugar das Cartas do Faraó”⁷³⁵.

As cartas, escritas em variações do acadiano, tido como língua das relações diplomáticas do período, revelam uma instabilidade no norte da área de influência egípcia na Síria-Palestina. Weinstein resume em quatro os grandes desafios que os egípcios enfrentavam na Síria-Palestina e que aparecem nas *Cartas de Amarna*: 1) as disputas entre cidades; 2) os apiru; 3) a negligência e a corrupção dos funcionários; 4) as interrupções nas trocas e comunicações⁷³⁶.

⁷³⁴ LIVERANI, *El Antiguo Oriente*, p. 401.

⁷³⁵ MYNÁŘOVÁ, Jana, Introduction., in: RAINEY, Anson F; SCHNIEDEWIND, William M (Orgs.), **The El-Amarna correspondence: a new edition of the cuneiform letters from the site of El-Amarna based on collations of all extant tablets**, Leiden-Boston: Brill, 2015, p. 5.

⁷³⁶ WEINSTEIN, *The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment*, p. 16.

Os embates entre os chefes locais, portanto, são marcantes neste contexto e, como parte de um jogo político mais amplo, envolvem a participação dos apiru e as influências diretas ou indiretas das grandes potências: Egito, Mitanni e, cada vez mais, Hatti.

A leitura mais tradicional da realidade deste período é a de que o reinado de Akhenaton teria negligenciado a política internacional frente à reforma interna, resultando em um colapso do império egípcio. Tal perspectiva tem sua base na escassez de registros sobre campanhas do faraó no exterior, além de uma interpretação muito parcial das *Cartas de Amarna*, dando ênfase especialmente aos pedidos desesperados e ignorados de auxílio do rei de Biblos, Rib-Hadda. Quanto a isso, é importante lembrar que boa parte da arte monumental de Akhenaton sofreu destruições com a *damnatio memoriae* executada com a restauração posterior à sua morte.

Na mesma tendência acerca do colapso imperial no reinado de Akhenaton está a visão deste monarca como um líder pacifista⁷³⁷, que se debruçou sobre os assuntos do espírito e, conseqüentemente, acabou permitindo a desintegração de grande parte da área de influência egípcia.

A historiografia mais recente já superou a perspectiva do declínio do império. Ainda na década de 1980, Weinstein declarava que não havia indícios de um declínio significativo do controle egípcio na Palestina durante o reinado de Akhenaton, embora algumas dificuldades tivessem ocorrido nas regiões contíguas. O autor exemplifica com a lista dinástica de Serabit el-Khadim, que mostra quebras na continuidade apenas em dois períodos, um deles relativo ao período Akhenaton-Horemheb. Isto seria um indício de que o Egito não deve ter sido capaz de montar expedições em busca de turquesa no Sinai nestes momentos⁷³⁸.

O que foi visto inicialmente como descaso do monarca egípcio com o controle sobre sua área de influência na Síria-Palestina passou a ser reavaliado. As inúmeras missivas dos chefes de Biblos e Amurru, por exemplo, mostram um cenário internacional complexo de lutas internas entre os pequenos reis, formação de ligas de cidades e uma crescente influência do império hitita, envolvendo também as atividades dos povos apiru.

A contenda entre Rib-Hadda, de Biblos, Abdi-Aširta, de Amurru, e os apiru é uma das principais expressões dos conflitos internos nas cartas que nos chegaram,

⁷³⁷ BREASTED, *A history of Egypt from the earliest times to the Persian conquest*.

⁷³⁸ WEINSTEIN, *The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment*, p. 17.

iniciando-se ainda no governo de Amenhotep III. Em carta para o vizir Haya, Rib-Hadda afirma (EA 71):

Veja, tu és um homem sábio; o rei sabe (disto) e por causa da sua sabedoria, o rei te enviou como um comissário. Por que tu mantiveste silêncio e não falaste ao rei que ele deveria enviar uma guarnição que deveria tomar a cidade de Sumur?

O que é Abdi-Aširta, o escravo, o cão, que deveria tomar a terra do rei para si? O que é sua milícia que ele é tão forte? Através dos homens apiru sua milícia é forte!

Então me envie 50 pares e cavalos e 200 soldados de infantaria e eu tomarei uma posição contra ele na cidade de Šigata até o exército regular vir⁷³⁹.

Após muita insistência, Amenhotep III e seu pessoal viram a necessidade de uma intervenção para garantir que a cidade de Sumur, uma das sedes egípcias na região, fosse mantida sob o poder de um líder local realmente fiel ao faraó. Em trechos das EA 101 e EA 117, Rib-Hadda conta sobre a ação egípcia, em parte liderada pelo próprio vizir Haya, que acaba com a morte de Abdi-Aširta.

Amurru continuou a ser um problema apontado pelos chefes locais. Mais de um deles reclamou do novo governante da cidade, Aziru, que chegou a ser levado à corte faraônica para explicações, como mostra uma missiva sua posterior (EA 161):

Meu senhor, eu sou seu servo e a minha chegada frente ao rei, meu senhor, eu falei sobre todos os meus assuntos na presença do rei, meu senhor. Meu senhor! Não dê ouvidos à homens traiçoeiros que estão me caluniando perante o rei, meu senhor. Eu sou seu servo para sempre⁷⁴⁰!

Aziru acabou liberado para retornar por ter se comprometido com a tarefa que, segundo o próprio, ele nunca havi abandonado: conter os exércitos hititas. Todavia, seu avanço sobre outras cidades, em conjunto com a ação de outros chefes desleais ao faraó, além da falta de resposta com o envio de tropas acabaram levando Rib-Hadda a abandonar sua cidade sem nenhuma compreensão do motivo pelo qual o monarca egípcio continuava sem punir Aziru (EA 138).

Após ser continuamente acusado por suas ações, Aziru foi chamado novamente pelo faraó para prestar esclarecimentos aos egípcios, mas respondeu desta maneira (EA 166):

O rei da terra de Hatti está localizado na terra de Nugasse e eu o temo no caso de que ele venha para a terra de Amurru. E se ele atacar a cidade de Tunip, ela está a apenas dois dias de marcha do local em que ele está

⁷³⁹ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 445–447.

⁷⁴⁰ *Ibid.*, p. 799.

localizado. Então, eu o temo e por este motivo eu permanecerei até sua partida⁷⁴¹.

O governante de Amurru usou a necessidade de combater o inimigo mais ameaçador aos olhos do Egito para permanecer em sua cidade, não indo à “Terra Negra” e continuando suas ações violentas na região. Logo, o resultado final apareceu: Aziru, como comprovam as fontes hititas, tinha um pacto com Šuppiluliuma, traindo o Egito e passando à esfera da hegemonia de Hatti. Em seguida, o Egito iniciou os preparativos de uma campanha militar⁷⁴².

O que se pode perceber, mais do que uma negligência em relação ao seu império na Síria-Palestina, é que fazia parte da lógica de manutenção das zonas sob a hegemonia faraônica permitir que os pequenos reis submetidos enfrentassem uns aos outros. Desta maneira, nenhum poder periférico se tornaria uma real ameaça para o controle da “Terra Negra”. O problema com isso foi a interferência dos hititas, que acabou fazendo com que chefes locais quebrassem o vínculo com o faraó para estabelecer um novo com Hatti.

As ações imperialistas de Akhenaton também incluíram uma campanha militar contra os hititas em Amqi (ou Amka), uma unidade geopolítica localizada na Síria Meridional. O ataque de Hatti na região, com o apoio de Kadesh, é comprovado pelos relatos da EA 174, EA 175 e EA 176:

Veja, nós estamos na terra de Amqi, as cidades do rei, meu [senhor], e Ata[kama], o governante de Kimsa, veio à frente de tropas da terra de Hatti e ele pôs fogo às cidades do rei, meu senhor.

[Então que o rei, meu senhor, seja informado. E que o rei, meu senhor, conceda] [tropas] de exército regular para que nós possamos (re)tomar as cidades do rei, meu senhor, meu deus, [meu] sol e que nós possamos habitar as cidades do rei, meu senhor⁷⁴³.

Outra fonte para o estudo do conflito são as preces de Mursilis por conta de uma praga que atribui ao fato de seu pai, Šuppiluliuma, ter rompido um tratado de paz com os egípcios:

Quando o deus da tempestade hitita trouxe o povo de Kurustama ao país do Egito e fez com eles um acordo relacionado a eles com os hititas, então eles estavam sob o juramento ao deus hitita da tempestade – embora os hititas, assim como os egípcios, estivessem sob o juramento ao deus hitita da tempestade, os hititas ignoraram suas obrigações; os hititas prontamente

⁷⁴¹ *Ibid.*, p. 819.

⁷⁴² MYNÁŘOVÁ, Introduction., p. 28–31.

⁷⁴³ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 849.

quebraram o juramento aos deuses. Meu pai enviou soldados de infantaria e carros que atacaram o país de Amka, no território egípcio⁷⁴⁴.

Gestoso Singer também elenca uma série de evidências arqueológicas sobre esta campanha de Akhenaton, incluindo, principalmente, alguns blocos de pedra reutilizados como enchimento dos terceiro e nono pilonos de Karnak, que retratam cenas de batalha tendo o faraó como protagonista, conforme outros exemplos da XVIIIª Dinastia. Segundo a autora:

As evidências arqueológicas nos permitem afirmar que vários talatat utilizados em Karnak, alguns blocos de Medamud e de Luxor nos descrevem uma guerra, ou ao menos uma batalha, entre os egípcios – especificamente o exército de Akhenaton – e três grupos distintos de asiáticos, os hititas, os mitânios do norte da Síria e os sírios da zona sul. O exército asiático seria uma coalizão encabeçada pelos hititas, que incluía seus aliados sírios⁷⁴⁵.

A reação ao avanço hitita pelo território submetido à influência do Egito é atestada também por outros documentos, como inscrições na tumba mênfita de Horemheb e em uma tigela proveniente, provavelmente, da mesma cidade. O texto da capela mortuária do grande general foi publicado por Gardiner e contém, entre os epítetos de Horemheb, aquele “(...) *que está aos pés do seu senhor no campo de batalha no dia do massacre dos asiáticos*”⁷⁴⁶.

Na tigela, publicada por Redford, anuncia-se uma campanha de Horemheb na Ásia: “Ano 16 sob sua Majestade o Senhor das Duas Terras Horemheb, o governante; neste tempo de sua primeira campanha de vitória, de Biblos até a terra do vil chefe de Carchemish”⁷⁴⁷.

Ainda que o texto sugira uma ação no reinado do próprio Horemheb, Schulman identificou essa campanha com a travada em Amka, em reação ao avanço hitita naquele território⁷⁴⁸. Portanto, pode se falar em uma atividade militar egípcia no final do reinado de Akhenaton, dissipando as perspectivas de pacifismo ligadas ao faraó e demonstrando que, apesar das perdas relativas ao contexto de avanço de Hatti e de rebeldia dos príncipes locais, o imperialismo faraônico continuava ativo.

⁷⁴⁴ PRITCHARD, James Bennett, **Ancient Near Eastern texts: relating to the Old Testament**, Princeton: Princeton university press, 1974, p. 395.

⁷⁴⁵ GESTOSO, Graciela N, **La política exterior egípcia en la época de El Amarna**, Buenos Aires: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, 1992, p. 68.

⁷⁴⁶ GARDINER, Alan, The Memphite Tomb of the General Horemheb, **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 39, p. 3–12, 1953, p. 4.

⁷⁴⁷ REDFORD, Donald B., New Light on the Asiatic Campaigning of Horemheb, **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, n. 211, p. 36–49, 1973, p. 37.

⁷⁴⁸ SCHULMAN, Alan R., ‘Ankhesenamūn, Nofretity, and the Amka Affair, **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 15, p. 43–48, 1978, p. 45–47.

Outra evidência da manutenção das estruturas imperiais durante o período de Amarna é a permanência das cenas de entregas de tributo, independentemente das mudanças nos padrões estéticos estabelecidas pelo novo cânone artístico⁷⁴⁹. Uma destas cenas pode ser encontrada na tumba do escriba real e supervisor do tesouro, Meryra II em Akhetaton, que, segundo Reeves, integra uma parte da necrópole (no norte) dedicada aos funcionários mais próximos ao rei⁷⁵⁰.

A cena de tributo adorna a parede leste da câmara principal, que é descrita no seguinte texto:

Ano [12, segundo mês de *Peret*, dia 8] do Rei do Alto e Baixo Egito, vivendo em Maat, Senhor das Duas Terras, Nefer-kheperu-ra, Filho do Sol, vivendo em Maat, Senhor dos [Diademas], Akhenaton, grande seja sua duração, a a grande esposa do Rei, sua amada, Nefertiti, para sempre e sempre. Sua Majestade apareceu no trono do Pai Divino e Soberano, o Aton, que vive em Maat; e os chefes de todas as terras trouxeram tributo..... orando o favor à sua mão (?) para inalar o alento da vida⁷⁵¹.

A imagem tem em seu centro o rei entronado acompanhado da família real, a quem diversas delegações estrangeiras prestam homenagens e trazem tributos/presentes. Ao lado esquerdo da cena do faraó encontram-se os registros referentes às entregas dos povos asiáticos de Retenu, identificados pelas barbas e vestimentas.

⁷⁴⁹ Sobre as mudanças artísticas, ver CHAPOT, **A Família Real Amarniana e a Construção de uma Nova Visão de Mundo durante o Reinado de Akhenaton (1535-1335 a.C.)**, p. 166–237.

⁷⁵⁰ REEVES, Nicholas, **Akhenaten, Egypt's false prophet**, New York: Thames & Hudson, 2001, p. 132.

⁷⁵¹ DAVIES, Norman de Garis, **The Rock Tombs of El Amarna. Part II - The tombs of Panehesy and Meryra II.**, London: Egypt Exploration Fund, 1905, p. 38.

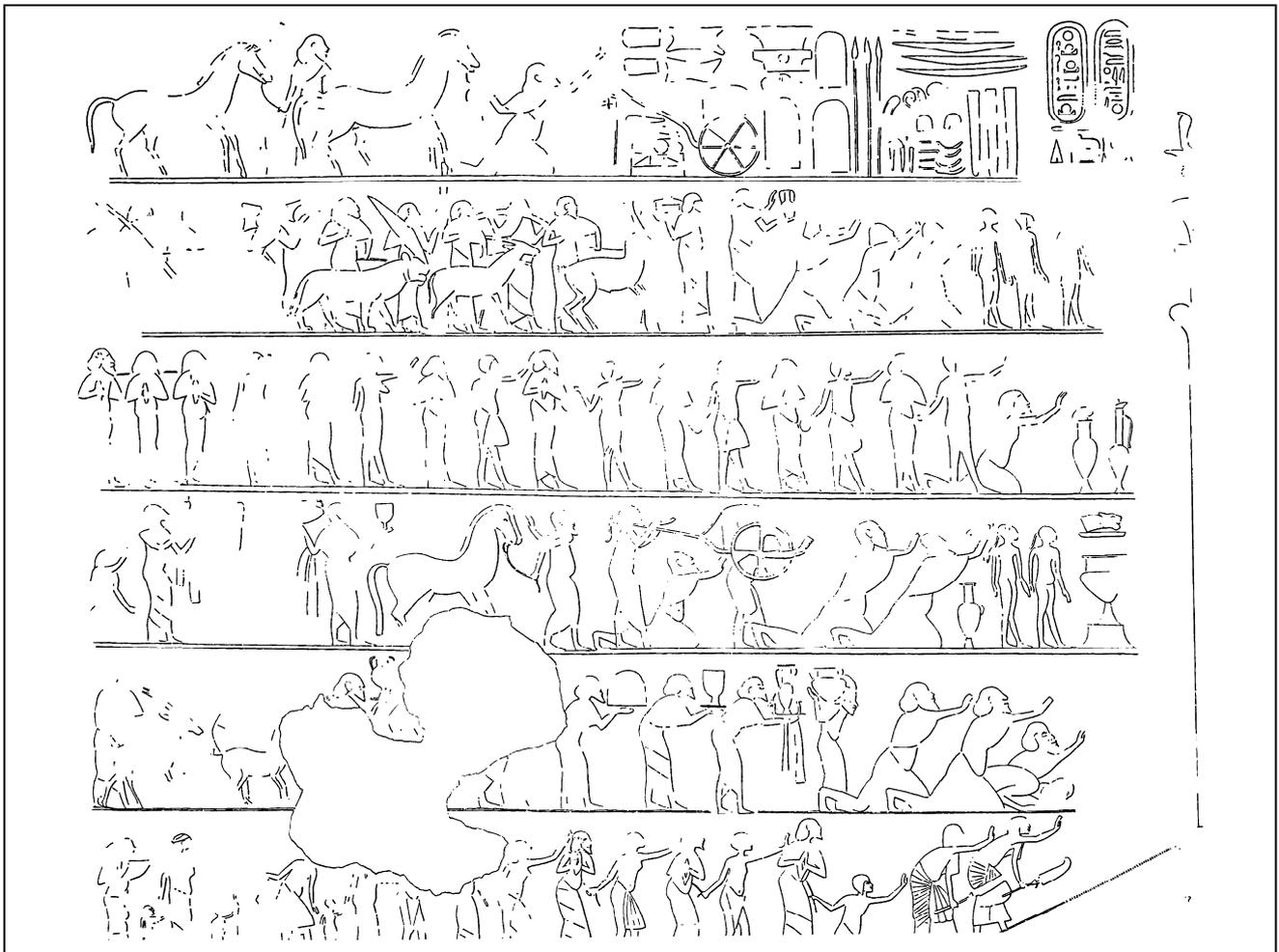


Figura 35 - Entrega dos tributos asiáticos à Akhenaton retratada na tumba de Meryra II⁷⁵².

No registro superior encontram-se acumulados os elementos trazidos para o faraó. É possível ver, além dos cavalos à esquerda, uma pilha que inclui pelo menos um carro de guerra e diferentes armamentos como escudos, arcos, aljavas e lanças. Davies identificou à direita no segundo registro (portanto, mais próximos da família real retratada imediatamente à direita desta figura) três meninas oferecidas como tributo, seguidas de três chefes sírios ajoelhados perante o monarca, demonstrando a submissão das terras asiáticas. O autor classificou na quarta e quinta subseções as entregas dos povos amoritas, que também incluíam elementos como carros de guerra, cavalos e vasos metálicos. Por fim, o último registro parece demonstrar uma tribo diferente de Retenu em relação à qual, segundo Davies, não há inícios para se precisar sua terra natal⁷⁵³.

⁷⁵² *Ibid.*, p. Plate XXXIX.

⁷⁵³ *Ibid.*, p. 40–41.

A nova realidade geopolítica estabelecida no Oriente Próximo com o avanço hitita sobre a Síria, e a consequente perda de territórios pelos egípcios na região, levou a uma modificação da política imperial faraônica a partir do reinado de Horemheb, mas que é comumente associada à XIX^a Dinastia.

Ellen Morris argumenta que o primeiro passo para esta mudança foi dado com o *Edito de Horemheb*, que consolida uma série de reformas destinadas a conter abusos de autoridades do governo, visando legitimar o monarca e desfazer uma possível associação da sua figura com a “heresia” amarniana. Segundo a autora, um destes abusos, introduzidos por Thutmés III, teria sido a prática de deslocar os custos das marchas imperiais para os nomarcas que governavam os territórios cruzados pelas tropas, o que teria imposto uma dureza excessiva sobre os funcionários locais. O mesmo teria ocorrido com os vassalos da Síria-Palestina. Desta maneira, para evitar a sedição dos líderes locais sob a hegemonia faraônica ameaçada por Hatti, Horemheb buscou diminuir o fardo imposto, assumindo a responsabilidade de criar uma infraestrutura imperial egípcia permanente no exterior⁷⁵⁴.

A nova infraestrutura contava com centros administrativos planejados para supervisionar os assuntos militares relativos tanto aos constantes conflitos locais entre pequenos reis, quanto aos avanços dos grandes impérios, protegendo, desta maneira, os interesses econômicos na Síria-Palestina. Hoffmeier identifica nesta nova estratégia de ocupação uma tentativa de estabelecer, em menor escala, o modelo que havia sido usado de forma bastante efetiva na Núbia desde Thutmés I⁷⁵⁵.

Ao estudar a logística do exército faraônico, Heagren constatou que o principal cenário para a ocupação territorial egípcia no início da XIX^a Dinastia foi Canaã. Ali foi buscada a consolidação do domínio a fim de assegurar um caminho seguro em direção à Síria. Uma vez garantido o funcionamento de determinadas bases operacionais essenciais, o Egito poderia, então, avançar para um objetivo fundamental em seu plano estratégico de manutenção da sua zona de hegemonia, a cidade de Kadesh. Estas novas bases eram necessárias para garantir o abastecimento das tropas, estratégia que, segundo Heagren, tornou-se pouco efetiva no longo prazo devido a fatores como o desequilíbrio da correlação de forças locais e o custo de manutenção das estruturas⁷⁵⁶.

⁷⁵⁴ MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 19.

⁷⁵⁵ HOFFMEIER, *Aspects of Egyptian Foreign Policy in the 18th Dynasty in Western Asia and Nubia*, p. 152.

⁷⁵⁶ HEAGREN, *Logistics of the Egyptian Army in Asia*, p. 157.

A consolidação do domínio territorial no sul da Síria-Palestina também foi importante para o abastecimento de cobre, metal imprescindível para a continuidade das atividades militares. A captura hitita do Chipre e suas minas devem ter encorajado os primeiros faraós da XIX^a Dinastia a expandir a produção sob o controle egípcio no Deserto Oriental, no Sinai e no Negev Meridional. Em seus estudos sobre a mineração de cobre no período, Hikade defende que, seguindo uma tendência de seu antecessor, Ramsés II teria previsto a necessidade de autossuficiência de cobre e, conseqüentemente, ampliado as expedições a um nível “industrial”. Isto teria sido fundamental para a manutenção da posição egípcia no cenário político do Oriente Próximo na XIX^a Dinastia, em especial após os ataques dos Povos do Mar⁷⁵⁷.

A fração militar do Estado material egípcio se fortaleceu desde o início da XVIII^a Dinastia. Embora o reinado de Akhenaton tenha sido menos empenhado em campanhas bélicas, o fortalecimento dos militares é visível a partir da análise dos monarcas que o sucederam após a morte de Tutankhamon. As forças armadas faraônicas se tornaram um caminho para a ascensão social e o enriquecimento, especialmente com a retomada das campanhas reais contra a Palestina, em especial nos reinados de Sety I, Ramsés II e Merenptah.

A estratégia da agressão externa modificou-se. Durante a XVIII^a Dinastia, as campanhas na Síria-Palestina eram seguidas do retorno à “Terra Negra” e manutenção de um pequeno número de guarnições em alguns centros. A partir da XIX^a Dinastia, a profusão de testemunhos materiais egípcios no Levante aponta para a manutenção de um número mais extenso de tropas alojadas em centros administrativo-militares maiores, ainda que esta interpretação não seja consensual.

Holladay Jr. sugere que o aumento da presença egípcia em Canaã teve uma motivação mais comercial do que político-militar. Conforme seu modelo, as estruturas egípcias encontradas em diferentes cidades da Síria-Palestina teriam sido entrepostos estabelecidos por mercadores e algumas campanhas seriam de punição pela interferência nas caravanas⁷⁵⁸.

Em oposição à perspectiva dominante nos estudos egiptológicos do período está Carolyn Higginbotham, que discorda do que chama de modelo de “governo direto”, ou

⁷⁵⁷ HIKADE, Thomas, Economic Aspects of the New Kingdom. The Expeditions to the Copper Mines of the Sinai., *Bulletin of the Australian Centre for Egyptology*, v. 9, p. 43–52, 1998, p. 51.

⁷⁵⁸ HOLLADAY, J., Toward a New Paradigmatic Understanding of Long Distance Trade in the Ancient Near East: From the Middle Bronze II to Early Iron II- A Sketch., in: DION, Paul-Eugène *et al* (Orgs.), *The world of the Aramaeans II*, Sheffield: Sheffield Academic Press, 2001, p. 136–198.

seja, da interpretação segundo a qual o Egito teria modificado sua estratégia de domínio da Síria-Palestina na XIX^a Dinastia, passando a uma política de ocupação direta com forte componente militar. A autora defende um modelo de “emulação de elite”, pelo qual a profusão de vestígios arqueológicos de tipo egípcio seria fruto da egípcianização dos costumes das elites locais no Levante. Desta maneira, a estratégia egípcia adotada, especialmente a partir do reinado de Thutmés III, de se ater à utilização das estruturas de poder nativas teria se mantido e se aprofundado⁷⁵⁹.

A partir de uma análise centrada especialmente na cultura material, Higginbotham afirma que as evidências não suportam a perspectiva de uma política de grande ocupação militar e administração direta do Levante. Seria mais plausível, então, pensar na manutenção de um sistema de controle dual, baseado em príncipes submetidos por laços de dominação pessoal ao faraó, supervisionados por funcionários egípcios itinerantes. As modificações no registro arqueológico entre a XVIII^a e a XIX^a Dinastia seriam apenas resultado de um aprofundamento da estratégia das elites sírio-palestinas de adoção de símbolos da “Terra Negra” como estratégia de elevação do *status* frente às populações nativas e, conseqüentemente, a manutenção do poder⁷⁶⁰.

Ellen Morris respondeu ao trabalho de Higginbotham demonstrando que há três problemas estruturais em seus pressupostos: 1) a visão elaborada para testar as hipóteses da autora mostra a emulação de elite e o governo direto como modelos mutuamente exclusivos, mas não há motivos para não pensar em formas híbridas que conjuguem a dominação direta com a cooptação das classes dominantes nativas; 2) de acordo com o modelo de emulação da elite, as cidades templárias egípcias na Núbia deveriam também conter apenas elementos da cultura material faraônica; 3) a metodologia estabelecida para testar o modelo de Higginbotham privilegiou o estudo de categorias individuais de artefatos em vez de conjuntos, gerando uma maior possibilidade de distorção nos resultados⁷⁶¹.

É claro que, da mesma maneira que ocorreu na Núbia, alguns itens egípcios encontrados em contextos funerários teriam chegado à Síria-Palestina por meio de doação de presentes aos chefes locais, que os utilizavam como bens de prestígio para aumentar seu *status* frente à população nativa. O envio de objetos egípcios como

⁷⁵⁹ HIGGINBOTHAM, Carolyn R., **Egyptianization and elite emulation in Ramesside Palestine: governance and accommodation on the imperial periphery**, Leiden; Boston: Brill, 2000.

⁷⁶⁰ Uma síntese dos argumentos defendidos na tese da autora encontra-se em HIGGINBOTHAM, Carolyn, *Elite Emulation and Egyptian Governance in Ramesside Canaan*, **Tel Aviv**, v. 1996, n. 2, p. 154–169, 1996.

⁷⁶¹ MORRIS, **The architecture of imperialism**, p. 10–15.

presentes é documentado pelas *Cartas de Amarna*, como no exemplo da missiva enviada por Tagi, governante da cidade de Ginti (EA 265): “[E] o rei, meu senhor, enviou um carregamento para mim a cargo de Taḥmaya e Taḥmaya (me) deu uma taça de ouro e doze pares de tecidos de linho [e] para a informação do [rei], meu senhor”⁷⁶².

Por outro lado, o uso de objetos estrangeiros num circuito de bens de prestígio não pode ser extrapolado automaticamente para uma análise de toda a cultura material do estilo da “Terra Negra” encontrada nos assentamentos da Síria-Palestina. Inclusive, porque não explica o crescimento súbito das evidências arqueológicas egípcias entre fins da XVIII^a e início da XIX^a Dinastia. De maneira que Morris parece correta ao afirmar sua convicção de que, pelo menos no caso da presença de elementos faraônicos no Levante, podemos defender a dedução lógica de que quanto maior a quantidade de artefatos de estilo egípcio encontrados em um determinado sítio, maior é a possibilidade de egípcios terem residido no local⁷⁶³.

Portanto, a profusão de elementos da cultura material de estilo egípcio, seja na arquitetura, seja em objetos, é representativa do deslocamento de um número significativo de funcionários e soldados para localidades-chave de Canaã, tanto pessoal para exercer funções político-administrativas e militares, quanto os trabalhadores indispensáveis para suprir as necessidades deles. Segundo Killebrew,

Nessas fortalezas (p.e. Deir el-Balah e Beth Shean), burocratas egípcios provavelmente supervisionavam a produção de cerâmica, resultando na retenção de seu caráter egípcio por várias centenas de anos em Canaã. (...) O papel desses egípcios não era colonizar Canaã, mas administrar a coleta de tributos e impor arranjos mínimos de segurança e uma aparência de ordem entre os governantes canaanitas rebeldes e briguentos. O objetivo era promover e supervisionar os interesses imperiais egípcios e garantir a lealdade das elites locais canaanitas⁷⁶⁴.

A argumentação da autora é interessante porque reafirma uma maior presença egípcia sem descartar o papel das elites locais na dominação imperial. Por outro lado, Killebrew tem dificuldades para não estabelecer uma relação de oposição excludente entre a emulação de elite e o imperialismo, na qual somente um modelo pode existir⁷⁶⁵. Ora, seja na Núbia, seja na Síria-Palestina, o imperialismo egípcio e a subsunção das

⁷⁶² RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 1059.

⁷⁶³ MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 17.

⁷⁶⁴ KILLEBREW, Ann, New Kingdom Egyptian-Style and Egyptian Pottery in Canaan: Implications for Egyptian Rule in Canaan during the 19th and Early 20th Dynasties, *in*: KNOPPERS, Gary N; HIRSCH, Antoine (Orgs.), *Egypt, Israel, and the ancient Mediterranean world: studies in honor of Donald B. Redford*, Leiden; Boston: Brill, 2004, p. 353.

⁷⁶⁵ *Ibid.*, p. 320.

estruturas locais de poder estiveram sempre ligados a certo grau de utilização, pelas elites nativas, de elementos da cultura egípcia como forma de acrescer seu prestígio. Desta maneira, como ressalta Morris, não faz sentido estabelecer aquela dicotomia.

Em sítios ao sul da Faixa de Gaza e no norte do Sinai, a cerâmica de tipo egípcio domina os conjuntos, totalizando 50% dos achados do período e chegando a estatísticas superiores em alguns locais específicos, como Deir el-Balah. Seguindo as estatísticas levantadas por Mumford, entre o reinado de Thutmés III e a XIX^a Dinastia houve, por um lado, a diminuição da quantidade de cerâmica de estilo egípcio nos contextos funerários (40% para 25%) e, por outro, um aumento nos contextos de ocupação (7% para 13%) e templário (13% para 32%)⁷⁶⁶.

A redução nos conjuntos funerários parece logicamente ligada ao aumento, em especial, no contexto de ocupação. Se os objetos egípcios eram usados nos depósitos mortuários como elementos de prestígio, eles deixam de exercer este papel a partir do momento em que se tornam mais difundidos no cotidiano destas áreas. Logo, a frequência mais ampla reduz o *status* que sua posse pode manifestar.

Os acréscimos em contextos templários e de ocupação são extremamente significativos para a comprovação da maior presença egípcia nos locais. Com funcionários e militares da “Terra Negra” instalados em bases na Síria-Palestina, seus costumes geravam a necessidade de suprir determinadas demandas através da cultura material egípcia. Isto se refletia tanto nos assuntos cotidianos quanto nas questões do sagrado, pela necessidade de estabelecer mais amplamente cultos egípcios no exterior. Ademais, os templos desempenham um papel fundamental no modelo imperial faraônico de ocupação (na Núbia e no Levante)⁷⁶⁷.

A demanda por cultura material de estilo egípcio, decorrente da maior presença de habitantes da “Terra Negra” na Síria-Palestina, levou a um recrudescimento da produção local deste tipo de objetos, além do acréscimo nas importações de bens produzidos no Egito⁷⁶⁸. Isto deve ter afetado também o desejo das populações canaanitas por elementos da cultura material egípcia, o que, como visto, deve ter

⁷⁶⁶ MUMFORD, Egypt and Levant, p. 76–77.

⁷⁶⁷ MORRIS, Exchange, extraction, and the politics of ideological money laundering in Egypt’s New Kingdom Empire.

⁷⁶⁸ Um exemplo é a produção e importação de vidro e faiança na base de Beth Shean. Os indícios mostram que os egípcios controlavam a manufatura local, que produzia apenas pequenos objetos como pingentes, enquanto a produção de maior fôlego, como recipientes, era importada da “Terra Negra”. MCGOVERN, Patrick E.; FLEMING, Stuart J.; SWANN, Charles P., The Late Bronze Egyptian Garrison at Beth Shan: Glass and Faience Production and Importation in the Late New Kingdom, *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, n. 290/291, p. 1–27, 1993.

refletido dialeticamente em seu uso como bem de prestígio monopolizado por grupos da classe dominante.

É necessário pensar que, com o passar do tempo, deve ter havido uma fusão populacional entre os habitantes locais e aqueles oriundos do Egito. A isto certamente se somava a adoção de costumes egípcios pela porção da elite educada no *kAp* do faraó. O resultado foi o surgimento de uma cultura híbrida egípcio-levantina em diferentes estratos da sociedade local.

Um problema a ser levado em consideração na análise da cultura material do período no Levante é a dificuldade de se diferenciar a olho nu um objeto produzido no Egito e exportado, de outro que tem produção local em estilo egípcio – uma vez que são encontrados moldes neste estilo e os indícios apontam para um possível envio de artesãos da “Terra Negra” para supervisionar a fabricação de manufatura no exterior.

Morris chega a definir três tipos de objetos na Síria-Palestina além da cultura material tipicamente levantina: 1) os verdadeiramente “egípcios”, ou seja, importados do Egito; 2) os objetos em “estilo egípcio”, isto é, imitações quase perfeitas fabricadas com materiais locais; 3) os objetos “egipcianizados”, reconstruções ou adaptações de motivos egípcios produzidos de maneiras alheias à tradição da “Terra Negra”⁷⁶⁹.

Em muitos casos, a única saída é a análise laboratorial da cerâmica, mas estas foram feitas ainda num número reduzido de sítios. Um dos poucos analisados desta maneira foi Beth Shean e os resultados apontam para uma extensa produção local em estilo egípcio, supervisionada por artesãos da “Terra Negra”, uma vez que o resultado é muito semelhante àquele encontrado no próprio Vale do Nilo⁷⁷⁰.

Desta maneira, embora haja muita cerâmica de tipo egípcio em determinados sítios de Canaã, sua produção era majoritariamente local,⁷⁷¹ e Killebrew afirma que a preparação da argila e as técnicas eram bastante diferentes daquelas usadas no Egito⁷⁷². A autora declara ainda que esta cerâmica mantém o estilo e a forma puramente egípcios por vários séculos, discordando, assim, da perspectiva de uma hibridização. Outra leitura – mais matizada – pode ser encontrada nas conclusões de Giveon, segundo o qual mesmo que os canaanitas não entendessem a decoração artística egípcia, as

⁷⁶⁹ MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 15.

⁷⁷⁰ JAMES, Frances W; MCGOVERN, Patrick E; BONN, Anne G, *The late Bronze Egyptian garrison at Beth Shan: a study of levels VII and VIII*, Philadelphia: University Museum, University of Pennsylvania, 1993.

⁷⁷¹ Weinstein defende que isto é um reflexo muito nítido da extensão do império egípcio na Palestina e de seu modelo de governo direto. WEINSTEIN, *The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment*, p. 23.

⁷⁷² KILLEBREW, *New Kingdom Egyptian-Style and Egyptian Pottery in Canaan: Implications for Egyptian Rule in Canaan during the 19th and Early 20th Dynasties*, p. 341.

cerâmicas, estatuetas e selos, eles tendiam a usar esses motivos para as suas necessidades artísticas próprias⁷⁷³. Parece mais frutífero pensar que a utilização de objetos de estilo egípcio pelas populações locais dava origem a uma ressignificação de seus padrões de decoração artística e, conseqüentemente, a formas hibridizadas que não necessariamente se observam com facilidade nos vestígios materiais.

A lógica de atuação faraônica na Síria-Palestina após as modificações geopolíticas impostas pelo avanço hitita, a sedição de líderes locais e a ameaça constante dos apiru (que ora aliavam-se com uns, ora com outros) foi sintetizado da seguinte maneira por Lisa Cole:

O modelo é de que os faraós da XIX^a Dinastia embarcaram em uma ocupação militar completa que resultou em uma mudança de um governo local para uma fiscalização imperial direta. Logo, o aumento dos objetos egípcios devia-se ao destacamento de soldados e burocratas nas cidades⁷⁷⁴.

Esta presença egípcia foi mais intensa nas cidades estratégicas escolhidas para sediar as bases de apoio à nova política faraônica. Segundo Weinstein, elas podem ser identificadas não apenas pelos vestígios arquitetônicos, mas por seu papel como principais centros produtores de cerâmica de tipo egípcio, como Beth Shean, Deir el-Balah, Tell el-Far‘ah Sul, além de Tell-esh-Shari‘a, Tell Mor, Megiddo, Lachish, Beth-Shemesh, Gezer, Ashdod, Tell Deir ‘Alla e Tell el-Sa‘idiyeh. Somando-se a outros vestígios, podemos identificar como foco da ocupação imperial a Palestina Meridional, ao longo da costa e da planície costeira, o Shephelah, na Planície de Esdraelon e no vale do Jordão⁷⁷⁵.

4.4 O Modelo de Exploração Imperial

As análises das ações imperialistas na Síria-Palestina ainda são palco para discussões acerca das pretensões faraônicas no domínio da região. Hasel sintetizou as dúvidas envolvidas nestes debates em três grandes questões: 1) se havia um real interesse econômico ou se os egípcios estavam apenas interessados em um controle geográfico; 2) se a interação entre o Egito e o Levante foi composta por uma dinâmica

⁷⁷³ GIVEON, *The impact of Egypt on Canaan*, p. 6.

⁷⁷⁴ COLE, Lisa, *The Economic Organization of Southern Canaan in the Late Bronze Age. A Synthesis of the Textual and Archeological Data*, Tese de Doutorado, The University of Arizona, Tucson, 2003, p. 22.

⁷⁷⁵ WEINSTEIN, *The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment*, p. 23.

exploradora, que acabou por debilitar a região, ou por relações mais horizontais que tiveram o resultado oposto, de conduzir a Síria-Palestina a um desenvolvimento socioeconômico; 3) qual teria sido o modelo utilizado para orientar as ações egípcias na Ásia, um imperialismo colonizador ou uma dinâmica de emulação da elite⁷⁷⁶?

O tema do interesse econômico está diretamente ligado à interpretação que se faz de sua organização e a quais os objetivos podem ser enquadrados na categoria de “interesse econômico” numa sociedade pré-capitalista.

Partindo do princípio de que uma motivação econômica estaria ligada à extração de todos os recursos da periferia pelo centro, Ahituv defendeu que o interesse econômico egípcio na conquista de Canaã, se existente, era extremamente limitado. Os custos sociais envolvidos no transporte de produtos agrícolas em grandes volumes tornava desinteressante o investimento nesta forma de exploração das áreas dominadas. Por outro lado, o autor acredita que mesmo o fluxo de bens de luxo, categoria exemplificada apenas por vinho e mel, tinha importância reduzida, assim como as importações metálicas que, se comparadas com as riquezas vindas da Núbia, eram insignificantes⁷⁷⁷.

A leitura de Ahituv é deficiente por falta de compreensão de um contexto maior, no qual seus argumentos se tornam muito menos efetivos. As dificuldades relativas ao transporte de grandes quantidades de produtos agrícolas não impede sua utilização pela estrutura imperial, que tinha que manter tropas e pessoal administrativo na Síria-Palestina para o controle territorial, para a contenção das sedições e do avanço de outros impérios, e para a manutenção do fluxo de bens de prestígio que transitavam pelas rotas do Antigo Oriente Próximo. Soma-se a isto a análise incorreta de que os produtos de luxo seguiam em pequenas quantidades para o Egito. A dinâmica imperialista garantia um fluxo contínuo de bens de prestígio, atestado não apenas pelas trocas internacionais, mas também pelas cenas e registros de tributos.

Por fim, a análise das importações metálicas é problemática em dois sentidos. Primeiro, a dominação imperial do Levante foi importante para garantir a exploração de cobre e a própria autossuficiência do Egito relativa a este minério, com a produção das minas do Sinai. Segundo, a comparação das riquezas metálicas conquistadas na Síria-

⁷⁷⁶ HASEL, Michael, **Domination and Resistance: Egyptian Military Activity in the Southern Levant during the Late Bronze/Early Iron Age Transition**, Tese de Doutorado, University of Arizona, Phoenix, 1996, p. 11.

⁷⁷⁷ AHITUV, Shemuel, Economic Factors in the Egyptian Conquest of Canaan, **Israel Exploration Journal**, v. 28, n. 1/2, p. 93–105, 1978, p. 105.

Palestina e na Núbia é feita a partir de um valor de troca para metais como ouro e cobre baseado nas equivalências gerais constatadas nos intercâmbios internos. Tal equivalência, embora fosse constatada pelos egípcios⁷⁷⁸, não garantia necessariamente a possibilidade de troca ou mesmo a participação de diferentes produtos em uma única esfera de circulação. Em outras palavras, o ouro e o cobre eram usados majoritariamente em tarefas um tanto distintas, já que o segundo tinha sua principal função no abastecimento dos exércitos. Outrossim, não havia garantias de que os imensos montantes auríferos advindos da Núbia pudessem ser trocados com a mesma taxa de equivalência interna pelas enormes quantidades de cobre necessárias à satisfação das demandas faraônicas.

O interesse nos benefícios econômicos relativos à dominação imperialista da Síria-Palestina pode ser constatado na exploração da produção nativa, mas de forma distinta de um modelo de colonização. A perspectiva colonial está normalmente associada às empreitadas imperiais por conta de sua ligação com experiências modernas ou mesmo com as colônias gregas antigas, iniciadas no período arcaico. Nisto, pode-se concordar com Redford: “Nos territórios da Ásia Ocidental, o Egito estava interessado principalmente em recursos, incluindo força de trabalho e corredores de tráfico, não em terra para colonização”⁷⁷⁹.

Raphel Giveon concorda com a presença da motivação econômica no esforço egípcio no Levante, ressaltando que as condições naturais locais geravam produtos que, por serem incomuns na “Terra Negra”, eram extremamente apreciados pelo consumo da classe dominante, como azeite de oliva, especiarias e madeira de qualidade. Duvidoso é o argumento do mesmo autor de que determinados produtos agrícolas, como gado e cereais, eram menos custosos de serem produzidos na Síria-Palestina uma vez que o faraó conseguisse impor seu domínio sobre a região⁷⁸⁰. Ora, por maior que tenha chegado a ser o nível de exploração imperial, dificilmente a produção agrícola seria menos custosa do que aquela garantida pelas terras extremamente férteis e abundantes do Vale do Nilo. De qualquer forma, somente o fluxo de bens de prestígio, como visto

⁷⁷⁸ ZINGARELLI, Andrea Paula, **Trade and market in New Kingdom Egypt: internal socio-economic processes and transformations**, Oxford: Archaeopress, 2010.

⁷⁷⁹ REDFORD, **Egypt and Canaan in the New Kingdom**, p. 76. Não deixa de ser interessante notar que o mesmo autor, no início mesma obra, apresenta uma posição um diferente ao declarar, na página 2, que a Ásia atraía o Egito “*sim pelos bens que passavam por ela e por sua localização estratégica; seus recursos nativos eram limitados*”.

⁷⁸⁰ GIVEON, **The impact of Egypt on Canaan**, p. 5.

para a Núbia, já seria suficiente para garantir um benefício econômico da hegemonia sobre áreas levantinas.

Mesmo reconhecendo o interesse econômico do acesso às rotas comerciais, especialmente da Síria, Müller acaba submetendo-o a imperativos militares: “(...) a tributação da Palestina é o “combustível da expansão egípcia” fornecendo a base financeira para as campanhas militares e para o aparato administrativo estabelecido nos territórios conquistados”⁷⁸¹.

Müller acaba cometendo uma inversão de papéis que é, no fundo, orientada por uma perspectiva mais tradicional da expansão egípcia, que tende a incorporar um pouco o discurso das fontes. Como o objetivo do seu trabalho é mapear a estratégia bélica de controle do império setentrional, a base financeira acaba subordinada a uma necessidade expansionista militar. A explicação para isto pode estar na leitura mais literal da documentação acerca da expansão no início da XVIIIª Dinastia, que a retratava como uma necessidade de segurança, ou mesmo através de um imperativo ideológico relacionado à propriedade universal do faraó. Outra possível explicação seria a perspectiva de que o imperialismo é motivado pela pressão da fração militar da classe dominante, em busca de ascensão social e enriquecimento proporcionado pela continuidade dos conflitos.

Relacionando também os interesses econômicos aos geopolíticos no Oriente Próximo está a sugestão de Martins, que afirma que um dos objetivos do esforço egípcio no Levante era a transformação do sul da Palestina, desde Thutmés III, em uma zona tampão para proteção em face de outros impérios como Mitanni e, posteriormente, Hatti⁷⁸².

Sem abandonar a perspectiva dos ganhos econômicos, uma visão mais interessante seria conjugá-los com outros tipos de interesse. Uma tentativa neste sentido foi sintetizada por Hasel:

A avaliação da arquitetura e da cultura material (...) sugere que os egípcios tinham um forte interesse em dominar a região por razões econômicas, políticas e até ideológicas. O interesse egípcio era fornecer um senso de *maat*, “verdade, justiça, ordem” a esses territórios enquanto cumpria seus interesses econômicos por meio da taxaço e da troca. A tese de que a

⁷⁸¹ MÜLLER, Marcus, A view to a kill: Egypt’s grand strategy to her northern empire, *in*: BAR, Shay; KAHN, Dan ’el; SHIRLEY, J. J (Orgs.), **Egypt, Canaan and Israel history, imperialism, ideology and literature: proceedings of a conference at the University of Haifa, 3-7 May 2009**, Leiden; Boston: Brill, 2011, p. 238.

⁷⁸² MARTINS, “Até os Pilares do Céu”. **Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III.**, p. 159.

atividade militar egípcia era uma resposta a elementos rebeldes e indisciplinados que trabalhavam contra esses interesses, mitiga contra a destruição por atacado das cidades e populações que foram as fontes de renda e parte de uma estrutura socioeconômica maior. De fato, as ações militares descritas tão vividamente durante o último período da dominação egípcia atestam a resistência que o Egito estava enfrentando por outras razões internas e externas⁷⁸³.

Tomar como base uma perspectiva totalizante como esta é necessário para não cair em interpretações que descolam por demais as diferentes estruturas da vida social. Desta maneira, defender a existência de um interesse econômico na expansão imperialista não pode significar a separação da esfera do econômico que, no universo das sociedades pré-capitalistas, estava indissociavelmente ligada às – ou encrustada nas – demais esferas da vida social, como a religião e a política⁷⁸⁴.

Para atender a todos os interesses que impulsionaram a expansão do imperialismo faraônico para a Síria-Palestina, houve a necessidade de desenvolver um modelo de dominação que fosse se adequando aos diferentes contextos geopolíticos da região. Tal modelo era composto por uma rede administrativa e uma estrutura física com diferentes tipos de assentamentos, sempre integrando elementos egípcios e nativos.

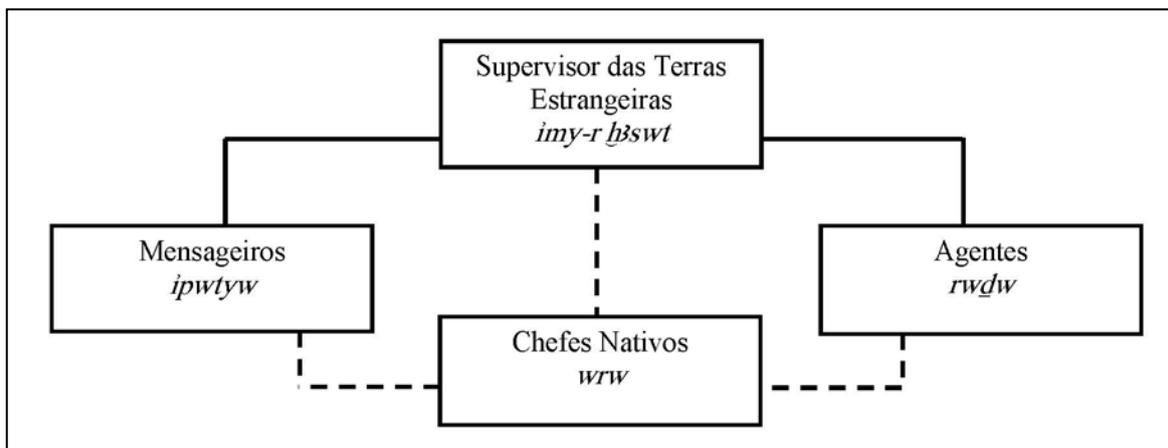


Figura 36 - Organograma dos elementos centrais da administração imperial no Levante.

⁷⁸³ HASEL, **Domination and Resistance: Egyptian Military Activity in the Southern Levant during the Late Bronze/Early Iron Age Transition**, p. 176.

⁷⁸⁴ Entre outros autores, o que ficou mais notabilizado nas discussões acerca da economia nas sociedades pré-capitalistas nos últimos 50 anos tenha sido K. Polanyi, segundo o qual: “*Como conclusão geral, pode-se afirmar que a produção e a distribuição de bens materiais estavam enraizadas em relações sociais de natureza não econômica. Não existia um sistema econômico institucionalmente separado, tampouco uma rede de instituições econômicas. Nem o trabalho, nem a maneira de dispor dos objetos, tampouco a distribuição deles realizavam-se por motivos econômicos, por desejo de ganho ou de receber pagamento, ou ainda por medo de passar fome como indivíduo*”. POLANYI, Karl, *A economia enraizada na sociedade.*, in: **A Subsistência do Homem e Ensaios Correlatos**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 100.

O núcleo principal da administração egípcia no império setentrional tinha uma organização bastante simples, ainda que contasse com outros cargos menores. Como principais funcionários responsáveis estavam os “Supervisores das Terras Estrangeiras”, algumas vezes mencionado na historiografia como um governador. Em conjunto com eles, atuavam os mensageiros ou enviados reais, responsáveis por representar os interesses faraônicos nas cidades levantinas sob a sua hegemonia, e os agentes que atuavam na fiscalização dos tributos. Por fim, a estratégia imperial de subsunção das estruturas locais de poder levava o Egito a cooptar as lideranças nativas para que agissem como extensões do poder faraônico na região. Estes governantes muitas vezes são referenciados na historiografia como prefeitos ou, mais comumente, como príncipes vassallos.

Quanto à estrutura física da ocupação egípcia no Levante, Higginbotham⁷⁸⁵ divide a arquitetura egípcia na Ásia Ocidental em quatro grandes grupos:

- 1) Casas de salão central, normalmente conhecidas como “Residências dos Governadores” desde que Petrie nomeou um prédio de Tell el-Far‘ah desta maneira, em 1930. Edifícios deste tipo foram identificados na própria Tell el-Far‘ah, Beth Shean, Tell Sera, Tell Masos, Tell el-Hesi, Tell Jemmeh, Tell es-Saidiyeh e Gezer⁷⁸⁶;
- 2) Casas de três cômodos, muito similares a exemplos encontrados em Amarna e cuja função ainda não foi de todo esclarecida, havendo hipóteses de que fossem residências de funcionários (o que não deveria se aplicar a altos funcionários, já que este tipo de residência na “Terra Negra” era ocupado por famílias de trabalhadores) ou possuíssem função industrial e não doméstica. Os únicos exemplos deste tipo foram encontrados em Beth Shean;
- 3) Edifícios administrativos, categoria que incorpora pelo menos três modelos normalmente constatados pela Arqueologia: os palácios, as fortalezas e os migdols⁷⁸⁷. Algumas destas estruturas têm paralelos no Egito e na Núbia e

⁷⁸⁵ HIGGINBOTHAM, **Egyptianization and elite emulation in Ramesside Palestine**, p. 263–301.

⁷⁸⁶ Morris estabelece uma categorização distinta, na qual as “Residências dos Governadores” são enquadradas em conjunto com outros edifícios administrativos, mas diferenciadas de fortalezas. Desta maneira, a lista para a autora seria composta pelas estruturas encontradas em: Deir el-Balah, Tell el-Ajjull, Tell el-Far‘ah, Tel Sera, Tell el-Hesi, Ashdod, Tel Mor, Gezer, Aphek e Beth Shean. MORRIS, **The architecture of imperialism**, p. 688.

⁷⁸⁷ O termo egípcio *mkdr*, de origem semítica, é normalmente traduzido pela palavra hebraica “migdol”, significando “torre” ou “fortaleza” e adotada pelos egípcios para designar algumas estruturas da XIXª e XXª Dinastias, sendo mais tarde também incorporado ao nome de algumas cidades do Delta. *Ibid.*, p. 836.

foram identificadas em cidades da Síria-Palestina, como Beth Shean, Deir el-Balah, Tel Mor e Aphek;

- 4) Templos, que são divididos em dois tipos: os templos de Hathor, encontrados em Serabit el-Khadim e Timna⁴, e os templos com os “Santos dos Santos” elevados, achados em Beth Shean e Lachish.

Ainda que o modelo faraônico de dominação imperial tenha contado com funcionários enviados e estruturas construídas na Síria-Palestina, é possível afirmar que a lógica central era a manutenção de uma forma de controle indireta que dependia fortemente da utilização das lógicas sociais nativas, como a cooptação das lideranças locais.

4.4.1 Os chefes nativos e os laços de dependência pessoal

Ao expandir o seu império para o Levante, o Egito deparou-se com uma realidade bastante distinta no que diz respeito às formações políticas. Se, por um lado, as relações com grandes monarcas, como aqueles de Mitanni, Hatti e Babilônia, era marcada por uma realidade similar à da “Terra Negra”, onde o reino funcionava ideologicamente como *household* do governante⁷⁸⁸, a convivência com os pequenos líderes da Síria-Palestina foi marcada por uma alteridade que deu origem a problemas de interpretação.

Diferentemente da perspectiva centralista da ideologia faraônica, o sistema asiático era marcado por relações políticas configuradas como extensão de mecanismo de auxílio e proteção típico de relações de parentesco, e marcadas por certa lógica de reciprocidade. De maneira muito semelhante ao ocorrido na relação entre Estado material e comunidades camponesas dentro da “Terra Negra”, o império egípcio também buscou operar através da subsunção de relações de parentesco para que estas passassem a funcionar segundo os interesses da classe dominante do centro imperial.

A submissão dos príncipes asiáticos após a conquista se dava por meio do estabelecimento de um vínculo de dependência pessoal marcado por um juramento, conforme retratado no relato da *Estela de Gebel Barkal* sobre a vitória de Thutmés III em Megiddo.

⁷⁸⁸ CARDOSO, Ciro, O Egito e o Antigo Oriente Próximo na Segunda Metade do Segundo Milênio: um olhar sobre os dons e contradons entre governantes no apogeu da Idade do Bronze., *in: Interação Social, Reciprocidade e Profetismo no Mundo Antigo*, Vitória da Conquista: UESB, 2003, p. 98.

Eles [os chefes] estavam de pé em suas muralhas louvando Minha Majestade para que lhes fosse concedido o alento da vida. Minha Majestade fez, então, que lhes fosse tomado o juramento de lealdade, dizendo: “Não repetiremos o mal contra o rei Menkheperra – que lhe seja concedida vida! –, nosso senhor, durante nosso período de vida, posto que presenciamos seus poderes. Ele nos concedeu o alento da vida porque ele quer. Seu pai é quem o fez, [Amon-Rá, senhor dos tronos das Duas Terras] e não a ação dos homens”⁷⁸⁹.

A mesma fórmula utilizada para se referir ao juramento (*sdf tryt*) reaparece em uma passagem da *Estela de Mênfis* de Amenhotep II: “Quando Sua Majestade alcançou Kadesh, o chefe da cidade veio em paz⁷⁹⁰ à Sua Majestade. Fez-se com que ele e seus filhos/súditos tomassem o juramento de lealdade”⁷⁹¹.

Ainda que a promessa dos governantes locais não tenha sido questionada, Morschauer discorda da tradução da expressão *sdf tryt* como “juramento de lealdade”, afirmando que ela se refere a um pedido de perdão por uma transgressão e, portanto, deveria ser traduzida como “expurgar o pecado”. O autor justifica seu argumento não apenas pela discussão etimológica da expressão, mas também contextualizando a documentação e demonstrando que os príncipes rebeldes haviam, nestas situações, rompido o “acordo” com o faraó, que estaria permitindo que eles se redimissem desta falta⁷⁹².

Ora, independentemente da tradução dada ao termo *sdf tryt*, o foco aqui deve estar no fato de que havia uma relação de dependência pessoal firmada entre o monarca egípcio e os líderes submetidos na Síria-Palestina, e que esta relação se expressava por meio de uma declaração ou promessa. Mesmo que, como visto, Donald Redford defenda que a submissão dos príncipes levantinos ao faraó não tenha contado com tratados sofisticados como aqueles elaborados na Ásia Ocidental⁷⁹³, os *Anais* de Thutmés III mencionam claramente a presença de uma instituição social⁷⁹⁴ que

⁷⁸⁹ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 121.

⁷⁹⁰ Embora Galán tenha optado por traduzir o verbo intransitivo *Htp* como “estar sorrindo”, aqui optamos pela sua tradução como “estar em paz”.

⁷⁹¹ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 157.

⁷⁹² MORSCHAUSER, Scott N., The End of the Sdf(3)-Tr(yt) “Oath”, *Journal of the American Research Center in Egypt*, v. 25, p. 93–103, 1988.

⁷⁹³ REDFORD, A Gate Inscription from Karnak and Egyptian Involvement in Western Asia during the Early 18th Dynasty, p. 274.

⁷⁹⁴ O termo utilizado nos *Anais* para se referir às obrigações anuais é *nt-a*, que Galán defende denotar um documento escrito que firmava um “acordo” ou uma “obrigação”. Todavia, a palavra permite outras traduções como “costume”, “hábito”, “ritual”. Considerando o caráter consuetudinário da lei egípcia, importa menos a existência de um tratado escrito (que, embora fosse um costume em nas relações internacionais do Oriente Próximo, corre o risco de ser uma projeção anacrônica da dinâmica moderna de registrar os pactos na forma da escrita), do que a realidade de que era uma convenção institucionalizada por ambas as partes. Para o texto dos *Anais* ver GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 90.

determinava as obrigações anuais dos príncipes, pelo menos no que diz respeito à tributação. Ademais, já citamos o exemplo da EA 51, na qual há referência a um ritual de unção que simbolizava o vínculo pessoal.

O juramento implicava um compromisso de reciprocidade desigual entre as duas partes: o monarca egípcio garantia o “*alento da vida*” em troca da fidelidade do governante nativo. Ou pelo menos esta era a perspectiva faraônica derivada da visão de mundo centralista da “Terra Negra”⁷⁹⁵. A compreensão derivada da tradição asiática era distinta, implicando uma correspondência característica das relações de parentesco que emulava, nas quais o filho deve obediência ao pai em troca de proteção. No cenário internacional, estas relações acabavam por estabelecer territórios que se assemelhavam a protetorados estrangeiros, comprometidos com a fidelidade e um laço de informação e proteção mútua⁷⁹⁶.

Normalmente, a historiografia do Antigo Oriente Próximo trata essas relações segundo o modelo dos laços de vassalagem característicos do feudalismo europeu. Se isto pode fazer algum sentido para a relação entre os pequenos reis da Síria-Palestina e os grandes monarcas asiáticos, tal racionalidade com certeza não se aplicava às ligações entre esses pequenos reis e o faraó. Pereyra é bastante convincente em sua argumentação quanto a isto ao ressaltar que a vassalagem dependia de uma visão de mundo na qual os envolvidos guardavam certo grau de igualdade, mesmo quando havia um desequilíbrio de poder, conforme representa o conceito de *primus inter pares*⁷⁹⁷ – o que definitivamente não era o caso para a organização do império faraônico.

Liverani ressalta muito bem que as diferentes perspectivas do Egito e da Ásia acerca dos laços de dependência pessoal cria um sério problema de interpretação expresso pelo vocabulário das *Cartas de Amarna*. Segundo o autor, o verbo acadiano *našāru*, normalmente traduzido como “proteger”, não possuía uma correspondência perfeita com nenhum termo egípcio, aglutinando o significado de diferentes verbos na língua da “Terra Negra”. Desta maneira, *našāru* não conseguia expressar nos destinatários egípcios o significado e proteção política que os remetentes

⁷⁹⁵ Lembrando que o dom da vida é algo tão superior a qualquer dádiva que se torna, na prática, impossível de ser reciprocado de maneira equivalente, mantendo o indivíduo que o recebe em dívida constante e, conseqüentemente, numa posição subalterna. Sobre isto ver GODELIER, **O enigma do dom**.

⁷⁹⁶ LIVERANI, **Relaciones internacionales en el Próximo Oriente Antiguo, 1600-1100 A.C.**, p. 183–186.

⁷⁹⁷ PEREYRA, Los Maryannu: su inserción socio-política en los estados de Siria y Palestina durante el Período del Bronce Reciente. II.

intencionavam, o que gerava mais reclamações acerca do abandono do faraó a seus subordinados⁷⁹⁸, como demonstra, por exemplo, a imensa maioria das missivas de Biblos.

Gestoso Singer é ainda mais específica no que se refere à avaliação do vocabulário das cartas, ao demonstrar que *našāru* possivelmente era associado à palavra egípcia *sšw*, que incluía os significados de “proteger” e “cuidar”, ou mesmo “preparar”. Isto aumentava o espaço do mal compreendido na correspondência, pois uma exigência faraônica relativa a cuidar de preparativos poderia ser interpretada como uma necessidade de proteção⁷⁹⁹. Por outro lado, na perspectiva sírio-palestina, as cobranças do faraó para que os chefes locais cuidassem de sua região (EA 126: “...o rei, meu senhor, disse: ‘protege-te e protege a cidade do rei que está sob a sua responsabilidade⁸⁰⁰’) pareciam contraditórias e até afrontas frente aos constantes pedidos para o envio de guarnições em decorrência da atividade inimiga.

Outro problema semântico que ocorre por conta das diferentes visões de mundo no Egito e na Síria-Palestina refere-se também à contraparte faraônica na reciprocidade estabelecida pelo laço de dependência pessoal. Gestoso Singer mostra que o rei egípcio deveria receber tributos dos príncipes levantinos em troca do “alento da vida”, conformando uma espécie de relação unilateral característica da reciprocidade desigual estabelecida entre divindades e humanos. Na perspectiva egípcia, as relações de dependência eram marcadas pela doação de *‘nh* (“vida”) em troca de *bškw* (“tributo”), sendo esta entrega de vida puramente ideológica. Num sentido contrário, o conceito de *balātu* (“vida”) na Ásia compreendia a intenção explícita de aceitar uma relação política recíproca. Em outras palavras, o conceito de “dispensador de vida” devia ser comumente interpretado pelos governantes levantinos como aquele que garantia “provisões”, outro dos significados do vocábulo *balātu*⁸⁰¹.

O espaço para interpretações díspares acerca das responsabilidades das duas partes envolvidas no laço de dependência também foi utilizado, algumas vezes, como estratégia dos príncipes locais para conseguir o que julgavam necessário. O tom dos pedidos de Rib-Hadda muitas vezes parece estar acima daquele compatível com uma relação entre o faraó e seus súditos internacionais. O rei de Biblos questiona o descaso do faraó e, aproveitando a perspectiva da necessidade de vida, pede que o monarca da

⁷⁹⁸ LIVERANI, *Relaciones internacionales en el Próximo Oriente Antiguo, 1600-1100 A.C.*, p. 189.

⁷⁹⁹ SINGER, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton*, p. 38.

⁸⁰⁰ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 659.

⁸⁰¹ SINGER, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton*, p. 36.

“Terra Negra” envie – no sentido oposto ao comum nas relações imperiais – grãos para a cidade levantina (EA 83):

Por que tu não me respondeste para que eu possa saber o que devo fazer? Eu enviei meu homem ao meu senhor, mas seus dois cavalos foram confiscados, então um segundo homem teve seu escudeiro levado. E nenhuma carta do rei foi entregue ao meu homem.

Escuta-me: Por que tu manténs silêncio para que o teu território seja tomado? (...)

Ademais, eu escrevi por uma guarnição e por cavalos mas eles não foram dados. Apenas envie-me uma palavra e eu mesmo farei um tratado com Abdi-Aširta como Yapa-Haddi e Zimredda e eu permanecerei vivo.

Ademais, se, além disto, a cidade de Sumur e a cidade de Bêt-Anhamu desertaram agora, nomeie-me para Yanhamu e muitos grãos para meu sustento para que eu possa proteger a cidade do rei para ele⁸⁰².

Rib-Hadda aproveita-se do contexto para acusá-lo de reter seus mensageiros, cobrar duramente uma posição e ainda requisitar sua nomeação como governante de outra cidade em conjunto com a remessa de grãos, para que ele pudesse mantê-la.

A elaboração mais sintética sobre as responsabilidades dos governantes nativos foi feita por Mohammad em catorze pontos: 1) informar o faraó e obedecer seus representantes; 2) viajar ao Egito para participar de coroações e festivais levando tributos, ou sempre que o rei ordenasse um interrogatório; 3) não abandonar sua cidade sem a permissão real; 4) jurar fidelidade ao faraó; 5) não manter contatos com estrangeiros hostis aos interesses egípcios; 6) proteger sua cidade; 7) proteger os representantes faraônicos; 8) executar os comandos dos representantes; 9) relatar movimentos e manobras de exércitos hostis; 10) suprir os portos com os materiais necessários às campanhas; 11) providenciar hospedagem, alimento e outros suprimentos para as tropas egípcias enviadas em campanha; 12) enviar princesas locais quando fossem solicitadas, em conjunto com os dotes adequados; 13) coletar as corveias locais; 14) pagar os tributos anuais instituídos⁸⁰³. A estas obrigações, somo mais uma: 15) enviar filhos ou irmãos para o *kꜣp* do faraó sempre que solicitado.

Além das corveias mencionadas anteriormente e das responsabilidades dos governantes locais com o abastecimento das necessidades das guarnições e tropas de campanha deslocadas pela Síria-Palestina, há também evidências de que o Egito interferia na divisão agrária, atribuindo terras estrangeiras a funcionários egípcios, além

⁸⁰² RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 491.

⁸⁰³ MOHAMMAD, M. Abdul-Kader, *The Administration of Syro-Palestine during the New Kingdom, Annales du Service des Antiquités d'Égypte*, v. 56, p. 105–136, 1956, p. 111–114.

de manter propriedades da monarquia e outras designadas a instituições templárias no Levante.

Uma das evidências da divisão e atribuição de terras estrangeiras consta nos *Anais* de Thutmés III, quando, após a tomada de Megiddo, se afirma que: “Os campos de cultivo foram convertidos em parcelas, as quais foram designadas aos agentes do Palácio – V. P. S. – para recolher sua colheita”⁸⁰⁴.

Na’aman interpreta essa passagem, sobre a divisão dos campos cultiváveis (*ꜥḥt*) em lotes (*ꜥḥt*) trabalhados por camponeses (*ihwty*), como uma demonstração de que este território pertencia à monarquia⁸⁰⁵, numa associação com as terras descritas nos parágrafos não partilhados do *Papiro Wilbour*, trabalhadas por cultivadores em nome das instituições proprietárias (no papiro sempre templos)⁸⁰⁶. A coincidência com o papiro se estende à fiscalização, deixada a cargo dos *rwdw* (“agentes” ou “controladores”)⁸⁰⁷.

No que se refere às terras régias no exterior, Ahituv defende que as cidades que receberam nomes egípcios após as suas conquistas teriam se tornado propriedades faraônicas, como Gaza, que passou a ser chamada de “Aquela-Cercada-Pelo-Governante”, e outras que carregavam o nome do próprio faraó. O cultivo dos campos destas cidades era responsabilidade dos chefes locais, que deveriam produzir sob a supervisão dos agentes ou controladores do Palácio. A força de trabalho era, provavelmente, compulsória, conforme apontam evidências já discutidas, como a EA 365, escrita por Biridiya, chefe de Megiddo.

Outra possibilidade era a doação de herdades a complexos templários egípcios, que receberiam o tributo anual daquelas localidades, segundo aponta o texto dos *Anais* de Thutmés III: “Minha Majestade entregou três cidades do Alto Retenu: uma é Iniugas, outra é Yenoam e a outra é Herenkaru. O tributo de (sua) contribuição anual será para a fundação do templo de meu pai, Amon”⁸⁰⁸.

O *Papiro Harris I* registra as doações de Ramsés III ao templo de Amon e, além dos grãos e outros tributos da Síria-Palestina mencionados, contabiliza pelo menos nove cidades levantinas atribuídas ao culto da divindade⁸⁰⁹.

⁸⁰⁴ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 85.

⁸⁰⁵ NA’AMAN, *Economic Aspects of the Egyptian Occupation of Canaan*, p. 179.

⁸⁰⁶ GARDINER, Alan Henderson Sir, *The Wilbour Papyrus*, Oxford: Oxford University Press, 1941, p. 55.

⁸⁰⁷ *Ibid.*, p. 25.

⁸⁰⁸ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 99.

⁸⁰⁹ PRITCHARD, *Ancient Near Eastern texts*, p. 261.

A produção das terras do Estado político egípcio na zona setentrional do império era, em sua maior parte, armazenada em celeiros locais, que são mencionados na EA 294, escrita por Zimreda, governante de Lachish:

Veja os feitos de Piya, filho de Gulati [contra] mim. Quando aos meus homens, que eu enviei para servir em Jaffa e para guardar os celeiros do rei, meu senhor, então veja, Piya, filho de Gulati, os capturou. Então, que o rei, meu senhor, seja informado dessa palavra de seu servo⁸¹⁰.

Não há vestígios arqueológicos dos armazéns de Jaffa, que permanece enterrada sob a cidade moderna hoje incorporada a Tel-Aviv. No entanto, fontes escritas referem-se a uma base egípcia com oficinas e arsenais, com artesãos capazes de trabalhar com carros de guerra, como fica claro pelo *Papiro Anastasi I*⁸¹¹. Os celeiros deveriam ter tamanho considerável, a julgar pela entrega de trigo registrada na carta de Takuhlinu, governador de Ugarit, para o funcionário egípcio Haya, encontrada em Aphek⁸¹²: “Ó pai, (em relação ao) meu trigo, 250 e 2/6 (*khar*) de trigo, que Adduya deu nas mãos de [D]uršimati na cidade de Jaffa, meu pai agora diz o seguinte “250 e 2/6 (*khar*) de trigo deixe ele (i.e. Duršimati) retornar às mãos de Ad[duya]”⁸¹³.

O *khar* era uma medida egípcia de capacidade, normalmente associada a um saco, que media 48 litros. Logo, o total mencionado gira em torno de 12.144 litros de trigo, o equivalente a mais de oito toneladas e meia de trigo⁸¹⁴. Para se ter uma ideia do montante, esta quantidade de grãos, segundo os padrões de pagamento dos artesãos de Deir el-Medina, poderia sustentar 63 operários por um mês inteiro. Por outro lado, deve-se pensar que esta não era a cifra da capacidade completa dos armazéns, considerando que Hoffmeier e Moshier citam uma fortaleza egípcia escavada na cidade moderna de Bir el-Abd, no Líbano (aparentemente muito menos importante que Jaffa na estrutura do império), que contava com celeiros capazes de abrigar até 40 toneladas de grãos⁸¹⁵.

⁸¹⁰ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 1135.

⁸¹¹ PRITCHARD, *Ancient Near Eastern texts*, p. 278.

⁸¹² A prosopografia dos dois correspondentes foi traçada por Singer, que associou Haya ao famoso funcionário egípcio Huy, conhecido por ter sido Filho Real de Kush, Comandante de Tjaru entre outros cargos. SINGER, Itamar, Takuhlinu and Haya: Two Governors in the Ugarit Letter from Tel Aphek., *Tel Aviv*, v. 10, p. 3–24, 1983.

⁸¹³ OWEN, David, An Akkadian Letter from Ugarit at Tel Aphek., *Tel Aviv*, v. 8, p. 1–17, p. 8.

⁸¹⁴ Usando como padrão de conversão a equivalência de 34kg/khar. CARDARELLI, François, *Encyclopaedia of scientific units, weights, and measures: their SI equivalences and origins*, London; New York: Springer, 2003, p. 65.

⁸¹⁵ HOFFMEIER, James; MOSHIER, Stephen, “A Highway out of Egypt”: The Main Road from Egypt to Canaan, in: FÖRSTER, Frank; RIEMER, Heiko, *Desert road archaeology in ancient Egypt and beyond*, Köln: Heinrich-Barth-Institut, 2013, p. 505.

O cenário imperial do Egito na Síria-Palestina era composto por vários destes armazéns, abastecidos pela produção das terras estatais egípcias na região – cultivadas pela corveia de trabalhadores locais – e pelos tributos pagos pelos governantes nativos submetidos a relações de dependência. Os grãos eram usados localmente para garantir os interesses imperialistas e acabavam empregados no pagamento dos funcionários locais, na manutenção das guarnições e seus deslocamentos, além dos serviços de culto, podendo também ser utilizados nos jogos políticos locais com o apoio a um ou outro líder ou grupo dominante levantino.

O modelo imperialista empregado na área setentrional sob a hegemonia imperial apostou na descentralização, utilizando os governantes nativos – muitos deles educados no *k3p* – como principal ferramenta na região. O Estado político faraônico importava-se apenas em sobrepor às hierarquias locais a sua estrutura fiscal, mantendo os assuntos cotidianos nas mãos daqueles que já exerciam o poder. A ação egípcia concentrava-se na fiscalização, na manutenção de um jogo político no qual era interessante, inclusive, manter as discordâncias e conflitos entre diferentes líderes regionais, interferindo apenas quando os interesses geopolíticos e fiscais do império poderiam ser afetados. Nestes contextos poderia ser preciso usar as guarnições estacionadas nas bases estratégicas do Egito ou mesmo comandar campanhas militares de maior peso.

Redford argumenta que nas franjas do império os governantes levantinos eram, grosso modo, considerados administradores egípcios⁸¹⁶. Não deve ter sido difícil para eles se adaptarem ao papel. Embora a visão de mundo da Ásia Ocidental diferisse consideravelmente do centralismo da ideologia faraônica, o império foi capaz de se adaptar razoavelmente, mantendo a perspectiva da descentralização e incorporando estratégias de domínio, como os laços de dependência pessoal.

Ao subsumir as estruturas de poder nativas, a máquina imperial permitiu que as classes dominantes dos pequenos reinos levantinos mantivessem e aprofundassem seu *status* social através da proximidade com o poder central. Cardoso, portanto, estava certo ao afirmar que:

Os príncipes contavam com o Egito para se manterem no poder e, mesmo, para garantir a obediência de um campesinato hostil aos elementos palaciais e urbanos que o exploravam sem piedade (a tributação egípcia vindo somar-se àquela em favor dos sistemas palaciais locais)⁸¹⁷.

⁸¹⁶ REDFORD, *Egypt and Canaan in the New Kingdom*, p. 29.

⁸¹⁷ CARDOSO, *O Egito e o Antigo Oriente Próximo na Segunda Metade do Segundo Milênio: um olhar sobre os dons e contradons entre governantes no apogeu da Idade do Bronze.*, p. 108.

4.4.2 *Os funcionários e as estruturas físicas egípcias*

A estrutura administrativa propriamente egípcia começava, segundo Mohammad, na própria “Terra Negra”, onde havia um departamento localizado na corte tebana e destinado aos assuntos das áreas setentrionais do império. Suas evidências estariam em Amarna, para onde teria sido transferido o departamento em conjunto com o complexo administrativo durante o período de Akhenaton. Chamada de “Lugar das Cartas do Faraó”, a divisão de administração da Síria-Palestina faraônica estava sob controle de funcionários da “Terra Negra”, que lideravam uma equipe de escribas egípcios e acadianos. Para o autor, era ao chefe deste departamento que se endereçavam as cartas que os remetentes destinavam a funcionários tratados cerimonialmente como “meu pai”, quando este espaço não era ocupado diretamente pelo nome do monarca⁸¹⁸.

As *Cartas de Amarna* são claras em suas referências à existência de funcionários do Estado político imperial responsáveis pelo Levante. O principal debate continua a ser acerca da existência ou não de supervisores residentes. Mohammad, por exemplo, acredita que havia uma série de governadores egípcios instalados em diversas localidades da Síria-Palestina, como Kumidi, Tyre, Hamath, Qatua e Damasco, além de Ascalon e Gaza⁸¹⁹. No sentido contrário vão autores como Redford⁸²⁰ e Higginbotham⁸²¹, que não veem a correspondência diplomática como evidências suficientes da existência de uma estrutura administrativa assentada, preferindo acreditar numa espécie de supervisão expedicionária, como a utilizada na própria “Terra Negra” desde o Reino Antigo.

O título egípcio usado por estes funcionários era o mesmo daquele utilizado na porção meridional do império, *imy-r ḥswt nbt mḥtyw* (“Supervisor das Terras Estrangeiras do Norte”), o que seria um forte indício a favor de uma administração não-fixada, uma vez que, no caso do sul, esses indivíduos, embora fossem fiscais responsáveis pela Núbia, habitavam a “Terra Negra”. Segundo Redford, esta titulatura foi aplicada originalmente no Reino Antigo para funcionários provinciais destinados a distritos longínquos, cujos negócios os conduziam, eventualmente, ao exterior. Somente

⁸¹⁸ MOHAMMAD, *The Administration of Syro-Palestine during the New Kingdom*, p. 124–125.

⁸¹⁹ *Ibid.*, p. 117.

⁸²⁰ REDFORD, *Egypt and Canaan in the New Kingdom*.

⁸²¹ HIGGINBOTHAM, *Elite Emulation and Egyptian Governance in Ramesside Canaan*.

na XIX^a Dinastia, com a reorganização da periferia imperial levantina, é que o título teria assumido o *status* de uma categoria de funcionários específica⁸²².

Redford localiza a confusão entre o cargo de supervisor e o papel de um governador assentado nos problemas de tradução/interpretação da correspondência diplomática. Nas missivas, são utilizados termos acadianos como *šākin mâti* (“governador”), *mākil* (“conselheiro”), *sōkēn* (“superintendente”) e *raḫisu* (“o grande”), mas não se sabe quais seriam exatamente as traduções das titulações egípcias, ou mesmo se tratavam-se apenas de adaptações ou interpretações locais dos postos de poder⁸²³. Outra questão é quando cada uma das palavras asiáticas se referia ao “Supervisor das Terras Estrangeiras” ou quando se referia aos mensageiros reais⁸²⁴. Assim, é muito difícil utilizar as *Cartas de Amarna* como parâmetro para determinar se o pessoal administrativo estava assentado ou não.

O mais provável é que o funcionalismo imperial egípcio fosse composto por uma equipe de funcionários de circuito. Mesmo os “Supervisores das Terras Estrangeiras” do Norte, que deveriam passar grandes períodos nas cidades da Síria-Palestina, compunham um quadro móvel com residência na “Terra Negra”. O circuito cumprido por estes oficiais possivelmente era organizado por turnos, nos quais faziam visitas a várias cidades onde se reuniam para fiscalizar os líderes das regiões próximas⁸²⁵. Um exemplo disto está na advertência enviada pelo administrador egípcio a Rewaša, príncipe de Taanach, na *Carta de Taanach 6*: “Ademais, na guarnição não havia nenhum dos teus servidores e tu não vieste a minha presença, nem enviaste teu irmão! Além disto, eu estava na cidade de Gaza e tu não vieste a mim”⁸²⁶.

A organização em circuito é um dos argumentos de Redford para negar a existência da divisão provincial dos territórios do império no Levante. Para o autor, Gaza, Kumidi e Sumur eram centros administrativos que contavam com alguns funcionários egípcios encarregados de certo número de cidades próximas, mas as esferas de operação destes funcionários estariam em constante mudança. Eles deveriam ser enviados pelo faraó em diferentes missões e fazer visitas com fins específicos, de

⁸²² REDFORD, *Egypt and Canaan in the New Kingdom*, p. 5.

⁸²³ REDFORD, *Egypt, Canaan, and Israel in Ancient Times*, p. 201.

⁸²⁴ Desta maneira, nas traduções utilizadas nesta tese, buscamos utilizar a palavra “comissário” para designar os funcionários egípcios, sem precisar se eram mensageiros ou supervisores das terras estrangeiras.

⁸²⁵ HIGGINBOTHAM, *Elite Emulation and Egyptian Governance in Ramesside Canaan*, p. 164.

⁸²⁶ ALBRIGHT, *A Prince of Taanach in the Fifteenth Century B. C.*, p. 24–25.

forma que apenas residiam temporariamente nas sedes administrativas e, após certo tempo, retornavam à “Terra Negra” para consultar e informar o monarca⁸²⁷.

O “Supervisor das Terras Estrangeiras” do Norte (*imy-r ḥꜣswt nbt mḥtyw*) devia ser nomeado diretamente pelo faraó, ainda que, segundo a lógica organizacional, estivesse abaixo do vizir. Mohammad chega a defender a existência de uma cerimônia de nomeação, na qual o faraó colocava um anel no funcionário. Segundo o autor, esta cerimônia poderia ocorrer tanto em momentos nos quais o monarca estivesse de passagem pela Síria-Palestina, quanto nas ocasiões em que os líderes levantinos visitavam a “Terra Negra” para outros fins⁸²⁸.

Não havia um vice-rei responsável por toda a área setentrional do império. A cada supervisor era designada uma área de atuação que congregava diversos reinos locais e seus governantes nativos. Em casos de dificuldades, caberia ao supervisor entrar em contato com o faraó em busca de auxílio ou orientações.

Em sua maioria, os supervisores eram egípcios enviados em missões para o Levante. Há, entretanto, algumas evidências da indicação de líderes asiáticos ocidentais para o cargo, como na referência feita na carta de Abi-Milku, príncipe de Tyre (EA 149):

O rei, meu senhor, atribuiu a mim a proteção da cidade de Tyre, a serva do rei, e eu enviei um tablete urgente ao rei, meu senhor, mas ele não enviou uma palavra de volta para mim. Eu sou o comissário do rei, meu senhor, e sou eu quem traz tanto as boas quanto as más notícias ao rei, meu senhor⁸²⁹.

Com a estruturação do império e a educação de diversos príncipes de reinos submetidos à dominação egípcia no *kꜣp* do faraó, criou-se uma sociedade muito mais cosmopolita, na qual asiáticos fizeram carreira não só na administração das zonas egípcias no exterior, mas também incluíam postos internos em seus currículos.

Os supervisores eram reconhecidos como os olhos e ouvidos do monarca egípcio na Síria-Palestina. Gestoso Singer sintetizou suas principais funções nos seguintes pontos: 1) assegurar os interesses do Egito na Ásia sob as ordens do faraó; 2) vigiar, supervisionar e garantir a lealdade dos governantes nativos; 3) arbitrar litígios entre os

⁸²⁷ REDFORD, *Egypt and Canaan in the New Kingdom*, p. 34.

⁸²⁸ MOHAMMAD, *The Administration of Syro-Palestine during the New Kingdom*, p. 118.

⁸²⁹ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 753.

príncipes locais; 4) supervisionar e comandar as tropas aquarteladas na Ásia; 5) garantir o abastecimento das tropas egípcias; 6) controlar o pagamento dos tributos⁸³⁰.

A responsabilidade do supervisor pelos interesses imperiais no norte e sua jurisdição reguladora sobre as cidades Sírio-Palestinas aparecem na EA 208, que menciona o trabalho de um deles: “E veja, Puḥuru, pergunte a ele sobre as cidades do rei, meu senhor, se as cidades do rei, meu senhor, estão em paz”⁸³¹. No cumprimento desta tarefa, uma ação importante era manter-se atento aos governantes nativos, já que não eram incomuns os casos de sedição. Em mais de uma missiva, chefes locais declaram sua obediência aos funcionários egípcios, ainda que muitas vezes isto seja um ato para encobrir agressões contra os interesses faraônicos. Um exemplo é dado por Labayu, que, embora tenha posteriormente sua prisão ordenada pelo monarca egípcio, declara sua submissão na EA 254: “Veja, eu sou um servo leal ao rei e eu não sou um malfeitor nem sou um criminoso e eu não retive meu tributo e nem recusei qualquer pedido do meu comissário”⁸³².

O próprio Labayu foi alvo de diversas denúncias de outros governantes levantinos. Como visto, havia uma estratégia imperial de manutenção dos conflitos para evitar o fortalecimento demasiado de posições locais que pudessem ameaçar a hegemonia faraônica. O supervisor era responsável por arbitrar esses conflitos e Rib-Hadda de Biblos elogiou o desempenho de Yanḫamu neste sentido (EA 118):

Veja, os governantes da cidade têm cidades e eles estão em paz e não precisam escrever ao rei. É contra mim e contra Yanḫamu que há hostilidade. Veja, antigamente os comissários de Sumur resolveriam os casos entre nós, mas, veja, nenhum governante de cidade o escuta. O rei não tem um servo como Yanḫamu, um servo leal⁸³³.

No contexto da mesma disputa, Rib-Hadda escreve diretamente ao rei pedindo o envio de um supervisor para resolver a querela entre ele e outros dois membros das classes dominantes levantinas (EA 117), dizendo: “Ademais, eu tenho um litígio com Yapa-Hadda e Haip. Então, que o rei envie um comissário e deixe que ele decida entre nós”⁸³⁴.

⁸³⁰ SINGER, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton*, p. 68.

⁸³¹ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 927.

⁸³² *Ibid.*, p. 1031.

⁸³³ *Ibid.*, p. 627.

⁸³⁴ *Ibid.*, p. 621.

Higginbotham destaca que há outras fontes, além da correspondência diplomática, atestando o pagamento de tributos, cuja fiscalização era responsabilidade do supervisor. Segundo a autora, há cenas de funcionários egípcios desempenhando este papel no templo de Luxor datadas do reinado de Ramsés II, acompanhadas de uma lista dos administradores responsáveis pela coleta⁸³⁵.

Vestígios arqueológico-textuais do registro egípcio *in situ* da tributação da Síria-Palestina são encontrados em inscrições hieráticas (o que corrobora a perspectiva de um documento administrativo) em tigelas e cacos escavados em Lachish, Tel Sera e Tel Haror. Os textos são fragmentados, mas indicam claramente a entrega de tributos por conta do uso da palavra *šmw* (“taxa de colheita”): “Ano 4, mês 4 de Akhet, dia 26. Isto que..... ba..... Isto que... pão... príncipe de Lachish..... Trigo (de)... *pw*. Total 1100+... de/para a taxa de colheita de (...)”⁸³⁶.

O império levantino era controlado a partir de sedes gerenciais. Diferentemente das fortalezas de fronteira instaladas até o Sinai e normalmente associadas aos *Caminhos de Hórus*, a XIXª Dinastia estabeleceu uma série de edifícios administrativos não fortificados, designados habitualmente como “Residências dos Governadores”. A associação destas estruturas ao governo faraônico na região é um dos principais argumentos em defesa de um supervisor assentado na Síria-Palestina⁸³⁷, embora, como visto, esta hipótese seja frágil e a estratégia de controle deva ter sido calcada em fiscais itinerantes que residiam na “Terra Negra”.

As “residências” variavam consideravelmente em tamanho, de 200 a 800m², mas mantendo a forma predominante quadrada e, em sua maioria, cercada por muralhas externas finas com fundações de tijolos. O primeiro andar era frequentemente voltado para funções administrativas e de armazenamento, enquanto o segundo pavimento provavelmente continha áreas domésticas. A quantia de cerâmica egípcia ou de estilo egípcio encontrada nas áreas ao redor comprova a ocupação por elementos da “Terra Negra. Morris argumenta que, estranhamente, não há uma designação para estas bases no vocabulário egípcio sobre arquitetura, sendo normalmente referidas como “guarnições” (*iwꜥywt*) ou cidades (*dmw*)⁸³⁸.

⁸³⁵ HIGGINBOTHAM, *Elite Emulation and Egyptian Governance in Ramesside Canaan*, p. 165.

⁸³⁶ Os fragmentos das tigelas estão reunidos em HIGGINBOTHAM, *Egyptianization and elite emulation in Ramesside Palestine*, p. 59–62.

⁸³⁷ HASEL, *Domination and Resistance: Egyptian Military Activity in the Southern Levant during the Late Bronze/Early Iron Age Transition*, p. 149.

⁸³⁸ MORRIS, *The architecture of imperialism*, p. 688.

A carência de estruturas defensivas nestes edifícios fortalece o argumento de que as suas principais funções estavam ligadas à administração, tributação e às trocas (o que é fortalecido pela presença de amplos espaços de armazenagem). Outra característica importante neste sentido é a existência de indícios relativos à produção manufatureira.

As sedes administrativas foram localizadas em especial na Palestina. Ainda que destaque o fato de que o Líbano e o sul da Síria não foram ainda bem escavados, Morris pensa ser duvidosa a presença deste tipo de assentamento na região. Segundo a autora, em áreas mais inseguras, o império teria continuado com a política de uso dos edifícios locais, buscando diminuir os custos em caso de potenciais destruições⁸³⁹.

O funcionalismo egípcio em ação na Síria-Palestina contava também com a participação de inúmeros mensageiros (*ipwty*), referenciados na correspondência internacional pela expressão acadiana *mār šipri*, usada para se referir aos mensageiros de todos os reinos do Antigo Oriente Próximo, não apenas os egípcios. À primeira vista, sua função era carregar as mensagens régias e por isto foi associado por Redford a um *courrier*⁸⁴⁰, mas um olhar mais profundo sobre a documentação demonstra que suas atribuições eram mais amplas.

Em geral, os mensageiros eram membros das classes dominantes e integrantes conceituados das cortes dos grandes reis. Deveriam ser escolhidos por congregarem um conjunto muito seletivo de habilidades, que incluía características de escribas, intérpretes, adidos diplomáticos, cavaleiros, arqueiros, guias, comerciantes e até espiões. No Egito, provavelmente estavam em contato constante com o monarca, embora fossem subordinados diretamente ao vizir.

As referências aos distintos papéis dos mensageiros são abundantes nas *Cartas de Amarna*. Todavia, há outras fontes sobre sua atuação desde o início do Reino Novo, como demonstra a captura da comunicação entre os hicsos e os núbios descrita na *Estela de Kamés*. Esta evidência indica os perigos envolvidos neste serviço, que incluíam também os possíveis atritos com saqueadores. Por isto, o cargo exigia alguma capacidade militar, especialmente no que diz respeito à montaria e ao uso do arco.

O deslocamento constante abria espaço para a atuação também como informantes e espiões, descrevendo não apenas a situação política dos reinos e territórios estrangeiros, mas também as movimentações militares. Por outro lado, isto

⁸³⁹ *Ibid.*, p. 826–827.

⁸⁴⁰ REDFORD, *Egypt and Canaan in the New Kingdom*, p. 26.

implicava em perigo para os mensageiros, que corriam risco de prisões e violência nas cortes.

O Egito era reconhecido internacionalmente por reter mensageiros estrangeiros. Enquanto a *Estela de Gebel Barkal* afirma, como demonstração de poder, que os *ipwtyw* egípcios não eram retidos⁸⁴¹, há cartas de grandes e pequenos reis ao faraó reclamando da retenção dos seus enviados. Kadašman-Enlil, monarca da Babilônia, chega a afirmar que um de seus representantes permaneceu retido na corte faraônica por incríveis seis anos (EA 3)⁸⁴²!

A captura de mensageiros não se dava apenas nas cortes. No contexto de aproximação entre Amurru e os hititas, Aziru escapou da segunda convocação para esclarecimentos, mas enviou representantes para manter as aparências, enquanto costurava um tratado com Hatti. Neste interim, reclamou com o monarca da “Terra Negra” que o “Supervisor das Terras Estrangeiras” do Norte havia detido seus representantes (EA 171):

Anteriormente, eu quis entrar para o serviço do rei, o deus solar, meu senhor, mas Yanḫamu não permitiu. Então eu os enviei, meus mensageiros, ao rei, meu senhor, mas Yanḫamu os deteve na estrada e eles não puderam prosseguir⁸⁴³.

A etiqueta internacional orientava o comportamento oposto: os mensageiros deviam ser recebidos com a maior hospitalidade nos palácios e alimentados generosamente. O *P. Ermitage 116A* tem registrado um relatório de entrega de grãos e cerveja a enviados estrangeiros da Síria-Palestina hospedados na corte de Amenhotep II, todos qualificados como membros da elite *maryannu*. Enquanto 10 mensageiros receberam a quantidade de uma jarra de cerveja e 1,5 *khar* de trigo, o governante de Hatuma recebeu três vezes a quantia do líquido e mais do triplo de grãos⁸⁴⁴.

A recepção era um ato envolvido no intrincado cerimonial diplomático, que incluía os mensageiros que atuavam como diplomatas em nome dos seus monarcas, em vários sentidos. Um deles é, com certeza, a negociação de matrimônios, como confirma a carta enviada por Tušurata, de Mitanni, para o faraó (EA 19):

Na medida em que meu irmão envio Mane, seu mensageiro, dizendo: “Por favor, meu irmão, envie-me sua filha como esposa, para ser a senhora da

⁸⁴¹ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 124.

⁸⁴² RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 69.

⁸⁴³ *Ibid.*, p. 837.

⁸⁴⁴ GALÁN, *El Imperio egipcio*, p. 169.

terra do Egito”, eu não causei aflição ao coração do meu irmão e disse “Com prazer! Sim!”. E quanto àquela que meu irmão requisitou, eu a mostrei a Mane e ele a viu. Na medida em que ele a viu e a apreciou muito, eu a transportarei a salvo à terra do meu irmão⁸⁴⁵.

Cabia ainda ao mensageiro real executar parte da negociação do dote das princesas concedidas ao Egito, e acompanhá-las em suas jornadas à “Terra Negra”. A ação diplomática também incluía a realização das trocas de presentes entre os grandes reis do Antigo Oriente Próximo, que está abundantemente atestada nas *Cartas de Amarna*. Conforme notado por Zaccagnini, o modo cerimonial do intercâmbio de presentes é progressivamente degradado na direção de uma mercantilização⁸⁴⁶.

A relação entre dom e comércio parece mais complexa do que uma lógica de forma e conteúdo separados de maneira tão taxativa. Mesmo havendo espaço para interesses, negociações e regateios, as trocas expressas nas cartas e outros documentos não são expressões de relações puramente mercantis envoltas em uma capa cerimonial de intercâmbio de dádivas. Tampouco se pode falar em laços de dom e contradom da maneira clássica desvendada por Marcel Mauss⁸⁴⁷. A dialética entre forma e conteúdo nos circuitos de trocas do Oriente Próximo deve apontar para uma dinâmica que perceba as diferenças entre uma relação comercial capitalista e as formas de comércio pré-capitalistas, imbrincadas com relações pessoais.

É a partir da observação de que a diplomacia envolvia também a negociação inclusa nos circuitos internacionais de troca que diversos autores classificam os mensageiros como comerciantes, a ponto de Gestoso Singer preferir o conceito de “mensageiro-mercador”⁸⁴⁸. Segundo a autora: “O intercâmbio de mensageiros foi a base principal do comércio entre Egito e outros Estados importantes como Babilônia, Assíria, Mitanni e Alashiya; não ocorre o mesmo nas relações entre Egito e os príncipes vassalos da Síria e Palestina⁸⁴⁹.”

A relação entre o faraó e os pequenos reis não seguia a lógica de fraternidade que guiava a troca de presentes. O modelo para esta outra relação era a emulação dos

⁸⁴⁵ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 141.

⁸⁴⁶ ZACCAGNINI, Carlo, *Modelli di Comportamento*, in: *Lo scambio dei doni nel Vicino Oriente durante i secoli XV-XIII*, Roma: Centro per le antichità e la storia dell’arte del Vicino Oriente, 1973, p. 97.

⁸⁴⁷ MAUSS, Marcel, *Ensaio sobre a Dádiva*, in: *Sociologia e antropologia*, São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 185–314.

⁸⁴⁸ SINGER, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton*, p. 19.

⁸⁴⁹ GRACIELA, Gestoso, *Los Mensajeros en la época de El Amarna*, *Revista de Estudios de Egiptología*, v. 3, p. 63–69, 1992, p. 69.

laços entre pai e filho, constituindo, como visto, um vínculo de dependência pessoal que implicava o pagamento de tributos. Neste sentido, os mensageiros também desempenhavam um papel importante na recolha de taxas dos líderes submetidos na Síria-Palestina, como confirmado na carta de Aziru ao faraó (EA160), na qual ele afirma: “Oh, rei, meu senhor, envie [com] toda pressa [seu mensageiro] com [meu] mensageiro, [e] o tributo do rei, meu senhor, eu entregarei”⁸⁵⁰.

As missivas diplomáticas se referem a outro funcionário da administração imperial no Levante, os “agentes” ou “controladores” (*rwḏw*), identificados por Gestoso Singer na EA 114⁸⁵¹. O mesmo cargo aparece no *Papiro Wilbour* e, segundo Gardiner, eram funcionários que trabalhavam distantes de seus centros administrativos e controlavam os cultivadores. Alguns dos agentes eram, eles próprios, possuidores de terras, e outros são descritos apenas controlando os campos do templo de Medinet-Habu⁸⁵². Pode-se montar um quadro no qual estes controladores atuavam na Síria-Palestina fiscalizando os tributos e a produção dos campos do faraó ou dos templos, já que isto os enquadraria na definição de Gardiner de funcionários distantes de seus centros administrativos.

O corpo do funcionalismo imperial no Levante era complementado por alguns cargos militares importantes, como os “Comandantes de Tropas” (*ḥry pḏt*) e os “Supervisores das Guarnições” (*imy-r iwꜣyt*), que estavam no controle das bases e soldados na Síria-Palestina. Embora a estrutura das bases na região não fosse a mesma das *mnnw* (cidades-templárias), os postos militares no comando eram os mesmos encontrados em várias delas (especialmente as instaladas nas áreas de contato com os Líbios).

Como visto, os assentamentos egípcios encontrados na Síria-Palestina eram classificados como *dmiw*, um termo usado mais frequentemente para assentamentos civis, mas que podia ser usado para se referir, alternativamente, às *mnnw* da Líbia e Núbia. No império setentrional, a designação *dmi* foi utilizada para bases em Gaza, Sharuhem, Beth Shean e Sumur.

A representação de uma *dmi* intitulada “Usermaatre-Meryamum-é-repulsor-dos-Líbios”, na cena da celebração de vitória de Ramsés III sobre os líbios em Medinet-Habu, mostra claramente que elas poderiam ser bases fortificadas, a julgar pelas

⁸⁵⁰ RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 797.

⁸⁵¹ SINGER, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthosis III hasta el de Akhenaton*, p. 19.

⁸⁵² GARDINER, *The Wilbour Papyrus*, p. 25.

muralhas⁸⁵³. Este, todavia, não parece ter sido o caso das *dmiw* encontradas em Canaã, cujas organizações geralmente consistiam em uma estrutura única, rodeada de construções externas coladas, celeiros, habitações e, ocasionalmente, pequenos templos⁸⁵⁴.

A correspondência diplomática conta com alguns exemplos de “Supervisores das Terras Estrangeiras” do Norte que também desempenhavam o cargo de comandante das tropas, como era o caso de Yanhamu, como visto na já citada carta de Aziru (EA 171).

Os habitantes das *dmiw* na Síria-Palestina deveriam ser tanto imigrantes da “Terra Negra”, quanto canaanitas. A análise dos cemitérios próximos às bases imperiais mostra a adoção de determinadas características egípcias, como a orientação dos corpos no sentido ocidental⁸⁵⁵.

Morris aponta que as evidências arqueológicas sugerem uma alteração no padrão de taxaço durante a XX^a Dinastia, com os nativos levando seus tributos aos templos dos assentamentos imperiais para serem ofertados aos deuses e deusas do Egito⁸⁵⁶. Isto mostra a importância estratégica das estruturas templárias no modelo imperial, algo bastante discutido para as *mnnw*, mas pouco em foco na ocupação do Levante e suas *dmiw*.

Higginbotham, como visto, dividiu os templos egípcios na Síria-Palestina em dois tipos. O primeiro, categorizou como Templos de Hathor, presentes em Serabit el-Khadim, Timna e nas minas do Sinais, tinha esta deusa egípcia como elemento primário de adoração. Já os templos com os Santos-dos-Santos elevados, identificados em Beth Shean e Lachish, sugerem a adoração de divindades locais⁸⁵⁷.

Seguindo o caminho aberto por Liverani, Ellen Morris estabelece um conceito de “lavagem ideológica” de riquezas a partir de suas ligações com entidades religiosas, ou seja, o mascaramento de um pagamento no formato de piedade⁸⁵⁸. Liverani demonstrou isto muito bem ao analisar as trocas egípcias com Punt, registradas no templo de Hatshepsut em Deir el-Bahri, ou aquelas presentes no *Relatório de Unamon*. Para o autor, o intercâmbio comercial estava ocultado nas fontes por meio do artifício

⁸⁵³ NELSON, Harold Hayden (Org.), **Medinet Habu - Epigraphic Survey**, Chicago: University of Chicago Press, 1930, p. pl. 22.

⁸⁵⁴ MORRIS, **The architecture of imperialism**, p. 816.

⁸⁵⁵ GONEN, Rivka, **Burial patterns and cultural diversity in late Bronze Age Canaan**, Winona Lake, Ind.: Eisenbrauns, 1992, p. 34–38.

⁸⁵⁶ MORRIS, **The architecture of imperialism**, p. 817.

⁸⁵⁷ HIGGINBOTHAM, **Egyptianization and elite emulation in Ramesside Palestine**, p. 290.

⁸⁵⁸ MORRIS, Exchange, extraction, and the politics of ideological money laundering in Egypt’s New Kingdom Empire.

religioso da atribuição do exterior como terra de uma divindade. Desta maneira, os produtos trazidos pelo Egito seriam ideologicamente vistos como dons entregues pela deusa (em geral Hathor, associada aos países estrangeiros), enquanto aqueles enviados para o exterior eram representados como oferendas a ela. Ressalte-se que isto poderia ocorrer também no que se refere a deidades estrangeiras, como as trocas que envolviam Abi-Baal, em Biblos⁸⁵⁹.

Os faraós, portanto, enviavam presentes a templos no exterior que frequentemente tinham a forma de estátuas de divindades. Por meio de uma lógica sincrética, poderiam representar aspectos de divindades egípcias e levantinas. Deve-se destacar que a doação de estátuas deveria acompanhar as terras necessárias ao seu provimento, como era costume na “Terra Negra” e na Núbia. Por outro lado, uma relação de tributação da área sob a hegemonia imperial poderia vir na forma de doações a estas divindades, a serem repassadas ao faraó. Em síntese, os egípcios

(...) usavam a religião não apenas para justificar seus próprios gastos imperiais frente a uma audiência caseira, mas também para revestir aspectos de dinâmicas complexas de um sistema imperial em que eles sem dúvida esperavam que fosse um esmalte ideologicamente aceitável para os submetidos da Síria-Palestina⁸⁶⁰.

Este sistema teria se estabelecido com a organização do império por Thutmés III, e teria permanecido como elemento importante da estrutura de domínio egípcio sobre a periferia. Em sua análise da taxaço imperial, Bleiberg mostra que havia três grandes maneiras de receber o tributo (*b3kw(t)*): 1) a tomada direta pelo faraó no estrangeiro, como aparece nos *Anais*, por exemplo, após a tomada de Megiddo; 2) a recepção de delegações estrangeiras na “Terra Negra”, conforme atestam as inúmeras iconografias com cenas de entrega dos tributos; 3) a coleta em templos localizados no estrangeiro, como visto nas entregas à estátua de Amon em Gaza, registradas no *Papiro Harris*⁸⁶¹.

A doação de estátuas de divindades, e até mesmo do próprio faraó divinizado, é atestada por uma carta escrita pelo governante de Tunip (EA 59): “A divindade dele sua estátua do rei da terra do Egito, nosso senhor, foi situada na cidade de Tunip. Então que

⁸⁵⁹ LIVERANI, **Relaciones internacionales en el Próximo Oriente Antiguo, 1600-1100 A.C.**, p. 229–240.

⁸⁶⁰ MORRIS, Exchange, extraction, and the politics of ideological money laundering in Egypt’s New Kingdom Empire, p. 171.

⁸⁶¹ BLEIBERG, Edward, The Redistributive Economy in New Kingdom Egypt: An Examination of *B3kw(t)*, **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 25, p. 157–168, 1988, p. 167.

nosso senhor pergunte a eles, em especial os mais antigos, quando nós não pertencemos ao senhor, rei da terra do Egito”⁸⁶²?

No período raméssida, especialmente, parece que as estátuas doadas passaram a ser mais frequentemente reais do que estritamente divinas. Um exemplo disto era o culto em Gaza, onde a divindade patrona deveria servir tanto a egípcios quanto a canaanitas. O templo local deveria ser suprido com oferendas advindas do império, numa tentativa de estreitar laços com a população nativa. A partir da XX^a Dinastia, todavia, sabemos que o deus residente já tinha caráter totalmente egípcio, mesclando aspectos da figura de Ramsés III aos de Amon⁸⁶³.

Seguindo o princípio básico de subsumir as estruturas locais, convertendo-as em mecanismos imperiais de dominação, o Egito tratou, portanto, de se utilizar dos cultos nativos da Síria-Palestina. De acordo com a síntese de Morris:

Cooptar cultos longamente tidos como sagrados para a população local servia aos seus interesses muito melhor. Além disto, é tentador sugerir que pelo menos alguns desses produtos coletados como *b3kw* eram de fato redistribuídos aos egípcios e seus súditos canaanitas no contexto de festividades (...). Então, em muitas grandes bases egípcias, canaanitas parecem ter entregado tributos como oferendas aos seus deuses locais ou a formas divinizadas do rei egípcio. Se os egípcios usurpavam tudo ou apenas uma parte desses tributos “templários”, dependia presumivelmente de se a base era diretamente controlada ou se tinha recebido território em terra de um vassalo. Independentemente, uma parte da produção era sem dúvida estocada localmente para auxiliar a cobrir os custos dos esforços imperiais⁸⁶⁴.

Logo, há evidências que levam Morris a sugerir o uso dos templos e da religião na estratégia imperial de controle, tanto do Levante quanto da Núbia, somada, é claro, às guarnições e bases instaladas nos territórios estrangeiros.

Pode-se perceber que as formas de exploração do império faraônico envolviam dinâmicas muito mais complexas do que as entregas diretas levadas ao centro imperial, fosse por agentes egípcios ou pelos próprios líderes nativos. Ao incorporar e subsumir estruturas locais, a lógica imperialista permitia um equilíbrio entre as classes dominantes periféricas e a central, tornando o cenário mais matizado do que uma realidade de oposição dicotômica e submissão violenta entre os reinos levantinos e a “Terra Negra”.

⁸⁶² RAINEY; SCHNIEDEWIND, *The El-Amarna correspondence*, p. 413.

⁸⁶³ MORRIS, Exchange, extraction, and the politics of ideological money laundering in Egypt’s New Kingdom Empire, p. 9.

⁸⁶⁴ *Ibid.*, p. 185.

A falta de compreensão da complexidade do modelo levou a interpretações que apostaram numa leitura modernizadora da economia do Antigo Oriente Próximo na Idade do Bronze Tardio, como forma de explicar o porquê das cidades da Síria-Palestina não sofrerem enormes prejuízos com o quadro de hegemonia egípcia. Cole, por exemplo, afirma que:

Durante a Era do Bronze Tardio, como tem sido argumentado por muitos, o poder humano necessário para políticas policiais não existia. Ao contrário, as vilas e cidades participavam voluntariamente no sistema porque era economicamente vantajoso. (...) na maior parte, os egípcios adotaram uma atitude *laisse-faire* em relação à Canaã (...) e permitiram aos chefes locais (...) gerenciar seus próprios assuntos⁸⁶⁵.

A documentação mostra uma realidade totalmente oposta àquela desenhada por Cole. Se é preciso concordar que não existia a possibilidade de manter a hegemonia imperial apenas por meio da violência, por outro lado, a instalação e o deslocamento de guarnições faraônicas foi algo bastante presente no contexto geopolítico da Síria-Palestina. Ademais, os fontes são claras em relação às intervenções faraônicas na região, com os laços de dependência pessoal com os chefes locais, seus chamados a esclarecimento, as prisões de seus mensageiros, os câmbios de líderes nativos, a educação dos príncipes levantinos no *kꜣp* do faraó e, em última instância, o uso de tropas e campanhas punitivas. Somavam-se a isto as diferentes estratégias de tributação e extração de riquezas, que compunham um cenário muito diferente de um *laissez-faire*⁸⁶⁶.

O que deve ser ressaltado é que o Egito se utilizou dos contrastes e confluências locais para manter seu poder sobre a Síria-Palestina. A exploração imperial acabou levando as áreas urbanas da região a avançarem sobre as comunidades igualitárias do campo, aprofundando as desigualdades internas. Em conclusão, Botta parece correto em afirmar que a presença egípcia em Canaã não foi efêmera, mas...

(...) seguramente foi menos [intensa] para as classes dominantes, que se viram obrigadas a uma aliança em situação de desvantagem – ainda que conservando muitos de seus privilégios –, do que para as comunidades rurais

⁸⁶⁵ COLE, **The Economic Organization of Southern Canaan in the Late Bronze Age. A Synthesis of the Textual and Archeological Data**, p. 19–20.

⁸⁶⁶ Cabe o comentário de que essa interpretação de Cole nada mais é do que a transposição – mesmo que inconsciente – para o Bronze Tardio de uma realidade que nega a exploração imperialista no capitalismo das últimas décadas, escondendo-a sob a capa de um suposto mercado imparcial. Espero ter ficado claro que há maneiras mais interessantes de perceber a ação dos elementos explorados, sem negar o processo de exploração. Como, por exemplo, uma perspectiva que valorize o conflito interno às sociedades periféricas e o coloque em relação direta com a estratégia imperial.

da periferia socioeconômica, onde esta presença foi mais sentida através da pressão exercida sobre eles por “intermediários” – reis, príncipes ou arrecadadores – que governam a região em nome do faraó⁸⁶⁷.

⁸⁶⁷ BOTTA, *Cultura Material, Evolución Demográfica y Cambio Político en Palestina durante la Dominación Egípcia*, p. 51.

Conclusão

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Neste caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso. (Tese 2)

Walter Benjamin, **Teses sobre o Conceito de História. (1940)**

Pois na era cyber, ceis vai ler os livro que roubou nosso passado igual alzheimer e vai ver que eu faço igual Burkina Faso. Nóiz quer ser dono do circo, cansamos da vida de palhaço.

Emicida, **Boa Esperança. (2015)**

Na introdução deste trabalho, foram discutidas algumas das especificidades de uma Egiptologia praticada em áreas periféricas em relação aos grandes e tradicionais centros de pesquisa desta disciplina. A consolidação, ocorrida em um momento histórico diferente, dos estudos sobre a antiguidade egípcia, além das experiências distintas nas formações dos e das profissionais engendraram o desenvolvimento de outras preocupações e abordagens teórico-metodológicas.

Neste cenário, há duas questões interrelacionadas que ancoram a reflexão deste trabalho: 1) quais as especificidades de uma Egiptologia brasileira? 2) qual a relevância dos estudos sobre a antiguidade faraônica para o Brasil?

Em primeiro lugar, cabe a lembrança das discussões feitas na Introdução desta tese. A consolidação dos estudos egiptológicos, entre nós, em um momento diferente daquele da Europa do século XIX possibilitou o surgimento de uma visão mais crítica em relação ao que Moreno García chamou de mito do “Egito eterno” (embora não completamente livre dessa influência europeia). Por outro lado, as experiências distintas na formação dos e das profissionais da área continua permitindo um diálogo maior com outras ciências sociais, bem como uma abertura mais ampla para debates e inovações teórico-metodológicas. O somatório destas condições (adversas em grande medida) tem garantido o fortalecimento de uma Egiptologia periférica, que no Brasil ainda é muito

jovem, mas, como se pode notar a partir da bibliografia utilizada nesta tese, tem contribuído sobremaneira para a construção de um campo mais dinâmico na disciplina.

Em segundo lugar, boa parte da importância das especificidades da Egiptologia brasileira está ligada dialeticamente à relevância dos estudos sobre a antiguidade faraônica no Brasil. Entendendo a função social dos pesquisadores das sociedades humanas no tempo como agentes em sua própria realidade através da articulação do *continuum* temporal⁸⁶⁸, devemos manter sempre aceso o questionamento de qual a função dos estudos egiptológicos na realidade brasileira⁸⁶⁹.

Junto às contribuições já apresentadas pelo Brasil ao campo da Egiptologia, é importante ressaltar que diferentes olhares no presente buscam diferentes perguntas no passado. No caso desta tese, é inegável a influência da minha experiência como indivíduo inserido em um país periférico inserido em uma dinâmica imperialista mais ampla. Desenvolver uma reflexão sobre a realidade brasileira no contexto internacional (assim como ter uma visão latino-americana do papel de centros hegemônicos como os EUA) foi fundamental para a elaboração de boa parte dos meus pressupostos e hipóteses acerca do funcionamento do imperialismo faraônico – especialmente no que diz respeito à realidade periférica da Núbia e da Síria-Palestina naquele cenário.

Buscar respostas sobre o imperialismo do Egito no Reino Novo é encontrar um repositório de incríveis experiências humanas de opressão e resistência que, se não nos servem como respostas às nossas questões atuais, pelo menos mostram que as estruturas não são eternas e que o presente e o futuro são repletos de caminhos e alternativas. Neste sentido, o passado pode ser visto como um espelho das esperanças do futuro, o que, nas palavras de Walter Benjamin, seria um índice misterioso que impele à redenção.

Os meus olhos coloridos de brasileiro, marcados por uma sociedade que racializa e exclui com base nas cores das peles, olhos, cabelos, permitiram estranhar as

⁸⁶⁸ Passado, presente e futuro ou, na lógica de Josep Fontana, História, Economia Política e Projeto Social. FONTANA, **História**.

⁸⁶⁹ Cabe recordar que a finalização deste trabalho ocorreu num contexto de acirradas disputas acerca dos currículos escolares brasileiros, nas quais permanecem propostas de exclusão do ensino de História Antiga em geral e, com isto, da história da sociedade faraônica. Sem discordar da importância da ênfase em História do Brasil para criar um quadro de compreensão da realidade atual dos estudantes, urge demonstrar que as experiências históricas de outras sociedades mais ou menos distantes no espaço-tempo (o que pode ser referido genericamente como “passados distantes”) apresentam um arsenal de diversidade imprescindível para o conhecimento do mundo e do nosso papel nele, seja por coincidência ou contraste. Além disto, a História Antiga tem uma função importante na compreensão da historicidade e da relação entre temporalidade e mudança social, que tende à distorção a partir da experiência temporal da vida humana, demasiadamente curta perante o tempo histórico das estruturas.

avaliações tradicionais das relações entre Egito e Núbia em busca dos *ecos de vozes que emudeceram*. Se há alguma importância nisto para a Egiptologia, certamente existe um papel ainda maior para o Brasil atual. Como diz Josep Fontana:

É preciso superar a fratura que existe, na atualidade, entre a memória do passado que os homens constroem para organizar suas vidas – estabelecendo pontes a partir da própria memória pessoal e familiar em direção a um passado mais amplo, construído com experiências, recordações de pessoas de outras gerações, leituras, imagens recebidas dos meios de comunicação, etc – e a história ensinada nas escolas, que a população comum vê como um saber livresco “sobre a política, os reis, as rainhas e as batalhas”⁸⁷⁰.

Neste caso, o ensino crítico do passado faraônico é fundamental para a desconstrução de perspectivas racistas que procuram afastar o Egito da África, aproximando-o do “Oriente”. Igualmente, a reavaliação das conexões entre a “Terra Negra”, Wawat, Kush e outras regiões subsaarianas é importante para compreender melhor não apenas o período do Reino Novo, mas especialmente as diferentes leituras que foram feitas sobre ele ao longo da história.

A trajetória da humanidade ensinada nas escolas deve servir como parte do arsenal para apropriações sociais dos diferentes grupos envolvidos nos conflitos socioeconômicos e políticos do mundo atual. O fortalecimento de tais grupos, todavia, não deve prescindir de uma análise histórica densa e de uma reconstrução consciente do passado da maneira mais fiel possível.

Boa parte dos brasileiros e brasileiras tem muito que aprender com egípcios, núbios e levantinos, reivindicando estas experiências como uma espécie de laboratório histórico na construção da memória e da ação coletivas. Ver o Egito como uma potência imperial africana, talvez a maior do seu tempo, serve para entender, entre outras coisas, que durante a maioria da permanência humana na Terra a Europa desempenhou um papel periférico. Outrossim, perceber os mecanismos de negociação e resistência de elites e grupos populares núbios e sírio-palestinos pode ser importante para constatar os matizes de uma história que não é dicotômica e na qual elementos subalternos podem ter agência ativa no desenrolar dos acontecimentos. Neste sentido, é fundamental, por exemplo, a utilização de uma perspectiva que consubstancie análises de classe, gênero e raça (entendida como construção étnico-histórica), como o caso das mulheres mantendo elementos da cultura Núbia perante o esforço egípcio de dominação cultural.

⁸⁷⁰ FONTANA, Josep, **A história dos homens**, Bauru: EDUSC, 2004, p. 473.

A partir deste cenário periférico do presente, a hipótese central desenhada para este trabalho foi a de que o Império egípcio desenvolveu uma formação econômica baseada na manutenção e subsunção das estruturas nativas das regiões dominadas, tendo como base o modelo de exploração do próprio Estado faraônico, estruturado sobre a forma de extração de excedentes das comunidades aldeãs aproveitando-se de suas lógicas de organização tradicionais.

Diferentemente do capitalismo, a exploração em todas as sociedades pré-capitalistas dava-se por meio de mecanismos extra-econômicos. Como apontado por Ellen Wood⁸⁷¹, em sociedades como a faraônica, isto significava que o poder político era fundamental para a extração de excedentes e a continuidade da classe dominante, que dependia, para isto, da manutenção do Estado. Neste sentido, a expansão da exploração dependia de um aumento da influência (e da territorialidade) da estrutura estatal. Caso que não se verifica na realidade capitalista, em que a reprodução do capital é vista como algo separado da esfera política e, portanto, menos dependente do Estado restrito.

A análise crítica do Estado faraônico levou à sua definição a partir de um modelo composto pela relação dialética insolúvel entre Estado material (uma forma de organização social calcada no conflito entre as classes dominante e subalterna) e Estado político (uma estrutura administrativa institucionalizada que pode ser identificada a um aparelho estatal). Esta concepção foi construída para tentar dar uma solução às oposições centralistas e dicotômicas que determinavam os debates sobre o Estado no Egito Antigo, a saber: Estado x Templos e Estado x Elites Regionais.

Espero ter demonstrado que, ao contrário de uma oposição, templos e frações regionais da classe dominante devem ser vistas como elementos do Estado político, muito embora com certa frequência estivessem em oposição à monarquia (fração hegemônica). Mesmo que agissem contra a Coroa, templos e elites regionais eram, em períodos de centralização, correias de transmissão do poder monárquico e engrenagens na reprodução do poder estatal. Isto faz com que se possa falar de uma centralidade do poder baseada em seu descentramento. O faraó só consegue manter seu posto de cabeça do reino e do império por conta de sua estratégia de controle da fragmentação de poderes.

⁸⁷¹ WOOD, **O Império do Capital**.

No processo de utilização dos poderes locais como forma de manutenção do domínio estatal e até monárquico, a classe dominante egípcia subsumia estruturas locais de poder e organização social. Este é o princípio fundamental de nossa hipótese que se expande para as relações imperialistas.

Elementos dos grupos submetidos pela lógica faraônica foram incorporados aos mecanismos de Estado, passando a servir na sua reprodução. No caso da “Terra Negra”, buscou-se demonstrar isto com o exemplo das formações aldeãs, subsumidas para exercer funções estatais. Da mesma forma, frações regionais da classe dominante aglutinaram-se ao Estado político para manter seus postos na hierarquia social local.

No Reino Novo, este processo expandiu-se não apenas internamente, mas avançou além do Egito, alcançando a Núbia e a Síria-Palestina, onde os chefes locais acabaram incorporados aos mecanismos de domínio imperial. Consequentemente, houve um avanço sobre as formas de vida camponesas em todo território sob a hegemonia faraônica.

Um dos pontos de partida deste trabalho, que foi desenvolvido anteriormente, foi a hipótese de que a dominação egípcia sobre a região de Wawat tinha sido *sui generis* por conta de suas vastas reservas auríferas⁸⁷². Durante a construção da segunda parte da tese, percebi que esta suposição estava, de alguma maneira, em contradição com a hipótese principal, de que havia uma lógica imperial única para as regiões setentrionais e meridionais exploradas pelo Egito.

A análise mais cuidadosa da documentação e da bibliografia sobre as relações imperiais com a Núbia levou à desconstrução da hipótese preliminar sobre a especificidade da dominação de Wawat e à crítica da perspectiva que defende que o controle sobre a Núbia difere da estratégia utilizada na Síria-Palestina. Notou-se que, na realidade, a especificidade do contexto da Baixa Núbia gerou resultados distintos, embora a lógica seja a mesma.

Como demonstrado no terceiro capítulo, a organização social das populações de Wawat não havia desenvolvido uma estrutura de classes completa até a conquista egípcia. Por conta disto, a estratégia nesta região implicou no desenvolvimento de uma dinâmica estatal (e a consolidação das chefias locais como classes dominantes) para garantir a exploração local, algo que não fora necessário em outras localidades (Kush e Síria-Palestina) que já contavam com uma classe dominante que se impunha aos grupos

⁸⁷² FRIZZO, *Baixa Núbia como Infra-Estrutura para a Construção da Potência Hegemônica Egípcia na XVIIIa Dinastia (1550-1323 a.C.)*.

subalternos. De qualquer maneira, o imperialismo faraônico utilizou, em todos os casos, o modelo de subsunção das hierarquias de poder nativas, sobrepondo-lhes uma estrutura de tributação.

Outra das peculiaridades normalmente apontadas para o caso da Baixa Núbia é a questão da egípcianização do local. Em primeiro lugar, é importante deixar de ver este processo a partir do prisma racista da imposição de uma cultura hegemônica sobre expressões mais fracas, que acabou levando ao desaparecimento da cultura nativa. A forma defendida neste trabalho é aquela de uma dinâmica de força e resistência, gerando adaptações, apropriações e emaranhamentos culturais, no contexto de relações de conflitos imperiais e internos à própria comunidade da Núbia. Em outras palavras, a proximidade com os símbolos faraônicos foi utilizada de maneira ativa pela classe dominante local para a manutenção de seu *status* e de sua posição no embate de classes.

O esforço egípcio de egípcianização das elites periféricas não foi exclusividade de Wawat. Pelo contrário, foi uma dinâmica imperial altamente difundida e representada muito bem pela estratégia de educação dos príncipes nativos no *kꜣp* do faraó (algo bastante presente na documentação, tanto da Síria-Palestina quanto da Núbia).

O núcleo que se tentou acentuar nos capítulos acerca das áreas periféricas meridional e setentrional sob a hegemonia do império foi a permanência do modelo de dominação no qual o poder central atuava por meio de tentáculos descentrados compostos pelas classes dominantes nativas, subsumindo as relações de poder já existentes e garantindo a exploração econômica por meio delas.

Cabe aí a discussão sobre as vantagens econômicas da dominação imperialista. A exploração se dava em dois níveis, que, se vistos de maneira desarticulada, podem permitir a interpretação incorreta de que não havia extração imperial. Considerando o grau de desenvolvimento das forças produtivas, mesmo após seu recrudescimento derivado justamente da expansão, não fazia sentido investir no transporte de grandes quantidades de produtos básicos (especialmente grãos) para o centro do império. Desta maneira, o primeiro nível de exploração se concretizava com a distribuição local dos tributos retirados da periferia, que eram utilizados pela administração regional (em grande parte composta por membros das classes dominantes nativas, mas também por funcionários egípcios assentados temporária ou definitivamente) e na sustentação das guarnições instaladas e tropas em trânsito.

O segundo nível da exploração se dava por meio do fluxo de produtos de luxo destinado ao centro imperial, algo amplamente documentado nas cenas de tributo, nos *Anais*, nas *Cartas de Amarna* e noutras fontes. Considerando-se a importância desses bens de prestígio para a garantia da centralidade do poder do Estado, do império e das relações diplomáticas com grandes reinos do Antigo Oriente Próximo, não há como negar seu caráter econômico. Toda a estrutura de classe (tanto a organicidade da classe dominante egípcia quanto suas relações com as elites periféricas) dependia fundamentalmente do controle da distribuição dos bens de prestígio, e este foi um dos principais motivadores da expansão imperial, voltada para garantir o acesso às rotas de troca e a manutenção do fluxo de produtos de luxo.

Na direção contrária à extração imperial, o sentido centrífugo de acesso a elementos prestigiosos materiais e imateriais também é imprescindível para entender o funcionamento do império. A compreensão de que as relações entre a classe dominante imperial e os chefes locais submetidos não se davam num palco de simples exploração, mas que permitiam também negociações liga-se intrinsecamente ao fluxo de bens de prestígio. Afinal, a proximidade com a cultura egípcia era utilizada pelas elites nativas como forma de manter seu *status quo* frente aos grupos subalternos locais, de maneira que não foi incomum o uso de elementos egípcios em contextos funerários das elites periféricas.

Em todos os casos, o peso da expansão estatal e imperial do Egito no Reino Novo recaiu sobre a base camponesa das sociedades egípcia, núbica e levantina. Não há, todavia, indícios para afirmar que o imperialismo tenha trazido benefícios sólidos para o campesinato da “Terra Negra” frente à superexploração das classes subalternas periféricas. Por mais que a estrutura imperial tenha permitido uma maior complexidade social, com o aumento das camadas médias e o acesso menos restrito às classes dominantes (por meio do exército, por exemplo), não é seguro afirmar que esta tenha sido uma vantagem exclusiva de egípcios, uma vez que há evidências tanto de núbios quanto de levantinos nas forças militares e no corpo administrativo do império. O quadro do imperialismo é, portanto, muito menos simples do que fazem parecer as perspectivas que opõem o Egito aos outros povos da Núbia e Síria-Palestina, numa leitura excessivamente influenciada por perspectivas anacronicamente nacionalistas e estadocêntricas.

A manutenção do *continuum* temporal neste trabalho compreende também o esforço de análise dos diferentes usos e consequências políticas na realidade atual dos

modelos apresentados. No caso específico do conceito de Estado e sua divisão dialética entre Estado material e Estado político, uma das preocupações foi desenhar um quadro que permitisse a inserção das classes subalternas na realidade estatal sem negar o conflito, como fazem as leituras contratualistas.

A compreensão mais ampla do Estado, sem descuidar de sua especificidade como instituição, proveio dos debates da obra do comunista sardo Antonio Gramsci. Foi também esta inspiração que permitiu pensar um modelo no qual a sociedade não estivesse contra o Estado, como propõem as interpretações liberais. Estas preocupações estão diretamente ligadas à realidade política na qual me insiro como autor. Em palavras muito mais belas que as minhas, José Saramago definiu esta dinâmica da seguinte maneira: “*vivo desassossegado, escrevo para desassossegá-lo*”.

Numa realidade neoliberal de contínuos ataques às garantias dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, e da permeabilidade seletiva do Estado às organizações da sociedade civil, abundam os problemas a serem propostos ao passado acerca de suas estruturas estatais.

Muito foi discutido sobre a Economia Antiga, e nesta querela as diferentes posições dos pesquisadores foram muito bem localizadas no tabuleiro dos conflitos do presente. Enquanto os que acreditam numa perspectiva redistributiva foram literalmente associados – de forma voluntária ou não – à defesa de um capitalismo de Estado soviético (normalmente referido como socialista), aqueles que defendem a existência anistórica do mercado como organizador da economia levantam claramente a bandeira liberal da livre concorrência. Infelizmente, este tipo de análise dos posicionamentos políticos não é promovida em relação às posições teóricas acerca do Estado Antigo.

Diferentemente de uma lógica estadocêntrica, que parte anacronicamente do Estado moderno para acabar numa perspectiva em que, independente da sociedade, a estrutura estatal é central na organização das diferentes esferas da vida social, buscamos ressaltar o quanto o Estado é composto pelos diferentes grupos sociais, num jogo de exploração e resistência entre poderes desiguais.

A definição de um Estado material não implica na presença do Estado político em todas as esferas da vida. Visa, pelo contrário, uma prática política voltada para a superação desta forma de organização estatal concebida pela exploração de classe, em busca da construção de um Estado político voltado para o bem de toda a comunidade e não de uma minoria.

A complementaridade dialética entre Estado material e Estado político é uma forma de escapar das análises mecanicistas que partem de uma interpretação pobre do marxismo, calcada na metáfora infeliz da base econômica sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política⁸⁷³. O Estado não pode ser visto como uma superestrutura acima da economia,⁸⁷⁴ e este erro é ainda mais flagrante quando cometido em relação às sociedades pré-capitalistas.

Por fim, o uso de uma díade conceitual para explicar o Estado como relação e, ao mesmo tempo, como instituição (relação objetificada por meio do fetichismo) deve evitar o engano conceitual entre sociedade e Estado, que tem o resultado político desastroso de pensar a estrutura estatal como representante de toda a coletividade, enquanto o uso da dialética Estado material-Estado político é pensado especificamente para valorizar o conflito entre as diferentes classes e frações de classe que compõem a sociedade.

A história da exploração entre os seres humanos é um cenário tão indeterminado quanto seu futuro, ambos alvos e armas na luta do presente. A antiguidade egípcia, núbia e levantina não pode ser vista como diferente. Ali estiveram homens e mulheres que, como nós, viviam, temiam, amavam, sofriam e resistiam. Cabe a nós despertarmos as centelhas de esperança contidas nas suas histórias, fazendo de suas experiências um arsenal na disputa por um futuro no qual possamos realizar o encontro previsto por Walter Benjamin entre as gerações precedentes e a nossa.

⁸⁷³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”, *in*: **Textos**, São Paulo: Edições Sociais, 1977, v. III, p. 300–303.

⁸⁷⁴ Ellen Wood demonstra claramente como a separação entre as esferas da política e da economia é uma construção histórica ligada ao desenvolvimento do capitalismo e à superação das formas extra-econômicas do sobretrabalho em virtude de uma realidade de reprodução do capital baseada na exploração econômica da força através de mecanismos econômicos. WOOD, Ellen Meiksins, *Repensar a base e a superestrutura*, *in*: **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**, São Paulo: Boitempo, 2003, p. 51–72.

Bibliografia

- ADAMS, William Y. The First Colonial Empire: Egypt in Nubia, 3200-1200 B.C. **Comparative Studies in Society and History**, v. 26, n. 1, p. 36–71, 1984.
- AHITUV, Shemuel. Economic Factors in the Egyptian Conquest of Canaan. **Israel Exploration Journal**, v. 28, n. 1/2, p. 93–105, 1978.
- ALBRIGHT, W. F. A Prince of Taanach in the Fifteenth Century B. C. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, n. 94, p. 12–27, 1944.
- ALBRIGHT, William Foxwell. **The archaeology of Palestine**. Gloucester, Mass.: Peter Smith, 1971.
- ALLAM, S. Some Remarks on the Trial of Mose. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 75, p. 103–112, 1989.
- ALLEN, Thomas George. **The book of the dead: or, Going forth by day : ideas of the ancient Egyptians concerning the hereafter as expressed in their own terms**. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, 1974.
- ARAÚJO, Emanuel (Org.). **Escritos para a Eternidade: a Literatura no Egito Faraônico**. Trad. Emanuel Araújo. Brasília: Editora UNB, 2000.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- ARRAIS, Nely. **Os Feitos Militares nas Biografias do Reino Novo: Ideologia Militarista e Identidade Social sob a XVIIIa Dinastia do Egito Antigo (1550-1295 a.C.)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- ARRIGHI, Giovanni. Imperialismo. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Orgs.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 377–380.
- ASSMANN, Jan. **Death and salvation in ancient Egypt**. Ithaca: Cornell University Press, 2005. Disponível em: <<http://site.ebrary.com/id/10516000>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- ASSMANN, Jan. **The Mind of Egypt: History and Meaning in the Time of the Pharaohs**. Trad. Andrew Jenkins. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.
- BAER, Klaus. The Low Price Of Land In Ancient Egypt. **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 1, p. 25, 1962.

- BAINES, John. Kingship, Definition of Culture, and Legitimation. *In*: O’CONNOR, David B; SILVERMAN, David P (Orgs.). **Ancient Egyptian kingship**. Leiden; New York: E.J. Brill, 1995, p. 3–47.
- BAINES, John. Origins of Egyptian Kingship. *In*: O’CONNOR, David B; SILVERMAN, David P (Orgs.). **Ancient Egyptian kingship**. Leiden; New York: E.J. Brill, 1995, p. 95–156.
- BAINES, John. Sociedade, Moralidade e Práticas Religiosas. *In*: SHAFER, Byron (Org.). **Religiões no Antigo Egito. Deuses, Mitos e Rituais Domésticos**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 150–244.
- BARD, Kathryn. The Emergence of Egyptian State (c. 3200-2686 BC). *In*: SHAW, Ian (Org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2004, p. 58–80.
- BARD, Kathryn A (Org.). **Encyclopedia of the archaeology of ancient Egypt**. London; New York: Routledge, 1999.
- BÁRTA, Miroslav. Egyptian Kingship during the Old Kingdom. *In*: HILL, Jane A.; JONES, Philip; MORALES, Antonio J. (Orgs.). **Experiencing Power, Generating Authority: Cosmos, Politics, and the Ideology of Kingship in Ancient Egypt and Mesopotamia**. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2013, p. 257–283.
- BELL, Lanny. The New Kingdom “Divine” Temple: The Example of Luxor. *In*: SHAFER, Byron E (Org.). **Temples of ancient Egypt**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1997.
- BERGER, Suzanne. A Note on Some Scenes of Land-Measurement. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 20, n. 1/2, p. 54–56, 1934.
- BIANCHI, Álvaro. O Conceito de Estado em Max Weber. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, v. 92, p. 79–104, 2014.
- BIERBRIER, M. L. **The tomb-builders of the Pharaohs**. Cairo, Egypt: American University in Cairo Press, 1992. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=113047>>. Acesso em: 2 fev. 2015.
- BIETAK, Manfred. Hyksos. *In*: REDFORD, Donald B (Org.). **The Oxford encyclopedia of ancient Egypt**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2001, v. III, p. 136–143. Iiv.

- BIETAK, Manfred. Perunefer: the principal New Kingdom naval base. **Egyptian Archaeology**, v. 34, p. 15–17, 2009.
- BLACKMAN, Aylward M.; PEET, T. Eric. Papyrus Lansing: A Translation with Notes. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 11, n. 3/4, p. 284–298, 1925.
- BLEIBERG, Edward. **The official gift in ancient Egypt**. Norman: University of Oklahoma Press, 1996. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=15645>>. Acesso em: 3 mar. 2015.
- BLEIBERG, Edward. The Redistributive Economy in New Kingdom Egypt: An Examination of B3kw(t). **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 25, p. 157–168, 1988.
- BOBBIO, Norberto. Despotismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília : Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1. 2v.
- BOBBIO, Norberto. Existe uma teoria marxista do Estado? In: **O Marxismo e o estado**. [Rio de Janeiro]: Graal, 1979.
- BONNET, Charles. Kerma. In: REDFORD, Donald B (Org.). **The Oxford encyclopedia of ancient Egypt**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2001, v. II. IIIv.
- BOORN, G. P. F. van den. **The duties of the vizier: civil administration in the Early New Kingdom**. London: Kegan Paul, 1988.
- BOTTA, Alejandro. **Cultura Material, Evolución Demográfica y Cambio Político en Palestina durante la Dominación Egípcia**. Buenos Aires: Programa de Estudios de Egiptología - CONICET, 1995. (Anexos de la Revista de Estudios de Egiptología. Colección Estudios).
- BOURRIAU, Janine. Relations Between Egypt and Kerma During the Middle and New Kingdoms. In: DAVIES, W. V (Org.). **Egypt and Africa: Nubia from prehistory to Islam**. London: British Museum Press in association with the Egypt Exploration Society, 1991, p. 129–144.
- BOUZON, Emanuel; TUNES, Cássio; CARDOSO, Ciro. **Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BREASTED, James Henry. **A history of Egypt from the earliest times to the Persian conquest**. New York: C. Scribner's Sons, 1909.

- BREASTED, James Henry. **Ancient records of Egypt: Historical documents from the earliest times to the Persian conquest. Vol. III, Vol. III.** New York: Russell & Russell, 1962.
- BREASTED, James Henry. **Ancient records of Egypt: Historical documents from the earliest times to the Persian conquest. Vol. IV, Vol. IV.** New York: Russell & Russell, 1962.
- BREASTED, James Henry. **Ancient Records of Egypt: The eighteenth dynasty.** [s.l.]: University of Illinois Press, 2001.
- BREASTED, James Henry. **Ancient Records of Egypt: The First to the Seventeenth Dynasties.** Chicago: University of Illinois Press, 2001.
- BRYAN, Betsy. Art, Empire, and the Late Bronze Age. *In*: COOPER, Jerrold S; SCHWARTZ, Glenn M (Orgs.). **The study of the ancient Near East in the twenty-first century: the William Foxwell Albright Centennial Conference.** Winona Lake, Ind.: Eisenbrauns, 1996, p. 33–79.
- BRYAN, Betsy. The 18th Dynasty before Amarna Period. *In*: SHAW, Ian (Org.). **The Oxford History of Ancient Egypt.** Oxford; New York: Oxford University Press, 2000, p. 207–264.
- BUCK, A. de. The Judicial Papyrus of Turin. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 23, n. 2, p. 152–164, 1937.
- BURKE, Aaron. Canaan under Siege. The History and Archaeology of Egypt's War in Canaan during the Early Eighteenth Dynasty. *In*: VIDAL, Jordi (Org.). **Studies on War in the Ancient Near East.** Münster: Ugarit-Verlag, 2010, p. 43–66.
- BUTZER, Karl W. **Early hydraulic civilization in Egypt: a study in cultural ecology.** Chicago: University of Chicago Press, 1976.
- BUZON, Michele R. A Bioarchaeological Perspective on Egyptian Colonialism in Nubia during the New Kingdom. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 94, p. 165–181, 2008.
- CAMINOS, Ricardo A. **Late-Egyptian miscellanies.** London: Geoffrey Cumberledge, Oxford University Press, 1954.
- CAMPAGNO, Marcelo. De los Modos de Organización Social en el Antiguo Egipto: lógica de parentesco, lógica de Estado. *In*: CAMPAGNO, Marcelo (Org.). **Estudios sobre parentesco y estado en el antiguo Egipto.** Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006.

- CAMPAGNO, Marcelo. **Estudios sobre parentesco y estado en el antiguo Egipto**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006.
- CAPART, Jean. **Je lis les hiéroglyphes**. Bruxelles: Office de publicité, 1946.
- CARDARELLI, François. **Encyclopaedia of scientific units, weights, and measures: their SI equivalences and origins**. London; New York: Springer, 2003.
- CARDOSO, Ciro. **Antiguidade Oriental: Política e Religião**. [s.l.]: Contexto, 1990.
- CARDOSO, Ciro. **A Unidade Básica das Representações Sociais Relativas ao Culto Divino e ao Culto Funerário no Antigo Egito (Período Raméssida: 1307-1070 a.C. segundo a cronologia convencional, 1259-1069 segundo a cronologia curta)**. Niterói: Relatório de Pesquisa para o CNPq Inédito Cedido pelo Autor, 2003.
- CARDOSO, Ciro. **Narrativa, Sentido, História**. Campinas: Papirus, 1997.
- CARDOSO, Ciro. **O Egito antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, Ciro. O Egito e o Antigo Oriente Próximo na Segunda Metade do Segundo Milênio: um olhar sobre os dons e contradons entre governantes no apogeu da Idade do Bronze. *In: Interação Social, Reciprocidade e Profetismo no Mundo Antigo*. Vitória da Conquista: UESB, 2003, p. 95–125.
- CARDOSO, Ciro. **Sociedades do antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Ática, 1995.
- CARDOSO, Ciro. **Uma Interpretação das Estruturas Econômicas do Egito Faraônico**. Tese de Professor Titular, UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.
- CARDOSO, Ciro. Violência e Política no Egito Antigo.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. A economia e as concepções econômicas no egito faraônico: síntese de alguns debates. **História Econômica & História de Empresas**, v. 6, n. 1, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sete olhares sobre a antiguidade**. Brasília: Editora UnB, 1994.
- CARTIER, Michael. Império. *In: Enciclopedia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional, 1989, v. 14 Guerra-Estado, p. 318–329.
- CHAPOT, Gisela. **A Família Real Amarniana e a Construção de uma Nova Visão de Mundo durante o Reinado de Akhenaton (1535-1335 a.C.)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- CHASE-DUNN, Chris. Forewords. *In: KARDULIAS, P. Nick (Org.). World-systems theory in practice: leadership, production, and exchange*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, 1999, p. xi–xii.

- CHILDE, Vere Gordon. **A Evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- CHILDE, Vere Gordon. The Urban Revolution. **The Town Planning Review**, v. 21, n. 1, p. 3–17, 1950.
- CHILDE, V. Gordon. **O que aconteceu na história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- CLAESSEN, H. J. M; SKALNÍK, Peter. The Early State: Theories and Hypothesis. *In*: CLAESSEN, H. J. M; SKALNÍK, Peter (Orgs.). **The Early state**. The Hague: Mouton, 1978, p. 3–30.
- CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx. **Crítica Marxista**, v. 13, n. Editora Revan, p. 9–28, 2001.
- COLE, Lisa. **The Economic Organization of Southern Canaan in the Late Bronze Age. A Synthesis of the Textual and Archeological Data**. Tese de Doutorado, The University of Arizona, Tucson, 2003.
- COLLIVA, Paolo. Império. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília : Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 621–626. 2v.
- COOPER, Julien. Reconsidering the Location of Yam. **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 48, p. 1–22, 2012.
- CRENSHAW, Kimberly. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *In*: FINEMAN, Martha; MYKITIUK, Roxanne (Orgs.). **the Public Nature of Private Violence**. New York: Routledge, 1994, p. 93–118.
- CRUZ-URIBE, Eugene. A model for the political structure of Ancient Egypt. *In*: DAVID SILVERMAN (Org.). **For His Ka: Essays Offered in Memory of Klaus Baer**. Chicago: The Oriental Institute. Chicago University Press, 1994, v. 55, p. 45–53 structure of ancient egypt. (Studies in Ancient Oriental Civilization).
- CUMMING, Barbara. **Egyptian historical records of the later eighteenth dynasty**. Warminster, England: Aris & Phillips, 1982. IVv.
- D'ALTROY, Terence N.; EARLE, Timothy K. Staple Finance, Wealth Finance, and Storage in the Inka Political Economy [and Comments and Reply]. **Current Anthropology**, v. 26, n. 2, p. 187–206, 1985.
- DAVIES, Nina M.; DAVIES, N. de G. The Tomb of Amenmosē (No. 89) at Thebes. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 26, p. 131–136, 1941.

- DAVIES, Norman de Garis. **The Rock Tombs of El Amarna. Part II - The tombs of Panehesy and Meryra II.** London: Egypt Exploration Fund, 1905.
- DELL'ELICINE, ELEONORA; FRANCISCO, HÉCTOR; MICELI, PAOLA (Orgs.). **Pensar el Estado en las sociedades precapitalistas. Pertinencia, límites y condiciones del concepto de Estado.** Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2012.
- DIOP, Cheikh. Origem dos Antigos Egípcios. *In*: MOKHTAR, G (Org.). **História Geral da África.** Brasília: Unesco, 2010, v. II África Antiga, p. 1–36. VIIIv.
- DIXON, D. M. The Land of Yam. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 44, p. 40–55, 1958.
- EDGERTON, William F. El Gobierno y los gobernadores en el Imperio Egipcio. **Revista de Administración Pública**, n. 45, p. 61–71, 1981.
- EDGERTON, William F. The Strikes in Ramses III's Twenty-Ninth Year. **Journal of Near Eastern Studies**, v. 10, n. 3, p. 137–145, 1951.
- EDWARDS, David N. **The Nubian past: an archaeology of the Sudan.** London; New York: Routledge, 2004.
- EKHOLM, Kajsa; FRIEDMAN, Jonathan. “Capital” Imperialism and Exploitation in Ancient World Systems. *In*: FRANK, Andre Gunder; GILLS, Barry K (Orgs.). **The World system: five hundred years or five thousand?** London; New York: Routledge, 1993, p. 59–80.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- EPSTEIN, Claire. That Wretched Enemy of Kadesh. **Journal of Near Eastern Studies**, v. 22, n. 4, p. 242–246, 1963.
- EXELL, Karen; NAUNTON, Christopher. The Administration. *In*: WILKINSON, Toby A. H (Org.). **The Egyptian world.** London; New York: Routledge, 2007, p. 91–104.
- EYRE, Christopher. On the Inefficiency of Bureaucracy. *In*: PIACENTINI, Patrizia *et al* (Orgs.). **Egyptian archives: proceedings of the first session of the international congress Egyptian Archives/Egyptological Archives, Milano, September 9-10, 2008.** Milano: Cisalpino, 2009, p. 15–30.
- EYRE, Christopher. **The Use of Documents in Pharaonic Egypt.** London; New York: OUP Oxford, 2013.

- EYRE, Christopher. The Village Economy in Pharaonic Egypt. *In*: BOWMAN, Alan K.; ROGAN, Eugene (Orgs.). **Agriculture in Egypt: from pharaonic to modern times**. Oxford etc: Oxford University Press, 1999, p. 33–60.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1/2, p. 121–142, 2008.
- FASSÒ, Guido. Jusnaturalismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília : Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 655–660. 2v.
- FAULKNER, Raymond O. **A concise dictionary of Middle Egyptian**. Oxford: Printed for the Griffith Institute at the University Press by V. Ridler, 1962.
- FAULKNER, R. O. Egyptian Military Standards. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 27, p. 12–18, 1941.
- FAULKNER, R. O. The Installation of the Vizier. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 41, p. 18–29, 1955.
- FINLEY, M. I. Empire in the Greco-Roman World. **Greece & Rome**, v. 25, n. 1, p. 1–15, 1978.
- FINLEY, Moses I. Os arquivos do palácio micênico e a história econômica. *In*: **Economia e sociedade na grecia antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 215–229.
- FIRTH, Cecil Mallaby. **The archaeological survey of Nubia: report for 1908-1909**. Cairo: National Printing Department, 1912.
- FLAMMINI, Roxana. Ancient Core-Periphery Interactions: Lower Nubia During Middle Kingdom Egypt (CA. 2050-1640 B.C.). **Journal of World-Systems Research**, v. XIV, n. 1, p. 50–74, 2008.
- FLAMMINI, Roxana. Configuraciones sociopolíticas en una coyuntura de descentralidad estatal: el Segundo Período Intermedio en el antiguo Egipto (c. 1800-1530 a. C.). *In*: DELL’ELICINE, Eleonora; FRANCISCO, Héctor; MICELI, Paola (Orgs.). **Pensar el Estado en las sociedades precapitalistas. Pertinencia, límites y condiciones del concepto de Estado**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2012, p. 19–50.
- FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: EDUSC, 2004.
- FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998.

- FONTES, Virgínia. História e Conflito. *In*: BADARÓ, Marcelo (Org.). **História. Pensar e Fazer**. Niterói: LDH, 1998, p. 33–52.
- FONTES, Virginia Maria. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio : Editora UFRJ, 2010.
- FORSTNER-MÜLLER, Irene. Avaris, its harbours and the Perunefer problem. **Egyptian Archaeology**, v. 45, p. 32–35, 2014.
- FRANSEN, Paul. Editing Reality: The Turin Strike Papyrus. *In*: ISRAELIT-GROLL, Sarah (Org.). **Studies in Egyptology Presented to Miriam Lichtheim**. Jerusalem: Eisenbrauns, 1990.
- FRANK, Andre Gunder *et al.* Bronze Age World System Cycles [and Comments and Reply]. **Current Anthropology**, v. 34, n. 4, p. 383–429, 1993.
- FRIZZO, Fábio. **Baixa Núbia como Infra-Estrutura para a Construção da Potência Hegemônica Egípcia na XVIIIa Dinastia (1550-1323 a.C.)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- FRIZZO, Fábio. Egipcianização e Resistência na Núbia da XVIII Dinastia. *In*: BRANCAGLION, Antonio; LEMOS, Rennan; DOS SANTOS, Raizza (Orgs.). **Semna - Estudos Egiptológicos II**. Rio de Janeiro: Seshat/Editora Klíne, 2015, p. 80–87.
- FRIZZO, Fábio. História, atualização do passado e estilhaços messiânicos de uma revolta popular no III Milênio a.C. **História e Luta de Classes**, n. 14, p. 11–17, 2012.
- FROOD, Elizabeth. **Biographical texts from Ramessid Egypt**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.
- GALÁN, José M. **El Imperio egipcio: inscripciones, ca. 1550-1300 a. C.** Madrid; Barcelona: Trotta ; Edicions de la Universitat de Barcelona, 2002.
- GALÁN, José M. El Reino Nuevo: La construcción del imperio. *In*: PARRA, José Miguel (Org.). **El Antiguo Egipto: Sociedad, Economía, Política**. Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 301–388.
- GALÁN, José M. **Victory and border: terminology related to Egyptian imperialism in the XVIIIth dynasty**. Hildesheim: Gerstenberg, 1995.
- GARDINER, Alan. The Memphite Tomb of the General Haremhab. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 39, p. 3–12, 1953.

- GARDINER, Alan H. **Ancient Egyptian onomastica**. [London: Oxford University Press, 1947.
- GARDINER, Alan H. **The admonitions of an Egyptian sage from a hieratic papyrus in Leiden, Pap. Leiden 344 recto**, Hildesheim: G. Olms Verlag, 1969.
- GARDINER, Alan Henderson Sir. **The Wilbour Papyrus**. Oxford: Oxford University Press, 1941. IVv.
- GESTOSO, Graciela N. **La política exterior egipcia en la época de El Amarna**. Buenos Aires: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, 1992. (Anexos de la Revista de Estudios de Egiptología. Colección Estudios, 4).
- GIRGLIOLI, Paolo. Burocracia. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília : Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 124–130. 2v.
- GIVEON, Raphael. **The impact of Egypt on Canaan: iconographical and related studies**. Freiburg/Schweiz; Göttingen: Universitätsverlag; Vandenhoeck & Ruprecht, 1978.
- GODELIER, Maurice. Natureza e Leis do Modo de Produção Asiático. *In*: PINSKY, Jaime (Org.). **Modos de produção na antiguidade**. São Paulo (SP): Global Ed., 1982.
- GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOEDICKE, Hans. **Problems concerning Amenophis III**. Baltimore, Md.: Halgo, 1992.
- GOEDICKE, Hans. The location of xnt-Hn-nfr. **Kush**, v. 13, p. 102–111, 1965.
- GONEN, Rivka. **Burial patterns and cultural diversity in late Bronze Age Canaan**. Winona Lake, Ind.: Eisenbrauns, 1992.
- GRACIELA, Gestoso. Los Mensajeros en la época de El Amarna. **Revista de Estudios de Egiptología**, v. 3, p. 63–69, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. VIv.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002. VIv.
- GRANDET, Pierre. **Le Papyrus Harris I (BM 9999)**. Le Caire: Institut Français d'Archéologie Orientale du Caire, 1993.
- GRANDET, Pierre. The Ramessid State. *In*: MORENO GARCIA, Juan Carlos (Org.). **Ancient Egyptian administration**. Leiden: Brill, 2013, p. 831–899.

- GRIFFITH, F. Ll. The Abydos Decree of Seti I at Nauri. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 13, n. 3/4, p. 193–208, 1927.
- GRIFFITH, F. Ll. The Abydos Decree of Seti I at Nauri. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 13, n. 3/4, p. 193–208, 1927.
- GRIMAL, Nicolas. **História do Antigo Egito**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- GUARINELLO, Norberto. **Imperialismo Greco-Romano**. São Paulo: Ática, 1987.
- HALL, Thomas. World-Systems and Evolution: An Appraisal. *In*: KARDULIAS, P. Nick (Org.). **World-systems theory in practice: leadership, production, and exchange**. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, 1999, p. 1–24.
- HARING, Ben. Ramesside Temples and the Economic Interests of the State: Crossroads of the Sacred and the Profane. **Das Heilige und die Ware. Zum Spannungsfeld von Religion und Ökonomie.**, v. VII, p. 165–170, 2007. (Internet-Beiträge zur Ägyptologie und Sudanarchäologie).
- HARING, B. J. J. **Divine households : administrative and economic aspects of the New Kingdom royal memorial temples in western Thebes**. Leiden: Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, 1997.
- HASEL, Michael. **Domination and Resistance: Egyptian Military Activity in the Southern Levant during the Late Bronze/Early Iron Age Transition**. Tese de Doutorado, University of Arizona, Phoenix, 1996.
- HEAGREN, Brett. Logistics of the Egyptian Army in Asia. *In*: KOUSOULIS, P.; MAGLIVERAS, Konstantinos; FOREIGN RELATIONS AND DIPLOMACY IN THE ANCIENT WORLD: EGYPT, Greece (Orgs.). **Moving across borders : foreign relations, religion and cultural interactions in the Ancient Mediterranean**. Leuven etc: Peeters en Departement Oosterse Studies, 2007, p. 139–156.
- HIGGINBOTHAM, Carolyn. Elite Emulation and Egyptian Governance in Ramesside Canaan. **Tel Aviv**, v. 1996, n. 2, p. 154–169, 1996.
- HIGGINBOTHAM, Carolyn. Traveling the Ways of Horus. **Journal of Near East Archaeology**, v. 65, p. 30–34, 2002.
- HIGGINBOTHAM, Carolyn R. **Egyptianization and elite emulation in Ramesside Palestine: governance and accommodation on the imperial periphery**. Leiden; Boston: Brill, 2000.

- HIKADE, Thomas. Economic Aspects of the New Kingdom. The Expeditions to the Copper Mines of the Sinai. **Bulletin of the Australian Centre for Egyptology**, v. 9, p. 43–52, 1998.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014.
- HOFFMEIER, James. Aspects of Egyptian Foreign Policy in the 18th Dynasty in Western Asia and Nubia. *In*: KNOPPERS, Gary N; HIRSCH, Antoine (Orgs.). **Egypt, Israel, and the ancient Mediterranean world: studies in honor of Donald B. Redford**. Leiden; Boston: Brill, 2004, p. 121–141.
- HOFFMEIER, James. James Weinstein’s “Egypt and the Middle Bronze IIC/Late Bronze IA Transition”: A Rejoinder. **Levant**, v. XXIII, p. 117–124, 1991.
- HOFFMEIER, James. Reconsidering Egypt’s Part in the Termination of the Middle Bronze Age in Palestine. **Levant**, v. XXI, p. 181–193, 1989.
- HOFFMEIER, James; MOSHIER, Stephen. “A Highway out of Egypt”: The Main Road from Egypt to Canaan. *In*: FÖRSTER, Frank; RIEMER, Heiko. **Desert road archaeology in ancient Egypt and beyond**. Köln: Heinrich-Barth-Institut, 2013, p. 485–510. (*Africa praeshistorica*, 27).
- HÖFLMAYER, Felix. Egypt’s Empire in the Southern Levant during the Early 18th Dynasty. *In*: EDER, Birgitta; PRUZSINSZKY, Regine (Orgs.). **Policies of Exchange. Political Systems and Modes of Interaction in the Aegean and the Near East in the 2o Millennium BCE**. Viena: Austrian Academy of Science Press, 2014, p. 191–206.
- HOLLADAY, J. Toward a New Paradigmatic Understanding of Long Distance Trade in the Ancient Near East: From the Middle Bronze II to Early Iron II- A Sketch. *In*: DION, Paul-Eugène *et al* (Orgs.). **The world of the Aramaeans II**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2001, p. 136–198. Disponível em: <<http://public.ebib.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=435998>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- HORNUNG, Erik; KRAUSS, Rolf; WARBURTON, David A (Orgs.). **Ancient Egyptian chronology**. Leiden: Brill, 2006.
- JAMES, Frances W; MCGOVERN, Patrick E; BONN, Anne G. **The late Bronze Egyptian garrison at Beth Shan: a study of levels VII and VIII**. Philadelphia: University Museum, University of Pennsylvania, 1993.

- JANSSEN, Jac. J. B□kw: From Work to Product. **Studien zur Altägyptischen Kultur**, v. 20, p. 81–94, 1993.
- JANSSEN, Jac J. **Grain transport in the Ramesside period : papyrus Baldwin (BM EA 10061) and papyrus Amiens**. London: The British Museum Press, 2004.
- JANSSEN, Jac. J. Prolegomena to the Study of Egypt's Economic History during the New Kingdom. **Studien zur Altägyptischen Kultur**, v. 3, p. 127–185, 1975.
- JANSSEN, Jac. J. Requisitions from Upper Egyptian Temples (P. BM 10401). **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 77, p. 79–94, 1991.
- JANSSEN, J. J. Agrarian Administration in Egypt the Twentieth Dynasty. v. 43, n. 3/4, p. 351–366, 1986.
- JANSSEN, J. J. The Egyptian Early State. *In*: CLAESSEN, H. J. M; SKALNÍK, Peter (Orgs.). **The Early State**. The Hague: Mouton, 1978, p. 213–234.
- JANSSEN, J. J. The Role of the Temple in the Egyptian Economy of the New Kingdom,. *In*: LIPINSKI, Edward (Org.). **State and Temple Economy in the Ancient Near East II**. Leuven: [s.n.], 1979, p. 505–515. (*Orientalia Lovaniensia Analecta*, 6).
- JOÃO, Maria Thereza. **Estado e elites locais no final do III milênio a.C.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- JOÃO, Maria Thereza. Reflexões sobre o Estado egípcio como práxis social. *In*: Niterói: [s.n.], 2014.
- KATARY, Sally. Distinguishing subclasses in New Kingdom society on evidence of the Wilbour Papyrus. *In*: MORENO GARCIA, Juan Carlos (Org.). **Élites et pouvoir en Égypte ancienne: Égypte, Soudan**. Villeneuve d'Ascq: Université Charles de Gaulle-Lille 3, 2009, p. 263–319.
- KATARY, Sally. Land Tenure (to the End of the Ptolemaic Period). **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/1nr1d3s9#page-1>>. Acesso em: 10 jan. 2014.
- KATARY, Sally. Taxation. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/9p13z2vp>>. Acesso em: 10 jan. 2014.
- KEMP, Barry. El Imperio Antiguo, el Imperio Medio y el Segundo Período Intermedio. *In*: **Historia del Egipto Antiguo**. Barcelona: Grijalbo, 1985, p. 98–230.
- KEMP, Barry. Fortified Towns in Nubia. *In*: UCKO, P. J.; TRINGHAM, Ruth; DIMBLEBY, Geoffrey (Orgs.). **Man, settlement and urbanism : proceedings**

- of a meeting of the Research Seminar in Archaeology and Related Subjects held at the Institute of Archaeology, London University.** London: Duckworth, 1972, p. 657–680.
- KEMP, Barry. Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 BC). *In*: GARNSEY, Peter; WHITTAKER, C. R (Orgs.). **Imperialism in the ancient world: the Cambridge University research seminar in ancient history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 7–57. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=676264>>. Acesso em: 31 out. 2014.
- KEMP, Barry. Temple and Town in Ancient Egypt. *In*: UCKO, P. J.; TRINGHAM, Ruth; DIMBLEBY, Geoffrey (Orgs.). **Man, settlement and urbanism: proceedings of a meeting of the Research Seminar in Archaeology and Related Subjects held at the Institute of Archaeology, London University.** London: Duckworth, 1972, p. 657–680.
- KEMP, Barry J. **El antiguo Egipto: anatomía de una civilización.** Barcelona: Crítica, 1992.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 86, p. 93–103, 2010.
- KILLEBREW, Ann. New Kingdom Egyptian-Style and Egyptian Pottery in Canaan: Implications for Egyptian Rule in Canaan during the 19th and Early 20th Dynasties. *In*: KNOPPERS, Gary N; HIRSCH, Antoine (Orgs.). **Egypt, Israel, and the ancient Mediterranean world: studies in honor of Donald B. Redford.** Leiden; Boston: Brill, 2004, p. 309–344.
- KITCHEN, K. A. **Ramesside inscriptions.** Oxford, UK; Cambridge, Mass.: Blackwell, 1993. VIIIv.
- KI-ZERBO, J; MOKHTAR, G; NIANE, D. T (Orgs.). **História Geral da África.** Brasília: Unesco, 2010.
- KLEMM, Rosemarie; KLEMM, Dietrich D. **Gold and gold mining in ancient Egypt and Nubia geoarchaeology of the ancient gold mining sites in the Egyptian and Sudanese eastern deserts.** Berlin; New York: Springer, 2013. Disponível em: <<http://www.myilibrary.com?id=424729>>. Acesso em: 25 jan. 2016.
- KOHL, Philip L. The Ancient Economy, transferable technologies and the Bronze Age world-system: a view from the northeastern frontier of the Ancient Near East. *In*: ROWLANDS, Michael; LARSEN, Mogens; KRISTIANSEN, Kristian (Orgs.).

- Centre and periphery in the ancient world.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 13–24.
- KRUCHTEN, Jean-Marie. Law. *In*: REDFORD, Donald B (Org.). **The Oxford encyclopedia of ancient Egypt.** Oxford; New York: Oxford University Press, 2001, v. III, p. 277–282. IIv.
- KRUCHTEN, Jean-Marie. **Le décret d’Horemheb : traduction, commentaire épigraphique, philologique et institutionnel.** Bruxelles: Éditions de l’Université de Bruxelles, 1981.
- LEMOS, RENNAN, Rennan. **Os Costumes Funerários da Não-Elite no Egito e Núbia durante o Reino Novo. Os cemitérios de Fadrus, Tell el-Amarna e Medinet el-Ghurab (XVIII-XIX Dinastias).** Dissertação de Mestrado, Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- LEMOS, Rennan; VIEIRA, Fábio. Práticas mortuárias no Egito e na Núbia sob o reino Novo Egípcio: avaliando o emaranhamento cultural na África antiga. **Revista de Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 302–325, 2014.
- LIVERANI, Mario. **El Antiguo Oriente: historia, sociedad y economía.** Barcelona: Crítica, 1995.
- LIVERANI, Mario. **Relaciones internacionales en el Próximo Oriente Antiguo, 1600-1100 A.C.** [Barcelona]: Edicions Bellaterra, 2003.
- LOBBAN, Richard Andrew. Kerma. *In*: **Historical dictionary of ancient and medieval Nubia.** Lanham, Md.: Scarecrow Press, 2004, p. 219–227.
- LOURIE, I. A Note on Egyptian Law-Courts. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 17, n. 1/2, p. 62–64, 1931.
- MANN, Michael. **The sources of social power. Vol.1, Vol.1.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- MARTINS, Daniela. “Até os Pilares do Céu”. **Estratégias de Domínio Político-Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III.** Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica Da Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. IIIv.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977, v. III, p. 300–303. IIIv.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 185–314.
- MCDOWELL, A. G. **Village life in ancient Egypt: laundry lists and love songs**. New York: Oxford University Press, 1999.
- MCGOVERN, Patrick E.; FLEMING, Stuart J.; SWANN, Charles P. The Late Bronze Egyptian Garrison at Beth Shan: Glass and Faience Production and Importation in the Late New Kingdom. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, n. 290/291, p. 1–27, 1993.
- MENDONÇA, Sonia. Estado e Sociedade. In: BADARÓ, Marcelo (Org.). **História. Pensar e Fazer**. Niterói: LDH, 1998, p. 13–32.
- MENU, Bernadette. Le prêtre en droit égyptien. **Cahier de Recherches de l’Institut de Papyrologie et d’Égyptologie de Lille**, v. I, p. 59–141, 1973.
- MIROSCHEJJI, P. De *et al.* Les fouilles de Tell es-Sakan (Gaza) : nouvelles données sur les contacts égypto-cananéens aux IVe-IIIe millénaires. **Paléorient**, v. 27, n. 2, p. 75–104, .
- MOHAMMAD, M. Abdul-Kader. The Administration of Syro-Palestine during the New Kingdom. **Annales du Service des Antiquités d’Égypte**, v. 56, p. 105–136, 1956.
- MORENO GARCÍA, Juan Carlos. El Segundo Periodo Intermedio. In: PARRA, José Miguel (Org.). **El Antiguo Egipto: Sociedad, Economía, Política**. Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 273–300.
- MORENO GARCÍA, Juan Carlos. From Dracula to Rostvtzeff or: The Misadventures of Economic History in early Egiptology. In: FTIZENREITER, M. (Org.). **Das Ereignis Geschichtsschreibung zwischen Vorfall und Befund**. London: Golden House Publications, 2009, p. 175–198. (IBAES, X).
- MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Recent Developments in the Social and Economic History of Ancient Egypt. **Journal of Ancient Near Eastern History**, v. 1, n. 2, p. 231–261, 2014.
- MORENO GARCÍA, Juan Carlos. The cursed discipline? The peculiarities of Egyptology at the turn of the Twenty-First century. In: CARRUTHERS, William (Org.). **Histories of Egyptology: interdisciplinary measures**. New York: Routledge, 2015.

- MORENO GARCIA, Juan Carlos. The Study of Ancient Egyptian Administration. *In*: MORENO GARCIA, Juan Carlos (Org.). **Ancient Egyptian administration**. Leiden: Brill, 2013, p. 1–17.
- MORKOT, Robert. Egypt and Nubia. *In*: ALCOCK, Susan E. *et al* (Orgs.). **Empires: Perspectives from Archaeology and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 229–251.
- MORKOT, Robert. **Historical dictionary of ancient Egyptian warfare**. Lanham, Md.: Scarecrow Press, 2003.
- MORKOT, Robert. Nubia in New Kingdom: The Limits of Egyptian Control. *In*: DAVIES, W. V (Org.). **Egypt and Africa: Nubia from prehistory to Islam**. London: British Museum Press in association with the Egypt Exploration Society, 1991, p. 294–301.
- MORRIS, Ellen. Exchange, extraction, and the politics of ideological money laundering in Egypt's New Kingdom Empire. *In*: EDER, B.; PRUZSINSZKY, R (Orgs.). **Policies of Exchange: Political Systems and Modes of Interaction in the Aegean and the Near East in the 2nd Millennium B.C.E., Proceedings of the International Symposium at the University of Freiburg Institute for Archaeological Studies, 30th May-2nd June 2012**. Viena: Austrian Academy of Science Press, 2015, p. 167–190.
- MORRIS, Ellen. Mitanni Enslaved. Prisoners of War, Pride, and Productivity in a New Imperial Regime. *In*: GALÁN, Juan M.; BRYAN, Betsy; DORMAN, Peter (Orgs.). **Creativity and Innovation in the reign of Hatshepsut**. Chicago: The Chicago University Press, 2014, p. 361–379.
- MORRIS, Ellen Fowles. **The architecture of imperialism: military bases and the evolution of foreign policy in Egypt's New Kingdom**. Leiden; Boston: Brill, 2005.
- MORSCHAUSER, Scott N. The End of the Sdf(3)-Tr(yt) "Oath". **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 25, p. 93–103, 1988.
- MÜLLER, Marcus. A view to a kill: Egypt's grand strategy to her northern empire. *In*: BAR, Shay; KAHN, Dan 'el; SHIRLEY, J. J (Orgs.). **Egypt, Canaan and Israel history, imperialism, ideology and literature: proceedings of a conference at the University of Haifa, 3-7 May 2009**. Leiden; Boston: Brill, 2011, p. 236–251. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1163/ej.9789004194939.i-370>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

- MUMFORD, Gregory. Egypt and Levant. *In*: STEINER, M. L; KILLEBREW, Ann E (Orgs.). **The Oxford handbook of the archaeology of the Levant: c. 8000-332 BCE**. Oxford; New York: The Oxford University Press, 2014, p. 69–89.
- MYNÁŘOVÁ, Jana. Introduction. *In*: RAINEY, Anson F; SCHNIEDEWIND, William M (Orgs.). **The El-Amarna correspondence: a new edition of the cuneiform letters from the site of El-Amarna based on collations of all extant tablets**. Leiden-Boston: Brill, 2015, p. 1–35.
- NA'AMAN, Nadav. Economic Aspects of the Egyptian Occupation of Canaan. **Israel Exploration Journal**, v. 31, n. 3/4, p. 172–185, 1981.
- NELSON, Harold Hayden (Org.). **Medinet Habu - Epigraphic Survey**. Chicago: University of Chicago Press, 1930.
- NEWBY, P. H. **Warrior pharaohs: the rise and fall of the Egyptian empire**. London; Boston: Faber and Faber, 1980.
- O'CONNOR, David. The City and the World: Worldview and Built Forms in the Reign of Amenhotep III. *In*: O'CONNOR, David B; CLINE, Eric H (Orgs.). **Amenhotep III: perspectives on his reign**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998, p. 125–172.
- O'CONNOR, David. The Location of Irem. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 73, p. 99–136, 1987.
- O'CONNOR, David. The Locations of Yam and Kush and Their Historical Implications. **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 23, p. 27–50, 1986.
- O'CONNOR, David B; CLINE, Eric H (Orgs.). **Amenhotep III: perspectives on his reign**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.
- O'CONNOR, David B; SILVERMAN, David P (Orgs.). **Ancient Egyptian kingship**. Leiden; New York: E.J. Brill, 1995.
- O'CONNOR, David; REID, Andrew. Introduction. Locating Ancient Egypt in Africa: Modern Theories, Past Realities. *In*: O'CONNOR, David B; REID, Andrew (Orgs.). **Ancient Egypt in Africa**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007, p. 1–22.
- OWEN, David. An Akkadian Letter from Ugarit at Tel Aphek. **Tel Aviv**, v. 8, p. 1–17, .
- PARRA, José Miguel. Prefácio. *In*: PARRA, José Miguel (Org.). **El Antiguo Egipto: Sociedad, Economía, Política**. Madrid: Marcial Pons, 2009.

- PASQUINO, Gianfranco. Formas de Governo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília : Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 517–523. 2v.
- PASTORI, Giorgio. Administração Pública. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília : Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 10–17. 2v.
- PEET, T. Eric. The Great Tomb Robberies of the Ramesside Age. Papyri Mayer A and B. I. Papyrus Mayer A. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 2, n. 3, p. 173–177, 1915.
- PELLINI, José Roberto. **Arqueologia Espacial e as Esferas de Troca: Um Estudo do Sistema Econômico Egípcio durante o Império Novo**. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- PEREYRA, Violeta. La Secularización del Poder y Recompensa Real. *In*: Campos - RJ: [s.n.], 2014.
- PEREYRA, Violeta. Los Maryannu: su inserción socio-política en los estados de Siria y Palestina durante el Período del Bronce Reciente. **Revista de Estudios de Egiptología**, v. 3, p. 45–62, 1992.
- PEREYRA, Violeta. Los Maryannu: su inserción socio-política en los estados de Siria y Palestina durante el Período del Bronce Reciente. II. **Revista de Estudios de Egiptología**, v. 4, p. 33–65, 1993.
- PINO, Cristina. The Market Scene in the Tomb of Khaemhat (TT 57). **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 91, p. 95–105, 2005.
- PISTONE, Sergio. Imperialismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília : Linha Gráfica ed., :, 1991, v. 1, p. 611–621. 2v.
- POLANYI, Karl. A economia enraizada na sociedade. *In*: **A Subsistência do Homem e Ensaios Correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 95–106.
- PRITCHARD, James Bennett. **Ancient Near Eastern texts: relating to the Old Testament**. Princeton: Princeton university press, 1974.
- RAINEY, Anson F; SCHNIEDEWIND, William M. **The El-Amarna correspondence: a new edition of the cuneiform letters from the site of El-Amarna based on collations of all extant tablets**. Leiden-Boston: Brill, 2015.

- REDFORD, Donald. **Egypt and Canaan in the New Kingdom**. Beer-Sheva: Ben-Gurion University of the Negev Press, 1990.
- REDFORD, Donald. **Egypt, Canaan, and Israel in Ancient Times**. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- REDFORD, Donald. The Hyksos Invasion in History and Tradition. **Orientalia**, v. 39, n. 1, p. 1–51, 1970.
- REDFORD, Donald B. A Gate Inscription from Karnak and Egyptian Involvement in Western Asia during the Early 18th Dynasty. **Journal of the American Oriental Society**, v. 99, n. 2, p. 270–287, 1979.
- REDFORD, Donald B. **From slave to pharaoh: the black experience of ancient Egypt**. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 2004.
- REDFORD, Donald B. **History and chronology of the eighteenth dynasty of Egypt; seven studies**. Toronto: University of Toronto Press, 1967.
- REDFORD, Donald B. New Light on the Asiatic Campaigning of Horemheb. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, n. 211, p. 36–49, 1973.
- REDFORD, Donald B. The Historiography of Ancient Egypt. *In*: WEEKS, Kent R. (Org.). **Egyptology and Social Sciences**. Cairo: The University of Cairo Press, 1979, p. 3–20.
- REDFORD, Donald B. **The wars in Syria and Palestine of Thutmose III**. Leiden; Boston: Brill, 2003.
- REEVES, Nicholas. **Akhenaten, Egypt's false prophet**. New York: Thames & Hudson, 2001.
- REISNER, George A. The Viceroys of Ethiopia. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 6, n. 1, p. 28–55, 1920.
- REISNER, George Andrew. **The archaeological survey of Nubia report for 1907-1908**. Cairo: National Printing Department, 1910.
- RÖMER, Malte. Hauswirtschaft - Häuserwirtschaft - Gesamtwirtschaft: "Ökonomie" im pharaonischen Ägypten. **Orientalia**, v. 78, n. 1, p. 1–43, 2009.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**. Edição: de Bolso. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SÄVE-SÖDERBERGH, T. The Hyksos Rule in Egypt. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 37, p. 53–71, 1951.
- SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Teh-Khet. The Cultural and Sociopolitical Structure of a Nubian Principdom in Tuthmoside Times. *In*: DAVIES, W. V (Org.). **Egypt**

- and Africa: Nubia from prehistory to Islam.** London: British Museum Press in association with the Egypt Exploration Society, 1991, p. 186–194.
- SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny; TROY, Lana. **New Kingdom pharaonic sites: the finds and the sites.** Partille: Distributed by Paul Åström Editions, 1991.
- SCHNEIDER, Thomas. Foreign Egypt: Egyptology and the Concept of Cultural Appropriation. *Ägypten und Levante / Egypt and the Levant*, v. 13, p. 155–161, 2003.
- SCHULMAN, Alan R. ‘Ankhesenamün, Nofretity, and the Amka Affair. **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 15, p. 43–48, 1978.
- SHAW, Ian. **Ancient Egypt a very short introduction.** Oxford; New York: Oxford University Press, 2004. Disponível em: <<http://site.ebrary.com/id/10266589>>. Acesso em: 16 out. 2014.
- SHERIF, Nagm-el-Din. A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã). *In*: MOKHTAR, G (Org.). **História Geral da África.** Brasília: Unesco, 2010, v. II África Antiga, p. 234–272. VIIIv.
- SIMPSON, Kelly. Nubia. **Expedition Magazine**, v. 4, n. 4, p. 36–46, 1962.
- SIMPSON, Kelly. Nubia. **Expedition Magazine**, v. 4, n. 4, p. 36–46, 1962.
- SINGER, Graciela Gestoso. **El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton.** Buenos Aires: Society of Biblical Literature-Universidad Católica Argentina, 2008.
- SINGER, Itamar. Takuhlinu and Haya: Two Governors in the Ugarit Letter from Tel Aphek. **Tel Aviv**, v. 10, p. 3–24, 1983.
- SINOPOLI, Carla. Imperial Integration and Imperial Subjects. *In*: ALCOCK, Susan E (Org.). **Empires: perspectives from archaeology and history.** Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2001, p. 195–200.
- SMITH, Stuart. **Askut in Nubia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millennium B.C.** London: Kegan Paul Intl, 1995.
- SMITH, Stuart. **Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt’s Nubian Empire.** London and New York: Routledge, 2003.
- SMITH, Stuart Tyson. Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium BC. *In*: CUSICK, James G. (Org.). **Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, & Archaeology.** Carbondale: Southern Illinois Univ, 1998, p. 256–287.

- SMITH, Stuart Tyson. Revenge of the Kushites: Assimilation and resistance in Egypt's New Kingdom empire and Nubian ascendancy over Egypt. *In*: AREŠYAN, Gregory E (Org.). **Empires and diversity on the crossroads of archaeology, anthropology, and history**. Los Angeles: Cotsen Inst. of Archaeology Press, 2013, p. 84–107.
- SMITH, Stuart Tyson; BUZON, Michele R. Colonial Entanglements: “Egyptianization” in Egypt's Nubian Empire and the Nubian Dynasty. *In*: WELSBY, Derek; ANDERSON, Julie (Orgs.). **Proceedings of the 12th International Conference for Nubian Studies 01-06 August 2010**. London: British Museum Press, 2014, p. 1–12.
- SOUTHALL, Aidan. The Segmentary State in Africa and Asia. **Comparative Studies in Society and History**, v. 30, n. 1, p. 52–82, 1988.
- SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2005.
- SPALINGER, ANTHONY, Anthony. Covetous Eyes South: The Background to Egypt's Domination of Nubia by the Reign of Thutmose III. *In*: CLINE, Eric H; O'CONNOR, David B (Orgs.). **Thutmose III: a new biography**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006, p. 344–369.
- SPALINGER, Anthony John. **Aspects of the military documents of the ancient Egyptians**. New Haven: Yale University Press, 1982.
- SPENCE, Kate. Court and Palace in Ancient Egypt. *In*: SPAWFORTH, Antony (Org.). **The court and court society in ancient monarchies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 267–328.
- STEVENS, Anna. Domestic Religious Practices. *In*: **UCLA Encyclopedia of Egyptology**. Los Angeles: UCLA, 2009.
- STOCKHAMMER, Ohillip. From Hybridity to Entanglement, From Essentialism to Practice. **Archaeological Review from Cambridge**, v. 28, n. 1, p. 11–28, 2013.
- TANTALEÁN, Henry. **Arqueología de la formación del estado: el caso de la cuenca norte del Titicaca**. Lima, Perú: Fondo Editorial del Pedagógico San Marcos, 2008.
- TAVARES, António Augusto. **Impérios e propaganda na antiguidade**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- TÖRÖK, László. **Between two worlds: the frontier region between ancient Nubia and Egypt 3700 BC-AD 500**. Leiden; Boston, Mass.: Brill, 2009.

- TRIGGER, Bruce G. Kerma: The Rise of an African Civilization. **The International Journal of African Historical Studies**, v. 9, n. 1, p. 1–21, 1976.
- UNESCO (Org.). **The peopling of ancient Egypt and the deciphering of Meroitic script: proceedings of the symposium held in Cairo from 28 January to 3 February 1974**. Paris: Unesco, 1978.
- VAN DE MIEROOP, Marc. **A history of ancient Egypt**. Chichester, West Sussex; Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2011.
- VAN DIJK, Jacobus. The Amarna Period and Later New Kingdom. *In*: SHAW, Ian (Org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2004, p. 265–307.
- VAN PELT, W. Paul. Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia: From Egyptianization to Cultural Entanglement. **Cambridge Archaeological Journal**, v. 23, n. 03, p. 523–550, 2013.
- VARELLA, Dráuzio. **Macacos**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- VERCOUTTER, Jean. The Gold of Kush. Two Gold Wash Stations at Faras East. **Kush**, v. VII, p. 120–153, 1959.
- VIEIRA, Fábio. Os Filhos da Núbia. Etnicidade e Deslocamentos Culturais na África Antiga sob a XVIII Dinastia Egípcia. *In*: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439099852_ARQUIVO_OsfilhosdaNubia4.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- VIEIRA, FÁBIO. Um Nobre Egípcio entre Dois Mundos.
- VIEIRA, Fábio; MALATOVA, Cláudia. Racialização e Vozes Dissonantes na Historiografia sobre Egito Antigo. **Revista Mundo Antigo**, v. 2, n. 4, p. 139–166, 2013.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Los Angeles: University of California Press, 2011. Disponível em: <<http://www.myilibrary.com?id=327771>>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. Sistema-mundo. *In*: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Orgs.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 690–692.

- WARBURTON, David. **State and economy in ancient Egypt: fiscal vocabulary of the New Kingdom**. Fribourg Switzerland: University Press Fribourg; etc; Göttingen, 1997.
- WARD, William A. Egypt and the East Mediterranean from Predynastic Times to the End of the Old Kingdom. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 6, n. 1, p. 1–57, 1963.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1999. 2v.
- WEBER, Max. **The agrarian sociology of ancient civilizations**. London; New York: Verso, 1998.
- WEBER, Max. **The Theory of Social and Economic Organization**. New York: The Free Press, 1965.
- WEEKS, John. Imperialismo e Mercado Mundial. *In*: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 187–190.
- WEINSTEIN, James. The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, v. 224, p. 1–28, 1981.
- WESTBROOK, Raymond; AMARNA. Babylonian Diplomacy in the Amarna Letters. **Journal of the American Oriental Society**, v. 120, n. 3, p. 377–382, 2000.
- WILKINSON, Toby A. H; DODSON, Aidan (Orgs.). The Monarchy. *In*: **The Egyptian world**. London; New York: Routledge, 2007, p. 75–90.
- WILSON, John A. **The burden of Egypt: an interpretation of ancient Egyptian culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1951.
- WITTFOGEL, Karl August. **Oriental despotism; a comparative study of total power**. New Haven: Yale University Press, 1957.
- WOOD, Ellen. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- WOOD, Ellen Meiksins. Repensar a base e a superestrutura. *In*: **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 51–72.
- ZACCAGNINI, Carlo. Modelli di Comportamento. *In*: **Lo scambio dei doni nel Vicino Oriente durante i secoli XV-XIII**. Roma: Centro per le antichità e la storia dell'arte del Vicino Oriente, 1973, p. 95–147.

- ZINGARELLI, Andrea. Asiatic Mode of Production: Considerations in Ancient Egypt.
In: ZINGARELLI, Andrea; DA GRACA, Laura (Orgs.). **Studies on Precapitalist Modes of Production**. Leiden: Brill, 2015, p. 27–76.
- ZINGARELLI, Andrea Paula. **Trade and market in New Kingdom Egypt: internal socio-economic processes and transformations**. Oxford: Archaeopress, 2010.
- ZYHLARZ, Ernest. The Countries of the Ethiopian Empire of Kash (Kush) and Egyptian Old Ethiopia in the New Kingdom. **Kush**, v. VI, p. 7–38, 1958.

Anexos Cronológicos e Cartográficos

TABELA CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA EGÍPCIA ANTIGA

HORNUNG, E.; KRAUSS, R.; WARBURTON, D. (Orgs.) *Ancient Egyptian
chronology*. Leiden: Brill, 2006

Early Dynastic Period	ca.	2900–2545⁺²⁵
Dyn. 1	ca.	2900–2730⁺²⁵
Nar-mer	ca.	2900–? ⁺²⁵
‘Aha		?–2870 ⁺²⁵
Djer		2870–2823 ⁺²⁵
“Serpent”		2822–2815 ⁺²⁵
Den		2814–2772 ⁺²⁵
‘Adj-ib/Anedjib		2771–2764 ⁺²⁵
Semer-khet		2763–2756 ⁺²⁵
Qa-‘a		2755–2732 ⁺²⁵
Dyn. 2	ca.	2730–2590⁺²⁵
Hetep-sekhemwy		2730–? ⁺²⁵
Ra-‘-neb		?–2700 ⁺²⁵
Ny-netjer		2700–2660 ⁺²⁵
Per-ibsen		2660–2650 ⁺²⁵
Sekhem-ib		2650–? ⁺²⁵
Sened		?–2610 ⁺²⁵
Kha-sekhemwy		2610–2593 ⁺²⁵
Dyn. 3	ca.	2592–2544⁺²⁵
Djoser (Netjery-khet)		2592–2566 ⁺²⁵
Sekhem-khet		2565–2559 ⁺²⁵
Kha-‘ba		2559–? ⁺²⁵
Nebka		?–? ⁺²⁵
Huni		?–2544 ⁺²⁵
Old Kingdom	ca.	2543–2120⁺²⁵
Dyn. 4	ca.	2543–2436⁺²⁵
Snofru		2543–2510 ⁺²⁵

(continued on next page)

TABELA CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA EGÍPCIA ANTIGA

HORNUNG, E.; KRAUSS, R.; WARBURTON, D. (Orgs.) *Ancient Egyptian chronology*. Leiden: Brill, 2006.

Table (cont.)

Khufu (Cheops)		2509–2483 ⁺²⁵
Ra'djedef/Djedefre ^c		2482–2475 ⁺²⁵
Bikheris		2474–2473 ⁺²⁵
Khephren (Ra'kha'ef)		2472–2448 ⁺²⁵
Menkaure ^c (Mycerinus)		2447–2442 ⁺²⁵
Shepseskaf		2441–2436 ⁺²⁵
Dyn. 5	ca.	2435–2306⁺²⁵
Userkaf		2435–2429 ⁺²⁵
Sahure ^c		2428–2416 ⁺²⁵
<i>Neferirkare^c Kakai</i>		2415–2405 ⁺²⁵
<i>Ra'nefererf/ Neferefre^c</i>		2404 ⁺²⁵
<i>Shepseskare^c Izi</i>		2403 ⁺²⁵
<i>Neuserre^c Ini</i>		2402–2374 ⁺²⁵
Menkauhor		2373–2366 ⁺²⁵
<i>Djedkare^c Izezi</i>		2365–2322 ⁺²⁵
Wenis		2321–2306 ⁺²⁵
Dyn. 6	ca.	2305–2118⁺²⁵
Teti		2305–2279 ⁺²⁵
Userkare ^c		?–?+ ²⁵
Pepy I <i>Meryre^c</i>		2276–2228 ⁺²⁵
Nemtyemzaef <i>Merenre^c</i>	ca.	2227–2217 ⁺²⁵
Pepy II <i>Neferkare^c</i>		2216–2153 ⁺²⁵
Nemtyemzaef II		2152 ⁺²⁵
Dyn. 8	ca.	2150–2118⁺²⁵
Neferkaure ^c		2126–2113 ⁺²⁵
Neferkauhor		2122–2120 ⁺²⁵
Neferirkare ^c		2119–2218 ⁺²⁵
First Intermediate Period	ca.	2118–1980⁺²⁵
(Herakleopolitan) Dyns. 9 and 10	ca.	2118–1980⁺²⁵
Middle Kingdom	ca.	1980⁺¹⁶–1760
(Theban) Dyn. 11	ca.	2080–1940⁺¹⁶
Mentuhotep I (Tepi'a)	ca.	1980–?+ ¹⁶
Inyotef I (Sehertawy)	ca.	?–2067 ⁺¹⁶
Inyotef II (Wah'ankh)		2066–2017 ⁺¹⁶
Inyotef III (Nakhtnebtenufer)		2016–2009 ⁺¹⁶
Mentuhotep II <i>Nebhepetre^c</i>		2009–1959 ⁺¹⁶
Mentuhotep III <i>S'ankhkare^c</i>		1958–1947 ⁺¹⁶
Mentuhotep IV <i>Nebtawyre^c</i>		1947–1940 ⁺¹⁶
Dyn. 12		1939⁺¹⁶–1760
Amenemhet I <i>Sehetepibre^c</i>		1939–1910 ⁺¹⁶
Senwosret I <i>Kheperkare^c</i>		1920–1875 ⁺⁶
Amenemhet II <i>Nebukaure^c</i>		1878–1843 ⁺³

(continued on next page)

TABELA CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA EGÍPCIA ANTIGA

HORNUNG, E.; KRAUSS, R.; WARBURTON, D. (Orgs.) *Ancient Egyptian chronology*. Leiden: Brill, 2006.

Table (cont.)

Senwosret II <i>Kha'kheperre'</i>		1845–1837
Senwosret III <i>Kha'kaure'</i>		1837–1819
Amenemhet III <i>Nima'atre'</i>		1818–1773
Amenemhet IV <i>Ma'kherure'</i>		1772–1764
Nefrusobk <i>Sebekkare'</i>		1763–1760
Second Intermediate Period		1759–ca. 1539
Dyn. 13		1759–ca. 1630
Wegaf <i>Khutawyre'</i>		1759–1757
Amenemhet VII <i>Sedjefakare'</i>	ca.	1753–1748
Sobekhotep II <i>Sekhemre'-khutawy</i>		1737–1733
Khendjer <i>Userkare'</i>	ca.	1732–1728
Sobekhotep III <i>Sekhemre'-swadjiawy</i>	ca.	1725–1722
Neferhotep I <i>Kha'sekhemre'</i>	ca.	1721–1710
Sobekhotep IV <i>Kha'neferre'</i>	ca.	1709–1701
Sobekhotep V <i>Khahotepre'</i>	ca.	1700–1695
Ibiau <i>Wahibre'</i>	ca.	1695–1685
Aya <i>Merneferre'</i>	ca.	1684–1661
Ini <i>Merhetepre'</i>	ca.	1660–1659
Swadjetu, Ined, Hori, Dedumose		
Dyn. 14		?
Dyn. 15 (Hyksos)	ca.	?–ca. 1530
Khian <i>Swoserent'</i>		
Apophis <i>'Awoserre'</i>	ca.	1575–1540
Khamudi		
Dyns. 16 and 17	ca.	?–1540
Sobekhotep VIII, Nebiriau, Rahotep, Sobekemzaf I & II, Bebiankh		
Inyotef <i>Nebukheperre'</i>		?–?
Ta'o <i>Senakhtenre'</i>		?–?
Ta'o <i>Seqenenre'</i>		?–?
Kamose <i>Wadjkheperre'</i>	ca.	?–1540
New Kingdom	ca.	1539–1077
Dyn. 18	ca.	1539–1292
'Ahmose <i>Nebpehtire'</i>	ca.	1539–1515
Amenhotep I <i>Djeserkare'</i>		1514–1494
Thutmose I <i>'Akheperkare'</i>		1493–1483
Thutmose II <i>'Akheperent'</i>		1482–1480
Thutmose III <i>Menkheperre'</i>		1479–1425
Hatshepsut <i>Ma'atkare'</i>		1479–1458
Amenhotep II <i>'Akheperure'</i>		1425–1400
Thutmose IV <i>Menkheprure'</i>		1400–1390
Amenhotep III <i>Nebma'atre'</i>		1390–1353
Amenhotep IV/Akhenaten <i>Neferkheprure'</i>		1353–1336

(continued on next page)

TABELA CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA EGÍPCIA ANTIGA

HORNUNG, E.; KRAUSS, R.; WARBURTON, D. (Orgs.) *Ancient Egyptian chronology*. Leiden: Brill, 2006.

Table (*cont.*)

Smenkhkare/Nefernefruaten <i>‘Ankhhkhepruré</i>	1336–1334
Nefernefruaten <i>‘Ankhetkhepruré</i>	1334–?
Tut ^{ankhaten} /amun <i>Nebkhepruré</i>	?–1324
Itnetjer Aya <i>Kheperkhepruré</i>	1323–1320
Haremhab <i>Djeserkhepruré</i>	1319–1292
Dyn. 19	1292–1191
Ramesses I <i>Nebpehtiré</i>	1292–1291
Sety I <i>Menma‘atré</i>	1290–1279
Ramesses II <i>Userma‘atré setepenré</i>	1279–1213
Merneptah <i>Baenré</i>	1213–1203
Sety II <i>Userkhepruré</i>	1202–1198
Amenmesses <i>Menmiré</i>	1202–1200
Siptah <i>Akhenré</i>	1197–1193
Towsre <i>Sitré meritamun</i>	1192–1191
Dyn. 20	1190–1077
Sethnakhte <i>Userkha‘uré</i>	1190–1188
Ramesses III <i>Userma‘atré meriamun</i>	1187–1157
Ramesses IV <i>Heqama‘atré setepenamun</i>	1156–1150
Ramesses V <i>Userma‘atré Sekheperenré</i>	1149–1146
Ramesses VI <i>Nebma‘atré meryamun</i>	1145–1139
Ramesses VII <i>Userma‘atré setepenré meryamun</i>	1138–1131
Ramesses VIII <i>Userma‘atré akhenamun</i>	1130
Ramesses IX <i>Neferkare setepenré</i>	ca. 1129–1111
Ramesses X <i>Kheperma‘atré setepenré</i>	ca. 1110–1107
Ramesses XI <i>Menma‘atré setepenptah</i>	ca. 1106–1077
Third Intermediate Period	ca. 1076–723
Dyn. 21	ca. 1076–944
Smendes <i>Hedjkheperre setepenré</i>	ca. 1076–1052
Psusennes I <i>Akheperre setepenamun</i>	ca. 1051–1006
Amenemnisut <i>Neferkare</i>	ca. 1005–1002
Amenemope <i>Userma‘atré setepenamun</i>	ca. 1002–993
Osorkon <i>Akheperre setepenré</i>	992–987
Siamun <i>Netjerkheperre setepenamun</i>	986–ca. 968
Psusennes II <i>Tutkhepruré</i>	ca. 967–944
Dyn. 22	943–ca. 746
Shoshenq I <i>Hedjkheperre setepenré</i>	943–923
Osorkon I <i>Sekhemkheperre setepenré</i>	922–ca. 888
Takelot I <i>Userma‘atré setepenamun</i>	ca. 887–874
Shoshenq II <i>Heqakheperre setepenré</i>	ca. 873
Osorkon II <i>Userma‘atré setepenamun</i>	ca. 872–842
Shoshenq III <i>Userma‘atré setepenré/amun</i>	841–803
Shoshenq IIIa <i>Hedjkheperre</i>	?–790

(continued on next page)

TABELA CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA EGÍPCIA ANTIGA

HORNUNG, E.; KRAUSS, R.; WARBURTON, D. (Orgs.) *Ancient Egyptian
chronology*. Leiden: Brill, 2006.

Table (*cont.*)

Pami <i>Userma'atre' setepenre'/amin</i>	789–784
Shoshenq V <i>'Akheperre'</i>	783–ca. 746
Dyn. 23 (UE) and Rival Kings	
Takelot II	845–821
Iuput I	820–809–
Osorkon III, Takelot III	ca. 780 ± 20
Petubaste I	834–812–
Shoshenq IV, Rudamun, Iny	
Dyn. 23 (LE)	ca. 730
Petubaste II (?), Osorkon IV	
Dyn. 24	ca. 736–723
Tefnakhte <i>Shepsesre'</i>	ca. 736–729
Bocchoris <i>Wahkare'</i>	728–723
Late Period	ca. 722–332
Dyn. 25	ca. 722–ca. 655
Piye/Pi'ankhy	ca. 753–723
Shabaka <i>Neferkare'</i>	ca. 722–707
Shebitku <i>Djedkare'</i>	ca. 706–690
Taharqa <i>Khure'nefertem</i>	690–664
Tantamani <i>Bakare'</i>	664–ca. 655
Dyn. 26	664–525
Psammetichus I <i>Wahibre'</i>	664–610
Necho II <i>Wehemibre'</i>	610–595
Psammetichus II <i>Neferibre'</i>	595–589
Apries <i>Ha'aibre'</i>	589–570
Amasis <i>Khmemibre'</i>	570–526
Psammetichus III <i>'Ankhkaenre'</i>	526–525
Dyn. 27 (Persian)	525–404
Cambyses	525–522
Darius I	521–486
Xerxes	486–466
Artaxerxes I	465–424
Darius II	424–404
Dyn. 28	404–399
Amyrtaios	404–399
Dyn. 29	399–380
Nepherites <i>Baenre' merynetjeru</i>	399–393
Psammuthis <i>Userre' setepenptah</i>	393
Hakoris <i>Khnemma'atre'</i>	393–380
Nepherites II	380

(continued on next page)

TABELA CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA EGÍPCIA ANTIGA

HORNUNG, E.; KRAUSS, R.; WARBURTON, D. (Orgs.) *Ancient Egyptian chronology*. Leiden: Brill, 2006.

Table (*cont.*)

Dyn. 30	380–343
Nectanebo I <i>Kheperkaré</i>	380–362
Teos <i>Irma'atenré</i>	365–360
Nectanebo II <i>Senedjemibré setepenanhur</i>	360–343
2nd Persian Period	343–332
Artaxerxes III Ochus	343–338
Arses	338–336
Darius III Codoman	335–332
Alexander the Great	332–323

TABELA CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA LEVANTINA

MUMFORDO, G. “Egypt and Levant”. *In*: STEINER, M.; KILLEBREW, A. (Orgs.)
 The Oxford handbook of the archaeology of the Levant: c. 8000-332 BCE. Oxford: The
 Oxford University Press, 2014. pp. 69-89.

Table 5.1. General correspondence between Egyptian dynasties and Levantine periods

Egyptian periods and dates (Shaw 2000)	Levantine periods and dates (Levy 1995)
Predynastic	
Badarian (South Egypt): c.4400–4000 BC	Chalcolithic 4500–3500 BC
Naqada I (Amratian): c.4000–3500 BC	
Naqada II (Gerzean): c.3500–3200 BC	Early Bronze Age IA–B 3500–3000 BC
Naqada III (Dynasty 0): c.3200–3000 BC	
Early Dynastic Period	
Dynasty 1: c.3000–2890 BC	Early Bronze Age II 3000–2700 BC
Dynasty 2: c.2890–2686 BC	(EB II sometimes terminated c.2900 BC)
Old Kingdom	
Dynasty 3: c.2686–2613 BC	Early Bronze Age III 2700–2200 BC
Dynasty 4: c.2613–2494 BC	(EB IV/MB I sometimes dated to c.2300 BC)
Dynasty 5: c.2494–2345 BC	
Dynasty 6: c.2345–2181 BC	
First Intermediate Period	Intermediate Bronze Age
Dyn. 7–mid-Dyn.11: c.2181–2055 BC	EB Age IV/MB Age I 2200–2000 BC
Middle Kingdom	Canaanites
Mid-Dyn.11–mid-Dyn.13: c.2055–1773 BC	Middle Bronze Age IIA 2000–1750 BC
Second Intermediate Period	Canaanites and ‘Hyksos’
Dynasties 14 and 16: c.1773–1650 BC	Middle Bronze Age IIB 1750–1650 BC
Dynasties 15 and 17: c.1650–1550 BC	Middle Bronze Age IIC 1650–1550 BC
New Kingdom	Canaanite city-states
Early Dynasty 18: c.1550–1457 BC	Late Bronze Age IA 1550–1450 BC
Mid-Dynasty 18: c.1457–1390 BC	Late Bronze Age IB 1450–1400 BC
Late Dynasty 18: c.1390–1295 BC	Late Bronze Age IIA 1400–1300 BC
Dynasty 19: c.1295–1186 BC	Late Bronze Age IIB 1300–1200 BC
Early Dynasty 20: c.1186–1136 BC	Iron Age Sea Peoples, Israelites, Philistines:
Late Dynasty 20: c.1136–1069 BC	Iron Age IA 1200–1150 BC
	Iron Age IB 1150–1000 BC
Third Intermediate Period	Israel, Judah, Philistia, and other polities
Dynasty 21: c.1069–945 BC	Iron Age IB 1150–1000 BC
Dynasty 22: c.945–715 BC	Iron Age IIA 1000–925 BC
Dynasties 23–24: c.818–715 BC	Iron Age IIB 925–700 BC
Kushite–Saite period (early Late Period)	Assyrian–Babylonian Empires
King Piye (mainly Nubia) c.747–716 BC	Iron Age IIC 700–586 BC
Dynasty 25: c.716–664/656 BC	Babylonian period 586–539 BC
Dynasty 26: c.664–525 BC	
Late Period	
Dyn. 27 (Persian occupation): 525–404 BC	Persian period 539–332 BC
Dynasties 28–30: 404–343 BC	
Dyn. 31 (Persian occupation): 343–332 BC	

MAPA DO SINAI SETENTRIONAL DURANTE O PRINCÍPIO DA XVIIIª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

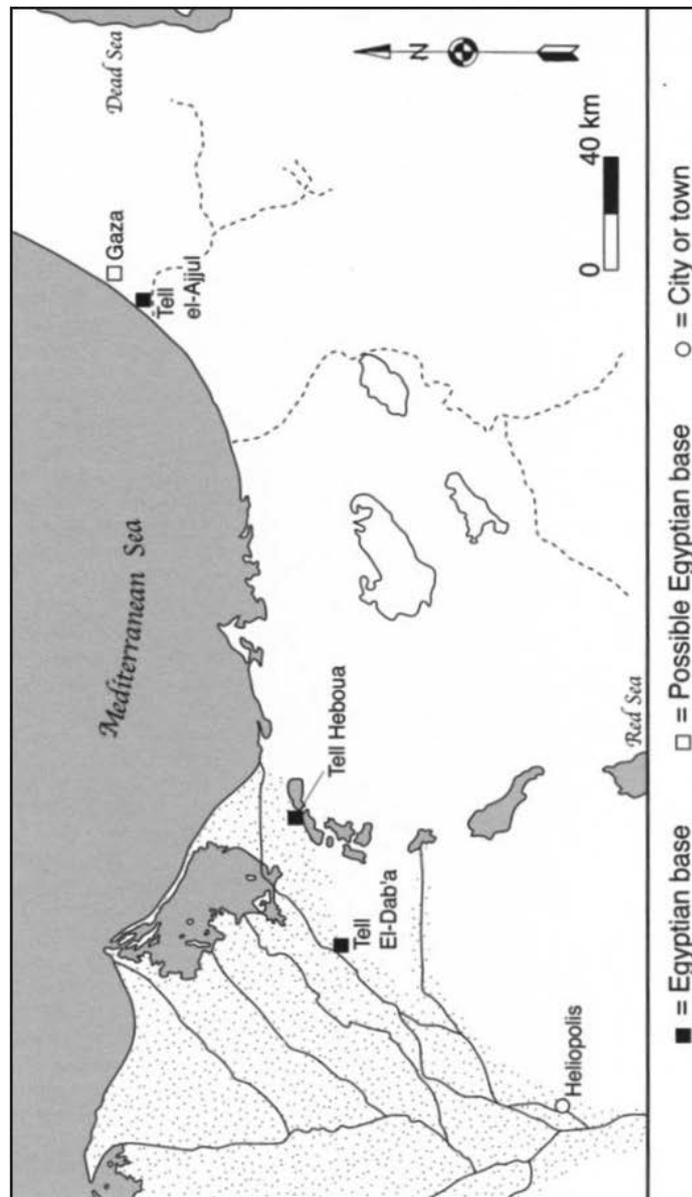


Figure 6. Early Eighteenth Dynasty northern Sinai

MAPA DE CANAÃ DURANTE O PRINCÍPIO DA XVIIIª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

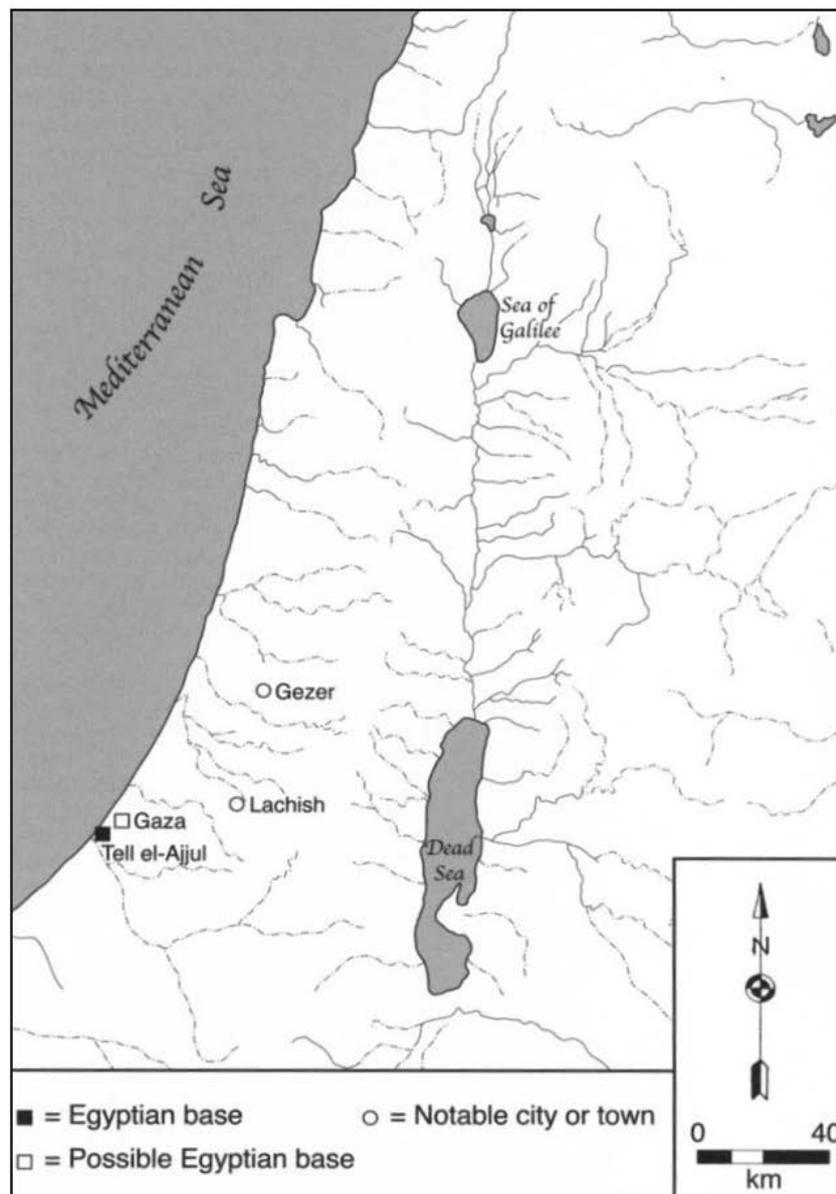


Figure 7. Early Eighteenth Dynasty Canaan

MAPA DA SÍRIA-PALESTINA SETENTRIONAL DURANTE O PRINCÍPIO DA XVIIIª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

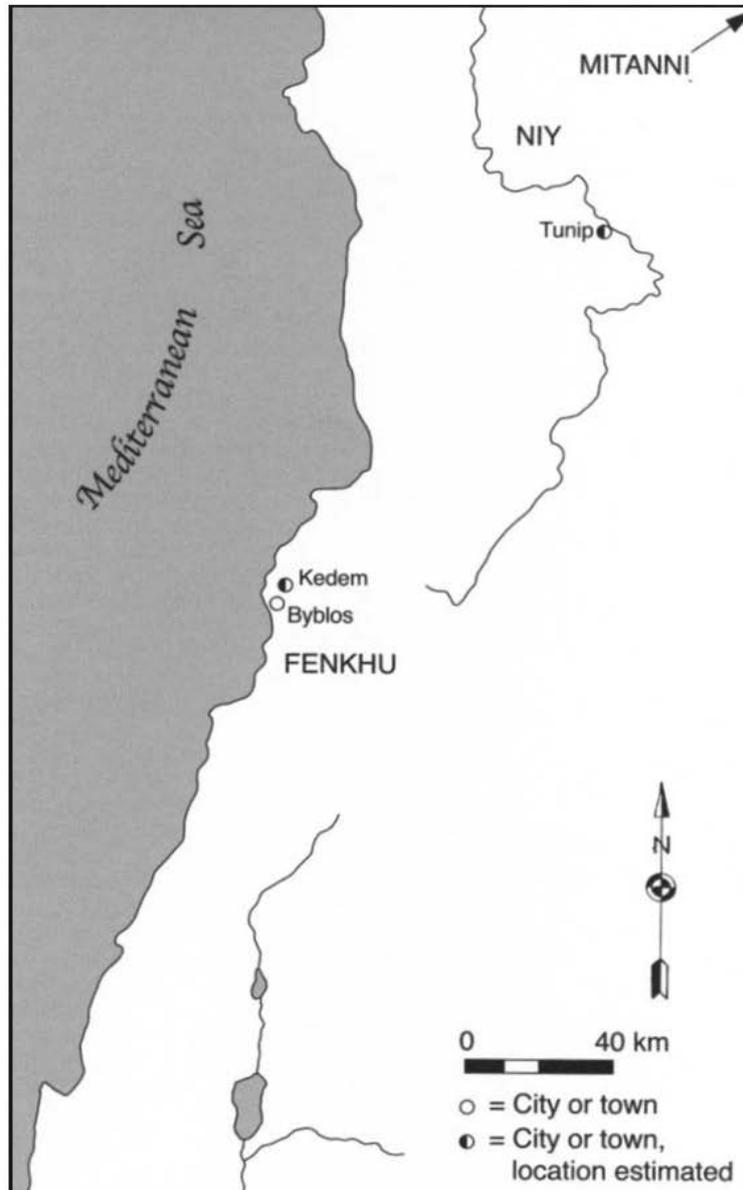


Figure 8. Early Eighteenth Dynasty northern Syria-Palestine

MAPA DA NÚBIA DURANTE O PRINCÍPIO DA XVIIIª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

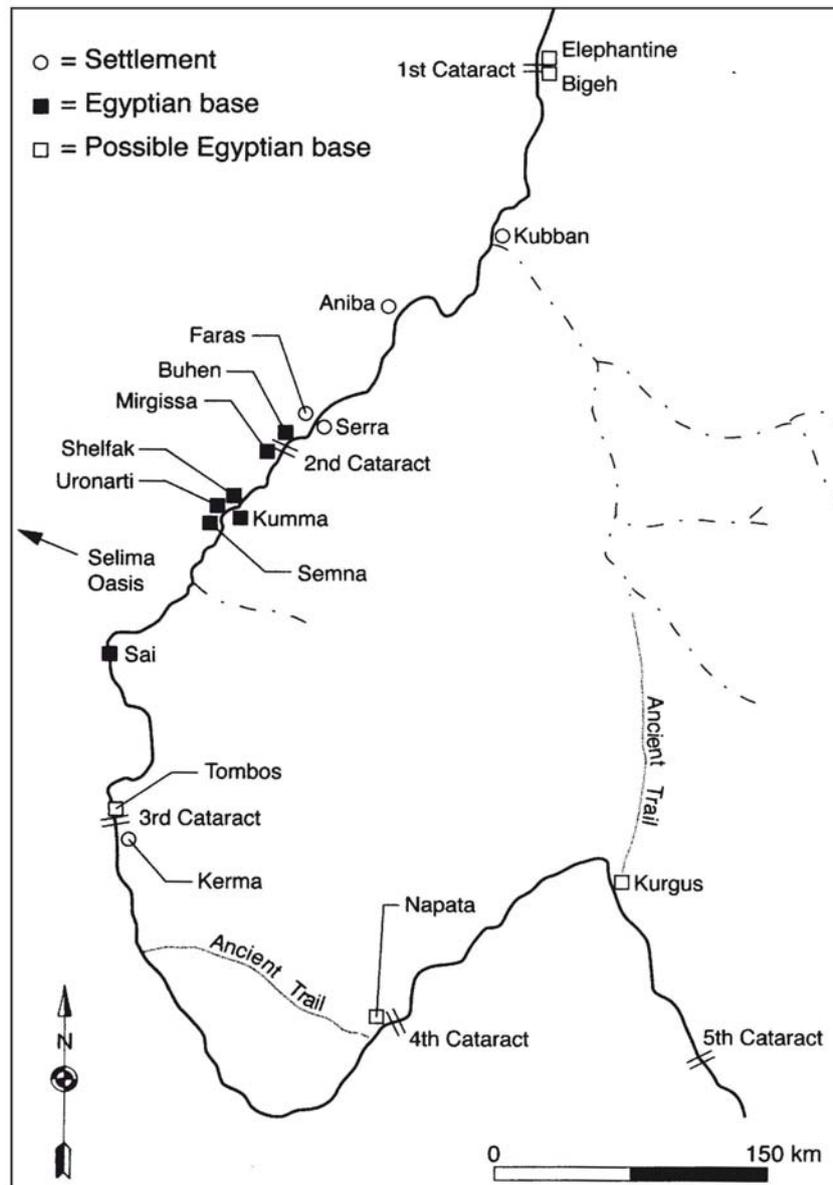


Figure 11. Early Eighteenth Dynasty Nubia

MAPA DO SINAI SETENTRIONAL EM MEADOS DA XVIIIª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

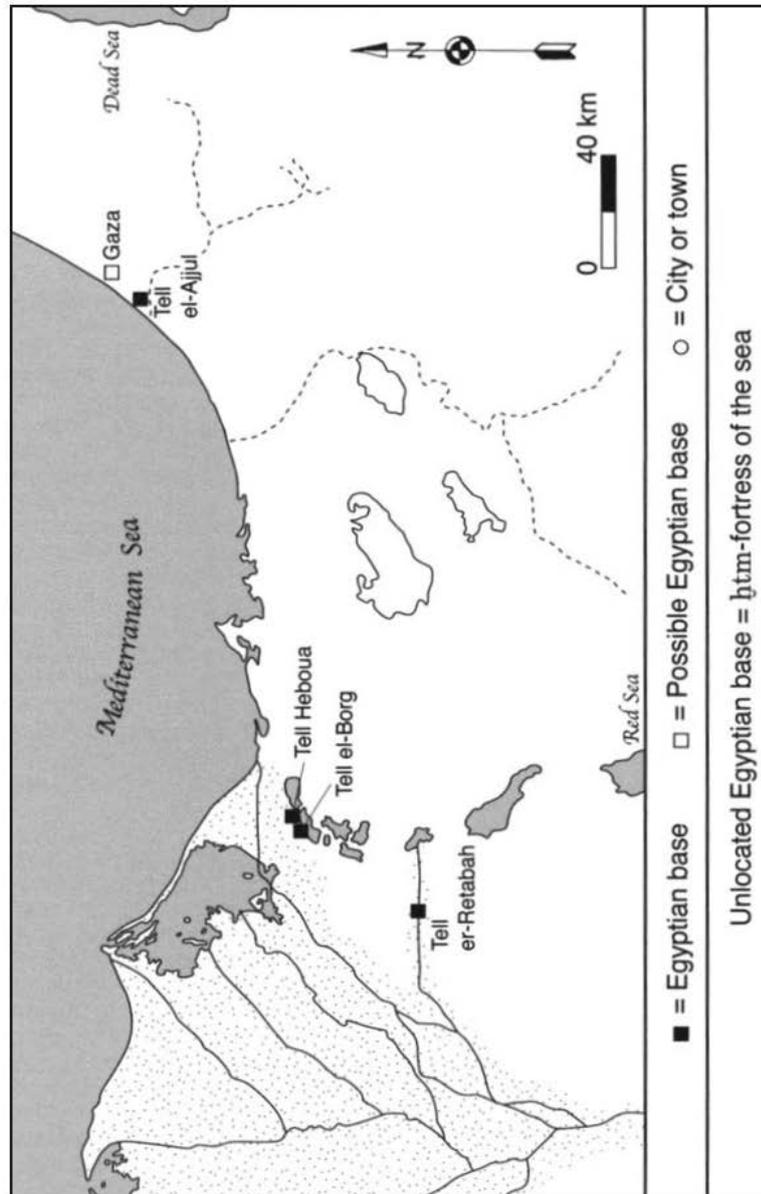


Figure 14. Mid-Eighteenth Dynasty northern Sinai

MAPA DE CANAÃ EM MEADOS DA XVIIIª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

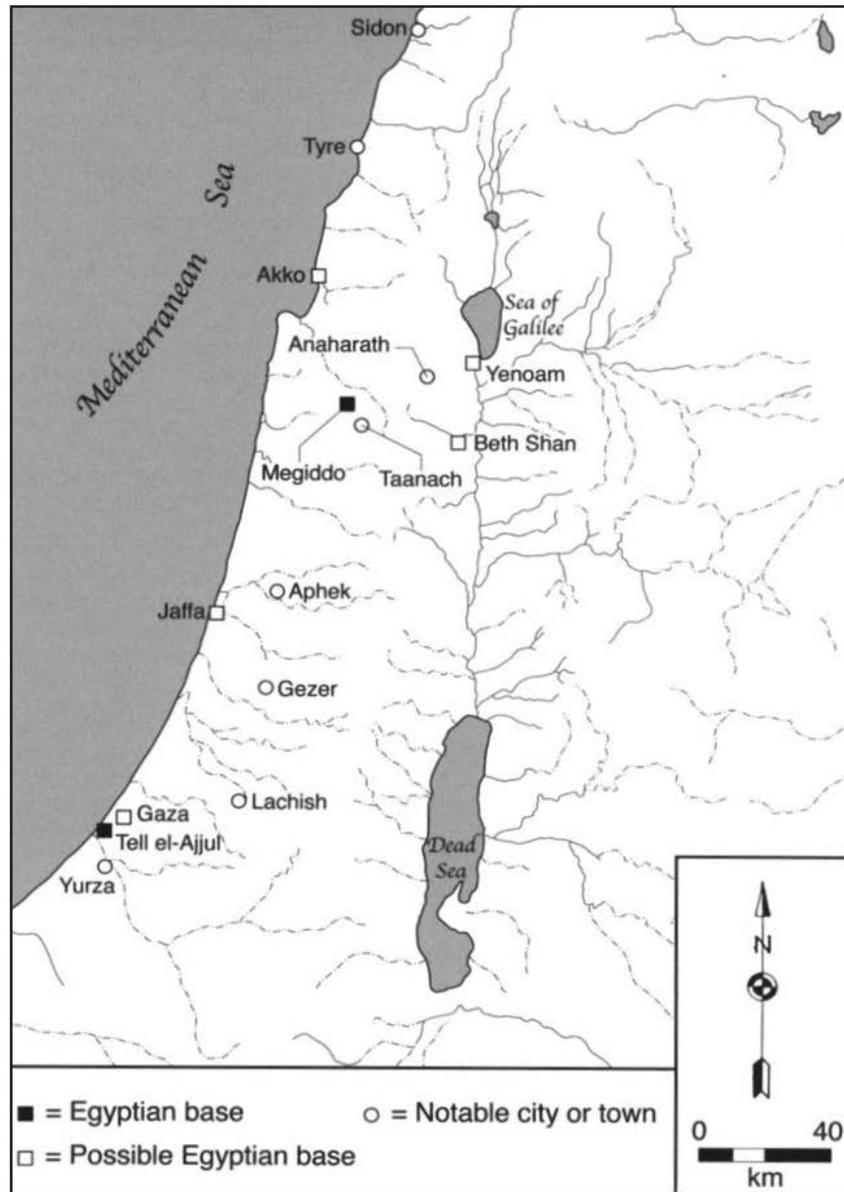


Figure 15. Mid-Eighteenth Dynasty Canaan

**MAPA DA SÍRIA-PALESTINA SETENTRIONAL EM MEADOS DA XVIII^a
DINASTIA**

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

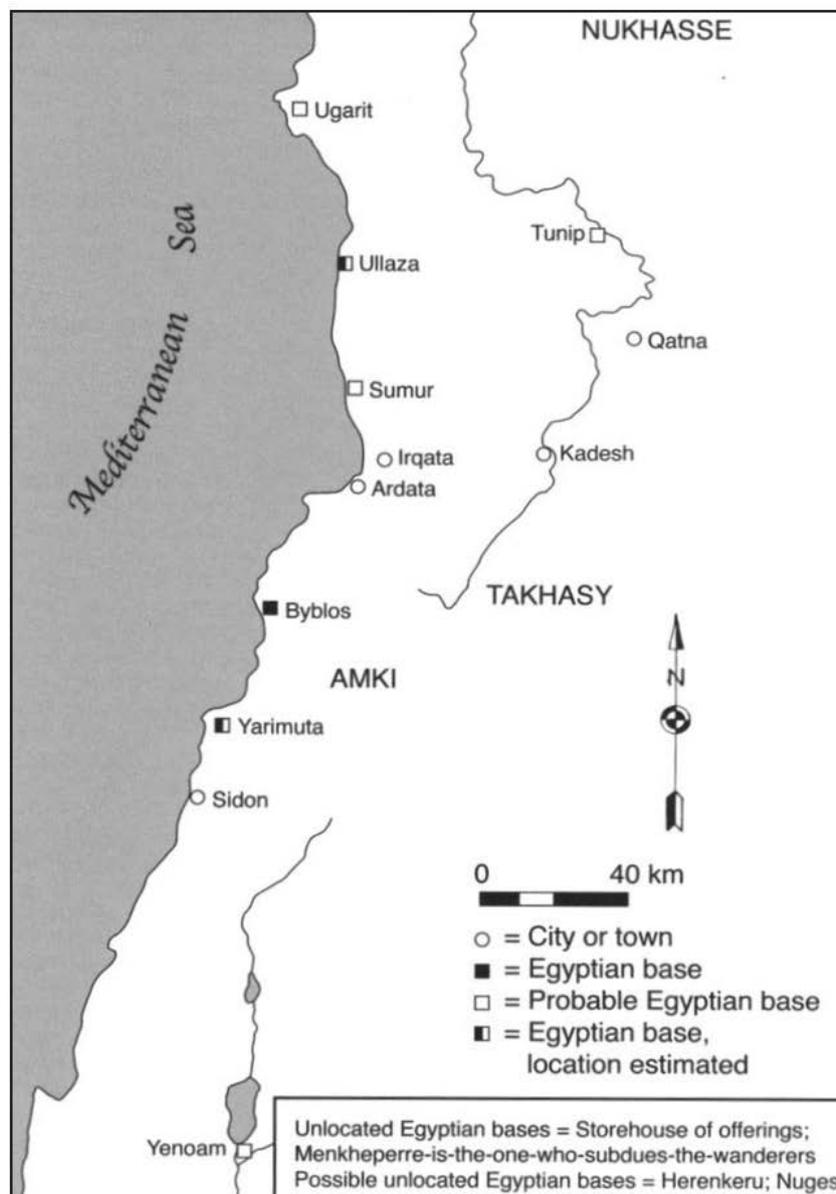


Figure 16. Mid-Eighteenth Dynasty northern Syria-Palestine

MAPA DA NÚBIA EM MEADOS DA XVIIIª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

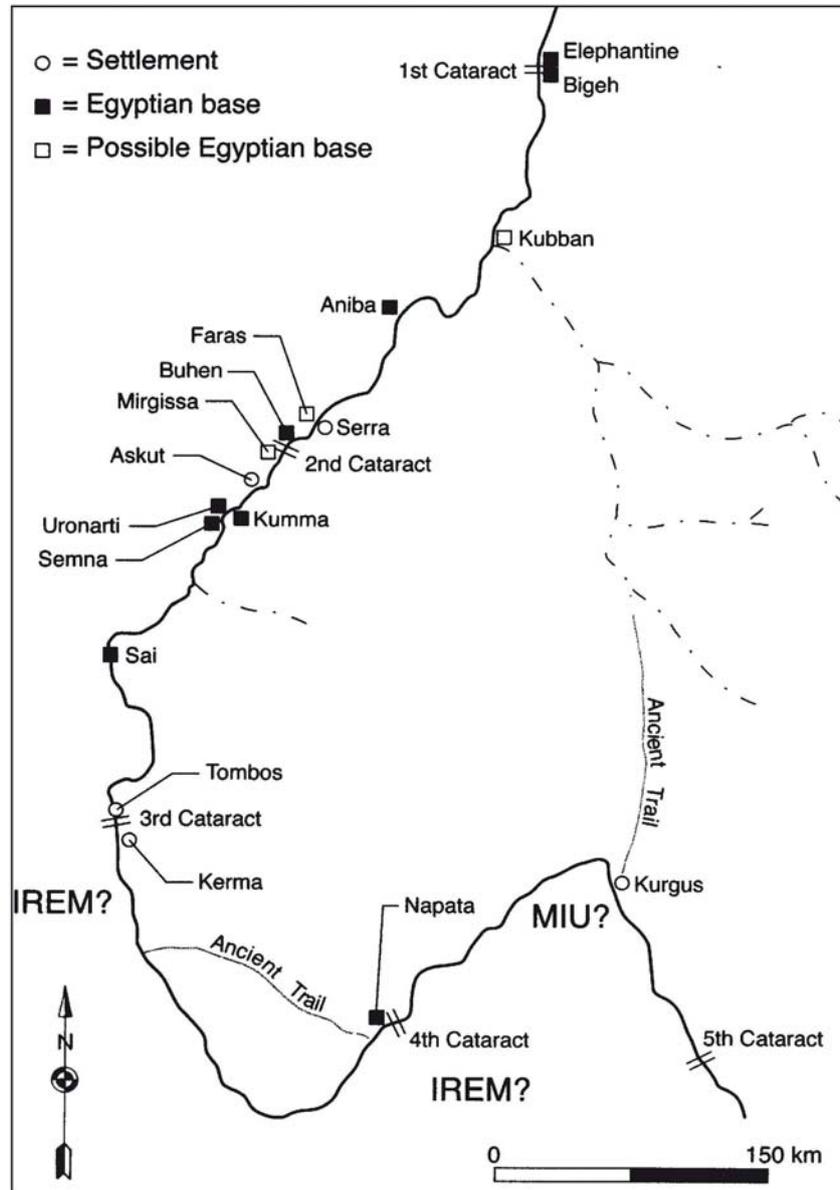


Figure 18. Mid-Eighteenth Dynasty Nubia

MAPA DO SINAI SETENTRIONAL EM FINS DA XVIIIª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

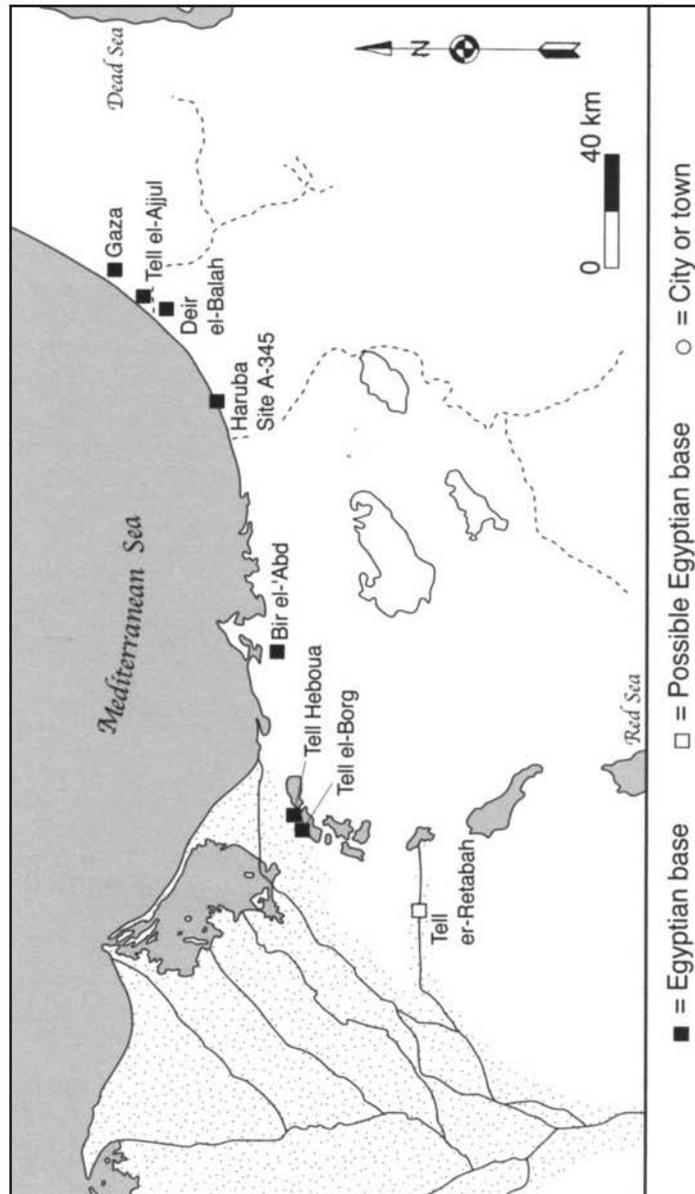


Figure 19. Late Eighteenth Dynasty northern Sinai

MAPA DA CANAÃ EM FINS DA XVIIIª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

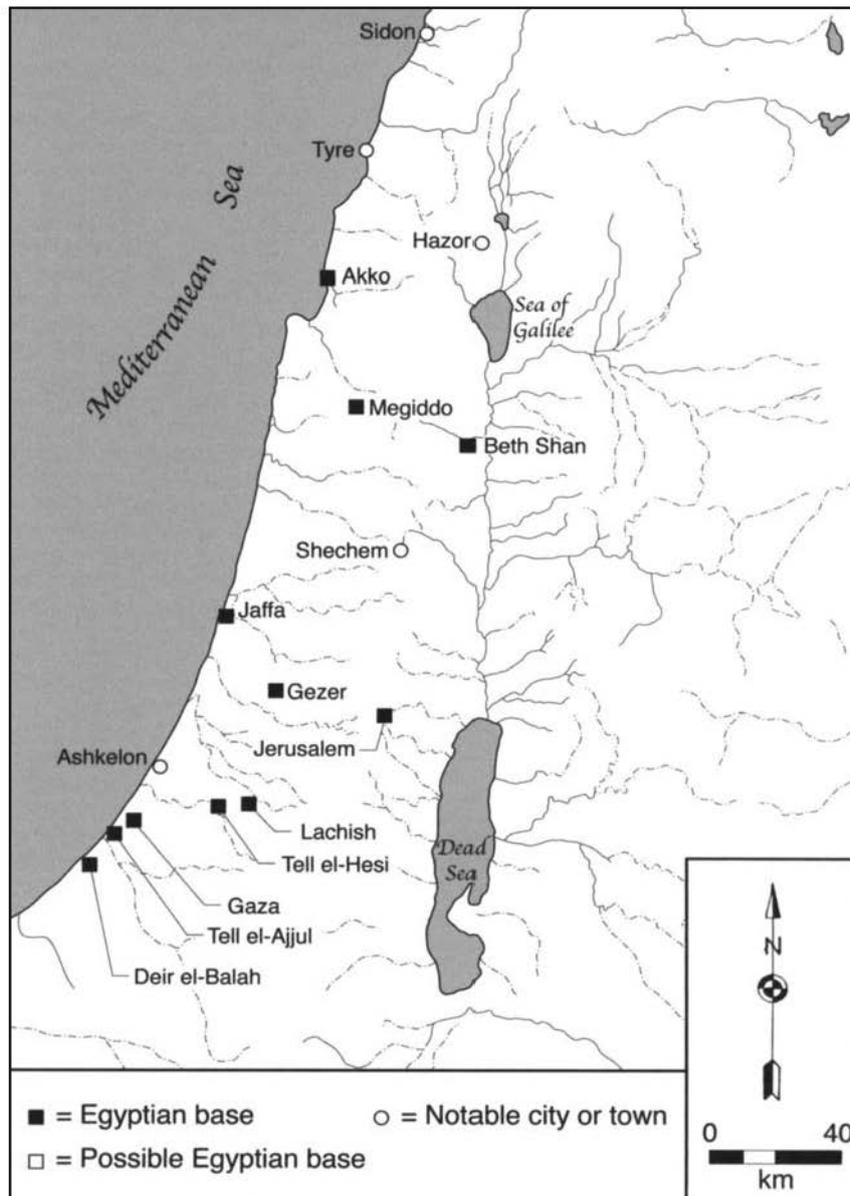


Figure 20. Late Eighteenth Dynasty Canaan

MAPA DA SÍRIA-PALESTINA EM FINS DA XVIIIª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

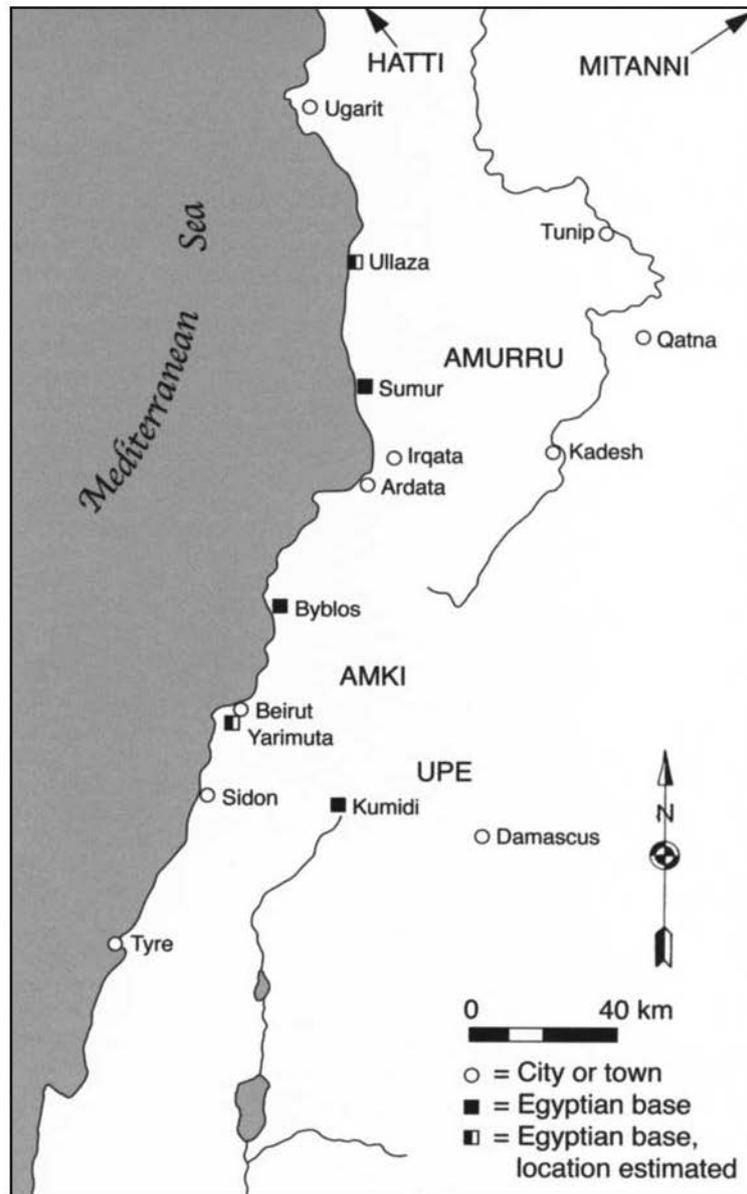


Figure 21. Late Eighteenth Dynasty northern Syria-Palestine

MAPA DA NÚBIA EM FINS DA XVIIIª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

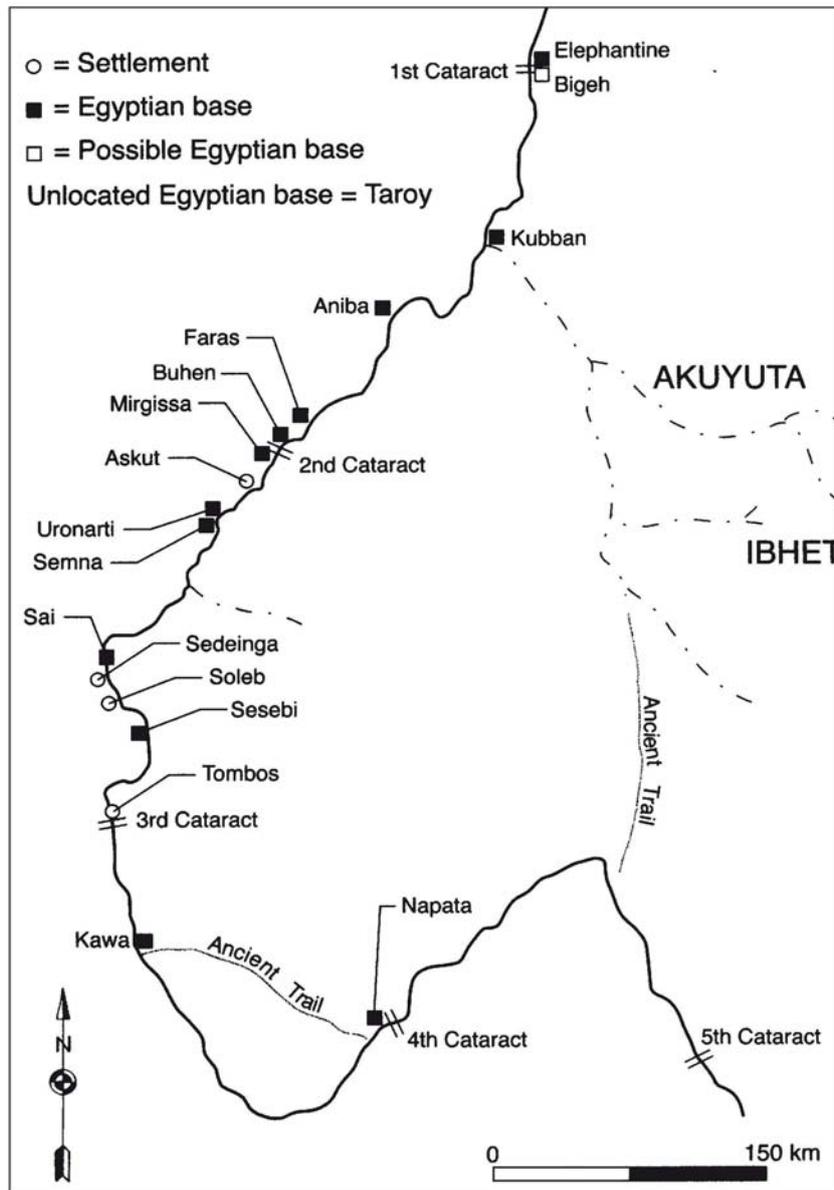


Figure 26. Late Eighteenth Dynasty Nubia

MAPA DO SINAI SETENTRIONAL NA XIXª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

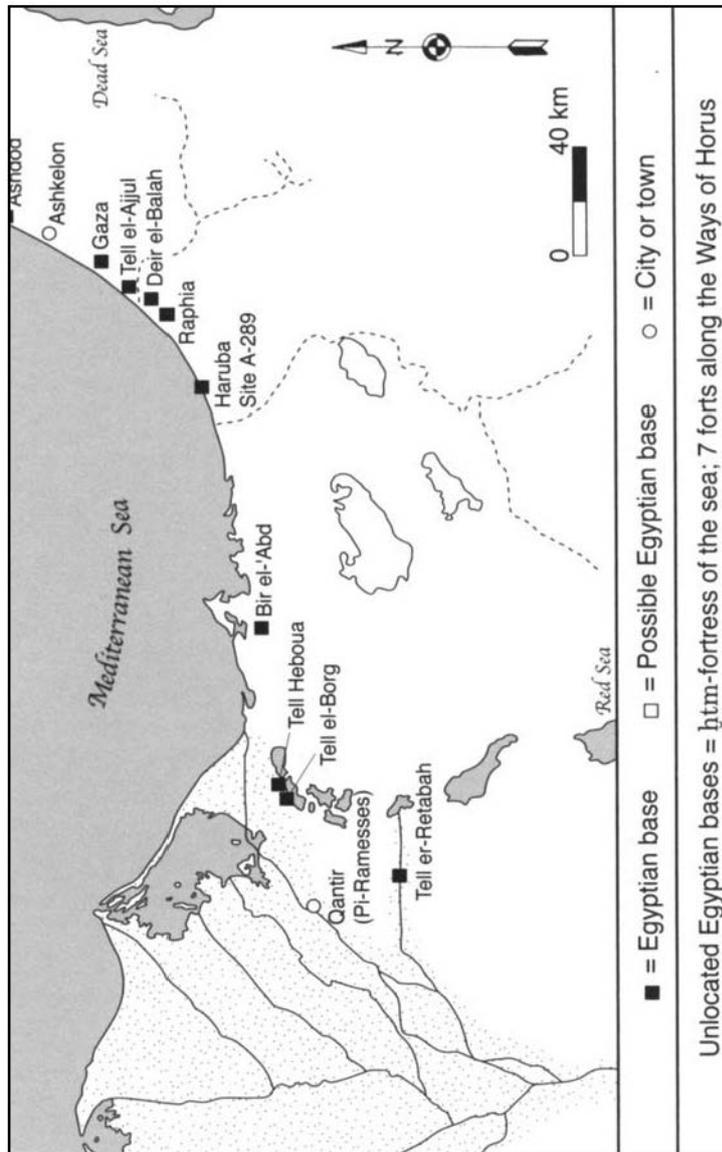


Figure 28. Nineteenth Dynasty northern Sinai

MAPA DE CANAÃ NA XIXª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

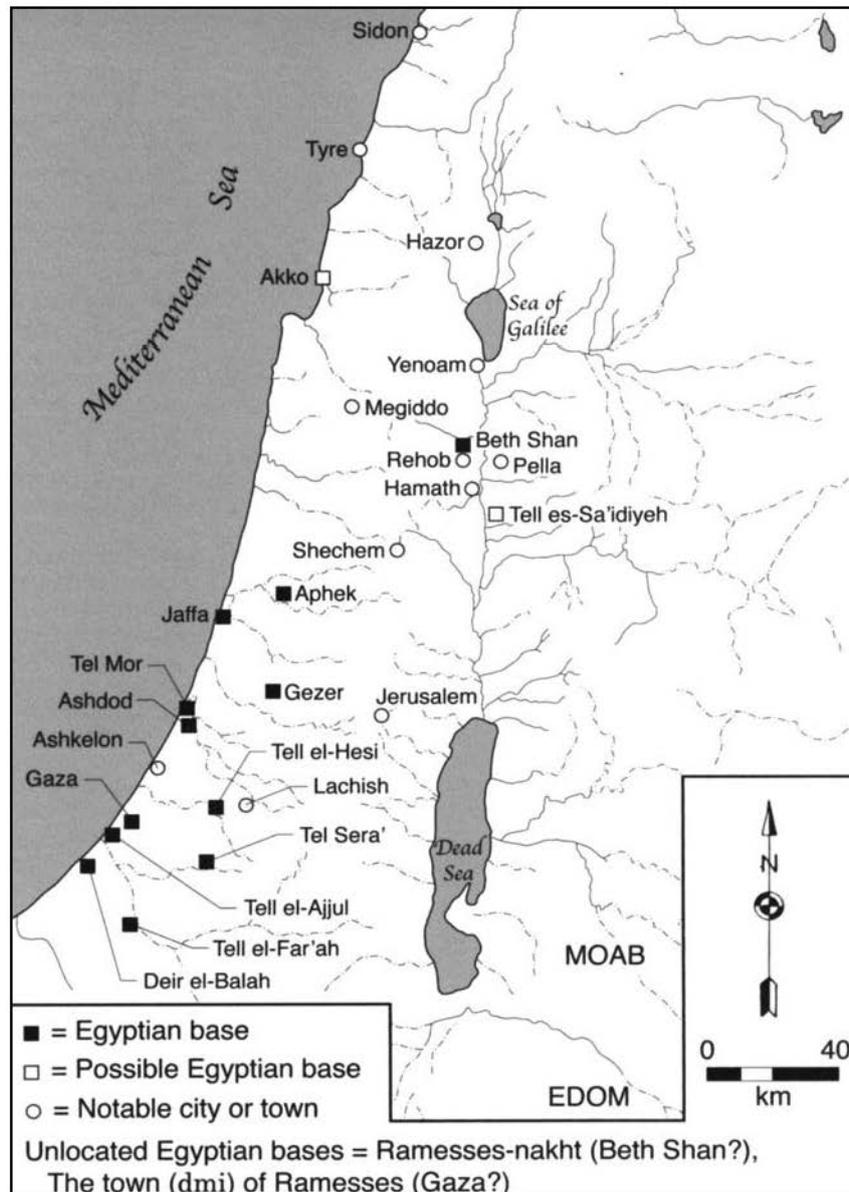


Figure 29. Nineteenth Dynasty Canaan

MAPA DA SÍRIA-PALESTINA SETENTRIONAL NA XIXª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

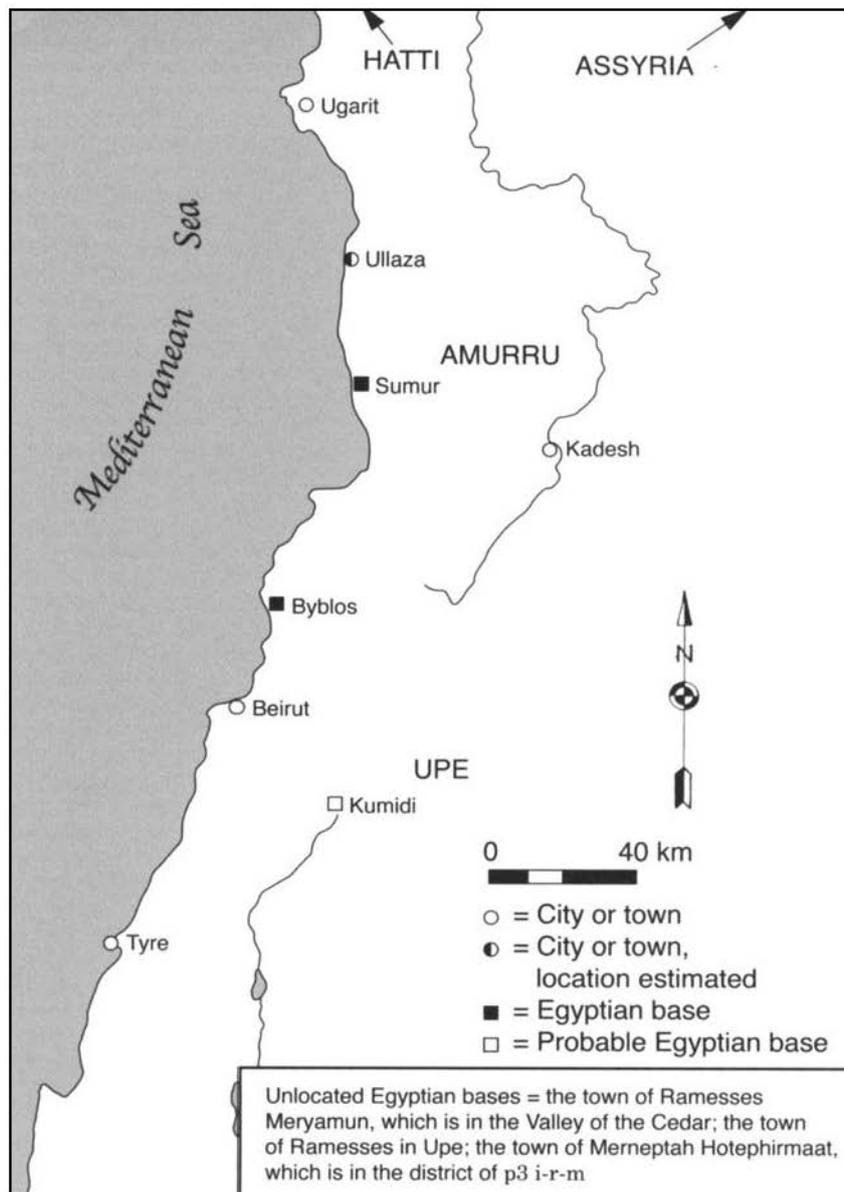


Figure 30. Nineteenth Dynasty northern Syria-Palestine

MAPA DA NÚBIA NA XIXª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

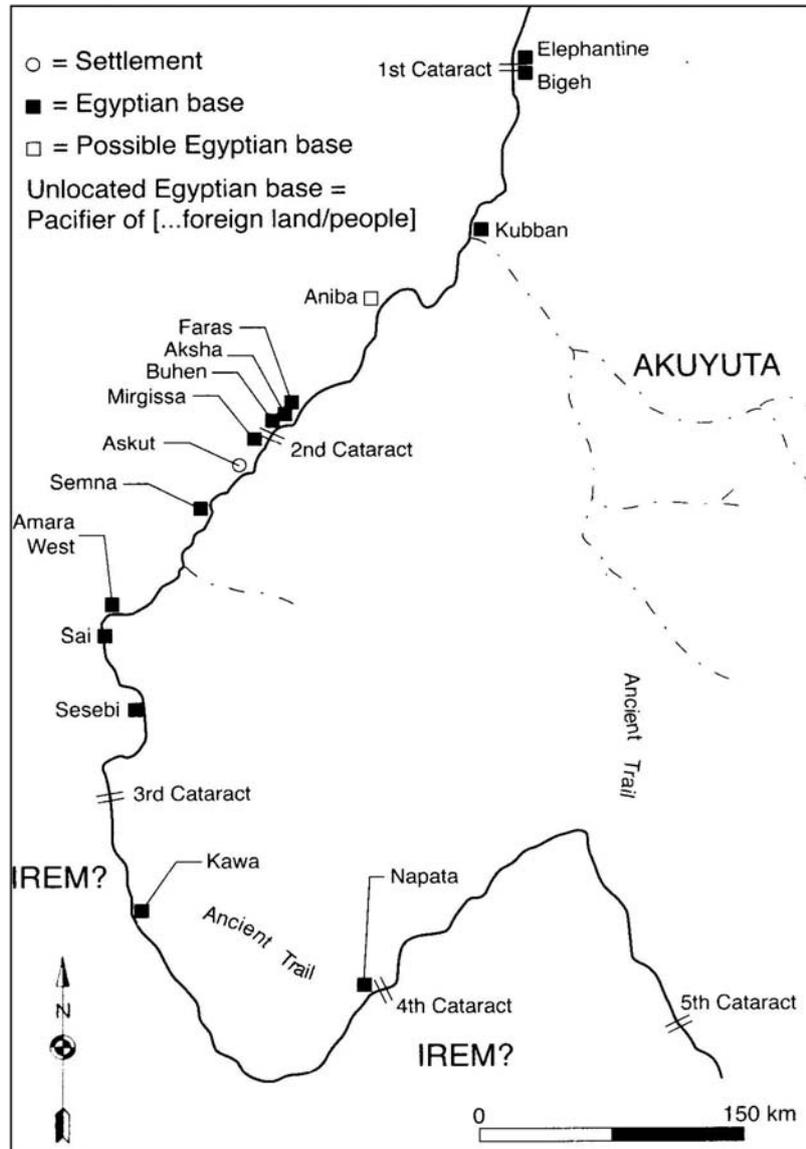


Figure 50. Nineteenth Dynasty Nubia

MAPA DO SINAI SETENTRIONAL NA XX^a DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

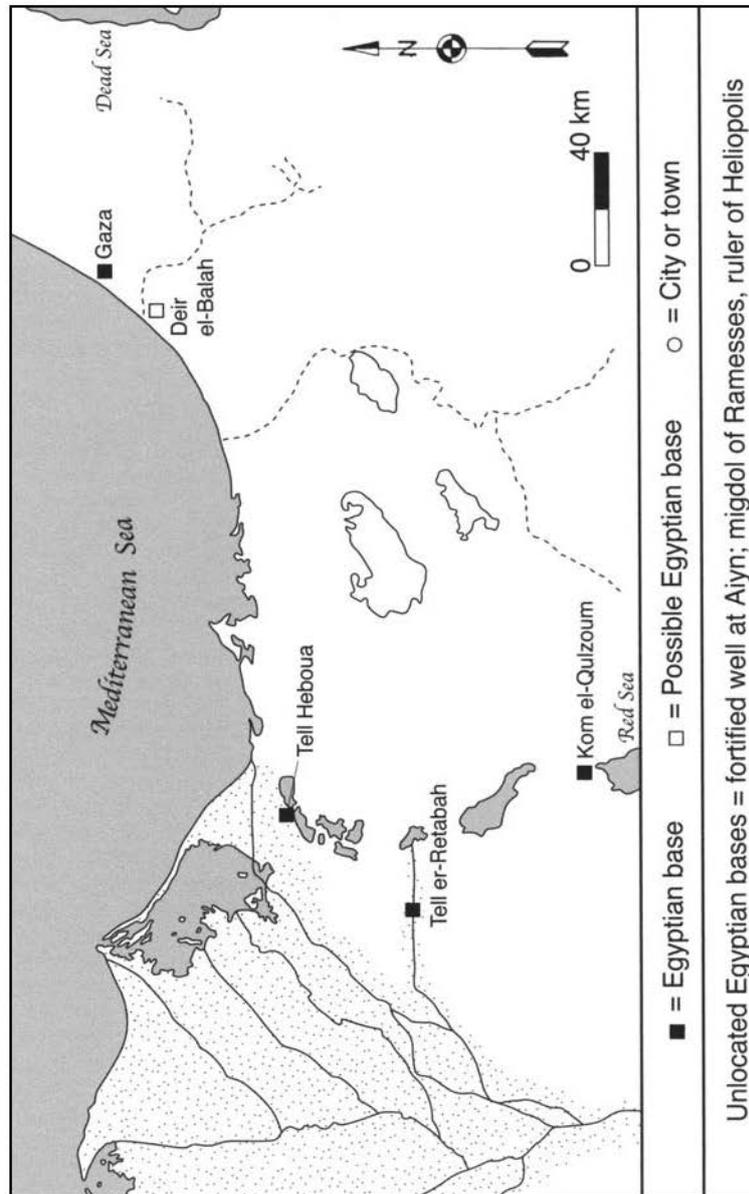


Figure 53. Twentieth Dynasty northern Sinai

MAPA DE CANAÃ NA XXª DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.



Figure 54. Twentieth Dynasty Canaan

MAPA DA NÚBIA NA XX^a DINASTIA

MORRIS, E. *The Architecture of Imperialism*. Leiden: Brill, 2005.

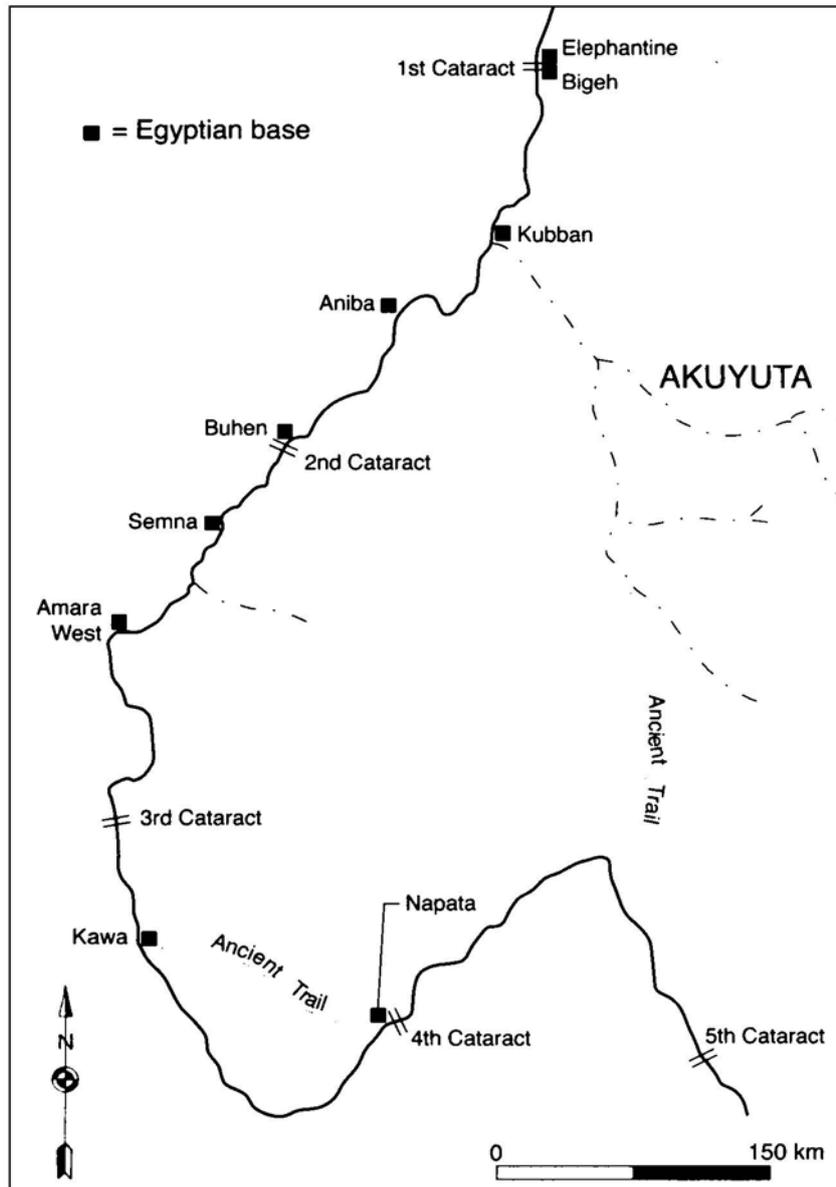


Figure 63: Twentieth Dynasty Nubia

**MAPA DO CENÁRIO GEOPOLÍTICO DO REINO NOVO
NO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO**

Disponível em <https://www.futurelearn.com/courses/superpowers-near-east>

